



DIÁRIO OFICIAL



Belém, sexta-feira
30 de dezembro de 2011

ANO CXXI DA IOE
122º DA REPÚBLICA
Nº 32.067

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

16 Cadernos
248 Páginas

A História no Diário Oficial

AURÉLIO DO CARMO (CVI)

Ainda a respeito do Decreto nº 3.906, de 16/02/1962, assinado pelo governador Aurélio Corrêa do Carmo que estabelecia medidas administrativas para contenção de despesas do Estado.

Em suas considerações justificando essas medidas o governador alegava que, em consequência da aprovação da Emenda Constitucional nº 5, que instituiu nova discriminação de rendas em favor dos municípios, o Estado teria seu campo de tributação desfalcado do produto dos Impostos de Transmissão de Propriedade Imobiliária Inter-Vivos, e Territorial Rural. E ainda, por força de preceitos, obrigado na Carta Política do Estado, a criação de 22 novos municípios ofereceria como resultante inevitável, a perda, pelo Estado, de todo o produto de sua arrecadação, exceto o proveniente do Imposto de Exportação, nos territórios das novas comunas.

O governador ainda considerava que, em consequência desse desequilíbrio entre a receita prevista e a despesa fixada, impunha-se tomar medidas que possibilitassem à administração manter-se num regime de ampla contenção de gastos.

■ RIBAMAR CASTRO



Instituído Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015

O governador do Estado sanciona a Lei nº 7.595, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

As prioridades e metas da Administração Pública para o exercício financeiro de 2012 são estabelecidas na lei.

O Plano Plurianual é estrutu-

rado por programas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais Órgãos Constitucionais Independentes.

Esses programas constituem o elemento de integração entre os obje-

tivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e as programações estabelecidas nos Orçamentos Anuais correspondentes aos exercícios abrangidos pelo período do Plano.

CADERNO 1 - PÁGINA 5

Limpeza e conservação

Às 10h (horário de Brasília) do dia 12/01/2012, a Secretaria de Estado de Educação abrirá licitação no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

O objeto será contratar empresa especializada no fornecimento de mão-de-obra para prestar serviços diários de limpeza e conservação higiênica, das áreas internas e externas das unidades escolares, e manipulação, preparo e distribuição de merenda escolar.

CADERNO 14 - PÁGINA 13

Locação de veículo

A Prefeitura de Santa Bárbara do Pará realizará licitação, na modalidade menor preço por item, cujo objeto é a locação de veículo para serviço de transporte escolar, às 8h, do dia 16 de Janeiro de 2012.

Os interessados em participar poderão adquirir o edital na sala da CPL, localizada na Rodovia Augusto Meira Filho, km 17, s/n, das 8h às 12h.

CADERNO 16 - PÁGINA 2

Contratação de empresa

A Companhia de Saneamento do Pará abrirá licitação às 15h30 (horário de Brasília) do dia 11/01/2012, no site www.comprasnet.gov.br.

O objeto será a contratação de empresa para prestação de serviços comerciais diversos, serviços de cobrança e leitura com impressão simultânea, de clientes pertencentes às unidades de negócios do interior do Estado do Pará, atendidas pela Cosanpa.

CADERNO 14 - PÁGINA 2

Expediente facultativo

Foi assinado pelo governador do Pará o decreto nº 314, que torna facultativo o expediente do dia 30/12/2011 nas repartições públicas integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

As áreas de saúde pública, defesa social, entre outras, estabelecerão, no dia facultado, escalas de serviço de servidores, a fim de atendimento à população.

CADERNO 11 - PÁGINA 15

Acordo de Cooperação

A Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará e a Universidade Federal Rural da Amazônia assinam Acordo de Cooperação Técnico Científico para o planejamento e desenvolvimento de soluções e estratégias inovadoras.

O acordo visa à implementação de ações para o desenvolvimento do conceito, do método e das técnicas da modalidade de ensino à distância.

CADERNO 13 - PÁGINA 6

Comunicado Diário Oficial

Faz parte desta edição **Suplemento Especial**, contendo matérias de interesse da administração pública. E, em virtude do ponto facultativo desta sexta-feira (30/12), estabelecido pelo Decreto nº 314, informamos que o DOE não circulará no dia 02/01/2012 (segunda-feira), voltando a circular, normalmente, no dia 03/01/2012 (terça-feira).



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
PARÁ

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE



Simão Robison Oliveira Jatene
GOVERNADOR

Helenilson Cunha Pontes
VICE-GOVERNADOR

Manoel Pioneiro
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Raimunda do Carmo Gomes Noronha
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Antônio Eduardo Barleta de Almeida
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO,
REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
Trav. do Chaco, 2271
Marco • CEP: 66.093-410
Belém - Pará
PABX: 4009-7800
FAX: 4009-7819
www.ioe.pa.gov.br

Luis Cláudio Rocha Lima
PRESIDENTE

Michelly dos Santos Freire
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Pedro Paulo Pereira Ferreira
DIRETOR INDUSTRIAL

Ana Carmen Palheta Alves
DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO E TECNOLOGIA

NESTA EDIÇÃO | sexta-feira, 30 de dezembro de 2011

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR CAD. 1 - PÁG. 5

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA CAD. 12 - PÁG. 7

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CAD. 12 - PÁG. 8

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO CAD. 12 - PÁG. 9

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.. CAD. 12 - PÁG. 9

 POLÍCIA CIVIL..... CAD. 12 - PÁG. 10

 POLÍCIA MILITAR..... CAD. 12 - PÁG. 13

 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR..... CAD. 12 - PÁG. 14

 SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.CAD. 12 - PÁG. 14

 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO CAD. 12 - PÁG. 14

 CENTRO DE PERÍCIAS RENATO CHAVES..... CAD. 13 - PÁG. 1

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO..... CAD. 13 - PÁG. 2

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃOCAD. 13 - PÁG. 2

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO CAD. 13 - PÁG. 2

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO

ESTADO DO PARÁ..... CAD. 13 - PÁG. 2

EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO

DO PARÁ..... CAD. 13 - PÁG. 6

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA..... CAD. 13 - PÁG. 6

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. CAD. 13 - PÁG. 11

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,

ORÇAMENTO E FINANÇAS..... CAD. 13 - PÁG. 11

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO CAD. 13 - PÁG. 14

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO CAD. 13 - PÁG. 14

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA CAD. 13 - PÁG. 14

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

DO ESTADO DO PARÁ..... CAD. 13 - PÁG. 15

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO

DO PARÁ..... CAD. 13 - PÁG. 15

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ CAD. 13 - PÁG. 16

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO CAD. 13 - PÁG. 16

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E

LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL..... CAD. 14 - PÁG. 1

SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL,

DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO .. CAD. 14 - PÁG. 1

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS

PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ CAD. 14 - PÁG. 1

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ..... CAD. 14 - PÁG. 2

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ CAD. 14 - PÁG. 2

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ..... CAD. 14 - PÁG. 2

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA

E INOVAÇÃO..... CAD. 14 - PÁG. 3

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE CAD. 14 - PÁG. 4

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO

ESTADO DO PARÁ..... CAD. 14 - PÁG. 5

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS..... CAD. 14 - PÁG. 6

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE..... CAD. 14 - PÁG. 6

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO

DO PARÁ..... CAD. 14 - PÁG. 8

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROMOÇÃO

SOCIAL..... CAD. 14 - PÁG. 8

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER..... CAD. 14 - PÁG. 8

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES CAD. 14 - PÁG. 8

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES..... CAD. 14 - PÁG. 9

FUNDAÇÃO CURRO VELHO..... CAD. 14 - PÁG. 11

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO CAD. 14 - PÁG. 11

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ..... CAD. 14 - PÁG. 14

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROTEÇÃO E

DESENVOLVIMENTO SOCIAL..... CAD. 15 - PÁG. 3

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA CAD. 15 - PÁG. 3

HOSPITAL OPHIR LOYOLA..... CAD. 15 - PÁG. 8

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁCAD. 15 - PÁG. 8

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E

HEMATOLOGIA DO PARÁ..... CAD. 15 - PÁG. 9

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS

GASPAR VIANA CAD. 15 - PÁG. 9

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CAD. 15 - PÁG. 9

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS

HUMANOS CAD. 15 - PÁG. 10

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ..CAD. 15 - PÁG. 12

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO

E RENDA CAD. 15 - PÁG. 12

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

DO PARÁ..... CAD. 15 - PÁG. 12

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

DO ESTADO DO PARÁ..... CAD. 15 - PÁG. 12

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ CAD. 15 - PÁG. 13

MUNICÍPIOS..... CAD. 16 - PÁG. 1

EMPRESARIAL CAD. 16 - PÁG. 4



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
PARÁ

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR

Governador: Simão Robison Oliveira Jatene
Tel.: (91) 3201-5669 / 5587 Fax: (91) 3248-0133

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Vice-Governador: Helenilson Cunha Pontes
Tel.: (91) 3201-3631 Fax: (91) 3201-3745

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: Sofia Feio Costa
Tel.: (91) 3201- 5563 / 5564 Fax: (91) 3248-0765

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: Ten. Cel. PM Fernando Augusto Dopazo Noura
Tel.: (91) 3084-2450 / 2456 Fax: (91) 3084-2455

CONSULTORIA GERAL DO ESTADO - CGE

Consultor: Ophir Filgueiras Cavalcante
Tel.: (91) 3201-5557

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

Procurador Geral: Caio de Azevedo Trindade
Tel.: (91) 3225-0811 / 0777 Fax: (91) 3241-2828

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Defensor: Antônio Roberto Figueiredo Cardoso
Tel.: (91) 3201-2712 / 2697 / 2713 Fax: (91) 3201-2690

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE

Auditor: Roberto Paulo Amoras
Tel.: (91) 3239-6477 / 6479 Fax: (91) 3239-6476

AÇÃO SOCIAL INTEGRADA DO PALÁCIO DO GOVERNO - ASIPAG

Presidente: Rosymary Neves Teixeira
Tel.: (91) 3344-4220 / 4222 Fax: (91) 3344-4221

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM

Secretário: Ney Messias Júnior
Tel.: (91) 3202-0931 / 0901 Fax: (91) 3202-0903

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO

Presidente: Adelaide Oliveira de Oliveira
Tel.: (91) 3228-0838 / 4005-7746 Fax: (91) 3226-6753

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Secretário: Luiz Fernandes Rocha
Tel.: (91) 3215-2200 / 3215-2255 Fax: (91) 3225-2644

POLÍCIA CIVIL

Delegado Geral: Nilton Jorge Barreto Atayde
Tel.: (91) 4006-9045 Fax: (91) 3252-0050

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM

Comandante Geral: Cel. PM Mário Alfredo Souza Solano
Tel.: (91) 3277-5644 Fax: (91) 3277-5644

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBM

Comandante Geral: CEL. QOBM Hegésipo Donato Teixeira Jr.
Tel.: (91) 4006-8313 / 8352 / 8396 Fax: (91) 3257-7200

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN

Diretor Superintendente: Álvaro Ayres de Oliveira Júnior
Tel.: (91) 3214-6253 / 6256 Fax: (91) 3214-6249

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - SUSIPE

Superintendente: Ten. Cel. André Luiz de Almeida e Cunha
Tel.: (91) 3230-2214 / 3242-2539 Fax: (91) 3224-6726

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES

Diretor Geral: Orlando Salgado Gouvêa
Tel.: (91) 4009-6012 Geral: 4009-6075 Fax: (91) 4009-6016

SECRETARIAS ESPECIAIS DE ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO

Secretário: Helenilson Cunha Pontes

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD

Secretária: Alice Viana Soares Monteiro
Tel.: (91) 3289- 6202 / 6224 Fax: (91) 3241-2971

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Secretário: José Barroso Tostes Neto
Tel.: (91) 3222-5720 / 3218-4200 / 4324 Fax: (91) 3223-0776

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - SEPOF

Secretário: Sérgio Roberto Bacury de Lira
Tel.: (91) 3241-9291 / 3242-9900 / 3204-7417 Fax: (91) 3241-0709

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGPREV

Presidente: José Cláudio Couto Salgado
Tel.: (91) 3230-3521 Fax: (91) 3230-3521

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP

Presidente: Kleber Tayrone Teixeira Miranda
Tel.: (91) 4006-7954 / 7965 / 7991 / 7994 Fax: (91) 4006-7962 / 7972

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ - IDESP

Presidente: Maria Adelina Guglioti Braglia
Tel.: (91) 3321-0600/0630/0605 Fax: (91) 3321-0630

ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - EGPA

Diretor Geral: Ruy Martini Santos Filho
Tel.: (91) 3214-6802 / 6803 Fax: (91) 3214-6802

LOTERIA DO ESTADO DO PARÁ - LOTERPA

Presidente: Jorge Otávio Bahia Rezende
Tel.: (91) 3212-5959 / 2342-9027 / (91) 3242-9656

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE

Presidente: Luis Cláudio Rocha Lima
Tel.: (91) 4009-7800 Fax: (91) 4009-7802

EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

Presidente: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires
Tel.: (91) 3344-5201 / 5208 / 5217 Fax: (91) 3344-5204

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ

Presidente: Augusto Sérgio Amorim
Tel.: (91) 3348-3320 / 3209 Fax: (91) 3223-0823

NÚCLEO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Diretora: Maria do Céu Guimarães de Alencar
Tel.: (91) 3201-3732 / PABX: (91) 3201-3600

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO

Secretário: Shydney Jorge Rosa

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR

Secretário:
Tel.:

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - SEICOM

Secretário: David Araújo Leal
Tel.:

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA - SAGRI

Secretário: Hildegardo de Figueiredo Nunes
Tel.: (91) 3226-8904 / 1363 Fax: (91) 3226-7864 /3246-6168

SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA - SEPAq

Secretário: Henrique Kioshi Sawaki
Tel.: (91) 4006-1286 Fax: (91) 4006-1262

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Diretor Geral: Mário Aparecido Moreira
Tel.: (91) 3210-1104 / 1102 Fax: (91) 3210-1105

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA

Presidente: José Artur Guedes Tourinho
Tel.: (91) 3217-5801 / 5802 / 5803 Fax: (91) 3217-5840

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER

Presidente: Cleide Maria Amorim de Oliveira
Tel.: (91) 3256-0150 / 0015 Fax: (91) 3256-0015

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA

Presidente: Marco Antônio Soares Raposo
Tel.: (91) 3228-9191 / 9260 / 9157 Fax: (91) 3228-9191

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PARÁ

Presidente: Walter Vieira da Silva
Tel.: (91) 3236-2884

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO - PARATUR

Presidente: Adenauer Marinho de Oliveira Góes
Tel.: (91) 3212-0669 / 3223-2130 Fax: (91) 3223-6198

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

Gerente Executivo: Antonio Carlos Paula Neves da Rocha
Tel.: (91) 3230-3292 / 3222-9551

FUNDO DO DESENVOLMENTO SUSTENTÁVEL PARA A BASE PRODUTIVA DO ESTADO - BANCO DO PRODUTOR

Gerente Geral
Tel.:

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Secretário: Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN

Secretário: Francisco das Chagas Silva Melo Filho
Tel.: (91) 3218-78007846/7805 3243-3256 Fax: (91) 3231-5845

SECRETARIA DE ESTADO INTEGRAÇÃO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

Secretário: Márcio Godoi Spindola
Tel.: (91) 3201-3763 / 3201-3610 Fax: (91) 3201-3664

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP

Secretário: Joaquim Passarinho Pinto de Souza Porto
Tel.: (91) 3183-0002 / 0003 Fax: (91) 3183-0002 / 0004

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA

Secretária: Teresa Lusía Mártires Coelho Cativo Rosa
Tel.: (91) 3184-3330 / 3341 Geral: 3184-3300 Fax: (91) 3276-8564

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário: Alex Bolonha Flúza de Mello
Tel.: (91 4009-2510 / 4009-2512 Fax: (91) 3242-5969

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

Presidente: Carlos Lamarão Corrêa
Tel.: (91) 3181-6500 / 6501 Pabx: 3181-6500 Fax: (91) 3229-9488

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO ESTADO DO PARÁ-IDEFLOR

Diretor Geral: José Alberto Colares
Tel.: (91) 3184-3377 / 3362 Fax: (91) 3184-3377

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON

Diretor Geral: Miguel Fortunato Gomes dos Santos Júnior
Tel.: (91) 3213-3403 / 3241-1717 Fax: (91) 3213-3467

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Presidente: Antônio Rodrigues da Silva Braga
Tel.: (91) 3202-8567 / 8514 Fax: (91) 3236-2199

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH

Presidente: Abraão Benassuly Neto
Tel.: (91) 3201-3605 Fax: (91) 3201-3605

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB

Presidente: Marcos Aurélio Lopes de Oliveira
Tel.: (91) 3214-8500 / 8101 Fax: (91) 3243-0555

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

Presidente:
Tel.:

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PARÁ

Presidente: Mário Ramos Ribeiro
Tel.: (91) 4009-2551

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Secretário: Nilson Pinto de Oliveira

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC

Secretário: Cláudio Cavalcanti Ribeiro
Tel.: (91) 3211-5107 / 5160 / 5161 Fax: (91) 3211-5026

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT

Secretário: Paulo Roberto Chaves Fernandes
Tel.: (91) 4009-8736 / 8740 Fax: (91) 4009-8740

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL

Secretário: Marcos Vinícius Eiró do Nascimento
Tel.: (91) 3201-2300 Fax: (91) 3201-2331

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA

Reitora: Marília Brasil Xavier
Tel.: (91) 3244-5177 Fax: (91) 3244-5460

INSTITUTO DE ARTES DO PARÁ - IAP

Presidente: Heitor Márcio Pinheiro
Tel.: (91) 4006-2932 / 2923 / 2924 Fax: (91) 3225-2860

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ “TANCREDO NEVES” - CENTUR

Presidente: Carlos Nilson Batista Chaves
Tel.: (91) 3202-4350 / 4333 Fax: (91) 3202-4351

FUNDAÇÃO “CARLOS GOMES”

Superintendente: Paulo José Campos de Melo
Tel.: (91) 3201-9471 / 9478 Fax: (91) 3201-9476

FUNDAÇÃO “CURRO VELHO”

Superintendente: Dina Maria César de Oliveira
Tel.: (91) 3184-9100 Fax: (91) 3184-9109

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretária: Maria Alves dos Santos
Tel.: (91) 3219.6304 / 3219.4420

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA

Secretário: Helio Franco de Macedo Júnior
Tel.: (91) 4006-4800 / 4804/ 4805 Fax: (91) 4006-4849

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Secretário: Maria Alves dos Santos
Tel.: Fax: (91) 3254-1373

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SETER

Secretário: José Alfredo Silva Hage Júnior
Tel.: (91) 3241-4168 / 3222-5986 Fax: (91) 3222-5986

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH

Secretário: José Acreano Brasil Júnior
Tel.: (91) 4009-2722 / 2723 / 2744 / 2700 Fax: (91) 3225-1632 / 3242-9651

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMEP

Presidente: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira
Tel.: (91) 3246-2554 / 2404 / 1800 Fax: (91) 3266-1526

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

Diretora Geral: Maria Graça Jacob
Tel.: (91) 3342-1100 / 3342-1305 Geral: 3289-1002 Fax: (91) 3289-1009

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Presidente: Maria Eunice Begot da Silva Dantas
Tel.: (91) 3241-5208 / 4009-2241 Fax: (91) 4009-2299

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA - HEMOPA

Presidente: Luciana Maria Cunha Maradei Pereira
Tel.: (91) 3242-6905 / 9100 Fax: (91) 3242-6905

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Presidente: Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça
Tel.: (91) 3276-5665 / 0601 Fax: (91) 3276-1150

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ- FASEPA

Presidente: Ana Célia Cruz de Oliveira
Tel.: (91) 3204-0201 Fax: (91) 3204-0204

Executivo

GABINETE DO GOVERNADOR

L E I Nº 7.595, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2012-2015 e dá outras providências.
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO
Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, em cumprimento ao disposto no art. 204, §§ 1º e 2º, da Constituição do Estado do Pará.
Art. 2º O Plano Plurianual é estruturado por Programas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais Órgãos Constitucionais Independentes.
Parágrafo único. Os Programas, no âmbito da Administração Pública Estadual, para efeito do art. 204, da Constituição Estadual, são os integrantes do Anexo desta Lei.
Art. 3º Os Programas a que se refere o artigo 2º desta Lei constituem o elemento de integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e as programações estabelecidas nos Orçamentos Anuais correspondentes aos exercícios abrangidos pelo período do Plano.
Art. 4º As prioridades e metas da Administração Pública para o exercício financeiro de 2012, serão estabelecidas nesta Lei.
Art. 5º As Leis Orçamentárias Anuais e seus créditos adicionais obedecerão rigorosamente os títulos dos Programas e Ações constantes neste Plano ou das Leis que o modificarem.
Art. 6º As metas físicas e financeiras, estabelecidas neste Plano para as ações financiadas com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do orçamento de investimento das empresas, são estimadas, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas Leis Orçamentárias.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO DO PLANO
Seção I
Disposições Gerais
Art. 7º A gestão do Plano Plurianual 2012-2015 observará os princípios de eficiência, eficácia, efetividade, publicidade e moralidade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão de Programas.
Art. 8º O Poder Executivo manterá sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano,

de utilização obrigatória pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo.
Parágrafo único. Os demais Poderes e Órgãos previstos no art. 2º desta Lei, manterão sistemas de informações gerenciais e de planejamento para apoio à Gestão do Plano, no âmbito de suas competências.
Art. 9º Cabe à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), sob a coordenação da Secretaria Especial de Gestão, estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual 2012-2015.
Seção II
Das Revisões e Alterações
Art. 10. A exclusão ou alteração de Programas constantes nesta Lei ou a inclusão de novos Programas serão propostas pelo Poder Executivo, por meio do Projeto de Lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.
§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária encaminhado anualmente à ALEPA, já incorporará os efeitos da revisão ou alteração do Plano Plurianual.
§ 2º O Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual 2012-2015 será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) até 31 de agosto de cada ano e compor-se-á de:
I - demonstrativo atualizado do Anexo do Plano, que conterà as inclusões, exclusões e alterações, qualitativas ou quantitativas, efetuadas em Programas, indicadores, ações e demais atributos;
II - demonstrativo de Programas e ações incluídos e excluídos, com a exposição sucinta das razões que motivaram a alteração.
§ 3º Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais Órgãos Constitucionais Independentes, deverão encaminhar ao Poder Executivo, para consolidação da revisão anual do Plano, as suas propostas até 10 de agosto de cada ano.
§ 4º A proposta do Poder Legislativo de que trata o § 3º deste artigo, será encaminhada à SEPOF, após aprovação em Plenário e concretizada através de Decreto Legislativo.
§ 5º O demonstrativo referido no inciso I do § 2º deste artigo adotará perspectiva de planejamento correspondente ao período restante do Plano, especialmente no que se refere aos valores físicos e financeiros das ações, e servirá como referência permanente para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Seção III
Do Monitoramento e da Avaliação
Art. 11. O Plano Plurianual 2012-2015 será monitorado e avaliado pela SEPOF, sob a coordenação da Secretaria Especial de Gestão, à qual compete definir diretrizes e orientações técnicas para seu funcionamento.
Art. 12. As unidades orçamentárias responsáveis pelos Programas e ações constantes no Anexo desta Lei manterão atualizadas, durante cada exercício, as informações referentes à execução física e financeira dos programas e ações, bem como à apuração dos indicadores de desempenho definidos no Plano.
Art. 13. Os Órgãos e Entidades do Poder Executivo, responsáveis pela gestão dos Programas, deverão registrar, no Sistema de

Gestão de Programas do Estado do Pará (GPPará), até o dia 10 de cada mês subsequente, as informações referentes às metas físicas das ações constantes dos Programas sob sua responsabilidade, devendo justificar no espaço destinado às informações complementares a não execução ou o não cumprimento das metas estabelecidas.
Art. 14. As Empresas Públicas integrantes do Orçamento de Investimento das Empresas e as unidades responsáveis pela execução das ações extra-orçamentárias constantes do Plano Plurianual 2012-2015 deverão encaminhar à SEPOF, ao final de cada quadrimestre, a execução física e financeira das suas ações, e ao final do exercício financeiro, Relatório contendo os principais resultados alcançados nos Programas sob a sua responsabilidade.
Art. 15. O Poder Executivo, sob a coordenação da SEPOF, realizará, anualmente, avaliação dos resultados dos Programas do Plano Plurianual 2012-2015, relativos ao exercício anterior.
§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Órgãos Constitucionais Independentes, responsáveis pela gestão dos seus Programas, deverão elaborar e enviar à SEPOF, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente, avaliação dos resultados dos Programas do Plano Plurianual 2012-2015 sob suas responsabilidades, relativos ao exercício anterior.
§ 2º A avaliação dos resultados dos Programas será consolidada pela SEPOF em Relatório Anual de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual 2012-2015, a ser encaminhado à ALEPA e ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE) no prazo de sessenta dias da abertura da sessão legislativa, e disponibilizado no site da SEPOF na internet.
§ 3º O Relatório Anual de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual 2012-2015 conterà a programação e a execução dos Programas, ressaltando os resultados alcançados, a apuração dos índices dos indicadores de desempenho e a realização física e financeira das suas ações.
Art. 16. A SEPOF disponibilizará no seu site na internet resumo das informações constantes do Sistema GPPará, em módulo específico, e do Relatório de Avaliação dos Programas para fins de consulta pela sociedade civil.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 17. A SEPOF divulgará no seu site na internet, relativamente ao Plano Plurianual 2012-2015:
I - o texto atualizado da Lei que o instituiu, compreendendo seus anexos;
II - a revisão do Plano, com as respectivas alterações, inclusões e exclusões;
III - os Relatórios anuais de Avaliação dos Programas do Plano.
Art. 18. Esta Lei entra em vigor após sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 28 de dezembro de 2011.
SIMÃO JATENE
Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Pacto Pelo Pará

Belém – Pará
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) – Belém-PA

Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF)
Diretoria de Planejamento Estratégico (DIPLAE)
Rua Boaventura da Silva, 401/403
CEP: 66053-050
☎ xxx (91) 3204-7512 / xxx (91) 3225-2384.
www.sepof.pa.gov.br
Belém-Pará-Brasil

Pará. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Diretoria de Planejamento Estratégico.
Plano Plurianual 2012-2015 do Governo do Estado do Pará / Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. _ Belém: SEPOF. Diretoria de Planejamento Estratégico, 2011.

1. Pará - Política e governo. 2. Administração pública - Pará. I. Título.

CDD: 351.8115

Governador do Estado do Pará
Simão Robison Oliveira Jatene

Vice-Governador do Estado do Pará
Helenilson Cunha Pontes

Assembléia Legislativa do Estado do Pará
Deputado Manoel Pioneiro

Instituto de Previdência da Assembléia Legislativa do Estado do Pará
Antonio Rocha

Tribunal de Contas do Estado do Pará
Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
José Carlos Araújo

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Des. Raimunda do Carmo Gomes Noronha

Justiça Militar do Estado
José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

Ministério Público do Estado do Pará
Antonio Eduardo Barleta de Almeida

Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará
Maria Helena Borges Loureiro

Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas dos Municípios
Elizabeth Massoud Salame da Silva

Defensoria Pública do Estado
Antonio Roberto Figueiredo Cardoso

Secretário Extraordinário de Estado para Assuntos Institucionais
Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Luiz Fernandes Rocha

Delegado Geral da Polícia Civil
Nilton Jorge Barreto Atayde

Comandante Geral da Polícia Militar do Pará
Cel. QOPM Mário Alfredo Souza Solano

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará
Cel. QOBM Hegésipo Donato Teixeira Júnior

Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”
Orlando Salgado Gouvêa

Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará
Major QOPM Francisco Mota Bernardes

Diretor-Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará
Álvaro Ayres de Oliveira Junior

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
Sofia Feio Costa

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado
Tenente-Coronel QOPM Fernando Augusto Dopazo Noura

Consultor Geral do Estado
Ophir Filgueiras Cavalcante

Procurador Geral do Estado
Caio de Azevedo Trindade

Auditor Geral do Estado
Roberto Paulo Amoras

Presidente da Ação Social Integrada do Palácio do Governo
Rosymary Neves Teixeira

Secretário de Estado de Comunicação
Ney Emil da Conceição Messias Júnior

Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão
Adelaide Oliveira de Oliveira

Secretário Especial de Estado de Gestão
Helenilson Cunha Pontes

Secretária de Estado de Administração
Alice Viana Soares Monteiro

Secretário de Estado da Fazenda
José Barroso Tostes Neto

Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
Sérgio Roberto Bacury de Lira

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
José Cláudio Couto Salgado

Presidente do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Pará
Kleber Tayrone Teixeira Miranda

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
Maria Adelina Guglioti Braglia

Diretor Geral da Escola de Governo do Estado do Pará
Ruy Martini Santos Filho

Diretor-Presidente da Loteria do Estado do Pará
Jorge Otávio Bahia de Rezende

Presidente da Imprensa Oficial do Estado
Luis Cláudio Rocha Lima

Presidente da Empresa de Processamento de Dados do Pará
Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires

Presidente do Banco do Estado do Pará
Augusto Sérgio Amorim Costa

Secretário Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção
Shydney Jorge Rosa

Secretário de Estado de Agricultura
Hildegardo de Figueiredo Nunes

Secretário de Estado de Pesca e Aquicultura
Henrique Sawaki – em exercício

Diretor Geral da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
Mário Aparecido Moreira

Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará
José Artur Guedes Tourinho

Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
Cleide Maria Amorim de Oliveira

Presidente da Central de Abastecimento do Pará
Marco Antônio Soares Raposo

Presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará
Walter Vieira da Silva

Diretor-Presidente da Companhia Paraense de Turismo
Adenauer Marinho de Oliveira Góes

Secretário Especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável
Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Secretário de Estado de Transportes
Francisco das Chagas Melo Filho

Secretário de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano
Márcio Godoi Espíndola

Secretário de Estado de Obras Públicas
Joaquim Passarinho Pinto de Souza Porto

Secretária de Estado de Meio Ambiente
Teresa Lusía Mártires Coelho Cativo Rosa

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Alex Bolonha Fiúza de Melo

Presidente do Instituto de Terras do Pará
Carlos Alberto Lamarão Corrêa

Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
José Alberto da Silva Colares

Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará
Miguel Fortunato Gomes dos Santos Júnior

Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Pará
Antonio Rodrigues da Silva Braga

Presidente da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará
Abraão Benassuly Neto

Presidente da Companhia de Habitação do Estado do Pará
Marcos Aurélio Lopes de Oliveira

Companhia de Gás do Pará
Cláudio Luciano da Rocha Conde

Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará
Mário Ramos Ribeiro

Secretário Especial de Estado de Promoção Social
Nilson Pinto de Oliveira

Secretário de Estado de Educação
Cláudio Cavalcante Ribeiro

Secretário de Estado de Cultura
Paulo Roberto Chaves Fernandes

Secretário de Estado de Esporte e Lazer
Marcos Vinicius Eiró do Nascimento

Reitora da Universidade do Estado do Pará
Marília Brasil Xavier

Presidente do Instituto de Artes do Pará
Heitor Márcio Pinheiro

Presidente da Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”
Carlos Nilson Batista Chaves

Superintendente da Fundação Carlos Gomes
Paulo José Campos de Melo

Superintendente da Fundação Curro Velho
Dina Maria César de Oliveira

Secretário Especial de Proteção e Desenvolvimento Social
Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior

Secretário de Estado de Saúde Pública
Hélio Franco de Macedo Júnior

Secretária de Estado de Assistência Social
Maria Alves dos Santos

Secretário de Estado de Trabalho Emprego e Renda
José Alfredo Silva Hage Júnior

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos
José Acreano Brasil Junior

Presidente do Instituto de Metrologia do Estado do Pará
Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

Diretora Geral Diretora Hospital “Ophir Loyola”
Maria Graça Borges Jacob

Presidente da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará
Maria Eunice Begot da Silva Dantas

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará
Luciana Maria Cunha Maradei Pereira

Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana
Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça

Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
Ana Célia Cruz de Oliveira

Coordenação e Elaboração do Plano Plurianual 2012-2015

Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças
Sérgio Roberto Bacury de Lira

Diretoria de Planejamento Estratégico
Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan

Assessoria
Fernando Augusto Altieri Silva
Sônia Maria Campelo de Figueiredo

Gerência de Desenvolvimento e Incentivo à Produção
Denísio de Jesus Costa Lima - Gerente
Euricles Limite Teixeira
Leandro Moraes de Almeida
Anderson Henrique Silva de Oliveira – Estagiário

Gerência de Infraestrutura e Logística
Valéria Athayde Fontelles de Lima - Gerente
Edvaldo Fernandes de Souza
Juçara Gluck Paul
Maria do Perpetuo Socorro Garcia Castro
Sâmya Aline Ramos da Silva – Estagiária

Gerência de Programas Sociais
Brenda Rassy Carneiro Maradei - Gerente
Bernadete de Jesus Barros Almeida
Elizabeth Rêgo Barros de Oliveira
Orlando Santana Rosa
Selma Jerônima Mesquita Couto
Alegria dos Santos Leite – Estagiária

Gerência de Programas de Gestão e Outros Poderes
Rosemary Tillmann da Silva - Gerente
Nice Farias da Silva

Colaboradores
Carlos Alberto de Souza Cardoso Júnior
Dário Lisboa Fernandes Júnior
Fábio Braga Cavalcante
Geovana Raiol Pires - IDESP
Maria de Nazaré Rodrigues da Costa
Rosana Pereira Fernandes
Sérgio Ricardo Pinto Moreira

APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, intitulado “Pacto pelo Pará”, foi concebido tendo como balizador três grandes eixos: a transformação pelo conhecimento, a transformação pela produção e a transformação pela gestão e governança.

Para assegurar essa estratégia de desenvolvimento, foram estabelecidas cinco diretrizes, que embasaram a elaboração dos Programas de Governo: Promover a Produção Sustentável; Promover a Inclusão Social; Agregar Valor à Produção por meio do Conhecimento; Fortalecer a Gestão e Governança com Transparência, e Promover a Articulação Político-Institucional e Desconcentração do Governo.

A construção e a consolidação desses condicionantes, dos Programas e das ações correspondentes, e dos instrumentos de avaliação, ocorreu de forma coletiva e socializada, de um lado por todos os Poderes constitucionais existentes e, por outro lado, pela participação ativa e direta da sociedade civil organizada.

Com isto, o Governo do Estado inaugurou um novo momento do processo de planejamento estratégico para o Estado, principalmente no que diz respeito à participação da sociedade civil. A participação democrática é essencial para que seja construído um presente e o futuro para o Estado do Pará e para a própria construção do “Pacto pelo Pará”. Em função disto, foram realizadas em todo o território paraense as Audiências Públicas já previstas nas Constituições Federal e na Constituição Estadual do Pará, mas que até hoje não tinham sido realizadas pelo próprio Governo do Estado.

Dessa forma, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), que coordenou a elaboração do PPA 2012-2015, foram realizadas Audiências Públicas nas 12 (doze) Regiões de Integração do Estado, da qual participaram Deputados Estaduais e Federais, Prefeitos e Vereadores de quase todos os municípios do Pará, Dirigentes e Técnicos de órgãos públicos estaduais e municipais, e representantes dos diversos segmentos da sociedade civil organizada. Além disto, foi disponibilizado pela SEPOF, no seu *site* na Internet, um Portal específico para o PPA 2012-2015, para que o governo pudesse ouvir a sociedade sobre as suas necessidades e demandas e sobre os rumos estratégicos do planejamento

e do desenvolvimento do Pará. O caráter participativo deste PPA é uma fórmula de enriquecimento permanente do planejamento e da gestão das ações do governo estadual, conferindo-lhes transparência e maior eficácia.

O desafio que se impunha era o de conseguir, efetivamente, elaborar um Plano no qual as propostas enunciadas durante a consulta à sociedade realmente orientasse o processo final de formatação do PPA.

Neste contexto, o PPA 2012-2015 foi estruturado com ênfase ao desenvolvimento sustentável, à difusão da informação e do conhecimento, priorizando a dimensão e diversidade regional, e estimulando projetos estruturantes para a população nas áreas de: educação, saúde, cultura e lazer, segurança, habitação, transporte, saneamento, trabalho, renda e produção.

Maximizar as potencialidades existentes em termos de distribuição de renda e da melhoria das condições de vida da população com vistas à redução da pobreza e desigualdade regional e social, associado ao respeito ao meio ambiente, ou seja, desenvolver sem devastar e aumentar a qualidade de vida, constituiu-se em um dos princípios desse Plano.

O PPA, enquanto importante instrumento de gestão governamental tem estimado para o período 2012-2015 o total de R\$ 51,2 bilhões distribuídos em 80 Programas, sendo 01 de Manutenção da Gestão e 79 Programas Finalísticos, dos quais 63 são do Poder Executivo, distribuídos nas políticas públicas setoriais: Proteção e Desenvolvimento Social; Promoção Social; Defesa Social e Segurança Pública; Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção; Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável e Gestão. Todos estes Programas buscam a redução da pobreza e a distribuição da renda, além da preservação do meio ambiente, importante para o desenvolvimento sustentável.

É importante evidenciar que não basta o cenário de quatro anos do PPA. O propósito é que no Plano de Governo e no sistema de planejamento seja vislumbrado um futuro desejável, sob uma visão estratégica de longo prazo, responsável pela coerência e consistência à atuação de todos os programas de governo, para que as políticas públicas sejam exitosas.

O PPA 2012-2015, ora apresentado, enfoca os conceitos e estrutura do Plano Plurianual, a sua Base Estratégica, com destaque para as metas de melhorias apontadas nos Programas de Governo, a estrutura de financiamento do Plano e, finalmente, a apresentação dos Programas, discriminados pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário, Poder Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública e os demais Órgãos Constitucionais Independentes.

A importância deste instrumento está diretamente relacionado a forma de executar os Programas, que requer ampla renovação da gestão pública. O desafio exige um Estado mais ágil e mais preparado para responder às demandas da sociedade, demandando gestores públicos empreendedores, comprometidos com uma gestão compartilhada entre governo e sociedade. Este é o grande desafio proposto neste Plano para o quadriênio 2012-2015, traduzido em um Pacto pelo Pará.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PARTE 1

CONCEITOS E ESTRUTURA DO PLANO PLURIANUAL

MARCO LEGAL DO PLANO PLURIANUAL

OBJETIVOS DO PLANO PLURIANUAL

INTEGRAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL COM OS DEMAIS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O PLANO PLURIANUAL 2012-2015

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANO PLURIANUAL

BASES ESTRATÉGICAS DO PLANO PLURIANUAL

DIRETRIZES E OBJETIVOS DE GOVERNO

DIMENSÃO TERRITORIAL DO PLANEJAMENTO – REGIÕES DE INTEGRAÇÃO

METAS DE MELHORIA DO MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL – INDICADORES SOCIAIS

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DO PLANO PLURIANUAL

PROJEÇÃO DE RECEITAS

PREVISÃO DE DESPESAS

PARTE 2

A FORMULAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL

PODER LEGISLATIVO

PODER JUDICIÁRIO

PODER EXECUTIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO

DEFENSORIA PÚBLICA

ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES

Parte 1

CONCEITOS E ESTRUTURA DO PLANO PLURIANUAL

MARCO LEGAL DO PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações governamentais. A sua exigência legal consta do Art. 165, §1º, da Constituição Federal, e do Art. 204 da Constituição do Estado do Pará.

O PPA é um instrumento de organização das ações da administração pública, no qual constam as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para os Programas de duração continuada, de modo regionalizado, sob a forma de Programas, para um período de 04 (quatro) anos.

O PPA apresenta todas as ações, orçamentárias e não-orçamentárias, permanentes ou operações especiais, que serão executadas pelos órgãos, entidades, fundos e empresas governamentais, de todos os Poderes constituídos, no espaço territorial, cabendo à Lei Orçamentária Anual (LOA) o detalhamento e a classificação da despesa, segundo as normas da Lei Federal nº 4.320/64.

Por força da referida lei, as empresas estatais que dependem de recursos do Estado para pagamento de gastos com pessoal ou custeio, integram o PPA e a LOA, tal como os demais órgãos da administração estadual. Entretanto, as empresas que independem do Estado para pagamento de seus gastos apenas detalham as ações relativas à despesa de capital.

Conforme o Art. 167, inciso I, da Constituição Federal, é vedado o início de quaisquer Programas e ações que não constem no Plano Plurianual, ou seja, todas as ações que integram a LOA devem estar presentes previamente no PPA, conforme determina o Art. 165, §7º, da Constituição Federal, de modo a inserir as dotações orçamentárias em uma perspectiva de planejamento de curto e médio prazo, compatibilizando os dois instrumentos.

O PPA, além de instrumento legal, é uma peça de comunicação, na medida em que apresenta à sociedade os principais objetivos governamentais e as respectivas metas, de forma simples e direta.

Além do que determinam as Constituições Federal e Estadual, o PPA também é normatizado pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão (MOG), que atualizou a discriminação da despesa por funções e estabeleceu os conceitos de Função, Subfunção, Programa, Projeto, Atividade e Operações Especiais, alterando a classificação funcional programática.

Da mesma forma, o PPA também obedece aos princípios e determinações impostas pela Lei Federal nº 101/2000, que se constitui na Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige a compatibilidade da execução das ações governamentais com os instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA.

OBJETIVO DO PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual tem os seguintes objetivos:

- Eliminar a improvisação na execução do orçamento público, alocando os recursos disponíveis, preponderantemente, nas atividades e projetos considerados prioritários para o Estado;
- Organizar, sob a forma de Programas, os serviços prestados à população;
- Viabilizar o monitoramento e a avaliação das ações de governo executadas pela Administração Pública Estadual, fornecendo parâmetros para a mensuração dos resultados dessas ações no cumprimento de suas atribuições, bem como a melhoria dos Programas governamentais;
- Definir com clareza as metas e prioridades da Administração Pública Estadual, conferindo transparência aos objetivos e ações de governo;
- Integrar planejamento, orçamento e gestão, orientando a administração pública estadual para o cumprimento de metas e resultados.

INTEGRAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL COM OS DEMAIS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

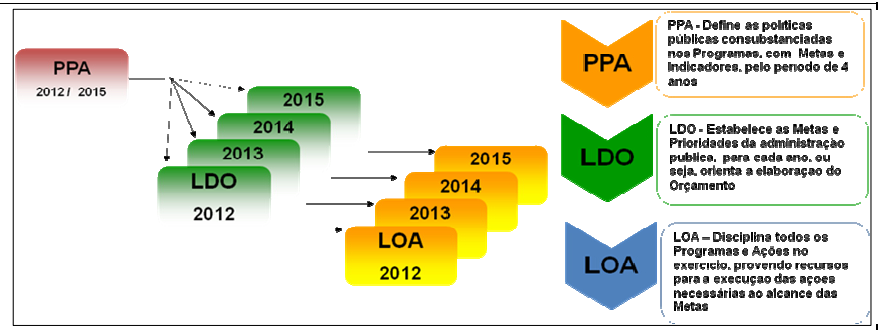
O Plano Plurianual, enquanto principal instrumento do planejamento estratégico, possibilita a integração entre Planejamento e Orçamento, de tal forma que as prioridades e metas estabelecidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são extraídas do PPA.

A integração entre o PPA e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) é condição essencial para assegurar a aplicação dos recursos públicos, segundo a demanda da sociedade.

O PPA e os Orçamentos têm a mesma linguagem. Os Programas que constam do Plano Plurianual vão aparecer também nos Orçamentos, com suas ações traduzidas em projetos e atividades. Isso assegura uma efetiva integração entre o planejamento e a execução, objetivo recomendado pelas melhores práticas administrativas.

A estruturação em Programas representa uma forma muito importante de elaboração dos planos e orçamentos do setor público. As demandas da população, explicitadas claramente nos objetivos dos Programas do PPA, é a referência básica para a distribuição dos recursos. Com isto, ganha-se mais transparência e evita a dispersão do dinheiro público.

Figura 1 – Integração dos Instrumentos de Planejamento



O PLANO PLURIANUAL 2012-2015

O desafio de buscar soluções para os grandes e graves problemas do Estado do Pará requer o estabelecimento de diretrizes que orientem o conjunto de políticas públicas, dando oportunidade para que as ações implementadas estejam em perfeita sintonia, do ponto de vista de alinhamento e integração, para otimizar recursos e resultados.

Ao mesmo tempo, é necessário compreender e incorporar o Pará no Brasil e no mundo contemporâneo, para alicerçar as bases do crescimento nas possibilidades, incertezas e complexidades que a realidade impõe.

A elaboração do Plano é um momento oportuno que reúne diferentes atores sociais, com objetivo de instituir um pacto e um projeto articulado para o desenvolvimento do Estado, capaz de enfrentar os grandes desafios e de aproveitar as oportunidades disponíveis para transformar em um Estado forte e coeso. Em suma, as soluções para os graves problemas e desafios que hoje enfrenta o Estado do Pará, só podem ser exequíveis se o governo e a sociedade fizerem um pacto. Um Pacto pelo Pará.

Fazer um pacto é somar idéias e ideais, talentos e competências, conhecimento e sabedoria. É assumir discutir, descobrir o que nos une, contornar o que nos separa, respeitar os limites de cada lado. E confiar no outro como ele confia na gente. Um pacto deve ser proposto na medida certa para ser cumprido.

Um pacto é um conjunto de acordos claros e viáveis, definidos entre os principais interessados na resolução dos problemas enfrentados pelo Pará nas áreas prioritárias para a população: educação, saúde, cultura e lazer, segurança, habitação, infraestrutura, trabalho, renda e produção. É maximizar as potencialidades no presente e projetar investimentos no futuro, para desenvolver sem devastar e aumentar a qualidade de vida.

O Pacto pelo Pará permitirá buscar soluções para os graves problemas e desafios que temos hoje, aproveitando e renovando os recursos naturais para construir os espaços e meios de vida para a população do Estado do Pará, no tempo presente e no futuro, sobretudo para os excluídos, que nem sequer se dão conta que podem contribuir e estarem inseridos no caminho dessas soluções.

Este Pacto deve se sustentar em três grandes transformações: a transformação pelo conhecimento, a transformação pela produção e a transformação pela gestão e governança.

Em função desses condicionantes e dessa proposta de construção coletiva, o Plano Plurianual 2012-2015, da Administração Pública do Estado do Pará, recebe a denominação de **“Pacto pelo Pará”**.

OS PROGRAMAS DE GOVERNO

Todas as ações a serem executadas no PPA 2012-2015 foram estruturadas em Programas, voltados para o atendimento dos problemas e/ou demandas da sociedade paraense. Os Programas foram concebidos de forma integrada e articulada, com vistas ao desenvolvimento sustentável e à difusão da informação e do conhecimento.

O Programa se constitui em um conjunto de ações, que convergem para a solução do problema identificado na sociedade. Define-se, então, um objetivo a ser alcançado e um ou mais indicadores capazes de medir os avanços conquistados, o que vai assegurar uma avaliação permanente das ações de governo. A quantificação dos Programas e suas ações foi baseada na previsão dos recursos financeiros para o período de abrangência do PPA.

As Regiões de Integração do Estado do Pará balizaram a organização espacial das ações e a seleção de empreendimentos estruturantes, que aportam ao Plano Plurianual a dimensão de um projeto de desenvolvimento estadual voltado para a obtenção de resultados concretos, medidos pelos seus efeitos na sociedade.

Os Programas e as ações constantes do PPA 2012-2015 vão deixar claro para o cidadão do Pará quais os problemas que o governo está combatendo qual a prioridade que está sendo atribuída, e quanto será gasto para isso. A estrutura do PPA, organizada por Programas, permite maior transparência na distribuição dos recursos, o que torna o Plano um instrumento de controle mais eficiente. Na medida em que os Programas especificam as metas e os recursos destinados a cada Região de Integração do Estado do Pará, oferecem parâmetros para mensurar resultados da ação governamental.

Os eixos norteadores da concepção dos Programas e das ações do PPA foram as Diretrizes e Objetivos de Governo, a programação de ação concebida por Poder constituído, além das ações constantes da Agenda Mínima no caso do Poder Executivo.

Na formulação do PPA 2012-2015 os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual construíam dois tipos de Programas: (i) Programa de Manutenção da Gestão, (ii) Programa Finalístico, definidos a seguir:

- **Programa de Manutenção da Gestão** – engloba ações de natureza tipicamente administrativas, as quais, embora contribuam para a consecução dos objetivos dos Programas Finalísticos, não têm, ainda, suas despesas passíveis de apropriação.
- **Programa Finalístico** – inclui ações que resultam em bens ou serviços ofertados à sociedade.

Desse modo, foram elaborados 80 (oitenta) Programas, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1 – Demonstrativo do Número de Programas do PPA 2012-2015

Descriminação	Total de Programas
Poder Judiciário Finalístico	07
Poder Legislativo Finalístico	06
Poder Executivo Finalístico	63
Áreas	
Proteção e Desenvolvimento Social	15
Promoção Social	07
Defesa Social e Segurança Pública	08
Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção	07
Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável	15
Gestão	11
Ministério Público Finalístico	01
Órgãos Constitucionais Independentes Finalístico	01
Defensoria Pública Finalístico	01
Manutenção da Gestão (Todos os Poderes)	01
Total	80

Ressalte-se que, neste PPA, constam ações que não se enquadram em nenhum Programa. É o caso das ações relativas à Dívida Pública que engloba as despesas assumidas pelo ente público decorrente de operações de crédito (interna e externa), ou por meio de refinanciamento de dívidas de curto e longo prazo. Essas apresentam dessa forma para atender dispositivo constitucional.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANO PLURIANUAL

O controle das ações de governo pela sociedade é a forma mais efetiva de impulsionar a mudança que necessita o Pará. A importância da participação social nas decisões e atividades desenvolvidas pelo governo se constitui em relevante instrumento de interação, o que possibilita o aperfeiçoamento das políticas públicas e contribui para a prática da responsabilidade compartilhada.

Em face disto, tornou-se condição prioritária e um dos objetivos da participação social na construção do PPA o debate com a sociedade paraense sobre as prioridades e a consistência estratégica dos investimentos e a seletividade das ações a serem implementadas no período 2012-2015. Para tanto, foi garantido pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), a participação e a interação da sociedade na formulação do PPA 2012-2015, da seguinte forma:

- Com a disponibilização no *site* da SEPOF na Internet, do Portal do PPA, que assegurou no período de 30 de maio a 19 de agosto de 2011 a participação dos cidadãos paraenses dos lugares mais longínquos do Estado.
- Nas Audiências Públicas realizadas nas 12 (doze) Regiões de Integração do Estado do Pará, no período de 18 de julho a 17 de agosto de 2011, nas quais foram apreciadas tanto a proposta do PPA 2012-2015 quanto a proposta da LOA 2012.

A consulta pública junto ao Portal do PPA possibilitou à sociedade o envio de sugestões no processo de elaboração do Plano Plurianual, tendo sido recebidas sugestões oriundas de cidadãos, representantes de Entidades Cíveis, de Órgãos Públicos, e de Organizações não Governamentais, as quais foram apreciadas pelos órgãos e entidades dos Poderes constituídos.

Nas consultas presenciais realizadas nas 12 (doze) Audiências Públicas participaram prefeitos municipais, vereadores, titulares e servidores das secretarias municipais, dirigentes e representantes dos órgãos e entidades estaduais dos Poderes constituídos do Pará, presidentes e demais dirigentes de associações comunitárias, de bairros, de sindicatos, de diversas organizações não governamentais, e da sociedade civil.

Nas Audiências Públicas foram apresentados os Programas e ações do PPA 2012-2015 concebidos para cada Região de Integração, assim como os principais investimentos em obras, por município, constante na proposta da LOA 2012. Os debates foram realizados com a participação direta da sociedade, manifestando-se diante das propostas apresentadas com críticas, ajustes e sugestões de novas ações. No processo de participação social foi recebido o total de 1.548 sugestões distribuídas pelas regiões de integração.

BASES ESTRATÉGICAS DO PLANO PLURIANUAL

DIRETRIZES E OBJETIVOS DE GOVERNO

O maior compromisso da Administração Pública Estadual é com a melhoria das condições de vida da população paraense. Portanto, toda e qualquer ação de governo tem como objetivo principal reduzir a pobreza e a desigualdade social por meio do desenvolvimento sustentável, ampliando, significativamente, a oferta de serviços públicos com qualidade, e estimulando a geração de postos de trabalho e a distribuição de renda nas diversas regiões do Estado.

O cenário que se apresenta para o crescimento da economia paraense, nas próximas décadas, exige ações de governo tecnicamente consistentes e politicamente viáveis para potencializar projetos e impedir o Estado de conviver com os males sociais de um novo ciclo de economia de fronteira com crescimento desordenado.

Para tornar isso possível, o crescimento da economia paraense deve levar em consideração a questão ambiental, que extrapola as fronteiras amazônicas, e o modelo industrial que formata produtos acabados não sustentáveis, consumidos de forma exagerada pela população e que findam por alimentar o ciclo da produção insustentável.

Não é mais cabível desenvolver projetos econômicos sem o devido cuidado ambiental, devendo a natureza ser transformada, mas com preservação, ampliando e consolidando o estabelecimento de uma convivência harmônica entre o homem e a natureza e entre os segmentos produtivos.

Deste modo, a prioridade governamental na retomada do desenvolvimento está voltada para um processo gradual, firme e persistente, de controle dos impactos ambientais e sociais das atividades econômicas, que permita viabilizar um modelo de desenvolvimento que resulte na redução da pobreza, sendo este o principal desafio imposto ao Pará para as próximas décadas.

Para o alcance desse objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade, preservando o meio ambiente, o governo elegeu 5 (cinco) Diretrizes e 25 (vinte e cinco) Objetivos Estratégicos, que são um conjunto correlacionado de prioridades que correspondem às perspectivas de: (i) resultados, relativo ao objetivo maior das ações governamentais, para a qual concorrem todos os objetivos estratégicos; (ii) de meios, que representa os fatores críticos para o alcance do macro-objetivo; e (iii) de base, que correspondem aos objetivos estratégicos de apoio às ações governamentais.

Diretriz 1 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

O Estado do Pará, cada vez mais, necessita financiar suas atividades por meio da ampliação de sua receita própria, gerada a partir da dinâmica de sua base produtiva, que deve apresentar-se sólida e integrada, capaz de utilizar de forma sustentável suas potencialidades naturais.

Nesse sentido, urge a definição de um novo pacto para a retomada do desenvolvimento que incorpore e amplie a questão ambiental com a adoção de tecnologias limpas nos mais diversos campos das políticas públicas estaduais, capazes de integrar e orientar um pacto de desenvolvimento ao mesmo tempo sustentável e inclusivo.

É imprescindível ao Pará, Estado rico em recursos naturais, mas com reduzida verticalização de suas potencialidades econômicas, o estabelecimento de um novo pacto de desenvolvimento para redefinir e fortalecer a política estadual de desenvolvimento, apoiada na integração entre os setores da agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, com o suporte da assistência técnica e extensão rural e com a organização dos produtores, segundo o modelo do associativismo e do cooperativismo, como forma de consolidar o agronegócio e implementar novas cadeias produtivas de caráter sustentável.

A indústria do turismo, atividade econômica que mais gera empregos no mundo, exige investimentos para suprir demandas infraestruturais e de qualificação de mão de obra, com o intuito de transformar os atrativos naturais e culturais em produtos turísticos. Nesse sentido, esta atividade complementa e agrega valor tanto aos demais segmentos econômicos quanto às iniciativas estritamente culturais. É fundamental, pois, articular a agenda de ações do turismo com as oportunidades e demandas oriundas dos demais setores, com flexibilidade e capacidade de resposta.

Todavia, o incentivo a essas atividades não se resume apenas ao crescimento do PIB estadual, sendo preciso instrumentalizar a sociedade para que ela possa produzir sua vida material, indo além da simples geração de emprego e renda, pois é imprescindível gerar resultados que propiciem melhorias sociais e econômicas, e com isto aumentar as possibilidades de crescimento individual e da sociedade paraense como um todo.

Esse desafio deverá ser alcançado por meio dos seguintes objetivos estratégicos:

CONSTRUIR UM NOVO MARCO REGULATÓRIO DA POSSE E USO DOS RECURSOS NATURAIS

Promover a arrecadação de áreas públicas e o acesso seguro ao direito à propriedade, como forma de apoiar a inclusão social e o desenvolvimento de atividades produtivas em bases sustentáveis e efetivar a governabilidade sobre o patrimônio fundiário estadual.

FORTALECER A PRODUÇÃO DE BASE FAMILIAR COM SUSTENTABILIDADE

Consolidar os sistemas familiares de produção, por meio da internalização de tecnologia, conhecimento (processos de aprendizagem) e diversificação produtiva adequados às potencialidades regionais, visando à dinamização econômica e social em bases sustentáveis e a redução de impactos ambientais negativos.

DINAMIZAR AS ECONOMIAS LOCAIS EM BASES SUSTENTÁVEIS

Promover o aperfeiçoamento e a diversificação de cadeias e arranjos produtivos locais, segundo os critérios de sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural, respeitando as características e potencialidades locais.

PROMOVER O TURISMO SUSTENTÁVEL

Ampliar a qualidade e a atratividade dos produtos turísticos, visando à implantação de projetos ambientais, sociais, culturais e economicamente sustentáveis.

ATRAIR NOVOS INVESTIMENTOS PARA O ESTADO

Criar as condições necessárias incluindo a garantia da segurança pública para a atração de novos investimentos que possam contribuir para a verticalização da produção mineral, do agronegócio e do turismo, e à formação das cadeias produtivas.

MELHORAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E ENERGÉTICA

Ampliar e melhorar a acessibilidade de interligação entre as diversas regiões do Estado, com a utilização de projetos intermodais de transporte, e a qualidade da energia fornecida no território paraense, fomentando também a utilização de energias alternativas (eólica, solar e mini-hídricas) para fins de abastecimento da demanda local.

Diretriz 2 – PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL

É prioritário o atendimento da parcela da população paraense que apresenta diferenças sociais e biológicas vitais, com o intuito de reduzir as desigualdades entre as regiões e os cidadãos. Medidas e desafios devem ser perseguidos, dentre os quais a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Pará no contexto geral e no âmbito municipal, por meio da execução de políticas de desenvolvimento econômico e social que elevem os indicadores adotados no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio para a região amazônica.

Na área da justiça e segurança, os objetivos de governo gravitam em torno de dois eixos fundamentais interligados entre si: a ampliação do acesso à Justiça e a promoção da cidadania e dos direitos humanos.

Para assegurar a melhoria do acesso à Justiça, as ações de governo irão priorizar a construção e/ou adaptação de prédios e equipamentos voltados à realização dessa atividade, contemplando todas as regiões de integração do Estado, principalmente as áreas de vulnerabilidade social.

No que se refere à promoção e proteção dos direitos humanos e da cidadania, as ações estão direcionadas à reestruturação da política de assistência social e da função de seguridade social, desenvolvendo ações articuladas nas áreas de assistência social, trabalho e renda. Nesse sentido, pretende-se revitalizar e ampliar os Conselhos Interativos de Justiça e Cidadania, com ampla participação de representantes da sociedade civil organizada.

Na segurança pública, o governo tem como meta prioritária a redução dos índices de violência e criminalidade no Pará, adotando como postulados básicos a firmeza da atuação policial, com observância do equilíbrio entre a segurança coletiva e os direitos individuais, a melhoria da gestão e a integração operacional e compartilhamento de informações entre as Polícias Civil e Militar, a modernização da infraestrutura e equipamentos das polícias, sobretudo dos sistemas de inteligência, e investimentos na capacitação de recursos humanos, e, ainda, a ampliação da rede de delegacias e quartelamentos, assim como as ações de polícia comunitária. Ainda na área da Segurança e Cidadania, o governo propõe implantar, em conjunto com o Judiciário, os juizados especiais criminais com a mesma circunscrição das seccionais.

Outro objetivo é alterar a situação apontada pelos diversos indicadores apurados pelo Ministério da Educação relativos à qualidade do ensino no Estado do Pará, impondo a aplicação de procedimentos e medidas emergenciais nos diversos níveis da educação.

A escola precisa ser resgatada como espaço de formação de cidadãos, com a valorização de alunos e professores. O objetivo é modernizar e fortalecer a gestão e o planejamento do sistema educacional, promovendo uma real descentralização, com articulação e simplificação de ações nos níveis estrutural e operacional, com ênfase na capacitação e qualificação continuada dos professores. Para tanto, é necessário atuar em todos os níveis de ensino: educação básica, ensino profissionalizante, ensino de jovens e adultos, ensino especial, e ensino superior.

É necessário, também, maior empenho para a redução do número de pessoas analfabetas, propiciando o resgate da cidadania. Para o ensino especial, o objetivo consiste em intensificar as ações de acesso e inclusão da criança e do jovem especial nas atividades desenvolvidas pelos diferentes programas sociais, adequando os espaços físicos das escolas e capacitando o magistério para o atendimento dessa população, tornando-a socialmente produtiva.

Dentre os objetivos mais significativos vinculados à área cultural, estão a requalificação, a manutenção e a recuperação urgente dos espaços, equipamentos e bens artísticos do Estado.

Na área de Saúde, o objetivo de grande relevância é colocar em pleno funcionamento os Hospitais Regionais, levando atendimento de qualidade e serviços de média e alta complexidade à população residente nas áreas de abrangência desses hospitais; criar condições efetivas para consolidar a atenção básica de saúde nos municípios, resgatando a estratégia de Saúde da Família; e, ainda, estabelecer estratégias para desenvolver e ampliar a vigilância à saúde, em parceria com os municípios, bem como fortalecer a Atenção Primária que, embora de responsabilidade dos municípios, configura-se como um dos objetivos da gestão estadual para essa área.

Integrada às demais políticas públicas de cunho social, a assistência social visa contribuir para a universalização dos direitos sociais, enfrentando a pobreza extrema e provendo condições mínimas para o atendimento a contingências sociais. O principal objetivo é garantir o acesso a bens e serviços aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e pessoal. Nesse sentido, destacam-se as ações de transferência de renda que se contrapõem à situação de pobreza e vulnerabilidade, que abarca significativa parcela da população paraense.

Na questão da habitação, além de reforçar as linhas de financiamento para a aquisição e/ou melhoria e ampliação da casa própria, o governo estadual tem, dentre seus objetivos, uma atenção especial aos programas de urbanização e regularização dos assentamentos precários nos quais o Estado, em apoio às prefeituras, investirá na infraestrutura urbana e social.

A ação do Estado na política habitacional tem a finalidade de democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis, ampliar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional no Estado, incentivar a geração de emprego e renda, dinamizar a economia ao apoiar-se na capacidade que o setor da construção civil apresenta em mobilizar mão de obra, e priorizar e incentivar a utilização dos insumos locais na produção da habitação, na construção de novas moradias e/ou na melhoria e ampliação das habitações existentes.

No Pará, apenas metade da população é atendida com abastecimento de água tratada e menos de um décimo com esgotamento sanitário. A coleta, destino e tratamento dos resíduos sólidos encontram-se, também, em patamares inferiores ao desejado, merecendo atenção do poder público.

Em face da carência de fontes de investimento para essa área e diante do crescimento da população paraense, principalmente a urbana, que ocorre em índices superiores à elevada taxa nacional, os objetivos governamentais estão direcionados para os grandes e médios centros urbanos, mediante a recuperação e ampliação das redes de distribuição e instalação de ramais prediais e equipamentos onde for necessário.

Para as cidades menores e às comunidades da zona rural, a prioridade é a utilização de tecnologias alternativas, como os microssistemas de abastecimento; e para as áreas ribeirinhas e locais onde a população encontra-se dispersa, a ação consiste em viabilizar a distribuição de kits de tratamento da água, inclusive das chuvas, que contém cloro, flúor e equipamentos adequados para uso familiar, em conjunto com a educação ambiental.

O alcance desse desafio será alcançado com os seguintes objetivos estratégicos:

PROMOVER A CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Garantir os direitos fundamentais do cidadão pela promoção, proteção e reparação dos direitos humanos, por meio da implementação de políticas públicas.

ASSEGURAR A PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA VIOLENCIA E CRIMINALIDADE

Prevenir a violência e a criminalidade mediante a adoção de políticas eficazes direcionadas para a pré-adolescência, a juventude e às famílias; e fortalecer o combate à violência e à criminalidade por meio do reaparelhamento policial e da intensificação da inteligência criminal, promovendo o compartilhamento de ações entre a União, Estado e Municípios.

INCENTIVAR O INGRESSO E A RECOLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Estimular a criação de um ambiente de negócios dinâmico e competitivo no âmbito dos setores econômicos, sociais, ambientais e do terceiro setor do Estado do Pará, com a finalidade de favorecer a geração de emprego e renda nos diversos níveis de qualificação profissional, utilizando a rede de ensino pública e parcerias privadas para formação, qualificação e requalificação profissional do trabalhador.

GARANTIR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA E MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Ampliar o acesso aos serviços de saúde por meio da expansão da rede pública de hospitais e centros especiais de atendimento, bem como a qualidade do atendimento, concentrando os serviços de saúde básica e regionalizando o atendimento de média e alta complexidade.

AMPLIAR O SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Ampliar e melhorar a oferta, especialmente nos municípios mais carentes, das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, retomando os projetos já iniciados e paralisados pelo governo federal e outras iniciativas.

AMPLIAR A MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE NO ESTADO

Promover, em parcerias com os governos municipais e a União, a melhoria do sistema viário estadual.

REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL

Reduzir o déficit habitacional, principalmente nas faixas de renda mais baixa entre 0-3 salários mínimos, em todas as regiões do Estado, retomando os projetos habitacionais já contratados pela Caixa Econômica Federal e de outras iniciativas, promovendo, ainda, a regularização dos terrenos urbanos.

Diretriz 3 – AGREGAÇÃO DE VALOR À PRODUÇÃO POR MEIO DO CONHECIMENTO

A valorização da produção e a difusão do conhecimento têm a perspectiva de pensar e incentivar a ciência, a tecnologia, a inovação e a educação como bens imateriais da população paraense e como suportes estratégicos de consolidação do desenvolvimento estadual.

Nesse sentido, a prioridade de governo nesse campo está atrelada ao desenvolvimento com sustentabilidade, tendo como objetivo primeiro criar e aplicar conhecimento de modo integrado às necessidades da sociedade paraense, fomentando a incorporação de novas tecnologias ao sistema produtivo local.

Os objetivos vinculados a essa diretriz buscam estimular a adoção de medidas estruturantes que propiciem a superação de gargalos existentes na matriz produtiva estadual, como a baixa competitividade dos produtos paraenses e a reduzida intensidade tecnológica instalada no Pará, dentre outros.

Sob esse enfoque, a criação e consolidação de parques tecnológicos e arranjos produtivos locais são instrumentos de promoção da sustentabilidade econômica e social das atividades produtivas do Estado, e deles devem fazer parte as instituições de ensino superior, de pesquisa e do setor privado, com o intuito de agregar valor às cadeias produtivas locais por meio da incorporação e ampliação de inovações e tecnologias nos produtos aqui fabricados, potencializando o uso sustentável dos recursos naturais.

No âmbito do ensino profissionalizante, é importante a criação de novos equipamentos que dêem suporte à expansão da rede de ensino direcionada ao trabalho, assim como é fundamental garantir a recuperação das escolas profissionais existentes, com a finalidade de estabelecer condições adequadas de funcionamento e absorção da demanda atualmente reprimida nessa modalidade de ensino no Pará.

Para o ensino superior, o governo pretende prosseguir com a política de interiorização baseada nas prioridades das regiões de integração, com vistas a criar oportunidades para os jovens paraenses e, dessa forma, repercutir no desenvolvimento econômico e humano de cada região, e, sobretudo, contribuir para a modernização do setor produtivo estadual.

As prioridades governamentais, no período de implementação do PPA 2012-2015, consistem em ampliar a oferta de vagas e cursos em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do Estado, utilizando, inclusive, tecnologias e metodologias de ensino à distância.

Além disso, a pesquisa científica e tecnológica e o aperfeiçoamento constante da formação em graduação e pós-graduação constituem, também, prioridade de governo, assim como ampliação do acesso de jovens egressos do ensino público ao ensino superior e à formação científica especializada.

Esse desafio deverá ser alcançado por meio dos seguintes objetivos estratégicos:

INCORPORAR NOVAS TECNOLOGIAS AO SISTEMA PRODUTIVO LOCAL

Elevar a qualidade do produto paraense via a incorporação de inovações e novas tecnologias, visando à sua inserção de forma competitiva nos mercados locais, regionais, nacionais e internacionais.

AGREGAR VALOR ÀS CADEIAS PRODUTIVAS CONTRIBUINDO PARA A VERTICALIZAÇÃO

Fomentar empresas locais no que se refere à agregação de valor a seus produtos e subprodutos, visando à consolidação, ampliação e verticalização de cadeias produtivas locais sustentáveis.

DESENVOLVER CIÊNCIA E PESQUISA COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE

Fomentar e criar incentivos para o desenvolvimento da ciência e pesquisa no Estado como alavancas para a incorporação de novas tecnologias, agregação de valor à produção e desenvolvimento sustentável do Estado.

FORTALECER O ENSINO PROFISSIONALIZANTE, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO LOCAL

Ampliar a rede de ensino profissionalizante nos municípios, com foco no atendimento das demandas regionais e locais, por meio da expansão e fortalecimento das escolas técnicas estaduais e da criação de rede de faculdades técnicas nos principais pólos do interior do Estado, visando a introdução de cursos sequenciais de formação específicas de nível superior de 2 anos, direcionados às vocações e demandas econômicas regionais e locais.

INTENSIFICAR, INTERIORIZAR E MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO

Ampliar e melhorar a qualidade e a cobertura do ensino público no Estado do Pará, interiorizando os cursos superiores que são estratégicos para o desenvolvimento estadual.

Diretriz 4 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO E GOVERNANÇA COM TRANSPARÊNCIA

É fundamental desenvolver formas de gestão que assegurem os instrumentos necessários para o aumento da eficiência e eficácia dos serviços ofertados à população e da efetividade da administração pública, e de criação de mecanismos que possibilitem uma relação mais democrática entre Estado e sociedade. A valorização, a credibilidade e o estímulo ao servidor público são importantes vetores de transformação, portanto, é preciso melhorar, mudar, simplificar e, ao mesmo tempo, tornar eficiente a forma com a qual a administração pública gerencia o bem público.

Servir ao público é o princípio de toda e qualquer administração pública. Os servidores públicos estão a serviço do cidadão. Mais do que uma escolha profissional esta é uma escolha de vida e, por conta disto, essa categoria de trabalhadores tem a missão de formular, executar, monitorar e avaliar políticas públicas destinadas a melhorar a vida da população paraense. Este é o fio condutor das ações do governo.

A transparência da gestão pública está garantida não somente pelo aspecto formal da legislação em vigor, mas, sobretudo, pela compreensão de que as ações governamentais e respectivos recursos utilizados devem ser de conhecimento do cidadão, que é o agente propulsor do financiamento e das ações do Estado.

Esse desafio deverá ser alcançado por meio dos seguintes objetivos estratégicos:

ASSEGURAR A TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES DO GOVERNO

Garantir a transparência das ações governamentais por meio da divulgação e disponibilização dos resultados de todas as ações governamentais. Por meio da ampliação dos mecanismos de transparência para a sociedade, será possível conseguir um aumento na interação da participação da sociedade nos processos e projetos do Estado.

PROMOVER A AGILIDADE E A MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA, OTIMIZANDO O PERFIL DO GASTO

Implantar tecnologias inovadoras de gestão no Estado, mediante a adoção do planejamento estratégico e operacional, em todos os níveis da administração, com adoção de metas e indicadores de resultados, da meritocracia, da remuneração variável e da valorização dos servidores em todos os seus aspectos. Será promovida também a otimização dos gastos visando a melhor utilização dos recursos públicos na gestão do Estado.

VALORIZAR O SERVIDOR ESTADUAL

Garantir mecanismos que assegurem ao servidor público o desenvolvimento profissional na carreira, com aplicação da meritocracia, de remuneração variável e de benefícios indiretos.

MELHORAR A EFETIVIDADE DA ARRECADAÇÃO

Promover o crescimento continuado da arrecadação estadual, com ajuste fiscal, por meio da contínua modernização e aperfeiçoamento do Sistema de Administração Tributária e Financeira Estadual, visando ao monitoramento em tempo real dos valores arrecadados, à eficiência operacional das atividades fazendárias e à permanente articulação institucional com a União e os Municípios.

Diretriz 5 – PROMOÇÃO À ARTICULAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL E DESCONCENTRAÇÃO DO GOVERNO

A articulação com a União e os municípios é extremamente importante para que as ações se complementem e haja convergência de objetivos. Essa diretriz estimula, principalmente, o fortalecimento do Pacto Federativo que, a despeito da implementação ainda recente dos preceitos constitucionais, continua a manter a dependência de Estados e municípios com relação aos recursos transferidos de forma discricionária entre os entes federados.

A articulação político-institucional, coordenada pelo Governo do Estado, tem por princípio a efetivação do Pacto Federativo, do reforço dos vínculos intergovernamentais e da revisão das relações entre os entes federados, entre as quais, as compensações devidas ao Pará pela isenção das exportações (Lei Kandir) e pelos compromissos ambientais para o enfrentamento das mudanças do clima. Essa articulação contempla, também, o diálogo construtivo permanente com as instituições civis representativas, de forma a gerar ações conjuntas e integradas.

Outra prioridade do governo é definir e reforçar as regiões que representam espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico, e cujos municípios mantenham integração entre si quer física quer economicamente. A ação do Estado direciona-se para consolidar espaços e territórios que possam se integrar, de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais e da implementação de programas que atendam aos problemas e necessidades, identificados de acordo com a especificidade de cada região.

A diretriz pressupõe que a retomada do desenvolvimento está associada à consolidação espacial e econômica do território, respeitadas suas vocações e potencialidades. Em função disto, é compromisso do governo descentralizar instâncias decisórias, financiamento e gestão, em torno de um projeto estratégico de desenvolvimento regional/ municipal que propicie o bem-estar da população, pactuado com as lideranças e representantes de entidades locais, segundo uma agenda de trabalho integrada e definida em todos os subespaços regionais.

Alguns órgãos estaduais possuem uma estrutura administrativa que já funciona de forma descentralizada com unidades de gestão localizadas nas regiões de integração concebidas pelo governo. Porém, sem descentralização dos recursos financeiros e sem poder de decisão gerencial, a descentralização acaba por se transformar em mera desconcentração, prejudicando a eficiência e a efetividade das ações de governo.

Esse desafio deverá ser alcançado por meio dos seguintes objetivos estratégicos:

PROMOVER MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CIVIS REPRESENTATIVAS

Consolidar e ampliar os mecanismos de controle social existentes, garantindo a participação de representações da sociedade civil organizada nos órgãos colegiados.

PROMOVER MAIOR INTEGRAÇÃO COM A UNIÃO E OS MUNICÍPIOS

Consolidar parcerias com os entes federativos e municipais buscando a sinergia e alinhamento entre os programas/projetos de interesse comum.

CONSTRUIR PLANOS REGIONAIS DESCONCENTRANDO E ASSEGURANDO A PRESENÇA DO ESTADO

Construir planos regionais em áreas estratégicas do Estado para desconcentrar o processo de desenvolvimento e gestão estadual e, conseqüentemente, diminuir as diferenças inter-regionais.

DIMENSÃO TERRITORIAL DO PLANEJAMENTO – REGIÕES DE INTEGRAÇÃO

Para efeito de formulação do PPA 2012-2015, a regionalização territorial adotada é a definida na Resolução CGE nº 002, de 05/02/2004, e no Decreto Estadual nº 1.066, de 19/06/2008.

A regionalização dos Programas tem como objetivo definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais e na implantação de Programas que atendam aos problemas e necessidades identificados pela população do Estado do Pará.

As políticas públicas foram formuladas considerando as especificidades e vocações de cada região e devem ser implementadas de forma articulada, de modo a contribuir para o desenvolvimento do Estado, buscando que as ações governamentais sejam executadas com mais eficiência, eficácia e efetividade.

Desse modo, o PPA 2012-2015 apresenta de forma sintética a dimensão das 12 (doze) Regiões de Integração do Estado do Pará, as quais representam espaços com semelhanças de ocupação, nível social e dinamismo econômico.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO ARAGUAIA**CARACTERÍSTICAS**

A Região de Integração do Araguaia é formada por 15 municípios: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Redenção, Rio Maria, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguara.

A sua extensão territorial total é de 174.138 km², sendo que 45,4% dessa área encontram-se protegidas, por serem áreas indígenas e unidades de conservação. Nessa Região, Ourilândia do Norte é o município, proporcionalmente, com maior área protegida (87,8 %), seguido de São Félix do Xingu (72,3 %) e Cumaru do Norte (23,8 %).

Segundo os resultados do censo demográfico 2010, a população total da Região registrou 473.933 habitantes. O incremento médio anual na primeira década do século XXI foi de 2,0% para o Estado e de 3,4% para a região do Araguaia, inferior apenas a de Carajás com 3,6% ao ano. A população residente na Região corresponde a 6,2% da população total do Estado. Desse contingente, cerca de 63,4% residem nas áreas urbanas dos municípios.

Os municípios mais populosos na Região, considerando o percentual com relação ao total da Região, são: São Félix do Xingu (20,0%); Redenção (16,0%); Santana do Araguaia (12,0%), Conceição do Araguaia (9,6%), Xinguara (8,6%) e Tucumã (7,0%). Desses, os municípios, São Félix do Xingu e Santana do Araguaia apresentaram as maiores taxas de incremento médio anual da população para a década, com 10,1% e 6,0% ao ano, respectivamente. Grande parte desse incremento está relacionada à expansão da pecuária de corte, implantação da agroindústria animal e da lavoura temporária, que tem atraído elevado contingente populacional.

ECONOMIA E EMPREGO

O PIB da Região do Araguaia foi de R\$ 3,06 bilhões (em 2008), e representou 5,2% do produto estimado para o Estado. O PIB per capita ficou em R\$ 7,1 mil, equivalente a 89,5% do valor do Estado (R\$ 7,9 mil). Na composição do PIB da Região as principais atividades econômicas estão relacionadas aos setores de serviços (R\$ 1,4 bilhões); seguido do agropecuário (R\$ 724 milhões), e da indústria (R\$ 674 milhões). Esses setores contribuíram com 50,0%, 26,0% e 24,0%, respectivamente, na formação do Valor Adicionado do PIB da região.

No setor Agropecuário as principais atividades foram pecuária (85,0%) e a lavoura temporária (com 12,0% de participação no setor). No Setor Industrial as principais atividades são a indústria de transformação (com participação de 59,0%), construção civil (27,0%) e extração mineral (com 12,0% no valor adicionado da indústria).

O total de empregos formais na Região foi de 44.680, em 2009, e representou 5,1% do estoque de pessoas ocupadas no Estado. Por segmento econômico, a Administração pública empregou 31,7% do estoque da Região, agropecuário e extração vegetal (20,6%); comércio (17,4%), indústria de transformação (14,3%), Serviços (8,8%) e construção civil (4,6%).

EDUCAÇÃO

O total de alunos matriculados no ensino fundamental, em 2010, foi de 82.829 (5,3% do total de matrículas do Estado). A distribuição administrativa dessas matrículas é a seguinte: 88,0% do município, 5,0% do Estado e 7,0% privado.

A ampliação do número de alunos matriculados no ensino médio no período de 2000 a 2009 foi observada em todos os municípios da Região de Integração do Araguaia. Na Região foram contabilizados 39 estabelecimentos com ensino médio, representando 6,1% do total de estabelecimentos no Estado.

A Universidade do Estado do Pará (UEPA) mantém na Região, desde 2004, campus nos municípios de Conceição do Araguaia e Redenção. No entanto, várias instituições privadas oferecem programas de interiorização estruturados em módulos de disciplinas ofertadas nos períodos intervalares. O total de matrículas no ensino superior em 2009, na Região, representou 3,8% das matrículas no Estado.

SAÚDE

Em 2010, a Região possuía 1.235 leitos distribuídos em 27 hospitais, para uma população de 473 mil habitantes. De acordo com a OMS seriam necessários pelo menos 4 leitos por mil habitantes, e essa Região de Integração possuía apenas 2,6 leitos com um déficit de 657 leitos, para alcançar situação satisfatória.

Existem 133 unidades de saúde na Região, entre postos, centros de saúde e unidades básicas de saúde. Todos os municípios possuem postos ou centros de saúde, variando de 22 em São Félix do Xingu a 3 em Sapucaia. Centros de atenção hemoterápica e/ou hematológica só estão disponíveis nos municípios de Redenção e Xinguara (um em cada), que dispõem de pronto socorro geral - único na região. Os centros de apoio à saúde da família totalizam 14, nove em Xingura e um em cada um dos municípios a seguir: Água Azul do Norte, Conceição do Araguaia, Rio Maria, Santana do Araguaia e São Félix do Xingu.

Em Redenção, encontra-se em funcionamento o Hospital Regional Público do Araguaia, de média e alta complexidade, responsável pelo atendimento de 15 municípios da região Sul do Pará, com 74 leitos de enfermagem de média e alta complexidade, uma UTI adulta com nove leitos, uma UTI pediátrica com cinco leitos e uma UTI neonatal com nove leitos. O hospital também conta com equipamentos de diagnóstico por imagem e unidade laboratorial e área destinada à fisioterapia.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

A Polícia Civil representa em grande parte dos municípios do Pará o comparecimento do Estado na área de segurança. O município de Redenção é quem detém a maior rede de segurança, contando com a polícia civil, polícia militar, delegacia da mulher, delegacia de conflitos agrários e bombeiros. A polícia Militar encontra-se nos municípios de Conceição do Araguaia, Redenção, Santa Maria das Barreiras e São Félix do Xingu, e a partir desses municípios presta atendimento aos municípios da Região.

No conjunto complementar de serviços ofertados aos cidadãos, para que ele possa gozar de todos os direitos civis e políticos garantidos, observa-se na Região do Araguaia a presença, concomitante, de Juizes, Promotores e Defensores públicos.

INFRAESTRUTURA

Dadas às características físicas da região, o transporte rodoviário é o mais importante para atender a necessidade de integração com outras regiões, seja nas relações econômicas ou no acesso a serviços sociais de outros municípios, a exemplo de hospitais, universidades, etc., e por viabilizar o transporte e acessibilidade intraestadual.

A frota de veículos na região do Araguaia corresponde a 10,0% do total de veículos registrados no Estado. Os veículos licenciados representam 51% na região, e os não licenciados representam percentuais significativos em todos os municípios.

Na Região do Araguaia a telefonia móvel é atendida pelas operadoras Vivo, TIM, Claro e Oi, que estão presentes na maioria dos municípios.

CONTINUA NO CADERNO 2

Caderno 2

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

GABINETE DO GOVERNADOR

A cobertura bancária para o atendimento das transações financeiras encontra-se disponível em sete Instituições, predominando os Bancos Bradesco (oito agências) e do Brasil (sete agências). O BANPARA possui agência em três municípios: Conceição do Araguaia, Redenção e Xinguara.

O consumo de energia elétrica da Região representa 5,3% do total consumido pelo Estado. A participação por classe de consumo Residencial, Comercial e Industrial foi de 5,0%, 6,6% e 4,4%, respectivamente.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO BAIXO AMAZONAS

CARACTERÍSTICAS

A Região de Integração do Baixo Amazonas é formada por 12 municípios: Alenquer, Almerim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.

A sua extensão territorial total é de 315.861km², em que 76,6% dessa área encontram-se protegidas. Os municípios com as maiores extensões de áreas protegidas são Oriximiná (99,33%), Faro (92,26%), Almerim (79,11%) e Prainha (78,51%).

Em 2010 a população total do Estado do Pará registrou 7.581.501 habitantes, enquanto a população do Baixo Amazonas registrou 678.524 habitantes segundo os resultados do censo demográfico. O incremento médio anual na primeira década do século XXI foi de 2,04% para o Estado e de 1,21% para a Região do Baixo Amazonas. A população residente na Região corresponde a 8,95% da população total do estado. Desse contingente, cerca de 60% reside nas áreas urbanas dos municípios.

O município de Juruti apresenta a maior taxa de crescimento médio anual para a década de 2010, com 4,20%, decorrente, em grande medida, da expectativa de novas oportunidades de emprego e renda geradas a partir da exploração mineral – bauxita, pela empresa ALCOA.

ECONOMIA E EMPREGO

O PIB da Região foi de R\$ 4,2 bilhões, em 2008, e representa 7,2% do produto estimado para o Estado. Em termos per capita o valor calculado ficou em R\$ 6,4 mil, equivalente a 81,0% do valor do Estado (R\$ 7,9 mil). Na composição do PIB da Região as principais atividades econômicas estão relacionadas aos setores de serviços (R\$ 2,1 bilhões); indústria (R\$ 1,2 bilhões); e o agropecuário (R\$ 468 milhões). A participação relativa de cada um dos setores na composição do PIB da Região, no ano de 2008, foi a seguinte: Serviços (56%); Indústria (32%); e Agropecuária (12%).

O Setor Agropecuário, que contribui com 12% do VA da região, apresentou como principais atividades a lavoura temporária (46%), pecuária (25%) e a pesca (com 25% de participação no setor). Em relação ao Setor Industrial, as principais atividades são a extração mineral (60%); construção civil (23%) e indústria de transformação (16%). A exploração de bauxita, celulose, madeira e produtos alimentícios são as atividades com maior participação na formação do produto do setor industrial da Região.

No setor de Serviços destaca-se: administração pública (40%), aluguel (17%) e comércio (16%). Os municípios de Almerim, Oriximiná, Santarém e Monte Alegre foram os que mais contribuíram para o valor adicionado do setor (78%) dos serviços da Região.

O total de empregos formais na região, em 2009, representou 6,9% do estoque total de empregos no Estado. A predominância relativa aos empregos formais na Região por seguimento econômico é a seguinte: Administração pública (41,41%) – cabe destaque os empregos nas áreas de saúde, segurança e educação; Serviços (18,18%); Comércio (16,85%); Indústria de transformação (9,0%); Agropecuário, extração vegetal, caça e pesca (5,47%); e construção civil (4,75%).

EDUCAÇÃO

Do total de alunos do Estado matriculados no ensino fundamental, 10,4% estudam nos 1.545 estabelecimentos do ensino fundamental existentes nos municípios da Região de Integração do Baixo Amazonas. As matrículas efetivadas no ensino médio para Região representam 10,9% do total contabilizado para o Estado. Para atender a demanda por vagas no ensino médio a Região conta com 54 estabelecimentos de ensino, em sua maioria da rede pública estadual de ensino.

Diante das exigências de formação superior observou-se que, em 2009, foram realizadas 12.552 matrículas nas quatro instituições de ensino superior instaladas na Região – UFPA, UFRA, UEPA, FIT, o que representa 10,5% do total de matrículas efetivadas para o Estado. Os estabelecimentos de ensino superior estão localizados em Santarém, Alenquer, Óbidos. O IFPA oferece os cursos técnicos em Pesca, Aquicultura, Mineração, Agropecuária, Informática, Saneamento, Edificações e Guia Turístico.

SAÚDE

Em 2010, a Região de Integração do Baixo Amazonas possuía 1.169 leitos distribuídos em 18 hospitais, para uma população de 679 mil habitantes. De acordo com a OMS seriam necessários pelo menos 4 leitos por mil habitantes, enquanto a Região possuía apenas 1,72 leitos, gerando déficit de 1.547 leitos. O total de hospitais e postos de saúde na Região representava 12,3% do total do Estado para 2010.

Na região, em 2010, foram contabilizadas 393 unidades de saúde, principalmente, centros de saúde e unidades básicas de saúde. Todos os municípios possuíam postos ou centros de saúde, no entanto, a Região não dispunha de pronto socorro geral. Em Santarém funciona o único centro de atenção hemoterápica e/ou hematológica, o Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará com 121 leitos (100 de enfermagem e 21 de UTI) e uma unidade de assistência de alta complexidade em oncologia.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

A oportunidade de acesso aos serviços básicos ofertados pelas áreas de segurança e justiça é fundamental para o exercício da cidadania e das garantias de direitos da população. No entanto, nem todos os municípios apresentam esse arranjo institucional. Em Santarém, município pólo da Região, é o único que congrega os serviços segurança oferecidos pela polícia civil, polícia militar,

delegacia da mulher e bombeiros. O município conta com juiz, promotor e defensor.

A região contabilizou, em 2010, 6.150 crimes contra a pessoa, (7,9% do total registrado para o Estado). No caso de crimes contra o patrimônio, foram 4.847, em 2010 (4,9% do total de crimes desse tipo ocorridos no Estado). O número de crimes violentos ocorridos na Região representou 20,0% do total registrado para o Estado, em 2010.

O avanço da criminalidade nesses municípios se deve, em parte, ao intenso processo de migração populacional decorrente das expectativas de emprego nos empreendimentos realizados pela indústria extrativa mineral, da construção civil, do setor agropecuário e das demais atividades econômicas relacionadas a montante e a jusante das cadeias produtivas de cada setor.

Com a finalização das obras de asfaltamento da rodovia BR-163, ligando Cuiabá e Santarém, o processo migratório deve se tornar mais acelerado, elevando o contingente populacional do Município de Santarém e de seus vizinhos o que contribuirá para elevar as taxas de criminalidade da Região.

INFRAESTRUTURA

A existência de serviços de infraestrutura contribui para o crescimento setorial e social de um determinado território na medida em que eleva a produtividade das economias locais. A existência de estradas em boas condições de tráfego e o acesso aos meios de comunicação, como telefone e energia elétrica, contribuem para elevar a produtividade dos setores econômicos e para a melhoria da qualidade de vida das populações. A Infraestrutura contribui, portanto, para o crescimento social.

O consumo de energia elétrica residencial na Região representa 7,4% do total da energia consumida no Estado, e 2,9% da energia consumida pelo setor comercial do estado do Pará são consumidos pela Região. O consumo do setor industrial, em 2010, representou 5,9% do total de energia consumida pelo Estado.

A infraestrutura de comunicação existente na Região possibilita aos residentes o acesso a pelo menos uma das operadoras de telefonia celular.

A frota de veículos automotores é formada por um conjunto de 74.941 veículos, (7,7% do total de veículos registrados no Estado).

O serviço bancário é oferecido por 30 agências, em que 21 delas são de bancos públicos, com destaque para o Banco do Brasil. As agências da Região representam 8,7% do total de agências do Estado.

O município de Santarém apresenta infraestrutura portuária para o embarque e desembarque de cargas e passageiros. O porto de Santarém é utilizado para exportação e importação de produtos beneficiados no município, com destaque para madeira beneficiada. A empresa CARGIL instalou terminal portuário para exportação de soja e outros grãos produzidos na Região e no estado do Mato Grosso.

Na Região, apenas o município de Santarém conta com infraestrutura aeroportuária para embarque e desembarque de vôos domésticos e internacionais.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO CARAJÁS

CARACTERÍSTICAS

A Região de Integração de Carajás é formada por 12 municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

Com extensão territorial de 44.751 km², nesta Região 12.328 km² (33,6%) são de áreas protegidas. Parauapebas é o município, proporcionalmente, com maior área protegida (79,09%), seguido por Bom Jesus do Tocantins (45,36%).

De acordo com o Censo demográfico de 2010, a população residente na Região de Carajás contabilizou 569 mil habitantes, equivalente a 7,5% da população do estado do Pará. A Região apresentou o maior incremento populacional entre as Regiões de Integração do Estado. Na década, a população residente na Região cresceu 3,56% ao ano, enquanto o Estado 2,04% ao ano. Essa população é constituída por 51% de pessoas do sexo masculino e 48% do feminino. Em termos de localização espacial da população ¾ dela reside na área urbana.

Os municípios mais populosos na Região são: Marabá (41,04%) e Parauapebas (27,06%), juntos representam 68,11% da população residente na Região de Integração de Carajás. O maior incremento médio anual entre os municípios da Região foi registrado em Canaã dos Carajás, com 9,36% ao ano, apesar do município participar com 4,7% no total da população.

O incremento populacional de Canaã dos Carajás foi motivado pela exploração mineral, principalmente com a intensificação da exploração do cobre em 2002 na Serra do Sossego, que mobilizou o deslocamento de pessoas de várias partes do território paraense e de outros estados na busca por oportunidades de emprego e renda.

ECONOMIA E EMPREGO

O PIB da Região de Integração de Carajás, em 2008, foi de R\$ 12,1 bilhões e contribuiu com 21% para a geração do PIB total do Estado, embora a população residente corresponda a 7,5% do Estado – foi o 2º maior PIB entre as Regiões de Integração e o maior PIB per capita (R\$ 23,3 mil), superior em quase 300% ao PIB per capita do Pará. A Região é constituída por doze municípios, no entanto, Parauapebas (54,3%), Marabá (29,7%) e Canaã dos Carajás (10,5%) representaram aproximadamente 95% do PIB da Região de Integração de Carajás.

Na composição do PIB da Região as principais atividades econômicas estão relacionadas aos setores de Indústria (R\$ 7,6 bilhões), Serviços (R\$ 3,4 bilhões) e Agropecuário (R\$ 348 milhões). Esses setores contribuíram com 67%, 30% e 3%, respectivamente, para o Valor Adicionado do PIB da região, nos quais as atividades mais desenvolvidas foram a exploração mineral, a criação de bovino, a agroindústria e o comércio.

O Setor Industrial apresentou como principais atividades a extração mineral com 80% e a indústria de transformação com participação de 14% no valor adicionado da região. Na Região, situam-se grandes empreendimentos na área de mineração ligados a extração dos minérios de ferro e de manganês.

O Setor Agropecuário, que contribui com 3% do valor adicionado da Região, apresentou como principais atividades: a pecuária (81%) e a lavoura (15%) de participação no setor. O Setor Econômico de Serviços contribuiu com 30% no valor adicionado da Região. As atividades com maiores participações foram: comércio (26%), administração pública (22%) e aluguel (13%) de participação no setor.

Os dados da RAIS 2009 mostram a existência de 85.895 empregos no segmento formal do mercado de trabalho da Região, isto é, 9,86% dos 870.869 empregados no estado do Pará. Os municípios de Marabá e Parauapebas detêm cerca de 84,20% de todas as ocupações formais da Região.

EDUCAÇÃO

As matrículas realizadas no ensino fundamental, em 2010, representaram 7,5% do total de matrículas efetivadas no Estado. Essas matrículas estavam distribuídas nos 590 estabelecimentos de ensino. A porcentagem de matrículas por rede de ensino foi a seguinte: estadual – 2,9%, municipal – 90,7% e privada 6,3%. As matrículas efetivadas no ensino médio da Região corresponderam, em termos relativos, a 8,3% do total do Estado para 2010 e estavam distribuídas nos 56 estabelecimentos de ensino, em que 95% deles são da esfera administrativa estadual e 5% da privada.

Ao se considerar a formação dos professores que atuam no ensino básico encontra-se um quadro que não atende as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da educação, no que diz respeito a exigência de formação superior dos professores do ensino básico. A distribuição dos docentes segundo a formação, em 2006, mostra a predominância de professores com ensino médio completo e superior, 50,2% e 48,8%, respectivamente.

Na Região foram contabilizados dois estabelecimentos de ensino superior localizados no município de Marabá que ofertam cursos regulares – UFPA e UFRA. No entanto, várias instituições, privadas e públicas, oferecem programas de interiorização estruturados em módulos de disciplinas ofertadas nos períodos intervalares. O total de matrículas no ensino superior em 2009, na Região representou 8,7% do contingente matriculado no Estado.

A nota média auferida para o IDEB na Região foi de 3,4 para os alunos da 4ª série do ensino fundamental e de 3,5 para os da 8ª série do ensino fundamental. Cabe destacar que o índice do IDEB da Região em 2005 foi de 2,6.

SAÚDE

A Região de Integração do Carajás, em 2010, possuía 1.000 leitos distribuídos em 23 hospitais, para uma população de 569 mil habitantes. Os padrões da OMS indicam que para atender essa população seriam necessários pelo menos 4 leitos por mil habitantes, no entanto, em 2010, a Região possuía 1,76 leitos com déficit de 1.275 leitos. As piores condições foram registradas nos municípios de Marabá (584) e Parauapebas (339).

Em 2010, as unidades de saúde totalizavam 384 unidades, principalmente postos e centros de saúde e unidades básicas de saúde. Todos os municípios possuíam postos ou centros de saúde, concentrando-se 20 em Marabá e 15 em Parauapebas.

No município de Marabá, encontra-se em funcionamento o Hospital Regional Público do Sudeste, que dispõe dos serviços de anestesiologia, cirurgia geral, clínica médica, ginecologia e obstetrícia, hematologia e/ou hemoterapia, nefrologia, neurologia, odontologia, oftalmologia, pediatria, radiologia e diagnóstico por imagem. O hospital disponibiliza 10, leitos de UTI adulta, 9 de neonatal e 9 de pediatria. A taxa de mortalidade infantil na Região reduziu 37%, no período de 2000 a 2009.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

Observa-se na Região do Carajás a presença da polícia Civil e Militar. O atendimento especializado às mulheres que sofreram agressões dos seus companheiros somente é encontrado nos municípios de Marabá e Parauapebas. Efetivos do Corpo de Bombeiros e Militar estão presentes nos municípios de Marabá e Parauapebas. Não se constata a presença, concomitante, de Juízes, Promotores e Defensores públicos nos municípios de Brejo Grande do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Palestina do Pará e Piçarra.

Dos 99.051 crimes contra o patrimônio notificados no estado do Pará, em 2010, a Região contabilizou 3.867 casos, representando 3,9% do total registrado. Os registros oficiais por município para os anos de 2007 e 2010 mostram que as maiores elevações de crimes foram registradas nos municípios de Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás e São Domingos do Araguaia, cidades em que predominam as atividades minero-metalúrgica e a cadeia produtiva dos produtos do setor agropecuário.

A taxa média de homicídios para Região, em 2009, foi de 91,45 crimes por grupo de 100 mil pessoas, mais do que o dobro da taxa auferida para o Estado.

INFRAESTRUTURA

A Região do Carajás é atendida por uma extensa rede de rodovias, portos e a ferrovia Carajás (PA) – Porto de Itaqui (MA), com o objetivo de escoar o minério de ferro extraído da mina de Carajás. Os investimentos realizados pelas três esferas de governo, pela Companhia Vale e suas subsidiárias têm ampliado a malha rodoviária na Região e, por conseguinte, reduzido os custos de transporte, tornando os produtos da Região mais competitivos no mercado interno e externo.

Os registros da Anatel para 2009 mostram que acesso a telefonia fixa e móvel na região é ofertado pelas operadoras Vivo, Tim, Oi e Claro. No entanto, somente os municípios de Marabá e Parauapebas são atendidos pelas quatro operadoras e Canaã dos Carajás atendido por três delas. Os demais municípios acessam a telefonia por pelo menos uma operadora.

A frota de veículos cadastrada no município representa 10,7% da frota total do Estado.

Na Região foram contabilizadas 28 agências bancárias de um total de 345 estabelecimentos, cerca de 8,1% do total do Estado. Na Região, os municípios de Marabá e Parauapebas contam com infraestrutura aeroportuária para embarque e desembarque de vôos domésticos e internacionais.

O consumo de energia elétrica residencial na Região representa 9,0% do total de energia consumida no Estado. Do total de energia consumida pelo setor comercial no estado do Pará 28,9% é consumido pela Região. O consumo do setor industrial, em 2010, representou 8,0% do total de energia consumida pelo Estado.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO GUAMÁ

CARACTERÍSTICAS

A Região de Integração do Guamá é formada por 18 municípios: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açú, Inhangapí, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Isabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia.

A sua extensão territorial total é de 12.117 km², dos quais 3,49% encontram-se protegidas. Curuçá é o município, proporcionalmente, com maior área protegida (32,06%), seguido por Maracanã (24,59%) e São João da Ponta (3,20%).

A população total da Região de Integração do Guamá, segundo o censo 2010, é de 613.790, correspondendo a 8% do Estado do Pará. Desse contingente, 51% são homens e 49% mulheres, cerca de 61,9% residem nas áreas urbanas dos municípios com expectativa de vida estimada em 73,3 anos, superior a do Estado, de 72,8 anos.

ECONOMIA E EMPREGO

O PIB da Região foi de R\$ 2,4 bilhões, em 2008, e representa 4,2% do produto estimado para o Estado. Em termos per capita o valor calculado ficou em R\$ 4 mil, equivalente a 50% do valor do Estado (R\$ 7,9 mil).

Na composição do PIB da Região as principais atividades econômicas estão relacionadas aos setores de serviços (R\$ 1,6 bilhão); indústria (R\$ 375 milhões) e o agropecuário (R\$ 248 milhões). A participação relativa de cada um dos setores na composição do PIB da Região, no ano de 2008, foi a seguinte: Serviços (72%); Indústria (17%); e Agropecuária (11%). Os Municípios com maior participação na formação do PIB da Região foram: Castanhal, Santa Isabel, São Miguel do Guamá e Vigia, representando aproximadamente 67%.

O Setor Agropecuário contribuiu com 11% do Valor Adicionado (VA) do PIB da região e apresentou como principais atividades na formação do valor, em termos relativos, a lavoura (41%), pecuária (30%) e a pesca (com 29% de participação no setor).

O Setor Industrial contribuiu com 17% do VA da região e apresentou como principais atividades: construção civil (54%) e a indústria de transformação (42%) - frigoríficos, alimentos e vestuário. Os municípios de Castanhal (60%), Santa Isabel do Pará (8,68%) e São Miguel do Pará (5,75%), representam 74% do valor adicionado da indústria da Região.

O setor de serviços, corresponde a 72% do VA da região, apresentou como principais atividades na formação do valor adicionado: a administração pública (44%), aluguel (22%) e o comércio (15%). Na atividade de comércio os segmentos mais expressivos são os de bebidas, cosméticos, veículos automotores e alimentos em geral.

Segundo os dados da RAIS 2009 existiam 51.630 empregos no segmento formal do mercado de trabalho da Região de Integração do Guamá, representando 5,93% do total de ocupados no Estado. O mercado de trabalho formal para o conjunto da Região é considerado baixo em relação ao total do Estado, destacando-se o município de Castanhal que gerou 50% dos postos de trabalho formais desta região de integração; Santa Isabel do Pará e São Miguel do Guamá, 11,81% e 9,11%, respectivamente.

EDUCAÇÃO

O total de alunos matriculados no ensino fundamental, em 2010 foi de 130.974 (8,4% do total de matrículas do Estado). A distribuição administrativa dessas matrículas é a seguinte: 68,5% do município, 24,3% do Estado e 7,2% privado.

Os alunos matriculados nas séries do ensino fundamental, em 2010, estão distribuídos entre os 1.036 estabelecimentos de ensino, correspondendo a 9,4% dos estabelecimentos do Estado. O quantitativo de alunos matriculados no ensino médio foi de 9,8% do total de alunos matriculados no Estado. No período de 2000 a 2009 observou-se ampliação do número de matriculados no ensino médio, saiu de 22.595, em 2000, para 34.127, em 2009.

Na Região foram contabilizados 67 estabelecimentos com ensino médio, representando 10,5% do total de estabelecimentos no Estado. A UEPA mantém na Região, desde 2004, campus de extensão nos municípios de São Miguel do Guamá e Vigia. No entanto, várias instituições privadas oferecem programas de interiorização estruturados em módulos de disciplinas ofertadas nos períodos intervalares. O total de matrículas no ensino superior em 2009, na Região representou 3,2% das matrículas no Estado.

O número de docentes com formação superior saiu de 1.600, em 2000, para 4.691, em 2006. A redução do número de docentes com o ensino fundamental completo saiu de 500 professores em 2000 para 111, em 2006.

SAÚDE

Em 2010, a Região de Integração do Guamá possuía 1.034 leitos distribuídos em 16 hospitais, para uma população de 614 mil habitantes. De acordo com a OMS seriam necessários pelo menos 4 leitos por mil habitantes e essa Região possuía apenas 1,68 leitos com um déficit de 1.422 leitos para alcançar situação satisfatória.

Todos os municípios possuíam déficit de leitos, com piores condições em: Castanhal (315) e Vigia (157). Em 2010, as unidades de saúde totalizavam 227 unidades, principalmente postos e centros de saúde e unidades básicas de saúde, os principais suportes de atendimento da Região. Todos os municípios possuem postos ou centros de saúde, com exceção de Vigia, que possuía apenas centro de apoio a saúde da família (9).

O município de Castanhal possui (3) Hospitais Gerais e concentra 45 postos e centros de saúde, além de ter o único centro de atenção hemoterápica e/ou hematológica da Região. Para as situações de alta e média complexidade, a população da região é transferida quase sempre para o Hospital Metropolitano, em Ananindeua, em função da proximidade com a capital.

Entre 2000 e 2009, a taxa de mortalidade geral aumentou 24% na Região, principalmente nos municípios de São João da Ponta, São Francisco do Pará e São Domingos do Capim. A taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) da Região apresentou uma queda de 28%, nos últimos anos, registrando 15,74 em 2009. A taxa de mortalidade por faixa etária (por mil habitantes) é maior na faixa acima de 70 anos, principalmente em maiores de 80 anos.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

A Polícia Civil representa em grande parte dos municípios do estado o comparecimento do Estado na área de segurança. O município de Castanhal é quem detém a maior rede de segurança contando com a polícia civil, militar, delegacia da mulher e bombeiros. A polícia Militar encontra-se nos municípios de Castanhal, Santa Izabel do Pará e São Miguel do Guamá e a partir desses municípios presta atendimento aos demais municípios da Região.

No conjunto complementar de serviços observa-se na Região do Guamá a presença, concomitante, de Juízes, Promotores e Defensores Públicos.

O total de crimes contra a pessoa representou 5,7% do total de ocorridos no Estado, em 2010. Os municípios de Castanhal, Vigia e Marapanim registraram os maiores números de casos, em 2010, 1.095 casos, 315 casos, e 271 casos, respectivamente. O total de crimes contra o patrimônio representou 5,9% do total contabilizado pelo Estado, com destaque para os números registrados em Castanhal (1.904 casos), São Miguel do Guamá (779 casos), Santa Isabel do Pará (622 casos).

INFRAESTRUTURA

A frota de veículos na região do Guamá corresponde a 7,0% do total de veículos registrados no Estado. Os veículos licenciados representam 62% na Região, e os não licenciados representam percentuais significativos em todos os municípios, com destaque para São Domingos do Capim (53,8%), maracanã (50,4%) e São Miguel do Guamá (50,2%). A maior frota de veículos licenciados em 2010 foi de Castanhal com 25 mil licenciados, seguido de Santa Izabel do Pará com 4,9 mil veículos.

Na Região do Guamá a telefonia móvel é atendida pelas operadoras Vivo, TIM, Claro e Oi, na qual segundo informações da Anatel, a Oi está presente na maioria dos municípios, as exceções são os municípios Colares, Igarapé-Açu, Inhangapi e Terra Alta, que são atendidos pela TIM e a Claro.

A cobertura bancária para o atendimento das transações financeiras encontra-se disponível em 20 agências, predominando os Bancos Bradesco e do Brasil. O BANPARA se encontra presente em alguns municípios como Castanhal, Igarapé-Açu e outros.

O consumo de energia elétrica da Região representa 7,2% do total consumido pelo Estado. A participação por classe de consumo Residencial, Comercial e Industrial foi de 7,1%, 7,9% e 5,1%, respectivamente.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO LAGO DE TUCURUI

CARACTERÍSTICAS

A Região de Integração do Lago de Tucuruí é constituída por sete municípios: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí.

Com uma extensão territorial de 39.880 km² apresenta 11.009 km² (27,61%) de áreas protegidas. Nessa região, Tucuruí é o município, proporcionalmente, com maior área protegida (59,27%), seguido por Goianésia do Pará (35,65%) e Jacundá (31,56%).

A população residente na Região de Integração Lago de Tucuruí, em 2010, correspondia a 359.332 e representava 4,7% do total do Estado. Na última década a população residente nessa Região cresceu, em média, 2,79% a.a., incremento superior à média estadual, que foi de 2,04% a.a. Do total de residentes na Região, 51,35% são homens e 48,65% mulheres. Aproximadamente um terço desta população encontra-se em área rural, a grande maioria, 68,09%, localizada em áreas urbanas.

Em relação à população total residente na Região, os municípios mais populosos são Tucuruí (27%), Novo Repartimento (18%), Breu Branco (14,60%), Jacundá (14,30%) e Itupiranga (14,25%).

ECONOMIA E EMPREGO

O PIB da Região apresentou valor corrente, em 2008, de R\$ 3,7bilhões. Contribuiu com 6% para a geração do PIB do Pará, e é a 5ª Região no ranking do PIB do Estado. O PIB per capita, em 2008, foi estimado em R\$ 10,9 mil, e o município de Tucuruí apresentou o valor do PIB per capita de R\$ 27,5 mil, superior ao PIB per capita do total do Estado.

O setor Indústria foi responsável por 68% do valor produzido na Região, Serviços 26% e Agropecuária 6%. A predominância da estrutura econômica da região é industrial, porém, concentrada no município de Tucuruí, responsável por 70% do PIB. Os demais municípios apresentaram contribuição inferior a 10%: Breu Branco (9,8%); Novo Repartimento (5,6%); Jacundá (5,4%); Itupiranga (4,5%); Goianésia do Pará (3,5%); e Nova Ipixuna (1,5%).

Nesses setores destacam-se as atividades econômicas relacionadas à geração de energia elétrica, extração de silício, criação de bovinos e lavoura. A geração de energia elétrica contribuiu com 83% do PIB industrial, as atividades de construção civil (8%) e a indústria extrativa (7% - extração de silício metálico). Os municípios com maior participação no valor do PIB da indústria são Tucuruí (88%) e Breu Branco (8,26%).

O Setor Agropecuário apresentou como principais atividades a pecuária (67%), lavoura permanente e temporária (20%), e a pesca (com 8% de participação no valor adicionado do setor). O setor econômico de Serviços contribuiu com 26% no valor adicionado do PIB da Região, em função das atividades de administração pública (49%), aluguel (21%) e comércio (8%).

Segundo os dados da RAISIMTE, em 2009, existiam 29.431 empregos no segmento formal do mercado de trabalho na Região, representando 3,38% das pessoas ocupados no Estado. Tucuruí absorveu 43,43% de todas as ocupações formais da Região, Jacundá 13,97%, Novo Repartimento 12,94%, Breu Branco 9,65%, Goianésia 9,26%, Itupiranga 8,44% e Nova Ipixuna 2,31%.

EDUCAÇÃO

Do total de alunos do Estado matriculados no ensino fundamental, 5,2% estudam nos 515 estabelecimentos do ensino fundamental existentes nos municípios da Região. As matrículas efetivadas no ensino médio para Região representam 3,6% do total contabilizado para o Estado.

Para atender a demanda por vagas no ensino médio a Região conta com 22 estabelecimentos de ensino, em sua maioria da rede pública estadual de ensino. Os municípios de Tucuruí e Novo Repartimento registraram os maiores contingentes de alunos matriculados no ensino básico: no ensino fundamental (60,2%) e no médio (46,2%).

Em 2009, foram realizadas 2.391 matrículas nas duas instituições de ensino superior instaladas na Região – UFPA e UEPA, o que representa 2,0% do total de matrículas efetivadas para o Estado. Os estabelecimentos de ensino superior estão localizados em Tucuruí e oferecem os cursos de licenciatura em Pedagogia e Educação Física (UEPA); Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica (UFPA).

SAÚDE

Em 2010, a Região possuía 743 leitos distribuídos em 14 hospitais, para uma população de 569 mil habitantes. De acordo com a OMS seriam necessários pelo menos 4 leitos por mil habitantes. No entanto, a Região possuía 2,07 leitos, com um déficit de 695 leitos para alcançar situação satisfatória.

Todos os municípios possuíam déficit de leitos, em piores condições encontravam-se: Novo Repartimento (193), Breu Branco (164) e Itupiranga (145). Tucuruí possuía o menor déficit (36), apesar de ser o mais populoso da Região, entanto, bem próximo de uma situação aceitável (3,18 leitos por mil hab.) de acordo com os organismos internacionais de saúde.

Em 2010, as unidades de saúde totalizavam 83 unidades, englobando postos e centros de saúde e unidades básicas de saúde, sendo os principais suportes de atendimento da região. Todos os municípios possuíam postos ou centros de saúde.

O município de Tucuruí possui 5 hospitais gerais e concentra 20 postos e centros de saúde, além de ter o único centro de atenção hemoterápica e ou hematológica da região. Cabe destacar o Hospital Regional de Tucuruí, que dispõe de 04 leitos de UTI adulto e especialização no serviço hospitalar para tratamento de AIDS, além de dispor dos serviços de: assistência de alta e média complexidade em neurocirurgia, saúde auditiva, diagnóstico e imagem, laboratório clínico, endoscopia, fisioterapia, hemoterapia, suporte nutricional, traumatologia e ortopedia, entre outros.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

Nenhum dos municípios da região dispõe de acesso aos serviços básicos ofertados pelas áreas de segurança e justiça de forma satisfatória. Tucuruí, município pólo da Região, é o único que congrega os serviços segurança oferecidos pela polícia civil, polícia militar, delegacia da mulher, porém está desprovido de bombeiros. O município conta com juiz, promotor e defensor público.

Na ausência dos serviços da polícia civil e da militar os municípios são atendidos pelo efetivo presente nos principais municípios. A região contabilizou, em 2010, 1.225 crimes contra a pessoa, em torno de 1,6% do total registrado para o Estado. No caso de crimes contra o patrimônio, foram 1.709 casos, em 2010, representando 1,7% do total de crimes desse tipo ocorridos no Estado.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura de comunicação existente na Região possibilita aos residentes o acesso a pelo menos uma das operadoras de telefonia celular: Vivo, Tim, Oi e Claro podem ser acessadas pelos moradores de Jacundá e Tucuruí.

A frota de veículos automotores é formada por um conjunto de 45.025 veículos (7,7%) do total de veículos registrados no Estado; 24.165 (54,0%) veículos são licenciados e 20.860 (46,0%) sem licenciamento.

O serviço bancário é oferecido por 13 agências, com destaque para o Banco do Brasil. As agências da Região representam 3,8% do total de agências do Estado.

A presença da hidrelétrica no município de Tucuruí induziu o aparecimento de atividades econômicas e o surgimento de novos municípios trazendo, com isso, a necessidade de dotar as cidades de infraestrutura física de transporte, rodovias, portos e a hidrovia. Com a finalização das obras das eclusas de Tucuruí, que trará a possibilidade de navegação no rio Tocantins, espera-se o surgimento de novas atividades produtivas, com destaque para aquelas relativas à logística de escoamento dos produtos manufaturados oriundos Marabá e da produção agrícola dos municípios da Região.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO MARAJÓ

CARACTERÍSTICAS

A Região de Integração do Marajó é formada por dezesseis municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Com extensão territorial total de 104.142 km², Santa Cruz do Arari é o município que possui o maior percentual de áreas protegidas, (99,94% de sua área), seguido por Muaná, (89,41%), Cachoeira do Arari, (88,67%) e, Ponta de Pedras, (88,52%).

A população total da Região de Integração do Marajó, segundo censo 2010, é de 487.010 habitantes, correspondendo a 6,4% do Estado do Pará. Desse contingente, 51,86% são homens e 48,14% mulheres, e 43,41% reside nas áreas urbanas dos municípios. A expectativa de vida é de 77,90 anos, a maior do Estado (cinco anos mais de vida do que a média do Pará que é de 72,84).

Na distribuição da população por municípios, Breves (com 19%) é o município mais populoso, seguido de Portel (10,71%), Afuá (7%), Muaná (7,02%), Gurupá (5,96%) e de outros.

ECONOMIA E EMPREGO

O PIB da Região do Marajó apresentou valor corrente, em 2008, de R\$ 1,2 bilhões e representa 2% do produto estimado para o estado. Em termos per capita o valor calculado ficou em R\$ 2.647, equivalente a 33,1% do valor do Estado (R\$ 7,9 mil). O Município com maior participação na formação do PIB da Região foi Breves (20,7%), somado as participações dos valores dos PIB de Portel (12,7%), Afuá (7,4%), Soure (6%) e Gurupá (5,9%) representam aproximadamente 53%.

Na composição da estrutura produtiva da Região, o setor serviços contribuiu com 71% do produto, seguido pelo setor Industrial (14%) e Agropecuário (com 15%). Nesses setores destacam-se as atividades econômicas relacionadas à pesca, pecuária, construção civil e administração pública. No setor de serviços as principais atividades foram administração pública (67%) e aluguel (com 16% de participação no valor adicionado).

Os municípios com maior participação no valor adicionado de serviços são: Afuá, Breves, Portel e Soure, que juntos representam aproximadamente 50% dos serviços da Região. O valor adicionado pelo setor Agropecuário foi influenciado

pelas atividades da pesca com 54%, pecuária com 28% e exploração vegetal com 10% de participação no setor.

O Setor Industrial, que contribuiu com 14% do valor adicionado na Região, apresentou como principais atividades: construção civil (65%) e a indústria de transformação (33%), tendo como principal segmento fabricação de produtos de madeira e de alimentos em conserva e processamento de frutas. Os municípios com destaque são: Breves, Portel, Afuá e Anajás, que juntos contribuíram com 62% do valor adicionado da indústria.

O mercado de trabalho no ano de 2009 foi constituído por 19.026 empregos (2,2% do total de empregados no Pará). O número de postos de trabalho para o conjunto da Região é baixo em relação ao total do Estado.

EDUCAÇÃO

As matrículas realizadas no ensino fundamental, em 2010, representaram 8,5% do total de matrículas efetivadas no Estado. Essas matrículas estavam distribuídas nos 1.458 estabelecimentos. A porcentagem de matrículas por rede de ensino foi a seguinte: estadual 6,1% e municipal 93,9%.

As matrículas efetivadas no ensino médio da Região corresponderam, em termos relativos, a 4,4% do total do Estado, para 2010, e estavam distribuídas nos 29 estabelecimentos de ensino, em que 98,6% deles são da esfera administrativa estadual e 1,4% da privada. As matrículas no ensino fundamental, efetuadas nos municípios de Breves, Portel e Afuá, em 2010, representaram 42,8% do total das matrículas na Região.

Na Região foram contabilizados três estabelecimentos de ensino superior localizados nos municípios de Breves, Soure e Salvaterra que ofertam cursos regulares pela UFPA, UEPA e IFPA. No entanto, várias instituições, privadas e públicas, oferecem programas de interiorização estruturados em módulos de disciplinas ofertadas nos períodos intervalares.

O total de matrículas no ensino superior, em 2009, na Região representou 1,2% do contingente matriculado no Estado. A UFPA, em 2010, ofertou vagas para licenciaturas em Letras, e Serviço Social. A UEPA mantém os cursos de Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática e Tecnologia Agroindustrial. O IFPA mantém os cursos técnicos de Agropecuária, Floresta e Técnico em Rede, e os cursos superiores de Agronomia e Aquicultura.

SAÚDE

A Região de Integração do Marajó, em 2010, possuía 426 leitos distribuídos em 6 hospitais e outras unidades de saúde, para uma população de 487 mil habitantes. De acordo com a OMS seriam necessários pelo menos 4 leitos por mil habitantes, e essa Região possuía apenas 0,87 com um déficit de 1.523 leitos para alcançar uma situação satisfatória. Todos os municípios possuíam déficit de leitos, com piores condições estavam os municípios de Breves (282), Portel (179) e Afuá (110).

Em 2010, as unidades de saúde totalizavam 159 unidades, principalmente postos e centros de saúde e unidades básicas de saúde, sendo os principais suportes de atendimento da Região. Todos os municípios possuíam postos ou centros de saúde. A Região não dispunha de centro de apoio a saúde da família e centro de atenção hemoterápica e/ou hematológica.

Hospitais gerais só estão disponíveis nos Municípios de São Sebastião da Boa Vista (2), Soure, Portel, Breves e Anajás, com um. Para as situações de alta e média complexidade, a população da região é transferida quase sempre para os hospitais da capital.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

Observa-se na Região do Marajó a presença da polícia Civil e Militar. Não existe delegacia especializada em atender as mulheres e o corpo de bombeiros também não se faz presente na Região. A presença, concomitante, de Juízes, Promotores e Defensores públicos ocorre nos municípios de Muaná e Soure.

Dos 99.051 crimes contra o patrimônio notificados no estado do Pará, em 2010, a Região contabilizou 1.855 casos, representando 1,9% do total registrado. A taxa média de homicídios para Região, em 2009, foi de 8 crimes por grupo de 100 mil pessoas, segundo menor índice de homicídios do Estado. Do total de 78.529 crimes contra a pessoa registrados no Estado em 2009, cerca de 2,9% deles ocorreram na Região de Integração do Marajó.

INFRAESTRUTURA

O transporte nos municípios do Marajó é realizado, em grande escala, pela principal via de circulação de pessoas e mercadorias, os rios, que contribuem no processo de integração dos diferentes municípios a partir do deslocamento da população e da comercialização de mercadorias. A navegação pelos rios, lagos e furos dos municípios é realizada em barcos pequenos e médios, enquanto o deslocamento entre os municípios e a capital é feita em barcos médios e grandes que ofertam diferentes classes de acomodação. Há o transporte rodoviário entre alguns municípios, porém, é realizado de forma precário em função das péssimas condições das estradas oficiais e das vicinais e dos veículos utilizados.

Os registros em 2009 mostram que acesso a telefonia telefonia fixa e móvel na região é ofertado pelas operadoras Vivo, Tim, Oi e Claro. No entanto, somente o município de Soure é atendido pelas quatro operadoras. Os demais municípios acessam a telefonia por pelo menos uma operadora.

A frota de veículos cadastrada no município representa 0,7% da frota total do Estado.

Na Região foram contabilizadas 7 agências bancárias de um total de 345 estabelecimentos (cerca de 2,0% do total do Estado).

O transporte aéreo para os municípios do Marajó é realizado por taxi aéreos utilizando pequenas aeronaves com capacidade para até seis pessoas. Os vôos para a maioria dos municípios é feita de forma regular saindo do Aero Clube de Belém.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

CARACTERÍSTICAS

A Região de Integração Metropolitana é constituída por cinco municípios: Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará.

Com uma extensão territorial de 1.820km² apresenta 2 69,44 km² do seu território (3,82%) de áreas protegidas. Nessa região, Ananindeua é o município, proporcionalmente, com maior área protegida (12,28%), seguido por Belém (4,38 %).

A Região Metropolitana é a mais populosa e mais urbanizada entre as Regiões de Integração, por conter a capital do Estado. O Censo Demográfico de 2010 contabilizou uma população de 2.042.417 na Região, correspondente a 26,9% da população total do Estado, 68,22% residindo na capital.

ECONOMIA E EMPREGO

A Região de Integração Metropolitana gerou mais de um terço (33%) do total do PIB do Pará, em 2008 (valor corrente de R\$ 19,4 bilhões). É a região com maior PIB do Estado, com PIB per capita de R\$ 9,3 mil. A expressiva participação da Região no PIB do Pará é decorrente da estrutura produtiva vigente nos municípios de Belém e Ananindeua, que representam 24,35% e 5,11% do PIB do Estado e 78,77% e 15,86% do PIB da região, respectivamente.

No valor do produto gerado pelas atividades econômicas da Região, o setor de Serviços contribuiu com 81%, a indústria 18% e o setor agropecuário com participação de 1,0%. Nesses setores destacam-se as atividades relacionadas ao comércio, administração pública, atividades imobiliárias, intermediações financeiras, indústria de transformação e construção civil.

No setor de Serviços as atividades impulsionadoras foram o comércio com 31% de participação, a administração pública 19%, o aluguel 18%, o transporte 6% e atividade financeira 6%. As contribuições das atividades de administração pública e intermediação financeira estão relacionadas a maior concentração dos Órgãos Públicos – Federais, Estaduais e Municipais e das Agências Bancárias e operações financeiras realizadas no Estado – na Região Metropolitana, em especial na capital Belém.

O setor industrial representa 18% do valor adicionado total na Região, porém, muito concentrado nos municípios de Belém e Ananindeua, que juntos correspondem a, aproximadamente, 85% do valor da indústria. As principais atividades são a indústria de transformação com 50% e construção civil com participação de 46% no PIB industrial.

O Setor Agropecuário contribui com 1% do valor adicionado do PIB da região, apresentou como principais atividades a pesca (56%) e a pecuária (33%). Na atividade pesqueira destacam-se os municípios de Belém, por ser um entreposto de comercialização do pescado.

Na pecuária, a criação de aves desenvolvida nos municípios de Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará representa a atividade mais expressiva do segmento.

Segundo os dados da RAIS\MTE, em 2009, existiam 428.235 empregos no segmento formal do mercado de trabalho da região Metropolitana (49,17% dos 870.869 empregados no Estado). Belém absorveu 83,51% de todas as ocupações

formais da Região, Ananindeua (12,09%), Marituba (2,91%), Benevides (1,16%), Santa Bárbara do Pará (0,31%),

EDUCAÇÃO

O total de matrículas no ensino fundamental, em 2010, foi de 315.522 alunos (20,3%) do total de matrículas do Estado. A distribuição administrativa dessas matrículas é a seguinte: 0,6% federal, 53,8% estadual, 30,9% municipal, 14,7% privado. Nos três municípios, os quantitativos de matriculados foram ampliados em comparação ao ano de 2000.

Os alunos matriculados nas séries do ensino fundamental, em 2010, estão distribuídos entre os 742 estabelecimentos de ensino, correspondendo a 6,7% dos estabelecimentos do Estado.

As matrículas no ensino superior alcançaram, em 2010, 72.580 alunos (60,6% do total de matrículas do Estado). Na região encontram-se as sedes das Universidades Federais (UFPA e UFRA); da UEPA e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). As demais instituições de ensino superior são privadas com destaque para UNAMA, ESAMAZ, SECUPA, IESAM, entre outras.

SAÚDE

Em 2010, a Região Metropolitana possuía 6.484 leitos distribuídos em 55 hospitais, para uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes. De acordo com a OMS seriam necessários 4 leitos por mil habitantes, e essa Região possuía apenas 3,18 leitos com um déficit de 1.679 leitos para alcançar uma situação satisfatória.

Todos os municípios possuem déficit de leitos, com maiores necessidades nos municípios de Ananindeua (681) e Belém (617). O município de Santa Bárbara do Pará não dispõe de leitos hospitalares, nem em outras unidades de saúde.

Em 2010, as unidades de saúde totalizavam 158 unidades, principalmente postos e centros de saúde e unidades básicas de saúde. Todos os municípios possuíam postos ou centros de saúde, em que a maioria deles estava em Belém (78).

A Região dispõe de 30 hospitais gerais e um centro de atenção hemoterápica e hematológica em Belém que também dispõe de 2 prontos socorros disponíveis não somente para a população desse município como também atende a população dos demais municípios do Estado.

Nesta Região se encontra disponível para a população de todo o Estado, hospitais especializados. O Hospital Ofir Loyola que dispõe de serviços ambulatoriais, com referência oncológica. A Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Viana é referência em psiquiatria, nefrologia e cardiologia, oferecendo consultas e internações voltadas prioritariamente a pacientes que se encaixam no perfil das suas referências.

A Santa Casa do Pará (FSCMPA) que tem como finalidades a assistência, o ensino e a pesquisa, em consonância com o perfil assistencial na atenção a saúde da criança, atenção a saúde da mulher, e atenção a saúde do adulto. É a referência no Estado em atenção à gestante de alto risco e ao recém nascido.

Ananindeua conta com o Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, uma unidade de referência para trauma e queimados, de média e alta complexidade e possui sofisticado centro de diagnóstico por imagem, dotado de equipamentos de última geração.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

Os municípios da Região contam com os serviços da polícia civil, polícia militar, delegacia da mulher, delegacia de conflitos agrários e bombeiros. No conjunto complementar de serviços ofertados aos cidadãos observa-se na Região a presença, concomitante, de Juízes, Promotores e Defensores públicos. O total de crimes contra a pessoa representou 59,3% do total de ocorridos no Estado, em 2010.

O total de crimes violentos na região, em 2010, foi de quase três vezes o valor observado para o Estado. A elevada proporção de crimes na Região Metropolitana resulta, em grande medida, da concentração populacional nas áreas periféricas da capital e nos municípios vizinhos.

A Região tem a terceira maior taxa de homicídio do Estado e os municípios de Marituba (82,05), Ananindeua (57,96), Belém (48,55) e Benevides (42,91) foram os que apresentaram as maiores taxas.

INFRAESTRUTURA

O transporte rodoviário e marítimo são os mais importantes, para atender a necessidade de integração com outras Regiões do Estado. Na Região Metropolitana, apenas o município de Belém conta com infraestrutura aeroportuária para embarque e desembarque de vôos domésticos e internacionais.

A frota de veículos na Região corresponde a 38,9% do total de veículos registrados no Estado. Os veículos licenciados representam 68,8% na Região. A maior frota de veículos licenciados em 2010 foi a de Belém com 198 mil veículos, seguido de Ananindeua com 48,2 mil veículos.

A cobertura bancária para o atendimento das transações financeiras encontra-se disponível em 139 agências.

O consumo de energia elétrica da Região representa 43,7% do total consumido pelo Estado. O consumo industrial de energia elétrica, Proxy do dinamismo econômico representou 50,1% do consumo total de Benevides, 21,8% de Santa Bárbara do Pará, 13,7% de Ananindeua, 12,1% de Marituba e 11,3% de Belém.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO RIO CAETÉ

CARACTERÍSTICAS

A Região de Integração do Rio Caeté é constituída por 15 municípios: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

Com uma extensão territorial de 16.492 km² apresenta 1.314 km² de áreas protegidas. Nessa região, Santa Luzia do Pará é o município, proporcionalmente, com maior área protegida (27,94%), seguido por Tracuateua (21,58%) e Bragança (11,61%).

Na última década, a população da região do Rio Caeté apresentou crescimento médio anual de 1,65% a.a., incremento inferior à média estadual, que foi de 2,04% a.a. e representou 6,2 % da população residente no Estado.

Dos 469.484 residentes na Região, em 2010, 51,24% eram homens e 48,76% mulheres. A maioria residindo na área urbana (53,75%). A participação relativa dos municípios mais populosos na Região é a que segue: Bragança (24,11%), Capanema (13,55%), Viseu (12,08%) e Augusto Correa (8,62%).

ECONOMIA E EMPREGO

O Produto Interno Bruto da Região do Rio Caeté apresentou valor corrente, em 2008, de R\$ 1,4 bilhões, contribuiu com 3% para geração do PIB do Estado e obteve PIB per capita de R\$ 3,3 mil. O produto gerado nos municípios de Capanema (24%), Bragança (23%), Viseu (9,6%), Salinópolis (9,3%) e Augusto Correa (7%) correspondeu a 73% do PIB da Região.

Na estrutura produtiva da Região, a atividade predominante é a de Serviços, com participação de 72% na composição do Valor Adicionado do PIB, o Agropecuário e a Indústria com 14% e 13%, respectivamente. Nesses setores predominam as atividades econômicas relacionadas à pesca, lavoura, construção civil, indústria de transformação e o comércio.

O produto do setor agropecuário apresentou como principais atividades a pesca, lavoura e a pecuária com participação relativa no produto de 46%, 36% e 14% respectivamente.

No Setor Industrial, as principais atividades desenvolvidas na região no ano de 2008 foram construção civil, representando, em termos relativos, 60% do valor adicionado. A indústria de transformação participou com 28%. As atividades industriais estão relacionadas aos segmentos de produção de cimento e alimentos, presentes principalmente em Capanema e Bragança. No setor de serviços, as atividades com maiores participações na composição do valor adicionado foram administração pública (51%), aluguel (22%) e o comércio (8%).

No ano de 2009 o total de empregos formais na Região foi de 22.826 pessoas Ocupadas. Por segmento econômico, a Administração pública absorveu 62% dos empregados da Região; Comércio (16,24%); Serviços (11,25%); Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (4,61%) e indústria de transformação (4,35%), as demais atividades geraram menos de 1% dos empregos formais.

EDUCAÇÃO

Do total de alunos do Estado matriculados no ensino fundamental, 6,9% estudam nos 826 estabelecimentos do ensino fundamental existentes nos municípios da Região de Integração do Rio Caeté. As matrículas efetivadas no ensino médio para Região representam 6,1% do total contabilizado para o Estado.

Para atender a demanda por vagas no ensino médio a Região conta com 45 estabelecimentos de ensino, em sua maioria da rede pública municipal e estadual de ensino. Os municípios de Bragança, Viseu, Capanema e Augusto Correa apresentaram os maiores contingentes de alunos matriculados no ensino básico.

Diante das exigências de formação superior observou-se que, em 2009, foram realizadas 1.936 matrículas nas duas instituições de ensino superior instaladas na Região. Os estabelecimentos de ensino superior estão localizados no município de Bragança onde a UFPA mantém os cursos de licenciatura em Matemática, Pedagogia e Biologia, e o curso de engenharia de pesca. O IFPA oferece os

cursos técnicos em Pesca, Aquicultura, Informática, Edificações e Guia Turístico, e o curso superior de licenciatura em Física.

SAÚDE

Em 2010, a Região de Integração do Rio Caeté possuía 1.131 leitos distribuídos em 13 hospitais, para uma população de 469 mil habitantes. De acordo com a OMS seriam necessários pelo menos 4 leitos por mil habitantes, e essa Região possuía apenas 2,41 leitos, com um déficit de 746 leitos para alcançar uma situação satisfatória.

Os municípios de Capanema (5,55) e Bragança (4,41) possuíam mais de 4 leitos disponíveis para cada mil habitantes. Os demais municípios possuíam déficit de leitos, com situação mais grave em Viseu (155), Cachoeira do Piriá (106) e Tracuateua (94).

As unidades de saúde totalizavam 138 unidades, principalmente postos e centros de saúde e unidades básicas de saúde, sendo os principais suportes de atendimento da Região.

Todos os municípios possuíam postos ou centros de saúde. A Região dispunha de 4 centros de apoio a saúde da família em Viseu, Salinópolis, Primavera e Augusto Correa. O município de Capanema possuía 4 hospitais gerais e concentrava 19 postos e centros de saúde.

O único centro de atenção hemoterápica e/ou hematológica da Região fica em Capanema. Para as situações de alta e média complexidade, a população da região é transferida quase sempre para os hospitais de Castanhal ou para o hospital Metropolitano, em Ananindeua.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

Bragança, município pólo da Região, é o único que congrega os serviços segurança oferecidos pela polícia civil, polícia militar, bombeiros. O município conta com juiz, promotor e defensor. Cabe frisar que em nenhum dos municípios têm delegacia da mulher.

A região contabilizou, em 2010, 2.630 crimes contra a pessoa, o que representa algo em torno de 3,4% do total registrado para o Estado. No caso de crimes contra o patrimônio, foram 4.981 em 2010, cerca de 4,9% do total de crimes desse tipo ocorridos no Estado. O número de crimes violentos ocorridos na Região representou 29,9% do total registrado para o Estado, em 2010.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura de comunicação existente na Região possibilita aos residentes o acesso a pelo menos uma das operadoras de telefonia celular. Os municípios de Primavera e Augusto Correa não apresentam serviços de telefonia celular.

A frota de veículos na região do Rio Caeté, segundo os dados do DETRAN, de 2000 a 2010 evoluiu em todos os municípios que triplicaram suas frotas no período. Os veículos licenciados representam 57% na Região, e os não licenciados representam percentuais acima dos licenciados nos municípios de Augusto Corrêa e Viseu. A frota de veículos da região do Rio Caeté é composta por aproximadamente 17,4 mil motos, 9 mil automóveis e 4,3 mil caminhões. Quanto ao transporte coletivo todos os municípios dispõem de ônibus em sua frota.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO RIO CAPIM

CARACTERÍSTICAS

A região de Integração do Rio Capim é constituída por dezesseis municípios: Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujarú,, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé Açu, e Ulianópolis.

Com extensão territorial de 62.286 km², nesta Região 2.728 km² de seu território (4,38%) são áreas protegidas. Nova Esperança do Piriá é o município proporcionalmente com maior área protegida (53,21%), seguido de Paragominas (5,29%) e Ipixuna do Pará (3,54%).

A população residente na região do Rio Capim, em 2010, correspondia a 607.171 habitantes (8% do total do Estado), dos residentes na Região, 52,0% são de homens e 48,0% mulheres. A população residente em áreas urbanas representa 54,1% e 45,9 em áreas rurais.

Os municípios com os maiores contingentes populacionais, segundo a participação na população total são: Paragominas (16,11%); Tomé-Açu (9,31%); Capitão Poço (8,55%), Dom Eliseu (8,45%); Ipixuna do Pará (8,45%); Rondon (7,73%) e Ulianópolis (7,14%).

ECONOMIA E EMPREGO

O PIB da região de Integração do Rio Capim apresentou valor corrente, em 2008, de R\$ 2,6 bilhões e contribuiu com 5% no PIB do Estado. É o 7º maior PIB das regiões de integração. O município de Paragominas registrou o valor do PIB per capita de R\$ 8.9 mil, superior ao da Região que foi de R\$ 4,8 mil.

O setor serviços contribuiu com 57% na formação do produto da Região, a indústria com 23% e o agropecuário com 19%. A economia da Região é excessivamente concentrada em, a participação de Paragominas na composição do produto da Região foi de 31%; Rondon do Pará (8,8%); Ipixuna do Pará (8,5%); Dom Eliseu (8,1%) e Tomé-Açu (7,9%), o valor agregado nesses municípios foi de, aproximadamente 65%. O setor serviços contribuiu na composição do PIB da Região, em função das atividades: administração pública 48%, aluguel 21% e o comércio com participação de 9%.

Em relação ao valor adicionado ao Setor Industrial, as principais atividades foram a extração mineral com 40%, a construção civil com 32% e a indústria de transformação com participação de 27%. Entre as atividades destacam-se a exploração dos minérios de caulim e bauxita; na indústria de transformação o segmento de madeira – produção de móveis e artefatos e chapas de MDF - e alimentício. Os municípios de Dom Eliseu, Ipixuna do Pará e Paragominas, representam aproximadamente 68% do valor da indústria.

O Setor Agropecuário contribui com 19% na composição do valor adicionado da Região, as principais atividades foram a lavoura (48%) e a pecuária (43%).

O estoque do emprego formal da região do Rio Capim, em 2009, somou 47.297 pessoas e representou 5,43% dos ocupados no Estado. Paragominas absorveu 30,33% de todas as ocupações formais da Região.

A distribuição das ocupações nos demais municípios foi a seguinte: Tomé-Açu (12,1%), Dom Eliseu (10,3%), Rondon do Pará (9,2%), Ulianópolis (7,6%), Capitão Poço (5,5%), Ipixuna do Pará (4,5%), Mãe do Rio (4,3%), Concórdia do Pará (3,0%), Irituia (2,8%), Bujaru (2,7%), Aurora do Pará (2,2%), Garrafão do Norte (1,6%), Ourem (1,4%), Abel Figueiredo (1,2%), Nova Esperança do Piriá (0,8%).

EDUCAÇÃO

Em 2010, as matrículas escolares, para o ensino fundamental, representaram 8,5% do total de matrículas efetivadas no Estado, e estavam distribuídas nos 1.138 estabelecimentos da região. A porcentagem de matrículas por rede de ensino foi a seguinte: estadual 9,2%, municipal 88,3% e privada 2,6%. As matrículas efetivadas no ensino médio da Região corresponderam, em termos relativos, a 6,6% do total do Estado para 2010 e estavam distribuídas nos 41 estabelecimentos de ensino, 97,3% deles são da esfera administrativa estadual e 2,7% da privada.

As matrículas efetuadas nos municípios de Paragominas, Tomé-Açu e Dom Eliseu representaram 35,5% do total das matrículas na Região para o ensino fundamental e 38,4% para o ensino médio.

Na Região foram contabilizados dois estabelecimentos de ensino superior localizados no município de Paragominas e Capitão Poço que ofertam cursos regulares, UEPA e UFRA. No entanto, várias instituições, privadas oferecem programas de interiorização estruturados em módulos de disciplinas ofertadas nos períodos intervalares.

O total de matrículas no ensino superior em 2009, na Região representou 1,4% do contingente matriculado no Estado. A UEPA, de acordo com o relatório de gestão 2004 -2007 ofertou vagas para licenciaturas em Matemática, Letras, Ciências Naturais, Tecnologia Agroindustrial e Engenharia Ambiental. A UFRA mantém o curso de Agronomia.

SAÚDE

Em 2010, a Região possuía 1.138 leitos distribuídos em 26 hospitais, para uma população de 607 mil habitantes. De acordo com a OMS seriam necessários pelo menos 4 leitos por mil habitantes, porém, a Região possuía 2,41 leitos por mil hab., com déficit de 746 leitos para alcançar situação satisfatória. O município de Mãe do Rio possuía aproximadamente 4 leitos disponíveis para cada mil habitantes.

Os demais apresentavam déficit de leitos, com maior necessidade de incremento em Paragominas (217), Tomé Açu (163), Ipixuna do Pará (155) e Garrafão do Norte (100), sendo que Garrafão do Norte não dispõe de leitos hospitalares, conforme o DATASUS.

No mesmo ano, as unidades de saúde totalizaram 137 unidades, principalmente posto e centro de saúde e unidade básica de saúde, sendo os principais suportes de atendimento da região. Todos os municípios possuem postos ou centros de saúde e a Região dispõe de 5 centros de apoio a saúde da família, em Ulianópolis (4) e Rondon do Pará (1).

O município de Capanema possui 4 hospitais gerais e concentra 19 postos e centros de saúde, Bragança dispõe de 3 e 20 unidades respectivamente. Todos os municípios da região possuem hospital geral, exceto Garrafão do Norte, Mãe do Rio e Ulianópolis. Este último dispõe do único centro de atenção hemoterápica e ou hematológica da Região. Para as situações de alta e média complexidade, a

população da Região é transferida quase sempre para os Hospitais de Castanhal ou para o Hospital Metropolitano, em Ananindeua.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

Observa-se na região do Rio Capim a presença das polícias Civil e Militar. O atendimento especializado às mulheres e os bombeiros estão presentes somente no município de Paragominas.

Dos 99.051 crimes contra o patrimônio notificados no estado do Pará, em 2010, a Região contabilizou 2.407 casos, representando 2,4% do total registrado. A taxa média de homicídios para Região, em 2009, foi de 41 crimes por grupo de 100 mil pessoas. Do total de crimes contra a pessoa registrados no Estado em 2009, cerca de 2,6% ocorreram na Região de Integração do Rio Capim.

INFRAESTRUTURA

A região do Rio Capim é atendida por uma extensa rede de rodovias. Os investimentos realizados pelas três esferas de governo, pela companhia Vale e suas subsidiárias têm ampliado a malha rodoviária na Região e, por conseguinte, reduzido os custos de transporte, tornando os produtos da Região mais competitivos no mercado interno e externo.

Os registros para 2009 mostram que acesso a telefonia fixa e móvel na região é ofertado pelas operadoras Vivo, Tim, Oi e Claro. No entanto, somente os municípios de Capitão Poço, Mãe do Rio, Paragominas e Tomé-Açu são atendidos pelas quatro operadoras e Bujaru por nenhuma delas. Os demais municípios acessam a telefonia por pelo menos uma operadora.

A frota de veículos cadastrada no município representa 5,8% da frota total do Estado. Na Região foram contabilizadas 26 agências bancárias, cerca de 7,5% do total do Estado. Do total de energia consumida na Região: 40,0% são alocadas para o setor residencial.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO TAPAJÓS

CARACTERÍSTICAS

A Região de Integração do Tapajós é constituída por seis municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.

Com extensão territorial de 189.612 km², nesta Região (65,78%) do território são áreas protegidas. Na Região, Jacareacanga é o município com proporcionalmente maior área protegida (79,1%), seguido de Itaituba (78,3%) e Trairão (69,63%). O desmatamento acumulado nessa Região, até 2009, foi de 15.175 km², equivalente a 8 % de sua extensão territorial e corresponde a 6,19% do total de desmatamento no Estado.

A população residente na região do Tapajós, registrada no Censo Demográfico, em 2010, foi de 209.531 pessoas (2,8% do total do Estado). Entre as doze Regiões que compõem o Estado, a do Tapajós foi a que apresentou o menor incremento médio populacional. Na última década o crescimento médio anual foi de 0,57%a.a., inferior à taxa de 2,04% referente ao incremento médio anual do Estado. Dos residentes na Região, 52% são de homens e 48% mulheres. Na áreas urbanas estavam localizadas 56% da população.

A maior parcela da população dessa Região está concentrada no município de Itaituba (46,5%). Em Rurópolis residiam 19% da população, em Novo Progresso 12%, Trairão 8,1%, Aveiro 7,5% e Jacareaganga 6,7%.

ECONOMIA E EMPREGO

O PIB da região de Integração do Tapajós apresentou valor corrente em 2008 de R\$ 1,0 bilhão, o menor dentre os PIB das Regiões, contribuiu com 1,7% do PIB Paraense. O PIB per capita de R\$ 3,8 mil corresponde a aproximadamente a metade do valor do PIB per capita total do Estado.

Na estrutura produtiva da Região, o setor preponderante foi o de Serviços, com participação de 65%, seguido da Indústria com 18% e o Agropecuário com participação de 17% no valor adicionado da Região. Nesses setores destacam-se as atividades econômicas relacionadas à pecuária, lavoura, indústria de transformação e o comércio.

A capacidade de geração do PIB da Região está concentrada nos municípios de Itaituba (58,7%) e Novo Progresso (14,3%), juntos correspondem a 73% do PIB da Região. Rurópolis gerou 9,8%, Jacareacanga 6,8%, Trairão 6,1% e Aveiro 4,9%. No setor de serviços as maiores participações na geração do PIB foram decorrentes das atividades de administração pública (52%), aluguel (16%) e o comércio com participação de 12% no valor adicionado dos serviços.

Na composição do PIB do Setor Indústria, as atividades mais desenvolvidas na Região, em 2008, foram indústria de transformação, com 44% de participação no valor adicionado da indústria, construção civil com 40% e extração mineral com 14%. O Setor Agropecuário, que contribui com 17% do Valor Adicionado da Região, apresentou como principais atividades a pecuária 54%, lavoura 34% e a pesca com 10% de participação no setor. Na atividade da pecuária, o destaque foi a criação de bovinos.

O mercado de trabalho formal da região do Tapajós, em 2009, foi constituído por 12.375 ocupados (1,4% dos empregos formais no Estado). Itaituba absorveu 56,4% de todas as ocupações formais da Região, Novo Progresso (15,8%), Rurópolis (11,8%), Aveiro (7,4%), Jacareacanga (4,5%) e Trairão (4,1%).

EDUCAÇÃO

Do total de alunos do Estado matriculados no ensino fundamental, 2,8% estudam nos 421 estabelecimentos do ensino fundamental existentes nos municípios da Região do Tapajós. As matrículas efetivadas no ensino médio para Região representam 2,1% do total contabilizado para o Estado. Para atender a demanda por vagas no ensino médio a Região conta com 17 estabelecimentos de ensino, em sua maioria da rede pública estadual de ensino. O município de Itaituba apresenta o maior contingente de alunos matriculados no ensino básico.

Em 2009, foram realizadas 1.887 matrículas nas instituições de ensino superior instaladas na Região como o IFPA e outros (1,6% do total de matrículas efetivadas para o Estado). Os estabelecimentos de ensino superior estão localizados em Itaituba. O IFPA oferece os cursos técnicos em Pesca, Aquicultura e Técnico em Turismo.

SAÚDE

Em 2010, a Região de Integração do Tapajós possuía 570 leitos distribuídos em 11 hospitais, para uma população de 209 mil habitantes. De acordo com a OMS seriam necessários pelo menos 4 leitos por mil habitantes, enquanto a Região possuía apenas 2,72 leitos, causando déficit de 267 leitos.

O município de Itaituba (4,49) apresentava déficits elevados. Os demais possuíam déficit de leitos, com maiores necessidades de incremento em Rurópolis (131). O total de hospitais e postos de saúde na Região representava 3,1% do total do Estado para 2010.

Na Região, em 2010, foram contabilizadas 53 unidades de saúde, a maioria, centros de saúde e unidades básicas de saúde. Todos os municípios possuíam postos ou centros de saúde, no entanto, a Região do Tapajós não dispunha de pronto socorro geral. Itaituba possui 7 Hospitais Gerais e concentra 18 postos e centros de saúde.

A região não dispõe de centro de atenção hemoterápica e ou hematológica. Para as situações de alta e média complexidade, a população da região é transferida quase sempre para os Hospitais de Itaituba ou de Santarém.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

Em Itaituba, município pólo da Região, é o único que congrega os serviços de segurança oferecidos pela polícia civil, polícia militar, delegacia da mulher e bombeiros. O município conta com juiz e promotor.

A região contabilizou, em 2010, 1300 crimes contra a pessoa, em torno de 1,7 % do total registrado para o Estado. Se comparado a 2007, com 20 crimes, tem-se um incremento de 65%. Os registros oficiais por município para os anos de 2007 e 2009 mostram que as maiores elevações de crimes se deram nos municípios de Itaituba e Aveiro.

No caso de crimes contra o patrimônio, foram 1.249 em 2010, representando 1,3% do total de crimes desse tipo ocorridos no Estado. O número de crimes violentos ocorridos na Região representou 21,40% do total registrado para o Estado, em 2010.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura de comunicação existente na Região possibilita aos residentes o acesso a pelo menos uma das operadoras de telefonia celular. A frota de veículos automotores é formada por um conjunto de 22.881 veículos, representando 2,4% do total de veículos registrados no Estado.

O serviço bancário é oferecido por 8 agências. As agências da Região representam 2,3% do total de agências do Estado. O consumo de energia elétrica residencial na Região representa 1,6% do total de energia consumida no Estado. Do total de energia consumida pelo setor comercial do estado do Pará 7% é consumido pela Região. O consumo do setor industrial, em 2010, representou 1,4% do total de energia consumida pelo Estado.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO TOCANTINS

CARACTERÍSTICAS

A região de Integração do Tocantins é formada por onze municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Com extensão territorial de 25.933 km², apresenta 1.733 km² dessa área protegida. Oeiras do Pará é o município, proporcionalmente, com maior área protegida (22,35%), seguido de Baião (17,73%) e Limoeiro do Ajurú (8,08%). O desmatamento acumulado nessa Região, até 2009, foi 13.750 km², representando 53% de sua extensão territorial.

Segundo o Censo demográfico, em 2010, a população residente na região do Tocantins foi de 740.045 mil habitantes (9,8% da população do estado do Pará), constituída por 51,45 % de pessoas do sexo masculino e 48,55 % do feminino. Na década a população cresceu 2,82% ao ano, enquanto que a média do Estado foi de 2,04%a.a.. É uma das Regiões menos urbanizadas do Estado, a maioria da população está localizada na área rural (52,80%,) e 47,20% na urbana. A expectativa de vida é de 74,57 anos, a segunda maior expectativa de vida entre as Regiões.

O percentual de pessoas nos municípios mais populosos na Região é: Abaetetuba (19,06%), Cametá (16,33%), Barcarena (13,49%), Tailândia (10,71%), Moju (9,46%), Igarapé-Miri (7,85%) e Acará (7,24%). Desses, Tailândia registrou o maior incremento populacional médio anual, com expansão de 7,51% a.a., em parte, decorrente do período mais intenso de exploração madeireira verificada no município.

ECONOMIA E EMPREGO

O PIB da região de Integração de Tocantins apresentou valor corrente em 2008 de R\$ 5,7 bilhões, equivalente a 10% do PIB do Estado, sendo o 3º maior PIB entre as regiões do Estado, e obteve PIB per capita de R\$ 8,6 mil.

A economia da Região está concentrada no município de Barcarena que contribuiu com 67,2% na composição do produto da Região. Outros municípios se destacam na formação do produto: é o caso de Abaetetuba (7,1%), Tailândia (5,7%) e Cametá (5,1%).

Na composição do PIB da região de Integração de Tocantins, a Indústria correspondeu a 50%, o setor de Serviços a 44% e o Agropecuário com 6%. Nesses setores destacam-se as atividades relacionadas aos gêneros de metalurgia e química, produção de alumina e alumínio, construção civil, produção de dendê e pescado.

O Setor Industrial, com maior participação no PIB da Região, apresentou como principais atividades a indústria de transformação com participação de 78% e a construção civil com 14%. Nessa Região, estão localizadas as grandes plantas industriais dos gêneros de metalurgia e química. O município de Barcarena contribuiu com 89% da produção industrial do Tocantins, em função do pólo industrial, onde é feita a industrialização, beneficiamento e exportação de caulim, alumina, alumínio e cabos para transmissão de energia elétrica.

No setor de Serviços as atividades predominantes no setor foram administração pública 41%, transporte 18%, aluguel 12% e comércio 10% onde os principais segmentos comercializados foram combustíveis, carnes bovinas, móveis e

bebidas. O Setor Agropecuário contribuiu com 6% do valor adicionado da Região, apresentou como principais atividades a lavoura com 50% e a pesca com 24% de participação no setor.

Segundo os dados da RAIS 2009, existiam 49.589 empregos no segmento formal do mercado de trabalho da região de Integração Tocantins (5,69% dos empregados no Estado).

EDUCAÇÃO

O total de matrícula no ensino fundamental, em 2010 foi de 176.816 alunos (11,4% do total de matrículas do Estado). A distribuição administrativa dessas matrículas é a seguinte: 87,4% do município, 9,6% do Estado e 3,1% privado. Nos municípios de Abaetetuba, Barcarena e Limoeiro do Ajurú encontram-se alunos matriculados no Ensino Fundamental em escolas com dependência administrativa vinculada a rede de ensino estadual. Na Região foram contabilizados 52 estabelecimentos com ensino médio, representando 8,1% do total de estabelecimentos no Estado.

A UFPA possui campus no município de Abaetetuba com os cursos de Licenciatura em Matemática, Pedagogia e Letras. O IFPA oferta no campus de Abaetetuba os seguintes cursos: técnico – informática, automação industrial, metalúrgica, eletrotécnica e mecânica; graduação – licenciatura em Biologia.

A UEPA oferta os cursos de Licenciatura – Pedagogia, Ciências da Natureza e Matemática – graduação em tecnologia agroindustrial. No entanto, várias instituições privadas oferecem programas de interiorização estruturados em módulos de disciplinas ofertadas nos períodos intervalares. O total de matrículas no ensino superior em 2009, na Região representou 3,8% das matrículas no Estado.

SAÚDE

Em 2010, a Região possuía 961 leitos distribuídos em 18 hospitais, para garantir atendimento a uma população de 740 mil habitantes. Conforme a OMS seriam necessários pelo menos 4 leitos por mil habitantes, enquanto a Região possuía 1,30 leitos por mil hab. e um déficit de 1.999 leitos para alcançar situação satisfatória.

Todos os municípios possuíam déficit de leitos, os maiores foram Abaetetuba (300), Cametá (300), Barcarena (280), Tailândia (268) e Moju (228). As unidades de saúde totalizaram 311 disponíveis, principalmente posto e centro de saúde e unidade básica de saúde, como principais suportes de atendimento da Região. Todos os municípios possuem postos ou centros de saúde. Na Região não está disponível nenhum centro de apoio a saúde da família.

O município de Abaetetuba possui 4 Hospitais Gerais e concentra 44 postos e centros de saúde, além de ter o único centro de atenção hemoterápica e hematológica da Região. Para as situações de alta e média complexidade, a população da Região é transferida quase sempre para os hospitais de Abaetetuba ou para a Região Metropolitana, principalmente para o Hospital Metropolitano, em Ananindeua.

Entre 2000 e 2009, a taxa de mortalidade geral aumentou 48,48% na Região, com destaque para os municípios de Acará, Igarapé Miri e Oeiras do Pará. A taxa de mortalidade infantil reduziu 17,42%, havendo aumento apenas nos municípios de Igarapé-Miri, Oeiras do Pará e Baião.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

Observa-se na Região do Tocantins a presença da polícia Civil e Militar. O atendimento especializado às mulheres é disponibilizado somente no município de Abaetetuba. Efetivos do Corpo de Bombeiros Militar estão presentes nos municípios de Abaetetuba, Barcarena e Cametá.

Dos 99.051 crimes contra o patrimônio notificados no estado do Pará, em 2010, a Região contabilizou 5.915 casos, representando 6,0% do total registrado. Os registros oficiais por município para os anos de 2007 e 2010 mostram que as maiores elevações de crimes foram registradas nos municípios de Tailândia, Mocajuba, Igarapé-Miri e Acará. A taxa média de homicídios para Região, em 2009, foi de 34 crimes por grupo de 100 mil pessoas, abaixo da taxa auferida para o Estado.

INFRAESTRUTURA

A região conta com extensiva malha rodoviária interligando com a capital e com o sudeste do Estado, e possui o Porto de Vila do Conde por onde são exportados os produtos mineros-metalúrgicos processados pelas empresas instaladas no distrito industrial de Barcarena.

Os registros para 2009 mostram que acesso à telefonia fixa e móvel na região é ofertado pelas operadoras Vivo, Tim, Oi e Claro. No entanto, somente os municípios de Abaetetuba, Barcarena e Cametá são atendidos pelas quatro operadoras. Os demais municípios acessam a telefonia por pelo menos uma operadora.

Na Região foram contabilizadas 24 agências bancárias de um total de 345 estabelecimentos, cerca de 7,0% do total do Estado.

O consumo de energia elétrica residencial na Região representa 5,4% do total de energia consumida no Estado. A relação do consumo de energia por setor de atividade econômica na Região e o total consumido no Estado apresenta as seguintes proporções: Residencial (4,7%), Comercial (8,6%) e Industrial (3,5%).

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO XINGU

CARACTERÍSTICAS

A Região de Integração do Xingu é constituída por 10 municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingú.

A sua extensão territorial total é de 250.750 km², em que 70,8% dessa área encontramos-se protegida. Os municípios, proporcionalmente, com as maiores extensões de áreas protegidas são Altamira (87,89%), Porto de Móz (74,02%) e Anapu (45,33%). Essa extensão de áreas protegidas sofrerá mudanças significativas em decorrência da instalação da hidroelétrica de Belo Monte.

A população residente na Região do Xingu em 2010 foi de 331.770 habitantes, correspondente a 4,4% do total do Estado. O incremento médio anual na primeira década do século XXI foi de 2,0% a.a para o Estado e de 2,3% a.a para a Região do Xingu. Desse contingente, cerca de 54,2% reside nas áreas urbanas dos

municípios. Os homens são a maioria (52,0%) da população. A expectativa de vida estimada é de 72,56 anos.

O município mais populoso da região de Integração do Xingu é Altamira com 99.075 habitantes (30% da população total da Região). A fração da população por município, em ordem decrescente, é a seguinte: Uruará (13,5%), Pacajá (12,0%), Medicilândia (8,2%), Placas (7,2%) e Anapu (6,0%).

ECONOMIA E EMPREGO

O Produto Interno Bruto da Região do Xingu foi de R\$ 1,4 bilhão em 2008, e representou 2,39% do PIB total do Estado. O PIB per capita da Região foi estimado em R\$ 4,5 mil. Os municípios de Altamira, Uruará, Pacajá e Medicilândia geraram, aproximadamente, 64% de total do PIB da Região, nas seguintes proporções: 40,6%, 12,6%, 10,7% e 7,4%, respectivamente.

No produto gerado pela estrutura produtiva da Região, o setor Serviços contribuiu com 64% do valor, a Agropecuária com 24% e a Indústria com 12%. A economia desta Região é constituída, em grande parte, pelas atividades de extração e beneficiamento de madeira, indústria de transformação, comércio e serviços de administração pública.

No setor de Serviços os municípios de Altamira, Uruará, Pacajá e Medicilândia apresentaram maior participação. As atividades que mais contribuíram foram: administração pública (47%), aluguel (19%) e comércio (12%). Na composição do PIB do Setor Agropecuário a pecuária foi responsável por 60% da produção. A lavoura permanente por 31%, com destaque para o cultivo de banana, cacau e café.

Na indústria, a construção civil foi responsável pela geração de 58% do PIB e a indústria de transformação por 39%. O setor industrial está concentrado nos municípios de Uruará, Altamira, Pacajá e Anapu, com destaque nos segmentos de fabricação de produtos de madeira e alimentícios.

Segundo os dados da RAIS, em 2009, existiam 19.490 empregos no segmento formal do mercado de trabalho da região do Xingu. O emprego formal contabilizado na Região baixo em relação ao Estado representou 2,38% do total dos empregados no Pará.

EDUCAÇÃO

As matrículas realizadas no ensino fundamental, em 2009, representaram 4,6% do total de matrículas efetivadas no Estado. Essas matrículas estavam distribuídas nos 810 estabelecimentos. A porcentagem de matrículas por rede de ensino foi a seguinte: municipal (97,6%) e privada (2,4%).

As matrículas efetivadas no ensino médio da Região corresponderam, em termos relativos, a 4,0% do total do Estado para 2010 e estavam distribuídas nos 24 estabelecimentos de ensino, em que 96,3% deles são da esfera administrativa estadual e 3,5% da privada. As matrículas efetuadas nos municípios de Altamira, Pacajá, Porto de Móz e Uruará representaram 68,4% do total das matrículas do ensino fundamental.

Na Região foram contabilizados três estabelecimentos de ensino superior localizados no município de Altamira que ofertam cursos regulares: UFPA, UEPA e IFPA. No entanto, várias instituições, privadas e públicas, oferecem programas de interiorização estruturados em módulos de disciplinas ofertadas nos períodos intervalares.

O total de matrículas no ensino superior em 2009, na Região, representou 1,7% do contingente matriculado no Estado. A UFPA, em 2009, ofertou vagas para licenciaturas – Matemática, Letras e Pedagogia. A UEPA ofertou os cursos de Licenciatura – educação física, química, física e biologia. O IFPA apresenta um conjunto de cursos técnicos importantes à capacitação da população da Região em decorrência da demanda potencial a ser expandida com o início das obras da hidroelétrica de Belo Monte: saneamento, edificações, restaurante e bar, eventos, pesca, aquicultura, rede de computadores, informática, informática para internet, meio ambiente e segurança do trabalho.

SAÚDE

Em 2010, a Região de Integração do Xingu possuía 685 leitos distribuídos em 9 hospitais, para uma população de 340 mil habitantes. De acordo com a OMS seriam necessários pelo menos 4 leitos por mil habitantes e a Região possuía apenas 2,0 leitos, com um déficit de 675 leitos para alcançar situação satisfatória. Com déficits elevados, estão os municípios de Pacajá (127), Uruará (121), Porto de Móz (86). O município de Altamira apresenta o menor déficit (33).

Em 2010, as unidades de saúde totalizavam 175 unidades, principalmente, postos e centros de saúde e unidades básicas de saúde. Os municípios de Uruará e Vitória do Xingu foram os únicos que não dispunham de postos ou centros de saúde, em que Vitória do Xingu dispunha de um pronto socorro geral. A Região não dispõe de centro de atenção hemoterápica e/ou hematológica. Foram contabilizados oito centros de apoio à saúde da família.

Os municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá e Placas não dispunham desse atendimento. O Hospital Regional de Altamira conta uma estrutura de 78 leitos de enfermaria, dez leitos de UTI adulta, cinco leitos de UTI pediátrica e cinco leitos de UTI neonatal.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

Observa-se na região do Xingu a presença da polícia Civil e Militar. O atendimento especializado às mulheres somente é encontrado no município de Altamira. Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar está presente no município de Altamira.

Dos 99.051 crimes contra o patrimônio notificados no Estado do Pará, em 2009, a Região contabilizou 2.036 casos, representando 2,1% do total registrado.

As maiores ocorrências de crimes foram registradas nos municípios de Vitória do Xingu, Uruará, Senador José Porfírio, Medicilândia e Brasil Novo. Nesses municípios observou-se a ocorrência de crimes agrários, como grilagem e invasões de estabelecimentos rurais, motivados, em parte, pela extração de madeira e expansão de áreas de posse não definitivas com o objetivo maior de especular o preço da terra no futuro.

A taxa média de homicídios para Região, em 2009, foi de 35 crimes por grupo de 100 mil pessoas, inferior a taxa auferida para o Estado. Do total de 78.529 crimes contra a pessoa registrados no Estado em 2009, cerca de 2,4% deles ocorreram na Região de Integração do Xingu.

INFRAESTRUTURA

A frota de veículos na região do Xingu, segundo os dados do DETRAN, de 2000 a 2010 evoluiu em 364%, e todos os municípios mais que triplicaram suas frotas. Os veículos licenciados representam 52% na região, e os não licenciados

representam percentuais abaixo dos licenciados nos municípios de Altamira, Brasil Novo, Placas e Vitória do Xingu.

A frota de veículos da Região do Xingu é composta por aproximadamente 30 mil motos, 5 mil automóveis e 5 mil caminhões, entre outros. Quanto ao transporte coletivo todos os municípios dispõem de ônibus. Na Região, apenas o município de Altamira conta com infraestrutura aeroportuária para embarque e desembarque de vôos domésticos.

Na Região a telefonia móvel é atendida pelas operadoras VIVO, TIM, Claro e Oi. A VIVO está presente em oito municípios exceto Placas e Porto de Moz. Altamira é o único que possui cobertura das quatro operadoras.

A cobertura bancária para o atendimento das transações financeiras é ofertada por 10 agências com predominância do Bancos do Brasil e BASA. Altamira é o município com todas as instituições bancárias existentes na Região. Os principais parceiros das instituições bancárias na região são: casas lotéricas, correios e redes de farmácias.

Quanto à distribuição de energia, segundo os dados da Celpa, em 2010, todos os municípios possuíam acesso à energia elétrica. Altamira é o município com o maior número de consumidores e consumo, com 24.574 e 80 MWh, respectivamente.

METAS DE MELHORIA DO MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL – INDICADORES SOCIAIS

A população do Pará que se encontra abaixo da linha da pobreza, neste caso consideradas todas as pessoas que vivem em domicílios cuja renda domiciliar *per capita* é inferior a ½ salário mínimo, é de cerca de 2,5 milhões de pessoas, que equivale a 1/3 da população do Estado.

Este é o tamanho do desafio que enfrenta atualmente o Pará. Portanto, qualquer modelo ou estratégia de desenvolvimento tem que obrigatoriamente reduzir a pobreza e a desigualdade que persiste no Estado.

Em face disto, o Plano Plurianual 2012-2015 contém as metas de melhoria dos indicadores sociais presentes no Mapa de Exclusão Social e as estratégias a serem adotadas para sua elaboração, em conformidade ao art. 4º, da Lei Estadual nº 6.836 /2006.

As metas foram estabelecidas com base nas tendências dos últimos anos disponíveis de cada um dos indicadores e as metas definidas para indicadores dos Programas que compõem o Plano Plurianual (Quadro 2).

Quadro 2 - Metas de Melhoria dos indicadores que compõe o Mapa de Exclusão Social do Pará

INDICADORES DO MAPA DE EXCLUSÃO	INDICADOR DE REFERÊNCIA	ANO DE REFERÊNCIA	META DE MELHORIA 2012-2015	RESULTADO ESPERADO ATÉ 2015	PROGRAMAS DO PPA 2012-2015
Expectativa de vida ao nascer	72,84 anos	2009	Incremento de 0,18% ao ano	73,64 anos	Atenção Primária de Saúde Média e Alta Complexidade na Saúde Cuidar para Viver Doar é Vida Segurança pela Paz Pró-Paz – Por uma Cultura de Paz
PIB <i>per capita</i>	R\$ 7.993	2008	Evolução de 15,5% no período do plano	R\$ 11.266	Pará Competitivo Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável Caminhos para o Desenvolvimento Turismo na Amazônia
Coeficiente de Gini	0,77	2008	Redução de 0,02 no período do plano	0,75	Geração de Trabalho, Emprego e Renda Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura Artesanato Paraense Modernização da Agricultura Familiar
INDICADORES DO MAPA DE EXCLUSÃO	INDICADOR DE REFERÊNCIA	ANO DE REFERÊNCIA	META DE MELHORIA 2012-2015	RESULTADO ESPERADO ATÉ 2015	PROGRAMAS DO PPA 2012-2015
Pessoas abaixo da Linha da Pobreza	32,29%	2009	Reduzir 5% ano no período do plano	26,30%	Inclusão Socioprodutiva Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado – Pará Rural Proteção Social no SUAS Segurança Alimentar e Nutricional Geração de Trabalho e Renda Modernização da Agricultura Familiar Valorização da Sociobiodiversidade
Percentual médio de população economicamente ativa desocupada (desempregada)	8,51%	2009	Redução de 5% ao ano	6,3%	Pará competitivo Geração de Trabalho e Renda Bolsa Trabalho Artesanato Paraense Turismo na Amazônia.
Taxa de alfabetização	87,80%	2009	Incremento de 1% ao ano	93,20%	Educação Pública de qualidade Valorização do servidor da Educação
Taxa combinada de matrícula no ensino fundamental, médio e superior	83,36%	2009	Incremento de 1% ao ano	88,53%	Educação Pública de Qualidade Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado
Média entre a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula no ensino fundamental, médio e superior	1,05	2009	Manter em 1,05	1,05	Educação Pública de Qualidade Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado Valorização do servidor da Educação
Número de postos e centros de saúde por 10.000 habitantes	2,24	2010	Manter em 2,24	2,24	Atenção Primária de Saúde
Número de leitos hospitalares de internação (SUS) por 1.000 habitantes	1,51	2010	Aumentar 0,20 no período do plano	1,71	Média e Alta Complexidade na Saúde
Número de agentes comunitários por 1.000 habitantes	1,99	2010	Aumentar 5% ao ano	3,20	Atenção Primária de Saúde
Taxa de mortalidade infantil (Óbito infantil por mil nascidos vivos)	18,06	2010	Reduzir 4% ao ano	14,73	Atenção Primária de Saúde Saneamento é Vida
Percentual de domicílios com água tratada	51,01%	2009	Aumentar 1,18% ao ano	54,72%	Saneamento é Vida

Percentual de domicílios com coleta e tratamento de esgoto (Rede Geral e Fossa Séptica)	60,40%	2009	Aumentar 1,18% ao ano	67,01%	Saneamento é Vida
Percentual de domicílios com coleta de lixo	81,95%	2009	Aumentar 2,82% ao ano	96,79%	Saneamento é Vida
Déficit habitacional	21,80%	2009	Reduzir 2 % ao ano	19,31%	Habitat para Viver Melhor
Proporção de domicílios improvisados (número de pessoas em situação de risco nas ruas)	0,14%	2009	Reduzir 0,01 p.p. no período do plano	0,10%	Habitat para viver Melhor Proteção Social no SUAS
Número de ocorrências <i>per capita</i> (RMB)	5.789	2010	Reduzir 3% ao ano	4.971	Segurança pela Paz Pacto pela Liberdade Pró-Paz – Por uma Cultura de Paz

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DO PLANO PLURIANUAL

Definir a estrutura de financiamento de um Plano Plurianual é condição fundamental para o sucesso de sua implementação. É necessário empenho e criatividade da Administração Pública Estadual e dos segmentos organizados da sociedade para captar recursos para a implementação dos Programas, uma vez que os recursos orçamentários exclusivamente estaduais não são suficientes para financiar todos os Programas e investimentos necessários ao desenvolvimento do Estado.

Neste sentido, é necessário mobilizar recursos não orçamentários que permitam alinhar os esforços de investimentos do setor público e do setor privado, em especial nas atividades direcionadas à área de infraestrutura, como por exemplo, as Parcerias Público-Privadas (PPP).

O grande desafio da Administração Pública Estadual é conciliar a necessidade de disponibilizar recursos para a implementação de Programas estratégicos com uma restrição orçamentária evidente. Tal restrição tem sido ratificada pelo estabelecimento de limites legais para alguns indicadores de composição de gastos e de endividamento público. O Plano Plurianual 2012-2015 deve alcançar sustentabilidade dos gastos correntes e garantir a efetivação de Programas discutidos com a sociedade.

PROJEÇÃO DE RECEITAS

O cenário fiscal constitui-se em um elemento importante para a formulação de um Plano de Governo, uma vez que demonstra a capacidade de arrecadação e as possibilidades de financiamento das ações governamentais, inclusive demonstrando as variáveis macro-econômicas que interferem e/ou afetam a dinâmica fiscal de uma unidade da federação e do País como um todo.

O cenário fiscal que se evidencia para o período 2012-2015 indica a capacidade de recursos disponíveis e a possibilidade de financiamentos dos Programas e ações constantes do Plano Plurianual do Estado do Pará. O processo de alocação de recursos obedece a critérios que levam em conta a sustentação das Metas Fiscais definidas a cada LDO, assim como aos macro-objetivos e prioridades definidas para o período do Plano, a capacidade de endividamento do Estado, a fixação das despesas constitucionais e compulsórias, e as Metas definidas no Plano de Ajuste Fiscal junto ao Governo Federal.

CONTINUA NO CADERNO 3

GABINETE DO GOVERNADOR

Em face disto, a Receita estimada para o período do Plano Plurianual 2012-2015 foi elaborada pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), órgão responsável pela política fiscal e financeira do Estado, que utilizou como parâmetros os indicadores calculados pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Pará (IDESP), que considerou a política fiscal e a especificidade de cada item de receita:

- Receita Própria do Tesouro Estadual, que incide sobre a capacidade econômica de cada ente, de forma direta, ou seja, sobre o patrimônio e renda, compreendendo: as receitas tributárias, a dívida ativa, multas e juros, alienação de bens, amortização de empréstimos, dentre outras, e as renúncias fiscais previstas. Estas receitas foram projetadas para o período do Plano, tendo por base a arrecadação realizada de 2010 e a reestimativa para 2011, corrigidas pela inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado projetado pelo IDESP, além do esforço fiscal.
- Receitas Constitucionais e Voluntárias Transferidas pela União, projetadas com base na projeção disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- Receitas Próprias dos Fundos Estaduais e das Receitas Próprias da Administração Indireta, realizadas pelas Fundações, Autarquias e Empresas Públicas, projetadas com base na previsão de recursos de convênios e de captação de recursos informada pelos órgãos setoriais.
- Operações de Créditos, considerando as operações em andamento e as em fase de negociação, sob a coordenação da SEFA/SEPOF, tendo em vista os limites estabelecidos na legislação pertinente e no PAF.

Com base nesses parâmetros, a Receita Orçamentária Bruta prevista para o período 2012-2015 é de R\$ 71,5 bilhões que, após a dedução para o FUNDEB (R\$ 7,7 bilhões), resultará na Receita Orçamentária Líquida de R\$ 63,8 bilhões. Com o acréscimo da Receita Extraorçamentária de R\$ 4,7 bilhões, que não consta dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas, e é constituída de receita própria das estatais, de recursos de parcerias com entidades públicas e privadas, cujas ações contribuem para o alcance dos objetivos dos Programas do Plano Plurianual, a Receita Total prevista para o período é de R\$ 68,6 bilhões - Quadro 3.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
QUADRO 3 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA PREVISTA - 2012-2015

R\$ 1,00					
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	TOTAL
1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA	16.156.939.492	17.297.127.468	18.513.805.254	19.588.108.625	71.555.980.840
1.1 - RECEITA PRÓPRIA	7.163.588.835	7.877.902.421	8.674.461.858	9.615.247.195	33.331.200.309
ICMS	6.192.776.661	6.818.647.444	7.516.051.960	8.339.365.553	28.866.841.618
IPVA	288.812.683	318.001.434	350.526.307	388.923.204	1.346.263.627
ITCD	8.095.145	8.913.278	9.824.919	10.901.148	37.734.489
Imposto de Renda	455.317.478	501.671.508	553.485.017	612.369.015	2.122.843.017
Dívida Ativa Tributária	46.160.219	50.825.385	56.023.755	62.160.637	215.169.996
Demais Receitas Próprias	172.426.650	179.843.372	188.549.900	201.527.639	742.347.561
1.2 - RECEITA TRANSFERIDA	6.581.131.490	6.861.949.722	7.166.504.983	7.547.338.968	28.156.925.163
FPE	3.500.043.957	3.635.495.658	3.796.184.566	3.996.243.492	14.927.967.673
IFI	236.084.406	245.220.873	256.059.635	269.553.978	1.006.918.892
Desoneração das Exportações	63.819.259	63.819.259	63.819.259	63.819.259	255.277.035
Imposto sobre Ouro	625.192	649.387	678.090	713.825	2.666.494
Royalties Mineral (40%), Hidrico e Petróleo	108.825.848	113.037.408	118.033.662	124.254.036	464.150.954
Auxílio Financeiro - Fomento Exportações	91.184.582	94.713.425	98.899.758	104.111.776	388.909.541
CIDE	47.886.455	49.739.661	51.938.154	54.675.295	204.239.564
Demais Receitas Transferidas	2.532.661.791	2.659.274.051	2.780.891.859	2.933.967.307	10.906.795.010
1.3 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO	556.802.427	685.024.110	750.533.014	403.467.573	2.395.827.124
1.4 - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	524.334.463	544.626.207	568.698.685	598.669.106	2.236.328.460
1.5 - RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.331.082.277	1.327.625.008	1.353.606.715	1.423.385.784	5.435.699.784
1.6 (-) CONTRIBUIÇÃO ESTADUAL AO FUNDEB	1.716.437.153	1.842.741.708	1.985.532.072	2.156.338.690	7.701.049.623
1.7 - TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - LÍQUIDA	14.440.502.339	15.454.385.761	16.528.273.182	17.431.769.936	63.854.931.217
2 - RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.019.112.078	1.111.053.079	1.220.005.445	1.399.266.027	4.749.436.629
3 - TOTAL DA RECEITA	15.459.614.417	16.565.438.840	17.748.278.627	18.831.035.963	68.604.367.846

FONTE: SEFA

No âmbito da Receita Própria do Tesouro, de competência estadual, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apresenta para os quatro anos a previsão de R\$ 28,9 bilhões, que serão alcançados pela aplicação de mecanismos capazes de intensificar e aumentar a arrecadação, com a capacitação dos técnicos e fiscais, com a participação da população por meio da solicitação das notas fiscais nos diversos estabelecimentos do Estado, assim como pela melhoria dos processos de informatização e controle.

Com essas medidas o governo planeja aumentar o ritmo dos investimentos no Estado, que deverão evoluir no período de vigência do Plano, os quais serão sustentados pela arrecadação própria, principalmente do ICMS, pela ampliação no volume de Operações de Créditos, dada à capacidade de endividamento do Estado, e pelas transferências voluntárias da União.

Com relação às Receitas Transferidas, convém destacar a estimativa do Fundo de Participação dos Estados (FPE), segunda maior receita orçamentária, que está estimada em R\$ 14,9 bilhões.

PREVISÃO DE DESPESAS

No âmbito da Despesa, cujos principais itens têm características bem diferenciadas, foram utilizados os seguintes indicadores:

- Pessoal, tendo sido considerada a reestimativa de 2010 acrescidos do IPCA e da variação percentual do PIB.
- Dívida Pública, sendo utilizados todos os indicadores financeiros, uma vez que cada contrato da dívida estadual tem um determinado parâmetro de correção financeira.

- Transferências Constitucionais aos Municípios, Educação, Saúde e Repasses aos Outros Poderes, tendo sido considerados os limites legais.
- Os demais itens de dispêndios, influenciados pelo comportamento da inflação medida pelo IPCA.

A apuração das despesas discricionárias ocorreu pelas projeções da receita líquida, descontado o montante de recursos correspondentes à meta de resultado primário, e das despesas obrigatórias, obtendo-se o montante de recursos possivelmente disponível para realização das demais despesas estaduais.

Convém, neste aspecto, assinalar que a previsão da Receita Orçamentária apresenta um volume de recursos superior ao detalhamento dos custos nos diversos Programas do Plano Plurianual 2012-2015, uma vez que parte dessa Receita está comprometida com ações que não fazem parte da estrutura do Plano. Nessa lógica estão incluídos: o Programa Encargos Especiais, que incluem gastos relacionados ao repasse de recursos ao PASEP, as Transferências Constitucionais aos municípios, o pagamento de inativos e pensionistas do Estado, além do pagamento de precatórios. Portanto, são despesas que não fazem parte nem da manutenção da gestão dos órgãos setoriais, nem tampouco geram bens e serviços direto à população. Em face disto, a previsão das Despesas constantes no detalhamento do Plano Plurianual é inferior ao montante de recursos previstos como Receita.

Feitas essas deduções, o montante de recursos previstos para a realização das despesas obrigatórias e discricionárias foi distribuído aos órgãos setoriais do Poder Executivo pela SEPOF, tendo sido utilizado como critérios o Perfil de Gasto de cada órgão, e as Prioridades e Diretrizes de Governo. Definido o limite de gasto discricionário para o período do Plano, cada órgão alocou os recursos nos respectivos Programas, utilizando como parâmetro para essa repartição as Diretrizes de Governo, as ações previstas na Agenda Mínima e as prioridades estabelecidas pelo órgão setorial.

A definição dos limites orçamentários para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais Órgãos Constitucionais Independentes obedeceu aos percentuais definidos na Lei nº 7.544/2011, que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 (LDO 2012).

Assim sendo, está previsto o total da Despesa no período 2012-2015 no valor de R\$ 51,2 bilhões, cabendo ao Poder Executivo o montante de R\$ 44,7 bilhões (87,4%) e aos demais Poderes, Defensoria Pública e Órgãos Constitucionais Independentes o total de R\$ 6,5 bilhões (12,6%) – Quadro 4.

No que concerne ao detalhamento por natureza dessa Despesa prevista, estima-se para o conjunto dos Poderes constituídos, a seguinte distribuição: Despesa Orçamentária, R\$ 46,5 bilhões; Despesa Extraorçamentária, R\$ 4,7 bilhões (incluindo as despesas com pagamento de pessoal e custeio das estatais, das despesas com a manutenção das Organizações Sociais que recebem transferências do Estado, das despesas com aplicação direta da União, especificamente no Programa Minha Casa Minha Vida, de atuação direta da União com os municípios, e das despesas a serem realizadas pelo Consórcio de Belo Monte em parceria com o Estado, e de outros investimentos) – Quadro 5.

No total, prevê-se que essa Despesa realizar-se-á na seguinte distribuição: R\$ 24,0 bilhões com Pessoal, R\$ 16,2 bilhões na rubrica Outras Despesas Correntes, R\$ 8,7 bilhões com Investimentos, e R\$ 2,3 bilhões no pagamento da dívida pública estadual.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
QUADRO 5 - DETALHAMENTO POR NATUREZA DA DESPESA - 2012-2015

R\$ 1,00			
NATUREZA DA DESPESA	2012	2013-2015	TOTAL
ORÇAMENTÁRIO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS	10.761.956.712	35.715.432.361	46.477.389.073
Pessoal	5.088.368.451	17.755.318.963	22.843.687.414
Outras Despesas Correntes	2.945.559.451	9.939.509.130	12.885.068.581
Investimentos	2.110.072.144	6.369.723.848	8.479.795.992
Dívida Estadual	617.956.666	1.650.880.420	2.268.837.086
EXTRAORÇAMENTÁRIO	1.019.112.078	3.730.324.551	4.749.436.629
Pessoal	234.037.231	954.029.919	1.188.067.150
Outras Despesas Correntes	682.462.094	2.648.367.148	3.330.829.242
Investimentos	102.612.753	127.927.484	230.540.237
TOTAL	11.781.068.790	39.445.756.912	51.226.825.702

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
QUADRO 4 - DETALHAMENTO DA DESPESA, POR PODER - 2012-2015

R\$ 1,00				
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013-2015	TOTAL	%
Poder Legislativo	433.444.112	1.515.014.283	1.948.458.395	3,8
Poder Judiciário	626.057.657	2.117.720.249	2.743.777.906	5,4
Poder Executivo	10.327.822.673	34.424.230.211	44.752.052.884	87,4
Ministério Público	266.063.035	942.898.125	1.208.961.160	2,4
Órgãos Constitucionais Independentes	33.578.967	117.126.827	150.705.794	0,3
Defensoria Pública	94.102.346	328.767.217	422.869.563	0,8
TOTAL	11.781.068.790	39.445.756.912	51.226.825.702	100,0

Parte2

Poder Legislativo



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

(R\$ 1,00)

Objetivo: Implementação de ações que viabilizam a gestão administrativa do Estado do Pará.

Descrição	Financeiro		Total do Programa
	2012	2013-2015	
PODER LEGISLATIVO	200.941.045	726.676.291	927.617.336
Assembléia Legislativa do Estado	194.518.234	679.761.485	874.279.719
Administração de Recursos Humanos	148.628.981	519.227.408	667.856.389
Operacionalização das Ações Administrativas	45.889.253	160.534.077	206.423.330
Instituto de Previdência da Assembléia Legislativa	1.812.809	29.780.042	31.592.851
Administração de Recursos Humanos	870.000	26.913.983	27.783.983
Operacionalização das Ações Administrativas	942.809	2.866.059	3.808.868
Tribunal de Contas dos Municípios	4.610.002	17.134.764	21.744.766
Operacionalização das Ações Administrativas	4.610.002	17.134.764	21.744.766
Total	200.941.045	726.676.291	927.617.336



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER LEGISLATIVO

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICOR\$: 127.388.007,00

Objetivo: Aprimorar a execução das políticas públicas voltadas para os servidores públicos.
Público Alvo: Servidor Público Estadual
Órgãos Executores: ALEPA, TCM

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento do número de eventos realizados (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	10	Dez/2010	15	15
Percentual de demandas por reabilitação e readaptação atendidas	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	60
Proporção de instituições estaduais com serviço de saúde e segurança do trabalho implantado	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	80
Tempo máximo entre o agendamento e o atendimento da perícia médica	Dia	SEAD	15	Jan/2011	5	2
Variação na capacitação do servidor	Percentual	EGPA	9	Dez/2010	15	15
Variação no número de bolsas de pós-graduação concedidas	Percentual	EGPA	ND	Jul/2011	15	15
Variação no número de participantes em eventos (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	-85,37	Dez/2010	-	15

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Assistência Médica e Odontológica	Viabilizar assistência médica e odontológica aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)	Metropolitana	1.222	3.412.825	1.222	11.938.776	1.222	15.351.601
				1.222	3.412.825	1.222	11.938.776	1.222	15.351.601
Auxílio Alimentação	Viabilizar auxílio alimentação aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)	Metropolitana	8.388	24.289.010	8.388	84.956.620	8.388	109.245.630
				8.388	24.289.010	8.388	84.956.620	8.388	109.245.630
Auxílio Transporte	Viabilizar auxílio transporte aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)	Metropolitana	622	620.408	622	2.170.368	622	2.790.776
				622	620.408	622	2.170.368	622	2.790.776

PODER LEGISLATIVO

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO R\$: 127.388.007,00

Objetivo: Aprimorar a execução das políticas públicas voltadas para os servidores públicos.
Público Alvo: Servidor Público Estadual
Órgãos Executores: ALEPA, TCM

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento do número de eventos realizados (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	10	Dez/2010	15	15
Percentual de demandas por reabilitação e readaptação atendidas	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	60
Proporção de instituições estaduais com serviço de saúde e segurança do trabalho implantado	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	80
Tempo máximo entre o agendamento e o atendimento da perícia médica	Dia	SEAD	15	Jan/2011	5	2
Variação na capacitação do servidor	Percentual	EGPA	9	Dez/2010	15	15
Variação no número de bolsas de pós-graduação concedidas	Percentual	EGPA	ND	Jul/2011	15	15
Variação no número de participantes em eventos (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	-85,37	Dez/2010	-	15

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Assistência Médica e Odontológica	Viabilizar assistência médica e odontológica aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)	Metropolitana	1.222	3.412.825	1.222	11.938.776	1.222	15.351.601
				1.222	3.412.825	1.222	11.938.776	1.222	15.351.601
Auxílio Alimentação	Viabilizar auxílio alimentação aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)	Metropolitana	8.388	24.289.010	8.388	84.956.620	8.388	109.245.630
				8.388	24.289.010	8.388	84.956.620	8.388	109.245.630
Auxílio Transporte	Viabilizar auxílio transporte aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)	Metropolitana	622	620.408	622	2.170.368	622	2.790.776
				622	620.408	622	2.170.368	622	2.790.776

PODER LEGISLATIVO

PROGRAMA: COMUNICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO R\$: 16.267.056,00

Objetivo: Publicizar à população as ações do Poder Legislativo
Público Alvo: População do Estado do Pará.
Órgãos Executores: ALEPA

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Índice de Satisfação dos Cidadãos com os serviços da ALEPA	Percentual	ALEPA	ND	Jul/2011	40	80

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ações de Publicidade	Otimizar os recursos despendidos com a publicidade legal.	Inserção em Mídias Diversas (Un)	Metropolitana	225	2.119.884	750	7.415.976	975	9.535.860
				225	2.119.884	750	7.415.976	975	9.535.860
Comunicação Social e Marketing Institucional	Definir e implementar estratégias relativas aos produtos e serviços da ALEPA.	Plano de Marketing Implementado (Prc)	Metropolitana	22	124.699	78	436.234	100	560.933
				22	124.699	78	436.234	100	560.933
Implantação do Canal Próprio de TV	Propiciar o acompanhamento dos trabalhos da ALEPA pelos cidadãos através de programação ao vivo e editada, com alcance em todas as regiões do Estado do Pará.	Canal de TV Próprio Implantado (Prc)	Metropolitana	22	997.593	78	3.489.871	100	4.487.464
				22	997.593	78	3.489.871	100	4.487.464
Implementação da Ouvidoria da ALEPA	Receber e encaminhar sugestões, reclamações e denúncias dos cidadãos.	Canal de Comunicação Interativa Implementado (Prc)	Metropolitana	22	124.699	78	436.234	100	560.933
				22	124.699	78	436.234	100	560.933
Mecanismos de Transparência Administrativa e da Comunicação Interna	Levar ao conhecimento do público interno todos os atos, resoluções e decretos-legislativos e informações necessárias ao cumprimento de suas funções.	Plano de Comunicação Interna Implementado (Prc)	Metropolitana	22	124.699	78	436.234	100	560.933
				22	124.699	78	436.234	100	560.933



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Modernização do Portal Eletrônico da ALEPA	Dinamizar e manter de forma interativa o portal eletrônico da ALEPA.	Portal Eletrônico Implementado (Prc)		22	124.699	78	436.234	100	560.933
			Metropolitana	22	124.699	78	436.234	100	560.933



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER LEGISLATIVO

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GOVERNANÇA E GESTÃO DA ALEPA

R\$: 17.164.548,00

Objetivo: Modernizar a administração legislativa visando aumentar a eficiência, a eficácia, a efetividade, a economicidade, a excelência e a execução dos processos de planejamento do desenvolvimento, controle e fiscalização e avaliação das políticas públicas.

Público Alvo: População do Estado do Pará.

Órgãos Executores: ALEPA

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa						
Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Índice de Monitoramento de Projetos/atividade do Programa de Modernização e Gestão Legislativa	Percentual	ALEPA	0	jul/2011	50	100
Índice de Soluções Inovadoras em Gestão	Percentual	Relatório de Gestão da ALEPA-NUPLAN	0	Jul/2011	25	50

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Adesão e implantação do Programa GES PÚBLICA – Excelência na Gestão Pública	Promover a gestão pública da excelência.	Adesão ao GEs PÚBLICA (Prc)		22	74.820	78	261.740	100	336.560
			Metropolitana	22	74.820	78	261.740	100	336.560
Construção da Nova Sede	Adequar a estrutura física da ALEPA às novas demandas geradas do processo de modernização institucional.	Sede Implantada (Prc)		25	997.592	75	3.489.871	100	4.487.463
			Metropolitana	25	997.592	75	3.489.871	100	4.487.463
Desenvolvimento da Cultura de Promoção e Implementação de Mudanças	Promover e implantar um processo de mudança institucional nas unidades de planejamento e administração legislativa.	Unidade Organizacional Revisada (Un)		5	124.699	13	436.234	18	560.933
			Metropolitana	5	124.699	13	436.234	18	560.933
Desenvolvimento da Política e da Capacidade de Gestão de Pessoas	Fortalecer a capacidade de gestão da unidade responsável pela administração das pessoas da ALEPA.	Regulamento do Sistema de Gestão de Pessoas Implantado (Prc)		22	124.699	78	436.234	100	560.933
			Metropolitana	22	124.699	78	436.234	100	560.933



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Fortalecimento da Capacidade de Planejamento, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas	Fortalecer a capacidade institucional da ALEPA para melhorar a efetividade do sistema de planejamento e gestão das políticas públicas.	Núcleo de Planejamento Implementado (Prc)		25	249.398	75	872.467	100	1.121.865
			Metropolitana	25	249.398	75	872.467	100	1.121.865
Implantação de Modelo de Gestão do Conhecimento e Inovação	Implantar a cultura e práticas de valorização do conhecimento e inovação da ALEPA.	Modelo de Gestão Implantado (Prc)		22	124.699	78	436.234	100	560.933
			Metropolitana	22	124.699	78	436.234	100	560.933
Implantação do Controle Interno	Regulamentar as normas e procedimentos de Controle Interno, no âmbito do Poder Legislativo do Estado do Pará.	Controle Interno Implementado (Prc)		25	124.699	75	436.234	100	560.933
			Metropolitana	25	124.699	75	436.234	100	560.933
Modernização da Gestão da Informação e Integração dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	Aumentar a capacidade de gestão das unidades organizacionais do legislativo para melhorar a qualidade e efetividade da informação.	Plano Diretor de TIC Implementado (Prc)		22	1.745.787	78	6.107.276	100	7.853.063
			Metropolitana	22	1.745.787	78	6.107.276	100	7.853.063
Redesenho da Estrutura Organizacional e Processos Legislativo	Tornar eficiente a estrutura organizacional e os processos legislativos da ALEPA.	Estrutura Organizacional e Desenho dos Processos Legislativos Implantado (Prc)		25	249.398	75	872.467	100	1.121.865
			Metropolitana	25	249.398	75	872.467	100	1.121.865



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER LEGISLATIVO

PROGRAMA: QUALIDADE NO PROCESSO LEGISLATIVO

R\$: 78.081.867,00

Objetivo: Sistematizar e priorizar as ações finalísticas do Poder Legislativo que garantam a melhoria na qualidade das proposições legislativas.

Público Alvo: População do Estado do Pará

Órgãos Executores: ALEPA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Promoção à articulação político-institucional e desconcentração do Governo

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Índice de Ações Implantadas decorrentes do Controle Externo	Percentual	ALEPA	ND	Jul/2011	0	100
Monitoramento da Qualidade no Processo Legislativo	Percentual	ALEPA	ND	Jul/2011	25	100
Taxa de Capacitação dos Servidores	Percentual	ALEPA	ND	Jul/2011	25	100
Taxa de Sessões e Audiências Públicas Realizadas no interior do Estado	Percentual	ALEPA	ND	Jul/2011	10	10

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Elaboração, Análise e Apreciação das Proposições Legislativas	Propiciar os recursos humanos, materiais, informacionais e tecnológicos de forma eficiente e eficaz, para que os deputados, as comissões e a secretaria legislativa assegurem a qualidade no processo legislativo.	Proposição Apreciada (Un)		2.000	16.784.493	6.000	58.717.084	8.000	75.501.577
			Metropolitana	2.000	16.784.493	6.000	58.717.084	8.000	75.501.577
Escola do Legislativo	Melhorar através de programas pedagógicos presenciais e a distância o nível de atuação dos servidores.	Evento Realizado (Un)		192	249.398	638	872.467	830	1.121.865
			Metropolitana	192	249.398	638	872.467	830	1.121.865
Interiorização do Processo Legislativo	Garantir a presença da ALEPA no interior do Estado do Pará.	Audiência e Sessão Especial Realizada (Un)		12	199.518	36	697.974	48	897.492
			Araguaia	1	16.626	3	58.165	4	74.791
			Baixo Amazonas	1	16.626	3	58.165	4	74.791
			Carajás	1	16.626	3	58.165	4	74.791



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Normatização do Controle Externo	Propiciar o estudo e a adoção de um modelo de controle externo pela ALEPA.	Estudo Implementado (Prc)	Guamá	1	16.626	3	58.165	4	74.791
			Lago de Tucuruí	1	16.626	3	58.165	4	74.791
			Marajó	1	16.626	3	58.165	4	74.791
			Metropolitana	1	16.632	3	58.159	4	74.791
			Rio Caeté	1	16.626	3	58.165	4	74.791
			Rio Capim	1	16.626	3	58.165	4	74.791
			Tapajós	1	16.626	3	58.165	4	74.791
			Tocantins	1	16.626	3	58.165	4	74.791
			Xingu	1	16.626	3	58.165	4	74.791
				22	124.699	78	436.234	100	560.933
			Metropolitana	22	124.699	78	436.234	100	560.933



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER LEGISLATIVO

PROGRAMA: SOCIAL COMUNITÁRIO

R\$: 18.286.414,00

Objetivo: Prestar assistência aos cidadãos que demandam serviços de saúde, educação e cultura, além de promover e expedir documentos de cidadania para a população paraense.

Público Alvo: População carente

Órgãos Executores: ALEPA

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Taxa de atendimento com resolutividade	Percentual	ALEPA	63	Jun/2011	70	85

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio à Entidades e Eventos Culturais	Apoiar financeiramente entidades sociais e incentivar a cultura no Pará.	Projeto Cultural Apoiado (Un)		350	1.745.787	1.221	6.107.275	1.571	7.853.062
			Metropolitana	350	1.745.787	1.221	6.107.275	1.571	7.853.062
Apoio as Ações dos Municípios	Apoiar financeiramente as demandas dos municípios carentes.	Município Atendido (Un)		143	1.745.787	143	6.107.275	143	7.853.062
			Araguaia	15	105.000	15	360.000	15	465.000
			Baixo Amazonas	12	84.000	12	288.000	12	372.000
			Carajás	12	84.000	12	288.000	12	372.000
			Guamá	17	119.000	17	408.000	17	527.000
			Lago de Tucuruí	7	49.000	7	168.000	7	217.000
			Marajó	16	112.000	16	384.000	16	496.000
			Metropolitana	5	786.787	5	2.819.275	5	3.606.062
			Rio Caeté	15	105.000	15	360.000	15	465.000
			Rio Capim	15	112.000	15	384.000	15	496.000
			Tapajós	6	42.000	6	144.000	6	186.000
			Tocantins	11	77.000	11	264.000	11	341.000
			Xingu	10	70.000	10	240.000	10	310.000
Manutenção das Ações da Creche	Atender na área educacional filhos de funcionários, prestadores de serviços da ALEPA e a comunidade carente.	Criança Atendida (Un)		170	124.699	600	436.234	770	560.933
			Metropolitana	170	124.699	600	436.234	770	560.933



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Manutenção das Ações do Ambulatório	Atender através de consultas médicas e ambulatoriais para servidores e pessoas carentes da região Metropolitana.	Pessoa Atendida (Un)		50.000	249.398	150.000	872.467	200.000	1.121.865
			Metropolitana	50.000	249.398	150.000	872.467	200.000	1.121.865
Manutenção das Ações do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	Atender a população com expedição de documentos de cidadania.	Pessoa Atendida (Un)		100.000	199.518	390.000	697.974	490.000	897.492
			Metropolitana	100.000	199.518	390.000	697.974	490.000	897.492



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER LEGISLATIVO

PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO

R\$: 421.167.991,00

Objetivo: Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos estaduais em benefício da sociedade e auxiliar a Assembléia Legislativa no exercício do controle externo
Público Alvo: Sociedade, Assembléia Legislativa e Gestores de Recursos Públicos Estaduais
Órgãos Executores: TCE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Idade Média do Passivo de Processos	Anos	TCE	10,5	Dez/2010	2	2
Tempo Médio de Tramitação de Processos	Dias	TCE	379,98	Dez/2010	365	365

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ampliação da Infra-Estrutura do Tribunal de Contas do Estado	Ampliar as instalações físicas do Tribunal de Contas do Estado.	Ampliação Realizada (Un)		1	332.000	1	1.109.000	1	1.441.000
			Metropolitana	1	332.000	1	1.109.000	1	1.441.000
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	Preservar a integridade físico-psicológica dos servidores, proporcionando maior produtividade e redução de absenteísmo.	Servidor Atendido (Un)		580	2.350.000	580	7.656.390	580	10.006.390
			Metropolitana	580	2.350.000	580	7.656.390	580	10.006.390
Auxílio Alimentação aos Servidores	Proporcionar aos servidores do Tribunal de Contas do Estado auxílio alimentação.	Servidor Beneficiado (Un)		744	7.850.000	744	25.710.000	744	33.560.000
			Metropolitana	744	7.850.000	744	25.710.000	744	33.560.000
Desenvolvimento de Competências Profissionais	Desenvolver habilidades e competências dos servidores, visando aperfeiçoar a gestão pública.	Servidor Capacitado (Un)		1.540	211.400	4.740	675.180	6.280	886.580
			Metropolitana	1.540	211.400	4.740	675.180	6.280	886.580
Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Estaduais	Exercer o controle externo mediante a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta.	Entidade Fiscalizada (Un)		140	84.413.139	420	275.028.917	560	359.442.056
			Metropolitana	140	84.413.139	420	275.028.917	560	359.442.056



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas do Estado	Modernizar institucionalmente o Tribunal no processo de fiscalização, face às novas demandas proporcionadas pela sociedade.	Instituição Modernizada (Prc)		25	352.000	75	1.155.000	100	1.507.000
			Metropolitana	25	352.000	75	1.155.000	100	1.507.000
Operacionalização da Escola de Contas do TCE	Implementar ações que viabilizem promover a capacitação dos membros e servidores do Tribunal de Contas do Estado, e servidores estaduais.	Serviço Operacional Realizado (Prc)		100	145.000	100	475.200	100	620.200
			Metropolitana	100	145.000	100	475.200	100	620.200
Operacionalização das Ações Administrativas	Desenvolver ações que viabilizam a gestão administrativa do Tribunal de Contas do Estado.	Serviço Operacional Realizado (Prc)		100	2.960.000	100	9.815.000	100	12.775.000
			Metropolitana	100	2.960.000	100	9.815.000	100	12.775.000
Publicidade Institucional	Difundir e informar as ações dos diversos setores do Tribunal de Contas do Estado.	Divulgação Realizada (Un)		16	219.200	48	710.565	64	929.765
			Metropolitana	16	219.200	48	710.565	64	929.765



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER LEGISLATIVO

PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL

R\$: 342.485.176,00

Objetivo: Orientar e fiscalizar a administração e a gestão dos recursos públicos municipais em benefício da sociedade.

Público Alvo: População do Estado do Pará

Órgãos Executores: TCM

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa							Índice Esperado	
Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em			2012	Até 2015
Índice de procedimentos padronizados e manualizados	Percentual	TCM	ND	Jul/2011			40	55
Tempo médio de apreciação dos processos pelo Tribunal	Dias	TCM	795	Mai/2011			556	400

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ações de Publicidade	Difundir e informar jornalisticamente as ações do Tribunal.	Divulgação Realizada (Un)		1	150.000	3	524.316	4	674.316
			Metropolitana	1	150.000	3	524.316	4	674.316
Capacitação de Agentes Públicos Municipais	Promover treinamentos e capacitar gestores e servidores públicos municipais.	Agente Público Municipal Capacitado (Un)		576	265.900	576	200.000	576	465.900
			Metropolitana	576	265.900	576	200.000	576	465.900
Construção da Escola de Contas	Construir escola para capacitação e desenvolvimento profissional dos membros e servidores dos Tribunais de Contas, servidores dos municípios e do Estado do Pará.	Escola de Contas Construída (Un)		1	400.000	1	515.407	1	915.407
			Metropolitana	1	400.000	1	515.407	1	915.407
Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos	Fiscalizar a execução contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da aplicação dos recursos públicos municipais.	Órgão/Entidade Municipal Fiscalizada (Un)		864	73.637.964	864	259.598.018	864	333.235.982
			Metropolitana	864	73.637.964	864	259.598.018	864	333.235.982
Implementação da Escola de Contas	Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos membros e servidores dos Tribunais de Contas, servidores dos municípios e do Estado do Pará.	Servidor Capacitado (Un)		0	0	576	1.493.343	576	1.493.343
			Metropolitana	0	0	576	1.493.343	576	1.493.343



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações de Desenvolvimento Organizacional	Desenvolver ações para fortalecimento da capacidade de gestão organizacional e a consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade.	Servidor Beneficiado (Un)		429	348.860	429	804.631	429	1.153.491
			Metropolitana	429	348.860	429	804.631	429	1.153.491
Modernização do Parque Tecnológico	Melhorar a capacidade do Parque Tecnológico para maior efetividade do Controle Externo Municipal.	Sistema Atualizado (Un)		1	1.300.000	1	1.992.148	1	3.292.148
			Metropolitana	1	1.300.000	1	1.992.148	1	3.292.148
Modernização do Sistema de Controle Externo - PROMOEEX	Promover o fortalecimento do Sistema de Controle Externo brasileiro como instrumento da cidadania, incluindo a intensificação das relações inter-governamentais, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Controle Externo Modernizado (Un)		1	390.000	1	864.589	1	1.254.589
			Metropolitana	1	390.000	1	864.589	1	1.254.589

Poder Judiciário



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

(R\$ 1,00)

Objetivo: Implementação de ações que viabilizam a gestão administrativa do Estado do Pará.

Descrição	Financeiro		Total do Programa
	2012	2013-2015	
PODER JUDICIÁRIO	374.009.828	1.288.062.401	1.662.072.229
Justiça Militar do Estado	492.640	1.706.100	2.198.740
Administração de Recursos Humanos	173.040	600.700	773.740
Operacionalização das Ações Administrativas	319.600	1.105.400	1.425.000
Tribunal de Justiça do Estado	373.517.188	1.286.356.301	1.659.873.489
Administração de Recursos Humanos	341.522.137	1.179.086.834	1.520.608.971
Administração de Recursos Humanos da Escola Superior da Magistratura	3.204.267	10.905.389	14.109.656
Operacionalização das Ações Administrativas	27.883.754	93.305.339	121.189.093
Operacionalização das Ações Administrativas da Escola Superior da Magistratura	907.030	3.058.739	3.965.769
Total	374.009.828	1.288.062.401	1.662.072.229



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER JUDICIÁRIO

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

R\$: 132.955.813,00

Objetivo: Aprimorar a execução das políticas públicas voltadas para os servidores públicos.
Público Alvo: Servidor Público Estadual
Órgãos Executores: JME, TJE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento do número de eventos realizados (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	10	Dez/2010	15	15
Percentual de demandas por reabilitação e readaptação atendidas	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	60
Proporção de instituições estaduais com serviço de saúde e segurança do trabalho implantado	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	80
Tempo máximo entre o agendamento e o atendimento da perícia médica	Dia	SEAD	15	Jan/2011	5	2
Variação na capacitação do servidor	Percentual	EGPA	9	Dez/2010	15	15
Variação no número de bolsas de pós-graduação concedidas	Percentual	EGPA	ND	Jul/2011	15	15
Variação no número de participantes em eventos (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	-85,37	Dez/2010	-	15

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Auxílio Alimentação	Viabilizar auxílio alimentação aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		3.774	28.169.524	3.774	95.930.237	3.774	124.099.761
			Araguaia	258	1.926.044	258	6.560.888	258	8.486.932
			Baixo Amazonas	269	2.009.544	269	6.792.778	269	8.802.322
			Carajás	443	3.306.561	443	11.303.779	443	14.610.340
			Guamá	167	1.244.136	167	4.188.030	167	5.432.166
			Marajó	40	297.813	40	1.016.872	40	1.314.685
			Metropolitana	2.260	16.860.973	2.260	57.438.727	2.260	74.299.700
			Rio Caeté	69	517.694	69	1.763.475	69	2.281.169
			Rio Capim	88	659.642	88	2.247.011	88	2.906.653
			Tocantins	93	698.608	93	2.389.591	93	3.088.199
			Xingu	87	648.509	87	2.229.086	87	2.877.595



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Auxílio Transporte	Viabilizar auxílio transporte aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		1.607	1.821.190	1.607	7.034.862	1.607	8.856.052
			Araguaia	111	125.611	111	485.360	111	610.971
			Baixo Amazonas	115	128.878	115	497.984	115	626.862
			Carajás	190	217.823	190	841.664	190	1.059.487
			Guamá	72	81.139	72	313.520	72	394.659
			Marajó	17	19.423	17	75.049	17	94.472
			Metropolitana	957	1.083.678	957	4.185.128	957	5.268.806
			Rio Caeté	30	33.763	30	130.458	30	164.221
			Rio Capim	38	43.020	38	166.229	38	209.249
			Tocantins	40	45.561	40	176.047	40	221.608
			Xingu	37	42.294	37	163.423	37	205.717



PODER JUDICIÁRIO

PROGRAMA: ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA **R\$: 3.317.305,00**

Objetivo: Garantir o acesso à justiça e a efetividade do cumprimento das decisões judiciais.
Público Alvo: População do Estado do Pará
Órgãos Executores: TJE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
						2012	Até 2015
Índice de Resolutividade de Ações de Conflitos Fundiários Urbanos e Rurais (RAC)	Percentual	TJE		ND	Jul/2011	10	15
Número de Pessoas com Acesso à Justiça	Mil Pessoas	TJE		278000	2010	306	355
Taxa de Congestionamento na Fase de Execução (1º Grau e Juizados Especiais) (TCJe)	Percentual	TJE		68,84	2010	59	51

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Conciliação com a Justiça	Elevar o nº de acordos e soluções consensuais de conflitos, mediante conciliação e mediação.	Acordo Realizado (Un)		2.293	376.260	7.259	1.238.266	9.552	1.614.526
			Araguaia	143	23.524	453	77.417	596	100.941
			Baixo Amazonas	268	44.015	850	144.853	1.118	188.868
			Carajás	314	51.495	993	169.470	1.307	220.965
			Guamá	147	24.047	465	79.138	612	103.185
			Marajó	148	24.325	469	80.053	617	104.378
			Metropolitana	712	116.730	2.252	384.159	2.964	500.889
			Rio Caeté	178	29.224	564	96.176	742	125.400
			Rio Capim	92	15.039	290	49.493	382	64.532
			Tocantins	208	34.225	660	112.632	868	146.857
			Xingu	83	13.636	263	44.875	346	58.511
				27.406	243.112	96.121	851.484	123.527	1.094.596
Concretizar a Justiça Especializada	Assegurar infraestrutura adequada à atuação das varas de competência especializada, com o fito de proporcionar rapidez e aumento no nº de atendimentos.	Pessoa Atendida (Un)							
			Araguaia	1.716	15.199	6.010	53.234	7.726	68.433
			Baixo Amazonas	3.211	28.439	11.244	99.607	14.455	128.046
			Carajás	3.756	33.270	13.156	116.534	16.912	149.804



Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação do Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários	Articular ações de prevenção, pacificação e solução de conflitos fundiários.	Conflito Pacificado (Un)	Guamá	1.754	15.537	6.144	54.417	7.898	69.954
			Marajó	1.774	15.717	6.214	55.048	7.988	70.765
			Metropolitana	8.514	75.427	29.817	264.165	38.331	339.592
			Rio Caeté	2.132	18.883	7.466	66.135	9.598	85.018
			Rio Capim	1.097	9.717	3.843	34.034	4.940	43.751
			Tocantins	2.497	22.113	8.744	77.452	11.241	99.565
			Xingu	955	8.810	3.483	30.858	4.438	39.668
				374	26.654	750	53.099	1.124	79.753
			Araguaia	23	1.666	48	3.320	71	4.986
			Baixo Amazonas	44	3.118	87	6.212	131	9.330
			Carajás	51	3.648	102	7.267	153	10.915
			Guamá	24	1.703	48	3.394	72	5.097
Justiça Ribeirinha	Promover o acesso do cidadão ribeirinho à ações itinerantes de justiça.	Pessoa Atendida (Un)	Marajó	24	1.723	48	3.433	72	5.156
			Metropolitana	116	8.271	232	16.473	348	24.744
			Rio Caeté	29	2.070	58	4.125	87	6.195
			Rio Capim	15	1.065	30	2.122	45	3.187
			Tocantins	34	2.424	69	4.829	103	7.253
			Xingu	14	966	28	1.924	42	2.890
				2.596	23.000	9.486	84.000	12.082	107.000
			Araguaia	162	1.438	593	5.252	755	6.690
			Baixo Amazonas	304	2.691	1.110	9.826	1.414	12.517
			Carajás	355	3.148	1.298	11.496	1.653	14.644
			Guamá	166	1.470	606	5.368	772	6.838
			Marajó	168	1.487	613	5.431	781	6.918
Modernização dos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado do Pará	Informatizar os procedimentos cartorais.	Cartório Modernizado (Un)	Metropolitana	805	7.135	2.943	26.061	3.748	33.196
			Rio Caeté	202	1.786	737	6.525	939	8.311
			Rio Capim	104	919	379	3.357	483	4.276
			Tocantins	236	2.092	863	7.640	1.099	9.732
			Xingu	94	834	344	3.044	438	3.878
				35	171.328	70	250.102	105	421.430
			Araguaia	2	9.790	6	21.550	8	31.340
			Baixo Amazonas	4	19.580	9	32.325	13	51.905
			Carajás	5	24.475	12	43.099	17	67.574
			Guamá	3	14.685	6	21.550	9	36.235



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Marajó	4	19.580	10	35.200	14	54.780
			Metropolitana	5	24.478	6	20.952	11	45.430
			Rio Caeté	4	19.580	9	32.325	13	51.905
			Rio Capim	2	9.790	3	10.775	5	20.565
			Tocantins	4	19.580	6	21.551	10	41.131
			Xingu	2	9.790	3	10.775	5	20.565



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER JUDICIÁRIO

PROGRAMA: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

R\$: 7.921.470,00

Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Instituições e setores de diferentes níveis, bem como disseminar valores éticos e morais.

Público Alvo: População do Estado do Pará

Órgãos Executores: TJE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa						
Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento de Ações de Promoção de Valores Éticos e Morais	Percentual	TJE	ND	Jul/2011	10	15
Incremento de Inserções Institucionais na Mídia	Percentual	TJE	ND	Jul/2011	2	3
Índice de Efetivação de Resultados Cooperativos	Percentual	TJE	90	2009	93	96

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade	Divulgação das ações do Poder Judiciário de modo a garantir a democratização das informações e de prestação de contas.	Notícia Difundida (Un)		1.498	585.691	4.677	1.609.381	6.175	2.195.072
			Metropolitana	1.498	585.691	4.677	1.609.381	6.175	2.195.072
Implementação de Laudos Periciais	Agilizar a confecção e entrega dos laudos periciais necessários à tramitação de processos judiciais.	Sistema Implementado (Un)		1	230.000	0	0	1	230.000
			Metropolitana	1	230.000	0	0	1	230.000
Implementação de Sistema Eletrônico de Laudos Periciais	Implementar sistema eletrônico de confecção e entrega de laudos periciais, agilizando atendimento e aumentando o número de jurisdicionados atendidos.	Sistema Eletrônico Implementado. (Un)		1	167.766	0	0	1	167.766
			Metropolitana	1	167.766	0	0	1	167.766
Rádio Justiça	Difundir as ações, programas e políticas do Judiciário Paraense, enfatizando os direitos e garantias constitucionais do cidadão.	Ação Implementada (Un)		1	630.000	1	4.698.632	1	5.328.632
			Metropolitana	1	630.000	1	4.698.632	1	5.328.632

PODER JUDICIÁRIO

PROGRAMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL

R\$: 658.553.615,00

Objetivo: Buscar a excelência na prestação jurisdicional e na gestão de custos operacionais, com responsabilidade socioambiental.
Público Alvo: População do Estado do Pará
Órgãos Executores: JME, TJE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
						2012	Até 2015
Taxa de Congestionamento do Poder Judiciário Estadual (TCJ)		Percentual	TJE	62,49	2010	57,49	42,49
Variação do Custo Operacional do Poder Judiciário		Percentual	TJE	ND	Jul/2011	-10	-10

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Expansão da Infraestrutura Judiciária	Expandir a capacidade de atendimento de prestação dos serviços jurisdicionais, inclusive com a instalação de Comarcas, Juizados especiais e de varas.	Comarca/Vara Instalada (Un)		24	17.465.734	25	49.095.373	25	66.561.107
			Araguaia	3	2.183.217	3	6.049.213	3	8.232.430
			Baixo Amazonas	2	1.455.478	2	4.032.809	2	5.488.287
			Carajás	4	2.910.956	4	8.065.617	4	10.976.573
			Guamá	1	727.739	1	2.016.404	1	2.744.143
			Marajó	1	727.739	1	2.016.404	1	2.744.143
			Metropolitana	7	5.094.171	7	14.114.831	7	19.209.002
			Rio Caeté	2	1.455.478	2	4.032.809	2	5.488.287
			Rio Capim	1	727.739	1	2.016.404	1	2.744.143
			Tocantins	3	2.183.217	3	6.049.213	3	8.232.430
			Xingu	0	0	1	701.669	1	701.669
				2.985	163.200	2.985	425.649	2.985	588.849
Gestão e Monitoramento do Planejamento Estratégico	Horizontalizar as estratégias definidas no PE de maneira que todas as unidades do Poder Judiciário comunguem das mesmas idéias e se comprometam com as estratégias.	Servidor Integrado (Un)	Araguaia	74	4.046	74	10.552	74	14.598
			Baixo Amazonas	168	9.185	168	23.956	168	33.141
			Carajás	180	9.841	180	25.667	180	35.508
			Guamá	137	7.490	137	19.536	137	27.026
			Marajó	86	4.702	86	12.263	86	16.965

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação da digitalização de documentos do arquivo judiciário	Digitalizar documentos judiciais e administrativos armazenados no arquivo do judiciário, visando a agilização do atendimento de consultas ao arquivo.	Documento Digitalizado (Un)	Metropolitana	2.010	109.894	2.010	286.617	2.010	396.511
			Rio Caeté	103	5.631	103	14.687	103	20.318
			Rio Capim	41	2.242	41	5.847	41	8.089
			Tocantins	114	6.233	114	16.257	114	22.490
			Xingu	72	3.936	72	10.267	72	14.203
				309.828	500.000	158.095	212.000	467.923	712.000
			Araguaia	19.371	31.260	9.884	13.254	29.255	44.514
			Baixo Amazonas	36.245	58.490	18.494	24.800	54.739	83.290
			Carajás	42.405	68.430	21.638	29.000	64.043	97.430
			Guamá	19.802	31.955	10.103	13.550	29.905	45.505
			Marajó	20.031	32.325	10.221	13.707	30.252	46.032
			Metropolitana	96.113	155.100	49.045	65.783	145.158	220.883
Implantação de Juizado Especial Digital	Implantar o Sistema Judicial Especial Digital em todos os Juizados Especiais, visando redução de custos, agilidade de processos e da solução de conflitos.	Juizado Digital Implantado. (Un)	Rio Caeté	24.065	38.835	12.280	16.465	36.345	55.300
			Rio Capim	12.384	19.985	6.319	8.474	18.703	28.459
			Tocantins	28.183	45.480	14.381	19.284	42.564	64.764
			Xingu	11.229	18.140	5.730	7.683	16.959	25.823
				9	54.979	32	177.737	41	232.716
			Araguaia	1	6.109	3	16.673	4	22.782
			Baixo Amazonas	0	0	3	16.673	3	16.673
			Carajás	1	6.109	5	27.675	6	33.784
			Guamá	0	0	3	16.673	3	16.673
			Marajó	0	0	3	16.673	3	16.673
			Metropolitana	7	42.761	9	50.024	16	92.785
			Rio Caeté	0	0	3	16.673	3	16.673
Implementação do Sistema de Gestão de Custos	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais, mediante gerenciamento eletrônico, visando garantir economicidade dos recursos.	Sistema Eletrônico Implementado (Un)		1	552.600	0	0	1	552.600
			Metropolitana	1	552.600	0	0	1	552.600
Justiça ao Alcance de Todos	Garantir a prestação dos serviços jurisdicionais em todo o Estado do Pará.	Pessoa Atendida (Un)		42.475	114.014.024	139.780	437.185.470	182.255	551.199.494



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Padronização de Rotinas e Procedimentos Judiciais	Padronizar os procedimentos e rotinas judiciais das secretarias judiciárias de 1º grau, 2º grau e Juizados especiais.	Número de Varas com Procedimentos Implantados (Un)	Araguaia	2.656	7.129.400	8.739	27.332.702	11.395	34.462.102
			Baixo Amazonas	4.969	13.338.097	16.353	51.146.752	21.322	64.484.849
			Carajás	5.813	15.603.614	19.131	59.835.415	24.944	75.439.029
			Guamá	2.715	7.287.771	8.934	27.942.575	11.649	35.230.346
			Marajó	2.746	7.370.983	9.037	28.264.751	11.783	35.635.734
			Metropolitana	13.176	35.367.835	43.362	135.621.953	56.538	170.989.788
			Rio Caeté	3.299	8.855.380	10.857	33.957.091	14.156	42.812.471
			Rio Capim	1.698	4.557.877	5.587	17.474.291	7.285	22.032.168
			Tocantins	3.864	10.371.988	12.714	39.765.170	16.578	50.137.158
			Xingu	1.539	4.131.079	5.066	15.844.770	6.605	19.975.849
				115	362.474	120	106.189	235	468.663
			Araguaia	7	22.064	6	4.749	13	26.813
			Baixo Amazonas	13	40.975	14	12.365	27	53.340
			Carajás	14	44.127	14	11.840	28	55.967
			Guamá	7	22.064	8	7.092	15	29.156
			Marajó	7	22.064	8	7.092	15	29.156
			Metropolitana	43	135.532	45	41.747	88	177.279
			Rio Caeté	8	25.216	8	6.476	16	31.692
			Rio Capim	3	9.456	4	3.545	7	13.001
			Tocantins	7	22.064	8	6.566	15	28.630
			Xingu	6	18.912	5	4.717	11	23.629
Processamento e Julgamento de Crimes Militares	Manter o Fórum para julgamento dos crimes praticados por policiais militares e bombeiros militares.	Fórum Mantido (Un)		1	3.877.396	3	12.919.212	4	16.796.608
			Metropolitana	1	3.877.396	3	12.919.212	4	16.796.608
Processo Administrativo Digital	Viabilizar a tramitação de documentos ou processos administrativos de forma totalmente digital.	Unidade Judicial com Processo Administrativo Digital Viabilizado (Un)		115	679.400	120	1.014.178	235	1.693.578
			Araguaia	7	41.355	6	33.350	13	74.705
			Baixo Amazonas	13	76.802	14	120.621	27	197.423
			Carajás	14	82.710	14	99.812	28	182.522
			Guamá	7	41.355	8	66.461	15	107.816
			Marajó	7	41.355	8	66.461	15	107.816
			Metropolitana	43	254.036	45	444.521	88	698.557
			Rio Caeté	8	47.263	8	54.280	16	101.543



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Projeto Libra	Viabilizar a implantação da versão 1.0 do Sistema de Gestão de Processos Judiciais-LIBRA em substituição aos atuais sistemas de controle de processos e arrecadação judicial em todas as unidades judiciais de 1ª e 2ª entrância.	Unidade Judiciária com Sistema Libra Implantado (Un)	Rio Capim	3	17.723	4	33.232	7	50.955
			Tocantins	7	41.354	8	45.653	15	87.007
			Xingu	6	35.447	5	49.787	11	85.234
				115	6.881.000	120	12.867.000	235	19.748.000
			Araguaia	7	418.843	6	617.919	13	1.036.762
			Baixo Amazonas	13	777.852	14	1.496.537	27	2.274.389
			Carajás	14	837.687	14	1.478.026	28	2.315.713
			Guamá	7	418.843	8	860.107	15	1.278.950
			Marajó	7	418.843	8	860.107	15	1.278.950
			Metropolitana	43	2.572.898	45	4.907.209	88	7.480.107
			Rio Caeté	8	478.678	8	824.297	16	1.302.975
			Rio Capim	3	179.504	4	430.054	7	609.558
			Tocantins	7	418.843	8	841.596	15	1.260.439
			Xingu	6	359.009	5	551.148	11	910.157

PODER JUDICIÁRIO

PROGRAMA: GERENCIAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO FRJ

R\$: 3.546.134,00

Objetivo: Maior eficiência na arrecadação e no controle das receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - FRJ.

Público Alvo: Unidades administrativas e judiciais do Poder Judiciário

Órgãos Executores: TJE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Arrecadação do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	R\$ Milhões	TJE	35	2009	44	50

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação do Módulo de Gestão de Arrecadação Judicial	Controlar eletronicamente a arrecadação das custas Judiciais.	Módulo Implementado (Un)		4	9.100	8	30.213	10	39.313
			Araguaia	1	2.275	1	2.375	1	4.650
			Baixo Amazonas	0	0	2	4.750	2	4.750
			Carajás	2	4.550	0	0	2	4.550
			Guamá	0	0	1	5.025	1	5.025
			Rio Caeté	0	0	1	5.332	1	5.332
			Rio Capim	0	0	1	5.333	1	5.333
			Tocantins	1	2.275	1	5.024	1	7.299
			Xingu	0	0	1	2.374	1	2.374
Implementação do Sistema de Controle dos Depósitos Judiciais	Migrar o Sistema de Depósitos Judiciais do BANPARÁ para um sistema próprio do TJE, informatizando todas as fases de seus procedimentos.	Sistema Implementado (Un)		1	192.000	1	637.474	1	829.474
			Metropolitana	1	192.000	1	637.474	1	829.474
Implementação dos Sistemas de Arrecadação Judicial e Extra Judicial	Viabilizar o controle das receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - FRJ e a integração das Comarcas e dos cartórios extra-judiciais que operam o sistema.	Unidade com Sistema Implementado (Un)		47	643.338	77	2.034.009	124	2.677.347
			Araguaia	3	41.064	6	139.418	9	180.482
			Baixo Amazonas	12	164.257	2	66.291	14	230.548
			Carajás	7	95.816	7	225.975	14	321.791
			Guamá	1	13.688	11	269.128	12	282.816

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Marajó	7	95.816	4	126.538	11	222.354
			Metropolitana	2	27.377	12	302.765	14	330.142
			Rio Caeté	3	41.064	14	344.880	17	385.944
			Rio Capim	3	41.064	6	175.189	9	216.253
			Tocantins	6	82.128	11	269.128	17	351.256
			Xingu	3	41.064	4	114.697	7	155.761

CONTINUA NO CADERNO 4

Caderno 4

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

GABINETE DO GOVERNADOR

 PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER JUDICIÁRIO

PROGRAMA: **GESTÃO DE PESSOAS** R\$: **56.287.555,00**

Objetivo: Desenvolver conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores com valorização e comprometimento garantindo a eficiência na gestão de recursos humanos.
Público Alvo: Magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará
Órgãos Executores: TJE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Índice de Capacitação nas Competências Estratégicas	Percentual	TJE	24	2009	26	30

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Alocação de Recursos Humanos	Dimensionar a estrutura funcional padrão e alocar RH no âmbito do Poder Judiciário.	Módulo de Gerenciamento de Alocação de Pessoal Desenvolvido (Un)		1	21.000	1	18.000	1	39.000
			Metropolitana	1	21.000	1	18.000	1	39.000
Capacitação de Magistrados e Servidores em Competências Estratégicas	Capacitar magistrados e servidores dentro do novo padrão de modernização implantado no Poder Judiciário.	Pessoa Capacitada (Un)		1.671	3.434.991	5.303	11.384.083	6.974	14.819.074
			Araguaia	15	30.835	45	96.167	60	127.002
			Baixo Amazonas	44	90.449	132	282.090	176	372.539
			Carajás	51	104.838	153	326.969	204	431.807
			Guamá	28	57.558	84	179.512	112	237.070
			Marajó	21	43.169	63	134.634	84	177.803
			Metropolitana	1.437	2.953.968	4.601	9.883.875	6.038	12.837.843
			Rio Caeté	24	49.336	72	153.867	96	203.203
			Rio Capim	15	30.835	45	96.167	60	127.002
			Tocantins	24	49.335	72	153.868	96	203.203
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde	Garantir a vinculação dos membros e dos servidores do Tribunal aos planos de assistência à saúde.	Número de Usuários do Plano de Saúde (Un)		7.434	6.884.866	7.434	22.858.973	7.434	29.743.839
			Araguaia	465	430.442	465	1.429.143	465	1.859.585



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Baixo Amazonas	870	805.392	870	2.674.043	870	3.479.435
			Carajás	1.018	942.263	1.018	3.128.479	1.018	4.070.742
			Guamá	475	440.012	475	1.460.917	475	1.900.929
			Marajó	481	445.107	481	1.477.832	481	1.922.939
			Metropolitana	2.306	2.135.958	2.306	7.091.770	2.306	9.227.728
			Rio Caeté	577	534.748	577	1.775.456	577	2.310.204
			Rio Capim	297	275.188	297	913.672	297	1.188.860
			Tocantins	676	626.248	676	2.079.252	676	2.705.500
			Xingu	269	249.508	269	828.409	269	1.077.917
Encargos com Benefícios Assistenciais	Proporcionar aos servidores e serventuários da justiça benefícios assistenciais.	Benefício Concedido (Un)		35	968.019	105	3.213.992	140	4.182.011
			Araguaia	2	60.521	6	200.938	8	261.459
			Baixo Amazonas	4	113.239	12	375.973	16	489.212
			Carajás	5	132.483	15	439.867	20	572.350
			Guamá	2	61.866	6	205.406	8	267.272
			Marajó	2	62.582	6	207.785	8	270.367
			Metropolitana	10	258.074	30	856.850	40	1.114.924
			Rio Caeté	5	117.430	15	389.890	20	507.320
			Rio Capim	1	38.692	3	128.463	4	167.155
			Tocantins	3	88.051	9	292.345	12	380.396
Implementação de Encontros Regionais	Integrar e interiorizar a Justiça visando a capacitação e a descentralização.	Encontro Realizado (Un)	Xingu	1	35.081	3	116.475	4	151.556
				13	349.000	15	752.958	28	1.101.958
			Araguaia	1	26.846	1	42.920	2	69.766
			Baixo Amazonas	1	26.846	1	42.920	2	69.766
			Carajás	1	26.846	1	42.920	2	69.766
			Guamá	1	26.846	1	42.920	2	69.766
			Marajó	1	26.846	1	42.920	2	69.766
			Metropolitana	3	80.540	5	323.758	8	404.298
			Rio Caeté	1	26.846	1	42.920	2	69.766
			Rio Capim	1	26.846	1	42.920	2	69.766
Manutenção dos Serviços de Assistência à Saúde dos Usuários do Poder Judiciário	Agilizar as perícias médicas e prestar assistência ambulatorial e odontológica aos membros e servidores do Poder Judiciário.	Usuário Atendido (Un)	Tocantins	2	53.692	2	85.840	4	139.532
			Xingu	1	26.846	1	42.920	2	69.766
				720	470.835	2.512	1.640.903	3.232	2.111.738
			Araguaia	45	29.437	157	102.590	202	132.027



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Baixo Amazonas	84	55.078	294	191.953	378	247.031
			Carajás	99	64.438	344	224.575	443	289.013
			Guamá	46	30.091	160	104.870	206	134.961
			Marajó	47	30.439	163	106.084	210	136.523
			Metropolitana	223	146.073	779	509.072	1.002	655.145
			Rio Caeté	56	36.570	195	127.449	251	164.019
			Rio Capim	29	18.819	100	65.587	129	84.406
			Tocantins	65	42.827	229	149.257	294	192.084
			Xingu	26	17.063	91	59.466	117	76.529
				32	993.000	94	3.296.935	126	4.289.935
Padronização dos Procedimentos Administrativos	Efetivar os procedimentos administrativos aos magistrados e servidores.	Unidade com Procedimento Administrativo Padronizado (Un)							
			Metropolitana	32	993.000	94	3.296.935	126	4.289.935

PODER JUDICIÁRIO

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RS: 214.025.599,00

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, bem como disponibilizar sistemas essenciais de TIC.

Público Alvo: Unidades administrativas a judiciais do Poder Judiciário

Órgãos Executores: TJE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Coeficiente de Edificação e/ou Reformas Executadas por Imóvel do Poder Judiciário	Percentual	TJE	9	2009	9	9
Índice de Disponibilidade de Infraestrutura de Equipamentos de Tecnologia	Percentual	TJE	ND	Jul/2011	96	99
Índice de Disponibilidade de Sistemas On-Line	Percentual	TJE	ND	Jul/2011	92	97

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Aparelhamento das Unidades Judiciárias	Dotar as unidades judiciárias dos equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento.	Unidade Equipada (Un)		115	3.650.000	120	15.046.423	235	18.696.423
			Araguaia	7	222.174	6	512.452	13	734.626
			Baixo Amazonas	13	412.609	14	1.776.059	27	2.188.668
			Carajás	14	444.348	14	1.505.226	28	1.949.574
			Guamá	7	222.174	8	992.773	15	1.214.947
			Marajó	7	222.174	8	992.773	15	1.214.947
			Metropolitana	43	1.364.782	45	6.512.917	88	7.877.699
			Rio Caeté	8	253.913	8	799.352	16	1.053.265
			Rio Capim	3	95.217	4	496.386	7	591.603
			Tocantins	7	222.174	8	721.938	15	944.112
			Xingu	6	190.435	5	736.547	11	926.982
Atualização Tecnológica dos Sistemas de Processos Judiciais	Atualizar e implementar sistemas eletrônicos dos serviços jurisdicionais.	Sistema Atualizado (Un)		11	2.135.861	19	9.311.814	30	11.447.675
			Metropolitana	11	2.135.861	19	9.311.814	30	11.447.675
Atualização, Expansão e Manutenção do Parque Computacional do Poder Judiciário	Padronizar sistemas aplicativos e equipamentos de informática garantindo suporte técnico adequado.	Unidade Judiciária Padronizada (Un)		115	3.698.918	110	17.266.254	115	20.965.172
			Araguaia	7	225.152	4	824.229	7	1.049.381

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Baixo Amazonas	13	418.139	13	2.006.955	13	2.425.094
			Carajás	14	450.303	14	1.979.033	14	2.429.336
			Guamá	7	225.152	7	1.154.804	7	1.379.956
			Marajó	7	225.152	7	1.154.804	7	1.379.956
			Metropolitana	43	1.383.071	43	6.600.478	43	7.983.549
			Rio Caeté	8	257.316	8	1.098.978	8	1.356.294
			Rio Capim	3	96.494	3	577.402	3	673.896
			Tocantins	7	225.152	5	1.126.882	7	1.352.034
			Xingu	6	192.987	6	742.689	6	935.676
Implantação da Central de Serviços	Promover atendimento centralizado entre a área de TIC e os usuários dos serviços.	Central de Serviços Implantada (Un)		1	3.648.397	1	12.096.278	1	15.744.675
			Metropolitana	1	3.648.397	1	12.096.278	1	15.744.675
Implementação de Sistema de Segurança da Informação	Implementar, expandir e manter mecanismos de controle e ferramentas de hardware e software, para implantação de segurança de informação de alto nível.	Sistema Implementado/Mantido (Un)		1	2.972.902	1	7.096.097	1	10.068.999
			Metropolitana	1	2.972.902	1	7.096.097	1	10.068.999
Manutenção e Expansão da Rede de Comunicação entre Comarcas	Manter e Ampliar os links de comunicação do Poder Judiciário.	Unidade Atendida (Un)		6	7.633.881	16	25.651.482	22	33.285.363
			Araguaia	0	0	1	1.606.045	1	1.606.045
			Baixo Amazonas	1	1.272.314	2	3.212.965	3	4.485.279
			Carajás	1	1.272.314	2	3.212.965	3	4.485.279
			Guamá	0	0	2	3.162.480	2	3.162.480
			Marajó	0	0	1	1.656.530	1	1.656.530
			Metropolitana	2	2.544.625	3	4.819.007	5	7.363.632
			Rio Caeté	1	1.272.314	0	0	1	1.272.314
			Rio Capim	0	0	2	3.262.575	2	3.262.575
			Tocantins	1	1.272.314	2	3.112.870	3	4.385.184
			Xingu	0	0	1	1.606.045	1	1.606.045
Manutenção, Conservação e Restauração de Prédios do Poder Judiciário	Garantir a infraestrutura física, instalação elétrica e rede lógica, em condições adequadas de funcionamento.	Unidade Atendida (Un)		41	30.486.738	89	46.343.648	130	76.830.386
			Araguaia	3	2.230.737	6	3.120.989	9	5.351.726
			Baixo Amazonas	5	3.717.895	10	5.211.445	15	8.929.340
			Carajás	6	4.461.474	13	6.771.939	19	11.233.413
			Guamá	3	2.230.737	6	3.120.989	9	5.351.726
			Marajó	3	2.230.737	6	3.120.989	9	5.351.726



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Programa de Segurança	Implantar e manter instrumentos de segurança nas unidades do Poder Judiciário.	Unidade de Segurança Implantada (Un)	Metropolitana	12	8.922.947	26	13.543.877	38	22.466.824
			Rio Caeté	3	2.230.737	7	3.650.952	10	5.881.689
			Rio Capim	2	1.487.158	3	1.560.493	5	3.047.651
			Tocantins	3	2.230.737	9	4.681.482	12	6.912.219
			Xingu	1	743.579	3	1.560.493	4	2.304.072
				21	5.659.521	21	21.327.385	21	26.986.906
			Carajás	2	539.002	2	2.031.179	2	2.570.181
			Guamá	1	269.501	1	1.015.590	1	1.285.091
			Metropolitana	15	4.042.515	15	15.233.847	15	19.276.362
			Rio Caeté	1	269.501	1	1.015.590	1	1.285.091
			Tocantins	2	539.002	2	2.031.179	2	2.570.181



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER JUDICIÁRIO

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE SOCIAL

R\$: 5.098.186,00

Objetivo: Promover a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão.

Público Alvo: População do Estado do Pará

Órgãos Executores: TJE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Número de Pessoas Beneficiadas pelos Projetos Sociais	Unidade	TJE	2238	2009	2591	3000

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações da Agenda Sócio Ambiental	Promover o uso racional dos recursos naturais e bens públicos..	Ação Implementada (Un)		104	882.580	286	2.835.074	390	3.717.654
			Araguaia	8	67.891	22	218.083	30	285.974
			Baixo Amazonas	8	67.891	22	218.083	30	285.974
			Carajás	8	67.891	22	218.083	30	285.974
			Guamá	8	67.891	22	218.083	30	285.974
			Marajó	8	67.891	22	218.083	30	285.974
			Metropolitana	24	203.670	66	654.244	90	857.914
			Rio Caeté	8	67.891	22	218.083	30	285.974
			Rio Capim	8	67.891	22	218.083	30	285.974
			Tocantins	16	135.782	44	436.166	60	571.948
			Xingu	8	67.891	22	218.083	30	285.974
Justiça e Cidadania	Viabilizar o acesso aos direitos e esclarecimento dos direitos e deveres do cidadão.	Pessoa Atendida (Un)		13.902	123.150	46.153	408.879	60.055	532.029
			Araguaia	869	7.699	2.886	25.564	3.755	33.263
			Baixo Amazonas	1.626	14.406	5.399	47.830	7.025	62.236
			Carajás	1.903	16.854	6.317	55.959	8.220	72.813
			Guamá	888	7.871	2.949	26.132	3.837	34.003
			Marajó	899	7.962	2.984	26.433	3.883	34.395
			Metropolitana	4.313	38.207	14.319	126.849	18.632	165.056
			Rio Caeté	1.080	9.565	3.585	31.758	4.665	41.323
			Rio Capim	556	4.922	1.845	16.343	2.401	21.265



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Projeto Aguapé	Promover reinclusão social dos apenados da justiça e egressos do sistema penal.	Pessoa Atendida (Un)	Tocantins	1.264	11.201	4.197	37.193	5.461	48.394
			Xingu	504	4.463	1.672	14.818	2.176	19.281
				200	194.400	670	654.103	870	848.503
			Araguaia	13	12.154	42	40.895	55	53.049
			Baixo Amazonas	23	22.741	78	76.518	101	99.259
			Carajás	27	26.606	93	89.521	120	116.127
			Guamá	13	12.424	42	41.804	55	54.228
			Marajó	13	12.568	43	42.287	56	54.855
			Metropolitana	62	60.311	209	202.929	271	263.240
			Rio Caeté	16	15.099	52	50.804	68	65.903
			Rio Capim	8	7.770	27	26.144	35	33.914
			Tocantins	18	17.682	60	59.497	78	77.179
			Xingu	7	7.045	24	23.704	31	30.749

Poder Executivo



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

(R\$ 1,00)

Objetivo: Implementação de ações que viabilizam a gestão administrativa do Estado do Pará.			
Descriminação	Financeiro		Total do Programa
	2012	2013-2015	
PODER EXECUTIVO	3.623.014.842	13.359.885.274	16.982.900.116
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	52.894.918	180.629.475	233.524.393
Operacionalização das Ações Administrativas	970.569.296	3.853.001.622	4.823.570.918
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	2.375.980.582	8.499.168.160	10.875.148.742
Pagamento de Obrigações Patronais dos Servidores	222.730.046	824.386.017	1.047.116.063
Suporte ao Funcionamento das Secretarias Especiais	840.000	2.700.000	3.540.000
Total	3.623.014.842	13.359.885.274	16.982.900.116



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA: ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE

R\$: 249.676.013,00

Objetivo: Fortalecer os municípios para o atendimento na rede de atenção primária.
Público Alvo: Usuários do SUS
Órgãos Executores: 10º CRS - Altamira, 11º CRS - Marabá, 12º CRS - C. Araguaia, 13º CRS - Cametá, 1º CRS - Belém, 2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, 6º CRS - Barcarena, 7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, 9º CRS - Santarém, FES, SESP

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Percentual de cobertura populacional estimada das Equipes de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família	Percentual	SESPA/SISPACTO	23	Dez/2010	31	43
Percentual de mulheres na faixa etária de 25 a 29 anos que realizam exames citopatológicos do colo do útero	Percentual	Ministério da Saúde / DATASUS e INCA, SISCOLO	0,16	Dez/2010	18	23
Proporção da população cadastrada pela Estratégia Saúde da Família	Percentual	DAB/MINISTÉRIO DA SAÚDE - SISPACTO	41,6	Dez/2010	45	60
Taxa de mortalidade infantil	Óbito infantil / 1.000 nascidos vivos	SESPA/SISPACTO	18,06	Jul/2011	16,64	14,73

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio às Ações da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica	Apoiar os municípios para o acesso e uso racional dos medicamentos para atenção primária.	Município Atendido (Un)		143	11.790.501	143	30.664.809	143	42.455.310
			Araguaia	15	699.735	15	1.985.650	15	2.685.385
			Baixo Amazonas	12	1.009.610	12	2.600.614	12	3.610.224
			Carajás	12	762.452	12	1.941.279	12	2.703.731
			Guamá	18	991.559	18	2.898.890	18	3.890.449
			Lago de Tucuruí	7	486.848	7	1.210.534	7	1.697.382
			Marajó	16	825.044	16	2.403.387	16	3.228.431
			Metropolitana	5	3.316.998	5	7.616.179	5	10.933.177
			Rio Caeté	16	834.092	16	2.444.292	16	3.278.384
			Rio Capim	15	857.805	15	2.310.364	15	3.168.169
			Tapajós	6	422.138	6	1.125.076	6	1.547.214
			Tocantins	11	1.065.717	11	2.670.746	11	3.736.463
			Xingu	10	518.503	10	1.457.798	10	1.976.301



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio às Ações de Estratégia Saúde da Família e Agentes Comunitários	Apoiar o município com ações que fortaleçam a estratégia saúde da família e agente comunitário de saúde.	Município Atendido (Un)		143	14.571.959	143	94.090.849	143	108.662.808
			Araguaia	15	1.448.717	15	9.130.867	15	10.579.584
			Baixo Amazonas	12	1.268.390	12	8.705.999	12	9.974.389
			Carajás	12	1.210.381	12	7.600.772	12	8.811.153
			Guamá	18	1.467.212	18	10.137.385	18	11.604.597
			Lago de Tucuruí	7	715.515	7	4.539.758	7	5.255.273
			Marajó	16	1.572.607	16	9.874.113	16	11.446.720
			Metropolitana	5	1.192.510	5	7.669.077	5	8.861.587
			Rio Caeté	16	1.421.963	16	8.822.660	16	10.244.623
			Rio Capim	15	1.599.280	15	9.672.700	15	11.271.980
			Tapajós	6	619.579	6	3.905.707	6	4.525.286
			Tocantins	11	1.117.048	11	7.880.793	11	8.997.841
			Xingu	10	938.757	10	6.151.018	10	7.089.775
Implementação das Ações de Publicidade na Saúde	Publicizar as ações e atividades relacionadas com a saúde pública.	Publicação Divulgada (Un)		8	2.957.455	24	10.072.974	32	13.030.429
			Metropolitana	8	2.957.455	24	10.072.974	32	13.030.429
Implementação das Ações do Presença Viva	Realizar atendimento itinerante básico de saúde às comunidades de difícil acesso e/ou em situação de risco iminente.	Procedimento de Saúde Realizado (Un)		143.022	1.078.980	460.266	3.992.518	603.288	5.071.498
			Araguaia	5.500	40.537	17.700	149.999	23.200	190.536
			Baixo Amazonas	5.500	40.537	17.700	149.999	23.200	190.536
			Carajás	5.500	40.537	17.700	149.999	23.200	190.536
			Guamá	16.522	146.611	53.166	542.535	69.688	689.146
			Lago de Tucuruí	11.000	81.074	35.400	299.998	46.400	381.072
			Marajó	11.000	81.074	35.400	299.998	46.400	381.072
			Metropolitana	22.000	162.166	70.800	600.002	92.800	762.168
			Rio Caeté	11.000	81.074	35.400	299.998	46.400	381.072
			Rio Capim	16.500	121.611	53.100	449.997	69.600	571.608
			Tapajós	11.000	81.074	35.400	299.998	46.400	381.072
			Tocantins	22.000	162.148	70.800	599.996	92.800	762.144
			Xingu	5.500	40.537	17.700	149.999	23.200	190.536
Implementação de Serviços da Atenção Primária	Viabilizar a integralidade da atenção primária a população do Estado do Pará.	Município Atendido (Un)		143	21.285.830	143	58.770.138	143	80.055.968
			Araguaia	15	1.645.448	15	4.925.762	15	6.571.210
			Baixo Amazonas	12	1.340.573	12	3.598.560	12	4.939.133



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Carajás	12	1.427.673	12	4.028.881	12	5.456.554
			Guamá	18	3.460.060	18	8.329.846	18	11.789.906
			Lago de Tucuruí	7	747.381	7	1.860.782	7	2.608.163
			Marajó	16	2.094.472	16	6.369.429	16	8.463.901
			Metropolitana	5	3.998.417	5	9.860.852	5	13.859.269
			Rio Caeté	16	1.597.448	16	4.651.598	16	6.249.046
			Rio Capim	15	1.581.198	15	4.225.444	15	5.806.642
			Tapajós	6	535.284	6	1.523.124	6	2.058.408
			Tocantins	11	1.696.221	11	5.715.772	11	7.411.993
			Xingu	10	1.161.655	10	3.680.088	10	4.841.743
Implementação dos Serviços da Unidade de Saúde da Pedreira	Promover o serviço de atenção primária a população do Estado do Pará.	Procedimento de Saúde Realizado (Un)		9.200	100.000	27.600	300.000	36.800	400.000
			Metropolitana	9.200	100.000	27.600	300.000	36.800	400.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA: CUIDAR PARA VIVER

R\$: 194.084.457,00

Objetivo: Garantir o atendimento aos pacientes com câncer através da rede estadual de atenção oncológica com diagnóstico e tratamento adequado.
Público Alvo: Portadores de neoplasia
Órgãos Executores: Fund. Santa Casa, HOL, HRT, SESPA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Taxa de estadiamento precoce (tipo 0 e 1)	Percentual	OPHIR LOYOLA	19,95	Dez/2010	21,95	29,21
Taxa de mortalidade por neoplasia	Percentual	OPHIR LOYOLA	17,9	Dez/2010	16	13

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Acolhimento aos Egressos Portadores de Neoplasias	Garantir alojamento às pessoas não residentes em Belém.	Pessoa Alojada (Un)		1.900	50.000	6.300	155.874	8.200	205.874
			Metropolitana	1.900	50.000	6.300	155.874	8.200	205.874
Conclusão do Hospital Oncológico	Aumentar a oferta de leitos e serviços de diagnóstico e terapia para neoplasias.	Unidade Implantada (Un)		1	25.000.000	1	25.736.894	1	50.736.894
			Metropolitana	1	25.000.000	1	25.736.894	1	50.736.894
Expansão da Visita Domiciliar Oncológica	Ampliar o atendimento domiciliar aos pacientes Fora de Possibilidade Terapêutica Atual (FPTA).	Visita Domiciliar Realizada (Un)		1.670	30.000	5.400	93.524	7.070	123.524
			Metropolitana	1.670	30.000	5.400	93.524	7.070	123.524
Implantação de Serviços de Diagnóstico e Terapia	Aumentar a oferta de serviços de diagnóstico e terapia para neoplasias.	Serviço Implantado (Un)		2	1.250.000	4	8.697.764	4	9.947.764
			Lago de Tucuruí	2	1.250.000	2	2.469.765	2	3.719.765
			Metropolitana	0	0	2	6.227.999	2	6.227.999
Implementação das Ações de Atenção Integral aos Portadores de Neoplasias	Proporcionar assistência integral aos portadores de neoplasias	Procedimento de Saúde Realizado (Un)		600.000	15.845.534	2.103.667	54.595.581	2.703.667	70.441.115
			Metropolitana	600.000	15.845.534	2.103.667	54.595.581	2.703.667	70.441.115
Implementação de Serviços de Diagnóstico e Terapia	Ofertar serviços de diagnóstico e terapia para neoplasias.	Procedimento de Saúde Realizado (Un)		99.520	5.292.738	374.225	17.336.548	473.745	22.629.286



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Lago de Tucuruí	43.584	602.474	161.544	2.229.299	205.128	2.831.773
			Metropolitana	55.936	4.690.264	212.681	15.107.249	268.617	19.797.513
★ Modernização do Parque Tecnológico do Hospital Ophir Loyola	Qualificar o serviço de diagnóstico e tratamento de neoplasia	Equipamento Instalado (Un)		5	905.000	81	12.647.000	86	13.552.000
			Metropolitana	5	905.000	81	12.647.000	86	13.552.000
★ Readequação da Estrutura do Hospital Ophir Loyola	Modernizar a estrutura física do HOL.	Unidade Readequada (Un)		1	9.095.000	1	17.353.000	1	26.448.000
			Metropolitana	1	9.095.000	1	17.353.000	1	26.448.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA: DOAR É VIDA

R\$: 38.250.934,00

Objetivo: Ampliar a sobrevida de pessoas que necessitam de transplante.
Público Alvo: Portadores de agravos que necessitam de transplante.
Órgãos Executores: FHCGV, HEMOPA, HOL, SESPA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Índice de efetividade de transplante - IET	Transplante / 1.000.000 de pessoas	SESPA	22,6	Dez/2010	32,9	59,3
Taxa de transplantes realizados	Percentual	OPHIR LOYOLA/CNCDO	7,00	Dez/2010	8	9,5

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Captação de Órgãos e Tecidos para Transplante	Disponibilizar órgãos e tecidos para transplante.	Órgão/Tecido Disponibilizado (Un)		396	1.660.800	1.793	5.955.219	2.189	7.616.019
			Araguaia	12	114.976	36	401.721	48	516.697
			Metropolitana	384	1.545.824	1.757	5.553.498	2.141	7.099.322
Implantação de Serviços para Realização de Transplantes	Ampliar a oferta ao paciente com necessidade de transplante no Estado do Pará.	Serviço Implantado (Un)		1	300.000	0	0	1	300.000
			Metropolitana	1	300.000	0	0	1	300.000
Implementação de Serviços para Transplante	Realizar transplante de órgãos e tecidos.	Transplante Realizado (Un)		174	904.257	846	4.587.115	1.020	5.491.372
			Metropolitana	174	904.257	846	4.587.115	1.020	5.491.372
Implementação de Suporte Diagnóstico	Garantir com celeridade a realização de exames de apoio diagnóstico para transplante.	Exame Realizado (Un)		30.100	5.244.000	99.434	19.599.543	129.534	24.843.543
			Metropolitana	30.100	5.244.000	99.434	19.599.543	129.534	24.843.543



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA: EDUCAÇÃO NA SAÚDE

R\$: 80.985.876,00

Objetivo: Promover a formação dos trabalhadores em saúde.

Público Alvo: Profissional de saúde.

Órgãos Executores: 10º CRS - Altamira, 11º CRS - Marabá, 12º CRS - C. Araguaia, 13º CRS - Cametá, 1º CRS - Belém, 2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, 6º CRS - Barcarena, 7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, 9º CRS - Santarém, ETSUS, FHCGV, Fund. Santa Casa, HAS, HEMOPA, HOL, HRCA, HRCM, HRS, HRT, LACEN, SESPA

Diretriz(es) do Governo: Agregação de valor à produção por meio do conhecimento
 Promoção da inclusão social

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Taxa de Especialista Formado	Percentual	FSCMP / HOL / FHCGV	ND	Jul/2011	70	70
Taxa de trabalhadores qualificados	Percentual	FSCMP / HOL / FHCGV	ND	Jul/2011	70	70
Taxa de trabalhadores qualificados do SUS	Percentual	Ministério da Saúde	90	Dez/2010	90	90

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações de Residência em Saúde	Viabilizar a formação técnica especializada de profissionais em saúde.	Profissional Formado (Un)		385	7.719.893	1.436	29.505.959	1.821	37.225.852
			Metropolitana	385	7.719.893	1.436	29.505.959	1.821	37.225.852
Implementação de Ações de Educação Permanente na Saúde	Formar trabalhadores para atuar na área da saúde.	Pessoa Beneficiada (Un)		11.760	9.741.498	34.031	32.910.189	45.791	42.651.687
			Araguaia	70	118.451	521	1.253.882	591	1.372.333
			Baixo Amazonas	243	268.796	698	1.471.030	941	1.739.826
			Carajás	474	460.808	573	1.092.203	1.047	1.553.011
			Guamá	1.105	1.167.356	918	1.759.465	2.023	2.926.821
			Lago de Tucuruí	241	227.629	493	563.530	734	791.159
			Marajó	373	396.574	809	1.539.619	1.182	1.936.193
			Metropolitana	7.741	5.789.047	25.729	19.048.182	33.470	24.837.229
			Rio Caeté	299	247.213	1.577	1.718.301	1.876	1.965.514
			Rio Capim	385	363.977	1.079	1.235.149	1.464	1.599.126
			Tapajós	80	32.486	108	160.555	188	193.041
			Tocantins	442	381.591	1.007	2.019.768	1.449	2.401.359
			Xingu	307	287.570	519	1.048.505	826	1.336.075



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações de Pesquisa	Produzir conhecimento para a melhoria da gestão e assistência à saúde.	Pesquisa Realizada (Un)		113	239.500	750	868.837	863	1.108.337
			Metropolitana	113	239.500	750	868.837	863	1.108.337



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA: HEMOVIDA

R\$: 97.704.514,00

Objetivo: Aumentar a cobertura dos serviços de hematologia e hemoterapia.
Público Alvo: Pacientes que necessitam de serviços de hemoterapia e portadores de doenças hematológicas.
Órgãos Executores: HEMOPA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento no atendimento médico a pacientes portadores de doenças hematológicas	Percentual	Hemopa	5,3	Dez/2010	5	5
Índice de cobertura transfusional	Transfusões por leito	Hemopa / DATASUS	8,19	Dez/2010	8,25	9

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Capacitação em Hemovigilância	Qualificar profissional de saúde no gerenciamento a riscos inerentes ao ato transfusional.	Curso Realizado (Un)		23	40.000	69	120.000	92	160.000
			Araguaia	2	5.600	6	16.800	8	22.400
			Baixo Amazonas	2	5.600	6	16.800	8	22.400
			Carajás	2	5.600	6	16.800	8	22.400
			Guamá	2	3.000	6	9.000	8	12.000
			Lago de Tucuruí	2	5.600	6	16.800	8	22.400
			Metropolitana	7	3.000	21	9.000	28	12.000
			Rio Caeté	2	3.000	6	9.000	8	12.000
			Tocantins	2	3.000	6	9.000	8	12.000
			Xingu	2	5.600	6	16.800	8	22.400
				116.160	345.744	373.591	1.112.092	489.751	1.457.836
Captação de Candidatos à Doação de Sangue e Medula Óssea	Aumentar a quantidade de doadores de sangue e de medula óssea.	Doador Captado (Un)	Araguaia	2.829	7.606	8.905	24.663	11.734	32.269
			Baixo Amazonas	6.558	17.529	20.874	56.836	27.432	74.365
			Carajás	7.416	19.811	23.608	64.235	31.024	84.046
			Guamá	6.468	18.152	20.190	58.854	26.658	77.006
			Lago de Tucuruí	2.814	7.606	8.783	24.663	11.597	32.269
			Metropolitana	81.507	251.910	259.489	807.844	340.996	1.059.754
			Rio Caeté	3.060	8.263	14.550	26.793	17.610	35.056



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação de Unidades na Hemorrede	Ampliar atendimento de serviços de hemoterapia no Estado do Pará.	Unidade Implantada (Un)	Tocantins	2.448	6.604	7.642	21.411	10.090	28.015
			Xingu	3.060	8.263	9.550	26.793	12.610	35.056
				2	90.000	4	4.220.000	4	4.310.000
			Guamá	1	45.000	1	10.000	1	55.000
			Metropolitana	0	0	2	4.200.000	2	4.200.000
Implementação das Ações de Hematologia	Assegurar atendimento hematológico.	Consulta Realizada (Un)	Tapajós	1	45.000	1	10.000	1	55.000
				24.911	980.000	82.456	3.445.410	107.367	4.425.410
			Baixo Amazonas	315	69.188	1.043	245.581	1.358	314.769
			Carajás	1.134	99.274	3.754	352.371	4.888	451.645
			Guamá	1.147	74.872	3.795	265.755	4.942	340.627
Implementação das Ações de Hemoterapia	Garantir atendimento da demanda de hemocomponentes para transfusão.	Bolsa de Hemocomponente Distribuída (Un)	Metropolitana	22.315	736.666	73.864	2.581.703	96.179	3.318.369
				174.180	17.295.269	577.200	58.055.999	751.380	75.351.268
			Araguaia	4.416	438.488	14.592	1.467.708	19.008	1.906.196
			Baixo Amazonas	9.576	950.853	32.064	3.224.335	41.640	4.175.188
			Carajás	9.456	938.937	31.284	3.146.644	40.740	4.085.581
			Guamá	5.424	538.578	17.940	1.804.476	23.364	2.343.054
			Lago de Tucuruí	2.904	288.354	9.600	965.581	12.504	1.253.935
			Metropolitana	134.952	13.400.110	446.688	44.929.447	581.640	58.329.557
			Rio Caeté	2.520	250.224	8.352	840.075	10.872	1.090.299
			Tocantins	2.532	251.416	8.760	881.098	11.292	1.132.514
			Xingu	2.400	238.309	7.920	796.635	10.320	1.034.944
				2	2.000.000	2	10.000.000	2	12.000.000
Interiorização do HEMOPA	Melhorar o acesso aos serviços de hemoterapia e hematologia no Estado do Pará.	Unidade Implantada (Un)	Guamá	1	500.000	1	2.940.000	1	3.440.000
			Metropolitana	1	1.500.000	1	7.060.000	1	8.560.000

PODER EXECUTIVO
ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA: MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NA SAÚDE

RS: 2.723.092.186,00

Objetivo: Fortalecer os serviços especializados de média e alta complexidade.
Público Alvo: Usuários do SUS
Órgãos Executores: 10º CRS - Altamira, 11º CRS - Marabá, 12º CRS - C. Araguaia, 13º CRS - Cametá, 1º CRS - Belém, 2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, 7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, 9º CRS - Santarém, ASIPAG, FES, FHCGV, Fund. Santa Casa, HAS, HOL, HRCA, HRCM, HRS, HRT, LACEN, SESPA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Leitos hospitalares do SUS por mil habitantes	Leitos / 1.000 hab	DATASUS/CNES	1,5	Dez/2010	1,60	1,7
Taxa de consultas especializadas selecionadas	Consultas / 1.000 hab	DATASUS/CNES	42,4	Dez/2010	44,5	45,9

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Adequação do Hospital Abelardo Santos	Modernizar o parque tecnológico e estrutura física.	Hospital Modernizado (Un)		1	5.000.000	1	15.000.000	1	20.000.000
			Metropolitana	1	5.000.000	1	15.000.000	1	20.000.000
Concessão de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção	Oportunizar a acessibilidade à pessoa com deficiência e mobilidade reduzida.	Órteses, Próteses e Meios Auxiliares Dispensado (Un)		33.828	7.291.460	112.841	28.878.835	146.669	36.170.295
			Araguaia	1.697	495.932	5.615	1.561.676	7.312	2.057.608
			Baixo Amazonas	3.514	384.289	10.929	1.122.527	14.443	1.506.816
			Carajás	1.473	361.288	4.778	1.055.917	6.251	1.417.205
			Guamá	5.194	501.433	16.092	1.545.042	21.286	2.046.475
			Lago de Tucuruí	724	184.645	2.342	505.759	3.066	690.404
			Marajó	1.659	389.289	5.317	1.159.527	6.976	1.548.816
			Metropolitana	10.515	3.408.288	39.064	14.453.168	49.579	17.861.456
			Rio Caeté	3.448	349.288	10.684	1.015.517	14.132	1.364.805
			Rio Capim	2.234	217.144	6.872	514.990	9.106	732.134
			Tapajós	1.224	214.644	3.842	505.759	5.066	720.403
			Tocantins	1.411	595.576	4.925	4.914.909	6.336	5.510.485
			Xingu	735	189.644	2.381	524.044	3.116	713.688
 Construção de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	Ampliar a oferta de serviços de saúde em urgência e emergência.	UPA Construída (Un)		7	15.052.200	10	15.052.200	17	30.104.400
			Araguaia	0	0	1	200.000	1	200.000

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)		
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
			Baixo Amazonas	0	0	1	200.000	1	200.000	
			Carajás	0	0	1	200.000	1	200.000	
			Guamá	2	5.520.880	1	2.610.440	3	8.131.320	
			Lago de Tucuruí	0	0	1	200.000	1	200.000	
			Marajó	1	3.010.440	0	0	1	3.010.440	
			Metropolitana	0	0	1	2.610.440	1	2.610.440	
			Rio Caeté	0	0	1	3.010.440	1	3.010.440	
			Rio Capim	2	5.520.880	0	0	2	5.520.880	
			Tapajós	1	500.000	0	0	1	500.000	
			Tocantins	1	500.000	2	5.520.880	3	6.020.880	
			Xingu	0	0	1	500.000	1	500.000	
Implantação de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - EAS	Ampliar a capacidade física instalada da rede assistencial.	Unidade Implantada (Un)	1	1.727.421	1	9.310.263	1	11.037.684		
	Implantação de Hospitais de Média e Alta Complexidade	Ampliar a capacidade instalada para atendimento em média e alta complexidade.	Metropolitana	1	1.727.421	1	9.310.263	1	11.037.684	
			Hospital Implantado (Un)	2	35.707.014	1	60.084.587	3	95.791.601	
				Guamá	1	17.853.507	0	0	1	17.853.507
				Rio Caeté	1	17.853.507	0	0	1	17.853.507
				Tapajós	0	0	1	58.084.587	1	58.084.587
				Tocantins	0	0	1	2.000.000	1	2.000.000
Implantação de Serviços de Média e Alta Complexidade	Ampliar a oferta de serviços de média e alta complexidade em saúde.	Serviço de Saúde Implantado (Un)	3	645.700	2	5.425.442	5	6.071.142		
			Baixo Amazonas	2	65.525	0	0	2	65.525	
			Metropolitana	1	580.175	2	5.425.442	3	6.005.617	
	Implantação do Novo Hospital da FSCMPA	Aumentar a oferta dos serviços de assistência materno-infantil disponíveis no Estado do Pará.	Unidade Implantada (Prc)	85	40.000.000	15	50.000.000	100	90.000.000	
				Metropolitana	85	40.000.000	15	50.000.000	100	90.000.000
Implantação do Serviço de Nefrologia	Ampliar a oferta de serviço de hemodiálise.	Serviço de Hemodiálise Implantado (Un)	3	3.140.744	4	13.783.417	4	16.924.161		
			Guamá	1	500.000	1	1.250.000	1	1.750.000	
			Lago de Tucuruí	0	0	1	2.138.871	1	2.138.871	
			Metropolitana	1	2.140.744	1	8.174.840	1	10.315.584	
			Rio Caeté	1	500.000	1	2.219.706	1	2.719.706	



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação do Serviço de Telemedicina	Aumentar a capacidade diagnóstica na média complexidade.	Serviço de Telemedicina Implantado (Un)		47	736.010	47	671.790	47	1.407.800
			Araguaia	2	26.880	2	6.600	2	33.480
			Baixo Amazonas	3	43.296	3	44.784	3	88.080
			Carajás	2	26.880	2	29.856	2	56.736
			Guamá	3	37.600	3	44.784	3	82.384
			Lago de Tucuruí	1	16.416	1	14.928	1	31.344
			Marajó	16	226.944	16	238.848	16	465.792
			Metropolitana	4	131.050	4	53.142	4	184.192
			Rio Caeté	2	26.880	2	29.856	2	56.736
			Rio Capim	1	13.440	1	14.928	1	28.368
			Tapajós	3	40.320	3	44.784	3	85.104
			Tocantins	6	89.568	6	89.568	6	179.136
			Xingu	4	56.736	4	59.712	4	116.448
Implementação da Assistência Farmacêutica de Média e Alta Complexidade	Viabilizar o uso racional dos medicamentos de alta e média complexidade.	Medicamento Disponibilizado (Un)		17.058.013	28.195.660	51.844.019	115.992.999	68.902.032	144.188.659
			Araguaia	1.475.712	2.974.728	4.427.136	12.216.807	5.902.848	15.191.535
			Baixo Amazonas	183.660	706.118	550.980	2.914.404	734.640	3.620.522
			Carajás	294.096	1.127.788	882.288	4.654.796	1.176.384	5.782.584
			Lago de Tucuruí	869.556	2.134.010	2.827.515	8.438.803	3.697.071	10.572.813
			Metropolitana	13.967.171	19.447.068	42.262.656	82.115.363	56.229.827	101.562.431
			Rio Caeté	82.200	801.340	246.930	1.810.913	329.130	2.612.253
			Tocantins	120.000	600.000	444.029	2.220.144	564.029	2.820.144
			Xingu	65.618	404.608	202.485	1.621.769	268.103	2.026.377
Implementação da Rede de Urgência e Emergência	Fortalecer a rede de urgência e emergência no Estado do Pará.	Serviço de Saúde Implementado (Un)		270	16.254.972	270	46.616.439	270	62.871.411
			Araguaia	25	1.245.510	25	3.375.743	25	4.621.253
			Baixo Amazonas	24	1.809.708	24	4.210.378	24	6.020.086
			Carajás	21	1.419.708	21	3.486.390	21	4.906.098
			Guamá	30	1.262.878	30	3.549.768	30	4.812.646
			Lago de Tucuruí	14	653.538	14	4.223.567	14	4.877.105
			Marajó	32	1.343.444	32	3.628.425	32	4.971.869
			Metropolitana	15	3.423.014	15	8.277.492	15	11.700.506
			Rio Caeté	25	1.516.010	25	4.957.686	25	6.473.696
			Rio Capim	29	1.043.444	29	3.071.509	29	4.114.953
			Tapajós	12	566.604	12	1.477.264	12	2.043.868



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações de Assistência à Parturiente e ao Neonato	Garantir assistência especializada e integral à saúde da mãe e neonato.	Procedimento de Saúde Realizado (Un)	Tocantins	23	1.051.774	23	3.942.517	23	4.994.291
			Xingu	20	919.340	20	2.415.700	20	3.335.040
				33.932	2.391.956	33.932	6.970.279	33.932	9.362.235
			Lago de Tucuruí	410	531.326	410	1.966.034	410	2.497.360
			Metropolitana	33.522	1.860.630	124.987	5.004.245	158.509	6.864.875
Implementação das Ações de Atenção às Vítimas de Escalpelamento	Assegurar o tratamento médico, hospitalar e psicossocial às vítimas de escalpelamento.	Assistência Especializada Prestada (Un)		1.559	381.452	3.801	1.481.889	5.360	1.863.341
			Metropolitana	1.559	381.452	3.801	1.481.889	5.360	1.863.341
Implementação de Ações de Média e Alta Complexidade	Proporcionar o atendimento de média e alta complexidade em saúde.	Procedimento de Saúde Realizado (Un)		25.563.269	268.070.202	82.448.257	863.469.683	108.011.526	1.131.539.885
			Araguaia	1.223.452	3.955.885	3.857.061	16.870.731	5.080.513	20.826.616
			Baixo Amazonas	2.428.821	10.624.627	7.925.882	34.731.936	10.354.703	45.356.563
			Carajás	1.596.155	6.104.647	5.211.574	19.922.369	6.807.729	26.027.016
			Guamá	1.285.823	6.692.592	4.198.313	21.851.853	5.484.136	28.544.445
			Lago de Tucuruí	1.243.731	13.743.058	4.112.018	48.552.780	5.355.749	62.295.838
			Marajó	1.381.582	6.710.411	4.510.975	21.910.030	5.892.557	28.620.441
			Metropolitana	7.137.956	142.353.386	22.405.156	388.821.572	29.543.112	531.174.958
			Rio Caeté	1.660.965	25.470.782	5.425.759	102.981.110	7.086.724	128.451.892
			Rio Capim	3.882.902	21.958.898	12.677.985	71.263.746	16.560.887	93.222.644
			Tapajós	1.493.527	9.533.384	4.876.487	30.838.051	6.370.014	40.371.435
			Tocantins	611.641	4.166.724	2.019.816	16.433.702	2.631.457	20.600.426
			Xingu	1.616.714	16.755.808	5.227.231	89.291.803	6.843.945	106.047.611
Implementação de Co-gestão Hospitalar e de Serviços Assistenciais	Estabelecer compromissos e metas para sustentabilidade da gestão hospitalar e de serviços assistenciais.	Convênio Celebrado (Un)		7	23.093.453	21	79.631.243	28	102.724.696
			Baixo Amazonas	1	274.286	3	744.924	4	1.019.210
			Metropolitana	5	7.219.167	15	27.212.963	20	34.432.130
			Tocantins	1	15.600.000	3	51.673.356	4	67.273.356
Implementação do Tratamento Fora de Domicílio - TFD	Garantir aos usuários do SUS, tratamento fora de seu domicílio.	Usuário Atendido (Un)		26.726	24.256.763	66.072	82.779.939	92.798	107.036.702
			Araguaia	704	1.659.269	2.329	5.534.731	3.033	7.194.000
			Baixo Amazonas	1.826	2.007.305	5.736	6.797.875	7.562	8.805.180
			Carajás	775	1.744.874	2.648	5.959.802	3.423	7.704.676



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Manutenção do Contrato de Gestão dos Hospitais	Repassar recursos para a gestão dos Hospitais Regionais do Sudeste, Baixo Amazonas, Transamazônica, Araguaia, Marajó e Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência.	Repasse Realizado (Un)	Guamá	2.729	3.552.682	8.621	11.936.836	11.350	15.489.518
			Lago de Tucuruí	141	138.700	804	793.642	945	932.342
			Marajó	2.862	2.153.213	8.803	7.365.732	11.665	9.518.945
			Metropolitana	8.981	4.976.990	9.831	16.602.655	18.812	21.579.645
			Rio Caeté	3.068	2.037.229	9.421	7.249.393	12.489	9.286.622
			Rio Capim	1.256	101.482	3.859	511.854	5.115	613.336
			Tapajós	1.440	420.000	4.537	1.579.266	5.977	1.999.266
			Tocantins	1.724	3.535.250	5.606	11.872.331	7.330	15.407.581
			Xingu	1.220	1.929.769	3.877	6.575.822	5.097	8.505.591
				6	176.450.532	18	608.987.848	24	785.438.380
			Araguaia	1	27.455.907	3	99.723.669	4	127.179.576
			Baixo Amazonas	1	38.036.780	3	116.889.464	4	154.926.244
			Carajás	1	28.923.840	3	96.502.972	4	125.426.812
			Marajó	1	25.156.700	3	95.005.544	4	120.162.244
			Metropolitana	1	34.674.129	3	116.614.885	4	151.289.014
			Xingu	1	22.203.176	3	84.251.314	4	106.454.490
				11	21.457.000	20	49.102.794	31	70.559.794
Requalificação dos Hospitais Municipais	Garantir resolutividade da rede assistencial de saúde.	Hospital Requalificado (Un)	Araguaia	0	0	3	9.622.598	3	9.622.598
			Baixo Amazonas	2	4.000.000	0	5.006.773	2	9.006.773
			Carajás	1	2.000.000	0	0	1	2.000.000
			Guamá	1	3.505.375	2	4.513.546	3	8.018.921
			Lago de Tucuruí	1	1.500.000	0	0	1	1.500.000
			Marajó	3	4.746.250	5	7.522.596	8	12.268.846
			Metropolitana	1	3.505.375	2	2.500.000	3	6.005.375
			Rio Caeté	0	0	1	200.000	1	200.000
			Rio Capim	0	0	2	6.014.684	2	6.014.684
			Tapajós	1	200.000	2	7.515.825	3	7.715.825
			Tocantins	1	2.000.000	2	6.006.772	3	8.006.772
			Xingu	0	0	1	200.000	1	200.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA: VIGILÂNCIA EM SAÚDE

R\$: 113.683.948,00

Objetivo: Prevenir exposição a riscos de saúde.

Público Alvo: População em risco do Estado do Pará

Órgãos Executores: 10º CRS - Altamira, 11º CRS - Marabá, 12º CRS - C. Araguaia, 13º CRS - Cametá, 1º CRS - Belém, 2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, 6º CRS - Barcarena, 7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, 9º CRS - Santarém, FES, Fund. Santa Casa, HAS, HOL, HRCM, HRS, HRT, LACEN, SESPA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
						2012	Até 2015
Incidência de agravos imunopreveníveis		Casos/100.000 hab	Departamento de Vigilância Sanitária SINAN	1,37	Dez/2009	1,0	0,7
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerrados oportunamente após notificação.		Percentual		70	Dez/2010	72	78

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações de Gerenciamento de Risco em Ambiente Hospitalar	Monitorar a notificação de ocorrências de queixas técnicas e eventos adversos	Notificação Realizada (Un)		5.730	293.512	20.217	1.028.436	25.947	1.321.948
			Lago de Tucuruí	3.756	8.300	13.332	29.999	17.088	38.299
			Metropolitana	1.574	280.212	5.585	979.936	7.159	1.260.148
			Tocantins	400	5.000	1.300	18.501	1.700	23.501
Implementação de Ações de Vigilância de Fatores de Risco e Agravos	Prevenir a ocorrência de agravos decorrente de fatores de risco ambientais, epidemiológicos, endêmicos e ocupacionais.	Município Atendido (Un)		143	23.422.271	143	73.657.816	143	97.080.087
			Araguaia	15	2.428.261	15	7.663.460	15	10.091.721
			Baixo Amazonas	12	1.965.850	12	6.164.199	12	8.130.049
			Carajás	12	1.901.565	12	6.019.803	12	7.921.368
			Guamá	18	2.635.584	18	8.454.177	18	11.089.761
			Lago de Tucuruí	7	1.121.169	7	3.526.711	7	4.647.880
			Marajó	16	2.483.309	16	7.942.006	16	10.425.315
			Metropolitana	5	1.730.688	5	4.866.693	5	6.597.381
			Rio Caeté	16	2.301.593	16	7.371.025	16	9.672.618
			Rio Capim	15	2.484.265	15	7.912.923	15	10.397.188
			Tapajós	6	968.378	6	3.030.959	6	3.999.337
			Tocantins	11	1.826.534	11	5.722.437	11	7.548.971
			Xingu	10	1.575.075	10	4.983.423	10	6.558.498



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações de Vigilância de Produtos, Serviços e Medicamentos	Assegurar produtos e serviços de qualidade à população do Estado do Pará.	Município Atendido (Un)		143	2.867.363	143	9.255.252	143	12.122.615
			Araguaia	15	186.775	15	653.465	15	840.240
			Baixo Amazonas	12	117.520	12	390.442	12	507.962
			Carajás	12	133.618	12	449.993	12	583.611
			Guamá	18	188.473	18	634.465	18	822.938
			Lago de Tucuruí	7	77.938	7	262.486	7	340.424
			Marajó	16	185.360	16	626.664	16	812.024
			Metropolitana	5	1.367.956	5	4.196.746	5	5.564.702
			Rio Caeté	16	154.556	16	516.384	16	670.940
			Rio Capim	15	160.088	15	533.137	15	693.225
			Tapajós	6	57.510	6	190.596	6	248.106
			Tocantins	11	136.719	11	464.923	11	601.642
			Xingu	10	100.850	10	335.951	10	436.801
Implementação de Ações de Vigilância Epidemiológica em Ambiente Hospitalar	Assegurar o registro de agravos de notificação compulsória.	Agravo Notificado (Un)		749	138.584	2.526	438.094	3.275	576.678
			Lago de Tucuruí	55	7.000	186	25.900	241	32.900
			Metropolitana	694	131.584	2.340	412.194	3.034	543.778
Realização de Ações de Vigilância em Saúde Itinerante	Esclarecer a população do Estado do Pará sobre serviços e ações de Vigilância em Saúde (Sanitária, Ambiental, Epidemiológica, Ocupacional e Endemias).	Evento Realizado (Un)		66	605.000	198	1.977.620	264	2.582.620
			Araguaia	2	27.272	6	89.047	8	116.319
			Baixo Amazonas	2	27.272	6	89.047	8	116.319
			Carajás	2	27.272	6	89.047	8	116.319
			Guamá	26	59.544	78	196.666	104	256.210
			Lago de Tucuruí	4	54.544	12	178.094	16	232.638
			Marajó	2	27.272	6	89.047	8	116.319
			Metropolitana	6	81.832	18	267.155	24	348.987
			Rio Caeté	4	54.544	12	178.094	16	232.638
			Rio Capim	6	81.816	18	267.141	24	348.957
			Tapajós	4	54.544	12	178.094	16	232.638
			Tocantins	6	81.816	18	267.141	24	348.957
			Xingu	2	27.272	6	89.047	8	116.319



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA: ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
R\$: 87.818.438,00

Objetivo: Desenvolver serviços socioeducativos a quem se atribui a prática de ato infracional.
Público Alvo: Adolescentes e jovens em conflito com a lei.
Órgãos Executores: FASEPA, NESA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Taxa de cumprimento de medida	Percentual	FASEPA	9	Dez/2010	15	30

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio às Ações Socioeducativas em Meio Aberto	Apoiar os municípios na execução das medidas socioeducativas em meio aberto.	Município Atendido (Un)		38	55.695	110	222.877	136	278.572
			Araguaia	3	8.101	13	50.598	15	58.699
			Baixo Amazonas	3	6.384	10	39.608	12	45.992
			Carajás	4	11.300	10	38.744	12	50.044
			Guamá	4	3.674	15	12.271	17	15.945
			Lago de Tucuruí	1	585	5	9.511	6	10.096
			Marajó	5	5.131	12	11.224	16	16.355
			Metropolitana	2	433	2	846	3	1.279
			Rio Caeté	2	936	12	12.145	14	13.081
			Rio Capim	5	2.906	12	9.774	16	12.680
			Tapajós	1	4.150	5	18.859	5	23.009
			Tocantins	4	1.889	6	5.963	10	7.852
			Xingu	4	10.206	8	13.334	10	23.540
Implantação de Unidades Regionais de Atendimento Sócioeducativo	Ampliar a territorialização do atendimento sócioeducativo.	Unidade Implantada (Un)		1	4.500.000	5	18.000.000	6	22.500.000
			Carajás	0	0	1	2.250.000	1	2.250.000
			Guamá	0	0	2	6.750.000	2	6.750.000
			Marajó	0	0	1	4.500.000	1	4.500.000
			Metropolitana	1	4.500.000	0	0	1	4.500.000
			Tocantins	0	0	1	4.500.000	1	4.500.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação do Complexo Socioeducativo da AHE Belo Monte	Construir unidade de internação socioeducativa na região AHE Belo Monte.	Unidade Construída (Un)		2	5.625.000	0	0	2	5.625.000
			Xingu	2	5.625.000	0	0	2	5.625.000
Implementação da Modernização da Gestão	Garantir funcionalidade e eficiência da gestão.	Instrumento de Gestão Implantado (Un)		3	43.400	10	56.960	13	100.360
			Baixo Amazonas	1	6.700	3	20.100	4	26.800
			Carajás	1	6.700	2	20.100	3	26.800
			Marajó	0	0	1	1.950	1	1.950
			Metropolitana	1	30.000	0	0	1	30.000
			Tocantins	0	0	2	1.410	2	1.410
			Xingu	0	0	2	13.400	2	13.400
				0	0	16	225.714	16	225.714
Implementação das Ações do Fórum Estadual de Medidas Socioeducativas	Fortalecer a política estadual de atendimento socioeducativo.	Evento Realizado (Un)		0	0	16	225.714	16	225.714
			Araguaia	0	0	2	21.530	2	21.530
			Baixo Amazonas	0	0	2	26.806	2	26.806
			Carajás	0	0	2	15.842	2	15.842
			Guamá	0	0	2	10.176	2	10.176
			Marajó	0	0	2	18.840	2	18.840
			Metropolitana	0	0	4	110.000	4	110.000
			Xingu	0	0	2	22.520	2	22.520
Implementação de Ações ao Adolescente Portador de Transtorno Mental Autor de Ato Infracional	Realizar o atendimento ao adolescente portador de transtorno mental que cometeu ato infracional.	Adolescente Atendido (Un)		120	889.500	360	1.276.746	480	2.166.246
			Metropolitana	120	889.500	360	1.276.746	480	2.166.246
Implementação de Ações de Atendimento a Egressos	Realizar ações de acompanhamento aos adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas.	Adolescente Atendido (Un)		690	267.360	2.489	982.336	3.179	1.249.696
			Baixo Amazonas	48	28.800	173	102.800	221	131.600
			Carajás	31	18.600	112	68.840	143	87.440
			Metropolitana	611	219.960	2.204	810.696	2.815	1.030.656
Implementação de Ações de Atendimento Socioeducativo de Internação	Realizar o atendimento ao adolescente sob o regime de Internação.	Adolescente Atendido (Un)		5.640	13.828.785	16.920	33.094.126	22.560	46.922.911
			Baixo Amazonas	480	898.224	1.440	3.864.850	1.920	4.763.074



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações de Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Realizar o atendimento ao adolescente sob o regime de semiliberdade.	Adolescente Atendido (Un)	Carajás	960	898.224	2.880	8.539.303	3.840	9.437.527
			Metropolitana	4.200	12.032.337	12.600	20.689.973	16.800	32.722.310
				840	1.408.000	2.520	5.974.600	3.360	7.382.600
			Baixo Amazonas	240	349.500	720	2.021.250	960	2.370.750
Implementação do Serviço de Atendimento Social	Garantir o atendimento inicial ao adolescente em situação de conflito com a lei.	Adolescente Atendido (Un)	Metropolitana	600	1.058.500	1.800	3.953.350	2.400	5.011.850
				1.000	265.884	3.000	1.101.455	4.000	1.367.339
			Metropolitana	1.000	265.884	3.000	1.101.455	4.000	1.367.339



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA: COMBATE AS DROGAS

R\$: 24.890.500,00

Objetivo: Promover ações que fortaleçam o enfrentamento ao uso de drogas.
Público Alvo: Usuários de drogas
Órgãos Executores: Polícia Civil, SEAS, SEJUDH, SESP

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
						2012	Até 2015
Prisões efetuadas em decorrência do tráfico de drogas		Unidade	SISP	3030	2010	3333	4436
Taxa de Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS AD-álcool e drogas)		centro /100.000 hab	SESPA/SISPACTO	0,55	2010	0,69	0,9
Variação na realização de eventos pela SEJUDH		Percentual	SEJUDH	25	Dez/2010	10	40

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Construção da Divisão de Entorpercentes	Ampliar o serviço de repressão ao narcotráfico.	Unidade Construída (Un)		1	2.000.000	0	0	1	2.000.000
			Metropolitana	1	2.000.000	0	0	1	2.000.000
 Construção de Centros Especiais para Dependentes Químicos	Ampliar a oferta de serviços para o tratamento de dependentes químicos.	Unidade Construída (Un)		4	2.010.500	3	11.000.000	4	13.010.500
			Carajás	1	1.503.500	1	1.997.600	1	3.501.100
			Metropolitana	1	500.000	0	0	1	500.000
			Rio Caeté	1	3.500	1	4.997.740	1	5.001.240
			Tocantins	1	3.500	1	4.004.660	1	4.008.160
Implementação de Ações de Prevenção e Redução de Danos do Consumo de Drogas	Promover ações para prevenção ao uso de drogas.	Evento Realizado (Un)		22	95.000	84	285.000	106	380.000
			Araguaia	0	0	1	3.035	1	3.035
			Baixo Amazonas	3	12.954	2	6.079	5	19.033
			Carajás	0	0	1	3.148	1	3.148
			Guamá	0	0	2	6.071	2	6.071
			Marajó	0	0	5	15.193	5	15.193
			Metropolitana	19	82.046	61	215.397	80	297.443
			Rio Caeté	0	0	4	12.091	4	12.091
			Rio Capim	0	0	3	9.010	3	9.010



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações para o Enfrentamento ao Uso de Drogas	Realizar atendimento biopsicossocial aos dependentes químicos.	Atendimento Realizado (Un)	Tocantins	0	0	3	8.897	3	8.897
			Xingu	0	0	2	6.079	2	6.079
				4.999	1.530.000	10.722	5.870.000	15.721	7.400.000
			Araguaia	134	41.025	268	145.727	402	186.752
			Baixo Amazonas	523	160.165	1.046	423.717	1.569	583.882
			Carajás	415	126.851	1.031	595.985	1.446	722.836
			Guamá	307	94.051	614	269.453	921	363.504
			Lago de Tucuruí	172	52.764	344	173.115	516	225.879
			Marajó	165	50.458	330	167.735	495	218.193
			Metropolitana	2.472	756.356	5.142	2.414.831	7.614	3.171.187
			Rio Caeté	201	61.488	583	643.472	784	704.960
			Rio Capim	174	53.133	348	173.976	522	227.109
			Tocantins	250	76.641	644	678.830	894	755.471
Qualificação dos Profissionais da Rede Pública e Privada	Capacitar os profissionais para atuarem no enfrentamento ao uso de drogas.	Profissional Capacitado (Un)	Xingu	186	57.068	372	183.159	558	240.227
				1.499	530.000	2.998	1.570.000	4.497	2.100.000
			Araguaia	40	14.211	80	42.098	120	56.309
			Baixo Amazonas	157	55.482	314	164.352	471	219.834
			Carajás	124	43.942	248	130.166	372	174.108
			Guamá	92	32.580	184	96.510	276	129.090
			Lago de Tucuruí	52	18.278	104	54.143	156	72.421
			Marajó	49	17.479	98	51.777	147	69.256
			Metropolitana	742	262.006	1.484	776.130	2.226	1.038.136
			Rio Caeté	60	21.300	120	63.097	180	84.397
			Rio Capim	52	18.405	104	54.522	156	72.927
			Tocantins	75	26.549	150	78.645	225	105.194
			Xingu	56	19.768	112	58.560	168	78.328

CONTINUA NO CADERNO 5

Caderno 5

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

GABINETE DO GOVERNADOR



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

R\$: 57.536.326,00

Objetivo: Proporcionar a inserção das famílias em ações produtivas para viverem de maneira digna e sustentável.

Público Alvo: Trabalhador da cadeia produtiva em vulnerabilidade socioeconômica

Órgãos Executores: ASIPAG, SEAS, SEPAq

Diretriz(es) do Governo: Agregação de valor à produção por meio do conhecimento

Promoção da produção sustentável

Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Taxa de famílias atendidas pelo programa	Percentual	CADÚNICO/SEDES	1,13	Jun/2011	1,77	3,71
Taxa de inserção no mercado de trabalho	Percentual	SEDES/SINE	ND	Jul/2011	5	14
Taxa de pessoas organizadas em empreendimentos próprios ou coletivos	Percentual	SEDES	ND	Jul/2011	2	5

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Concessão de Bolsa-Qualificação	Disponibilizar auxílio financeiro para a qualificação profissional aos trabalhadores das cadeias produtivas.	Bolsa Concedida (Un)		3.081	2.721.773	9.243	8.889.231	12.324	11.611.004
			Baixo Amazonas	125	110.867	375	362.087	500	472.954
			Guamá	136	120.623	408	393.950	544	514.573
			Marajó	661	580.941	1.983	1.897.333	2.644	2.478.274
			Metropolitana	1.424	1.261.660	4.272	4.120.551	5.696	5.382.211
			Rio Caeté	225	199.560	675	651.756	900	851.316
			Rio Capim	20	17.295	60	56.486	80	73.781
			Tocantins	286	251.667	858	821.936	1.144	1.073.603
			Xingu	204	179.160	612	585.132	816	764.292
Construção de Unidades de Beneficiamento	Possibilitar espaços de beneficiamento e comercialização do caranguejo UCA.	Unidade Beneficiada (Un)		4	747.196	9	1.277.923	13	2.025.119
			Araguaia	0	0	1	148.958	1	148.958
			Baixo Amazonas	0	0	1	141.500	1	141.500
			Carajás	0	0	1	141.502	1	141.502
			Guamá	0	0	3	406.546	3	406.546
			Lago de Tucuruí	0	0	1	141.500	1	141.500
			Marajó	1	147.196	0	0	1	147.196



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Difusão de Ações de Inclusão Socioprodutiva	Promover eventos para divulgação e intercambio de experiências.	Evento Realizado (Un)	Rio Caeté	3	600.000	0	0	3	600.000
			Tapajós	0	0	1	148.958	1	148.958
			Xingu	0	0	1	148.959	1	148.959
				2	863.090	6	2.818.812	8	3.681.902
Fomento a Organizações Produtivas e Empreendimentos Cooperativados	Desenvolver alternativas socioprodutivas para sustentabilidade das organizações no território.	Unidade Apoiada (Un)	Metropolitana	2	863.090	6	2.818.812	8	3.681.902
				65	1.232.653	65	3.197.899	65	4.430.552
			Araguaia	1	20.000	1	0	1	20.000
			Baixo Amazonas	1	33.686	1	110.018	1	143.704
Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Estado do Pará	Apoiar famílias integradas às cadeias produtivas locais prioritariamente às beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.	Família Beneficiada (Un)	Carajás	2	40.000	2	0	2	40.000
			Guamá	5	78.304	5	119.700	5	198.004
			Lago de Tucuruí	1	20.000	1	496.959	1	516.959
			Marajó	16	176.518	16	576.498	16	753.016
			Metropolitana	15	585.348	15	1.251.999	15	1.837.347
			Rio Caeté	5	122.635	5	198.033	5	320.668
			Rio Capim	1	5.255	1	17.162	1	22.417
			Tocantins	7	76.469	7	249.740	7	326.209
			Xingu	11	74.438	11	177.790	11	252.228
				3.828	3.349.619	11.484	10.938.601	15.312	14.288.220
			Baixo Amazonas	500	669.923	1.500	2.187.717	2.000	2.857.640
			Marajó	178	669.925	534	2.187.718	712	2.857.643
			Metropolitana	2.400	669.924	7.200	2.187.718	9.600	2.857.642
			Rio Caeté	500	669.924	1.500	2.187.726	2.000	2.857.650
Implementação de Ações para a Inclusão Socioprodutiva	Fortalecer os municípios no desenvolvimento das cadeias produtivas.	Município Fortalecido (Un)	Tocantins	250	669.923	750	2.187.722	1.000	2.857.645
				45	2.824.030	45	9.025.451	45	11.849.481
			Baixo Amazonas	1	115.032	1	367.635	1	482.667
			Guamá	3	125.155	3	399.988	3	525.143
			Marajó	16	602.767	16	1.926.411	16	2.529.178
			Metropolitana	5	1.309.058	5	4.183.689	5	5.492.747
			Rio Caeté	2	207.057	2	661.744	2	868.801
			Rio Capim	1	17.945	1	57.351	1	75.296
			Tocantins	7	261.124	7	834.534	7	1.095.658



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações para a Inserção no Mundo do Trabalho	Proporcionar qualificação profissional específica das cadeias produtivas.	Pessoa Qualificada (Un)	Xingu	10	185.892	10	594.099	10	779.991
				3.531	1.577.278	10.593	3.988.978	14.124	5.566.256
			Araguaia	0	0	150	148.958	150	148.958
			Baixo Amazonas	125	33.812	525	251.934	650	285.746
			Carajás	0	0	150	141.504	150	141.504
			Guamá	136	36.788	858	526.678	994	563.466
			Lago de Tucuruí	0	0	150	141.504	150	141.504
			Marajó	661	177.178	1.983	578.661	2.644	755.839
			Metropolitana	1.374	371.272	4.272	1.256.694	5.646	1.627.966
			Rio Caeté	675	808.049	675	198.774	1.350	1.006.823
			Rio Capim	20	5.275	60	17.227	80	22.502
			Tapajós	50	13.510	150	148.958	200	162.468
			Tocantins	286	76.754	858	250.675	1.144	327.429
			Xingu	204	54.640	762	327.411	966	382.051
Implementação de Espaços de Produção e Comercialização de Produtos Locais	Organizar espaços de referência para o conhecimento e difusão de tecnologia referentes às cadeias produtivas.	Espaço Produtivo Implementado (Un)		45	911.363	45	3.172.429	45	4.083.792
			Baixo Amazonas	1	37.123	1	129.223	1	166.346
			Guamá	3	40.390	3	140.595	3	180.985
			Marajó	16	194.525	16	677.125	16	871.650
			Metropolitana	5	422.455	5	1.470.562	5	1.893.017
			Rio Caeté	2	66.821	2	232.601	2	299.422
			Rio Capim	1	5.791	1	20.159	1	25.950
			Tocantins	7	84.268	7	293.338	7	377.606
			Xingu	10	59.990	10	208.826	10	268.816

PODER EXECUTIVO
ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA: PROTEÇÃO SOCIAL NO SUAS

R\$: 179.109.910,00

Objetivo: Reduzir situações de vulnerabilidade e risco social.
Público Alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social
Órgãos Executores: ASIPAG, Gab. Gov - Casa Civil, Gab. Vice-Governador, LOTERPA, SEAS

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa									
Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado				
					2012	Até 2015			
Taxa de acesso de famílias aos CRAS	Percentual	SEDES	5,87	Dez/2010	8	11			

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ações de Atenção às Pessoas Acometidas pela Hanseníase	Conceder o benefício conforme a Lei Estadual 05/90.	Pessoa Beneficiada (Un)		2.835	13.945.996	2.835	45.962.191	2.835	59.908.187
			Araguaia	19	102.201	19	306.603	19	408.804
			Baixo Amazonas	67	360.393	67	1.081.179	67	1.441.572
			Carajás	90	484.110	90	1.452.330	90	1.936.440
			Guamá	396	2.130.084	396	6.390.252	396	8.520.336
			Lago de Tucuruí	143	769.197	143	2.307.591	143	3.076.788
			Marajó	69	371.151	69	1.113.453	69	1.484.604
			Metropolitana	1.606	7.294.837	1.606	26.097.285	1.606	33.392.122
			Rio Caeté	69	371.151	69	1.113.453	69	1.484.604
			Rio Capim	189	1.016.631	189	3.049.893	189	4.066.524
			Tapajós	1	5.379	1	16.137	1	21.516
			Tocantins	150	806.850	150	2.420.550	150	3.227.400
			Xingu	36	234.012	36	613.465	36	847.477
Apoio à Implementação dos Serviços de Acolhimento	Apoiar os municípios para a oferta de serviços de abrigo, casa de passagem e outras formas previstas na política de assistência social.	Município Apoiado (Un)		4	81.805	7	156.443	11	238.248
			Araguaia	0	0	1	20.000	1	20.000
			Baixo Amazonas	0	0	2	49.834	2	49.834
			Carajás	0	0	1	22.203	1	22.203
			Guamá	1	20.451	0	0	1	20.451
			Lago de Tucuruí	0	0	1	20.000	1	20.000

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio a Projetos Socioassistencial	Contribuir financeiramente para execução de projetos socioassistenciais	Instituição Pública Apoiada (Un)	Marajó	0	0	1	22.203	1	22.203
			Metropolitana	0	0	1	22.203	1	22.203
			Tocantins	1	20.451	0	0	1	20.451
			Xingu	2	40.903	0	0	2	40.903
				1	10.000	3	30.000	4	40.000
Apoio à Realização de Eventos	Apoiar técnica e financeiramente a realização de eventos na área da mulher, da criança, da juventude, do idoso, da pessoa com deficiência, da segurança alimentar, e da assistência social.	Evento Realizado (Un)	Metropolitana	1	10.000	3	30.000	4	40.000
				178	1.483.000	464	4.119.000	642	5.602.000
			Baixo Amazonas	16	69.500	23	69.000	39	138.500
			Carajás	6	24.500	9	39.000	15	63.500
			Guamá	30	385.000	90	0	120	385.000
			Lago de Tucuruí	25	128.250	75	0	100	128.250
			Marajó	16	63.500	24	91.500	40	155.000
			Metropolitana	55	661.500	150	3.730.500	205	4.392.000
			Rio Caeté	25	128.250	75	0	100	128.250
			Rio Capim	3	14.000	6	27.000	9	41.000
			Tapajós	0	0	9	150.000	9	150.000
			Xingu	2	8.500	3	12.000	5	20.500
Apoio ao Desenvolvimento da Gestão do SUAS	Realizar monitoramento, assessoramento e apoio financeiro aos municípios.	Município Atendido (Un)		143	2.917.893	143	11.870.171	143	14.788.064
			Araguaia	15	141.824	15	917.747	15	1.059.571
			Baixo Amazonas	12	361.324	12	1.006.942	12	1.368.266
			Carajás	12	147.824	12	1.058.868	12	1.206.692
			Guamá	17	197.324	17	1.248.660	17	1.445.984
			Lago de Tucuruí	7	106.829	7	503.304	7	610.133
			Marajó	16	570.824	16	921.804	16	1.492.628
			Metropolitana	5	477.324	5	1.628.404	5	2.105.728
			Rio Caeté	15	210.648	15	1.039.064	15	1.249.712
			Rio Capim	15	142.000	15	1.216.066	15	1.358.066
			Tapajós	6	105.324	6	461.604	6	566.928
			Tocantins	11	275.324	11	1.234.402	11	1.509.726
			Xingu	10	181.324	10	633.306	10	814.630



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio às Ações de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergência	Promover apoio à população do Estado do Pará atingida por situações de emergência, calamidade pública e em vulnerabilidade temporária.	Pessoa Atendida (Un)		3.540	769.191	10.040	3.112.559	13.580	3.881.750
			Baixo Amazonas	50	9.375	470	165.164	520	174.539
			Carajás	700	149.096	1.500	0	2.200	149.096
			Guamá	300	66.900	0	0	300	66.900
			Lago de Tucuruí	1.000	223.000	3.000	0	4.000	223.000
			Marajó	0	0	200	58.607	200	58.607
			Metropolitana	700	156.100	3.000	2.782.967	3.700	2.939.067
			Tapajós	150	28.125	170	37.500	320	65.625
			Xingu	640	136.595	1.700	68.321	2.340	204.916
Apoio às Ações Eventuais e Emergenciais às Pessoas e Organizações Sociais	Conceder benefícios eventuais e emergenciais a organizações sociais e pessoas em situação de vulnerabilidade e / ou risco social.	Benefício Concedido (Un)		87	633.522	133	1.740.000	220	2.373.522
			Baixo Amazonas	27	112.520	31	156.000	58	268.520
			Carajás	8	36.569	6	45.000	14	81.569
			Marajó	23	89.951	36	69.000	59	158.951
			Metropolitana	21	353.353	51	1.431.000	72	1.784.353
			Rio Capim	5	25.565	6	30.000	11	55.565
			Xingu	3	15.564	3	9.000	6	24.564
Apoio às Organizações não Governamentais Integrantes da Rede Socioassistencial	Fortalecer a rede socioassistencial nos níveis da proteção social básica e especial.	Organização Não Governamental Apoiada (Un)		4	1.705.755	12	5.593.960	16	7.299.715
			Metropolitana	4	1.705.755	12	5.593.960	16	7.299.715
Implantação de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	Fortalecer a gestão municipal para oferta de serviços de proteção social especial de média complexidade por meio dos CREAS.	CREAS Implantado (Un)		1	148.000	1	487.796	1	635.796
			Xingu	1	148.000	1	487.796	1	635.796
Implantação de Unidades Regionais de Assistência Social	Descentralizar a gestão estadual do SUAS nos pólos regionais.	Unidade Regional Implantada (Un)		2	214.000	0	0	2	214.000
			Baixo Amazonas	1	107.000	0	0	1	107.000
			Lago de Tucuruí	1	107.000	0	0	1	107.000
 Implantação do Centro Estadual de Referência da Pessoa Idosa	Promover ações de atenção à pessoa idosa.	Centro Implantado (Un)		1	1.500.000	2	4.500.000	3	6.000.000
			Metropolitana	1	1.500.000	2	4.500.000	3	6.000.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação do Sistema Estadual de Informação da Assistência	Assegurar o monitoramento e a avaliação do SUAS.	Sistema Implantado (Un)		1	21.340	1	69.708	1	91.048
			Metropolitana	1	21.340	1	69.708	1	91.048
Implementação das Ações de Alta Complexidade	Realizar o atendimento integral aos usuários das unidades de acolhimento.	Pessoa Atendida (Un)		180	10.256.654	540	33.801.152	720	44.057.806
			Metropolitana	180	10.256.654	540	33.801.152	720	44.057.806
Implementação das Ações do Fundo de Registro Civil	Promover o ressarcimento de registro civil.	Ressarcimento Realizado (Un)		273	2.935.657	819	9.746.901	1.092	12.682.558
			Araguaia	12	129.036	36	429.540	48	558.576
			Baixo Amazonas	22	236.573	66	787.506	88	1.024.079
			Carajás	13	139.791	39	465.341	52	605.132
			Guamá	45	483.900	135	1.605.248	180	2.089.148
			Lago de Tucuruí	7	75.271	21	250.565	28	325.836
			Marajó	47	505.406	141	1.675.807	188	2.181.213
			Metropolitana	15	161.314	45	535.937	60	697.251
			Rio Caeté	34	365.613	102	1.211.492	136	1.577.105
			Rio Capim	22	236.571	66	787.504	88	1.024.075
			Tapajós	7	75.272	21	250.568	28	325.840
			Tocantins	41	440.886	123	1.461.033	164	1.901.919
			Xingu	8	86.024	24	286.360	32	372.384
Implementação das Ações dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Fortalecer a gestão municipal para o processo de proteção social por meio do serviço de atenção integral às famílias nos CRAS.	Município Apoiado (Un)		1	106.572	3	352.198	4	458.770
			Baixo Amazonas	0	0	1	110.263	1	110.263
			Carajás	0	0	1	125.893	1	125.893
			Metropolitana	1	106.572	1	116.042	2	222.614
Implementação das Ações dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	Aprimorar os serviços especializados de média complexidade desenvolvidos nos CREAS.	Município Apoiado (Un)		3	1.815.507	3	5.977.841	3	7.793.348
			Baixo Amazonas	1	605.169	1	1.992.404	1	2.597.573
			Marajó	2	1.210.338	2	3.985.437	2	5.195.775
Implementação de Unidades Regionais de Assistência Social	Apoiar as ações das unidades regionais de assistência social.	Unidade Regional Implementada (Un)		2	50.000	4	870.123	4	920.123
			Baixo Amazonas	1	25.000	1	225.000	1	250.000
			Carajás	1	25.000	1	225.000	1	250.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação do Centro Integrado da Pessoa com Deficiência	Promover ações de inclusão e acessibilidade voltadas à pessoa com deficiência.	Centro Implementado (Un)	Lago de Tucuruí	0	0	1	206.773	1	206.773
			Xingu	0	0	1	213.350	1	213.350
				1	597.157	1	1.962.554	1	2.559.711
Realização de Capacitação no Âmbito do Sistema Único de Assistência	Viabilizar a capacitação de trabalhadores, gestores e conselheiros no SUAS.	Pessoa Capacitada (Un)	Metropolitana	1	597.157	1	1.962.554	1	2.559.711
				1.400	244.083	4.200	797.388	5.600	1.041.471
			Araguaia	0	0	350	70.877	350	70.877
			Baixo Amazonas	350	70.877	0	0	350	70.877
			Carajás	0	0	350	70.877	350	70.877
			Guamá	0	0	350	40.743	350	40.743
			Lago de Tucuruí	0	0	350	70.877	350	70.877
			Marajó	350	70.877	700	123.143	1.050	194.020
			Metropolitana	350	70.877	350	70.877	700	141.754
			Rio Caeté	350	31.452	0	0	350	31.452
			Rio Capim	0	0	350	70.877	350	70.877
			Tapajós	0	0	350	70.877	350	70.877
			Tocantins	0	0	700	137.363	700	137.363
			Xingu	0	0	350	70.877	350	70.877
Realização de Estudos e Pesquisas sobre a Vulnerabilidade e Risco Social	Subsidiar a tomada de decisão sobre a gestão da política de assistência social e a vigilância social.	Estudo Realizado (Un)		1	20.000	3	65.609	4	85.609
			Metropolitana	1	20.000	3	65.609	4	85.609
Realização de Eventos no Âmbito do SUAS	Sensibilizar a população do Estado do Pará sobre temáticas de proteção social.	Evento Realizado (Un)		19	102.000	57	336.184	76	438.184
			Metropolitana	19	102.000	57	336.184	76	438.184
 Reestruturação dos Abrigos Estaduais	Adequar os espaços físicos para o atendimento integral de pessoas em situação de ruptura de vínculos familiares e comunitários.	Abrigo Reestruturado (Un)		2	2.000.000	2	6.000.000	2	8.000.000
			Metropolitana	2	2.000.000	2	6.000.000	2	8.000.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Objetivo: Promover o acesso regular e permanente a alimentação adequada.

Público Alvo: Pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

Órgãos Executores: ASIPAG, CEASA, Fund. Santa Casa, SAGRI, SEAS, SEPAq, SESPA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento de pessoas atendidas pelo Programa de Segurança Alimentar e Nutricional	Percentual	SEDES	ND	Jul/2011	14	25
Taxa de atendimento do Programa Segurança Alimentar e Nutricional	Percentual	SEDES	0,5	2010	1,0	2,5

R\$: 45.310.415,00

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio à Produção de Alimentos	Diversificar a produção familiar urbana e periurbana.	Família Atendida (Un)		1.200	1.785.628	4.674	6.369.664	5.874	8.155.292
			Carajás	50	200	150	600	200	800
			Guamá	150	223.304	150	600	300	223.904
			Marajó	0	0	450	400.000	450	400.000
			Metropolitana	700	1.361.724	3.624	5.967.264	4.324	7.328.988
			Rio Caeté	200	200.000	0	0	200	200.000
			Rio Capim	50	200	150	600	200	800
			Tocantins	50	200	150	600	200	800
Implantação de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição - EPAN	Construir restaurantes populares, cozinhas comunitárias e banco de alimentos.	Unidade Construída (Un)		3	4.556.000	15	14.875.704	18	19.431.704
			Baixo Amazonas	1	1.518.668	2	1.201.795	3	2.720.463
			Carajás	1	1.518.666	4	4.394.835	5	5.913.501
			Guamá	0	0	2	1.976.594	2	1.976.594
			Marajó	0	0	1	878.967	1	878.967
			Metropolitana	0	0	1	988.297	1	988.297
			Rio Caeté	1	1.518.666	1	1.183.080	2	2.701.746
			Rio Capim	0	0	3	3.211.756	3	3.211.756
			Xingu	0	0	1	1.040.380	1	1.040.380



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações do Banco de Leite Humano	Fornecer leite materno ao recém nascido em situação de risco.	Recipiente de Leite Coletado (Un)		368.982	76.500	1.343.463	283.048	1.712.445	359.548
			Metropolitana	368.982	76.500	1.343.463	283.048	1.712.445	359.548
Implementação de Ações de Aquisição de Alimentos	Fortalecer economicamente o pequeno produtor familiar com aquisição da produção.	Produtor Beneficiado (Un)		530	3.103.558	2.370	10.622.643	2.900	13.726.201
			Araguaia	0	0	300	1.432.380	300	1.432.380
			Baixo Amazonas	0	0	240	1.276.200	240	1.276.200
			Carajás	0	0	240	1.145.880	240	1.145.880
			Guamá	10	35.000	320	1.046.081	330	1.081.081
			Lago de Tucuruí	0	0	140	668.430	140	668.430
			Marajó	260	1.451.775	20	106.350	280	1.558.125
			Metropolitana	40	165.000	170	1.399.725	210	1.564.725
			Rio Caeté	20	111.675	300	861.464	320	973.139
			Rio Capim	0	0	320	984.529	320	984.529
			Tapajós	0	0	120	638.100	120	638.100
			Tocantins	200	1.340.108	0	0	200	1.340.108
			Xingu	0	0	200	1.063.504	200	1.063.504
Implementação de Ações de Educação Alimentar e Nutricional	Realizar eventos de educação alimentar e nutricional voltada para a formação de hábitos alimentares saudáveis.	Pessoa Atendida (Un)		600	222.560	2.040	431.731	2.640	654.291
			Baixo Amazonas	100	13.520	200	18.524	300	32.044
			Carajás	100	13.520	400	39.125	500	52.645
			Guamá	0	0	200	17.598	200	17.598
			Metropolitana	300	182.000	740	308.098	1.040	490.098
			Rio Caeté	100	13.520	100	10.532	200	24.052
			Rio Capim	0	0	300	28.592	300	28.592
			Xingu	0	0	100	9.262	100	9.262
Implementação de Ações de Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Qualificar trabalhadores na rede de segurança alimentar e nutricional.	Trabalhador Qualificado (Un)		510	65.085	1.580	212.507	2.090	277.592
			Araguaia	0	0	150	13.523	150	13.523
			Baixo Amazonas	100	16.272	0	0	100	16.272
			Carajás	0	0	100	13.520	100	13.520
			Guamá	0	0	360	70.592	360	70.592
			Lago de Tucuruí	0	0	100	13.520	100	13.520
			Marajó	160	16.271	0	0	160	16.271
			Metropolitana	0	0	300	37.156	300	37.156
			Rio Caeté	150	16.271	0	0	150	16.271



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Fortalecer os Municípios para o enfrentamento às situações de insegurança alimentar e nutricional.	Município Atendido (Un)	Rio Capim	0	0	160	13.520	160	13.520
			Tapajós	100	16.271	0	0	100	16.271
			Tocantins	0	0	110	13.520	110	13.520
			Xingu	0	0	300	37.156	300	37.156
				5	77.796	11	248.558	15	326.354
			Araguaia	0	0	2	15.873	2	15.873
			Baixo Amazonas	0	0	1	14.462	1	14.462
			Carajás	1	10.000	0	0	1	10.000
			Guamá	0	0	1	14.461	1	14.461
			Lago de Tucuruí	0	0	1	13.850	1	13.850
			Marajó	0	0	1	39.596	1	39.596
			Metropolitana	2	39.596	1	117.955	2	157.551
			Rio Capim	0	0	2	15.872	2	15.872
Implementação de Ações para Oferta de Alimentação	Manter os restaurantes populares, cozinha comunitárias, banco de alimentos, feiras populares e entidades socioassistenciais.	Unidade Implementada (Un)	Tapajós	1	8.200	1	14.461	2	22.661
			Tocantins	0	0	1	2.028	1	2.028
			Xingu	1	20.000	0	0	1	20.000
				59	478.274	59	1.901.159	59	2.379.433
			Araguaia	1	3.508	1	15.349	1	18.857
			Baixo Amazonas	4	14.032	4	61.396	4	75.428
			Carajás	1	3.508	1	15.349	1	18.857
			Guamá	10	35.080	10	153.490	10	188.570
			Lago de Tucuruí	3	10.524	3	46.047	3	56.571
			Marajó	8	28.064	8	122.792	8	150.856
			Metropolitana	7	295.858	7	1.088.000	7	1.383.858
			Rio Caeté	10	35.080	10	153.490	10	188.570
			Rio Capim	5	17.540	5	76.745	5	94.285
			Tapajós	0	0	1.097	15.011	1.097	15.011
			Tocantins	9	31.572	9	138.141	9	169.713
			Xingu	1	3.508	1	15.349	1	18.857



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA: ARTESANATO PARAENSE

R\$: 5.559.751,00

Objetivo: Dinamizar a cadeia produtiva do artesanato paraense.
Público Alvo: Trabalhadores do setor artesanal
Órgãos Executores: SETER

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento de artesões cadastrados no SICAB	Percentual	SETER	ND	Jul/2011	30	10
Incremento do volume de vendas em eventos apoiados pelo Governo do Estado do Pará	Percentual	SETER	ND	Jul/2011	10	10

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio à Produção e Comercialização do Artesanato Paraense	Promover a abertura de novos mercados para comercialização dos produtos artesanais.	Artesão Atendido (Un)		4.300	119.800	8.830	349.950	13.130	469.750
			Araguaia	250	12.740	680	35.942	930	48.682
			Baixo Amazonas	400	7.644	550	18.409	950	26.053
			Carajás	300	7.644	675	32.977	975	40.621
			Guamá	500	12.740	1.100	50.488	1.600	63.228
			Lago de Tucuruí	150	5.096	550	22.816	700	27.912
			Marajó	400	17.836	900	31.042	1.300	48.878
			Metropolitana	800	13.628	1.450	43.653	2.250	57.281
			Rio Caeté	400	12.740	875	30.571	1.275	43.311
			Rio Capim	250	7.644	625	30.615	875	38.259
			Tapajós	100	1.704	500	15.510	600	17.214
			Tocantins	400	15.288	575	27.267	975	42.555
			Xingu	350	5.096	350	10.660	700	15.756
Implantação do Centro de Referência do Setor Artesanal	Oportunizar acesso aos artesãos a tecnologias adequadas para o desenvolvimento da capacidade produtiva.	Centro Implantado (Un)		1	200.000	1	400.000	2	600.000
			Baixo Amazonas	0	0	1	400.000	1	400.000
			Metropolitana	1	200.000	0	0	1	200.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação do Sistema de Artesanato Paraense	Identificar artesãos, entidades e tipologias no setor do artesanato.	Sistema Implantado (Un)		1	100.000	0	0	1	100.000
			Metropolitana	1	100.000	0	0	1	100.000
Implementação do Centro de Referência do Setor Artesanal	Promover aperfeiçoamento profissional e social dos trabalhadores do setor artesanal.	Trabalhador Atendido (Un)		200	140.000	650	510.000	850	650.000
			Baixo Amazonas	0	0	450	250.000	450	250.000
			Metropolitana	200	140.000	200	260.000	400	400.000
Qualificação Social e Profissional do Trabalhador do Setor Artesanal	Qualificar o artesão paraense para o mundo do trabalho.	Trabalhador Qualificado (Un)		2.650	1.512.500	4.075	2.227.501	6.725	3.740.001
			Araguaia	125	68.750	350	192.500	475	261.250
			Baixo Amazonas	175	96.250	400	220.000	575	316.250
			Carajás	325	178.750	300	165.000	625	343.750
			Guamá	375	233.750	275	151.250	650	385.000
			Lago de Tucuruí	150	82.500	350	192.500	500	275.000
			Marajó	275	151.250	250	123.751	525	275.001
			Metropolitana	350	192.500	625	343.750	975	536.250
			Rio Caeté	225	151.250	375	206.250	600	357.500
			Rio Capim	75	41.250	425	233.750	500	275.000
			Tapajós	100	55.000	175	96.250	275	151.250
			Tocantins	300	165.000	325	178.750	625	343.750
			Xingu	175	96.250	225	123.750	400	220.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA: BOLSA TRABALHO

R\$: 103.264.105,00

Objetivo: Ampliar o acesso e permanência dos jovens no mundo do trabalho.
Público Alvo: Jovens de 18 a 29 anos
Órgãos Executores: FDE, SEPOF, SETER

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
						2012	Até 2015
Participação de jovens bolsistas inseridos no mundo do trabalho		Percentual	SETER	30	Dez/2010	30	40
Taxa de qualificação profissional do programa		Percentual	SETER	40	Dez/2010	100	100

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Concessão de Micro Crédito ao Jovem Bolsista - CREDCIDADÃO	Conceder crédito por meio do CREDCIDADÃO ao jovem bolsista atendido pelo programa Bolsa Trabalho.	Bolsista Atendido (Un)		1.849	3.000.000	5.843	9.000.000	7.692	12.000.000
			Araguaia	1	153.938	60	92.308	61	246.246
			Baixo Amazonas	187	288.461	486	749.998	673	1.038.459
			Carajás	330	507.692	1.005	1.546.153	1.335	2.053.845
			Guamá	149	230.769	417	646.153	566	876.922
			Lago de Tucuruí	45	69.229	97	149.998	142	219.227
			Marajó	67	103.846	216	334.615	283	438.461
			Metropolitana	732	1.126.833	2.325	3.576.926	3.057	4.703.759
			Rio Caeté	120	184.616	390	600.002	510	784.618
			Rio Capim	75	115.385	418	646.154	493	761.539
			Tapajós	15	23.077	45	69.231	60	92.308
			Tocantins	53	80.769	159	242.307	212	323.076
			Xingu	75	115.385	225	346.155	300	461.540
Concessão do Bolsa Trabalho	Conceder bolsa aos jovens condicionada à participação nas atividades desenvolvidas no programa.	Bolsista Atendido (Un)		13.000	10.920.000	39.000	32.760.000	52.000	43.680.000
			Araguaia	0	0	400	336.000	400	336.000
			Baixo Amazonas	1.250	1.050.000	3.250	2.730.000	4.500	3.780.000
			Carajás	2.200	1.848.000	6.700	5.628.000	8.900	7.476.000
			Guamá	1.000	840.000	2.800	2.352.000	3.800	3.192.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Lago de Tucuruí	300	252.000	650	546.000	950	798.000
			Marajó	750	630.000	1.450	1.218.000	2.200	1.848.000
			Metropolitana	5.250	4.410.000	15.500	13.020.000	20.750	17.430.000
			Rio Caeté	800	672.000	2.600	2.184.000	3.400	2.856.000
			Rio Capim	500	420.000	2.800	2.352.000	3.300	2.772.000
			Tapajós	100	84.000	300	252.000	400	336.000
			Tocantins	350	294.000	1.050	882.000	1.400	1.176.000
			Xingu	500	420.000	1.500	1.260.000	2.000	1.680.000
Implementação de Ações do Bolsa Trabalho	Acompanhar os jovens nas etapas do programa.	Bolsista Atendido (Un)		13.000	400.000	39.000	1.320.000	52.000	1.720.000
			Metropolitana	13.000	400.000	39.000	1.320.000	52.000	1.720.000
Operacionalização do Fundo de Aval	Possibilitar a garantia de empréstimos a pequenos e médios empreendedores, junto a organismos financeiros.	Organização Atendida (Un)		100	1.500.000	300	4.500.000	400	6.000.000
			Metropolitana	100	1.500.000	300	4.500.000	400	6.000.000
Orientação Profissional ao Jovem Bolsista	Contribuir para inserção do jovem bolsista no mundo do trabalho.	Jovem Atendido (Un)		13.000	80.000	39.000	320.000	52.000	400.000
			Metropolitana	13.000	80.000	39.000	320.000	52.000	400.000
PROJOVEM Trabalhador	Preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda.	Jovem Atendido (Un)		3.200	2.727.980	12.300	10.736.125	15.500	13.464.105
			Metropolitana	3.200	2.727.980	12.300	10.736.125	15.500	13.464.105
Qualificação Social e Profissional do Jovem Bolsista	Proporcionar aos jovens bolsistas qualificação orientada ao mundo do trabalho.	Jovem Qualificado (Un)		13.000	6.500.000	39.000	19.500.000	52.000	26.000.000
			Araguaia	100	5.000	400	200.000	500	205.000
			Baixo Amazonas	1.250	625.000	3.250	1.625.000	4.500	2.250.000
			Carajás	2.200	1.100.000	6.700	3.350.000	8.900	4.450.000
			Guamá	1.000	500.000	2.800	1.400.000	3.800	1.900.000
			Lago de Tucuruí	300	150.000	650	325.000	950	475.000
			Marajó	450	225.000	1.450	725.000	1.900	950.000
			Metropolitana	5.450	2.770.000	15.500	7.750.000	20.950	10.520.000
			Rio Caeté	800	400.000	2.600	1.300.000	3.400	1.700.000
			Rio Capim	500	250.000	2.800	1.400.000	3.300	1.650.000
			Tapajós	100	50.000	300	150.000	400	200.000
			Tocantins	350	175.000	1.050	525.000	1.400	700.000
			Xingu	500	250.000	1.500	750.000	2.000	1.000.000

PODER EXECUTIVO

ÁREA: PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA: GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

RS: 95.206.765,00

Objetivo: Promover ações que permitam a inserção de trabalhadores no mundo do trabalho.
Público Alvo: Trabalhadores empregados e desempregados a partir de 16 anos
Órgãos Executores: IDESP, SETER

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Taxa de aproveitamento de vagas	Percentual	SETER	71	Dez/2010	75	75
Taxa de desocupação	Percentual	Idesp / Mapa de Exclusão Social do Pará	8,51	2009	7,3	6,26
Taxa de intermediação de emprego	Percentual	SETER	25	Dez/2010	30	40
Taxa de trabalhadores qualificados	Percentual	SETER	5,19	Dez/2010	10	30

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio à Empreendimentos da Economia Solidária	Incentivar a economia solidária por meio da incubação de empreendimentos.	Empreendimento Incubado (Un)		15	850.000	73	5.465.233	88	6.315.233
			Metropolitana	15	850.000	73	5.465.233	88	6.315.233
 Casa do Trabalhador Itinerante	Aumentar a cobertura de atendimento aos trabalhadores.	Trabalhador Atendido (Un)		4.200	1.137.756	13.600	4.422.686	17.800	5.560.442
			Araguaia	400	106.692	1.400	458.316	1.800	565.008
			Baixo Amazonas	200	53.346	600	200.650	800	253.996
			Carajás	800	213.396	1.000	325.350	1.800	538.746
			Guamá	800	230.862	2.200	733.346	3.000	964.208
			Lago de Tucuruí	0	0	400	124.700	400	124.700
			Marajó	0	0	1.000	301.706	1.000	301.706
			Metropolitana	0	0	400	131.396	400	131.396
			Rio Caeté	200	53.346	2.200	706.160	2.400	759.506
			Rio Capim	600	160.038	1.400	455.176	2.000	615.214
			Tapajós	200	53.346	800	267.918	1.000	321.264
			Tocantins	600	160.038	1.000	320.224	1.600	480.262
			Xingu	400	106.692	1.200	397.744	1.600	504.436

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Fomento ao Empreendedorismo	Promover ações de assistência técnica e gerencial a empreendimentos individuais e coletivos.	Empreendimento Atendido (Un)		500	210.000	2.250	782.335	2.750	992.335
			Metropolitana	500	210.000	2.250	782.335	2.750	992.335
 Implantação da Casa do Trabalhador	Integrar ações do sistema público de emprego com programas que atuam na área de apoio ao trabalhador.	Casa do Trabalhador Implantada (Un)		3	3.450.000	7	7.000.000	10	10.450.000
			Baixo Amazonas	1	1.000.000	0	0	1	1.000.000
			Carajás	0	0	2	2.000.000	2	2.000.000
			Guamá	0	0	1	1.000.000	1	1.000.000
			Lago de Tucuruí	0	0	1	1.000.000	1	1.000.000
			Marajó	0	0	1	1.000.000	1	1.000.000
			Metropolitana	1	1.450.000	0	0	1	1.450.000
			Rio Capim	0	0	1	1.000.000	1	1.000.000
			Tapajós	0	0	1	1.000.000	1	1.000.000
			Xingu	1	1.000.000	0	0	1	1.000.000
Implantação da Rede de Monitoramento de Trabalho e Renda do Pará	Disponibilizar informações atualizadas sobre o mercado de trabalho e renda.	Boletim Estatístico Disponibilizado (Un)		18	233.669	54	564.783	72	798.452
			Metropolitana	18	233.669	54	564.783	72	798.452
Implementação da Casa do Trabalhador	Promover ações de atenção aos trabalhadores, integrando o sistema público de emprego com programas de apoio ao trabalhador.	Casa do Trabalhador Implementada (Un)		1	300.000	1	4.250.000	1	4.550.000
			Metropolitana	1	300.000	1	4.250.000	1	4.550.000
Implementação de Ações de Apoio à Pessoa com Deficiência	Oportunizar à pessoa com deficiência inserção no mundo do trabalho.	Pessoa com Deficiência Atendida (Un)		800	500.000	2.525	3.214.836	3.325	3.714.836
			Metropolitana	800	500.000	2.525	3.214.836	3.325	3.714.836
Implementação de Ações de Apoio ao Trabalhador Autônomo	Oportunizar ao trabalhador autônomo a intermediação de serviços, orientação e qualificação social e profissional.	Trabalhador Autônomo Atendido (Un)		300	50.000	900	185.000	1.200	235.000
			Metropolitana	300	50.000	900	185.000	1.200	235.000
Implementação de Ações de Intermediação de Mão de Obra	Colocar e recolocar o trabalhador no mundo do trabalho.	Trabalhador Colocado (Un)		53.688	1.502.980	148.028	4.150.000	201.716	5.652.980
			Araguaia	2.818	79.000	8.905	249.340	11.723	328.340
			Baixo Amazonas	6.670	186.660	17.475	488.952	24.145	675.612



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Carajás	11.000	308.000	25.760	726.820	36.760	1.034.820
			Guamá	2.000	56.000	6.000	168.000	8.000	224.000
			Lago de Tucuruí	2.650	74.200	7.265	203.420	9.915	277.620
			Marajó	250	7.000	910	25.480	1.160	32.480
			Metropolitana	16.150	451.920	41.500	1.162.000	57.650	1.613.920
			Rio Caeté	1.050	29.400	3.355	93.940	4.405	123.340
			Rio Capim	2.900	81.200	10.265	287.420	13.165	368.620
			Tapajós	1.100	30.800	3.555	99.540	4.655	130.340
			Tocantins	3.500	98.000	11.935	334.180	15.435	432.180
			Xingu	3.600	100.800	11.103	310.908	14.703	411.708
				14.153	8.100.000	53.925	42.261.562	68.078	50.361.562
			Araguaia	860	516.000	2.340	1.760.000	3.200	2.276.000
			Baixo Amazonas	1.150	690.000	3.185	2.385.000	4.335	3.075.000
Implementação de Ações de Qualificação Social e Profissional	Proporcionar aos trabalhadores qualificação orientada ao mundo do trabalho.	Trabalhador Qualificado (Un)	Carajás	1.080	552.000	4.175	3.053.500	5.255	3.605.500
			Guamá	1.180	708.000	3.005	2.268.500	4.185	2.976.500
			Lago de Tucuruí	580	372.000	1.940	1.428.000	2.520	1.800.000
			Marajó	700	420.000	2.365	1.792.000	3.065	2.212.000
			Metropolitana	4.283	2.220.000	25.119	20.706.862	29.402	22.926.862
			Rio Caeté	830	498.000	2.740	2.035.000	3.570	2.533.000
			Rio Capim	1.160	696.000	3.140	2.346.000	4.300	3.042.000
			Tapajós	440	288.000	1.220	924.000	1.660	1.212.000
			Tocantins	1.190	720.000	3.310	2.523.000	4.500	3.243.000
			Xingu	700	420.000	1.386	1.039.700	2.086	1.459.700
				25	300.000	95	1.928.905	120	2.228.905
			Metropolitana	25	300.000	95	1.928.905	120	2.228.905
				92.949	997.020	282.326	3.350.000	375.275	4.347.020
Operacionalização do Seguro Desemprego	Habilitar o trabalhador ao benefício do seguro desemprego.	Trabalhador Atendido (Un)	Araguaia	4.900	63.700	14.836	207.751	19.736	271.451
			Baixo Amazonas	4.047	52.611	12.639	176.950	16.686	229.561
			Carajás	2.800	36.400	8.720	126.280	11.520	162.680
			Guamá	200	2.600	795	11.130	995	13.730
			Lago de Tucuruí	750	9.750	2.550	35.700	3.300	45.450
			Marajó	4.002	52.026	12.399	173.586	16.401	225.612
			Metropolitana	68.000	672.700	204.327	2.253.763	272.327	2.926.463



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Rio Capim	600	7.800	1.990	27.860	2.590	35.660
			Tapajós	350	4.550	1.225	17.150	1.575	21.700
			Tocantins	5.500	71.483	17.450	244.300	22.950	315.783
			Xingu	1.800	23.400	5.395	75.530	7.195	98.930

PODER EXECUTIVO
ÁREA: DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA
PROGRAMA: IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL E SOCIAL

R\$: 37.822.526,00

Objetivo: Garantir direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outras populações tradicionais e negras.
Público Alvo: Populações Tradicionais do Estado do Pará.
Órgãos Executores: 10º CRS - Altamira, 11º CRS - Marabá, 12º CRS - C. Araguaia, 13º CRS - Cametá, 1º CRS - Belém, 2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, 6º CRS - Barcarena, 7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, 9º CRS - Santarém, FCV, SEDUC, SEEL, SEJUDH, SESP

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
						2012	Até 2015
Proporção de populações tradicionais existente no Estado do Pará cadastradas e atendidas pela SESP		Percentual	SESPA, INCRA e Ministério da Saúde	0	Jul/2011	25	100
Variação na realização de eventos pela SEJUDH		Percentual	SEJUDH	ND	Jul/2011	8	33

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Construção de Escolas Indígenas e Quilombolas	Ampliar o acesso à educação básica dos povos indígenas e quilombolas.	Escola Construída (Un)		17	4.009.484	18	22.000.000	35	26.009.484
			Baixo Amazonas	3	707.556	7	8.650.000	10	9.357.556
			Carajás	2	471.704	0	0	2	471.704
			Lago de Tucuruí	1	235.852	0	0	1	235.852
			Marajó	0	0	3	2.850.000	3	2.850.000
			Metropolitana	0	0	1	950.000	1	950.000
			Rio Capim	9	2.122.668	1	950.000	10	3.072.668
			Tapajós	2	471.704	0	0	2	471.704
			Tocantins	0	0	6	8.600.000	6	8.600.000
Implementação da Educação Básica às Comunidades e Povos Tradicionais	Ampliar o acesso para as comunidades e povos tradicionais à educação básica.	Aluno Atendido (Un)		5.445	1.500.000	6.487	5.278.373	6.487	6.778.373
			Araguaia	100	27.548	250	176.280	250	203.828
			Baixo Amazonas	1.845	511.265	2.395	1.928.088	2.395	2.439.353
			Carajás	1.230	338.843	1.395	1.168.050	1.395	1.506.893
			Guamá	100	27.548	135	109.187	135	136.735
			Rio Capim	1.050	214.875	870	728.468	870	943.343
			Tapajós	36	9.917	55	43.721	55	53.638
			Tocantins	745	266.616	965	781.699	965	1.048.315
			Xingu	339	103.388	422	342.880	422	446.268

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações de Promoção da Igualdade Étnico-Racial	Articular as políticas de promoção dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos e populações negras urbanas.	Evento Realizado (Un)		13	80.000	46	240.000	59	320.000
			Araguaia	0	0	1	6.428	1	6.428
			Baixo Amazonas	2	13.846	8	46.606	10	60.452
			Guamá	1	6.923	3	17.679	4	24.602
			Marajó	3	20.769	9	53.035	12	73.804
			Metropolitana	2	8.847	6	20.359	8	29.206
			Rio Capim	2	8.846	7	25.982	9	34.828
			Tapajós	0	0	3	17.678	3	17.678
			Tocantins	2	13.846	8	46.608	10	60.454
Implementação de Ações de Saúde as Populações Indígenas e Tradicionais	Viabilizar o acesso aos serviços de atenção básica para as populações indígenas e tradicionais.	Comunidades Indígenas e Tradicionais Atendidas (Un)		194	447.992	194	1.529.607	194	1.977.599
			Araguaia	42	44.182	42	151.958	42	196.140
			Baixo Amazonas	34	34.262	34	115.257	34	149.519
			Carajás	5	40.682	5	139.010	5	179.692
			Guamá	15	42.042	15	144.052	15	186.094
			Lago de Tucuruí	2	3.500	2	12.948	2	16.448
			Marajó	4	47.046	4	162.562	4	209.608
			Metropolitana	3	61.722	3	205.874	3	267.596
			Rio Caeté	3	38.342	3	130.353	3	168.695
Pará Aquático - Meu Rio Minha Rua	Fomentar a prática de esportes náuticos à população ribeirinha na faixa etária de 7 a 17 anos.	Pessoa Atendida (Un)		1.320	300.000	4.320	1.200.000	5.640	1.500.000
			Baixo Amazonas	220	50.000	720	199.999	940	249.999
			Guamá	220	50.000	720	199.999	940	249.999
			Lago de Tucuruí	220	50.000	720	199.999	940	249.999
			Marajó	220	50.000	720	199.999	940	249.999
			Metropolitana	220	50.000	720	200.005	940	250.005
			Rio Caeté	220	50.000	720	199.999	940	249.999



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Realização de Ações de Arte e Ofício em Comunidades Indígenas, Comunidades Tradicionais e Populações Negras Urbanas	Assegurar a preservação do patrimônio histórico e social das populações negras, indígenas e comunidades tradicionais, mediante ações de arte e ofício.	Pessoa Atendida (Un)		1.950	288.450	6.350	948.620	8.300	1.237.070
			Baixo Amazonas	100	23.600	300	77.610	400	101.210
			Carajás	100	21.660	300	71.229	400	92.889
			Lago de Tucuruí	150	32.100	450	105.562	600	137.662
			Marajó	150	31.040	450	102.076	600	133.116
			Metropolitana	1.100	97.890	3.800	321.957	4.900	419.847
			Rio Caeté	50	9.820	150	32.293	200	42.113
			Rio Capim	100	19.620	300	64.520	400	84.140
			Tocantins	150	39.920	450	131.280	600	171.200
			Xingu	50	12.800	150	42.093	200	54.893



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA
PROGRAMA: PACTO PELA LIBERDADE

R\$: 277.627.955,00

Objetivo: Promover a reintegração social do preso, internado e egresso do sistema penitenciário.
Público Alvo: Presos, internados e egressos do sistema penitenciário.
Órgãos Executores: NESA, SEDUC, SEEL, SESPA, SUSIPE

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Proporção de reincidência criminal	Percentual	SUSIPE	44	Jun/2011	43,56	41
Proporção de reincidência de egressos assistidos pela Fábrica Esperança	Percentual	SUSIPE	3,6	Jun/2011	3	1

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Construção de Novas Unidades Prisionais	Ampliar vagas no Sistema Penitenciário	Vaga Ofertada (Un)		1.300	21.700.000	1.448	22.200.000	2.748	43.900.000
			Araguaia	128	107.199	0	0	128	107.199
			Baixo Amazonas	86	169.542	55	1.000.000	141	1.169.542
			Carajás	386	1.068.226	451	7.000.000	837	8.068.226
			Metropolitana	700	20.355.033	0	0	700	20.355.033
			Rio Caeté	0	0	396	6.000.000	396	6.000.000
			Tocantins	0	0	546	8.200.000	546	8.200.000
Implantação do Complexo Penitenciário de Belo Monte	Prover serviços penitenciários no entorno da Hidrelétrica de Belo Monte.	Unidade Construída (Un)		1	10.411.790	2	9.226.657	3	19.638.447
			Xingu	1	10.411.790	2	9.226.657	3	19.638.447
Implementação das Ações de Educação Básica	Ofertar o serviço educacional de alfabetização, médio e fundamental à população carcerária.	Custodiado Atendido (Un)		2.674	267.000	3.527	930.728	3.527	1.197.728
			Baixo Amazonas	350	40.698	489	143.212	489	183.910
			Carajás	350	40.698	489	143.212	489	183.910
			Metropolitana	1.274	100.092	1.991	480.636	1.991	580.728
			Rio Caeté	100	11.628	140	40.916	140	52.544
			Tapajós	450	56.442	209	61.376	209	117.818
			Xingu	150	17.442	209	61.376	209	78.818



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações do Hospital de Custódia	Garantir a prestação dos serviços de saúde aos custodiados.	Custodiado Atendido (Un)		320	1.000.000	450	8.000.000	450	9.000.000
			Metropolitana	320	1.000.000	450	8.000.000	450	9.000.000
 Implementação das Atividades da Fábrica Esperança	Gerar trabalho aos egressos.	Egresso Atendido (Un)		270	5.000.000	868	11.400.000	1.138	16.400.000
			Metropolitana	270	5.000.000	868	11.400.000	1.138	16.400.000
Implementação do Atendimento ao Serviço Penitenciário	Garantir a humanização no serviço prisional.	Pessoa Atendida (Un)		13.736	39.796.153	41.208	135.270.024	54.944	175.066.177
			Araguaia	531	3.181.323	1.593	10.726.619	2.124	13.907.942
			Baixo Amazonas	839	1.706.229	2.517	5.740.335	3.356	7.446.564
			Carajás	1.265	2.130.256	3.795	7.170.495	5.060	9.300.751
			Guamá	440	1.653.328	1.320	5.572.269	1.760	7.225.597
			Lago de Tucuruí	227	619.620	681	2.047.995	908	2.667.615
			Marajó	301	2.790.548	903	9.437.639	1.204	12.228.187
			Metropolitana	7.086	20.621.603	21.258	70.625.667	28.344	91.247.270
			Rio Caeté	544	1.356.330	1.632	4.606.227	2.176	5.962.557
			Rio Capim	511	1.597.647	1.533	5.384.883	2.044	6.982.530
			Tapajós	331	752.072	993	2.536.128	1.324	3.288.200
			Tocantins	627	2.208.940	1.881	7.448.547	2.508	9.657.487
			Xingu	1.034	1.178.257	3.102	3.973.220	4.136	5.151.477
Implementação do Projeto Pintando a Liberdade dos Internos do Sistema Penitenciário	Promover a oportunidade de trabalho e renda aos internos do sistema penitenciário, proporcionando a redução de pena mediante a produção de materiais esportivos	Pessoa Atendida (Un)		118	1.453.965	390	4.747.311	508	6.201.276
			Metropolitana	118	1.453.965	390	4.747.311	508	6.201.276
Implementação do Serviço de Assistência Integral ao Preso, Internado e Egresso do Sistema Penitenciário	Promover a Assistência Integral.	Pessoa Assistida (Un)		12.264	795.220	38.043	2.622.926	50.307	3.418.146
			Araguaia	411	5.300	1.233	12.725	1.644	18.025
			Baixo Amazonas	711	45.776	2.133	139.657	2.844	185.433
			Carajás	1.137	35.000	3.411	106.682	4.548	141.682
			Guamá	271	60.900	813	185.724	1.084	246.624
			Lago de Tucuruí	177	3.080	531	9.512	708	12.592
			Marajó	128	1.800	384	5.575	512	7.375
			Metropolitana	7.086	521.954	21.258	1.768.200	28.344	2.290.154
			Rio Caeté	361	4.900	1.452	20.558	1.813	25.458
			Rio Capim	367	12.510	1.101	37.361	1.468	49.871



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Modernização das Unidades Prisionais	Assegurar a qualidade do serviço	Unidade Modernizada (Un)	Tapajós	308	6.000	924	18.183	1.232	24.183
			Tocantins	283	8.000	1.731	44.283	2.014	52.283
			Xingu	1.024	90.000	3.072	274.466	4.096	364.466
				2	100.000	4	2.706.181	6	2.806.181
			Carajás	1	50.000	1	587.829	2	637.829
			Metropolitana	1	50.000	3	2.118.352	4	2.168.352



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA
PROGRAMA: PACTO PELOS DIREITOS HUMANOS

R\$: 60.253.563,00

Objetivo: Garantir os direitos fundamentais do cidadão.
Público Alvo: Pessoas em vulnerabilidade social
Órgãos Executores: CBM, CPC, DETRAN, IMETROPARÁ, PARATUR, PMPA, Polícia Civil, SEAS, SEGUP, SEJUDH, SUSIPE

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
						2012	Até 2015
Incremento na fiscalização de instrumentos metrológicos, de qualidade e pré-medidos		Percentual	IMETRO	ND	Jul/2011	5	5
Variação na expedição de documentação civil básica		Percentual	SEJUDH	13	Dez/2010	13	16

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Combate ao Abuso de Crianças e Adolescentes no Turismo	Promover ações de sensibilização no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes no turismo.	Seminário Realizado (Un)		19	50.117	57	155.834	76	205.951
			Araguaia	2	9.120	7	34.034	9	43.154
			Baixo Amazonas	2	6.870	8	27.330	10	34.200
			Carajás	2	7.620	7	29.220	9	36.840
			Guamá	3	7.121	5	5.355	8	12.476
			Lago de Tucuruí	2	6.220	4	12.840	6	19.060
			Marajó	2	2.931	3	4.760	5	7.691
			Metropolitana	0	0	4	4.140	4	4.140
			Rio Caeté	2	2.430	7	8.505	9	10.935
			Rio Capim	0	0	2	2.430	2	2.430
			Tapajós	0	0	1	1.710	1	1.710
			Tocantins	3	3.895	4	4.860	7	8.755
			Xingu	1	3.910	5	20.650	6	24.560
Construção do Complexo Tecnológico em Metrologia Legal	Ampliar a oferta de serviços em metrologia legal.	Unidade Construída (Un)		1	100.000	0	0	1	100.000
			Metropolitana	1	100.000	0	0	1	100.000
Emissão de Documento Civil Básico	Possibilitar o acesso gratuito a documentação civil básica.	Documento Expedido (Un)		1.136.985	838.000	3.647.960	2.662.119	4.784.945	3.500.119
			Araguaia	65.575	33.826	212.021	139.208	277.596	173.034



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Baixo Amazonas	68.956	62.785	212.164	139.805	281.120	202.590
			Carajás	69.100	64.015	210.479	125.915	279.579	189.930
			Guamá	63.959	19.936	210.497	126.068	274.456	146.004
			Lago de Tucuruí	67.262	48.256	208.737	110.978	275.999	159.234
			Marajó	66.168	35.884	226.402	262.394	292.570	298.278
			Metropolitana	403.021	360.875	1.309.098	1.074.764	1.712.119	1.435.639
			Rio Caeté	65.617	34.156	213.388	150.866	279.005	185.022
			Rio Capim	65.579	33.826	215.340	167.588	280.919	201.414
			Tapajós	63.924	19.636	210.375	125.558	274.299	145.194
			Tocantins	73.896	105.130	205.756	85.415	279.652	190.545
			Xingu	63.928	19.675	213.703	153.560	277.631	173.235
Implantação de Agências Regionais e Unidades Locais do ImetroPará	Ampliar a fiscalização junto às empresas	Unidade Implantada (Un)		1	145.000	1	150.000	2	295.000
			Carajás	0	0	1	150.000	1	150.000
			Xingu	1	145.000	0	0	1	145.000
 Implantação de Delegacias da Mulher	Ampliar a oferta de serviços de atendimento a mulher.	Delegacia Implantada (Un)		9	2.500.000	5	2.500.000	14	5.000.000
			Araguaia	1	500.000	0	0	1	500.000
			Baixo Amazonas	0	0	1	500.000	1	500.000
			Carajás	1	500.000	0	0	1	500.000
			Guamá	0	0	1	500.000	1	500.000
			Lago de Tucuruí	1	150.000	0	0	1	150.000
			Marajó	0	0	1	500.000	1	500.000
			Metropolitana	1	350.000	0	0	1	350.000
			Rio Caeté	1	500.000	1	500.000	2	1.000.000
			Rio Capim	0	0	1	500.000	1	500.000
			Tapajós	1	150.000	0	0	1	150.000
			Tocantins	2	200.000	0	0	2	200.000
			Xingu	1	150.000	0	0	1	150.000
Implementação das Ações de Fiscalização da Metrologia Legal	Realizar fiscalização de instrumentos metrológicos, de qualidade e pré-medidos.	Fiscalização Realizada (Un)		45.325	1.555.344	147.073	5.050.304	192.398	6.605.648
			Araguaia	2.024	69.452	6.063	208.053	8.087	277.505
			Baixo Amazonas	4.850	166.429	14.726	505.328	19.576	671.757
			Carajás	2.609	89.530	7.968	273.428	10.577	362.958
			Guamá	3.466	118.937	10.724	371.432	14.190	490.369
			Lago de Tucuruí	1.686	57.857	5.162	177.135	6.848	234.992
			Marajó	1.416	48.590	4.345	149.101	5.761	197.691



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações de Articulação com a Sociedade Civil e Órgãos da Segurança Pública	Reduzir o distanciamento entre a sociedade e os órgãos de segurança pública.	Comunidade Atendida (Un)	Metropolitana	18.922	649.316	66.170	2.270.650	85.092	2.919.966
			Rio Caeté	2.444	83.867	7.452	255.718	9.896	339.585
			Rio Capim	2.774	95.191	8.525	292.538	11.299	387.729
			Tapajós	966	33.149	2.926	100.407	3.892	133.556
			Tocantins	3.018	103.565	9.480	325.311	12.498	428.876
			Xingu	1.150	39.461	3.532	121.203	4.682	160.664
				390	182.700	1.305	598.309	1.695	781.009
			Araguaia	1	1.000	4	5.400	5	6.400
			Baixo Amazonas	0	0	6	8.400	6	8.400
			Carajás	0	0	4	5.700	4	5.700
			Guamá	2	2.000	7	10.200	9	12.200
			Lago de Tucuruí	0	0	1	1.500	1	1.500
			Marajó	0	0	3	4.500	3	4.500
			Metropolitana	380	172.700	1.267	544.609	1.647	717.309
			Rio Caeté	3	3.000	0	0	3	3.000
			Rio Capim	1	1.000	5	6.900	6	7.900
			Tapajós	0	0	2	2.400	2	2.400
			Tocantins	3	3.000	3	4.500	6	7.500
			Xingu	0	0	3	4.200	3	4.200
Implementação de Ações de Proteção e Defesa do Consumidor	Efetivar os direitos contidos no Código de Defesa do consumidor.	Atendimento Realizado (Un)		13.494	522.631	41.284	1.610.508	54.778	2.133.139
			Araguaia	0	0	263	10.540	263	10.540
			Baixo Amazonas	180	23.568	977	83.466	1.157	107.034
			Carajás	2.973	118.920	9.182	367.290	12.155	486.210
			Guamá	1.550	62.040	3.250	130.000	4.800	192.040
			Lago de Tucuruí	263	14.060	0	0	263	14.060
			Marajó	150	6.000	738	29.540	888	35.540
			Metropolitana	7.240	249.003	22.601	793.007	29.841	1.042.010
			Rio Caeté	0	0	287	15.510	287	15.510
			Rio Capim	900	36.000	2.975	133.115	3.875	169.115
			Tapajós	0	0	87	7.000	87	7.000
			Tocantins	150	6.000	924	41.040	1.074	47.040
			Xingu	88	7.040	0	0	88	7.040
Implementação de Ações para a Inclusão das Pessoas com Deficiência e Sofrimento Psíquico	Promover ações para o respeito dos direitos humanos de pessoas com deficiência e sofrimento psíquico.	Evento Realizado (Un)		4	210.000	12	630.000	16	840.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações para a Proteção de Pessoas Ameaçadas	Viabilizar a execução dos programas de proteção de pessoas ameaçadas de morte (Provita e PPCAAM).	Pessoa Atendida (Un)	Baixo Amazonas	1	52.500	3	157.500	4	210.000
			Carajás	1	52.500	3	157.500	4	210.000
			Marajó	1	52.500	3	157.500	4	210.000
			Metropolitana	1	52.500	3	157.500	4	210.000
				140	3.834.105	420	14.123.419	560	17.957.524
Implementação de Ações para Garantia dos Direitos da Mulher	Possibilitar o protagonismo da mulher, no exercício pleno da cidadania.	Evento Realizado (Un)	Metropolitana	140	3.834.105	420	14.123.419	560	17.957.524
				12	888.334	38	3.020.099	50	3.908.433
			Baixo Amazonas	1	124.047	1	158.642	2	282.689
			Carajás	2	248.096	2	317.284	4	565.380
			Lago de Tucuruí	2	248.095	2	317.284	4	565.379
			Marajó	1	124.048	1	158.644	2	282.692
Implementação de Ações para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	Combater o tráfico de pessoas.	Evento Realizado (Un)	Metropolitana	6	144.048	32	2.068.245	38	2.212.293
				11	280.000	32	840.000	43	1.120.000
			Araguaia	2	63.636	5	139.999	7	203.635
			Baixo Amazonas	2	63.636	6	190.908	8	254.544
			Carajás	0	0	2	50.909	2	50.909
			Guamá	0	0	1	25.455	1	25.455
			Lago de Tucuruí	0	0	1	38.181	1	38.181
			Marajó	1	12.727	0	0	1	12.727
			Metropolitana	5	127.272	9	235.455	14	362.727
			Rio Caeté	0	0	2	35.000	2	35.000
			Rio Capim	0	0	1	25.455	1	25.455
			Tapajós	0	0	3	35.000	3	35.000
			Tocantins	0	0	2	63.638	2	63.638
			Xingu	1	12.729	0	0	1	12.729
Implementação de Ações para o Enfrentamento do Sub Registro Civil de Nascimento	Erradicar o sub registro civil de nascimento.	Documento Expedido (Un)		3.490	50.000	10.487	150.000	13.977	200.000
			Araguaia	74	1.060	222	3.180	296	4.240
			Baixo Amazonas	969	13.875	2.138	30.625	3.107	44.500
			Carajás	78	1.125	514	7.375	592	8.500
			Guamá	74	1.060	545	7.805	619	8.865
			Lago de Tucuruí	74	1.060	222	3.180	296	4.240



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações para Promoção dos Direitos Humanos de Grupo Vulneráveis	Promoção da educação em direitos humanos.	Evento Realizado (Un)	Marajó	1.171	16.765	3.321	47.295	4.492	64.060
			Metropolitana	531	7.625	702	10.125	1.233	17.750
			Rio Caeté	371	5.310	397	5.680	768	10.990
			Rio Capim	74	1.060	222	3.180	296	4.240
			Tapajós	74	1.060	222	3.180	296	4.240
			Xingu	0	0	1.982	28.375	1.982	28.375
				20	1.342.000	64	4.026.000	84	5.368.000
			Araguaia	0	0	1	44.742	1	44.742
			Baixo Amazonas	0	0	1	44.733	1	44.733
			Carajás	2	178.932	6	492.063	8	670.995
			Guamá	1	89.466	9	492.072	10	581.538
			Lago de Tucuruí	1	89.466	3	223.667	4	313.133
			Marajó	1	89.466	5	313.131	6	402.597
			Metropolitana	4	268.408	15	939.402	19	1.207.810
			Rio Caeté	1	89.466	7	447.330	8	536.796
			Rio Capim	1	44.733	2	89.466	3	134.199
			Tapajós	0	0	1	44.733	1	44.733
			Tocantins	9	492.063	12	805.195	21	1.297.258
			Xingu	0	0	2	89.466	2	89.466
Implementação de Ações para Proteção e Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes	Promover ações de conscientização ao combate do trabalho infantil e exploração sexual de criança e adolescente.	Evento Realizado (Un)		3	41.458	12	124.374	15	165.832
			Baixo Amazonas	0	0	1	13.819	1	13.819
			Carajás	1	13.819	3	34.549	4	48.368
			Guamá	0	0	1	6.909	1	6.909
			Lago de Tucuruí	1	13.819	0	0	1	13.819
			Marajó	0	0	1	13.819	1	13.819
			Metropolitana	1	13.820	3	30.000	4	43.820
			Rio Capim	0	0	1	6.909	1	6.909
			Tocantins	0	0	1	6.909	1	6.909
			Xingu	0	0	1	11.460	1	11.460
Implementação de Unidade Integrada de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos	Proteger pessoas incluídas no programa estadual de proteção aos defensores de direitos humanos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade em função de suas atividades.	Defensor de Direitos Humanos Protegido (Un)		155	725.000	459	555.000	614	1.280.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Mediação de Conflitos Urbanos e Agrários e Prevenção Social	Encontrar soluções para conflitos e questões relacionadas ao acesso à Justiça e aos Direitos, de forma solidária, participativa e inclusiva.	Atendimento Realizado (Un)	Araguaia	10	4.000	30	12.000	40	16.000
			Baixo Amazonas	10	4.000	30	12.000	40	16.000
			Carajás	10	4.000	30	12.000	40	16.000
			Guamá	10	4.000	30	12.000	40	16.000
			Marajó	20	8.000	60	24.000	80	32.000
			Metropolitana	45	681.000	129	423.000	174	1.104.000
			Rio Caeté	10	4.000	30	12.000	40	16.000
			Rio Capim	10	4.000	30	12.000	40	16.000
			Tapajós	10	4.000	30	12.000	40	16.000
			Tocantins	10	4.000	30	12.000	40	16.000
			Xingu	10	4.000	30	12.000	40	16.000
				999	5.297.000	3.735	652.566	4.734	5.949.566
Promoção da Educação em Direitos Humanos	Implementação de ações de educação para promoção dos direitos humanos de grupos vulneráveis.	Evento Realizado (Un)	Araguaia	5	6.000	9	18.000	14	24.000
			Carajás	4	4.000	6	12.000	10	16.000
			Lago de Tucuruí	5	6.000	9	18.000	14	24.000
			Metropolitana	985	5.281.000	3.711	604.566	4.696	5.885.566
				29	260.000	81	935.000	110	1.195.000
Realização das Ações da Corregedoria do SESP	Assegurar a transparência das ações dos agentes do SESP, evitando o desvio de conduta.	Procedimento Instaurado (Un)	Baixo Amazonas	4	20.000	6	60.000	10	80.000
			Carajás	4	20.000	6	60.000	10	80.000
			Metropolitana	21	220.000	69	815.000	90	1.035.000
				964	746.684	3.277	2.417.459	4.241	3.164.143
			Araguaia	55	53.539	147	171.597	202	225.136
			Baixo Amazonas	70	58.351	192	186.033	262	244.384
			Carajás	51	82.365	153	266.055	204	348.420
			Guamá	40	47.470	114	153.390	154	200.860
			Lago de Tucuruí	31	37.938	75	121.794	106	159.732
			Marajó	28	52.325	102	170.955	130	223.280
			Metropolitana	606	208.583	2.227	677.386	2.833	885.969
			Rio Caeté	30	46.177	90	149.511	120	195.688
			Rio Capim	15	40.635	51	132.885	66	173.520
			Tapajós	10	35.648	24	114.924	34	150.572

CONTINUA NO CADERNO 6

Caderno 6

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

GABINETE DO GOVERNADOR

 PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Realização das Ações da Ouvidoria do SESP	Garantir à população do Estado do Pará mecanismos imparciais de denúncia.	Denúncia Encaminhada (Un)	Tocantins	10	39.769	42	130.287	52	170.056
			Xingu	18	43.884	60	142.642	78	186.526
				300	115.000	1.350	369.199	1.650	484.199
			Metropolitana	300	115.000	1.350	369.199	1.650	484.199

 PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA
PROGRAMA: GESTÃO INTEGRADA DO CONHECIMENTO

R\$: 51.474.082,00

Objetivo: Proporcionar o compartilhamento da informação e da gestão do conhecimento.
Público Alvo: Órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública
Órgãos Executores: CBM, CPC, DETRAN, IMETROPARÁ, PMPA, Polícia Civil, SEGUP, SUSIPE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Número de municípios integrados	Unidade	SEGUP, PC, PM, CBM, DETRAN, SUSIPE, CPC	0	Jun/2011	5	21
Número de regiões integradas	Unidade	SEGUP, PC, PM, CBM, DETRAN, SUSIPE, CPC	0	Jun/2011	3	12

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação do Sistema de Identificação Biométrica	Garantir a unicidade do cidadão.	Sistema Implantado (Un)		1	1.140.000	1	7.062.334	1	8.202.334
			Metropolitana	1	1.140.000	1	7.062.334	1	8.202.334
Implementação das Ações dos Serviços de Inteligência	Subsidiar a tomada de decisões na área da segurança pública.	Relatório Emitido (Un)		480	1.273.763	1.515	3.107.950	1.995	4.381.713
			Araguaia	32	66.228	94	207.633	126	273.861
			Baixo Amazonas	27	51.228	79	162.633	106	213.861
			Carajás	26	56.228	77	178.837	103	235.065
			Guamá	36	54.342	108	175.798	144	230.140
			Lago de Tucuruí	41	79.342	120	250.699	161	330.041
			Marajó	25	36.228	75	116.330	100	152.558
			Metropolitana	177	720.255	614	1.351.791	791	2.072.046
			Rio Caeté	50	72.456	150	232.660	200	305.116
			Rio Capim	36	54.342	108	175.798	144	230.140
			Tapajós	3	20.000	9	60.000	12	80.000
			Tocantins	21	38.114	63	119.468	84	157.582
			Xingu	6	25.000	18	76.303	24	101.303



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação do Disque-Denúncia 181	Possibilitar que o cidadão registre denúncia aos órgãos do SESP, por meio de um canal seguro.	Denuncia Registrada (Un)		85	20.000	285	64.470	370	84.470
			Metropolitana	85	20.000	285	64.470	370	84.470
Implementação do Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Modernizar a estrutura tecnológica dos órgãos de segurança pública.	Unidade Implementada (Un)		142	9.094.179	142	27.362.933	142	36.457.112
			Araguaia	1	518.310	1	1.582.033	1	2.100.343
			Baixo Amazonas	7	590.023	7	1.803.047	7	2.393.070
			Carajás	9	1.140.994	9	3.526.438	9	4.667.432
			Guamá	10	643.231	10	2.012.671	10	2.655.902
			Lago de Tucuruí	6	536.706	6	1.637.221	6	2.173.927
			Marajó	1	518.310	1	1.582.033	1	2.100.343
			Metropolitana	82	2.343.631	82	6.582.428	82	8.926.059
			Rio Caeté	9	566.144	9	1.731.410	9	2.297.554
			Rio Capim	3	556.642	3	1.697.029	3	2.253.671
			Tapajós	3	528.706	3	1.625.721	3	2.154.427
			Tocantins	6	565.154	6	1.740.940	6	2.306.094
			Xingu	5	586.328	5	1.841.962	5	2.428.290
Realização de Pesquisas e Estudos na Área de Segurança Pública	Gerar conhecimentos relativos ao sistema de segurança pública.	Pesquisa Realizada (Un)		37	558.000	157	1.790.453	194	2.348.453
			Araguaia	0	0	1	53.741	1	53.741
			Baixo Amazonas	1	10.000	4	83.742	5	93.742
			Carajás	3	20.000	22	166.123	25	186.123
			Guamá	1	50.000	1	56.847	2	106.847
			Lago de Tucuruí	0	0	1	56.847	1	56.847
			Marajó	0	0	1	52.379	1	52.379
			Metropolitana	28	368.000	106	1.075.428	134	1.443.428
			Rio Caeté	1	50.000	0	0	1	50.000
			Rio Capim	0	0	1	53.741	1	53.741
			Tapajós	2	10.000	18	82.379	20	92.379
			Tocantins	1	50.000	1	56.847	2	106.847
			Xingu	0	0	1	52.379	1	52.379



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA
PROGRAMA: PRÓ-PAZ - POR UMA CULTURA DE PAZ

R\$: 183.431.054,00

Objetivo: Promover a inclusão social por meio de ações de arte e cultura à crianças, adolescentes e jovens
Público Alvo: População de 0 a 29 anos em estado de vulnerabilidade social
Órgãos Executores: ASIPAG, CBM, CPC, DETRAN, FASEPA, FCG, FCPTN, FCV, Fund. Santa Casa, Gab. Gov - Casa Civil, IAP, PMPA, Polícia Civil, SEAS, SEDUC, SEEL, SEGUP, SEJUDH, SEMA, SESPA, SETER

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Identificação de casos de abuso e exploração sexual no Estado do Pará	Unidade	PróPaz Integrado	1251	2010	1376	1832
Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 8 a 29 anos atendidos por ações de arte e cultura no ProPaz	Percentual	PróPaz / IBGE	ND	Jul/2011	8	8
Taxa de homicídio de adolescentes e jovens (12 a 29 anos)	Homicídios / 100.000 adolescentes e jovens	SISP	52,59	2010	49,96	42,83

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação de Espaços Pró-Paz	Viabilizar espaços para o atendimento do Pró-Paz Integrado.	Unidade Implantada (Un)		11	6.560.000	7	5.510.000	18	12.070.000
			Araguaia	1	600.000	0	0	1	600.000
			Baixo Amazonas	0	0	2	500.000	2	500.000
			Carajás	1	600.000	0	0	1	600.000
			Marajó	2	1.100.000	0	0	2	1.100.000
			Metropolitana	2	1.460.000	3	3.910.000	5	5.370.000
			Rio Caeté	0	0	1	500.000	1	500.000
			Rio Capim	1	500.000	1	600.000	2	1.100.000
			Tapajós	1	600.000	0	0	1	600.000
			Tocantins	2	1.200.000	0	0	2	1.200.000
			Xingu	1	500.000	0	0	1	500.000
MOVER - Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	Desenvolver ações de capacitação aos operadores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – SGDCA, para o fortalecimento da política de atendimento socioeducativo às crianças e adolescentes.	Pessoa Capacitada (Un)		1.620	250.000	7.060	2.150.000	8.680	2.400.000
			Araguaia	200	45.271	200	133.900	400	179.171



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Operacionalização das Ações Administrativa – PROPAZ	Implementar ações que viabilizem a gestão administrativa do programa Pró-Paz.	Ação Realizada (Prc)	Baixo Amazonas	0	0	260	104.136	260	104.136
			Carajás	460	75.980	400	100.781	860	176.761
			Guamá	0	0	460	244.810	460	244.810
			Lago de Tucuruí	60	13.220	0	0	60	13.220
			Marajó	0	0	260	101.181	260	101.181
			Metropolitana	500	73.500	3.960	759.941	4.460	833.441
			Rio Caeté	0	0	400	176.254	400	176.254
			Rio Capim	200	14.265	260	118.097	460	132.362
			Tapajós	200	27.764	200	132.009	400	159.773
			Tocantins	0	0	460	225.482	460	225.482
			Xingu	0	0	200	53.409	200	53.409
				100	1.800.000	100	5.400.000	100	7.200.000
			Metropolitana	100	1.800.000	100	5.400.000	100	7.200.000
PROJOVEM Urbano	Promover a inclusão social de jovens, na faixa etária de 19 a 29 anos, pela educação formal.	Jovem Matriculado (Un)		6.035	12.617.520	31.083	41.417.688	37.118	54.035.208
			Araguaia	466	974.505	2.396	3.198.867	2.862	4.173.372
			Baixo Amazonas	1.400	2.926.584	7.198	9.606.670	8.598	12.533.254
			Carajás	1.292	2.699.953	6.642	8.862.740	7.934	11.562.693
			Lago de Tucuruí	756	1.580.902	3.888	5.189.396	4.644	6.770.298
			Marajó	123	258.025	635	846.980	758	1.105.005
			Rio Caeté	86	180.058	442	591.051	528	771.109
			Rio Capim	223	466.369	1.197	1.530.880	1.420	1.997.249
			Tapajós	119	249.258	613	818.204	732	1.067.462
			Tocantins	670	1.400.417	3.444	4.596.942	4.114	5.997.359
			Xingu	900	1.881.449	4.628	6.175.958	5.528	8.057.407
				287.660	1.500.000	678.260	4.300.000	965.920	5.800.000
			Araguaia	7.500	38.888	17.500	88.886	25.000	127.774
Pró-Paz Arte e Cultura	Promover a inclusão social pela educação, arte e cultura de crianças, adolescentes e jovens.	Pessoa Atendida (Un)	Baixo Amazonas	4.180	96.060	13.370	382.180	17.550	478.240
			Carajás	9.680	129.808	24.870	455.646	34.550	585.454
			Guamá	7.500	38.888	17.500	88.886	25.000	127.774
			Lago de Tucuruí	3.750	19.444	8.750	44.443	12.500	63.887
			Marajó	7.500	38.888	18.420	188.886	25.920	227.774
			Metropolitana	218.300	807.856	507.850	2.367.792	726.150	3.175.648
			Rio Caeté	11.250	58.332	26.700	183.329	37.950	241.661



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Pró-Paz Cidadania	Promover ação de cidadania.	Evento Realizado (Un)	Rio Capim	7.500	38.888	17.500	88.886	25.000	127.774
			Tapajós	900	120.000	2.000	100.000	2.900	220.000
			Tocantins	7.500	38.888	17.500	88.886	25.000	127.774
			Xingu	2.100	74.060	6.300	222.180	8.400	296.240
				520	1.500.000	1.687	5.000.000	2.207	6.500.000
			Araguaia	26	67.467	80	234.169	106	301.636
			Baixo Amazonas	74	157.878	234	465.402	308	623.280
			Carajás	39	161.197	125	461.559	164	622.756
			Guamá	46	90.038	156	267.720	202	357.758
			Lago de Tucuruí	26	71.313	76	192.117	102	263.430
			Marajó	30	103.505	91	406.451	121	509.956
			Metropolitana	80	402.440	276	1.141.934	356	1.544.374
			Rio Caeté	44	67.730	140	322.476	184	390.206
Pró-Paz Comunidade	Apoiar o desenvolvimento de Projetos e Ações para o enfrentamento da violência.	Projeto Apoiado (Un)	Rio Capim	44	72.730	137	303.654	181	376.384
			Tapajós	27	71.775	101	268.059	128	339.834
			Tocantins	51	134.152	150	548.052	201	682.204
			Xingu	33	99.775	121	388.407	154	488.182
				26	300.000	78	1.300.000	104	1.600.000
			Araguaia	2	15.000	6	70.000	8	85.000
			Baixo Amazonas	2	20.000	6	70.000	8	90.000
			Carajás	2	20.000	6	70.000	8	90.000
			Guamá	2	15.000	6	70.000	8	85.000
			Lago de Tucuruí	2	15.000	6	70.000	8	85.000
			Marajó	2	20.000	6	70.000	8	90.000
			Metropolitana	10	150.000	30	735.000	40	885.000
			Rio Capim	2	20.000	6	70.000	8	90.000
Pró-Paz Escola	Promover a integração da escola com a comunidade com ações de educação e cidadania para a prevenção e enfrentamento a violência.	Escola Beneficiada (Un)	Xingu	2	25.000	6	75.000	8	100.000
				525	1.850.000	1.566	5.870.000	2.091	7.720.000
			Araguaia	19	54.151	51	182.130	70	236.281
			Baixo Amazonas	58	177.830	179	529.755	237	707.585
			Carajás	54	163.396	200	580.938	254	744.334
			Guamá	39	157.453	101	462.231	140	619.684
			Lago de Tucuruí	14	29.623	57	127.614	71	157.237



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Marajó	17	54.717	52	176.791	69	231.508
			Metropolitana	187	635.472	517	2.117.340	704	2.752.812
			Rio Caeté	61	226.415	186	750.364	247	976.779
			Rio Capim	27	118.113	79	362.471	106	480.584
			Tapajós	13	24.717	56	125.925	69	150.642
			Tocantins	26	148.585	65	338.620	91	487.205
			Xingu	10	59.528	23	115.821	33	175.349
				5.000	800.000	15.000	2.200.000	20.000	3.000.000
Pró-Paz Espaço da Juventude	Congregar ações sócio-educativas em um espaço físico para o desenvolvimento da política da juventude.	Jovem Atendido (Un)							
			Metropolitana	5.000	800.000	15.000	2.200.000	20.000	3.000.000
 Pró-Paz Infra	Revitalizar espaços esportivos – sócio culturais, em municípios, para o desenvolvimento de projetos e ações locais de cultura e paz.	Espaço Revitalizado (Un)		4	1.000.000	7	1.800.000	11	2.800.000
			Baixo Amazonas	1	300.000	0	0	1	300.000
			Carajás	0	0	1	300.000	1	300.000
			Guamá	0	0	1	150.000	1	150.000
			Lago de Tucuruí	0	0	1	300.000	1	300.000
			Marajó	1	200.000	0	0	1	200.000
			Metropolitana	1	200.000	1	200.000	2	400.000
			Rio Caeté	0	0	1	250.000	1	250.000
			Rio Capim	0	0	1	300.000	1	300.000
			Tocantins	1	300.000	1	300.000	2	600.000
 Pró-Paz Infra - UPP	Construir espaços em municípios para o desenvolvimento de projetos e ações locais de cultura e paz, em áreas de risco social.	Espaço Construído (Un)		5	6.270.000	9	12.660.000	14	18.930.000
			Araguaia	0	0	1	1.000.000	1	1.000.000
			Carajás	1	1.500.000	0	0	1	1.500.000
			Marajó	0	0	1	1.000.000	1	1.000.000
			Metropolitana	3	3.770.000	4	7.160.000	7	10.930.000
			Rio Caeté	0	0	1	1.000.000	1	1.000.000
			Rio Capim	0	0	1	1.500.000	1	1.500.000
			Tocantins	0	0	1	1.000.000	1	1.000.000
			Xingu	1	1.000.000	0	0	1	1.000.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Pró-Paz Integrado	Garantir o atendimento integral e interdisciplinar à crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual.	Atendimento Realizado (Un)		11.751	2.700.000	38.113	11.400.000	49.864	14.100.000
			Araguaia	470	182.504	1.478	508.475	1.948	690.979
			Baixo Amazonas	470	182.504	1.478	558.475	1.948	740.979
			Carajás	490	341.199	1.538	926.475	2.028	1.267.674
			Guamá	920	56.313	2.896	198.950	3.816	255.263
			Lago de Tucuruí	470	32.504	1.478	108.475	1.948	140.979
			Marajó	710	236.859	2.198	624.475	2.908	861.334
			Metropolitana	3.641	1.045.247	12.627	6.547.925	16.268	7.593.172
			Rio Caeté	450	23.809	1.418	90.475	1.868	114.284
			Rio Capim	470	132.504	1.478	408.475	1.948	540.979
			Tapajós	1.800	95.236	5.672	361.900	7.472	457.136
			Tocantins	1.390	188.817	4.374	607.425	5.764	796.242
			Xingu	470	182.504	1.478	458.475	1.948	640.979
Pró-Paz Jovem Trabalhador	Promover a qualificação profissional de jovens.	Jovem Atendido (Un)		400	2.000.000	10.200	22.500.000	10.600	24.500.000
			Metropolitana	400	2.000.000	10.200	22.500.000	10.600	24.500.000
Pró-Paz Juventude	Promover encontros temáticos de Juventude.	Jovem Capacitado (Un)		36.300	400.000	103.630	1.300.000	139.930	1.700.000
			Araguaia	0	0	220	14.000	220	14.000
			Baixo Amazonas	3.000	80.000	8.550	225.000	11.550	305.000
			Carajás	4.550	45.000	13.050	140.000	17.600	185.000
			Guamá	2.500	40.000	5.550	105.000	8.050	145.000
			Lago de Tucuruí	0	0	320	16.000	320	16.000
			Marajó	1.500	20.000	4.920	102.000	6.420	122.000
			Metropolitana	16.000	125.000	45.500	321.000	61.500	446.000
			Rio Caeté	1.500	10.000	4.950	61.500	6.450	71.500
			Rio Capim	1.500	20.000	4.820	95.000	6.320	115.000
			Tapajós	1.250	10.000	4.000	40.500	5.250	50.500
			Tocantins	2.000	30.000	5.500	90.000	7.500	120.000
			Xingu	2.500	20.000	6.250	90.000	8.750	110.000
Pró-Paz Mulher	Garantir o atendimento integral e interdisciplinar às mulheres em situação de violência.	Mulher Atendida (Un)		22.858	3.326.295	75.591	7.649.551	98.449	10.975.846
			Araguaia	1.080	332.922	3.660	1.119.381	4.740	1.452.303
			Baixo Amazonas	300	66.250	900	83.250	1.200	149.500
			Carajás	100	60.000	300	60.000	400	120.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Pró-Paz nos Bairros	Oportunizar o desenvolvimento social às crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade e risco social.	Pessoa Atendida (Un)	Guamá	300	66.250	900	83.250	1.200	149.500
			Lago de Tucuruí	340	110.249	1.430	329.923	1.770	440.172
			Marajó	1.000	301.870	3.210	846.148	4.210	1.148.018
			Metropolitana	15.788	1.246.125	50.491	1.294.381	66.279	2.540.506
			Rio Caeté	1.390	407.374	4.590	1.326.779	5.980	1.734.153
			Rio Capim	1.010	309.325	3.240	993.955	4.250	1.303.280
			Tapajós	140	47.124	630	207.798	770	254.922
			Tocantins	1.210	315.681	3.840	1.004.561	5.050	1.320.242
			Xingu	200	63.125	2.400	300.125	2.600	363.250
				6.300	2.400.000	19.500	7.700.000	25.800	10.100.000
			Baixo Amazonas	500	62.500	1.500	212.500	2.000	275.000
			Carajás	500	62.500	1.500	212.500	2.000	275.000
			Guamá	500	62.500	1.500	212.500	2.000	275.000
			Lago de Tucuruí	500	62.500	1.500	212.500	2.000	275.000
			Marajó	500	62.500	1.500	212.500	2.000	275.000
			Metropolitana	2.800	1.962.500	9.000	6.212.500	11.800	8.175.000
			Tocantins	500	62.500	1.500	212.500	2.000	275.000
			Xingu	500	62.500	1.500	212.500	2.000	275.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA: SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Objetivo: Reduzir a ocorrência de acidentes de trânsito no Estado do Pará

Público Alvo: População do Estado do Pará

Órgãos Executores: DETRAN

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Taxa de acidentes de trânsito com vítimas por 10.000 veículos	acidentes com vítimas por 10.000 veículos	Detran/PA	107	Dez/2010	97	83
Taxa de vítimas de acidentes de trânsito por 10.000 veículos	vítimas por 10.000 veículos	Detran/PA	125	Dez/2010	112	82

R\$: 351.866.307,00

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio ao Processo de Municipalização do Trânsito	Fomentar os municípios para atender as diretrizes normativas do CONTRAN.	Município Atendido (Un)		12	5.671.363	34	16.460.560	46	22.131.923
			Araguaia	5	2.363.065	2	943.530	7	3.306.595
			Baixo Amazonas	1	472.613	3	1.490.387	4	1.963.000
			Carajás	0	0	2	943.530	2	943.530
			Guamá	1	472.613	6	2.914.703	7	3.387.316
			Lago de Tucuruí	0	0	2	943.530	2	943.530
			Marajó	0	0	1	480.785	1	480.785
			Metropolitana	2	945.233	1	513.820	3	1.459.053
			Rio Caeté	0	0	4	1.989.210	4	1.989.210
			Rio Capim	3	1.417.839	6	2.914.700	9	4.332.539
			Tapajós	0	0	3	1.439.305	3	1.439.305
			Tocantins	0	0	2	943.530	2	943.530
			Xingu	0	0	2	943.530	2	943.530
Construção de Agências do DETRAN no Interior	Ampliar a cobertura dos serviços prestados pelo DETRAN.	Agência Construída (Un)		5	7.600.000	13	21.961.008	18	29.561.008
			Araguaia	0	0	1	2.165.626	1	2.165.626
			Baixo Amazonas	0	0	1	600.000	1	600.000
			Carajás	1	1.400.000	2	5.900.000	3	7.300.000
			Guamá	1	3.200.000	1	2.300.000	2	5.500.000
			Metropolitana	1	200.000	3	6.700.000	4	6.900.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações de Educação no Trânsito	Reduzir a violência no trânsito por meio de campanhas educativas aos cidadãos, com esclarecimentos em relação ao cumprimento das normas, e diretrizes da legislação de trânsito.	Ação Educativa Realizada (Un)	Rio Caeté	0	0	1	600.000	1	600.000
			Rio Capim	0	0	3	3.100.382	3	3.100.382
			Tapajós	1	1.400.000	0	0	1	1.400.000
			Tocantins	1	1.400.000	1	595.000	2	1.995.000
				360	2.495.178	1.399	8.015.776	1.759	10.510.954
			Araguaia	27	191.937	99	632.389	126	824.326
			Baixo Amazonas	27	191.937	105	632.388	132	824.325
			Carajás	54	383.874	210	1.264.776	264	1.648.650
			Guamá	27	191.937	105	632.388	132	824.325
			Lago de Tucuruí	27	191.937	105	632.388	132	824.325
			Marajó	27	191.937	105	501.523	132	693.460
			Metropolitana	36	191.934	145	632.383	181	824.317
			Rio Caeté	27	191.937	105	632.388	132	824.325
			Rio Capim	27	191.937	105	632.388	132	824.325
			Tapajós	27	191.937	105	557.989	132	749.926
			Tocantins	27	191.937	105	632.388	132	824.325
			Xingu	27	191.937	105	632.388	132	824.325
				266.000	34.819.539	805.000	112.453.646	1.071.000	147.273.185
Implementação das Ações de Habilitação de Condutores de Veículos	Garantir o serviço de habilitação de condutores.	Documento de Habilitação Expedido (Un)	Araguaia	15.056	1.969.306	45.554	6.363.324	60.610	8.332.630
			Baixo Amazonas	21.572	2.821.747	65.268	9.117.447	86.840	11.939.194
			Carajás	34.235	4.482.956	103.618	14.474.894	137.853	18.957.850
			Guamá	15.242	1.994.194	46.120	6.442.565	61.362	8.436.759
			Lago de Tucuruí	6.889	901.597	20.847	2.912.181	27.736	3.813.778
			Marajó	319	43.292	977	136.584	1.296	179.876
			Metropolitana	132.494	17.340.995	400.947	56.010.054	533.441	73.351.049
			Rio Caeté	9.337	1.222.568	28.259	3.947.685	37.596	5.170.253
			Rio Capim	9.948	1.302.477	30.108	4.205.911	40.056	5.508.388
			Tapajós	5.586	732.339	16.914	2.362.794	22.500	3.095.133
			Tocantins	8.805	1.153.482	26.653	3.723.399	35.458	4.876.881
			Xingu	6.517	854.586	19.735	2.756.808	26.252	3.611.394



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações de Regularização de Veículo	Garantir o serviço de regularização da frota de veículos do Estado do Pará.	Documento de Veículo Expedido (Un)		712.625	12.722.625	2.160.000	41.468.124	2.872.625	54.190.749
			Araguaia	69.635	1.243.202	211.066	4.052.092	280.701	5.295.294
			Baixo Amazonas	58.005	1.035.581	175.818	3.375.372	233.823	4.410.953
			Carajás	88.960	1.588.214	269.640	5.176.623	358.600	6.764.837
			Guamá	49.399	881.934	149.732	2.874.577	199.131	3.756.511
			Lago de Tucuruí	19.089	340.808	57.860	1.110.829	76.949	1.451.637
			Marajó	2.142	38.236	6.492	124.626	8.634	162.862
			Metropolitana	299.450	5.346.127	907.646	17.425.165	1.207.096	22.771.292
			Rio Caeté	22.711	405.472	68.839	1.321.594	91.550	1.727.066
			Rio Capim	30.704	548.170	93.067	1.786.709	123.771	2.334.879
			Tapajós	17.443	311.410	52.870	1.015.010	70.313	1.326.420
			Tocantins	31.403	560.639	95.183	1.827.347	126.586	2.387.986
			Xingu	23.684	422.832	71.787	1.378.180	95.471	1.801.012
Implementação das Ações de Segurança e Fiscalização no Trânsito e nos Transportes	Garantir a circulação de veículos legalizados e condutores habilitados no Estado do Pará, em cumprimento ao CTB.	Operação Realizada (Un)		3.600	10.834.217	12.135	35.325.596	15.735	46.159.813
			Araguaia	150	556.980	510	1.778.856	660	2.335.836
			Baixo Amazonas	350	1.213.118	1.150	3.898.095	1.500	5.111.213
			Carajás	500	1.770.098	1.660	5.676.951	2.160	7.447.049
			Guamá	350	1.213.118	1.150	3.898.095	1.500	5.111.213
			Lago de Tucuruí	150	556.980	510	1.778.856	660	2.335.836
			Marajó	70	208.876	240	962.701	310	1.171.577
			Metropolitana	1.000	1.819.677	3.450	5.819.784	4.450	7.639.461
			Rio Caeté	270	909.838	905	2.923.567	1.175	3.833.405
			Rio Capim	150	556.980	510	1.778.856	660	2.335.836
			Tapajós	70	208.876	240	962.701	310	1.171.577
			Tocantins	270	909.838	905	2.923.567	1.175	3.833.405
			Xingu	270	909.838	905	2.923.567	1.175	3.833.405
Implementação das Agências do DETRAN	Melhorar a infra-estrutura física das agências do DETRAN no interior do Estado do Pará.	Unidade Implementada (Un)		46	4.000.000	138	13.078.991	184	17.078.991
			Araguaia	6	521.736	18	1.705.950	24	2.227.686
			Baixo Amazonas	6	521.736	18	1.705.950	24	2.227.686
			Carajás	5	434.780	15	1.421.625	20	1.856.405
			Guamá	3	260.868	9	852.975	12	1.113.843
			Lago de Tucuruí	3	260.868	9	852.975	12	1.113.843
			Marajó	1	86.956	3	284.325	4	371.281



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Qualidade nos Serviços do DETRAN	Fomentar as agências de trânsito no processo de transformação gerencial, com ênfase nos resultados positivos para a sociedade.	Unidade Atendida (Un)	Metropolitana	3	260.892	9	853.016	12	1.113.908
			Rio Caeté	3	260.868	9	852.975	12	1.113.843
			Rio Capim	7	608.692	21	1.990.275	28	2.598.967
			Tapajós	2	173.912	6	568.650	8	742.562
			Tocantins	4	347.824	12	1.137.300	16	1.485.124
			Xingu	3	260.868	9	852.975	12	1.113.843
				5	120.000	18	391.121	23	511.121
			Araguaia	0	0	3	65.730	3	65.730
			Baixo Amazonas	0	0	1	21.496	1	21.496
			Carajás	0	0	3	65.186	3	65.186
			Guamá	1	24.000	1	20.952	2	44.952
			Lago de Tucuruí	0	0	1	21.496	1	21.496
			Marajó	0	0	1	20.952	1	20.952
			Metropolitana	1	24.000	2	41.903	3	65.903
			Rio Caeté	1	24.000	1	22.742	2	46.742
			Rio Capim	0	0	3	66.974	3	66.974
			Tapajós	0	0	1	20.952	1	20.952
			Tocantins	1	24.000	1	22.738	2	46.738
			Xingu	1	24.000	0	0	1	24.000
Reforma de Agências do DETRAN	Melhorar a infra-estrutura física de agências do DETRAN.	Agência Reformada (Un)		16	6.300.000	43	18.148.563	59	24.448.563
			Araguaia	2	787.500	7	2.929.150	9	3.716.650
			Baixo Amazonas	0	0	6	2.382.547	6	2.382.547
			Carajás	1	393.750	4	1.587.698	5	1.981.448
			Guamá	0	0	2	776.438	2	776.438
			Lago de Tucuruí	1	393.750	2	794.849	3	1.188.599
			Marajó	1	393.750	1	388.219	2	781.969
			Metropolitana	1	393.750	3	1.710.446	4	2.104.196
			Rio Caeté	1	393.750	3	1.226.438	4	1.620.188
			Rio Capim	5	1.968.750	7	3.044.849	12	5.013.599
			Tapajós	1	393.750	3	1.226.861	4	1.620.611
			Tocantins	1	393.750	3	1.242.849	4	1.636.599
			Xingu	2	787.500	2	838.219	4	1.625.719



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA: SEGURANÇA PELA PAZ

R\$: 655.468.433,00

Objetivo: Proporcionar à sociedade um ambiente seguro, por meio da redução dos índices de violência e de criminalidade.

Público Alvo: População do Estado do Pará

Órgãos Executores: CBM, CPC, DETRAN, Enc. CBM, FISP, NESA, PMPA, Polícia Civil, SEGUP

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Índice de postos de serviço da PM	postos de serviço / 100.000 hab	PMPA	15,52	Jun/2011	15,92	17,01
Taxa de crimes contra a pessoa	Crimes por 100.000 hab	SEGUP/CEI	1008	Dez/2010	963	900
Taxa de crimes contra o patrimônio	crimes/100.000 hab	SEGUP/CEI	2359	Dez/2010	2166	1905

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Aparelhamento dos Órgãos do SESP	Fornecer condições para o pleno desenvolvimento das atividades dos órgãos.	Unidade Aparelhada (Un)		90	29.596.667	90	149.456.785	90	179.053.452
			Araguaia	3	1.013.846	3	7.696.187	3	8.710.033
			Baixo Amazonas	5	1.293.846	5	7.097.187	5	8.391.033
			Carajás	7	1.792.692	7	8.803.374	7	10.596.066
			Guamá	6	1.458.846	6	7.592.187	6	9.051.033
			Lago de Tucuruí	4	1.178.846	4	6.776.187	4	7.955.033
			Marajó	6	1.058.846	6	2.132.187	6	3.191.033
			Metropolitana	33	15.295.515	33	74.133.541	33	89.429.056
			Rio Caeté	5	1.293.846	5	7.097.187	5	8.391.033
			Rio Capim	4	1.178.846	4	6.776.187	4	7.955.033
			Tapajós	5	1.228.846	5	6.637.187	5	7.866.033
			Tocantins	6	1.343.846	6	7.618.187	6	8.962.033
			Xingu	6	1.458.846	6	7.097.187	6	8.556.033
Apoio às Ações da Polícia Civil	Assegurar a aplicação dos Recursos arrecadados pelo FISP, no financiamento complementar das ações da Polícia Civil.	Unidade Apoiada (Un)		1	7.294.301	1	26.523.829	1	33.818.130
			Metropolitana	1	7.294.301	1	26.523.829	1	33.818.130



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio às Ações da Polícia Militar	Assegurar a aplicação dos recursos arrecadados pelo FISP, no financiamento complementar das ações da Polícia Militar.	Unidade Apoiada (Un)		1	759.823	1	2.762.899	1	3.522.722
			Metropolitana	1	759.823	1	2.762.899	1	3.522.722
Apoio às Ações das Unidades Compartilhadas	Assegurar a aplicação dos recursos arrecadados pelo FISP, no financiamento complementar das ações do IESP e CIOP	Unidade Apoiada (Un)		2	455.894	2	1.657.740	2	2.113.634
			Metropolitana	2	455.894	2	1.657.740	2	2.113.634
Apoio às Ações do Corpo de Bombeiros Militar	Assegurar a aplicação dos recursos arrecadados pelo FISP, no financiamento complementar das ações do Corpo de Bombeiros	Unidade Apoiada (Un)		1	5.622.691	1	20.445.451	1	26.068.142
			Metropolitana	1	5.622.691	1	20.445.451	1	26.068.142
Assistência às Populações em Situação de Risco, de Emergência e/ou Calamidade Pública	Prestar atendimento a população do Estado do Pará atingida pelo infortúnio.	Pessoa Atendida (Un)		136.550	1.690.000	477.362	5.215.056	613.912	6.905.056
			Araguaia	14.020	160.000	49.253	484.000	63.273	644.000
			Baixo Amazonas	10.477	231.000	37.249	765.528	47.726	996.528
			Carajás	13.297	235.000	46.965	785.528	60.262	1.020.528
			Guamá	16.203	148.000	55.820	448.000	72.023	596.000
			Lago de Tucuruí	7.372	82.000	25.328	240.000	32.700	322.000
			Marajó	16.670	196.000	58.109	584.000	74.779	780.000
			Metropolitana	6.140	56.000	20.948	162.000	27.088	218.000
			Rio Caeté	14.016	156.000	49.444	478.000	63.460	634.000
			Rio Capim	12.799	144.000	45.388	434.000	58.187	578.000
			Tapajós	6.770	66.000	23.391	196.000	30.161	262.000
			Tocantins	11.164	154.000	39.413	462.000	50.577	616.000
			Xingu	7.622	62.000	26.054	176.000	33.676	238.000
 Construção de Bases para o Grupamento Aéreo Fluvial	Integrar todos os grupamentos aéreo e fluviais do SESP.	Base Construída (Un)		0	0	2	14.000.000	2	14.000.000
			Carajás	0	0	1	7.000.000	1	7.000.000
			Metropolitana	0	0	1	7.000.000	1	7.000.000
 Construção de Novos Quartéis	Ampliar a prestação do serviço na região metropolitana e demais municípios paraenses.	Unidade Construída (Un)		5	7.000.000	3	7.000.000	8	14.000.000
			Araguaia	1	1.750.000	1	2.000.000	2	3.750.000
			Carajás	1	500.000	0	0	1	500.000
			Marajó	1	1.500.000	0	0	1	1.500.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Construção Unidades Policiais Integradas	Ampliar os serviços das unidades integradas de Segurança Pública.	Unidade Construída (Un)	Rio Caeté	1	1.750.000	0	0	1	1.750.000
			Tocantins	1	1.500.000	2	5.000.000	3	6.500.000
				10	7.800.000	21	16.000.000	31	23.800.000
			Araguaia	1	1.124.000	4	2.357.000	5	3.481.000
			Baixo Amazonas	0	0	1	780.000	1	780.000
			Carajás	1	770.000	4	3.079.894	5	3.849.894
			Guamá	1	770.000	3	2.309.682	4	3.079.682
			Lago de Tucuruí	1	770.000	2	1.783.000	3	2.553.000
			Marajó	3	2.056.000	3	2.610.742	6	4.666.742
			Rio Caeté	0	0	1	769.894	1	769.894
			Rio Capim	1	770.000	1	769.894	2	1.539.894
			Tapajós	1	770.000	0	0	1	770.000
			Tocantins	0	0	2	1.539.894	2	1.539.894
Implantação do Plano de Segurança Pública - Região AHE Belo Monte	Mitigar os impactos na área da segurança relacionados com o empreendimentos da AHE de Belo Monte.	Unidade Construída (Un)		11	38.152.260	12	33.584.290	23	71.736.550
			Marajó	0	0	1	1.062.768	1	1.062.768
			Xingu	11	38.152.260	11	32.521.522	22	70.673.782
Implementação das Ações das Unidades Regionais de Perícia Científica	Garantir a prestação dos serviços de perícia científica à população dos municípios abrangidos.	Unidade Implementada (Un)		7	1.400.000	7	4.420.000	7	5.820.000
			Baixo Amazonas	1	350.000	1	1.050.000	1	1.400.000
			Carajás	2	350.000	2	1.050.000	2	1.400.000
			Guamá	1	250.000	1	970.000	1	1.220.000
			Rio Caeté	1	100.000	1	300.000	1	400.000
			Tocantins	1	100.000	1	300.000	1	400.000
			Xingu	1	250.000	1	750.000	1	1.000.000
Implementação das Ações Integradas dos Órgãos do SESP	Coordenar ações integradas na prevenção e repressão à ocorrência de crimes.	Unidade do SESP Implementada (Un)		1	810.000	3	2.552.590	4	3.362.590
			Metropolitana	1	810.000	3	2.552.590	4	3.362.590
Implementação de Ações Técnicas Preventivas em Bens Móveis e Imóveis	Prevenir a ocorrência de sinistros em bens móveis e imóveis.	Bem Móvel e Imóvel Fiscalizado (Un)		460	150.000	2.500	470.000	2.960	620.000
			Baixo Amazonas	23	7.500	125	23.500	148	31.000
			Carajás	46	15.000	250	47.000	296	62.000

 **PPA 2012 - 2015**
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Modernização do Centro de Perícias Científicas	Melhorar o atendimento à população do Estado do Pará.	Centro Modernizado (Un)	Guamá	46	15.000	250	47.000	296	62.000
			Marajó	46	15.000	250	47.000	296	62.000
			Metropolitana	69	22.500	375	70.500	444	93.000
			Rio Caeté	69	22.500	375	70.500	444	93.000
			Rio Capim	23	7.500	125	23.500	148	31.000
			Tapajós	23	7.500	125	23.500	148	31.000
			Tocantins	92	30.000	500	94.000	592	124.000
			Xingu	23	7.500	125	23.500	148	31.000
				8	1.000.000	16	2.000.000	24	3.000.000
			Baixo Amazonas	1	125.000	2	250.000	3	375.000
 Modernização do Centro Integrado de Operações	Garantir ao cidadão acesso aos serviços prestados pelo sistema CIOP.	Atendimento Realizado (Un)	Carajás	2	250.000	4	500.000	6	750.000
			Guamá	1	125.000	2	250.000	3	375.000
			Metropolitana	1	125.000	2	250.000	3	375.000
			Rio Caeté	1	125.000	2	250.000	3	375.000
			Tocantins	1	125.000	2	250.000	3	375.000
			Xingu	1	125.000	2	250.000	3	375.000
				3.881.000	6.709.800	13.163.300	10.430.558	17.044.300	17.140.358
			Araguaia	0	0	42.000	540.000	42.000	540.000
			Baixo Amazonas	21.000	300.000	81.000	90.000	102.000	390.000
			Carajás	48.000	300.000	165.000	90.000	213.000	390.000
Realização das Ações de Polícia Judiciária	Reduzir os índices de criminalidade no Estado do Pará, fortalecendo a atuação da polícia judiciária.	Procedimento Policial Instaurado (Un)	Metropolitana	3.800.000	5.809.800	12.800.000	9.110.558	16.600.000	14.920.358
			Rio Caeté	12.000	300.000	38.300	60.000	50.300	360.000
			Rio Capim	0	0	37.000	540.000	37.000	540.000
				58.498	9.423.572	181.378	29.627.829	239.876	39.051.401
			Araguaia	2.902	423.653	9.000	1.394.077	11.902	1.817.730
			Baixo Amazonas	3.039	428.335	9.415	1.405.577	12.454	1.833.912
			Carajás	2.305	377.057	7.154	1.240.351	9.459	1.617.408
			Guamá	3.597	598.069	11.156	1.998.895	14.753	2.596.964
			Lago de Tucuruí	1.253	269.830	3.888	885.916	5.141	1.155.746
			Marajó	2.012	603.924	6.246	1.986.460	8.258	2.590.384
			Metropolitana	30.154	4.600.970	93.455	13.731.169	123.609	18.332.139
			Rio Caeté	2.837	573.345	8.808	1.886.773	11.645	2.460.118
			Rio Capim	2.584	601.234	8.019	1.978.390	10.603	2.579.624

 **PPA 2012 - 2015**
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Realização das Ações de Unidades Especializadas	Assegurar a prestação dos serviços de polícia judiciária no âmbito das unidades especializadas.	Procedimento Policial Instaurado (Un)	Tapajós	1.155	192.494	3.567	632.072	4.722	824.566
			Tocantins	5.271	412.842	16.358	1.364.430	21.629	1.777.272
			Xingu	1.389	341.819	4.312	1.123.719	5.701	1.465.538
				8.330	1.245.000	27.443	4.112.589	35.773	5.357.589
Realização de Ações de Combate a Incêndio, Busca, Salvamento e Resgate	Minimizar os danos causados por sinistros e desastres à vida e bens.	Ocorrência Atendida (Un)	Metropolitana	8.330	1.245.000	27.443	4.112.589	35.773	5.357.589
				230	2.470.000	920	7.370.000	1.150	9.840.000
			Baixo Amazonas	23	247.000	92	737.000	115	984.000
			Carajás	46	494.000	184	1.474.000	230	1.968.000
			Marajó	23	247.000	92	737.000	115	984.000
			Metropolitana	69	741.000	276	2.211.000	345	2.952.000
			Tapajós	23	247.000	92	737.000	115	984.000
			Tocantins	46	494.000	184	1.474.000	230	1.968.000
				8.213	23.984.972	27.684	74.580.225	35.897	98.565.197
Realização de Ações de Polícia Ostensiva	Prevenir à ocorrência de crimes com ações de precaução antecipando o fato, proporcionando mais segurança a população do Estado do Pará.	Posto de Serviço Implementado (Un)	Araguaia	436	867.566	1.485	2.960.763	1.921	3.828.329
			Baixo Amazonas	758	1.510.056	2.586	5.153.403	3.344	6.663.459
			Carajás	574	1.143.114	1.958	3.901.130	2.532	5.044.244
			Guamá	633	1.260.426	2.159	4.301.484	2.792	5.561.910
			Lago de Tucuruí	405	807.548	1.383	2.755.930	1.788	3.563.478
			Marajó	209	416.050	713	1.419.862	922	1.835.912
			Metropolitana	3.642	14.987.266	12.434	44.199.825	16.076	59.187.091
			Rio Caeté	329	654.767	1.122	2.234.537	1.451	2.889.304
			Rio Capim	355	706.603	1.211	2.411.439	1.566	3.118.042
			Tapajós	227	545.755	772	1.536.245	999	2.082.000
Realização de Ações de Segurança e Paz em Grandes Eventos	Garantir a segurança da população do Estado do Pará e de seus bens patrimoniais através da prevenção, controle e policiamento.	Evento Atendido (Un)	Tocantins	304	605.659	1.038	2.066.947	1.342	2.672.606
			Xingu	341	480.162	823	1.638.660	1.164	2.118.822
				806	4.570.400	5.178	14.696.978	5.984	19.267.378
			Araguaia	26	342.391	102	1.155.975	128	1.498.366
			Baixo Amazonas	95	580.000	676	1.815.000	771	2.395.000
			Carajás	87	365.000	649	1.137.500	736	1.502.500



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Realização de Missões Especiais	Executar de forma integral e pacífica as missões especiais no Estado do Pará.	Missão Realizada (Un)	Guamá	98	569.346	562	1.901.350	660	2.470.696
			Lago de Tucuruí	17	212.391	76	688.475	93	900.866
			Marajó	100	676.564	587	2.199.900	687	2.876.464
			Metropolitana	93	497.798	650	1.548.528	743	2.046.326
			Rio Caeté	97	729.955	552	2.350.375	649	3.080.330
			Rio Capim	51	192.391	349	591.975	400	784.366
			Tapajós	29	65.000	224	210.000	253	275.000
			Tocantins	86	279.564	541	910.400	627	1.189.964
			Xingu	27	60.000	210	187.500	237	247.500
				1.060	4.705.006	4.280	16.673.462	5.340	21.378.468
			Araguaia	105	658.788	370	2.339.576	475	2.998.364
			Baixo Amazonas	55	482.008	165	1.710.210	220	2.192.218
			Carajás	75	346.060	280	1.230.618	355	1.576.678
			Guamá	57	215.871	226	767.222	283	983.093
			Lago de Tucuruí	15	156.364	45	555.422	60	711.786
			Marajó	76	79.923	338	284.744	414	364.667
			Metropolitana	280	1.889.091	1.060	6.660.502	1.340	8.549.593
			Rio Caeté	72	106.098	326	378.656	398	484.754
			Rio Capim	75	184.280	335	656.366	410	840.646
			Tapajós	65	171.364	305	611.422	370	782.786
Realização de Perícias Técnico-científicas	Dar suporte às averiguações de crimes contra pessoa, patrimônio e investigação de sinistro.	Laudo Pericial Expedido (Un)	Tocantins	135	238.379	625	850.358	760	1.088.737
			Xingu	50	176.780	205	628.366	255	805.146
Realização de Perícias				62.400	1.392.296	194.300	5.164.209	256.700	6.556.505
			Metropolitana	62.400	1.392.296	194.300	5.164.209	256.700	6.556.505
Realização do Gerenciamento do FISP	Assegurar a aplicação dos recursos do FISP de forma eficiente.	Unidade Apoiada (Un)		1	1.063.752	1	3.868.057	1	4.931.809
			Metropolitana	1	1.063.752	1	3.868.057	1	4.931.809
Realização do Policiamento Especializado	Assegurar a realização do policiamento ambiental, escolar, assistencial, turístico, rodoviário, penitenciário e de guardas.	Missão Realizada (Un)		202	2.100.000	606	7.459.452	808	9.559.452
			Araguaia	12	140.000	36	497.296	48	637.296
			Baixo Amazonas	18	140.000	54	497.297	72	637.297
			Carajás	18	140.000	54	497.297	72	637.297
			Guamá	3	35.000	9	124.324	12	159.324



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Reforma de Unidades Policiais	Modernizar a estrutura física de delegacias e quartéis.	Unidade Reformada (Un)	Lago de Tucuruí	20	140.000	60	497.297	80	637.297
			Marajó	3	35.000	9	124.324	12	159.324
			Metropolitana	110	1.260.000	330	4.475.673	440	5.735.673
			Rio Caeté	3	35.000	9	124.324	12	159.324
			Rio Capim	3	35.000	9	124.324	12	159.324
			Tapajós	3	35.000	9	124.324	12	159.324
			Tocantins	6	70.000	18	248.648	24	318.648
			Xingu	3	35.000	9	124.324	12	159.324
				43	13.000.000	70	23.000.000	113	36.000.000
			Araguaia	2	600.000	5	1.650.000	7	2.250.000
			Baixo Amazonas	3	1.000.000	9	2.850.000	12	3.850.000
			Carajás	0	0	9	2.800.000	9	2.800.000
			Guamá	3	860.000	5	1.650.000	8	2.510.000
			Lago de Tucuruí	1	300.000	6	1.800.000	7	2.100.000
			Marajó	5	1.460.000	8	2.400.000	13	3.860.000
			Metropolitana	13	4.100.000	4	2.650.000	17	6.750.000
			Rio Caeté	4	1.160.000	5	1.500.000	9	2.660.000
			Rio Capim	2	600.000	10	3.000.000	12	3.600.000
			Tapajós	1	260.000	5	1.500.000	6	1.760.000
			Tocantins	6	1.760.000	2	600.000	8	2.360.000
			Xingu	3	900.000	2	600.000	5	1.500.000



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
PARÁ

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

PODER EXECUTIVO
ÁREA: DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

R\$: 560.262.530,00

Objetivo: Valorizar os profissionais do SESP.
Público Alvo: Servidor do SESP
Órgãos Executores: CBM, CPC, DETRAN, FASPM, FUNSAU, PMPA, Polícia Civil, SEGUP, SUSIPE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Taxa de agentes prisionais capacitados	Percentual	SUSIPE	36	2010	42	53
Taxa de capacitação da Polícia Civil	Percentual	Polícia Civil	23	2010	40	40
Taxa de capacitação da Polícia Militar	Percentual	PM	38,12	2010	11	22
Taxa de capacitação do Corpo de Bombeiros Militar	Percentual	CBM	23	2010	30	30

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Auxílio Alimentação	Contribuir para o custeio da despesa com alimentação do servidor público.	Servidor Beneficiado (Un)		26.219	103.850.841	28.834	339.759.778	28.834	443.610.619
			Araguaia	720	2.707.098	720	8.850.038	720	11.557.136
			Baixo Amazonas	1.183	4.616.742	1.183	15.093.672	1.183	19.710.414
			Carajás	921	3.528.072	921	11.538.115	921	15.066.187
			Guamá	987	3.843.906	987	12.566.684	987	16.410.590
			Lago de Tucuruí	633	2.467.398	633	8.068.101	633	10.535.499
			Marajó	355	1.297.500	355	4.239.051	355	5.536.551
			Metropolitana	18.831	76.181.877	21.446	249.269.694	21.446	325.451.571
			Rio Caeté	638	2.126.550	638	6.962.803	638	9.089.353
			Rio Capim	599	2.203.356	599	7.207.271	599	9.410.627
			Tapajós	363	1.391.712	363	4.551.394	363	5.943.106
			Tocantins	589	1.987.812	589	6.510.134	589	8.497.946
			Xingu	400	1.498.818	400	4.902.821	400	6.401.639
Auxílio Moradia	Proporcionar condições aos contribuintes do FASPM auxílio para construir, reformar e adquirir moradia.	Contribuinte Beneficiado (Un)		380	2.996.194	1.280	9.924.402	1.660	12.920.596
			Metropolitana	380	2.996.194	1.280	9.924.402	1.660	12.920.596

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Auxílio Transporte	Subsidiar a locomoção do servidor público no trecho residência/trabalho/residência.	Servidor Beneficiado (Un)		8.007	7.767.397	9.732	25.396.154	9.732	33.163.551
			Araguaia	68	70.468	68	231.164	68	301.632
			Baixo Amazonas	63	78.015	63	255.568	63	333.583
			Carajás	67	83.642	67	274.739	67	358.381
			Guamá	46	47.053	46	154.356	46	201.409
			Lago de Tucurui	32	33.320	32	109.304	32	142.624
			Marajó	32	32.870	32	107.828	32	140.698
			Metropolitana	7.395	7.105.939	9.120	23.226.287	9.120	30.332.226
			Rio Caeté	103	106.939	103	350.807	103	457.746
			Rio Capim	55	57.184	55	187.588	55	244.772
			Tocantins	108	112.118	108	367.792	108	479.910
			Xingu	38	39.849	38	130.721	38	170.570
Formação de Agentes do Sistema de Segurança Pública	Capacitar os agentes do sistema para o exercício da profissão.	Agente Formado (Un)		4.382	5.151.000	9.871	9.393.574	14.253	14.544.574
			Araguaia	120	310.000	145	315.000	265	625.000
			Baixo Amazonas	120	310.000	190	420.000	310	730.000
			Carajás	120	310.000	190	420.000	310	730.000
			Guamá	120	280.000	170	357.000	290	637.000
			Lago de Tucurui	110	300.000	160	449.000	270	749.000
			Metropolitana	3.392	2.601.000	8.361	5.946.574	11.753	8.547.574
			Rio Caeté	50	105.000	100	218.000	150	323.000
			Rio Capim	50	180.000	95	281.000	145	461.000
			Tapajós	120	280.000	160	336.000	280	616.000
			Tocantins	60	165.000	110	231.000	170	396.000
			Xingu	120	310.000	190	420.000	310	730.000
Implantação de Ações de Valorização e Reconhecimento dos Militares, Delegados e Policiais Cívis	Promover mecanismos de fortalecimento das carreiras dos militares, delegados e policiais civis.	Servidor Beneficiado (Un)		15.000	3.500.000	0	0	15.000	3.500.000
			Metropolitana	15.000	3.500.000	0	0	15.000	3.500.000
Realização de Ações de Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Proporcionar assistência biopsicossocial ao servidor.	Atendimento Realizado (Un)		89.910	4.232.466	274.763	13.217.705	364.673	17.450.171
			Araguaia	950	7.692	3.150	25.070	4.100	32.762
			Baixo Amazonas	950	7.692	3.150	25.070	4.100	32.762
			Carajás	1.900	15.384	6.300	50.140	8.200	65.524
			Guamá	950	7.692	3.150	25.070	4.100	32.762



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Realização de Capacitação do Servidor	Contribuir para a melhoria da atuação profissional na área de segurança.	Servidor Capacitado (Un)	Lago de Tucuruí	950	7.692	3.150	25.070	4.100	32.762
			Marajó	950	7.692	3.150	25.070	4.100	32.762
			Metropolitana	78.510	4.140.162	236.963	12.916.865	315.473	17.057.027
			Rio Caeté	950	7.692	3.150	25.070	4.100	32.762
			Rio Capim	950	7.692	3.150	25.070	4.100	32.762
			Tapajós	950	7.692	3.150	25.070	4.100	32.762
			Tocantins	950	7.692	3.150	25.070	4.100	32.762
			Xingu	950	7.692	3.150	25.070	4.100	32.762
				6.280	3.980.097	18.801	7.175.916	25.081	11.156.013
			Araguaia	275	226.322	425	207.066	700	433.388
			Baixo Amazonas	475	388.022	565	308.332	1.040	696.354
			Carajás	630	427.968	940	365.582	1.570	793.550
			Guamá	205	171.224	485	198.486	690	369.710
			Lago de Tucuruí	195	171.224	470	198.986	665	370.210
			Marajó	120	112.784	305	192.102	425	304.886
			Metropolitana	3.220	1.716.231	13.009	4.825.037	16.229	6.541.268
			Rio Caeté	255	183.358	595	202.913	850	386.271
			Rio Capim	205	171.224	520	170.012	725	341.236
			Tapajós	195	103.512	381	132.098	576	235.610
			Tocantins	135	93.304	541	151.808	676	245.112
			Xingu	370	214.924	565	223.494	935	438.418
Realização de Serviço de Assistência Social	Garantir benefícios assistenciais a policiais militares.	Atendimento Realizado (Un)		28.235	5.472.952	90.299	17.714.054	118.534	23.187.006
			Araguaia	140	21.000	460	77.300	600	98.300
			Baixo Amazonas	240	36.000	810	138.680	1.050	174.680
			Carajás	150	22.500	490	80.200	640	102.700
			Guamá	150	22.500	470	77.000	620	99.500
			Lago de Tucuruí	80	12.000	250	40.900	330	52.900
			Marajó	40	6.000	130	20.900	170	26.900
			Metropolitana	27.255	5.325.952	87.109	17.183.074	114.364	22.509.026
			Rio Caeté	40	6.000	130	21.300	170	27.300
			Rio Capim	40	6.000	130	21.300	170	27.300
			Tocantins	60	9.000	190	31.100	250	40.100
			Xingu	40	6.000	130	22.300	170	28.300
Reestruturação das Unidades de Saúde da Polícia Militar	Ampliar os serviços de saúde.	Unidade Reestruturada (Un)		7	170.000	7	560.000	7	730.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Baixo Amazonas	1	20.000	1	66.200	1	86.200
			Carajás	1	15.000	1	49.250	1	64.250
			Lago de Tucuruí	1	15.000	1	49.250	1	64.250
			Metropolitana	4	120.000	4	395.300	4	515.300

PODER EXECUTIVO
ÁREA: PROMOÇÃO SOCIAL
PROGRAMA: EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

R\$: 7.155.045.092,00

Objetivo: Assegurar educação básica de qualidade aos alunos visando a permanência no processo de formação escolar.
Público Alvo: Alunos da escola pública estadual
Órgãos Executores: FCG, SEDUC

Diretriz(es) do Governo: Agregação de valor à produção por meio do conhecimento
 Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Taxa de abandono da rede estadual no ensino médio	Percentual	INEP	20,8	2010	20,47	19,99
Taxa de aprovação da rede estadual no ensino médio	Percentual	INEP	66,9	2010	70,99	77,6
Taxa de distorção série idade da rede estadual no ensino fundamental	Percentual	INEP	44,2	2010	42,73	40,61
Taxa de distorção série idade da rede estadual no ensino médio	Percentual	INEP	63,6	2010	58,53	51,67

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos	Reduzir o índice de analfabetismo no Estado do Pará.	Pessoa Atendida (Un)		87.000	7.876.461	260.901	25.793.426	347.901	33.669.887
			Araguaia	1.400	126.764	4.200	415.222	5.600	541.986
			Baixo Amazonas	5.750	520.570	17.250	1.705.383	23.000	2.225.953
			Carajás	1.400	126.745	4.200	415.225	5.600	541.970
			Guamá	9.700	878.179	29.100	2.876.904	38.800	3.755.083
			Lago de Tucuruí	2.250	203.701	6.750	667.323	9.000	871.024
			Marajó	15.714	1.422.652	47.142	4.660.582	62.856	6.083.234
			Metropolitana	3.636	329.181	10.908	1.078.392	14.544	1.407.573
			Rio Caeté	13.100	1.185.993	39.201	3.875.571	52.301	5.061.564
			Rio Capim	9.700	878.178	29.100	2.876.904	38.800	3.755.082
			Tapajós	1.000	90.534	3.000	296.588	4.000	387.122
			Tocantins	22.400	2.027.960	67.200	6.643.572	89.600	8.671.532
			Xingu	950	86.004	2.850	281.760	3.800	367.764
Ampliação da Rede Física de Educação do Estado do Pará	Assegurar condições adequadas de funcionamento em todas as unidades de ensino.	Escola Ampliada (Un)		69	13.914.682	90	39.722.007	159	53.636.689
			Araguaia	10	1.504.219	0	0	10	1.504.219

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Aperfeiçoamento da Gestão Educacional	Garantir a melhoria do desempenho interno e externo do processo da gestão educacional.	Pessoa Capacitada (Un)	Baixo Amazonas	12	2.379.179	2	1.463.800	14	3.842.979
			Carajás	1	197.635	22	8.215.361	23	8.412.996
			Guamá	2	290.352	30	11.215.566	32	11.505.918
			Lago de Tucuruí	2	342.811	7	5.110.529	9	5.453.340
			Marajó	6	1.350.746	7	4.083.332	13	5.434.078
			Metropolitana	5	2.337.445	6	3.127.478	11	5.464.923
			Rio Caeté	12	1.847.030	6	2.601.472	18	4.448.502
			Rio Capim	6	1.028.433	5	2.107.420	11	3.135.853
			Tapajós	1	145.176	2	606.858	3	752.034
			Tocantins	7	1.713.317	3	1.190.191	10	2.903.508
			Xingu	5	778.339	0	0	5	778.339
				1.173	1.733.609	3.769	6.003.762	4.942	7.737.371
			Araguaia	80	118.234	258	409.464	338	527.698
			Baixo Amazonas	125	184.742	401	639.787	526	824.529
			Carajás	80	118.234	258	409.464	338	527.698
Apoio à Educação Infantil	Fortalecer os municípios na implementação da Educação Infantil.	Município Atendido (Un)	Guamá	100	147.793	322	511.830	422	659.623
			Lago de Tucuruí	60	88.676	192	307.098	252	395.774
			Marajó	50	73.896	160	255.915	210	329.811
			Metropolitana	203	300.018	651	1.039.013	854	1.339.031
			Rio Caeté	110	162.572	354	563.013	464	725.585
			Rio Capim	90	133.014	290	460.646	380	593.660
			Tapajós	50	73.896	160	255.915	210	329.811
			Tocantins	130	192.131	418	665.379	548	857.510
			Xingu	95	140.403	305	486.238	400	626.641
				143	800.000	143	2.815.131	143	3.615.131
			Araguaia	15	40.975	15	144.194	15	185.169
			Baixo Amazonas	12	85.186	12	299.766	12	384.952
			Carajás	12	60.535	12	213.021	12	273.556
			Guamá	17	63.418	17	223.168	17	286.586
			Lago de Tucuruí	7	40.405	7	142.185	7	182.590
			Marajó	16	66.713	16	234.767	16	301.480
			Metropolitana	5	163.760	5	576.034	5	739.794
			Rio Caeté	15	57.096	15	201.095	15	258.191
			Rio Capim	15	69.756	15	245.470	15	315.226
			Tapajós	6	23.143	6	81.442	6	104.585
			Tocantins	11	92.661	11	326.066	11	418.727



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Construção de Unidades Escolares	Ampliar vagas na Educação de Ensino Médio.	Escola Construída (Un)	Xingu	10	36.352	10	127.923	10	164.275
				4	4.298.086	73	126.245.105	77	130.543.191
			Araguaia	2	2.141.738	3	5.250.000	5	7.391.738
			Baixo Amazonas	1	1.264.609	10	17.500.000	11	18.764.609
			Carajás	0	0	9	15.750.000	9	15.750.000
			Guamá	0	0	5	8.715.047	5	8.715.047
			Lago de Tucuruí	0	0	5	8.750.000	5	8.750.000
			Marajó	0	0	13	24.000.000	13	24.000.000
			Metropolitana	0	0	2	3.500.000	2	3.500.000
			Rio Caeté	1	891.739	5	8.750.000	6	9.641.739
			Rio Capim	0	0	5	8.750.000	5	8.750.000
			Tapajós	0	0	5	6.530.058	5	6.530.058
			Tocantins	0	0	11	18.750.000	11	18.750.000
Distribuição da Merenda Escolar	Fornecer merenda aos alunos das unidades escolares.	Aluno Atendido (Un)		608.106	16.197.994	751.523	49.119.919	751.523	65.317.913
			Araguaia	7.889	210.138	9.749	637.160	9.749	847.298
			Baixo Amazonas	25.868	689.041	31.969	2.089.378	31.969	2.778.419
			Carajás	28.578	761.225	35.318	2.308.235	35.318	3.069.460
			Guamá	17.715	471.871	21.892	1.430.790	21.892	1.902.661
			Lago de Tucuruí	3.966	105.641	4.901	320.320	4.901	425.961
			Marajó	4.626	123.222	5.718	373.680	5.718	496.902
			Metropolitana	475.445	12.664.331	587.578	38.402.563	587.578	51.066.894
			Rio Caeté	291	7.751	360	23.515	360	31.266
			Rio Capim	21.023	559.985	25.980	1.697.998	25.980	2.257.983
			Tapajós	7.460	198.711	9.219	604.965	9.219	803.676
			Tocantins	12.466	332.054	15.405	1.006.848	15.405	1.338.902
			Xingu	2.779	74.024	3.434	224.467	3.434	298.491
Educação de Jovens e Adultos - EJA	Promover ações na educação básica, adequadas às necessidades e especificidades de jovens e adultos.	Aluno Atendido (Un)		103.335	105.482.834	109.377	344.792.302	109.377	450.275.136
			Araguaia	1.318	1.345.395	1.404	4.411.012	1.404	5.756.407
			Baixo Amazonas	7.186	7.335.362	7.628	23.993.141	7.628	31.328.503
			Carajás	970	990.162	1.029	3.240.442	1.029	4.230.604
			Guamá	7.621	7.779.405	8.091	25.457.458	8.091	33.236.863
			Lago de Tucuruí	2.749	2.806.138	2.915	9.174.745	2.915	11.980.883
			Marajó	2.204	2.249.810	2.338	7.364.495	2.338	9.614.305



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Educação Profissional	Promover a formação, com qualidade, no ensino profissionalizante.	Aluno Atendido (Un)	Metropolitana	61.461	62.738.477	65.224	205.254.200	65.224	267.992.677
			Rio Caeté	7.709	7.869.232	7.882	25.414.733	7.882	33.283.965
			Rio Capim	3.813	3.892.253	4.053	12.748.076	4.053	16.640.329
			Tapajós	1.088	1.110.614	1.155	3.635.242	1.155	4.745.856
			Tocantins	6.952	7.096.499	7.378	23.217.227	7.378	30.313.726
			Xingu	264	269.487	280	881.531	280	1.151.018
				20.138	1.953.525	24.112	8.633.839	24.112	10.587.364
			Araguaia	1.920	143.014	2.222	663.849	2.222	806.863
			Baixo Amazonas	2.602	193.813	3.011	905.162	3.011	1.098.975
			Carajás	960	71.507	1.111	331.923	1.111	403.430
			Guamá	960	71.507	1.111	331.923	1.111	403.430
			Lago de Tucuruí	960	71.507	1.111	331.923	1.111	403.430
			Marajó	1.592	118.582	1.690	514.493	1.690	633.075
Formação de Instrumentistas Musicais no Interior	Desenvolver a educação musical no Estado do Pará.	Pessoa Atendida (Un)	Metropolitana	6.101	907.960	7.061	3.515.052	7.061	4.423.012
			Rio Capim	1.659	123.573	1.920	573.522	1.920	697.095
			Tapajós	1.710	127.372	1.979	591.168	1.979	718.540
			Tocantins	1.674	124.690	2.896	874.824	2.896	999.514
				2.601	331.000	7.803	993.000	10.404	1.324.000
			Carajás	250	35.000	750	105.000	1.000	140.000
			Guamá	1.000	141.000	3.000	423.000	4.000	564.000
			Lago de Tucuruí	100	6.000	300	18.000	400	24.000
			Marajó	600	73.500	1.800	220.500	2.400	294.000
			Metropolitana	51	33.500	153	100.500	204	134.000
			Rio Caeté	200	14.000	600	42.000	800	56.000
			Rio Capim	50	3.500	150	10.500	200	14.000
			Tocantins	300	21.000	900	63.000	1.200	84.000
Implantação da Universidade Tecnológica do Pará	Promover cursos superiores priorizados de acordo com as vocações econômicas das regiões de integração.	Universidade Implantada (Un)	Xingu	50	3.500	150	10.500	200	14.000
				1	40.000.000	1	60.000.000	1	100.000.000
			Metropolitana	1	40.000.000	1	60.000.000	1	100.000.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Implantação de Centros de Estudos e Desenvolvimento de Pesquisas Científicas e Tecnológicas - Pólos do Conhecimento	Incentivar a iniciação científica na educação básica.	Pólo de Conhecimento Implantado (Un)		1	200.000	1	703.782	1	903.782
			Metropolitana	1	200.000	1	703.782	1	903.782
 Implantação de Escolas de Educação Tecnológica do Pará	Ampliar a oferta do Ensino Profissionalizante.	Escola Implantada (Un)		12	40.946.962	14	39.855.336	26	80.802.298
			Araguaia	3	17.263.084	2	2.870.772	5	20.133.856
			Baixo Amazonas	2	5.263.084	2	2.870.772	4	8.133.856
			Carajás	1	2.631.542	1	1.435.386	2	4.066.928
			Guamá	1	2.631.542	1	1.435.386	2	4.066.928
			Lago de Tucuruí	1	2.631.542	1	1.435.386	2	4.066.928
			Marajó	1	2.631.542	1	1.435.386	2	4.066.928
			Rio Caeté	0	0	1	12.000.000	1	12.000.000
			Rio Capim	1	2.631.542	1	1.435.386	2	4.066.928
			Tapajós	1	2.631.542	2	1.501.476	3	4.133.018
			Tocantins	1	2.631.542	1	1.435.386	2	4.066.928
			Xingu	0	0	1	12.000.000	1	12.000.000
Implantação de Escolas em Tempo Integral	Melhorar o processo ensino-aprendizagem.	Escola Implantada (Un)		10	1.000.000	34	3.518.914	44	4.518.914
			Araguaia	0	0	1	100.000	1	100.000
			Baixo Amazonas	0	0	3	300.000	3	300.000
			Carajás	0	0	1	100.000	1	100.000
			Guamá	0	0	6	600.000	6	600.000
			Lago de Tucuruí	0	0	1	100.000	1	100.000
			Marajó	0	0	1	100.000	1	100.000
			Metropolitana	10	1.000.000	6	718.914	16	1.718.914
			Rio Caeté	0	0	2	200.000	2	200.000
			Rio Capim	0	0	2	200.000	2	200.000
			Tapajós	0	0	1	100.000	1	100.000
			Tocantins	0	0	7	700.000	7	700.000
			Xingu	0	0	3	300.000	3	300.000
Implantação do Sistema de Avaliação e Desempenho do Servidor da Educação	Avaliar a qualidade na prestação do serviço de educação.	Sistema Implantado (Un)		1	200.000	1	500.000	1	700.000
			Metropolitana	1	200.000	1	500.000	1	700.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação do Sistema de Gestão da Educação Básica	Promover avaliação da aprendizagem dos estudantes (SAEB PARÁ) e desempenho escolar (PAR PARÁ).	Sistema Implantado (Un)		1	3.000.000	1	10.556.747	1	13.556.747
			Metropolitana	1	3.000.000	1	10.556.747	1	13.556.747
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Promover atividades na educação básica, adequadas ao combate ao preconceito e desigualdade.	Pessoa Atendida (Un)		5.070	3.000.000	17.785	12.037.831	22.855	15.037.831
			Araguaia	200	78.896	704	277.627	904	356.523
			Baixo Amazonas	540	218.019	1.900	799.591	2.440	1.017.610
			Carajás	570	224.852	2.006	791.235	2.576	1.016.087
			Guamá	100	39.448	352	138.813	452	178.261
			Lago de Tucuruí	60	23.669	211	83.291	271	106.960
			Marajó	220	86.785	775	305.388	995	392.173
			Metropolitana	1.390	1.548.324	4.892	6.979.503	6.282	8.527.827
			Rio Caeté	240	94.674	846	333.151	1.086	427.825
			Rio Capim	420	165.681	1.479	583.016	1.899	748.697
			Tapajós	320	121.229	1.066	444.202	1.386	565.431
			Tocantins	650	256.411	2.287	902.287	2.937	1.158.698
			Xingu	360	142.012	1.267	399.727	1.627	541.739
Implementação das Ações Desenvolvidas pelo Conselho Estadual de Educação	Fortalecer o Conselho Estadual de Educação.	Conselho Fortalecido (Un)		1	2.917.643	1	10.373.024	1	13.290.667
			Metropolitana	1	2.917.643	1	10.373.024	1	13.290.667
Implementação de Ações de Prevenção da Violência nas Escolas da Rede Pública Estadual	Reduzir a violência nas unidades escolares da rede pública estadual.	Escola Beneficiada (Un)		10	100.000	44	351.891	54	451.891
			Metropolitana	10	100.000	44	351.891	54	451.891
Implementação de Ações do Programa ProJovem Pará – Modalidade Campo - Saberes da Terra	Possibilitar melhoria de vida e trabalho aos cidadãos do campo.	Jovem Atendido (Un)		2.860	300.000	8.580	1.055.674	11.440	1.355.674
			Araguaia	0	0	195	23.993	195	23.993
			Baixo Amazonas	195	20.454	585	71.979	780	92.433
			Carajás	195	20.454	585	71.979	780	92.433
			Guamá	325	34.090	975	119.965	1.300	154.055
			Lago de Tucuruí	65	6.818	195	23.993	260	30.811
			Marajó	390	40.908	1.170	143.958	1.560	184.866
			Metropolitana	65	6.818	195	23.993	260	30.811



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações e Práticas Educativas Voltadas ao Meio Ambiente	Promover práticas educativas contribuindo para mudança de hábitos e conceitos.	Pessoa Atendida (Un)	Rio Caeté	390	40.916	1.170	143.940	1.560	184.856
			Rio Capim	390	40.908	1.170	143.958	1.560	184.866
			Tapajós	65	6.818	195	23.993	260	30.811
			Tocantins	520	54.544	1.365	167.951	1.885	222.495
			Xingu	260	27.272	780	95.972	1.040	123.244
				18.210	700.000	54.378	2.463.240	72.588	3.163.240
			Araguaia	710	27.247	2.130	95.884	2.840	123.131
			Baixo Amazonas	1.240	47.586	3.612	167.460	4.852	215.046
			Carajás	1.420	54.495	4.260	191.766	5.680	246.261
			Guamá	2.200	88.428	6.600	300.105	8.800	388.533
			Lago de Tucuruí	550	21.106	1.506	74.276	2.056	95.382
			Marajó	1.430	54.877	4.290	193.120	5.720	247.997
			Metropolitana	4.960	187.517	14.880	670.859	19.840	858.376
			Rio Caeté	2.310	88.650	6.930	311.958	9.240	400.608
			Rio Capim	1.240	47.585	3.720	167.463	4.960	215.048
			Tapajós	400	15.350	1.200	54.021	1.600	69.371
			Tocantins	1.260	48.355	3.780	170.160	5.040	218.515
			Xingu	490	18.804	1.470	66.168	1.960	84.972
				272.543	779.040.536	315.833	2.581.623.768	315.833	3.360.664.304
Implementação do Ensino Fundamental	Promover a formação, com qualidade, no nível fundamental e suas modalidades nas escolas da rede pública estadual.	Aluno Atendido (Un)	Araguaia	3.774	10.844.111	4.343	35.259.400	4.343	46.103.511
			Baixo Amazonas	16.773	48.195.091	19.305	156.721.755	19.305	204.916.846
			Carajás	213	612.029	245	1.989.737	245	2.601.766
			Guamá	29.876	76.837.737	34.385	279.141.919	34.385	355.979.656
			Lago de Tucuruí	1.617	4.646.245	1.861	15.108.321	1.861	19.754.566
			Marajó	6.248	17.952.836	7.191	58.377.984	7.191	76.330.820
			Metropolitana	160.872	467.175.231	185.150	1.520.683.228	185.150	1.987.858.459
			Rio Caeté	28.285	81.273.363	32.553	264.287.301	32.553	345.560.664
			Rio Capim	8.841	25.403.493	12.336	100.148.216	12.336	125.551.709
			Tocantins	16.044	46.100.400	18.464	149.905.907	18.464	196.006.307
				700.963	597.857.188	806.713	2.000.819.455	806.713	2.598.676.643
			Araguaia	22.027	19.008.055	25.353	62.305.866	25.353	81.313.921
			Baixo Amazonas	60.277	52.015.639	69.374	170.497.790	69.374	222.513.429



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação do Ensino Musical em Nível Médio Profissionalizante	Promover a formação musical do aluno para o mercado de trabalho.	Aluno Atendido (Un)	Carajás	30.719	26.508.759	35.357	86.892.860	35.357	113.401.619
			Guamá	66.916	57.744.716	77.016	189.277.834	77.016	247.022.550
			Lago de Tucuruí	16.187	13.968.465	18.630	45.786.815	18.630	59.755.280
			Marajó	23.976	20.689.932	27.594	67.819.409	27.594	88.509.341
			Metropolitana	310.031	260.504.997	356.775	895.029.481	356.775	1.155.534.478
			Rio Caeté	56.479	48.738.182	65.003	159.753.763	65.003	208.491.945
			Rio Capim	37.513	32.371.596	43.176	106.111.295	43.176	138.482.891
			Tapajós	8.268	7.134.816	9.515	23.385.735	9.515	30.520.551
			Tocantins	54.607	47.122.752	62.849	154.462.009	62.849	201.584.761
			Xingu	13.963	12.049.279	16.071	39.496.598	16.071	51.545.877
				70	504.254	80	1.507.847	80	2.012.101
Implementação do Ensino Musical Fundamental	Atender alunos do ensino fundamental desenvolvendo a educação musical.	Aluno Atendido (Un)	Metropolitana	70	504.254	80	1.507.847	80	2.012.101
				1.550	200.000	1.700	669.000	1.700	869.000
Implementação do Ensino Musical			Metropolitana	1.550	200.000	1.700	669.000	1.700	869.000
				1.550	200.000	1.700	669.000	1.700	869.000
Implementação do Transporte Escolar	Garantir transporte escolar aos alunos da educação básica.	Aluno Atendido (Un)		100.472	16.152.006	123.735	56.762.456	123.735	72.914.462
			Araguaia	5.725	920.245	7.074	3.241.944	7.074	4.162.189
			Baixo Amazonas	10.009	1.608.974	12.366	5.668.271	12.366	7.277.245
			Carajás	4.990	802.076	6.167	2.825.639	6.167	3.627.715
			Guamá	12.964	2.084.271	16.021	7.342.698	16.021	9.426.969
			Lago de Tucuruí	3.898	626.628	4.816	2.207.554	4.816	2.834.182
			Marajó	11.949	1.920.882	14.767	6.767.089	14.767	8.687.971
			Metropolitana	2.669	428.732	2.877	1.371.821	2.877	1.800.553
			Rio Caeté	11.997	1.929.021	14.826	6.794.706	14.826	8.723.727
			Rio Capim	11.995	1.928.318	14.823	6.793.283	14.823	8.721.601
			Tapajós	2.055	330.396	2.539	1.163.994	2.539	1.494.390
			Tocantins	16.869	2.711.905	20.845	9.553.791	20.845	12.265.696
			Xingu	5.352	860.558	6.614	3.031.666	6.614	3.892.224
				1	100.000	1	351.891	1	451.891
			Metropolitana	1	100.000	1	351.891	1	451.891
				1	2.724.663	1	9.235.964	1	11.960.627
			Metropolitana	1	2.724.663	1	9.235.964	1	11.960.627
				1	2.724.663	1	9.235.964	1	11.960.627

CONTINUA NO CADERNO 7

Caderno 7

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

GABINETE DO GOVERNADOR



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
★ Reforma da Rede Física de Educação do Estado do Pará	Adequar as condições físicas das unidades de ensino.	Escola Reformada (Un)		296	48.830.786	309	68.177.552	605	117.008.338
			Araguaia	15	2.489.375	0	0	15	2.489.375
			Baixo Amazonas	16	3.373.779	37	12.561.876	53	15.935.655
			Carajás	7	1.275.655	8	1.342.276	15	2.617.931
			Guamá	11	1.775.690	46	10.172.185	57	11.947.875
			Lago de Tucuruí	6	1.017.115	5	1.816.791	11	2.833.906
			Marajó	5	1.342.979	15	2.956.759	20	4.299.738
			Metropolitana	156	24.645.318	138	25.863.852	294	50.509.170
			Rio Caeté	40	6.175.425	34	5.479.980	74	11.655.405
			Rio Capim	13	2.079.120	12	2.108.472	25	4.187.592
			Tapajós	1	415.644	2	367.764	3	783.408
			Tocantins	20	3.330.396	8	3.944.400	28	7.274.796
			Xingu	6	910.290	4	1.563.197	10	2.473.487



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: PROMOÇÃO SOCIAL
PROGRAMA: UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARÁ

R\$: 791.945.833,00

Objetivo: Ampliar o acesso à formação superior com qualidade.
Público Alvo: População com ensino médio concluído
Órgãos Executores: FCG, UEPA

Diretriz(es) do Governo: Agregação de valor à produção por meio do conhecimento

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento de vagas ofertadas	Percentual	UEPA	11,8	2011	12	13
Percentual de docentes mestres e doutores na UEPA	Percentual	UEPA	75	2011	75	80
Taxa de evasão	Percentual	UEPA	5	2010	4	3

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ampliação de Campi Universitários	Atender à demanda de novas vagas e dos cursos existentes.	Unidade Ampliada (Un)		3	7.900.000	20	15.600.000	23	23.500.000
			Araguaia	1	900.000	2	1.200.000	3	2.100.000
			Baixo Amazonas	0	0	1	500.000	1	500.000
			Carajás	0	0	1	500.000	1	500.000
			Guamá	0	0	4	2.000.000	4	2.000.000
			Lago de Tucuruí	0	0	1	500.000	1	500.000
			Marajó	0	0	1	500.000	1	500.000
			Metropolitana	2	7.000.000	5	7.900.000	7	14.900.000
			Rio Capim	0	0	1	500.000	1	500.000
			Tocantins	0	0	3	1.500.000	3	1.500.000
			Xingu	0	0	1	500.000	1	500.000
Apoio à Formação Docente	Viabilizar a qualificação dos professores da Universidade Estadual do Pará, para a atuação na docência do ensino superior.	Professor Formado (Un)		100	2.457.724	700	9.337.371	800	11.795.095
			Metropolitana	100	2.457.724	700	9.337.371	800	11.795.095
★ Implantação do Curso de Medicina em Marabá	Ofertar curso de graduação em medicina no interior do Estado do Pará.	Curso Implantado (Un)		1	5.000.000	1	15.000.000	1	20.000.000
			Carajás	1	5.000.000	1	15.000.000	1	20.000.000



Secretaria Especial de Estado de Gestão



GOVERNO DO PARÁ

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações de Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Viabilizar ações desenvolvidas pelas unidades de assessoramento e gestão superior.	Unidade Atendida (Un)		14	32.274.721	42	112.767.586	56	145.042.307
			Metropolitana	14	32.274.721	42	112.767.586	56	145.042.307
Implementação das Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Proporcionar o fortalecimento e a continuidade da atuação acadêmica institucional.	Pessoa Atendida (Un)		2.650	1.186.857	15.630	4.513.221	18.280	5.700.078
			Metropolitana	2.650	1.186.857	15.630	4.513.221	18.280	5.700.078
Implementação das Ações de Ensino-Serviço em Saúde	Oportunizar a prática na área da saúde dando continuidade às atividades de ensino-serviço.	Procedimento de Saúde Realizado (Un)		373.320	2.428.042	1.272.700	7.927.751	1.646.020	10.355.793
			Metropolitana	373.320	2.428.042	1.272.700	7.927.751	1.646.020	10.355.793
Implementação das Ações dos Centros Universitários	Fortalecer as atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas nos centros.	Aluno Atendido (Un)		5.384	89.224.170	6.473	302.734.454	6.473	391.958.624
			Metropolitana	5.384	89.224.170	6.473	302.734.454	6.473	391.958.624
Implementação de Ações de Acesso aos Cursos de Graduação	Oportunizar a oferta de vagas aos cursos de graduação por meio do processo seletivo e convênios.	Vaga Ofertada (Un)		3.200	4.158.829	12.210	13.607.047	15.410	17.765.876
			Metropolitana	3.200	4.158.829	12.210	13.607.047	15.410	17.765.876
Implementação de Ações de Assistência Estudantil	Conceder auxílio financeiro aos discentes para formação acadêmica.	Aluno Beneficiado (Un)		556	2.036.390	2.421	7.566.726	2.977	9.603.116
			Metropolitana	556	2.036.390	2.421	7.566.726	2.977	9.603.116
Implementação de Cursos de Pós-Graduação	Ofertar cursos de pós-graduação stricto e lato sensu em consonância com as linhas de pesquisas institucionais.	Aluno Atendido (Un)		500	1.477.892	800	5.167.613	800	6.645.505
			Metropolitana	500	1.477.892	800	5.167.613	800	6.645.505
Implementação do Centro de Ciências Planetário do Pará	Possibilitar o acesso da população do Estado do Pará ao conhecimento das ciências naturais, ciências exatas e ciências da terra.	Pessoa Atendida (Un)		3.000	1.528.559	18.000	5.557.386	21.000	7.085.945
			Metropolitana	3.000	1.528.559	18.000	5.557.386	21.000	7.085.945
Implementação do Ensino Superior Musical	Ofertar curso de Música de graduação Superior	Aluno Atendido (Un)		75	337.000	82	1.002.000	82	1.339.000
			Metropolitana	75	337.000	82	1.002.000	82	1.339.000
Incentivo à Criação e Produção Científica	Fomentar a criação e produção científica no Estado do Pará.	Publicação Editada (Un)		10	314.876	30	1.124.484	40	1.439.360
			Metropolitana	10	314.876	30	1.124.484	40	1.439.360



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Apoiar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão aos docentes e discentes da Universidade.	Projeto Implementado (Un)		90	2.400.742	360	8.365.645	450	10.766.387
			Metropolitana	90	2.400.742	360	8.365.645	450	10.766.387
Interiorização do Ensino Superior	Ofertar o ensino superior com qualidade aos municípios paraenses.	Aluno Atendido (Un)		5.806	24.400.860	6.981	84.976.625	6.981	109.377.485
			Araguaia	1.226	5.131.280	1.474	17.170.455	1.474	22.301.735
			Baixo Amazonas	763	3.193.191	917	11.171.512	917	14.364.703
			Carajás	448	1.876.000	539	6.536.891	539	8.412.891
			Guamá	979	4.097.928	1.178	14.251.791	1.178	18.349.719
			Lago de Tucuruí	320	1.339.366	385	4.538.441	385	5.877.807
			Marajó	234	980.132	282	3.394.357	282	4.374.489
			Rio Capim	576	2.408.198	692	8.339.980	692	10.748.178
			Tocantins	906	3.787.479	1.088	12.734.621	1.088	16.522.100
			Xingu	354	1.587.286	426	6.838.577	426	8.425.863
 Modernização do Parque Aquático de Educação Física da Universidade Estadual do Pará	Promover a prática e o ensino dos esportes aquáticos.	Parque Modernizado (Un)		1	2.000.000	0	0	1	2.000.000
			Metropolitana	1	2.000.000	0	0	1	2.000.000
Reforma de Unidades Acadêmicas e Unidades Administrativas	Proporcionar infra-estrutura adequada para o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativa.	Unidade Reformada (Un)		4	3.906.181	8	13.665.081	12	17.571.262
			Guamá	1	300.000	0	0	1	300.000
			Metropolitana	3	3.606.181	8	13.665.081	11	17.271.262

PODER EXECUTIVO

ÁREA: PROMOÇÃO SOCIAL

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DA EDUCAÇÃO

RS\$: 456.824.747,00

Objetivo: Implementar políticas de valorização do servidor da educação.
Público Alvo: Servidor da Educação
Órgãos Executores: SEDUC, UEPA

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Número de horas de treinamento por servidor	horas/servidor	SEDUC	ND	Jul/2011	20	20
Percentual de satisfação dos servidores com o programa	Percentual	SEDUC	ND	Jul/2011	25	75

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Assistência Médica e Odontológica	Viabilizar assistência médica e odontológica aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		814	1.056.000	814	3.703.499	814	4.759.499
			Araguaia	12	15.568	12	54.597	12	70.165
			Baixo Amazonas	9	11.676	9	40.948	9	52.624
			Carajás	13	16.865	13	59.147	13	76.012
			Guamá	19	24.648	19	86.446	19	111.094
			Lago de Tucuruí	6	7.784	6	27.299	6	35.083
			Marajó	3	3.892	3	13.649	3	17.541
			Metropolitana	734	952.216	734	3.339.519	734	4.291.735
			Rio Capim	7	9.081	7	31.848	7	40.929
			Tocantins	6	7.784	6	27.298	6	35.082
			Xingu	5	6.486	5	22.748	5	29.234
				38.405	60.571.929	43.902	211.416.878	43.902	271.988.807
			Auxílio Alimentação	Viabilizar auxílio alimentação aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)	Araguaia	923	1.472.762	1.054
Baixo Amazonas	2.824	4.368.573				3.235	14.802.143	3.235	19.170.716
Carajás	1.511	2.269.831				1.736	7.706.203	1.736	9.976.034
Guamá	3.239	4.879.364				3.722	16.562.518	3.722	21.441.882
Lago de Tucuruí	836	1.294.225				958	4.385.031	958	5.679.256
Marajó	1.406	2.101.298				1.616	7.136.537	1.616	9.237.835
Metropolitana	19.414	31.855.586				22.093	113.967.035	22.093	145.822.621
Rio Caeté	2.604	3.845.376				2.998	13.070.716	2.998	16.916.092

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Auxílio Transporte	Viabilizar auxílio transporte aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)	Rio Capim	1.590	2.386.490	1.826	8.102.742	1.826	10.489.232
			Tapajós	453	668.955	521	2.273.822	521	2.942.777
			Tocantins	2.836	4.253.437	3.261	14.442.253	3.261	18.695.690
			Xingu	769	1.176.032	882	3.987.843	882	5.163.875
				18.074	21.007.289	20.496	73.772.666	20.496	94.779.955
			Araguaia	61	21.912	61	72.232	61	94.144
			Baixo Amazonas	1.051	1.234.765	1.194	4.193.062	1.194	5.427.827
			Carajás	324	392.111	370	1.332.047	370	1.724.158
			Guamá	999	1.220.367	1.143	4.146.283	1.143	5.366.650
			Lago de Tucuruí	229	260.695	259	884.914	259	1.145.609
			Marajó	30	25.435	32	85.948	32	111.383
			Metropolitana	14.966	17.399.368	16.975	61.521.958	16.975	78.921.326
			Rio Caeté	128	162.611	147	552.744	147	715.355
Desenvolvimento de Competências Profissionais	Desenvolver habilidades e competências dos servidores,com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública.	Servidor Capacitado (Un)	Rio Capim	108	117.704	120	399.294	120	516.998
			Tapajós	2	2.541	2	8.637	2	11.178
			Tocantins	95	87.535	103	296.200	103	383.735
			Xingu	81	82.245	90	279.347	90	361.592
				180	287.814	836	1.032.139	1.016	1.319.953
			Metropolitana	180	287.814	836	1.032.139	1.016	1.319.953
				210	2.138.781	737	6.977.539	947	9.116.320
			Metropolitana	210	2.138.781	737	6.977.539	947	9.116.320
				3.000	10.000.000	8.505	35.189.154	11.505	45.189.154
			Araguaia	159	529.999	313	1.249.789	472	1.779.788
			Baixo Amazonas	334	1.113.343	1.200	4.705.581	1.534	5.818.924
			Carajás	212	706.665	623	2.528.562	835	3.235.227
			Guamá	273	909.997	730	3.004.734	1.003	3.914.731
Disponibilização de Bolsas de Pós-graduação a Servidores da Educação	Melhorar a qualificação do corpo docente da rede pública estadual atuante na educação básica.	Bolsista Atendido (Un)	Lago de Tucuruí	115	383.333	225	880.283	340	1.263.616
			Marajó	131	436.665	271	1.428.846	402	1.865.511
			Metropolitana	801	2.670.000	2.530	10.729.781	3.331	13.399.781
			Rio Caeté	221	736.667	463	1.791.563	684	2.528.230
			Rio Capim	194	646.665	434	1.744.475	628	2.391.140



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação do Sistema de Premiação e Incentivo à Meritocracia entre Professores e Alunos da Rede Estadual de Educação	Valorizar o desempenho de professores e alunos.	Pessoa Premiada (Un)	Tapajós	83	276.666	128	531.183	211	807.849
			Tocantins	387	1.290.001	1.355	5.632.768	1.742	6.922.769
			Xingu	90	299.999	233	961.589	323	1.261.588
				50	300.000	179	1.055.674	229	1.355.674
			Metropolitana	50	300.000	179	1.055.674	229	1.355.674
				629.813	100.000	2.022.435	351.891	2.652.248	451.891
			Araguaia	22.760	3.614	73.087	12.717	95.847	16.331
			Baixo Amazonas	59.866	9.505	192.240	33.448	252.106	42.953
			Carajás	39.828	6.324	127.894	22.252	167.722	28.576
			Guamá	51.592	8.192	165.670	28.825	217.262	37.017
Implementação de Ações de Valorização e Qualidade de Vida ao Servidor da Educação	Proporcionar qualidade de vida no trabalho aos servidores da educação da rede pública estadual.	Evento Realizado (Un)	Marajó	10.268	1.630	32.973	5.737	43.241	7.367
			Metropolitana	324.871	51.582	1.043.217	181.514	1.368.088	233.096
			Rio Caeté	34.817	5.528	111.802	19.453	146.619	24.981
			Rio Capim	24.732	3.927	79.419	13.818	104.151	17.745
			Tapajós	8.409	1.335	27.002	4.699	35.411	6.034
			Tocantins	40.092	6.366	128.741	22.400	168.833	28.766
			Xingu	12.578	1.997	40.390	7.028	52.968	9.025
				21.726	6.000.000	30.506	21.113.494	30.506	27.113.494
			Araguaia	592	165.585	827	572.147	827	737.732
			Baixo Amazonas	1.617	474.320	2.428	1.679.647	2.428	2.153.967
Potencialização do Credlivro	Fomentar a aquisição de livros destinados à área da docência da rede pública estadual.	Docente Atendido (Un)	Carajás	1.086	298.257	1.516	1.049.536	1.516	1.347.793
			Guamá	1.986	545.429	2.775	1.919.320	2.775	2.464.749
			Lago de Tucuruí	529	145.283	739	511.241	739	656.524
			Marajó	721	198.014	1.006	696.788	1.006	894.802
			Metropolitana	9.731	2.672.496	13.590	9.404.283	13.590	12.076.779
			Rio Caeté	1.622	445.462	2.264	1.567.540	2.264	2.013.002
			Rio Capim	1.051	288.643	1.468	1.015.713	1.468	1.304.356
			Tapajós	313	85.962	438	302.480	438	388.442
			Tocantins	1.991	546.802	2.779	1.924.151	2.779	2.470.953
			Xingu	487	133.747	676	470.648	676	604.395



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Viabilização aos Docentes a Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação (TI)	Fomentar a aquisição de equipamentos de TI aos docentes da rede pública estadual.	Docente Atendido (Un)		0	0	220	750.000	220	750.000
			Guamá	0	0	30	102.000	30	102.000
			Marajó	0	0	20	68.000	20	68.000
			Metropolitana	0	0	170	580.000	170	580.000

PODER EXECUTIVO

ÁREA: **PROMOÇÃO SOCIAL**

PROGRAMA: **ESPORTE E LAZER: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL**

RS\$: **183.449.794,00**

Objetivo: Democratizar o acesso a prática esportiva e de lazer.
Público Alvo: População do Estado do Pará
Órgãos Executores: SEDUC, SEEL

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento absoluto de eventos "Esporte-Lazer"	Novos eventos	SEEL	2	2010	6	15
Incremento de eventos esportivos	Novos eventos	SEEL	3	2010	4	13
Taxa de Formação de Ídolos	Percentual	SEEL	28,14	2010	28,14	34,19

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Construção da Praça de Esporte e Lazer do Complexo Esportivo - Estádio Olímpico do Pará	Disponibilizar espaço para a prática do esporte e lazer à população do Estado do Pará.	Praça de Esporte e Lazer Construída (Un)		1	13.872.326	1	44.127.674	1	58.000.000
			Metropolitana	1	13.872.326	1	44.127.674	1	58.000.000
 Construção de Espaços de Esporte e Lazer	Oferecer espaços adequados às práticas esportivas e de lazer.	Espaço Construído (Un)		11	3.288.682	101	68.007.652	112	71.296.334
			Araguaia	1	75.000	8	2.805.400	9	2.880.400
			Baixo Amazonas	1	2.000.000	9	21.833.000	10	23.833.000
			Carajás	1	283.334	4	14.950.000	5	15.233.334
			Guamá	1	145.397	14	4.872.000	15	5.017.397
			Lago de Tucuruí	3	600.601	3	1.200.000	6	1.800.601
			Marajó	0	0	10	3.097.032	10	3.097.032
			Metropolitana	1	64.350	7	3.132.900	8	3.197.250
			Rio Caeté	0	0	13	4.463.099	13	4.463.099
			Rio Capim	0	0	11	3.779.221	11	3.779.221
			Tapajós	3	120.000	3	1.200.000	6	1.320.000
			Tocantins	0	0	13	4.570.000	13	4.570.000
			Xingu	0	0	6	2.105.000	6	2.105.000
 Fabricação de Ídolos	Promover o atleta de rendimento para o cenário nacional e internacional.	Atleta Atendido (Un)		135	1.200.000	155	3.600.000	155	4.800.000
			Metropolitana	135	1.200.000	155	3.600.000	155	4.800.000

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações do Esporte Paradesporto	Promover os atletas com deficiência e mobilidade reduzida nas atividades esportivas.	Atleta Atendido (Un)		20	150.000	35	540.000	35	690.000
			Metropolitana	20	150.000	35	540.000	35	690.000
Implementação de Ações de Esporte e Lazer	Promover atividades esportivas e de lazer à população, com foco na diversidade cultural	Pessoa Atendida (Un)		5.000	1.100.000	18.000	3.520.000	23.000	4.620.000
			Metropolitana	5.000	1.100.000	18.000	3.520.000	23.000	4.620.000
Implementação de Atividades Esportivas, Desportivas e Culturais Educacionais	Melhorar o rendimento escolar do aluno.	Aluno Atendido (Un)		190.223	1.552.623	210.538	5.463.548	210.538	7.016.171
			Araguaia	5.831	147.594	6.454	167.476	6.454	315.070
			Baixo Amazonas	28.306	231.037	31.330	798.996	31.330	1.030.033
			Carajás	24.310	198.422	26.906	698.230	26.906	896.652
			Guamá	14.711	120.073	16.282	422.522	16.282	542.595
			Lago de Tucuruí	4.722	138.542	5.226	306.623	5.226	445.165
			Marajó	5.089	41.537	5.632	146.166	5.632	187.703
			Metropolitana	57.117	266.193	63.217	1.483.509	63.217	1.749.702
			Rio Caeté	6.732	54.948	7.451	193.356	7.451	248.304
			Rio Capim	8.321	67.917	9.210	238.994	9.210	306.911
			Tapajós	3.946	32.208	4.367	113.336	4.367	145.544
			Tocantins	24.027	196.111	26.593	690.100	26.593	886.211
			Xingu	7.111	58.041	7.870	204.240	7.870	262.281
Implementação do Estádio Olímpico do Pará	Assegurar infraestrutura adequada, para prática de atividades físicas, esportivas e de lazer.	Espaço Implementado (Un)		1	1.400.000	1	4.650.000	1	6.050.000
			Metropolitana	1	1.400.000	1	4.650.000	1	6.050.000
Novos Talentos para o Esporte	Apoiar o desenvolvimento de novos atletas nas modalidades esportivas.	Atleta Atendido (Un)		20	150.000	50	510.000	50	660.000
			Metropolitana	20	150.000	50	510.000	50	660.000
 Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Promover eventos esportivos e de lazer com visibilidade no cenário estadual e nacional.	Evento Realizado (Un)		119	7.578.409	358	22.738.880	477	30.317.289
			Araguaia	2	111.872	6	378.524	8	490.396
			Baixo Amazonas	14	740.012	42	2.414.828	56	3.154.840
			Carajás	5	258.134	15	828.890	20	1.087.024
			Guamá	17	843.192	52	2.681.640	69	3.524.832
			Lago de Tucuruí	7	370.006	21	1.207.414	28	1.577.420
			Marajó	6	292.524	18	900.732	24	1.193.256



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Metropolitana	23	1.150.070	69	3.609.366	92	4.759.436
			Rio Caeté	15	774.402	45	2.486.670	60	3.261.072
			Rio Capim	6	292.524	18	900.732	24	1.193.256
			Tapajós	2	111.872	6	378.524	8	490.396
			Tocantins	19	2.487.539	57	6.501.194	76	8.988.733
			Xingu	3	146.262	9	450.366	12	596.628



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: PROMOÇÃO SOCIAL
PROGRAMA: NOSSA ARTE, NOSSA CULTURA

Objetivo: Promover a produção e a difusão cultural do Estado do Pará.
Público Alvo: População do Estado do Pará
Órgãos Executores: FCG, FCPTN, FCV, FUNTELPA, IAP, SECULT,PARÁ 2000

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

R\$: 328.525.689,00

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento de alunos capacitados na formação médio e profissional pela FCG	Percentual	FCG	18	2010	18	21
Incremento de artistas incentivados pela SECULT	Percentual	SECULT	0	Jun/2011	25	25
Incremento de artistas, produtores e técnicos culturais capacitados pelo IAP	Percentual	IAP	-1	2010	20	20
Incremento de atendimento em atividades de educação não formal	Percentual	FCV	14,4	2009/2010	15	15
Incremento de pessoas atendidas em eventos culturais da FCPTN	Percentual	FCPTN	10	2010	15	15

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Apoio às Manifestações Culturais	Assegurar a realização de manifestações vinculadas à identidade cultural das diversas regiões do Estado do Pará.	Festividade Realizada (Un)		1.304	2.936.716	173	8.349.394	1.477	11.286.110
			Araguaia	2	13.910	6	41.730	8	55.640
			Baixo Amazonas	1.246	75.000	10	61.730	1.256	136.730
			Carajás	3	18.910	8	51.730	11	70.640
			Guamá	6	19.710	17	54.130	23	73.840
			Lago de Tucuruí	5	75.000	6	41.730	11	116.730
			Marajó	9	32.770	27	98.310	36	131.080
			Metropolitana	13	2.513.766	46	7.751.174	59	10.264.940
			Rio Caeté	6	75.000	17	61.510	23	136.510
			Rio Capim	5	75.000	7	32.090	12	107.090
			Tapajós	0	0	10	61.730	10	61.730
			Tocantins	7	23.740	13	51.800	20	75.540
			Xingu	2	13.910	6	41.730	8	55.640



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Difusão Cultural	Difundir os bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e das expressões culturais.	Evento Realizado (Un)		292	2.857.393	916	5.615.448	1.208	8.472.841
			Araguaia	0	0	5	32.052	5	32.052
			Baixo Amazonas	0	0	5	32.052	5	32.052
			Carajás	0	0	5	32.052	5	32.052
			Guamá	0	0	5	32.052	5	32.052
			Lago de Tucuruí	0	0	5	32.052	5	32.052
			Marajó	0	0	5	32.052	5	32.052
			Metropolitana	292	2.857.393	866	5.294.928	1.158	8.152.321
			Rio Caeté	0	0	5	32.052	5	32.052
			Rio Capim	0	0	5	32.052	5	32.052
			Tocantins	0	0	5	32.052	5	32.052
			Xingu	0	0	5	32.052	5	32.052

 Feira Pan-Amazônica do Livro	Incentivar a produção literária no Estado do Pará e formação de público leitor.	Feira do Livro Realizada (Un)		1	5.520.000	3	15.253.488	4	20.773.488
			Metropolitana	1	5.520.000	3	15.253.488	4	20.773.488

Implantação da Rede Pontos de Cultura	Desenvolver atividades de integração cultural, como estratégia para inclusão social e desenvolvimento humano.	Projeto Atendido (Un)		60	3.600.000	60	1.350.000	60	4.950.000
			Araguaia	5	300.000	5	100.000	5	400.000
			Baixo Amazonas	7	420.000	7	140.000	7	560.000
			Carajás	4	240.000	4	130.000	4	370.000
			Guamá	6	360.000	6	120.000	6	480.000
			Lago de Tucuruí	2	120.000	2	40.000	2	160.000
			Marajó	3	180.000	3	100.000	3	280.000
			Metropolitana	17	1.020.000	17	350.000	17	1.370.000
			Rio Caeté	5	300.000	5	150.000	5	450.000
			Rio Capim	4	240.000	4	80.000	4	320.000
			Tapajós	1	60.000	1	20.000	1	80.000
			Tocantins	5	300.000	5	100.000	5	400.000
			Xingu	1	60.000	1	20.000	1	80.000

Implementação das Ações da Estação das Docas e Hangar	Dinamizar a arte, cultura, turismo, lazer e serviços em espaços de referência histórica e paisagística.	Evento Realizado (Un)		238.745	3.751.903	790.278	12.419.268	1.029.023	16.171.171
			Metropolitana	238.745	3.751.903	790.278	12.419.268	1.029.023	16.171.171



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações do Parque Mangal das Garças	Reproduzir os diferentes ambientes amazônicos das macro-regiões e flora paraense para visitasões.	Visitação Pública Realizada (Un)		65.656	568.008	217.330	1.880.178	282.986	2.448.186
			Metropolitana	65.656	568.008	217.330	1.880.178	282.986	2.448.186
Implementação de Ações de Capacitação Cultural	Capacitar mão-de-obra com vistas à consolidação do mercado cultural.	Pessoa Capacitada (Un)		2.567	743.873	7.795	2.378.367	10.362	3.122.240
			Araguaia	0	0	515	75.810	515	75.810
			Baixo Amazonas	330	40.810	560	105.000	890	145.810
			Carajás	0	0	345	90.810	345	90.810
			Guamá	60	8.010	70	61.320	130	69.330
			Lago de Tucuruí	0	0	65	33.010	65	33.010
			Marajó	0	0	130	56.327	130	56.327
			Metropolitana	1.667	582.743	5.163	1.787.544	6.830	2.370.287
			Rio Caeté	70	51.900	60	13.410	130	65.310
			Rio Capim	180	12.000	252	53.410	432	65.410
			Tapajós	60	13.410	185	35.000	245	48.410
			Tocantins	10	10.000	120	25.916	130	35.916
			Xingu	190	25.000	330	40.810	520	65.810
Implementação de Espaços Culturais	Assegurar o funcionamento dos espaços culturais.	Espaço Implementado (Un)		23	16.243.163	23	59.439.741	23	75.682.904
			Metropolitana	23	16.243.163	23	59.439.741	23	75.682.904
 Incentivo à Cultura	Conceder incentivos a projetos artísticos.	Pessoa Atendida (Un)		1.874	3.642.268	5.162	8.994.840	7.036	12.637.108
			Araguaia	137	231.636	486	674.827	623	906.463
			Baixo Amazonas	125	196.000	485	677.508	610	873.508
			Carajás	344	547.272	1.082	1.601.351	1.426	2.148.623
			Guamá	57	106.636	156	269.544	213	376.180
			Lago de Tucuruí	72	148.636	231	474.544	303	623.180
			Marajó	116	226.908	268	567.431	384	794.339
			Metropolitana	560	1.360.456	1.140	2.438.657	1.700	3.799.113
			Rio Caeté	209	330.272	652	939.088	861	1.269.360
			Rio Capim	74	140.272	187	368.371	261	508.643
			Tapajós	32	63.636	106	214.544	138	278.180
			Tocantins	91	193.908	238	549.148	329	743.056
			Xingu	57	96.636	131	219.827	188	316.463
 Interiorização da Orquestra Sinfônica do Theatro da Paz	Levar música sinfônica aos municípios do Estado do Pará.	Evento Realizado (Un)		4	1.750.000	15	4.750.000	19	6.500.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Jovens Talentos da Música	Apoiar jovens intérpretes da música paraense.	Artista Atendido (Un)	Araguaia	0	0	2	562.500	2	562.500
			Baixo Amazonas	1	437.500	1	437.500	2	875.000
			Carajás	1	437.500	1	350.000	2	787.500
			Guamá	0	0	1	250.000	1	250.000
			Lago de Tucuruí	1	437.500	0	0	1	437.500
			Marajó	0	0	1	250.000	1	250.000
			Metropolitana	0	0	2	837.500	2	837.500
			Rio Caeté	1	437.500	2	750.000	3	1.187.500
			Rio Capim	0	0	1	250.000	1	250.000
			Tapajós	0	0	1	125.000	1	125.000
			Tocantins	0	0	2	687.500	2	687.500
			Xingu	0	0	1	250.000	1	250.000
				700	2.750.000	1.995	6.250.000	2.695	9.000.000
			Araguaia	80	310.000	100	150.000	180	460.000
			Baixo Amazonas	190	970.000	405	1.960.000	595	2.930.000
Manutenção da Gestão de Espaços Turísticos e Culturais	Operacionalização das ações administrativas dos espaços Estação das Docas, Mangal das Garças, Hangar, Complexo Feliz Luzitânia e Parque da Residência.	Espaço Implementado (Un)	Carajás	100	310.000	300	720.000	400	1.030.000
			Guamá	15	100.000	200	360.000	215	460.000
Manutenção do Contrato de Gestão dos Espaços Turísticos e Culturais	Repassar recursos para a gestão dos espaços Estação das Docas, Mangal das Garças, Hangar, Complexo Feliz Luzitânia e Parque da Residência.	Repasse Realizado (Un)	Lago de Tucuruí	0	0	30	250.000	30	250.000
			Marajó	65	210.000	100	130.000	165	340.000
			Metropolitana	100	230.000	340	1.850.000	440	2.080.000
			Rio Caeté	100	220.000	220	340.000	320	560.000
			Rio Capim	50	400.000	0	0	50	400.000
			Tapajós	0	0	50	75.000	50	75.000
			Tocantins	0	0	50	75.000	50	75.000
			Xingu	0	0	200	340.000	200	340.000
				5	16.573.352	15	54.859.865	20	71.433.217
			Metropolitana	5	16.573.352	15	54.859.865	20	71.433.217
				12	8.400.000	36	25.200.000	48	33.600.000
			Metropolitana	12	8.400.000	36	25.200.000	48	33.600.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Produção de Edições Culturais	Promover a edição de produtos culturais nas diversas mídias, na perspectiva de intercâmbio e de comercialização.	Edição Produzida (Un)		27	1.752.269	82	5.742.435	109	7.494.704
			Metropolitana	27	1.752.269	82	5.742.435	109	7.494.704
Promoção do Corpo Artístico do Theatro da Paz	Difundir a cultura paraense por meio da Orquestra Sinfônica e Corpo de Baile.	Corpo Artístico Implementado (Un)		3	5.047.845	3	14.243.535	3	19.291.380
			Metropolitana	3	5.047.845	3	14.243.535	3	19.291.380
Realização de Cursos e Oficinas de Iniciação em Arte e Ofício	Promover o acesso às práticas das diversas linguagens artísticas.	Pessoa Atendida (Un)		11.560	1.367.644	37.580	4.457.441	49.140	5.825.085
			Araguaia	15	12.895	445	99.188	460	112.083
			Baixo Amazonas	215	49.535	645	147.240	860	196.775
			Carajás	15	12.895	545	113.585	560	126.480
			Guamá	415	64.535	445	88.625	860	153.160
			Lago de Tucuruí	0	0	200	27.100	200	27.100
			Marajó	15	12.895	845	150.386	860	163.281
			Metropolitana	10.025	1.060.209	32.375	3.416.595	42.400	4.476.804
			Rio Caeté	315	51.795	745	128.805	1.060	180.600
			Rio Capim	415	61.975	245	65.965	660	127.940
			Tapajós	15	12.895	445	98.227	460	111.122
			Tocantins	15	12.895	345	76.365	360	89.260
			Xingu	100	15.120	300	45.360	400	60.480
Realização de Grandes Festivais	Promoção de grandes festivais de caráter nacional e internacional.	Evento Realizado (Un)		7	4.283.902	23	13.253.353	30	17.537.255
			Metropolitana	7	4.283.902	23	13.253.353	30	17.537.255
Realização do Terruá Pará	Promover a divulgação da cultura paraense no cenário nacional.	Evento Realizado (Un)		2	800.000	4	1.500.000	6	2.300.000
			Metropolitana	2	800.000	4	1.500.000	6	2.300.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: PROMOÇÃO SOCIAL
PROGRAMA: O PARÁ QUE LÊ

R\$: 12.138.144,00

Objetivo: Formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura.
Público Alvo: População do Estado do Pará.
Órgãos Executores: FCPTN, FCV

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento de atendimento em atividades de educação não formal voltadas para leitura	Percentual	FCV	0	Jun/2011	-	3,03
Percentual de municípios com biblioteca pública	Percentual	FCPTN	77	2010	84	100

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Fomento à Leitura	Realizar eventos de promoção à leitura.	Pessoa Atendida (Un)		204.260	339.160	609.070	1.108.049	813.330	1.447.209
			Araguaia	17.270	12.860	50.920	38.662	68.190	51.522
			Baixo Amazonas	260	5.337	180	21.532	440	26.869
			Carajás	7.500	16.567	22.000	54.117	29.500	70.684
			Guamá	8.635	6.430	25.460	19.331	34.095	25.761
			Lago de Tucuruí	7.500	16.567	22.000	42.117	29.500	58.684
			Marajó	4.500	5.078	13.500	23.326	18.000	28.404
			Metropolitana	116.435	224.130	350.310	739.459	466.745	963.589
			Rio Caeté	17.270	12.860	50.920	38.662	68.190	51.522
			Rio Capim	17.270	12.860	50.920	38.662	68.190	51.522
			Tapajós	60	4.952	180	21.532	240	26.484
			Tocantins	7.500	16.567	22.500	49.117	30.000	65.684
			Xingu	60	4.952	180	21.532	240	26.484
Implantação de Espaços de Acesso à Leitura e Informação	Criar espaços de acesso à informação e leitura no Estado do Pará.	Espaço Implantado (Un)		24	86.940	75	320.102	99	407.042
			Araguaia	3	10.935	8	33.597	11	44.532
			Baixo Amazonas	4	14.580	5	23.772	9	38.352
			Carajás	3	10.935	7	28.693	10	39.628
			Guamá	3	10.530	6	24.760	9	35.290
			Lago de Tucuruí	0	0	10	37.508	10	37.508
			Marajó	4	14.580	7	28.258	11	42.838



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
PARÁ

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Metropolitana	1	3.510	0	0	1	3.510
			Rio Caeté	0	0	7	37.746	7	37.746
			Rio Capim	0	0	7	30.667	7	30.667
			Tapajós	2	7.290	4	15.569	6	22.859
			Tocantins	0	0	10	41.938	10	41.938
			Xingu	4	14.580	4	17.594	8	32.174
Implementação da Biblioteca Acessível	Promover o acesso das pessoas com deficiência à leitura e informação.	Pessoa com Deficiência Atendida (Un)		5.000	20.800	15.600	115.000	20.600	135.800
Implementação da Biblioteca Pública Arthur Vianna	Oportunizar espaços de estímulo à leitura e busca da informação.	Pessoa Atendida (Un)	Metropolitana	5.000	20.800	15.600	115.000	20.600	135.800
				300.000	1.202.020	1.034.000	1.528.708	1.334.000	2.730.728
Incentivo à Criação e Produção Literária	Apoiar a difusão literária no Estado do Pará.	Publicação Editada (Un)	Metropolitana	14	140.400	34	368.500	48	508.900
				14	140.400	34	368.500	48	508.900
Modernização de Bibliotecas Públicas	Requalificar os serviços oferecidos pelas bibliotecas públicas.	Biblioteca Modernizada (Un)		20	2.267.500	47	4.640.965	67	6.908.465
			Araguaia	3	340.230	5	466.675	8	806.905
			Baixo Amazonas	1	113.410	3	347.272	4	460.682
			Carajás	3	340.230	5	361.675	8	701.905
			Guamá	1	113.410	6	684.359	7	797.769
			Lago de Tucuruí	2	226.820	3	347.963	5	574.783
			Marajó	2	226.820	3	237.272	5	464.092
			Metropolitana	1	112.710	2	229.556	3	342.266
			Rio Caeté	2	226.820	4	459.145	6	685.965
			Rio Capim	2	226.820	4	459.925	6	686.745
			Tapajós	1	113.410	3	127.272	4	240.682
			Tocantins	1	113.410	6	684.359	7	797.769
			Xingu	1	113.410	3	235.492	4	348.902



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: **PROMOÇÃO SOCIAL**

PROGRAMA: **REVITALIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL**

R\$: **154.315.946,00**

Objetivo: Aumentar a quantidade de patrimônio histórico restaurado no Estado do Pará.

Público Alvo: População do Estado do Pará

Órgãos Executores: FCG, FCPTN, FCV, IAP, PARATUR, SECULT

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento absoluto de recuperação/restauração do patrimônio histórico, artístico e cultural (Obras, peças. Documentos e livros)	Unidade	SECULT	353	2010	353	1412
Incremento de alunos da rede pública atendidos com palestras de educação patrimonial	Percentual	SECULT	100	Jul/2011	67	75
Número de patrimônio histórico, artístico e cultural (imóveis) recuperado/restaurado	Unidade	Secult	0	2010	1	10

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ampliação da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves	Readequar as instalações física para a realização de eventos culturais.	Espaço Ampliado (Un)		1	1.045.000	1	1.135.000	1	2.180.000
			Metropolitana	1	1.045.000	1	1.135.000	1	2.180.000
Aquisição de Acervo	Ampliar tipologias dos acervos.	Acervo Adquirido (Un)		3.010	2.484.457	8.030	14.513.848	11.040	16.998.305
			Metropolitana	3.010	2.484.457	8.030	14.513.848	11.040	16.998.305
Implantação de Espaços Culturais	Atender atividades culturais nos municípios.	Espaço Cultural Implantado (Un)		2	3.651.565	1.431	12.006.936	1.433	15.658.501
			Araguaia	0	0	100	200.000	100	200.000
			Baixo Amazonas	0	0	13	300.000	13	300.000
			Carajás	0	0	100	200.000	100	200.000
			Guamá	0	0	1.000	200.000	1.000	200.000
			Lago de Tucuruí	0	0	100	200.000	100	200.000
			Marajó	0	0	10	200.000	10	200.000
			Metropolitana	2	3.651.565	6	10.006.936	8	13.658.501
			Rio Caeté	0	0	1	200.000	1	200.000
			Rio Capim	0	0	100	200.000	100	200.000
			Tocantins	0	0	1	300.000	1	300.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Implantação do Espaço Cultural Jardim das Palmas	Implantar espaço cultural no entorno do terminal hidroviário de Belém.	Espaço Cultural Implantado (Un)		1	4.800.000	1	4.800.000	1	9.600.000
			Metropolitana	1	4.800.000	1	4.800.000	1	9.600.000
 Implantação do Parque Ambiental do Utinga	Preservar a área entorno do manancial do Utinga.	Parque Ambiental Implantado (Un)		1	24.000.000	1	49.000.000	1	73.000.000
			Metropolitana	1	24.000.000	1	49.000.000	1	73.000.000
 Implantação do Parque da Soledade	Requalificar o Cemitério da Soledade.	Espaço Requalificado (Un)		0	0	1	14.400.000	1	14.400.000
			Metropolitana	0	0	1	14.400.000	1	14.400.000
Implementação de Ações de Pesquisa e Inventário do Patrimônio Cultural	Identificar o patrimônio cultural do Estado do Pará.	Pesquisa Realizada (Un)		88.740	1.218.793	88	6.583.958	88.828	7.802.751
			Araguaia	7.450	7.600	2	14.782	7.452	22.382
			Baixo Amazonas	10.187	16.200	4	29.564	10.191	45.764
			Carajás	10.669	7.600	2	14.782	10.671	22.382
			Guamá	9.363	5.350	0	0	9.363	5.350
			Lago de Tucuruí	6.104	7.600	2	14.782	6.106	22.382
			Marajó	5.135	10.700	0	0	5.135	10.700
			Metropolitana	10.005	1.126.143	74	6.480.484	10.079	7.606.627
			Rio Caeté	6.215	13.950	2	14.782	6.217	28.732
			Rio Capim	8.194	5.350	0	0	8.194	5.350
			Tapajós	2.240	5.350	0	0	2.240	5.350
			Tocantins	8.695	5.350	0	0	8.695	5.350
			Xingu	4.483	7.600	2	14.782	4.485	22.382
				24	1.900.400	48	6.225.989	48	8.126.389
			Baixo Amazonas	0	0	1.000	100.000	1.000	100.000
			Carajás	0	0	1	100.000	1	100.000
			Lago de Tucuruí	0	0	1	100.000	1	100.000
			Marajó	0	0	100	100.000	100	100.000
			Metropolitana	11	1.800.400	11	5.825.989	11	7.626.389
			Rio Caeté	13	100.000	0	0	13	100.000
Recuperação de Espaços Culturais Degradados	Restituir à sociedade espaços culturais existentes.	Espaço Cultural Recuperado (Un)		2	2.000.000	4	4.550.000	6	6.550.000
			Metropolitana	2	2.000.000	4	4.550.000	6	6.550.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

R\$: 2.130.153.118,00

Objetivo:

Adequar a infraestrutura e serviços de transporte rodoviário e aeroviário no Estado do Pará.

Público Alvo:

Usuários dos sistemas de transporte rodoviário e aeroviário do Estado do Pará.

Órgãos Executores:

ARCON, DETRAN, SEDURB, SEOP, SETRAN

Diretriz(es) do Governo:

Promoção da produção sustentável
Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Número de terminais rodoviários homologados	Unidade	ARCON-PA	23	Ago/2011	28	41
Percentual da malha rodoviária estadual não pavimentada em bom e regular estado de trafegabilidade	Percentual	SETRAN	40	Dez/2010	43	65
Percentual da malha rodoviária estadual pavimentada em bom e regular estado de trafegabilidade.	Percentual	SETRAN	70	Dez/2010	77	85

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Acompanhamento e Gerenciamento de Obras	Garantir a qualidade dos serviços executados e o cumprimento dos prazos estabelecidos nas obras públicas.	Obra Fiscalizada (Un)		112	3.650.502	312	5.709.399	424	9.359.901
			Araguaia	3	1.503.292	3	408.719	6	1.912.011
			Baixo Amazonas	1	170.380	1	70.000	2	240.380
			Carajás	1	180.000	1	80.000	2	260.000
			Guamá	2	646.000	2	180.000	4	826.000
			Marajó	2	360.550	2	120.000	4	480.550
			Metropolitana	100	502.280	300	4.690.680	400	5.192.960
			Rio Capim	3	288.000	3	160.000	6	448.000
				1.435	140.000	4.013	453.000	5.448	593.000
Atendimento aos usuários e/ou Agentes de Serviços Regulados de Transporte Intermunicipal de Passageiros	Mediar conflitos decorrentes da ação reguladora e fiscalizadora no que diz respeito aos serviços de transporte.	Demanda Finalizada (Un)							
			Araguaia	15	1.463	50	5.607	65	7.070
			Baixo Amazonas	35	3.414	75	8.334	110	11.748
			Carajás	215	20.975	575	64.175	790	85.150
			Lago de Tucuruí	25	2.439	62	6.926	87	9.365
			Marajó	25	2.439	61	6.807	86	9.246



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Conservação de Rodovias	Proporcionar a trafegabilidade das rodovias estaduais com maior segurança e qualidade.	Rodovia Conservada (Km)	Metropolitana	915	89.271	2.673	298.968	3.588	388.239
			Rio Caeté	20	1.951	70	7.816	90	9.767
			Rio Capim	10	975	37	4.168	47	5.143
			Tapajós	15	1.463	43	4.789	58	6.252
			Tocantins	150	14.634	320	40.162	470	54.796
			Xingu	10	976	47	5.248	57	6.224
				1.882	40.129.179	8.245	175.312.252	10.127	215.441.431
			Araguaia	46	910.248	1.019	22.960.000	1.065	23.870.248
			Baixo Amazonas	42	716.641	746	16.840.742	788	17.557.383
			Carajás	63	1.250.000	917	20.660.000	980	21.910.000
			Guamá	374	7.476.982	911	24.050.000	1.285	31.526.982
			Lago de Tucuruí	56	1.760.431	917	3.000.000	973	4.760.431
			Marajó	263	5.386.834	257	6.800.000	520	12.186.834
			Metropolitana	357	6.931.059	884	17.030.582	1.241	23.961.641
			Rio Caeté	85	3.999.155	968	21.800.000	1.053	25.799.155
			Rio Capim	15	309.144	513	11.580.000	528	11.889.144
			Tocantins	467	9.101.983	1.113	30.590.928	1.580	39.692.911
			Xingu	114	2.286.702	0	0	114	2.286.702
 Construção da Rodovia PA-279	Ofertar infraestrutura rodoviária adequada com qualidade e segurança.	Rodovia Construída (Km)		52	30.000.000	0	0	52	30.000.000
			Araguaia	52	30.000.000	0	0	52	30.000.000
 Construção de Infraestrutura Aeroviária	Ampliar a infraestrutura aeroviária no Estado do Pará.	Obra Executada (Un)		2	4.609.460	12	74.500.340	14	79.109.800
			Baixo Amazonas	0	0	1	1.800.000	1	1.800.000
			Carajás	0	0	2	11.444.000	2	11.444.000
			Marajó	2	4.609.460	4	21.534.540	6	26.144.000
			Rio Caeté	0	0	1	11.628.000	1	11.628.000
			Rio Capim	0	0	1	12.028.000	1	12.028.000
			Tocantins	0	0	1	1.800.000	1	1.800.000
			Xingu	0	0	2	14.265.800	2	14.265.800
 Construção de Pontes	Proporcionar tráfego contínuo e seguro nas rodovias estaduais.	Ponte Construída (M)		1.640	8.286.831	8.230	185.502.553	9.870	193.789.384
			Araguaia	58	115.250	403	2.505.000	461	2.620.250
			Baixo Amazonas	374	2.249.730	800	4.410.000	1.174	6.659.730
			Carajás	136	272.470	400	2.205.000	536	2.477.470
			Guamá	287	556.050	1.033	24.705.000	1.320	25.261.050



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Construção de Rodovias	Ofertar infraestrutura rodoviária adequada com segurança e qualidade.	Rodovia Construída (Km)	Lago de Tucuruí	138	400.000	675	27.000.000	813	27.400.000
			Marajó	58	116.500	400	2.205.000	458	2.321.500
			Rio Caeté	71	141.000	485	3.909.102	556	4.050.102
			Rio Capim	291	2.544.235	1.909	69.285.249	2.200	71.829.484
			Tocantins	227	1.891.596	2.125	49.278.202	2.352	51.169.798
				47	57.095.959	448	560.472.380	495	617.568.339
			Araguaia	4	4.200.000	0	0	4	4.200.000
			Baixo Amazonas	1	1.000.000	0	0	1	1.000.000
			Carajás	2	2.000.000	42	42.356.221	44	44.356.221
			Guamá	1	1.000.000	0	0	1	1.000.000
			Lago de Tucuruí	0	0	7	8.322.136	7	8.322.136
			Marajó	3	3.200.000	78	99.068.181	81	102.268.181
			Metropolitana	3	3.300.000	53	68.243.970	56	71.543.970
			Rio Capim	1	1.000.000	80	104.010.795	81	105.010.795
			Tocantins	32	41.395.959	188	238.471.077	220	279.867.036
Controle dos Serviços de Transporte Público Rodoviário Intermunicipal de Passageiros	Garantir a eficácia e a eficiência dos instrumentos de controle da prestação dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.	Serviço Controlado (Un)		1.536	71.000	5.520	226.000	7.056	297.000
			Araguaia	120	5.547	450	18.394	570	23.941
			Baixo Amazonas	120	5.546	420	17.196	540	22.742
			Carajás	200	9.243	720	29.457	920	38.700
			Guamá	185	8.544	675	27.661	860	36.205
			Lago de Tucuruí	24	1.107	107	4.357	131	5.464
			Marajó	24	1.110	84	3.436	108	4.546
			Metropolitana	315	14.558	1.135	46.388	1.450	60.946
			Rio Caeté	180	8.318	658	27.042	838	35.360
			Rio Capim	24	1.106	107	4.362	131	5.468
			Tapajós	24	1.110	84	3.450	108	4.560
			Tocantins	200	9.243	660	27.052	860	36.295
			Xingu	120	5.568	420	17.205	540	22.773
Controle e Fiscalização dos Terminais Rodoviários de Passageiros	Garantir que os terminais rodoviários homologados pelo Estado do Pará atendam à população dentro dos padrões e normas vigentes.	Fiscalização Realizada (Un)		1.343	85.000	4.845	285.000	6.188	370.000
			Araguaia	120	7.600	460	28.100	580	35.700
			Baixo Amazonas	121	7.658	420	24.606	541	32.264



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Fiscalização dos Serviços de Transporte Público Rodoviário Intermunicipal de Passageiros	Assegurar aos usuários do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros a prestação de um serviço adequado.	Fiscalização Realizada (Un)	Carajás	120	7.595	450	26.364	570	33.959
			Guamá	240	15.190	760	44.561	1.000	59.751
			Lago de Tucuruí	0	0	8	456	8	456
			Metropolitana	365	23.090	1.200	70.329	1.565	93.419
			Rio Caeté	200	12.660	670	39.247	870	51.907
			Rio Capim	9	570	46	2.720	55	3.290
			Tapajós	0	0	18	1.056	18	1.056
			Tocantins	120	7.600	423	24.775	543	32.375
			Xingu	48	3.037	390	22.786	438	25.823
				1.536	650.000	5.532	2.053.000	7.068	2.703.000
			Araguaia	120	50.778	450	167.214	570	217.992
			Baixo Amazonas	120	50.780	420	156.209	540	206.989
			Carajás	200	84.902	720	267.184	920	352.086
			Guamá	185	78.278	675	250.905	860	329.183
			Lago de Tucuruí	24	10.153	117	39.673	141	49.826
			Marajó	24	10.155	84	31.236	108	41.391
			Metropolitana	315	133.299	1.135	421.878	1.450	555.177
			Rio Caeté	180	76.167	660	245.922	840	322.089
			Rio Capim	24	10.153	107	39.667	131	49.820
 Implementação do Projeto Asfalto na Cidade	Melhorar o sistema viário urbano dos municípios por meio de pavimentação e urbanização.	Via Pavimentada (Km)	Tapajós	24	10.155	84	31.239	108	41.394
			Tocantins	200	84.401	660	245.665	860	330.066
			Xingu	120	50.779	420	156.208	540	206.987
				294	71.814.991	921	215.487.970	1.215	287.302.961
			Araguaia	27	6.106.179	96	22.976.918	123	29.083.097
			Baixo Amazonas	43	10.528.145	119	28.510.785	162	39.038.930
			Carajás	24	6.010.110	81	18.966.279	105	24.976.389
			Guamá	46	11.504.045	113	26.465.670	159	37.969.715
			Lago de Tucuruí	13	3.335.145	31	6.568.442	44	9.903.587
			Marajó	22	5.433.050	81	18.557.616	103	23.990.666
			Metropolitana	15	3.460.697	45	10.116.073	60	13.576.770
			Rio Caeté	31	7.508.141	111	26.208.934	142	33.717.075
			Rio Capim	25	6.095.630	90	21.035.037	115	27.130.667
			Tapajós	7	1.744.410	30	6.608.786	37	8.353.196



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Melhoria da Infraestrutura Aeroviária	Ofertar infraestrutura aeroviária adequada com qualidade e segurança.	Infraestrutura Conservada (Un)	Tocantins	27	6.581.955	68	16.185.200	95	22.767.155
			Xingu	14	3.507.484	56	13.288.230	70	16.795.714
				8	47.158.026	6	33.865.971	14	81.023.997
			Araguaia	3	15.254.059	4	17.027.941	7	32.282.000
			Baixo Amazonas	1	4.671.610	1	9.622.390	2	14.294.000
			Marajó	2	10.486.357	1	7.215.640	3	17.701.997
			Rio Caeté	1	9.126.000	0	0	1	9.126.000
			Tapajós	1	7.620.000	0	0	1	7.620.000
Modernização do Laboratório de Concreto, Solos e Asfalto	Dar suporte técnico às obras de pavimentação e terraplanagem quanto ao material aplicado.	Laboratório Adequado (Un)		1	1.200.000	1	3.000.000	1	4.200.000
			Metropolitana	1	1.200.000	1	3.000.000	1	4.200.000
 Recuperação de Pontes	Proporcionar tráfego contínuo e seguro nas rodovias estaduais.	Ponte Recuperada (M)		733	1.834.998	2.539	6.293.780	3.272	8.128.778
			Araguaia	58	145.000	192	479.968	250	624.968
			Baixo Amazonas	216	539.868	570	1.275.430	786	1.815.298
			Carajás	50	125.000	166	413.766	216	538.766
			Guamá	56	139.865	186	462.977	242	602.842
			Lago de Tucuruí	0	0	100	250.000	100	250.000
			Marajó	40	100.000	132	631.314	172	731.314
			Rio Caeté	147	369.265	489	1.222.312	636	1.591.577
			Rio Capim	62	156.000	207	516.380	269	672.380
			Tapajós	0	0	80	100.000	80	100.000
			Tocantins	104	260.000	337	841.633	441	1.101.633
			Xingu	0	0	80	100.000	80	100.000
				591	43.000.453	11.179	556.858.074	11.770	599.858.527
 Recuperação de Rodovias	Proporcionar a trafegabilidade das rodovias estaduais com maior segurança e qualidade.	Rodovia Recuperada (Km)	Araguaia	0	0	1.597	79.839.123	1.597	79.839.123
			Baixo Amazonas	50	1.000.000	1.153	55.669.999	1.203	56.669.999
			Carajás	0	0	1.374	68.660.574	1.374	68.660.574
			Guamá	25	500.000	1.810	90.449.159	1.835	90.949.159
			Marajó	0	0	362	18.125.475	362	18.125.475
			Rio Caeté	26	5.779.031	1.505	75.252.848	1.531	81.031.879
			Rio Capim	25	500.000	835	41.718.199	860	42.218.199
			Tapajós	300	1.000.000	0	0	300	1.000.000
			Tocantins	165	34.221.422	2.543	127.142.697	2.708	161.364.119



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Regulação dos Serviços de Transporte Público Rodoviário Intermunicipal de Passageiros	Ampliar e atualizar a normatização dos serviços públicos de competência do Estado, delegados a terceiros.	Instrumento Normativo Elaborado (Un)		21	50.000	151	167.000	172	217.000
			Araguaia	2	4.310	14	15.153	16	19.463
			Baixo Amazonas	1	4.310	11	10.409	12	14.719
			Carajás	3	4.310	18	16.810	21	21.120
			Guamá	1	4.310	14	12.065	15	16.375
			Lago de Tucuruí	1	4.310	13	14.054	14	18.364
			Marajó	1	2.586	11	7.734	12	10.320
			Metropolitana	4	4.314	13	32.517	17	36.831
			Rio Caeté	2	4.310	12	12.483	14	16.793
			Rio Capim	2	4.310	13	12.478	15	16.788
			Tapajós	1	4.310	3	10.409	4	14.719
			Tocantins	2	4.310	14	11.650	16	15.960
			Xingu	1	4.310	15	11.238	16	15.548
Regulação dos Terminais Rodoviários de Passageiros	Ordenar com instrumentos normativos adequados a concessão de exploração dos terminais rodoviários de passageiros.	Instrumento Normativo Elaborado (Un)		18	40.000	70	150.000	88	190.000
			Araguaia	2	4.444	8	14.131	10	18.575
			Baixo Amazonas	1	2.226	3	10.605	4	12.831
			Carajás	3	6.666	9	15.861	12	22.527
			Guamá	1	2.222	6	10.574	7	12.796
			Lago de Tucuruí	2	4.444	9	15.861	11	20.305
			Marajó	0	0	2	3.557	2	3.557
			Metropolitana	2	4.444	6	21.252	8	25.696
			Rio Caeté	2	4.444	6	10.574	8	15.018
			Rio Capim	2	4.444	9	15.861	11	20.305
			Tapajós	1	2.222	3	10.575	4	12.797
			Tocantins	1	2.222	6	10.574	7	12.796
			Xingu	1	2.222	3	10.575	4	12.797



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO E HIDROVIÁRIO

R\$: 226.394.801,00

Objetivo: Adequar a infraestrutura e serviços de transporte hidroviário no Estado do Pará.
Público Alvo: Usuários dos sistemas de transporte hidroviário do Estado do Pará.
Órgãos Executores: ARCON, CPH, SETRAN

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável
Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Percentual de municípios com adequação da infraestrutura hidroviária	Percentual	SETRAN	10	Dez/2010	16	81
Percentual de municípios com construção de infraestrutura hidroviária	Percentual	SETRAN	8	Dez/2010	37	92

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Adequação das Instalações Portuárias Públicas	Oferecer condições de acessibilidade, conforto, higiene e segurança aos usuários das instalações portuárias públicas.	Instalação Portuária Adequada (Un)		7	3.045.000	19	5.860.846	26	8.905.846
			Baixo Amazonas	0	0	3	638.166	3	638.166
			Guamá	1	574.167	2	836.432	3	1.410.599
			Lago de Tucuruí	0	0	1	421.218	1	421.218
			Marajó	3	1.148.334	7	1.796.906	10	2.945.240
			Rio Caeté	0	0	1	454.934	1	454.934
			Tapajós	1	590.833	1	454.934	2	1.045.767
			Tocantins	1	390.833	3	1.032.124	4	1.422.957
			Xingu	1	340.833	1	226.132	2	566.965
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Ofertar infraestrutura hidroviária adequada com qualidade e segurança, para o transporte de cargas e passageiros.	Infraestrutura Construída (Un)		36	32.842.896	54	133.949.533	90	166.792.429
			Araguaia	0	0	1	8.888.546	1	8.888.546
			Baixo Amazonas	3	6.533.200	10	20.126.227	13	26.659.427
			Carajás	0	0	3	59.369.291	3	59.369.291
			Guamá	12	6.242.695	11	6.415.867	23	12.658.562
			Lago de Tucuruí	1	1.200.000	1	400.000	2	1.600.000
			Marajó	6	4.389.940	8	6.503.460	14	10.893.400



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Construção de Instalações Portuárias Públicas	Implantar infraestrutura adequada ao fluxo de passageiros e cargas.	Instalação Portuária Construída (Un)	Metropolitana	2	1.313.000	2	10.632.455	4	11.945.455
			Rio Caeté	6	3.070.390	6	3.089.992	12	6.160.382
			Rio Capim	1	470.750	3	1.204.750	4	1.675.500
			Tapajós	0	0	4	8.680.750	4	8.680.750
			Tocantins	5	9.622.921	3	7.247.195	8	16.870.116
			Xingu	0	0	2	1.391.000	2	1.391.000
				3	4.200.000	9	15.939.100	12	20.139.100
			Baixo Amazonas	1	2.000.000	3	6.000.000	4	8.000.000
			Guamá	0	0	1	1.800.000	1	1.800.000
			Marajó	1	700.000	2	2.617.300	3	3.317.300
			Metropolitana	0	0	1	1.490.000	1	1.490.000
			Rio Capim	1	1.500.000	0	0	1	1.500.000
			Tocantins	0	0	1	2.031.800	1	2.031.800
			Xingu	0	0	1	2.000.000	1	2.000.000
				5.828	26.000	17.484	85.000	23.312	111.000
Controle dos Serviços de Transporte Público Hidroviário Intermunicipal de Passageiros	Atualizar e modernizar os mecanismos de controle da prestação de serviços de transporte hidroviário.	Serviço Controlado (Un)	Baixo Amazonas	900	3.946	2.700	12.902	3.600	16.848
			Guamá	240	1.052	720	3.440	960	4.492
			Lago de Tucuruí	100	438	300	1.433	400	1.871
			Marajó	840	3.684	2.520	12.044	3.360	15.728
			Metropolitana	2.160	9.916	6.480	32.416	8.640	42.332
			Rio Capim	240	1.052	720	3.440	960	4.492
			Tapajós	220	965	660	3.154	880	4.119
			Tocantins	1.128	4.947	3.384	16.171	4.512	21.118
				1	800.000	3	1.000.000	4	1.800.000
			Marajó	0	0	2	500.000	2	500.000
Desassoreamento de Vias Navegáveis	Facilitar o escoamento da produção familiar e mobilidade da população ribeirinha.	Via Navegável Desassoreada (Un)	Xingu	1	800.000	1	500.000	2	1.300.000
				5	885.000	12	2.889.596	17	3.774.596
Desenvolvimento de Pesquisas e estudos Portuários, Hidroviários e de Integração Hidro-Rodoviária	Desenvolver instrumentos para implementação de ações nas áreas portuária, hidroviária, naval e intermodal.	Instrumento Elaborado (Un)	Baixo Amazonas	0	0	3	654.000	3	654.000
			Carajás	1	150.000	0	0	1	150.000
			Lago de Tucuruí	1	185.000	0	0	1	185.000
			Marajó	0	0	1	180.000	1	180.000
				0	0	3	654.000	3	654.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Fiscalização dos Serviços de Transporte Público Hidroviário Intermunicipal de Passageiros	Garantir a prestação de serviço adequado aos usuários do serviço de transporte hidroviário.	Fiscalização Realizada (Un)	Metropolitana	1	300.000	5	1.355.596	6	1.655.596
			Rio Capim	0	0	1	300.000	1	300.000
			Tapajós	0	0	1	170.000	1	170.000
			Xingu	2	250.000	1	230.000	3	480.000
				5.928	420.000	17.744	1.384.000	23.672	1.804.000
			Baixo Amazonas	900	63.765	2.700	210.118	3.600	273.883
			Guamá	240	17.004	720	56.024	960	73.028
			Lago de Tucuruí	100	7.085	300	23.346	400	30.431
			Marajó	840	59.512	2.520	196.096	3.360	255.608
			Metropolitana	2.160	153.042	6.480	504.332	8.640	657.374
			Rio Capim	240	17.003	680	56.028	920	73.031
			Tapajós	220	15.587	660	51.362	880	66.949
			Tocantins	1.128	79.918	3.384	263.348	4.512	343.266
			Xingu	100	7.084	300	23.346	400	30.430
				1	6.000.000	0	0	1	6.000.000
Implantação do Terminal Hidroviário de Belém	Propiciar aos usuários de serviços de transporte hidroviário a efetiva utilização do Terminal Hidroviário de Belém.	Terminal Concluído (Un)	Metropolitana	1	6.000.000	0	0	1	6.000.000
				16	3.609.343	62	11.947.377	78	15.556.720
Melhoria da Infraestrutura Hidroviária	Efetuar melhorias na infraestrutura hidroviária existente com qualidade e segurança.	Infraestrutura Melhorada (Un)	Baixo Amazonas	0	0	1	65.000	1	65.000
			Guamá	5	230.000	15	928.567	20	1.158.567
			Marajó	2	115.000	10	718.256	12	833.256
			Metropolitana	3	1.593.448	16	4.648.093	19	6.241.541
			Tapajós	0	0	2	565.000	2	565.000
			Tocantins	5	1.605.895	16	4.888.111	21	6.494.006
			Xingu	1	65.000	2	134.350	3	199.350
				13	65.000	37	216.000	50	281.000
Regulação dos Serviços de Transporte Público Hidroviário Intermunicipal	Ampliar e atualizar a normatização dos serviços públicos de competência do Estado, delegados a terceiros.	Instrumento Normativo Elaborado (Un)	Araguaia	1	3.250	3	16.110	4	19.360
			Baixo Amazonas	2	6.500	4	19.887	6	26.387
			Carajás	1	9.750	3	19.888	4	29.638
			Guamá	1	6.500	3	19.888	4	26.388
			Lago de Tucuruí	1	3.250	3	16.110	4	19.360



Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Suporte Técnico a Projetos de Infraestrutura Portuária e Hidroviária	Apoiar as ações de infraestrutura portuária e hidroviária à integração logística do Estado do Pará.	Projeto Realizado (Un)	Marajó	1	3.250	3	16.110	4	19.360
			Metropolitana	1	6.500	3	16.123	4	22.623
			Rio Caeté	1	6.500	3	19.888	4	26.388
			Rio Capim	1	3.250	3	16.110	4	19.360
			Tapajós	1	6.500	3	19.888	4	26.388
			Tocantins	1	6.500	3	19.888	4	26.388
			Xingu	1	3.250	3	16.110	4	19.360
				9	287.000	29	943.110	38	1.230.110
			Baixo Amazonas	1	30.000	5	147.538	6	177.538
			Guamá	0	0	3	111.206	3	111.206
			Lago de Tucuruí	0	0	1	28.298	1	28.298
			Marajó	4	137.000	9	257.454	13	394.454
			Metropolitana	0	0	1	31.237	1	31.237
			Rio Caeté	0	0	1	54.610	1	54.610
			Rio Capim	1	30.000	0	0	1	30.000
			Tapajós	1	30.000	2	84.420	3	114.420
			Tocantins	1	30.000	5	146.432	6	176.432
			Xingu	1	30.000	2	81.915	3	111.915



PROGRAMA: INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

R\$: 816.992.052,00

Órgãos Executores: NGTM, SEDURB

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável
Promoção da inclusão social
Promoção à articulação político-institucional e desconcentração do Governo

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Velocidade média no horário de pico na Av. Júlio Cesar	Km/hora/pico	NGTM	8 Km/hora/pico	Nov/2010	32	32
Velocidade média no horário de pico na Rodovia Arthur Bernardes	Km/hora/pico	NGTM	30 Km/hora/pico	Nov/2010	42	46
Velocidade operacional na BR 316 de ônibus em horário de Pico / sentido bairro centro / manhã	Km / h	NGTM	20	Nov/2010	20	25

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Adequação de Vias da Rede de Transporte Coletivo na Região Metropolitana de Belém (RMB)	Melhorar a fluidez do tráfego em vias da rede de transporte coletivo.	Via Adequada (Un)		1	6.132.748	1	1.867.252	2	8.000.000
			Metropolitana	1	6.132.748	1	1.867.252	2	8.000.000
 Duplicação da Perimetral - Trecho UFPA/Almirante Barroso	Ampliar as vias de escoamento da Região Metropolitana de Belém	Avenida Implantada (Km)		2	14.000.000	3	14.000.000	5	28.000.000
			Metropolitana	2	14.000.000	3	14.000.000	5	28.000.000
 Implantação de Alternativas Viárias à Rodovia BR-316 - Avenida João Paulo II	Melhorar a fluidez do tráfego na Rodovia Br-316.	Via Implantada (Un)		1	44.199.466	1	117.268.186	1	161.467.652
			Metropolitana	1	44.199.466	1	117.268.186	1	161.467.652
 Implantação de Alternativas Viárias à Rodovia BR-316 - Avenidas Liberdade e Independência	Melhorar a fluidez do tráfego na Rodovia Br-316.	Via Implantada (Un)		2	48.235.767	2	101.764.233	2	150.000.000
			Metropolitana	2	48.235.767	2	101.764.233	2	150.000.000





PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Implantação do Sistema BRT (Bus Rapid Transit) na Região Metropolitana de Belém (1ª etapa)	Dotar a Região Metropolitana de Belém de infraestrutura física adequada à melhoria da mobilidade urbana.	Infraestrutura Física Implantada (Prc)		1	5.641.978	99	463.482.422	100	469.124.400
			Metropolitana	1	5.641.978	99	463.482.422	100	469.124.400
Implementação do Consórcio Público Multifederativo na Região Metropolitana de Belém (RMB)	Implementar a gestão consorciada do sistema BRT (Bus Rapid Transit).	Consórcio Público Implementado (Un)		1	100.000	1	300.000	1	400.000
			Metropolitana	1	100.000	1	300.000	1	400.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA: ENERGIA NO PARÁ

R\$: 89.255.000,00

Objetivo: Adequar, em termos qualitativos e quantitativos, o atendimento da demanda de energia no Estado do Pará.

Público Alvo: Consumidores de energia do Estado do Pará

Órgãos Executores: ARCON, GAS DO PARÁ, NEE

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável
Promoção da inclusão social

Indicadores do Programa						
Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)	Horas	Rede Celpa	93	Set/2010	67	42
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC)	Número de interrupções	Rede Celpa	51	Set/2010	46	34
Percentual de implantação do projeto de fornecimento de gás natural	Percentual	Gás do Pará	0	Jul/2011	20	100

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Atendimento aos Usuários e/ou Agentes de Serviços Regulados de Energia Elétrica	Mediar conflitos decorrentes da ação reguladora e fiscalizadora referente ao fornecimento de energia elétrica.	Demanda Finalizada (Un)		25.565	120.000	72.472	420.000	98.037	540.000
			Araguaia	1.485	6.990	4.245	24.555	5.730	31.545
			Baixo Amazonas	1.728	8.124	4.992	28.944	6.720	37.068
			Carajás	3.108	14.580	8.760	50.700	11.868	65.280
			Guamá	1.435	6.712	4.142	23.983	5.577	30.695
			Lago de Tucuruí	2.660	12.503	7.042	40.877	9.702	53.380
			Marajó	2.264	10.606	6.768	39.155	9.032	49.761
			Metropolitana	3.580	16.809	10.180	59.042	13.760	75.851
			Rio Caeté	1.605	7.560	4.635	26.910	6.240	34.470
			Rio Capim	1.424	6.672	4.144	23.984	5.568	30.656
			Tapajós	1.956	9.180	5.634	32.658	7.590	41.838
			Tocantins	1.630	7.654	4.850	28.042	6.480	35.696
			Xingu	2.690	12.610	7.080	41.150	9.770	53.760
Fiscalização e Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Geração e Distribuição de Energia Elétrica	Aferir os níveis de qualidade dos serviços prestados pela concessionária e pelos produtores independentes.	Fiscalização Realizada (Un)		58	1.075.000	173	3.640.000	231	4.715.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Araguaia	4	75.862	12	252.498	16	328.360
			Baixo Amazonas	16	303.446	48	1.009.990	64	1.313.436
			Carajás	1	18.965	2	41.896	3	60.861
			Guamá	3	56.897	9	189.374	12	246.271
			Lago de Tucuruí	1	18.977	3	63.142	4	82.119
			Marajó	16	303.442	49	1.029.986	65	1.333.428
			Metropolitana	8	126.724	24	504.996	32	631.720
			Rio Caeté	1	18.965	3	63.124	4	82.089
			Rio Capim	1	18.965	3	63.124	4	82.089
			Tapajós	3	56.896	9	189.373	12	246.269
			Tocantins	3	56.896	9	189.373	12	246.269
			Xingu	1	18.965	2	43.124	3	62.089
Implantação do Serviço de Gás Natural Canalizado e Veicular	Implantar Serviço de Distribuição de Gás Natural Canalizado e Veicular no Estado do Pará.	Serviço Implantado (Un)		2	14.901.961	2	53.098.039	2	68.000.000
			Metropolitana	1	800.000	1	3.200.000	1	4.000.000
			Tocantins	1	14.101.961	1	49.898.039	1	64.000.000
 Participação do Estado no Programa Luz Para Todos (Universalização)	Implementar a participação do Estado no Programa Luz Para Todos (Universalização).	Repasse Concedido (Un)		3	4.000.000	9	12.000.000	12	16.000.000
			Metropolitana	3	4.000.000	9	12.000.000	12	16.000.000

CONTINUA NO CADERNO 8

Caderno 8

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

GABINETE DO GOVERNADOR

 PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA: HABITAR PARA VIVER MELHOR R\$: 595.541.250,00

Objetivo: Possibilitar o acesso à moradia digna, prioritariamente às famílias de baixa renda.
Público Alvo: Famílias com renda de 0 a 20 salários mínimos.
Órgãos Executores: COHAB, FEHIS, SEDURB

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social
Promoção à articulação político-institucional e desconcentração do Governo

Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
						2012	Até 2015
Déficit Habitacional	no Estado do Pará	Percentual	Idesp / Mapa de Exclusão Social do Pará	21,8	Dez/2009	20,5	19,3
Famílias atendidas com benefícios habitacionais		Unidade	COHAB/SEDURB	2109	Dez/2010	7500	34800

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Construção de Habitação de Interesse Social	Reduzir o déficit habitacional para famílias na faixa de renda de até 3 salários mínimos.	Família Beneficiada (Un)		1.957	74.458.781	3.921	128.222.116	5.878	202.680.897
			Araguaia	60	1.080.000	0	0	60	1.080.000
			Baixo Amazonas	120	2.160.000	540	30.748.158	660	32.908.158
			Carajás	30	540.000	0	0	30	540.000
			Guamá	380	8.476.490	65	115.013	445	8.591.503
			Lago de Tucuruí	29	522.000	0	0	29	522.000
			Marajó	222	3.996.000	50	2.968.000	272	6.964.000
			Metropolitana	852	52.932.291	2.096	24.774.376	2.948	77.706.667
			Rio Caeté	30	540.000	0	0	30	540.000
			Rio Capim	113	2.034.000	0	0	113	2.034.000
			Tocantins	62	1.116.000	170	4.828.000	232	5.944.000
			Xingu	59	1.062.000	1.000	64.788.569	1.059	65.850.569
Construção de Habitações para Famílias com Renda Acima de 3 até 20 Salários Mínimos	Reduzir o déficit habitacional do Estado do Pará, no grupo de famílias com renda acima 3 até 20 Salários Mínimos por meio de programas habitacionais.	Família Beneficiada (Un)		312	200.000	312	35.000	624	235.000
			Metropolitana	312	200.000	312	35.000	624	235.000

 PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Desenvolvimento das Atividades Imobiliárias	Executar a administração da carteira imobiliária e gestão dos respectivos contratos.	Contrato Administrado (Un)		37.917	888.754	37.917	2.165.935	37.917	3.054.689
			Metropolitana	37.917	888.754	37.917	2.165.935	37.917	3.054.689
Execução de Ações de Regularização Fundiária Urbana	Regularizar imóveis para famílias ocupantes de áreas urbanas informais.	Família Beneficiada (Un)		1.702	2.051.475	7.973	10.333.478	9.675	12.384.953
			Araguaia	0	0	1.663	2.316.743	1.663	2.316.743
			Baixo Amazonas	363	404.475	697	488.294	1.060	892.769
			Carajás	200	290.000	1.063	1.295.316	1.263	1.585.316
			Guamá	312	291.393	600	735.716	912	1.027.109
			Metropolitana	377	315.607	1.000	1.421.428	1.377	1.737.035
			Rio Caeté	400	500.000	800	1.083.587	1.200	1.583.587
			Rio Capim	0	0	1.600	2.000.000	1.600	2.000.000
			Tocantins	50	250.000	50	250.000	100	500.000
			Xingu	0	0	500	742.394	500	742.394
Implantação do Banco de Terras	Consolidar as áreas com potencial de uso para aproveitamento em novos empreendimentos habitacionais.	Imóvel Cadastrado (Un)		8	64.000	6	10.934	14	74.934
			Baixo Amazonas	0	0	1	2.570	1	2.570
			Carajás	0	0	2	6.460	2	6.460
			Guamá	0	0	1	635	1	635
			Metropolitana	8	64.000	1	635	9	64.635
			Rio Caeté	0	0	1	634	1	634
 Implementação das Ações do Cheque Moradia	Conceder crédito à aquisição de material de construção às famílias com renda de até 03 salários mínimos e àqueles em situação de risco e ocorrência de sinistro.	Família Beneficiada (Un)		3.495	27.576.350	6.630	52.744.854	10.125	80.321.204
			Araguaia	44	355.736	187	1.511.646	231	1.867.382
			Baixo Amazonas	32	261.313	133	1.083.897	165	1.345.210
			Carajás	34	276.645	135	1.098.538	169	1.375.183
			Guamá	74	586.005	317	2.522.217	391	3.108.222
			Lago de Tucuruí	15	122.721	57	467.433	72	590.154
			Marajó	38	305.418	158	1.272.591	196	1.578.009
			Metropolitana	3.086	24.287.998	4.925	39.016.079	8.011	63.304.077
			Rio Caeté	50	399.491	213	1.705.425	263	2.104.916
			Rio Capim	56	445.084	239	1.906.519	295	2.351.603
			Tapajós	8	70.044	27	236.966	35	307.010
			Tocantins	50	395.851	212	1.686.577	262	2.082.428



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações de Desenvolvimento Institucional	Desenvolver ações para fortalecimento da capacidade de gestão organizacional e a consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade.	Ação Implementada (Un)	Xingu	8	70.044	27	236.966	35	307.010
				2	231.979	6	594.176	8	826.155
			Metropolitana	2	231.979	6	594.176	8	826.155
Implementação de ações voltadas à Assistência Técnica e Inovações Tecnológicas para Habitação	Inovar o processo de construção habitacional prestando serviços de assistência técnica para habitação de interesse social e incentivo a estudos e pesquisas.	Ação Implementada (Un)		8	338.839	12	12.051.272	20	12.390.111
			Carajás	1	7.220	0	0	1	7.220
			Guamá	1	30.000	5	2.402.138	6	2.432.138
			Lago de Tucuruí	1	6.950	0	0	1	6.950
			Metropolitana	4	293.049	7	9.649.134	11	9.942.183
			Tocantins	1	1.620	0	0	1	1.620
Operacionalização da Escola COHAB	Implementar projetos de capacitação nos municípios para o fortalecimento da política de habitação de interesse social, contribuindo para a eficácia e diminuição da carência habitacional no Estado do Pará.	Capacitação Realizada (Un)		10	190.667	30	617.561	40	808.228
			Araguaia	1	24.299	2	54.662	3	78.961
			Baixo Amazonas	1	19.799	2	40.470	3	60.269
			Carajás	0	0	3	64.971	3	64.971
			Guamá	1	17.010	4	70.498	5	87.508
			Lago de Tucuruí	1	17.710	2	36.392	3	54.102
			Marajó	2	34.520	2	37.999	4	72.519
			Rio Caeté	1	18.210	5	92.809	6	111.019
			Rio Capim	1	18.210	3	60.528	4	78.738
			Tapajós	0	0	3	69.903	3	69.903
			Tocantins	1	17.210	2	37.919	3	55.129
			Xingu	1	23.699	2	51.410	3	75.109
				1	50.000	1	10.000	2	60.000
			Metropolitana	1	50.000	1	10.000	2	60.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	Reduzir a inadequação habitacional com a regularização fundiária e a qualificação da moradia, para famílias com renda até 3 salários mínimos.	Família Beneficiada (Un)		1.749	137.141.855	17.138	145.563.224	18.887	282.705.079
			Guamá	516	14.402.802	2.850	13.666.952	3.366	28.069.754
			Metropolitana	1.233	122.739.053	14.288	131.896.272	15.521	254.635.325

PODER EXECUTIVO

ÁREA: **INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
PROGRAMA: **SANEAMENTO É VIDA**

R\$: **1.259.856.342,00**

Objetivo: Assegurar o acesso e a qualidade da prestação dos serviços de saneamento básico, nas áreas urbana e rural no Estado do Pará.
Público Alvo: População do Estado do Pará
Órgãos Executores: 9º CRS - Santarém, ARCON, COSANPA, SEDURB, SESPA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social
 Promoção à articulação político-institucional e desconcentração do Governo

Indicadores do Programa									
Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado				
					2012	Até 2015			
Índice de Cobertura de Abastecimento de Água nos Municípios Cobertos pela COSANPA	Percentual	IBGE e GSAN – Sistema Comercial da COSANPA	51,84	Jun/2011	53,99	56,71			
Índice de Cobertura de Esgotamento Sanitário nos Municípios cobertos pela COSANPA	Percentual	IBGE e GSAN – Sistema Comercial da COSANPA	5,46	Jun/2011	5,34	10,32			
Percentual de domicílios com abastecimento de água em rede geral	Percentual	IBGE/IDESP	51,01	2009	52,83	54,72			
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário em rede geral e fossa séptica	Percentual	IBGE/IDESP	60,4	2009	64,7	67,01			

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ampliação de Microsistemas de Abastecimento de Água	Ampliar o acesso regular a água de boa qualidade.	Microsistema Ampliado (Un)		7	834.000	18	2.600.808	25	3.434.808
			Baixo Amazonas	1	172.333	3	433.467	4	605.800
			Rio Caeté	2	179.621	3	433.467	5	613.088
			Tocantins	4	482.046	12	1.733.874	16	2.215.920
Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água	Expandir a cobertura e o atendimento de abastecimento de água em áreas urbanas.	Ligação de Água Realizada (Un)		56.105	89.896.870	60.905	214.948.916	64.203	304.845.786
			Baixo Amazonas	15.793	22.024.807	15.793	68.888.118	15.793	90.912.925
			Carajás	8.449	5.265.346	8.449	35.622.752	8.449	40.888.098
			Guamá	11.520	31.185.005	11.520	25.039.556	11.520	56.224.561
			Lago de Tucuruí	0	0	400	1.910.363	400	1.910.363
			Marajó	3.693	2.500.000	3.693	14.788.363	3.693	17.288.363
			Metropolitana	9.318	7.438.748	9.318	28.922.635	9.318	36.361.383
			Rio Caeté	0	0	5.000	12.794.024	5.000	12.794.024

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário	Melhorar condições sanitárias para a população urbana do Estado do Pará.	Ligação de Esgoto Implantada (Un)	Rio Capim	2.158	2.224.479	800	3.820.726	2.158	6.045.205
			Tapajós	1.950	9.930.767	400	2.410.363	1.950	12.341.130
			Tocantins	2.334	8.507.744	2.334	18.841.653	2.334	27.349.397
			Xingu	890	819.974	400	1.910.363	890	2.730.337
				6.300	4.012.753	6.300	1.565.547	6.300	5.578.300
			Metropolitana	6.300	4.012.753	6.300	1.565.547	6.300	5.578.300
				22	9.247.767	23	11.683.008	23	20.930.775
			Araguaia	3	1.267.767	3	1.273.275	3	2.541.042
			Baixo Amazonas	2	840.000	2	598.000	2	1.438.000
			Carajás	0	0	1	1.080.000	1	1.080.000
Apoio a Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos	Erradicar lixões e botas-fora de resíduos da construção, com sustentabilidade nos investimentos aplicados.	Projeto Executado (Un)	Guamá	2	840.000	2	2.178.000	2	3.018.000
			Lago de Tucuruí	1	420.000	1	154.000	1	574.000
			Marajó	5	2.100.000	5	770.000	5	2.870.000
			Metropolitana	2	840.000	2	308.000	2	1.148.000
			Rio Caeté	2	840.000	2	308.000	2	1.148.000
			Rio Capim	2	840.000	2	2.178.000	2	3.018.000
			Tapajós	1	420.000	1	154.000	1	574.000
			Tocantins	1	420.000	1	944.000	1	1.364.000
			Xingu	1	420.000	1	1.737.733	1	2.157.733
				90	28.000	191	140.000	281	168.000
			Baixo Amazonas	15	4.666	22	15.450	37	20.116
			Carajás	15	4.666	53	38.770	68	43.436
			Guamá	15	4.665	22	15.084	37	19.749
			Metropolitana	15	4.668	30	21.831	45	26.499
Elaboração de Planos Diretores Municipais de Saneamento Básico	Subsidiar tecnicamente os municípios em ações de investimento em saneamento básico (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos).	Plano Elaborado (Un)	Rio Caeté	20	6.224	45	33.647	65	39.871
			Xingu	10	3.111	19	15.218	29	18.329
				143	23.706.747	143	12.293.209	143	35.999.956
			Araguaia	15	2.486.715	15	1.289.490	15	3.776.205
			Baixo Amazonas	12	1.989.372	12	1.031.592	12	3.020.964
			Carajás	12	1.989.372	12	1.031.592	12	3.020.964



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Fiscalização e Controle do Serviço de Saneamento Básico	Garantir a prestação de serviço adequado aos usuários do saneamento básico.	Fiscalização Realizada (Un)	Guamá	17	2.818.277	17	1.461.422	17	4.279.699
			Lago de Tucuruí	7	1.160.467	7	601.762	7	1.762.229
			Marajó	16	2.652.496	16	1.375.456	16	4.027.952
			Metropolitana	6	994.750	6	515.867	6	1.510.617
			Rio Caeté	15	2.486.715	15	1.289.490	15	3.776.205
			Rio Capim	16	2.652.496	16	1.375.456	16	4.027.952
			Tapajós	6	994.686	6	515.796	6	1.510.482
			Tocantins	11	1.823.591	11	945.626	11	2.769.217
			Xingu	10	1.657.810	10	859.660	10	2.517.470
				10	35.000	99	180.000	109	215.000
			Araguaia	2	7.000	9	16.470	11	23.470
			Baixo Amazonas	0	0	6	10.588	6	10.588
			Carajás	2	7.000	12	22.351	14	29.351
			Guamá	1	3.500	9	16.468	10	19.968
			Lago de Tucuruí	0	0	6	10.588	6	10.588
			Marajó	0	0	6	10.588	6	10.588
			Metropolitana	2	7.000	15	28.231	17	35.231
			Rio Caeté	2	7.000	12	22.349	14	29.349
			Rio Capim	1	3.500	6	10.603	7	14.103
			Tapajós	0	0	6	10.588	6	10.588
			Tocantins	0	0	6	10.588	6	10.588
			Xingu	0	0	6	10.588	6	10.588
Implantação de Adutora de Água Tratada - Av. Augusto Montenegro	Ampliar a distribuição e produção de água na Região Metropolitana de Belém.	Adutora Implantada (Un)		1	45.500.000	1	45.500.000	1	91.000.000
			Metropolitana	1	45.500.000	1	45.500.000	1	91.000.000
Implantação de Estação de Tratamento de Água (ETA)	Melhorar a qualidade da água abastecida em áreas urbanas.	ETA Implantada (Un)		2	7.069.148	0	0	2	7.069.148
			Baixo Amazonas	1	6.454.271	0	0	1	6.454.271
			Metropolitana	1	614.877	0	0	1	614.877
Implantação de Microssistemas de Abastecimento de Água	Permitir o acesso regular a água de boa qualidade.	Microssistema Implantado (Un)		13	2.000.000	28	4.617.400	41	6.617.400
			Araguaia	2	360.000	4	586.384	6	946.384
			Baixo Amazonas	0	0	5	785.480	5	785.480
			Carajás	2	60.000	3	426.384	5	486.384
			Guamá	1	180.000	2	383.192	3	563.192
			Lago de Tucuruí	1	180.000	4	563.192	5	743.192



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário	Proporcionar condições sanitárias adequadas para a população do Estado do Pará	Ligação de Esgoto Implantada (Un)	Marajó	1	180.000	2	383.192	3	563.192
			Rio Capim	0	0	1	180.000	1	180.000
			Tapajós	1	180.000	3	403.192	4	583.192
			Tocantins	1	180.000	2	523.192	3	703.192
			Xingu	4	680.000	2	383.192	6	1.063.192
				21.709	29.042.359	18.589	13.774.456	21.709	42.816.815
			Carajás	15.513	20.182.329	15.513	11.437.512	15.513	31.619.841
			Guamá	3.076	5.966.670	3.076	2.336.944	3.076	8.303.614
			Metropolitana	3.120	2.893.360	0	0	3.120	2.893.360
				5	10.236.179	0	0	5	10.236.179
Implementação de Ações de Desenvolvimento Institucional	Desenvolver ações para fortalecimento da capacidade de gestão organizacional e a consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade.	Ação Implementada (Un)	Baixo Amazonas	1	1.749.227	0	0	1	1.749.227
			Guamá	1	517.920	0	0	1	517.920
			Metropolitana	2	7.066.312	0	0	2	7.066.312
			Xingu	1	902.720	0	0	1	902.720
				1	50.915.069	1	42.167.341	1	93.082.410
 Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba	Melhorar a qualidade de vida da população que mora nas adjacências do Igarapé do Tucunduba, com ações voltadas à habitação, saneamento e mobilidade.	Obra Executada (Un)	Metropolitana	1	50.915.069	1	42.167.341	1	93.082.410
				5	76.485.396	3	141.294.102	5	217.779.498
Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	Regularizar o abastecimento de água com redução da precariedade do sistema.	Sistema de Abastecimento de Água Revitalizado (Un)	Metropolitana	3	72.782.233	3	141.294.102	3	214.076.335
			Rio Capim	1	2.444.354	0	0	1	2.444.354
			Xingu	1	1.258.809	0	0	1	1.258.809
				1	30.763.868	1	17.969.341	1	48.733.209
Melhoria de Sistemas de Esgotamento Sanitário	Melhorar condições sanitárias para a população urbana do Estado do Pará.	Sistema de Esgotamento Sanitário Revitalizado (Un)	Metropolitana	1	30.763.868	1	17.969.341	1	48.733.209



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Operacionalização das Ações de Saneamento	Garantir a funcionalidade dos sistemas de saneamento em ótimas condições de operação.	Sistema Operado (Un)		1	35.650.481	1	121.354.618	1	157.005.099
			Metropolitana	1	35.650.481	1	121.354.618	1	157.005.099
Realização de Obras de Saneamento Básico em Área Urbana	Ampliar a cobertura de saneamento básico em áreas urbanas.	Microssistema Ampliado (Un)		47	59.606.032	45	147.897.927	47	207.503.959
			Araguaia	3	2.900.000	3	2.300.000	3	5.200.000
			Baixo Amazonas	6	7.070.000	6	7.978.000	6	15.048.000
			Carajás	1	1.200.000	1	1.000.000	1	2.200.000
			Guamá	12	13.500.000	12	14.200.000	12	27.700.000
			Marajó	5	5.470.000	5	9.700.000	5	15.170.000
			Metropolitana	1	10.926.032	1	78.344.583	1	89.270.615
			Rio Caeté	8	7.900.000	8	9.947.344	8	17.847.344
			Rio Capim	5	4.540.000	4	4.450.000	5	8.990.000
			Tapajós	2	2.200.000	2	2.378.000	2	4.578.000
			Tocantins	2	2.200.000	2	16.900.000	2	19.100.000
			Xingu	2	1.700.000	1	700.000	2	2.400.000
Regulação dos Serviços de Saneamento Básico	Regular o serviço de saneamento básico, por meio da celebração de convênios com municípios.	Convênio Celebrado (Un)		14	95.000	45	245.000	59	340.000
			Araguaia	1	7.600	3	23.296	4	30.896
			Baixo Amazonas	1	5.700	3	16.523	4	22.223
			Carajás	1	11.400	3	26.681	4	38.081
			Guamá	1	5.700	6	11.100	7	16.800
			Lago de Tucuruí	1	5.700	3	16.523	4	22.223
			Marajó	1	5.700	3	16.523	4	22.223
			Metropolitana	3	15.200	9	36.838	12	52.038
			Rio Caeté	1	11.400	3	24.644	4	36.044
			Rio Capim	1	5.700	3	16.530	4	22.230
			Tapajós	1	5.700	3	16.523	4	22.223
			Tocantins	1	9.500	3	23.296	4	32.796
			Xingu	1	5.700	3	16.523	4	22.223
 Urbanização de Assentamentos Precários - Bairro Francisco Coelho (Cabelo Seco)	Melhorar a qualidade de vida da população residente no Bairro Francisco Coelho, com ações voltadas à habitação, água e esgoto.	Obra Executada (Un)		1	6.500.000	0	0	1	6.500.000
			Carajás	1	6.500.000	0	0	1	6.500.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA: GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

R\$: 31.493.546,00

Objetivo: Promover a gestão de obras de interesse público no Estado do Pará.

Público Alvo: População do Estado do Pará

Órgãos Executores: ARCON, COHAB, Enc. PGE, ITERPA, SEDECT, SEOP

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Taxa de obras com termo de recebimento definitivo	Percentual	SEOP	10	Jul/2011	25	60
Taxa de participação das empresas de construção certificada	Percentual	SEOP	58,33	Jul/2011	70	98

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Conservação de Espaços Comunitários	Subsidiar a manutenção de edificações em espaços comunitários, evitando a deteriorização.	Espaço Conservado (Un)		6	276.510	48	1.012.030	54	1.288.540
			Araguaia	0	0	2	45.000	2	45.000
			Baixo Amazonas	1	21.785	6	205.000	7	226.785
			Carajás	0	0	2	130.000	2	130.000
			Guamá	2	24.879	9	108.010	11	132.889
			Lago de Tucuruí	0	0	4	80.000	4	80.000
			Marajó	0	0	5	85.000	5	85.000
			Metropolitana	1	204.546	6	80.000	7	284.546
			Rio Caeté	2	25.300	4	131.010	6	156.310
			Rio Capim	0	0	2	25.000	2	25.000
			Tapajós	0	0	2	25.000	2	25.000
			Tocantins	0	0	4	58.010	4	58.010
			Xingu	0	0	2	40.000	2	40.000
Conservação de Imóveis Públicos	Preservar as edificações públicas para melhor servir a população.	Imóvel Conservado (Un)		13	2.042.379	28	4.895.937	41	6.938.316
			Baixo Amazonas	1	30.000	3	110.000	4	140.000
			Carajás	1	10.000	3	40.000	4	50.000
			Metropolitana	10	1.952.379	19	4.515.937	29	6.468.316
			Rio Caeté	1	50.000	3	230.000	4	280.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Construção de Espaços Comunitários	Ampliar o investimento de obras e espaços sociais nos municípios paraenses.	Espaço Construído (Un)		39	862.220	210	4.724.225	249	5.586.445
			Araguaia	1	1.650	14	215.300	15	216.950
			Baixo Amazonas	2	80.176	20	508.000	22	588.176
			Carajás	5	74.106	17	365.300	22	439.406
			Guamá	12	291.406	29	782.075	41	1.073.481
			Lago de Tucuruí	0	0	9	133.000	9	133.000
			Marajó	3	159.765	20	480.000	23	639.765
			Metropolitana	3	126.975	20	948.500	23	1.075.475
			Rio Caeté	5	62.884	22	430.075	27	492.959
			Rio Capim	4	34.899	21	321.975	25	356.874
			Tapajós	1	500	7	90.000	8	90.500
			Tocantins	2	4.859	20	280.000	22	284.859
			Xingu	1	25.000	11	170.000	12	195.000
Construção de Imóveis Públicos	Construir edificações públicas a partir das necessidades de prestação de serviços à população.	Obra Construída (Un)		13	1.534.973	130	4.416.919	143	5.951.892
			Araguaia	5	500.000	0	0	5	500.000
			Lago de Tucuruí	0	0	103	500.000	103	500.000
			Metropolitana	8	1.034.973	8	3.916.919	8	4.951.892
Desapropriação de Imóveis	Atender necessidade de novos espaços para implementação de prestação de serviços pelo Estado.	Desapropriação Executada (Un)		10	1.500.000	30	4.500.000	40	6.000.000
			Metropolitana	10	1.500.000	30	4.500.000	40	6.000.000
Elaboração e Análise de Projetos de Engenharia e Arquitetura	Atender a demanda de projetos de arquitetura e engenharia provenientes do setor público.	Projeto Elaborado (Un)		80	309.980	313	1.044.269	393	1.354.249
			Baixo Amazonas	1	7.700	0	0	1	7.700
			Metropolitana	78	295.205	313	1.044.269	391	1.339.474
			Rio Capim	1	7.075	0	0	1	7.075
Fiscalização da Execução de Obras Públicas	Melhorar a qualidade das obras públicas.	Obra Fiscalizada (Un)		288	924.312	771	2.951.016	1.059	3.875.328
			Araguaia	25	75.898	71	250.980	96	326.878
			Baixo Amazonas	24	72.862	72	255.649	96	328.511
			Carajás	26	78.932	71	258.963	97	337.895
			Guamá	37	112.328	103	364.194	140	476.522
			Lago de Tucuruí	15	45.539	39	138.309	54	183.848
			Marajó	25	75.898	75	263.166	100	339.064



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Metropolitana	31	144.090	72	465.084	103	609.174
			Rio Caeté	27	81.967	75	269.799	102	351.766
			Rio Capim	27	81.969	75	266.136	102	348.105
			Tapajós	11	33.395	26	92.822	37	126.217
			Tocantins	23	69.824	50	176.934	73	246.758
			Xingu	17	51.610	42	148.980	59	200.590
Realização de Avaliações e Perícias de Imóveis	Elaborar laudos de avaliação e perícias de imóveis próprios e de interesse do Estado.	Imóvel Avaliado (Un)		22	122.604	63	376.172	85	498.776
			Metropolitana	22	122.604	63	376.172	85	498.776

PODER EXECUTIVO

ÁREA: **INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
PROGRAMA: **TERRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL**

RS\$: **409.052.756,00**

Objetivo: Promover a articulação institucional entre Estado e Municípios nos diversos espaços do território paraense.
Público Alvo: População do Estado do Pará
Órgãos Executores: ARCON, FDE, SEDURB

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável
 Promoção da inclusão social
 Promoção à articulação político-institucional e desconcentração do Governo

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Percentual de Regiões de Integração do Estado com Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS elaborado.	Percentual	SEDURB	33	Jul/2011	40	100
Taxa de atendimento Municipal do Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE).	Percentual	SEPOF	46	Dez/2010	100	100

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio a Consórcios Públicos	Potencializar ações que tenham sinergias e complementaridades em projetos e ações para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.	Consórcio Público Beneficiado (Un)		4	300.000	12	880.000	16	1.180.000
			Metropolitana	4	300.000	12	880.000	16	1.180.000
Apoio à Gestão Municipal	Consolidar mecanismos institucionais voltado ao apoio técnico às administrações municipais.	Município Atendido (Un)		1	95.000	1	240.000	1	335.000
			Metropolitana	1	95.000	1	240.000	1	335.000
Apoio ao Desenvolvimento Municipal	Financiar projetos de infraestrutura econômica e social.	Convênio Celebrado (Un)		144	40.000.000	634	153.548.982	778	193.548.982
			Araguaia	15	2.923.587	51	11.222.845	66	14.146.432
			Baixo Amazonas	13	3.455.148	54	13.263.364	67	16.718.512
			Carajás	12	3.205.980	49	12.306.869	61	15.512.849
			Guamá	17	3.737.545	61	14.347.434	78	18.084.979
			Lago de Tucuruí	7	2.192.691	34	8.417.134	41	10.609.825
			Marajó	16	5.448.504	92	20.915.303	108	26.363.807
			Metropolitana	6	1.328.903	21	5.101.293	27	6.430.196
			Rio Caeté	15	5.166.113	82	19.831.277	97	24.997.390

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio às Ações de Integração do Território Paraense	Viabilizar ações de integração no território do Estado do Pará.	Município Atendido (Un)	Rio Capim	16	4.933.553	75	18.938.553	91	23.872.106
			Tapajós	6	1.627.907	25	6.249.083	31	7.876.990
			Tocantins	11	3.388.705	51	13.008.303	62	16.397.008
			Xingu	10	2.591.364	39	9.947.524	49	12.538.888
				12	24.600.000	12	98.400.000	12	123.000.000
			Araguaia	1	2.050.000	1	8.200.001	1	10.250.001
			Baixo Amazonas	1	2.050.000	1	8.199.998	1	10.249.998
			Carajás	1	2.050.000	1	8.199.998	1	10.249.998
			Guamá	1	2.050.000	1	8.199.998	1	10.249.998
			Lago de Tucuruí	1	2.050.000	1	8.200.001	1	10.250.001
			Marajó	1	2.050.000	1	8.200.001	1	10.250.001
			Metropolitana	1	2.050.000	1	8.199.998	1	10.249.998
			Rio Caeté	1	2.050.000	1	8.200.001	1	10.250.001
			Rio Capim	1	2.050.000	1	8.200.001	1	10.250.001
			Tapajós	1	2.050.000	1	8.200.001	1	10.250.001
			Tocantins	1	2.050.000	1	8.200.001	1	10.250.001
			Xingu	1	2.050.000	1	8.200.001	1	10.250.001
Descentralização das Atividades da ARCON	Implantar unidades administrativas nos municípios sede de cada Região de Integração.	Unidade Administrativa Implantada (Un)		4	768.000	29	5.568.000	33	6.336.000
			Araguaia	0	0	2	384.000	2	384.000
			Baixo Amazonas	1	192.000	3	576.000	4	768.000
			Carajás	1	192.000	3	576.000	4	768.000
			Guamá	1	192.000	3	576.000	4	768.000
			Lago de Tucuruí	0	0	3	576.000	3	576.000
			Marajó	0	0	1	192.000	1	192.000
			Metropolitana	1	192.000	2	384.000	3	576.000
			Rio Caeté	0	0	3	576.000	3	576.000
			Rio Capim	0	0	1	192.000	1	192.000
			Tapajós	0	0	2	384.000	2	384.000
			Tocantins	0	0	3	576.000	3	576.000
			Xingu	0	0	3	576.000	3	576.000
Elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS)	Formular estratégias de desenvolvimento sustentável voltados à melhoria da qualidade de vida da população paraense.	Plano Elaborado (Un)		2	400.000	21	2.750.000	23	3.150.000
			Araguaia	0	0	3	350.000	3	350.000
			Baixo Amazonas	1	200.000	3	300.000	4	500.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Carajás	1	200.000	3	450.000	4	650.000
			Guamá	0	0	2	300.000	2	300.000
			Metropolitana	0	0	3	400.000	3	400.000
			Rio Caeté	0	0	2	300.000	2	300.000
			Rio Capim	0	0	3	350.000	3	350.000
			Tapajós	0	0	2	300.000	2	300.000
Gerenciamento das Ações do Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE)	Viabilizar a operacionalização dos convênios e contratos financiados pelo FDE.	Instrumento Monitorado (Un)		1	2.518.606	3	8.317.601	4	10.836.207
Gestão do Sistema de Georreferenciamento (GEOPARÁ)	Modernizar o sistema GEOPARÁ, com tecnologias adequadas para um atendimento eficaz das demandas de gestão pública governamental e da sociedade paraense.	Sistema Modernizado (Un)	Metropolitana	1	2.518.606	3	8.317.601	4	10.836.207
				1	100.600	3	328.467	4	429.067
			Metropolitana	1	100.600	3	328.467	4	429.067
Implementação de Centros de Integração Regional (CIR)	Proporcionar a gestão das ações de Governo de forma regionalizada e descentralizada.	Centro Implementado (Un)		3	547.500	9	1.650.000	12	2.197.500
Operacionalização dos Recursos do Fundo para o Desenvolvimento Regional (FRD)	Apoiar os municípios da área de influência da empresa Vale, em investimentos para o desenvolvimento local.	Município Atendido (Un)	Baixo Amazonas	1	200.500	3	550.000	4	750.500
			Carajás	1	200.500	3	650.000	4	850.500
			Guamá	1	146.500	3	450.000	4	596.500
				14	17.010.000	14	51.030.000	14	68.040.000
			Araguaia	1	1.215.000	1	3.645.000	1	4.860.000
			Carajás	9	10.935.000	9	32.805.000	9	43.740.000
			Lago de Tucuruí	2	2.430.000	2	7.290.000	2	9.720.000
			Rio Capim	2	2.430.000	2	7.290.000	2	9.720.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA: FLORESTA SUSTENTÁVEL

R\$: 88.641.853,00

Objetivo: Ordenar o setor florestal do Estado do Pará.
Público Alvo: Povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar – PCTAF's
Órgãos Executores: ADEPARÁ, IDEFLOR, SEMA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Área (ha) de florestas pública em regime de manejo florestal sustentável	mil ha	IDEFLOR	0	Jun/2011	675	1275
Proporção de área de florestas pública em regime de manejo florestal sustentável	Percentual	IDEFLOR/CEFLOP	0,7	2011	4	9,6

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Capacitação para o Manejo de Produtos Florestais Madeireiros, não Madeireiros e Serviços Florestais	Formar mão de obra profissional e qualificada no desenvolvimento sustentável do manejo florestal e da utilização de serviços florestais.	Pessoa Capacitada (Un)		320	500.000	1.270	1.500.000	1.590	2.000.000
			Araguaia	30	46.904	140	162.836	170	209.740
			Baixo Amazonas	30	46.872	135	152.566	165	199.438
			Carajás	20	31.248	155	181.805	175	213.053
			Guamá	25	39.060	160	187.691	185	226.751
			Lago de Tucuruí	25	39.060	60	69.223	85	108.283
			Marajó	30	46.872	170	212.533	200	259.405
			Metropolitana	15	23.436	25	42.908	40	66.344
			Rio Caeté	30	46.872	115	132.123	145	178.995
			Rio Capim	40	62.496	95	107.738	135	170.234
			Tapajós	20	31.248	70	81.418	90	112.666
			Tocantins	30	46.872	85	99.936	115	146.808
			Xingu	25	39.060	60	69.223	85	108.283
Fortalecimento do Sistema de Serviços Ambientais	Disciplinar oferta e regulamentação dos pagamentos por serviços ambientais e suas formas de controle e financiamento.	Projeto Aprovado (Un)		144	600.000	432	2.095.002	576	2.695.002
			Araguaia	15	62.505	45	218.220	60	280.725
			Baixo Amazonas	13	54.171	39	189.124	52	243.295



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Carajás	12	50.004	36	174.576	48	224.580
			Guamá	17	70.839	51	247.316	68	318.155
			Lago de Tucuruí	7	29.169	21	101.836	28	131.005
			Marajó	16	66.672	48	232.768	64	299.440
			Metropolitana	6	24.954	18	87.378	24	112.332
			Rio Caeté	15	62.505	45	218.220	60	280.725
			Rio Capim	16	66.672	48	232.768	64	299.440
			Tapajós	6	25.002	18	87.288	24	112.290
			Tocantins	11	45.837	33	160.028	44	205.865
			Xingu	10	41.670	30	145.480	40	187.150
Identificação Científica de Madeiras Exploradas no Território Paraense	Promover o controle das espécies e quantidades de madeiras comercializadas no estado.	Madeira Identificada (M3)		1.350.000	26.100	4.050.000	85.015	5.400.000	111.115
			Araguaia	243.000	4.698	729.000	15.340	972.000	20.038
			Carajás	310.500	6.003	931.500	19.423	1.242.000	25.426
			Rio Caeté	202.500	3.915	607.500	12.783	810.000	16.698
			Rio Capim	459.000	8.874	1.377.000	28.914	1.836.000	37.788
			Tapajós	135.000	2.610	405.000	8.555	540.000	11.165
Implementação das Unidades de Conservação	Acompanhar planos de manejo, compatibilizando a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais.	Unidade de Conservação Implementada (Un)		25	12.302.762	99	61.763.818	124	74.066.580
			Araguaia	1	492.110	3	1.887.481	4	2.379.591
			Baixo Amazonas	7	3.444.770	26	16.301.935	33	19.746.705
			Carajás	2	984.220	10	6.243.225	12	7.227.445
			Guamá	1	492.110	3	1.887.481	4	2.379.591
			Lago de Tucuruí	3	1.476.330	9	5.662.445	12	7.138.775
			Marajó	5	2.460.550	20	12.526.969	25	14.987.519
			Metropolitana	4	1.968.440	12	7.549.926	16	9.518.366
			Rio Caeté	1	492.122	7	4.251.149	8	4.743.271
			Rio Capim	0	0	2	1.202.083	2	1.202.083
			Tapajós	0	0	2	1.202.083	2	1.202.083
			Xingu	1	492.110	5	3.049.041	6	3.541.151
				80.000	350.000	230.000	1.222.078	310.000	1.572.078
			Araguaia	8.340	36.465	23.970	127.290	32.310	163.755
			Baixo Amazonas	7.228	31.603	20.774	110.318	28.002	141.921
			Carajás	6.672	29.172	19.176	101.832	25.848	131.004



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Guamá	9.452	41.327	27.166	144.262	36.618	185.589
			Lago de Tucuruí	3.892	17.017	11.186	59.402	15.078	76.419
			Marajó	8.896	38.896	25.568	135.776	34.464	174.672
			Metropolitana	3.272	14.522	9.476	51.010	12.748	65.532
			Rio Caeté	8.340	36.465	23.970	127.290	32.310	163.755
			Rio Capim	8.896	38.896	25.568	135.776	34.464	174.672
			Tapajós	3.336	14.586	9.588	50.916	12.924	65.502
			Tocantins	6.116	26.741	17.578	93.346	23.694	120.087
			Xingu	5.560	24.310	15.980	84.860	21.540	109.170

Outorga de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	Instituir a outorga de recursos florestais madeireiros e não madeireiros nas florestas públicas estaduais.	Área Outorgada (Ha)	675.000	2.050.000	600.000	4.575.000	1.275.000	6.625.000
		Baixo Amazonas	675.000	2.050.000	0	0	675.000	2.050.000
		Marajó	0	0	200.000	1.487.500	200.000	1.487.500
		Xingu	0	0	400.000	3.087.500	400.000	3.087.500
Produção Sustentável em Áreas Alteradas	Promover a Manutenção da Economia Local em Áreas Alteradas	Projeto Apoiado (Un)	144	350.000	432	1.222.078	576	1.572.078
		Araguaia	15	36.465	45	127.290	60	163.755
		Baixo Amazonas	13	31.603	39	110.318	52	141.921
		Carajás	12	29.172	36	101.832	48	131.004
		Guamá	17	41.327	51	144.262	68	185.589
		Lago de Tucuruí	7	17.017	21	59.402	28	76.419
		Marajó	16	38.896	48	135.776	64	174.672
		Metropolitana	6	14.522	18	51.010	24	65.532
		Rio Caeté	15	36.465	45	127.290	60	163.755
		Rio Capim	16	38.896	48	135.776	64	174.672
		Tapajós	6	14.586	18	50.916	24	65.502
		Tocantins	11	26.741	33	93.346	44	120.087
		Xingu	10	24.310	30	84.860	40	109.170



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA: GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

R\$: 97.544.094,00

Objetivo: Fortalecer os sistemas de gestão ambiental e territorial do Estado.

Público Alvo: Setores produtivos

Órgãos Executores: ITERPA, SEICOM, SEMA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Número de Regularização Fundiária	Unidade	ITERPA	778	2010	625	830
Proporção de empreendimentos/documentos protocolados anualmente concluídos	Percentual	SEMA	69,4	2010	70	80
Taxa de municípios atendidos pelo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Percentual	SEMA	50,5	2010	54	64

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Arrecadação e Matrícula de Terras Devolutas em Áreas sob Jurisdição Estadual	Incorporar ao patrimônio fundiário do Estado as áreas devolutas de sua jurisdição.	Área Matriculada (Ha)		1.389.280	81.640	2.576.131	210.000	3.965.411	291.640
			Baixo Amazonas	248.420	15.386	1.275.547	31.000	1.523.967	46.386
			Guamá	92.528	15.530	165.977	19.500	258.505	35.030
			Marajó	175.891	7.050	0	0	175.891	7.050
			Metropolitana	39.830	5.672	10.514	12.500	50.344	18.172
			Rio Caeté	54.340	8.605	223.831	23.500	278.171	32.105
			Rio Capim	186.875	8.637	0	0	186.875	8.637
			Tocantins	591.396	20.760	900.262	123.500	1.491.658	144.260
Cooperação Nacional e Internacional	Potencializar a gestao ambiental no Estado atraves de parcerias para ações conjuntas e captação de recursos.	Parceria Estabelecida (Un)		3	500.000	9	1.745.825	12	2.245.825
			Metropolitana	3	500.000	9	1.745.825	12	2.245.825
Criação de Unidades de Conservação	Manter a diversidade biológica e dos recursos genéticos no território paraense	Unidade de Conservação Criada (Un)		4	2.200.000	13	7.681.632	17	9.881.632
			Baixo Amazonas	0	0	2	1.297.150	2	1.297.150
			Carajás	0	0	2	1.341.404	2	1.341.404
			Marajó	3	1.650.000	2	1.297.152	5	2.947.152



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Educação Ambiental	Promover a consciência ambiental na sociedade através de práticas educativas que incorporem o conceito de sustentabilidade nas dimensões locais e regionais.	Projeto Realizado (Un)	Rio Caeté	1	550.000	3	1.618.040	4	2.168.040
			Rio Capim	0	0	1	509.844	1	509.844
			Tapajós	0	0	1	509.844	1	509.844
			Xingu	0	0	2	1.108.198	2	1.108.198
				36	1.040.000	108	1.396.735	144	2.436.735
			Araguaia	2	57.778	6	77.597	8	135.375
			Baixo Amazonas	2	57.778	6	77.597	8	135.375
			Carajás	2	57.778	6	77.597	8	135.375
			Guamá	6	173.334	18	232.791	24	406.125
			Lago de Tucuruí	2	57.778	6	77.597	8	135.375
			Marajó	4	115.556	12	155.194	16	270.750
			Metropolitana	2	57.774	6	77.586	8	135.360
			Rio Caeté	4	115.556	12	155.194	16	270.750
			Rio Capim	2	57.778	6	77.597	8	135.375
			Tapajós	2	57.778	6	77.597	8	135.375
			Tocantins	6	173.334	18	232.791	24	406.125
			Xingu	2	57.778	6	77.597	8	135.375
				143	400.000	143	1.396.735	143	1.796.735
			Araguaia	15	41.670	15	145.485	15	187.155
			Baixo Amazonas	12	36.114	12	126.087	12	162.201
Gerenciamento Costeiro, Marítimo e Estuarino	Promover a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, o uso sustentável dos recursos naturais e a ocupação ordenadas dos espaços costeiro, marinho e águas interiores.	Município Atendido (Un)	Carajás	12	33.336	12	116.388	12	149.724
			Guamá	17	47.194	17	164.962	17	212.156
			Lago de Tucuruí	7	19.446	7	67.893	7	87.339
			Marajó	16	44.448	16	155.184	16	199.632
			Metropolitana	5	16.668	5	58.194	5	74.862
			Rio Caeté	15	41.670	15	145.485	15	187.155
			Rio Capim	15	44.448	15	155.184	15	199.632
			Tapajós	6	16.668	6	58.194	6	74.862
			Tocantins	11	30.558	11	106.689	11	137.247
			Xingu	10	27.780	10	96.990	10	124.770



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Gestão de Recursos Hídricos	Fortalecer o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos.	Outorga de Recursos Hídricos Concedido (Un)		345	2.545.361	1.230	8.047.825	1.575	10.593.186
			Araguaia	25	180.750	96	637.447	121	818.197
			Baixo Amazonas	37	267.510	133	873.378	170	1.140.888
			Carajás	33	238.590	115	758.615	148	997.205
			Guamá	37	267.510	139	918.404	176	1.185.914
			Lago de Tucuruí	10	72.300	37	242.231	47	314.531
			Marajó	18	130.140	62	413.653	80	543.793
			Metropolitana	78	614.951	255	1.608.874	333	2.223.825
			Rio Caeté	23	166.290	91	604.550	114	770.840
			Rio Capim	35	253.050	130	853.873	165	1.106.923
			Tapajós	11	79.530	35	232.278	46	311.808
			Tocantins	26	187.980	93	608.781	119	796.761
			Xingu	12	86.760	44	295.741	56	382.501
				432	2.000.000	432	6.982.315	432	8.982.315
Implementação de Ações de Tecnologias de Informação para a Gestão Ambiental	Potencializar a prevenção, a identificação e a solução dos problemas ambientais no Estado do Pará.	Sistema de Tecnologias de Informação Implementado (Un)	Araguaia	45	208.335	45	727.215	45	935.550
			Baixo Amazonas	39	180.541	39	631.304	39	811.845
			Carajás	36	166.668	36	581.772	36	748.440
			Guamá	51	236.113	51	824.177	51	1.060.290
			Lago de Tucuruí	21	97.223	21	339.367	21	436.590
			Marajó	48	222.224	48	775.696	48	997.920
			Metropolitana	18	83.334	18	290.886	18	374.220
			Rio Caeté	45	208.335	45	727.215	45	935.550
			Rio Capim	48	222.224	48	775.696	48	997.920
			Tapajós	18	83.334	18	290.886	18	374.220
			Tocantins	33	152.779	33	533.291	33	686.070
			Xingu	30	138.890	30	484.810	30	623.700
Implementação de Ferramentas de Responsabilidade Territorial	Disponibilizar instrumento de gestão em prol da co-responsabilidade do uso sustentável do território.	Instrumento Disponibilizado (Un)		10	136.020	30	485.560	40	621.580
			Araguaia	5	68.010	4	67.053	9	135.063
			Baixo Amazonas	0	0	4	65.315	4	65.315
			Carajás	0	0	2	31.797	2	31.797
			Lago de Tucuruí	1	13.602	5	80.353	6	93.955



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização	Controlar as atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente através do sistema estadual de licenciamento e fiscalização ambiental.	Empreendimento Ambientalmente Adequado (Un)	Rio Caeté	0	0	1	15.021	1	15.021
			Rio Capim	3	40.806	4	63.577	7	104.383
			Tapajós	0	0	3	48.556	3	48.556
			Tocantins	0	0	2	31.797	2	31.797
			Xingu	1	13.602	5	82.091	6	95.693
				3.600	8.071.392	10.800	12.220.777	14.400	20.292.169
			Araguaia	233	580.869	699	790.802	932	1.371.671
			Baixo Amazonas	345	661.045	1.035	1.214.035	1.380	1.875.080
			Carajás	198	493.614	594	672.012	792	1.165.626
			Guamá	242	573.390	726	780.620	968	1.354.010
			Lago de Tucuruí	193	481.149	579	655.042	772	1.136.191
			Marajó	435	860.085	1.305	1.476.390	1.740	2.336.475
			Metropolitana	340	523.530	1.020	1.153.960	1.360	1.677.490
			Rio Caeté	169	421.317	507	573.586	676	994.903
			Rio Capim	436	1.028.267	1.308	1.479.784	1.744	2.508.051
			Tapajós	253	563.418	759	858.682	1.012	1.422.100
			Tocantins	338	842.634	1.014	1.147.172	1.352	1.989.806
			Xingu	418	1.042.074	1.254	1.418.692	1.672	2.460.766
Regularização de Áreas Patrimoniais dos Municípios	Proceder a titulação definitiva de áreas urbanas e de expansão urbana em favor do município.	Título Expedido (Un)		52	595.000	158	1.959.589	210	2.554.589
			Carajás	8	100.000	24	300.000	32	400.000
			Guamá	24	295.000	40	500.000	64	795.000
			Metropolitana	12	100.000	18	200.000	30	300.000
			Rio Caeté	8	100.000	39	496.753	47	596.753
			Rio Capim	0	0	4	50.000	4	50.000
			Tocantins	0	0	33	412.836	33	412.836
Regularização dos Aforamentos Estaduais	Consolidar o domínio pleno das áreas aforadas com comprovada exploração econômica e que cumpra a função social da propriedade.	Título Expedido (Un)		66	306.973	127	632.832	193	939.805
			Araguaia	5	31.114	2	15.650	7	46.764
			Baixo Amazonas	19	54.288	8	53.555	27	107.843
			Carajás	27	152.858	52	321.977	79	474.835
			Lago de Tucuruí	15	68.713	61	180.250	76	248.963



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
★ Regularização Fundiária em Áreas Rurais	Assegurar o acesso à propriedade com a expedição da titulação de propriedade.	Título Expedido (Un)	Marajó	0	0	4	61.400	4	61.400
				11.015	5.659.144	34.146	26.952.139	45.161	32.611.283
			Araguaia	50	195.000	410	849.990	460	1.044.990
			Baixo Amazonas	8.379	1.618.460	11.758	3.683.837	20.137	5.302.297
			Guamá	15	352.164	5.563	4.410.356	5.578	4.762.520
			Metropolitana	636	1.119.000	2.068	8.558.967	2.704	9.677.967
			Rio Caeté	65	510.198	4.063	2.604.700	4.128	3.114.898
			Rio Capim	70	667.767	2.540	2.997.164	2.610	3.664.931
			Tocantins	1.800	1.196.555	7.744	3.847.125	9.544	5.043.680
				23	1.223.050	41	3.073.550	64	4.296.600
Regularização Fundiária em Projetos de Assentamentos Estaduais	Promover a titulação de pequenas propriedades e comunidades tradicionais.	Título Expedido (Un)	Baixo Amazonas	1	140.000	4	800.000	5	940.000
			Guamá	4	224.300	5	424.650	9	648.950
			Lago de Tucuruí	0	0	3	268.350	3	268.350
			Metropolitana	2	90.600	3	215.150	5	305.750
			Rio Caeté	0	0	1	89.450	1	89.450
			Rio Capim	4	202.750	2	178.900	6	381.650
			Tocantins	12	565.400	23	1.097.050	35	1.662.450

PODER EXECUTIVO
ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

R\$: 19.206.439,00

Objetivo: Promover o desenvolvimento sustentável de pctaf's através do fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade.
Público Alvo: Povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares – pctaf's que estejam organizados ou em processo de organização
Órgãos Executores: IDEFLOR, IDESP, ITERPA, SEMA

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
						2012	Até 2015
Média do Incremento da renda anual dos PCTAF		R\$ /pessoa/ano	IDEFLOR	ND	Jul/2011	100	100
Número de famílias atendidas pelas ações do Programa com incremento de renda		Unidade	IDEFLOR	0	Jul/2011	500	2000

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar	Reduzir os impactos da degradação ambiental com o uso sustentável da floresta nas atividades econômicas das populações tradicionais.	Família Beneficiada (Un)		325	452.968	1.060	1.612.500	1.385	2.065.468
			Araguaia	35	48.776	100	152.644	135	201.420
			Baixo Amazonas	35	48.776	90	141.017	125	189.793
			Carajás	25	34.840	80	129.390	105	164.230
			Guamá	35	48.824	110	164.271	145	213.095
			Lago de Tucuruí	25	34.840	60	87.949	85	122.789
			Marajó	35	48.776	110	164.271	145	213.047
			Metropolitana	10	13.936	50	76.322	60	90.258
			Rio Caeté	30	41.808	110	164.271	140	206.079
			Rio Capim	30	41.808	120	194.085	150	235.893
			Tapajós	15	20.904	60	87.949	75	108.853
			Tocantins	25	34.840	95	136.771	120	171.611
			Xingu	25	34.840	75	113.560	100	148.400
Elaboração de Planos de Utilização e de Desenvolvimento Sócio-econômico e Ambiental para as Comunidades Remanescentes de Quilombos	Propor estratégias de uso sustentável dos recursos potenciais nas terras de comunidades remanescentes de quilombos.	Plano Elaborado (Un)		3	162.450	9	511.006	12	673.456
			Guamá	1	54.000	0	0	1	54.000

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação de Planos de Desenvolvimento Local em Áreas sob Gestão de PCTAFs	Promover o uso sustentável dos territórios dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares - PCTAF'S	Família Beneficiada (Un)	Metropolitana	0	0	1	62.287	1	62.287
			Rio Caeté	0	0	2	95.399	2	95.399
			Tocantins	2	108.450	6	353.320	8	461.770
				1.340	850.000	2.590	2.943.224	3.930	3.793.224
			Araguaia	140	88.840	290	340.568	430	429.408
			Baixo Amazonas	120	76.116	260	303.896	380	380.012
			Carajás	80	50.744	240	298.950	320	349.694
			Guamá	120	76.116	270	274.329	390	350.445
			Lago de Tucuruí	80	50.744	170	191.093	250	241.837
			Marajó	160	101.488	305	326.864	465	428.352
			Metropolitana	80	50.744	80	78.290	160	129.034
			Rio Caeté	120	76.116	290	343.355	410	419.471
			Rio Capim	140	88.802	225	251.373	365	340.175
			Tapajós	100	63.430	85	96.940	185	160.370
Promoção das Cadeias de Valor de Produtos e Serviços Florestais e Ambientais da Sociobiodiversidade	Promover o acesso de pctaf's organizados ou em vias de organização aos mercados institucionais e diferenciados.	Projeto Apoiado (Un)	Tocantins	100	63.430	170	191.093	270	254.523
			Xingu	100	63.430	205	246.473	305	309.903
				59	500.000	132	2.610.884	191	3.110.884
			Araguaia	7	59.318	12	238.094	19	297.412
			Baixo Amazonas	5	42.370	11	219.629	16	261.999
			Carajás	5	42.370	16	320.211	21	362.581
			Guamá	7	59.352	13	256.559	20	315.911
			Lago de Tucuruí	2	16.948	8	155.977	10	172.925
			Marajó	6	50.844	13	256.559	19	307.403
			Metropolitana	2	16.948	6	119.047	8	135.995
			Rio Caeté	6	50.844	13	256.559	19	307.403
			Rio Capim	6	50.844	15	301.749	21	352.593
			Tapajós	3	25.422	7	137.512	10	162.934
			Tocantins	5	42.370	9	174.468	14	216.838
Regularização Fundiária em Comunidades Quilombolas	Promover a titulação de terras em comunidades tradicionais.	Título Expedido (Un)	Xingu	5	42.370	9	174.520	14	216.890
				47	3.325.000	53	5.340.000	100	8.665.000
			Baixo Amazonas	0	0	2	280.000	2	280.000
			Guamá	3	470.000	2	100.000	5	570.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Sustentabilidade de Populações Tradicionais e Indígenas	Estimular a cooperação e a integração nas cadeias de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros.	Município Atendido (Un)	Marajó	1	8.000	0	0	1	8.000
			Rio Caeté	22	2.270.000	13	535.000	35	2.805.000
			Rio Capim	1	4.000	4	820.000	5	824.000
			Tocantins	20	573.000	32	3.605.000	52	4.178.000
				36	200.000	36	698.407	36	898.407
			Araguaia	4	22.220	4	77.596	4	99.816
			Baixo Amazonas	4	22.220	4	77.596	4	99.816
			Guamá	2	11.110	2	38.798	2	49.908
			Marajó	4	22.220	4	77.596	4	99.816
			Metropolitana	2	11.110	2	38.798	2	49.908
			Rio Caeté	4	22.240	4	77.639	4	99.879
			Rio Capim	7	38.885	7	135.793	7	174.678
			Tapajós	3	16.665	3	58.197	3	74.862
			Tocantins	6	33.330	6	116.394	6	149.724



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

R\$: 205.953.643,00

Objetivo: Promover a produção, aplicação e difusão do conhecimento científico e tecnológico voltado às necessidades do desenvolvimento sustentável do Estado.
Público Alvo: Pesquisadores, estudantes, atores das cadeias produtivas estratégicas e das doenças negligenciadas.
Órgãos Executores: FAPESPA, SEDECT

Diretriz(es) do Governo: Agregação de valor à produção por meio do conhecimento

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Avaliação de desempenho de redes de pesquisa – ARP	Unidade	SEDECT	0	Jul/2011	2	8
Média de comunidades beneficiadas por projeto incentivado	comunidades beneficiadas / projeto	FASEPA	5	2010	6	10
Nmero de Laboratrios cadastrados no Sistema de Informaes em CT&I do Estado do Par	Unidade	Sedect	0	2011	15	45
Taxa de inscritos atendidos com bolsa de pesquisa	percentual	FAPESPA	39,4	2010	41	47

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio ao Desenvolvimento de Redes de Pesquisa em Áreas Produtivas Estratégicas	Fomentar a criação de redes de pesquisa em áreas produtivas estratégicas que promovam o desenvolvimento tecnológico e a verticalização das cadeias produtivas.	Rede de Pesquisa Apoiada (Un)		2	1.903.176	2	7.522.683	2	9.425.859
			Metropolitana	2	1.903.176	2	7.522.683	2	9.425.859
Apoio ao Desenvolvimento de Redes de Pesquisas em Saúde	Fomentar a criação de redes de pesquisa na área de saúde.	Rede de Pesquisa Apoiada (Un)		2	1.947.544	2	5.970.769	2	7.918.313
			Metropolitana	2	1.947.544	2	5.970.769	2	7.918.313
Concessão de Bolsas para Pesquisa em Ciência e Tecnologia	Possibilitar a geração de conhecimento significativo para o desenvolvimento da ciência tecnológica na região amazônica.	Bolsa Concedida (Un)		1.718	9.613.483	5.593	46.052.826	7.311	55.666.309
			Araguaia	1	14.400	48	97.200	49	111.600
			Baixo Amazonas	111	532.800	343	2.054.400	454	2.587.200
			Carajás	124	394.800	372	1.184.400	496	1.579.200
			Guamá	2	59.400	6	178.200	8	237.600
			Marajó	20	24.000	60	72.000	80	96.000
			Metropolitana	1.242	7.844.143	4.140	39.694.806	5.382	47.538.949
			Rio Caeté	34	124.200	132	804.600	166	928.800



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Gestão das Atividades de Ciência e Tecnologia	Realizar atividades gerenciais, de acompanhamento e de avaliação das ações estruturantes de ciência e tecnologia.	Relatório de Avaliação Produzido (Un)	Rio Capim	1	14.400	93	151.200	94	165.600
			Tocantins	171	458.940	363	1.376.820	534	1.835.760
			Xingu	12	146.400	36	439.200	48	585.600
				2	125.000	6	575.000	8	700.000
			Metropolitana	2	125.000	6	575.000	8	700.000
Identificação e Mapeamento de Competências em Ciência, Tecnologia e Inovação	Desenvolver o observatório estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.	Sistema de Informação Implantado (Un)		3	197.750	15	808.654	18	1.006.404
			Araguaia	0	0	3	165.754	3	165.754
			Carajás	1	66.509	3	166.052	4	232.561
			Guamá	1	46.642	2	153.588	3	200.230
			Metropolitana	1	84.599	1	20.133	2	104.732
			Rio Caeté	0	0	3	147.671	3	147.671
			Tocantins	0	0	3	155.456	3	155.456
				1	150.000	0	0	1	150.000
Implantação do Museu Interativo de Ciência e Tecnologia	Construir espaço dinâmico e interativo de ciência e tecnologia.	Museu de Ciência e Tecnologia Construído (Un)	Metropolitana	1	150.000	0	0	1	150.000
				3	2.460.196	25	20.907.361	28	23.367.557
Implementação de Laboratórios de Ciência e Tecnologia	Equipar os laboratórios de instituições de ensino e pesquisa, hospitais e instituições de perícias criminais do Estado.	Laboratório Equipado (Un)	Metropolitana	3	2.460.196	25	20.907.361	28	23.367.557
				54	14.688.581	102	41.455.611	156	56.144.192
Incentivo a Formação de Redes de Pesquisa	Fomentar a produção de conhecimento para áreas consideradas prioritárias.	Rede de Pesquisa Apoiada (Un)	Baixo Amazonas	1	365.647	1	365.647	2	731.294
			Carajás	7	2.048.388	18	8.428.388	25	10.476.776
			Lago de Tucuruí	2	172.811	2	172.811	4	345.622
			Metropolitana	38	10.334.882	65	24.697.049	103	35.031.931
			Rio Caeté	2	952.596	7	3.952.596	9	4.905.192
			Rio Capim	1	218.846	1	218.846	2	437.692
			Tocantins	1	113.014	2	637.877	3	750.891
			Xingu	2	482.397	6	2.982.397	8	3.464.794
				211	12.360.000	598	38.404.745	809	50.764.745
Incentivo a Projetos de Pesquisa em Ciência e Tecnologia	Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação.	Projeto de Pesquisa Apoiado (Un)	Araguaia	6	270.000	15	720.000	21	990.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Sistema de Avaliação de Desempenho de Redes de Pesquisa	Realizar atividades gerenciais de acompanhamento e avaliação do desempenho das ações de ciência, tecnologia e inovação no Estado do Pará	Sistema Implantado (Un)	Baixo Amazonas	11	490.226	27	2.340.000	38	2.830.226
			Carajás	16	1.211.526	51	3.720.000	67	4.931.526
			Guamá	5	295.000	13	735.000	18	1.030.000
			Lago de Tucuruí	1	60.000	5	300.000	6	360.000
			Marajó	6	472.371	22	1.880.000	28	2.352.371
			Metropolitana	132	6.506.241	390	23.824.745	522	30.330.986
			Rio Caeté	12	1.476.365	35	2.030.000	47	3.506.365
			Rio Capim	3	130.000	7	320.000	10	450.000
			Tocantins	7	355.000	17	1.610.000	24	1.965.000
			Xingu	12	1.093.271	16	925.000	28	2.018.271
				1	148.457	1	661.807	1	810.264
			Metropolitana	1	148.457	1	661.807	1	810.264

PODER EXECUTIVO

ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA: DISSEMINAÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

R\$: 16.274.792,00

Objetivo: Possibilitar o crescimento sócio-econômico sem a exaustão dos recursos naturais, e a difusão do conhecimento científico e tecnológico voltado às necessidades do desenvolvimento sustentável do Estado.
Público Alvo: Pesquisadores e estudantes
Órgãos Executores: FAPESPA, SEDECT
Diretriz(es) do Governo: Agregação de valor à produção por meio do conhecimento

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento de publicaes incentivadas	percentual	FAPESPA	ND	Jul/2011	10	20

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio a Participação de Pesquisadores em Eventos Nacionais e Internacionais	Possibilitar que pesquisadores divulguem os resultados de suas investigações em eventos nacionais e internacionais.	Pesquisador Atendido (Un)		137	618.500	379	1.707.500	516	2.326.000
			Araguaia	4	18.000	12	54.000	16	72.000
			Baixo Amazonas	15	67.500	31	139.500	46	207.000
			Carajás	8	36.000	17	76.500	25	112.500
			Guamá	3	13.500	7	31.500	10	45.000
			Lago de Tucuruí	1	4.500	3	13.500	4	18.000
			Marajó	3	13.500	10	45.000	13	58.500
			Metropolitana	78	353.000	235	1.059.500	313	1.412.500
			Rio Caeté	7	31.500	15	67.500	22	99.000
			Rio Capim	3	13.500	8	36.000	11	49.500
			Tocantins	9	40.500	24	108.000	33	148.500
			Xingu	6	27.000	17	76.500	23	103.500
Apoio a Publicações Científicas	Viabilizar a publicação dos resultados das pesquisas realizadas com apoio da Fapespa.	Publicação Científica Apoiada (Un)		76	1.530.000	196	4.150.000	272	5.680.000
			Araguaia	3	60.000	9	180.000	12	240.000
			Baixo Amazonas	6	120.000	14	280.000	20	400.000
			Carajás	4	80.000	12	240.000	16	320.000
			Guamá	2	40.000	6	120.000	8	160.000
			Lago de Tucuruí	2	40.000	6	120.000	8	160.000
			Marajó	3	60.000	9	180.000	12	240.000

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio a Realização de Eventos Científicos	Disseminar o conhecimento científico e tecnologico através do empreendimento de eventos científicos no Estado do Pará.	Evento Apoiado (Un)	Metropolitana	40	810.000	100	2.230.000	140	3.040.000
			Rio Caeté	5	100.000	13	260.000	18	360.000
			Rio Capim	2	40.000	6	120.000	8	160.000
			Tocantins	7	140.000	15	300.000	22	440.000
			Xingu	2	40.000	6	120.000	8	160.000
				82	1.020.000	231	2.650.000	313	3.670.000
			Araguaia	2	12.000	6	36.000	8	48.000
			Baixo Amazonas	6	58.000	18	148.000	24	206.000
			Carajás	5	46.000	13	118.000	18	164.000
			Guamá	3	22.000	7	46.000	10	68.000
Premiação em Ciência, Tecnologia e Inovação	Incentivar a produção de dissertações e teses em ciência, tecnologia e inovação.	Pesquisa Premiada (Un)	Lago de Tucuruí	2	16.000	3	28.000	5	44.000
			Metropolitana	51	765.000	149	2.010.000	200	2.775.000
			Rio Caeté	4	39.000	10	93.000	14	132.000
			Rio Capim	6	36.000	16	88.000	22	124.000
			Tocantins	1	6.000	3	18.000	4	24.000
			Xingu	2	20.000	6	65.000	8	85.000
				7	615.000	18	1.485.000	25	2.100.000
			Metropolitana	7	615.000	18	1.485.000	25	2.100.000
Realização de Eventos para Popularização de Ciência, Tecnologia e Inovação	Realização de atividades massificadoras, fixas e itinerantes de popularização do conhecimento científico e tecnológico, em âmbito estadual.	Evento Realizado (Un)		14	638.438	38	1.860.354	52	2.498.792
			Baixo Amazonas	1	53.194	3	142.863	4	196.057
			Carajás	2	73.194	4	140.752	6	213.946
			Guamá	1	53.194	2	78.752	3	131.946
			Lago de Tucuruí	1	53.194	3	142.867	4	196.061
			Metropolitana	2	99.388	6	315.720	8	415.108
			Rio Caeté	3	129.582	7	296.367	10	425.949
			Rio Capim	1	43.194	3	176.974	4	220.168
			Tocantins	3	133.498	7	403.840	10	537.338
			Xingu	0	0	3	162.219	3	162.219

CONTINUA NO CADERNO 9

Caderno 9

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

GABINETE DO GOVERNADOR

 PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA: INCLUSÃO DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO - NAVEGAPARÁ **R\$: 78.854.566,00**

Objetivo: Ampliar a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no Estado, para a melhoria na acessibilidade digital.
Público Alvo: População do Estado do Pará
Órgãos Executores: FAPESPA, PRODEPA, SEDECT

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social
Promoção à articulação político-institucional e desconcentração do Governo

Indicadores do Programa									
Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado				
					2012	Até 2015			
Incremento da Inclusão Digital (Infocenter Estado)	Percentual	SEDECT	ND	Jul/2011	5	5			
Incremento da Inclusão Digital (Infocenter Parceiros)	Percentual	SEDECT	ND	Jul/2011	5	5			

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Ações para Cidadania Digital	Realizar práticas artísticas, culturais e ações educativas de incentivo à inclusão digital das comunidades e municípios do estado.	Projeto Beneficiado (Un)		30	600.000	90	1.800.000	120	2.400.000
			Baixo Amazonas	4	80.000	12	240.000	16	320.000
			Carajás	3	60.000	9	180.000	12	240.000
			Metropolitana	17	340.000	51	1.020.000	68	1.360.000
			Rio Caeté	2	40.000	6	120.000	8	160.000
			Tapajós	2	40.000	6	120.000	8	160.000
			Tocantins	2	40.000	6	120.000	8	160.000
 Concessão de Bolsas aos Monitores de Infocentros	Garantir monitoria e orientação técnica para acessibilidade digital nos Infocentros instalados nos Municípios.	Bolsa Concedida (Un)		100	420.000	300	1.260.000	400	1.680.000
			Baixo Amazonas	12	50.400	36	151.200	48	201.600
			Carajás	8	33.600	24	100.800	32	134.400
			Guamá	6	25.200	18	75.600	24	100.800
			Lago de Tucuruí	2	8.400	6	25.200	8	33.600
			Metropolitana	57	239.400	171	718.200	228	957.600
			Rio Caeté	10	42.000	30	126.000	40	168.000
			Tocantins	3	12.600	9	37.800	12	50.400
			Xingu	2	8.400	6	25.200	8	33.600

 PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Implantação de Cidade Digital	Viabilizar acesso à rede de telecomunicações nos municípios do Estado.	Cidade Digital Implantada (Un)		6	911.496	6	15.054.373	6	15.965.869
			Araguaia	1	164.803	1	2.458.061	1	2.622.864
			Baixo Amazonas	1	164.803	1	2.599.044	1	2.763.847
			Carajás	1	87.474	1	2.549.042	1	2.636.516
			Guamá	1	164.803	1	2.408.059	1	2.572.862
			Lago de Tucuruí	1	164.803	1	2.458.049	1	2.622.852
			Metropolitana	1	164.810	1	2.582.118	1	2.746.928
 Implantação de Infocentros	Prover locais de acessibilidade digital às comunidades e população em geral de todos os municípios do estado.	Infocentro Implantado (Un)		118	1.746.330	152	6.489.442	152	8.235.772
			Araguaia	2	26.833	4	64.066	4	90.899
			Baixo Amazonas	2	26.834	4	369.606	4	396.440
			Carajás	10	134.174	10	475.791	10	609.965
			Guamá	16	234.676	16	769.468	16	1.004.144
			Lago de Tucuruí	8	117.332	2	277.578	8	394.910
			Marajó	2	26.833	4	64.065	4	90.898
			Metropolitana	52	820.803	52	2.445.688	52	3.266.491
			Rio Caeté	12	161.006	18	500.727	18	661.733
			Rio Capim	2	26.837	16	541.803	16	568.640
			Tapajós	0	0	4	170.279	4	170.279
			Tocantins	4	53.666	8	287.417	8	341.083
			Xingu	8	117.336	8	522.954	8	640.290
 Implantação de Infovias	Disponibilizar infraestrutura adequada de redes de telecomunicações nos municípios do Estado do Pará.	Município Interligado (Un)		25	5.032.131	80	23.498.582	103	28.530.713
			Araguaia	10	2.005.908	0	0	10	2.005.908
			Baixo Amazonas	0	0	12	6.358.480	12	6.358.480
			Carajás	12	2.674.547	6	1.980.179	16	4.654.726
			Guamá	2	334.326	2	271.605	4	605.931
			Lago de Tucuruí	0	0	2	604.056	2	604.056
			Marajó	0	0	16	6.717.641	16	6.717.641
			Rio Capim	0	0	15	4.832.457	15	4.832.457
			Tapajós	1	17.350	0	0	1	17.350
			Tocantins	0	0	11	2.734.164	11	2.734.164
 Implantação de Pontos Livres de Acesso a Internet	Disponibilizar conexões de acesso à rede mundial de internet nos municípios do estado.	Ponto Livre Implantado (Un)		24	261.264	62	2.616.443	62	2.877.707
			Araguaia	10	126.750	2	19.976	10	146.726



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Implementação da Cidade Digital	Manter o funcionamento regular da infraestrutura de acesso à rede de telecomunicações nos municípios do Estado do Pará.	Cidade Digital Implementada (Un)	Baixo Amazonas	2	23.439	16	376.681	16	400.120
			Carajás	10	87.639	10	263.415	10	351.054
			Guamá	0	0	4	64.378	4	64.378
			Lago de Tucuruí	0	0	2	19.976	2	19.976
			Marajó	0	0	2	526.144	2	526.144
			Metropolitana	2	23.436	2	188.184	2	211.620
			Rio Capim	0	0	14	935.671	14	935.671
			Tocantins	0	0	10	222.018	10	222.018
				6	948.703	6	3.497.911	6	4.446.614
			Araguaia	1	158.118	1	582.984	1	741.102
			Baixo Amazonas	1	158.118	1	582.984	1	741.102
			Carajás	1	158.118	1	582.984	1	741.102
			Guamá	1	158.118	1	582.984	1	741.102
 Implementação de Infocentros	Manter o funcionamento e acessibilidade digital plena dos Infocentros instalados nos Municípios.	Infocentro Implementado (Un)	Lago de Tucuruí	1	158.113	1	582.991	1	741.104
			Metropolitana	1	158.118	1	582.984	1	741.102
				62	319.158	76	1.927.372	76	2.246.530
			Araguaia	1	6.915	2	24.874	2	31.789
			Baixo Amazonas	1	6.915	2	92.359	2	99.274
			Carajás	5	27.660	5	104.088	5	131.748
			Guamá	8	41.493	8	221.321	8	262.814
			Lago de Tucuruí	4	13.830	1	79.922	4	93.752
			Marajó	1	6.915	2	24.874	2	31.789
			Metropolitana	29	139.365	29	777.709	29	917.074
			Rio Caeté	6	41.490	9	165.921	9	207.411
			Rio Capim	1	6.915	8	166.981	8	173.896
			Tapajós	0	0	2	51.868	2	51.868
 Implementação de Infovias	Manter regular o funcionamento da infraestrutura de redes de telecomunicações dos municípios do Estado do Pará.	Infovia Mantida (Un)	Tocantins	2	13.830	4	90.246	4	104.076
			Xingu	4	13.830	4	127.209	4	141.039
				15	3.182.514	29	9.118.024	42	12.300.538
			Araguaia	6	1.213.003	0	0	6	1.213.003
			Baixo Amazonas	0	0	6	2.484.069	6	2.484.069



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Implementação dos Pontos Livres de Acesso a Internet	Manter o pleno funcionamento das conexões de acesso à internet instaladas nos Municípios.	Ponto Livre Implementado (Un)	Carajás	8	1.750.672	1	645.341	8	2.396.013
			Guamá	1	218.839	1	168.203	1	387.042
			Lago de Tucuruí	0	0	1	199.541	1	199.541
			Marajó	0	0	7	2.737.721	7	2.737.721
			Rio Capim	0	0	8	1.596.326	8	1.596.326
			Tocantins	0	0	5	1.286.823	5	1.286.823
				12	38.387	41	132.436	45	170.823
			Araguaia	5	15.990	1	1.462	5	17.452
			Baixo Amazonas	1	3.198	8	25.584	8	28.782
			Carajás	5	15.990	5	9.004	5	24.994
			Guamá	0	0	3	8.352	3	8.352
			Lago de Tucuruí	0	0	1	1.462	1	1.462
			Marajó	0	0	9	31.005	9	31.005
			Metropolitana	1	3.209	1	5.562	1	8.771
			Rio Capim	0	0	8	32.780	8	32.780
			Tocantins	0	0	5	17.225	5	17.225



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA: SISTEMA PARAENSE DE INOVAÇÃO

R\$: 121.861.324,00

Objetivo: Promover a inovação tecnológica para o aumento da competitividade estadual.

Público Alvo: Instituições de ciência & tecnologia (C & T), empresas e órgãos governamentais

Órgãos Executores: FAPESPA, FGUAMA, SEDECT

Diretriz(es) do Governo: Agregação de valor à produção por meio do conhecimento

Indicadores do Programa									
Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado				
					2012	Até 2015			
Grau de implantação e desempenho do sistema	Percentual implantado	SEDECT	2	Jan/2011	32	100			
Incremento de bolsas para ações inovadoras	Percentual	FAPESPA	ND	Jul/2011	33	17			

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Aplicação da Gestão do Conhecimento para Inovação	Estimular a adoção de práticas de gestão do conhecimento para viabilização da inovação.	Prática Adotada (Un)		11	318.756	22	1.011.311	33	1.330.067
			Baixo Amazonas	1	28.978	3	136.507	4	165.485
			Carajás	2	57.956	6	271.057	8	329.013
			Lago de Tucuruí	1	28.978	3	146.507	4	175.485
			Metropolitana	6	173.866	7	320.733	13	494.599
			Rio Caeté	1	28.978	3	136.507	4	165.485
Apoio à Incubação de Empresas de Base Tecnológica	Promover o fortalecimento de incubadoras de empresas voltadas ao desenvolvimento de empreendimentos inovadores de base tecnológica.	Incubadora Apoiada (Un)		7	831.057	21	1.700.360	28	2.531.417
			Baixo Amazonas	1	118.722	3	265.766	4	384.488
			Carajás	1	118.724	3	265.765	4	384.489
			Lago de Tucuruí	1	118.722	3	275.766	4	394.488
			Metropolitana	3	356.167	9	627.297	12	983.464
			Rio Caeté	1	118.722	3	265.766	4	384.488
Captação de Recursos para o Parque de Ciência e Tecnologia Guamá	Consolidar a implantação e o pleno funcionamento do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá.	Convênio/Contrato Firmado (Un)		3	196.902	17	474.626	20	671.528
			Metropolitana	3	196.902	17	474.626	20	671.528



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Concessão de Bolsas e Auxílios à Inovação	Incentivar a produção de conhecimentos que proporcionem o desenvolvimento de processos e/ou produtos inovadores para a economia paraense.	Bolsa/Auxílio Concedido (Un)		24	4.426.196	69	9.875.000	93	14.301.196
			Metropolitana	24	4.426.196	69	9.875.000	93	14.301.196
Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá	Expandir ambiente indutor e viabilizador de inovação voltado ao desenvolvimento sustentado da região metropolitana de Belém.	Parque de Ciência e Tecnologia Guamá Consolidado (Prc)		90	8.577.957	10	3.880.592	100	12.458.549
			Metropolitana	90	8.577.957	10	3.880.592	100	12.458.549
Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá	Assegurar a manutenção e o funcionamento do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá.	Parque de Ciência e Tecnologia Guamá Implementado (Un)		1	1.071.285	1	2.579.084	1	3.650.369
			Metropolitana	1	1.071.285	1	2.579.084	1	3.650.369
Implantação de Serviços Tecnológicos no Parque de Ciência e Tecnologia Guamá	Disponibilizar serviços de inovação tecnológica para o aumento da competitividade do estado.	Serviço Tecnológico Implantado (Un)		3	303.455	11	731.468	14	1.034.923
			Metropolitana	3	303.455	11	731.468	14	1.034.923
Implantação do Modelo de Negócios do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá	Garantir a sustentabilidade e padrão de gestão empresarial para o funcionamento pleno do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá.	Modelo de Negócio Implantado (Prc)		20	124.856	80	304.474	100	429.330
			Metropolitana	20	124.856	80	304.474	100	429.330
Implantação do Parque de Ciência e Tecnologia Tapajós	Criar ambiente indutor e viabilizador de inovação para o desenvolvimento sustentado da região oeste do Estado.	Parque de Ciência e Tecnologia Implantado (Prc)		11	4.282.223	89	37.627.432	100	41.909.655
			Baixo Amazonas	11	4.282.223	89	37.627.432	100	41.909.655
Implantação do Parque de Ciência e Tecnologia Tocantins	Criar ambiente indutor e viabilizador de inovação para o desenvolvimento sustentado da região sudeste do Estado.	Parque de Ciência e Tecnologia Implantado (Prc)		11	4.282.223	89	37.627.431	100	41.909.654
			Carajás	11	4.282.223	89	37.627.431	100	41.909.654
Indução à Aplicação da Tecnologia Industrial Básica -TIB	Incentivar a realização de serviços de propriedade intelectual, de metrologia, de avaliação da conformidade, de normalização e de gestão tecnológica para agregação de valor a bens, serviços e processos.	Serviço Realizado (Un)		14	593.824	34	1.040.812	48	1.634.636
			Baixo Amazonas	1	39.588	3	134.697	4	174.285
			Carajás	2	79.176	1	44.900	3	124.076



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Guamá	0	0	1	44.900	1	44.900
			Lago de Tucuruí	0	0	1	44.900	1	44.900
			Marajó	0	0	1	34.382	1	34.382
			Metropolitana	9	395.884	22	556.970	31	952.854
			Rio Caeté	1	39.588	2	79.282	3	118.870
			Rio Capim	1	39.588	1	44.900	2	84.488
			Tocantins	0	0	1	34.382	1	34.382
			Xingu	0	0	1	21.499	1	21.499



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO

PROGRAMA: MUNICÍPIOS VERDES

R\$: 100.896.056,00

Objetivo: Promover o desenvolvimento local baseado na produção sustentável.

Público Alvo: População do Estado do Pará

Órgãos Executores: BANPARÁ, EMATER, IDEFLOR, IDESP, IMAZOM, ITERPA, SEICOM, SEMA, TNC

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável

Promoção à articulação político-institucional e desconcentração do Governo

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento anual de áreas regularizadas inseridas no Cadastro Ambiental Rural (CAR)	Percentual	SEMA	19.909.007 (ha)	2011	15	30
Taxa de municipalização da gestão ambiental	Percentual	SEMA	25	Dez/2010	35	73
Variao da Taxa de Desflorestamento	Percentual	INPE/PRODES	-13	2010	-10	-10

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Ações de Regularização Fundiária - Municípios Verdes	Assegurar o acesso à propriedade como forma de promover o desenvolvimento econômico e a paz social, em áreas dos municípios verdes.	Título Expedido (Un)		2.572	2.763.838	2.477	6.859.152	5.049	9.622.990
			Araguaia	245	304.200	155	313.712	400	617.912
			Baixo Amazonas	110	121.206	350	2.540.700	460	2.661.906
			Carajás	320	334.079	257	710.174	577	1.044.253
			Lago de Tucuruí	20	41.208	80	215.708	100	256.916
			Marajó	75	78.286	228	404.804	303	483.090
			Rio Capim	452	401.095	200	221.197	652	622.292
			Tocantins	1.100	1.190.014	655	647.087	1.755	1.837.101
			Xingu	250	293.750	552	1.805.770	802	2.099.520
				13	136.020	30	485.560	41	621.580
 Apoio à Dinamização da Economia Local em Bases Sustentáveis	Criar ambiente favorável ao desenvolvimento da economia de baixo carbono e alto valor agregado.	Município Atendido (Un)							
			Araguaia	3	10.806	4	67.053	7	77.859
			Baixo Amazonas	1	27.204	4	65.315	4	92.519
			Carajás	0	0	2	31.797	2	31.797
			Lago de Tucuruí	1	13.602	5	80.353	6	93.955
			Rio Caeté	4	30.000	1	15.021	4	45.021



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Apoio à Gestão Municipal de Resíduos Sólidos	Apoiar os municípios na elaboração e implementação dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos.	Plano Municipal Implementado (Un)	Rio Capim	3	40.806	4	63.577	7	104.383
			Tapajós	0	0	3	48.556	3	48.556
			Tocantins	0	0	2	31.797	2	31.797
			Xingu	1	13.602	5	82.091	6	95.693
				20	3.000.000	42	9.000.000	62	12.000.000
			Araguaia	1	150.000	3	571.428	4	721.428
			Baixo Amazonas	1	150.000	4	1.000.005	5	1.150.005
			Carajás	1	150.000	4	999.999	5	1.149.999
			Guamá	4	600.000	6	1.142.859	10	1.742.859
			Lago de Tucuruí	0	0	3	714.285	3	714.285
			Marajó	0	0	2	428.571	2	428.571
			Metropolitana	3	450.000	2	571.428	5	1.021.428
			Rio Caeté	3	450.000	4	857.142	7	1.307.142
			Rio Capim	0	0	8	1.285.713	8	1.285.713
			Tapajós	2	300.000	1	285.714	3	585.714
			Tocantins	2	300.000	1	285.714	3	585.714
			Xingu	3	450.000	4	857.142	7	1.307.142
				19	1.500.000	42	4.500.000	61	6.000.000
 Apoio à Implementação de Planos Municipais de Combate ao Desmatamento	Apoiar os municípios na implementação dos planos municipais de prevenção e redução do desmatamento.	Plano Municipal Implementado (Un)	Araguaia	1	75.000	3	285.713	4	360.713
			Baixo Amazonas	1	75.000	4	499.999	5	574.999
			Carajás	1	75.000	4	499.999	5	574.999
			Guamá	2	150.000	6	571.438	8	721.438
			Lago de Tucuruí	1	150.000	3	357.142	4	507.142
			Marajó	0	0	2	214.285	2	214.285
			Metropolitana	3	225.000	2	285.714	5	510.714
			Rio Caeté	3	225.000	4	428.573	7	653.573
			Rio Capim	0	0	8	642.853	8	642.853
			Tapajós	2	150.000	1	142.857	3	292.857
			Tocantins	2	150.000	1	142.857	3	292.857
			Xingu	3	225.000	4	428.570	7	653.570



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Apoio à Institucionalização do Programa Redução de Emissões por Desmatamento, Degradação e Manejo Florestal – REDD, no Estado do Pará	Desenvolver ações de gestão de registro, certificação e avaliação de projetos-piloto no âmbito do Programa REDD no Estado do Pará.	Relatório Disponibilizado (Un)		7	76.050	19	219.737	26	295.787
			Araguaia	1	20.380	3	65.033	4	85.413
			Baixo Amazonas	4	40.116	12	125.162	16	165.278
			Metropolitana	1	9.179	1	10.417	2	19.596
			Rio Capim	1	6.375	3	19.125	4	25.500
 Apoio ao Cadastro Ambiental Rural	Identificar nas propriedades rurais, as áreas alteradas e de preservacao de forma a consolidar o cadastro ambiental estadual.	Propriedade Rural Cadastrada (Un)		16.996	8.829.400	67.000	13.423.750	83.996	22.253.150
			Araguaia	1.096	569.636	4.320	866.040	5.416	1.435.676
			Baixo Amazonas	1.382	712.085	5.440	1.082.680	6.822	1.794.765
			Carajás	1.370	712.045	5.400	1.082.550	6.770	1.794.595
			Guamá	2.820	1.466.064	10.800	2.165.100	13.620	3.631.164
			Lago de Tucuruí	822	427.227	3.240	649.530	4.062	1.076.757
			Marajó	548	284.818	2.160	433.020	2.708	717.838
			Metropolitana	1.286	670.073	5.400	1.082.550	6.686	1.752.623
			Rio Caeté	1.918	996.863	7.560	1.515.570	9.478	2.512.433
			Rio Capim	2.192	1.139.272	8.640	1.732.080	10.832	2.871.352
			Tapajós	822	427.227	3.240	649.530	4.062	1.076.757
			Tocantins	822	427.227	3.240	649.530	4.062	1.076.757
			Xingu	1.918	996.863	7.560	1.515.570	9.478	2.512.433
 Apoio ao Cadastro Ambiental Rural, ao Licenciamento Ambiental Rural, a Restauração Florestal e ao Zoneamento	Apoiar as ações municipais voltadas para o atendimento de obrigações legais no âmbito da gestão ambiental e territorial dos municípios verdes.	Município Apoiado (Un)		50	5.150.000	143	15.450.000	143	20.600.000
			Araguaia	11	1.188.351	15	1.521.660	26	2.710.011
			Baixo Amazonas	2	208.080	9	992.270	11	1.200.350
			Carajás	5	463.294	12	1.896.760	12	2.360.054
			Guamá	0	0	16	1.680.510	16	1.680.510
			Lago de Tucuruí	7	888.320	5	567.675	14	1.455.995
			Marajó	1	151.515	14	1.456.560	15	1.608.075
			Metropolitana	0	0	5	1.219.040	5	1.219.040
			Rio Caeté	2	208.080	10	1.010.960	12	1.219.040
			Rio Capim	11	1.191.915	13	1.253.045	24	2.444.960
			Tapajós	3	264.080	6	983.835	6	1.247.915



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas dos Municípios Verdes	Orientar a implementação de estilos e técnicas de agricultura e pecuária sustentáveis a produtores rurais dos municípios verdes	Família Assistida (Un)	Tocantins	2	208.080	11	1.256.915	11	1.464.995
			Xingu	4	378.285	10	1.610.770	10	1.989.055
				3.730	382.758	12.716	1.328.600	16.446	1.711.358
			Araguaia	488	39.040	1.404	105.792	1.892	144.832
			Baixo Amazonas	260	20.800	780	66.144	1.040	86.944
			Carajás	366	29.280	1.191	101.173	1.557	130.453
			Guamá	356	28.480	1.161	98.630	1.517	127.110
			Lago de Tucuruí	332	26.560	1.182	100.586	1.514	127.146
			Marajó	340	27.200	1.020	86.496	1.360	113.696
			Metropolitana	100	89.600	300	287.128	400	376.728
			Rio Caeté	300	24.000	1.400	118.875	1.700	142.875
			Rio Capim	418	33.440	1.533	130.210	1.951	163.650
			Tapajós	196	15.680	681	57.932	877	73.612
			Tocantins	266	24.038	1.061	90.139	1.327	114.177
			Xingu	308	24.640	1.003	85.495	1.311	110.135
				19	5.533.208	43	14.198.407	62	19.731.615
			Araguaia	1	291.221	3	1.066.900	4	1.358.121
			Baixo Amazonas	1	291.221	4	1.379.508	5	1.670.729
			Carajás	1	291.221	4	1.379.508	5	1.670.729
 Desconcentração e Descentralização da Gestão Ambiental	Fortalecer as unidades regionais e secretarias municipais de meio ambiente.	Município Apoiado (Un)	Guamá	4	1.164.884	6	1.622.248	10	2.787.132
			Lago de Tucuruí	0	0	3	836.468	3	836.468
			Marajó	0	0	2	804.972	2	804.972
			Metropolitana	2	582.451	3	1.117.580	5	1.700.031
			Rio Caeté	3	873.663	4	1.379.508	7	2.253.171
			Rio Capim	0	0	8	1.915.684	8	1.915.684
			Tapajós	2	582.442	1	543.044	3	1.125.486
			Tocantins	2	582.442	1	543.043	3	1.125.485
			Xingu	3	873.663	4	1.609.944	7	2.483.607
				13	172.100	21	237.476	34	409.576
			Araguaia	1	24.197	3	59.060	4	83.257
			Baixo Amazonas	1	10.514	3	26.114	4	36.628
 Elaboração de Indicadores e Estudos Ambientais	Disponibilizar indicadores e informações sobre o meio ambiente dos municípios paraenses.	Boletim Disponibilizado (Un)							



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Produção Florestal	Desenvolver a economia florestal através de reflorestas plantadas para fins econômicos com espécies florestais nativas e sistemas agroflorestais.	Floresta Plantada (Ha)	Carajás	1	11.437	3	23.147	4	34.584
			Guamá	1	1.620	0	0	1	1.620
			Lago de Tucuruí	1	4.451	0	0	1	4.451
			Marajó	1	1.620	0	0	1	1.620
			Metropolitana	1	89.128	3	60.275	4	149.403
			Rio Caeté	1	1.620	0	0	1	1.620
			Rio Capim	1	7.670	3	20.921	4	28.591
			Tapajós	2	7.290	3	20.921	5	28.211
			Tocantins	1	1.620	0	0	1	1.620
			Xingu	1	10.933	3	27.038	4	37.971
				12.800	1.400.000	17.600	4.500.000	30.400	5.900.000
			Araguaia	1.400	153.125	1.600	408.332	3.000	561.457
			Baixo Amazonas	1.400	153.125	1.400	374.999	2.800	528.124
			Carajás	1.200	131.250	2.000	533.332	3.200	664.582
			Guamá	1.200	131.250	1.800	441.665	3.000	572.915
			Lago de Tucuruí	600	65.625	1.200	299.999	1.800	365.624
			Marajó	1.400	153.125	1.800	441.665	3.200	594.790
			Metropolitana	400	43.750	800	204.166	1.200	247.916
			Rio Caeté	1.400	153.125	1.800	441.665	3.200	594.790
 Restauração Florestal	Recuperar áreas alteradas (APP)	Área Restaurada (Ha)	Rio Capim	1.200	131.250	1.800	483.332	3.000	614.582
			Tapajós	600	65.625	1.000	237.499	1.600	303.124
			Tocantins	1.000	109.375	1.200	299.999	2.200	409.374
			Xingu	1.000	109.375	1.200	333.347	2.200	442.722
				6.200	250.000	9.400	1.500.000	15.600	1.750.000
			Araguaia	500	20.160	800	126.104	1.300	146.264
			Baixo Amazonas	700	28.224	900	155.823	1.600	184.047
			Carajás	500	20.160	1.200	189.156	1.700	209.316
			Guamá	700	28.240	600	94.993	1.300	123.233
			Lago de Tucuruí	400	16.128	600	94.163	1.000	110.291
			Marajó	600	24.192	900	137.215	1.500	161.407
			Metropolitana	200	8.064	400	63.052	600	71.116
			Rio Caeté	600	24.192	900	137.215	1.500	161.407
			Rio Capim	600	24.192	1.100	178.050	1.700	202.242
			Tapajós	300	12.096	500	74.163	800	86.259

 **PPA 2012 - 2015**
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Tocantins	500	20.160	600	94.163	1.100	114.323
			Xingu	600	24.192	900	155.903	1.500	180.095

 **PPA 2012 - 2015**
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO
PROGRAMA: PROGRAMA DE REDUÇÃO DA POBREZA E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO ESTADO DO PARÁ - PARÁ RURAL

RS: 64.405.333,00

Objetivo: Reduzir a taxa de famílias rurais vivendo abaixo da linha da pobreza.
Público Alvo: Famílias rurais vivendo abaixo da linha da pobreza organizadas em cooperativas e associações
Órgãos Executores: NGPR

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável
Promoção da inclusão social

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento de projetos de investimentos produtivos financiados	Percentual	Pará Rural	ND	Jul/2011	5	5
Número de famílias atendidas pelo programa	Unidade	INGPR	2.208	2010	4.920	14.760
Taxa de Pobreza na área rural	Percentual	IDESP / Mapa de Exclusão Social do Pará	44,57	2009	37,02	30,75

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Administração e Gerenciamento do Programa Pará Rural	Garantir o monitoramento e a gestão dos componentes do Programa.	Atividade Monitorada (Un)		1	2.791.198	1	12.756.355	1	15.547.553
			Metropolitana	1	2.791.198	1	12.756.355	1	15.547.553
Apoio ao Desenvolvimento das Atividades Produtivas	Garantir oportunidades de geração de trabalho e renda à população rural que se encontra abaixo da linha da pobreza.	Projeto de Investimento Produtivo Financiado (Un)		105	12.850.957	105	2.577.420	210	15.428.377
			Araguaia	14	1.713.467	14	343.734	28	2.057.201
			Baixo Amazonas	8	979.120	8	196.368	16	1.175.488
			Carajás	7	856.730	7	171.822	14	1.028.552
			Guamá	10	1.223.900	10	245.460	20	1.469.360
			Lago de Tucuruí	5	611.950	5	122.730	10	734.680
			Marajó	11	1.346.290	11	270.006	22	1.616.296
			Metropolitana	4	489.560	4	98.184	8	587.744
			Rio Caeté	12	1.468.680	12	294.552	24	1.763.232
			Rio Capim	13	1.591.070	13	319.098	26	1.910.168
			Tapajós	4	489.560	4	98.184	8	587.744
			Tocantins	8	979.120	8	196.368	16	1.175.488

 **PPA 2012 - 2015**
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Elaboração da Base Cartográfica Digital da Calha Norte e Zona Leste	Implementar um sistema articulado de gestão de uso e apropriação da base natural de recursos do território paraense.	Base Cartográfica Digital Implantada (Un)	Xingu	9	1.101.510	9	220.914	18	1.322.424
				112	1.945.034	112	3.553.494	112	5.498.528
			Araguaia	15	132.625	15	242.312	15	374.937
			Baixo Amazonas	9	612.685	9	1.119.350	9	1.732.035
			Carajás	12	161.664	12	295.354	12	457.018
			Guamá	17	300.594	17	549.168	17	849.762
			Lago de Tucuruí	7	66.939	7	122.294	7	189.233
			Marajó	2	76.917	2	140.524	2	217.441
			Metropolitana	6	106.092	6	193.824	6	299.916
			Rio Caeté	15	212.184	15	387.648	15	599.832
			Rio Capim	16	160.401	16	293.044	16	453.445
			Tocantins	11	97.251	11	177.672	11	274.923
			Xingu	2	17.682	2	32.304	2	49.986
Estudos e Desenvolvimento de Cadeias Produtivas	Dar sustentabilidade às cadeias produtivas, a oportunidades de mercado a gestão de negócios.	Cadeia Produtiva Desenvolvida (Un)		1	78.000	1	78.000	1	156.000
			Metropolitana	1	78.000	1	78.000	1	156.000
Estudos e Monitoramento da Pobreza	Subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a geração sustentável de emprego e renda na perspectiva de erradicação da pobreza no meio rural.	Relatório Produzido (Un)		1	78.000	1	78.000	1	156.000
			Metropolitana	1	78.000	1	78.000	1	156.000
Fortalecimento Institucional da SEMA	Garantir a eficiência da gestão institucional dos segmentos ambientais.	Instituição Modernizada (Un)		1	1.520.000	1	500.000	1	2.020.000
			Metropolitana	1	1.520.000	1	500.000	1	2.020.000
Gestão Ambiental para o Ordenamento Territorial	Fortalecer a gestão ambiental e territorial do Estado.	Município Zoneado (Un)		107	10.907.461	107	6.325.276	107	17.232.737
			Araguaia	14	1.325.848	14	684.802	14	2.010.650
			Baixo Amazonas	8	789.816	8	843.866	8	1.633.682
			Carajás	11	1.187.270	11	577.820	11	1.765.090
			Guamá	15	1.480.910	15	861.730	15	2.342.640
			Lago de Tucuruí	7	691.089	7	355.474	7	1.046.563
			Marajó	2	197.454	2	201.564	2	399.018
			Metropolitana	5	673.636	5	313.910	5	987.546
			Rio Caeté	15	1.694.536	15	965.778	15	2.660.314




 PPA 2012 - 2015
 Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

ÁREA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO
PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA

R\$: 88.125.374,00

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável

Indicadores do Programa

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio à Cadeia Produtiva da Pecuária	Fortalecer a cadeia produtiva de pequenos, médios e grandes animais.	Produtor Atendido (Un)		13.080	350.000	39.240	942.000	52.320	1.292.000
		Araguaia		1.900	50.920	5.700	136.901	7.600	187.821
		Baixo Amazonas		1.960	52.528	5.880	141.226	7.840	193.754
		Carajás		1.060	28.408	3.180	76.375	4.240	104.783
		Guamá		1.500	40.200	4.500	108.078	6.000	148.278
		Lago de Tucuruí		400	10.720	1.200	28.820	1.600	39.540
		Marajó		2.020	53.592	6.060	145.100	8.080	198.692
		Metropolitana		600	16.080	1.800	43.232	2.400	59.312
		Rio Caeté		2.140	57.352	6.420	154.191	8.560	211.543
		Rio Capim		1.080	28.944	3.240	77.816	4.320	106.760
		Tapajós		120	3.216	360	8.646	480	11.862
		Tocantins		100	2.680	300	7.205	400	9.885
Xingu		200	5.360	600	14.410	800	19.770		
Apoio à Produção de Culturas Industriais	Fortalecer a competitividade da produção de culturas industriais, na perspectiva da sustentabilidade ambiental, social e econômica dessas atividades.	Produtor Atendido (Un)		3.995	2.857.291	13.485	10.060.370	17.480	12.917.661
		Araguaia		435	188.025	1.305	505.519	1.740	693.544
		Baixo Amazonas		465	168.250	1.395	553.943	1.860	722.193



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio à Realização de Eventos Agropecuários	Apoiar a realização de exposições, feiras agropecuárias e outros eventos ligados ao setor.	Evento Apoiado (Un)	Guamá	25	203.080	450	740.088	475	943.168
			Lago de Tucuruí	550	259.430	1.650	1.492.849	2.200	1.752.279
			Rio Caeté	150	462.510	975	2.149.775	1.125	2.612.285
			Rio Capim	600	498.571	2.400	1.250.996	3.000	1.749.567
			Tapajós	180	58.000	540	189.691	720	247.691
			Tocantins	450	287.425	1.350	862.760	1.800	1.150.185
			Xingu	1.140	732.000	3.420	2.314.749	4.560	3.046.749
				49	1.000.000	147	2.687.000	196	3.687.000
			Araguaia	8	237.400	24	638.195	32	875.595
			Baixo Amazonas	5	129.000	15	346.859	20	475.859
			Carajás	5	108.100	15	290.590	20	398.690
			Guamá	1	43.000	3	115.600	4	158.600
			Lago de Tucuruí	5	64.800	15	174.210	20	239.010
			Marajó	4	46.000	12	123.678	16	169.678
			Metropolitana	1	43.500	3	115.844	4	159.344
			Rio Caeté	3	22.700	9	61.020	12	83.720
			Rio Capim	6	136.900	18	367.965	24	504.865
			Tapajós	3	56.100	9	150.783	12	206.883
			Tocantins	5	34.900	15	93.766	20	128.666
			Xingu	3	77.600	9	208.490	12	286.090
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Atestar a especificação dos produtos de origem vegetal visando a qualidade na comercialização.	Produto Classificado (T)		14.000	71.100	50.973	231.593	64.973	302.693
			Araguaia	2.000	10.158	7.282	33.084	9.282	43.242
			Baixo Amazonas	5.500	27.932	20.026	90.981	25.526	118.913
			Carajás	1.000	5.079	3.641	16.543	4.641	21.622
			Lago de Tucuruí	1.000	5.076	3.641	16.543	4.641	21.619
			Rio Caeté	300	1.524	1.092	4.963	1.392	6.487
			Rio Capim	3.000	15.237	10.922	49.628	13.922	64.865
			Xingu	1.200	6.094	4.369	19.851	5.569	25.945
				53.000	100.000	160.800	440.000	213.800	540.000
			Metropolitana	53.000	100.000	160.800	440.000	213.800	540.000
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Promover a identificação e qualificação padronizada dos produtos de origem vegetal.	Produção Comercializada (T)		53.000	100.000	160.800	440.000	213.800	540.000
Desenvolvimento Tecnológico do Setor Agropecuário	Promover a modernização tecnológica de atividades agropecuária e florestal.	Projeto Apoiado (Un)		50	224.469	150	603.000	200	827.469



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Pará	Promover a defesa e a vigilância zoonofitosanitária dos rebanhos do estado do Pará.	Propriedade Atendida (Un)	Araguaia	5	22.440	15	60.300	20	82.740
			Baixo Amazonas	5	22.440	15	60.300	20	82.740
			Carajás	7	31.485	21	84.420	28	115.905
			Guamá	7	31.416	21	84.420	28	115.836
			Marajó	5	22.440	15	60.300	20	82.740
			Rio Caeté	6	26.928	18	72.360	24	99.288
			Rio Capim	2	8.976	6	24.120	8	33.096
			Tapajós	2	8.976	6	24.120	8	33.096
			Tocantins	6	26.928	18	72.360	24	99.288
			Xingu	5	22.440	15	60.300	20	82.740
				109.745	6.181.868	109.745	18.391.323	109.745	24.573.191
			Araguaia	24.392	1.341.621	24.392	4.081.286	24.392	5.422.907
			Baixo Amazonas	15.312	872.677	15.312	2.568.024	15.312	3.440.701
			Carajás	15.426	854.893	15.426	2.582.371	15.426	3.437.264
			Guamá	1.728	98.485	1.728	289.806	1.728	388.291
			Lago de Tucuruí	12.793	729.110	12.793	2.145.553	12.793	2.874.663
			Marajó	2.273	129.545	2.273	381.212	2.273	510.757
			Metropolitana	267	15.218	267	44.779	267	59.997
			Rio Caeté	4.916	280.181	4.916	824.477	4.916	1.104.658
			Rio Capim	8.761	499.318	8.761	1.469.335	8.761	1.968.653
Fiscalização da Comercialização de Insumos Agropecuários	Promover o controle da comercialização dos insumos e serviços utilizados na agropecuária.	Estabelecimento Fiscalizado (Un)	Tapajós	6.698	381.739	6.698	1.123.342	6.698	1.505.081
			Tocantins	2.525	143.907	2.525	423.471	2.525	567.378
			Xingu	14.654	835.174	14.654	2.457.667	14.654	3.292.841
				590	36.100	2.148	117.588	2.738	153.688
			Araguaia	95	5.807	342	18.901	437	24.708
			Baixo Amazonas	59	3.610	214	11.761	273	15.371
			Carajás	54	3.306	196	10.768	250	14.074
			Guamá	36	2.203	132	7.178	168	9.381
			Lago de Tucuruí	68	4.161	250	13.558	318	17.719
			Marajó	1	61	3	200	4	261
			Metropolitana	25	1.530	91	4.974	116	6.504
			Rio Caeté	31	1.897	113	6.181	144	8.078
			Rio Capim	96	5.874	352	19.141	448	25.015
			Tapajós	16	979	58	3.190	74	4.169



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Fiscalização do Uso de Insumos Agropecuários em Propriedades Rurais	Promover o controle do uso de insumos utilizados nas propriedades rurais.	Propriedade Fiscalizada (Un)	Tocantins	53	3.245	193	10.570	246	13.815
			Xingu	56	3.427	204	11.166	260	14.593
				860	36.100	3.132	117.588	3.992	153.688
			Araguaia	100	4.180	358	13.696	458	17.876
			Baixo Amazonas	40	1.680	146	5.468	186	7.148
			Carajás	100	4.200	365	13.670	465	17.870
			Guamá	120	5.040	438	16.404	558	21.444
			Lago de Tucuruí	20	840	73	2.734	93	3.574
			Marajó	40	1.680	146	5.468	186	7.148
			Metropolitana	20	840	73	2.734	93	3.574
			Rio Caeté	40	1.680	146	5.468	186	7.148
			Rio Capim	120	5.040	438	16.404	558	21.444
			Tapajós	60	2.520	219	8.202	279	10.722
			Tocantins	120	5.040	438	16.404	558	21.444
			Xingu	80	3.360	292	10.936	372	14.296
				413	1.005.396	1.493	1.676.024	1.906	2.681.420
			Araguaia	64	155.801	231	259.721	295	415.522
Fiscalização e Controle do Trânsito Agropecuário	Garantir a segurança no trânsito e/ou transporte de animais, produtos e subprodutos vegetais dentro do estado do Pará.	Fiscalização Realizada (Un)	Baixo Amazonas	67	163.102	243	271.898	310	435.000
			Carajás	22	53.556	79	89.280	101	142.836
			Guamá	22	53.556	79	89.280	101	142.836
			Lago de Tucuruí	23	55.991	84	93.337	107	149.328
			Marajó	41	99.810	149	166.384	190	266.194
			Metropolitana	3	7.303	11	12.175	14	19.478
			Rio Caeté	21	51.122	76	85.221	97	136.343
			Rio Capim	64	155.800	231	259.723	295	415.523
			Tapajós	43	104.678	155	174.502	198	279.180
			Tocantins	20	48.687	73	81.164	93	129.851
			Xingu	23	55.990	82	93.339	105	149.329
				780	450.000	2.340	1.209.000	3.120	1.659.000
Fomento à Floricultura, Olericultura e à Produção Orgânica	Fortalecer arranjos produtivos locais de flores, olerícolas, plantas medicinais e aromáticas, assim como de práticas produtivas orgânicas e sustentáveis.	Produtor Atendido (Un)							
			Guamá	110	40.000	330	107.543	440	147.543



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Fomento à Fruticultura	Fortalecer a competitividade da atividade frutícola nos mercados local, nacional e internacional.	Produtor Atendido (Un)	Metropolitana	550	350.000	1.920	1.074.571	2.470	1.424.571
			Tocantins	120	60.000	90	26.886	210	86.886
				13.074	700.000	39.222	1.882.000	52.296	2.582.000
			Araguaia	749	45.990	2.247	123.647	2.996	169.637
			Baixo Amazonas	583	23.045	1.749	61.958	2.332	85.003
			Carajás	832	42.402	2.496	114.002	3.328	156.404
			Guamá	1.614	70.759	4.842	190.240	6.456	260.999
			Lago de Tucuruí	249	9.192	747	24.714	996	33.906
			Marajó	1.662	89.105	4.986	239.567	6.648	328.672
			Metropolitana	3.456	181.847	11.268	677.105	14.724	858.952
			Rio Caeté	583	33.884	1.749	91.100	2.332	124.984
			Rio Capim	1.048	46.204	3.144	124.223	4.192	170.427
			Tapajós	500	19.981	1.500	53.720	2.000	73.701
			Tocantins	1.215	114.546	2.745	119.766	3.960	234.312
			Xingu	583	23.045	1.749	61.958	2.332	85.003
				40	240.000	103	644.000	143	884.000
Fortalecimento das Secretarias Municipais de Agricultura	Apoiar as secretarias municipais de agricultura na gestão da política agrícola.	Secretaria Apoiada (Un)	Araguaia	5	30.000	10	62.341	15	92.341
			Baixo Amazonas	3	18.000	10	62.641	13	80.641
			Carajás	4	24.000	8	50.054	12	74.054
			Guamá	5	30.000	12	74.787	17	104.787
			Lago de Tucuruí	3	18.000	4	25.104	7	43.104
			Marajó	4	24.000	12	74.766	16	98.766
			Metropolitana	0	0	5	31.604	5	31.604
			Rio Caeté	4	24.000	11	69.008	15	93.008
			Rio Capim	4	24.000	12	74.829	16	98.829
			Tapajós	2	12.000	4	24.929	6	36.929
			Tocantins	2	12.000	9	56.708	11	68.708
			Xingu	4	24.000	6	37.229	10	61.229
				1	200.000	1	200.000	2	400.000
Implementação de Unidades de Comercialização de Produtos Agropecuários	Incentivar a participação regional de produtos hortifrutigranjeiros, a comercialização regional e as ações de comercialização nas regiões de integração do Estado do Pará.	Unidade Implementada (Un)							
			Baixo Amazonas	0	0	1	200.000	1	200.000
			Carajás	1	200.000	0	0	1	200.000



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal	Assegurar as condições higiênico sanitárias e os procedimentos tecnológicos da cadeia produtiva de produtos e subprodutos de origem vegetal e animal.	Estabelecimento Inspeccionado (Un)		200	207.000	719	674.257	919	881.257
			Araguaia	8	8.280	28	26.972	36	35.252
			Carajás	4	4.140	14	13.486	18	17.626
			Guamá	16	16.560	58	53.940	74	70.500
			Lago de Tucuruí	20	20.700	70	67.430	90	88.130
			Metropolitana	107	110.745	390	360.715	497	471.460
			Rio Capim	21	21.735	75	70.798	96	92.533
			Tapajós	8	8.280	28	26.972	36	35.252
			Tocantins	8	8.280	28	26.972	36	35.252
			Xingu	8	8.280	28	26.972	36	35.252
Padronização de Produtos de Origem Agropecuária	Estabelecer parâmetros para identificação e qualificação de produtos de origem agropecuária.	Produto Padronizado (Un)		4	46.100	12	150.161	16	196.261
			Metropolitana	4	46.100	12	150.161	16	196.261
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	Assegurar a sanidade dos rebanhos do Estado do Pará.	Estabelecimento Inspeccionado (Un)		52.062	3.326.074	189.579	10.636.684	241.641	13.962.758
			Araguaia	14.311	914.430	52.105	2.864.879	66.416	3.779.309
			Baixo Amazonas	8.268	528.348	30.107	1.655.213	38.375	2.183.561
			Carajás	10.912	697.307	39.732	2.401.214	50.644	3.098.521
			Guamá	348	22.243	1.271	69.658	1.619	91.901
			Lago de Tucuruí	105	6.713	385	21.014	490	27.727
			Marajó	2.003	127.998	7.289	400.990	9.292	528.988
			Metropolitana	766	48.182	2.791	150.947	3.557	199.129
			Rio Caeté	240	15.343	879	48.034	1.119	63.377
			Rio Capim	5.671	362.392	20.651	1.135.304	26.322	1.497.696
			Tapajós	90	5.754	330	18.012	420	23.766
			Tocantins	402	25.691	1.466	80.475	1.868	106.166
			Xingu	8.946	571.673	32.573	1.790.944	41.519	2.362.617
Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	Prevenir a introdução e a disseminação de pragas no Estado do Pará.	Área Controlada (Ha)		1.897	1.754.461	6.909	5.882.533	8.806	7.636.994
			Araguaia	31	28.672	111	96.133	142	124.805
			Baixo Amazonas	654	604.855	2.382	2.028.040	3.036	2.632.895
			Carajás	32	29.596	116	99.232	148	128.828
			Guamá	145	134.107	527	449.642	672	583.749
			Lago de Tucuruí	2	1.850	7	6.203	9	8.053



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	Disseminar formas de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e pragas dos vegetais.	Evento Realizado (Un)	Marajó	120	110.984	437	372.107	557	483.091
			Metropolitana	105	97.110	381	325.601	486	422.711
			Rio Caeté	45	41.619	164	139.542	209	181.161
			Rio Capim	280	258.961	1.020	868.268	1.300	1.127.229
			Tapajós	71	65.664	259	220.169	330	285.833
			Tocantins	181	167.399	661	561.275	842	728.674
			Xingu	231	213.644	844	716.321	1.075	929.965
				244	1.036.000	826	3.374.542	1.070	4.410.542
			Araguaia	21	89.166	68	290.430	89	379.596
			Baixo Amazonas	31	131.626	109	428.730	140	560.356
			Carajás	14	59.444	44	193.620	58	253.064
			Guamá	25	106.150	83	345.750	108	451.900
			Lago de Tucuruí	10	42.436	33	138.321	43	180.757
			Marajó	35	148.610	123	484.050	158	632.660
			Metropolitana	15	63.690	54	207.451	69	271.141
Revitalização da Área de Abastecimento e Comercialização da CEASA	Ampliação de espaços de comercialização na CEASA - Belém.	Área Revitalizada (M2)		8.000	1.903.051	24.000	6.480.701	32.000	8.383.752
			Metropolitana	8.000	1.903.051	24.000	6.480.701	32.000	8.383.752



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO
PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

R\$: 88.080.634,00

Objetivo: Aumentar a competitividade da base produtiva da agricultura familiar.
Público Alvo: Produtor rural familiar
Órgãos Executores: CEASA, EMATER, SAGRI

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento de produtor familiar atendido pela SAGRI	Percentual	SAGRI	ND	Jul/2011	5	20
Incremento de valor contratado de crédito rural	Percentual	EMATER	50,6	2010	30	50
Número de projetos de crédito rural contratados	Unidade	EMATER	30,456	2010	33.000	41.000

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio à Implantação de Sistemas de Geração Hídrica para Atividades Produtivas Rurais (Água Boa)	Viabilizar água como insumo necessário à efetivação de atividades agropecuárias.	Família Beneficiada (Un)		9.990	800.000	29.690	2.150.000	39.680	2.950.000
			Araguaia	1.199	96.000	3.597	258.096	4.796	354.096
			Baixo Amazonas	1.048	83.960	3.144	223.416	4.192	307.376
			Carajás	500	40.000	1.500	107.541	2.000	147.541
			Guamá	1.274	102.000	3.822	274.227	5.096	376.227
			Lago de Tucuruí	450	36.000	1.350	96.786	1.800	132.786
			Marajó	599	48.000	1.797	129.151	2.396	177.151
			Metropolitana	125	10.000	375	26.885	500	36.885
			Rio Caeté	986	79.000	2.958	212.486	3.944	291.486
			Rio Capim	1.198	96.000	3.594	258.883	4.792	354.883
			Tapajós	599	48.000	1.517	129.151	2.116	177.151
			Tocantins	813	65.040	2.439	175.282	3.252	240.322
			Xingu	1.199	96.000	3.597	258.096	4.796	354.096
Apoio à Produção e Comercialização da Agricultura Familiar	Promover a competitividade dos produtos produzidos na agricultura familiar.	Produtor Familiar Assistido (Un)		9.822	800.000	36.957	3.037.900	46.779	3.837.900
			Araguaia	761	54.000	3.099	225.549	3.860	279.549
			Baixo Amazonas	1.047	77.021	5.100	403.800	6.147	480.821



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Assistência Técnica e Extensão Rural à Organização Produtiva Familiar	Agregar valor para comercialização dos produtos da agricultura familiar.	Família Assistida (Un)	Carajás	863	66.000	3.933	311.874	4.796	377.874
			Guamá	1.402	105.638	5.301	435.549	6.703	541.187
			Lago de Tucuruí	445	28.600	1.875	130.378	2.320	158.978
			Marajó	610	38.455	2.010	114.779	2.620	153.234
			Metropolitana	216	93.324	753	366.131	969	459.455
			Rio Caeté	927	62.162	2.901	176.892	3.828	239.054
			Rio Capim	927	61.800	4.113	300.582	5.040	362.382
			Tapajós	658	42.000	1.974	112.913	2.632	154.913
			Tocantins	1.005	82.000	3.015	220.170	4.020	302.170
			Xingu	961	89.000	2.883	239.283	3.844	328.283
				4.970	295.000	15.010	951.700	19.980	1.246.700
			Araguaia	590	35.400	1.770	112.926	2.360	148.326
			Baixo Amazonas	435	26.100	1.425	96.019	1.860	122.119
			Carajás	250	15.000	750	47.850	1.000	62.850
Assistência Técnica e Extensão Rural em Apoio à Cadeia Produtiva de Origem Animal	Orientar a implementação de modelos de produção sustentável de pequenos, médios e grandes animais, junto aos agricultores familiares.	Família Assistida (Un)	Guamá	810	48.600	2.230	129.514	3.040	178.114
			Lago de Tucuruí	270	16.200	810	51.678	1.080	67.878
			Marajó	355	21.300	1.065	67.947	1.420	89.247
			Metropolitana	240	11.200	730	46.378	970	57.578
			Rio Caeté	370	22.200	1.230	83.578	1.600	105.778
			Rio Capim	570	34.200	1.640	96.338	2.210	130.538
			Tapajós	370	22.200	1.110	70.818	1.480	93.018
			Tocantins	390	23.400	1.190	74.646	1.580	98.046
			Xingu	320	19.200	1.060	74.008	1.380	93.208
				67.219	3.990.380	82.681	4.941.971	149.900	8.932.351
			Araguaia	8.979	426.954	14.331	557.074	23.310	984.028
			Baixo Amazonas	6.300	404.984	9.222	634.572	15.522	1.039.556
			Carajás	5.637	349.269	7.052	491.536	12.689	840.805
			Guamá	7.072	453.200	6.809	504.678	13.881	957.878
			Lago de Tucuruí	3.207	188.268	3.838	236.701	7.045	424.969
			Marajó	6.109	369.237	5.795	363.262	11.904	732.499
			Metropolitana	2.454	186.498	2.304	260.123	4.758	446.621
			Rio Caeté	6.935	384.738	8.160	410.415	15.095	795.153
			Rio Capim	7.469	450.702	8.318	514.932	15.787	965.634



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Assistência Técnica e Extensão Rural em Apoio a Cadeia Produtiva de Origem Vegetal	Orientar a implementação de agroecossistemas junto aos agricultores familiares.	Família Assistida (Un)	Tapajós	2.984	190.208	4.502	300.220	7.486	490.428
			Tocantins	4.629	286.459	4.725	314.105	9.354	600.564
			Xingu	5.444	299.863	7.625	354.353	13.069	654.216
				62.878	6.200.570	201.589	8.101.046	264.467	14.301.616
			Araguaia	3.682	233.630	12.546	579.746	16.228	813.376
			Baixo Amazonas	8.547	674.371	26.241	882.409	34.788	1.556.780
			Carajás	7.100	1.297.999	33.600	880.847	40.700	2.178.846
			Guamá	5.232	538.602	14.196	746.618	19.428	1.285.220
			Lago de Tucuruí	1.795	218.114	5.385	242.850	7.180	460.964
			Marajó	9.679	936.117	29.037	1.088.483	38.716	2.024.600
			Metropolitana	1.404	345.725	4.212	568.909	5.616	914.634
			Rio Caeté	5.272	399.721	15.816	725.679	21.088	1.125.400
			Rio Capim	10.875	895.852	32.680	1.111.222	43.555	2.007.074
			Tapajós	1.700	89.090	5.100	227.174	6.800	316.264
			Tocantins	2.125	159.794	6.375	390.839	8.500	550.633
			Xingu	5.467	411.555	16.401	656.270	21.868	1.067.825
				1.488	150.000	4.773	481.000	6.261	631.000
			Guamá	310	31.250	994	100.203	1.304	131.453
			Metropolitana	62	6.250	199	20.041	261	26.291
Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas de Populações Tradicionais e Reservas Extrativistas	Orientar o desenvolvimento e a implementação de produção de energia alternativa por meio de recursos da biodiversidade	Família Assistida (Un)	Rio Caeté	186	18.750	597	60.123	783	78.873
			Rio Capim	496	50.000	1.591	160.336	2.087	210.336
			Tocantins	434	43.750	1.392	140.297	1.826	184.047
				2.945	180.000	8.465	596.400	11.410	776.400
			Araguaia	190	11.400	570	36.670	760	48.070
			Baixo Amazonas	220	13.200	635	44.350	855	57.550
			Carajás	245	15.300	720	50.160	965	65.460
			Guamá	280	18.000	810	59.790	1.090	77.790
			Lago de Tucuruí	170	9.600	450	32.770	620	42.370
			Marajó	260	15.600	780	50.180	1.040	65.780
			Metropolitana	165	9.900	495	30.345	660	40.245



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas de Reforma Agrária	Orientar a implementação de estilos e técnicas de agricultura e pecuária sustentáveis às populações de áreas de reforma agrária.	Família Assistida (Un)	Rio Caeté	360	21.600	1.030	71.370	1.390	92.970
			Rio Capim	415	27.000	1.155	92.520	1.570	119.520
			Tapajós	75	4.500	200	15.420	275	19.920
			Tocantins	465	27.900	1.320	93.525	1.785	121.425
			Xingu	100	6.000	300	19.300	400	25.300
				318	127.000	1.028	406.000	1.346	533.000
			Araguaia	32	12.700	103	40.600	135	53.300
			Baixo Amazonas	63	25.400	205	81.200	268	106.600
			Carajás	32	12.700	102	40.600	134	53.300
			Lago de Tucuruí	32	12.700	103	40.600	135	53.300
			Marajó	63	25.400	206	81.200	269	106.600
			Rio Caeté	32	12.700	103	40.600	135	53.300
			Xingu	64	25.400	206	81.200	270	106.600
				516	3.000.000	1.656	7.373.000	2.172	10.373.000
Escoamento da Produção Rural (Caminhos da Produção)	Promover a melhoria de rotas de escoamento da produção em regiões de destaque da produção agropecuária.	Estrada Vicinal Recuperada (Km)	Araguaia	39	195.000	581	2.536.581	620	2.731.581
			Baixo Amazonas	32	160.000	110	491.446	142	651.446
			Carajás	30	150.000	115	444.143	145	594.143
			Guamá	27	135.000	156	704.434	183	839.434
			Lago de Tucuruí	12	60.000	62	299.130	74	359.130
			Marajó	53	265.000	171	716.999	224	981.999
			Metropolitana	17	85.000	31	141.847	48	226.847
			Rio Caeté	55	770.000	101	455.681	156	1.225.681
			Rio Capim	157	710.000	128	611.034	285	1.321.034
			Tapajós	18	90.000	30	156.000	48	246.000
			Tocantins	51	255.000	76	353.810	127	608.810
			Xingu	25	125.000	95	461.895	120	586.895
				14.909	902.000	44.727	2.425.000	59.636	3.327.000
			Araguaia	1.094	64.182	3.282	172.546	4.376	236.728
Fomento à Produção de Grãos e Tubérculos	Aumentar a produção de grãos e tubérculos oriundos da agricultura familiar.	Produtor Rural Atendido (Un)	Baixo Amazonas	1.677	98.247	5.031	264.135	6.708	362.382
			Carajás	1.086	63.679	3.258	171.170	4.344	234.849
			Guamá	1.882	110.667	5.646	297.504	7.528	408.171
			Lago de Tucuruí	558	32.851	1.674	88.306	2.232	121.157



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Fomento ao Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais na Agricultura Familiar	Apoiar a implantação e implementação de sistemas agroflorestais (SAFS) no âmbito da agricultura familiar.	Produtor Rural Atendido (Un)	Marajó	665	39.755	1.995	107.689	2.660	147.444
			Metropolitana	170	10.089	510	27.158	680	37.247
			Rio Caeté	3.004	200.649	9.012	538.223	12.016	738.872
			Rio Capim	2.419	141.810	7.257	381.182	9.676	522.992
			Tapajós	632	37.091	1.896	100.523	2.528	137.614
			Tocantins	653	38.660	1.959	103.854	2.612	142.514
			Xingu	1.069	64.320	3.207	172.710	4.276	237.030
				1.973	200.000	5.919	537.700	7.892	737.700
			Araguaia	120	12.243	360	32.919	480	45.162
			Baixo Amazonas	201	20.407	603	54.867	804	75.274
			Carajás	161	16.326	483	43.894	644	60.220
			Guamá	40	4.081	120	10.973	160	15.054
			Lago de Tucuruí	161	16.325	483	43.892	644	60.217
			Marajó	242	24.488	726	65.838	968	90.326
			Metropolitana	161	16.325	483	43.892	644	60.217
			Rio Caeté	121	12.244	363	32.919	484	45.163
			Rio Capim	364	36.749	1.092	98.776	1.456	135.525
			Tapajós	80	8.162	240	21.946	320	30.108
			Tocantins	161	16.325	483	43.892	644	60.217
Pesquisa em Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar	Apoiar o desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias adequadas às necessidades e potencialidades da agricultura familiar	Pesquisa Realizada (Un)	Xingu	161	16.325	483	43.892	644	60.217
				57	221.661	144	827.736	201	1.049.397
			Araguaia	2	10.000	8	44.960	10	54.960
			Baixo Amazonas	4	20.000	12	66.160	16	86.160
			Carajás	32	15.000	62	15.900	94	30.900
			Guamá	2	10.000	10	55.560	12	65.560
			Lago de Tucuruí	2	10.000	4	22.480	6	32.480
			Marajó	4	20.000	11	60.760	15	80.760
			Metropolitana	1	86.661	4	379.036	5	465.697
			Rio Caeté	1	5.000	7	39.020	8	44.020
			Rio Capim	3	15.000	5	27.880	8	42.880
			Tapajós	2	10.000	6	33.280	8	43.280
			Tocantins	2	10.000	6	33.080	8	43.080
			Xingu	2	10.000	9	49.620	11	59.620



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Promoção do Desenvolvimento dos Territórios Rurais	Fortalecer o processo de construção e dinamização dos territórios rurais incentivando o desenvolvimento das potencialidades locais	Município Atendido (Un)		69	3.752.163	69	18.085.795	69	21.837.958
			Araguaia	7	476.548	7	2.297.214	7	2.773.762
			Baixo Amazonas	4	322.507	4	1.554.657	4	1.877.164
			Carajás	9	512.601	9	2.456.502	9	2.969.103
			Guamá	3	38.973	3	187.870	3	226.843
			Lago de Tucuruí	4	195.175	4	940.842	4	1.136.017
			Marajó	10	422.258	10	2.035.507	10	2.457.765
			Rio Caeté	6	181.143	6	873.203	6	1.054.346
			Rio Capim	8	490.820	8	2.366.013	8	2.856.833
			Tapajós	4	197.394	4	960.548	4	1.157.942
			Tocantins	6	115.689	6	557.681	6	673.370
			Xingu	8	799.055	8	3.855.758	8	4.654.813
Revitalização da EMATER	Reformar as instalações da EMATER para modernizar e melhorar os serviços prestados de ATER ao segmento da agricultura familiar	Unidade de ATER Revitalizada (Un)		144	4.500.594	96	13.046.018	143	17.546.612
			Araguaia	15	418.916	8	1.676.211	15	2.095.127
			Baixo Amazonas	13	178.051	11	1.778.958	13	1.957.009
			Carajás	12	160.459	7	544.960	12	705.419
			Guamá	17	311.274	10	881.356	17	1.192.630
			Lago de Tucuruí	7	118.600	4	595.778	7	714.378
			Marajó	16	49.300	9	907.578	16	956.878
			Metropolitana	6	2.047.353	6	1.816.661	6	3.864.014
			Rio Caeté	15	66.853	10	1.026.886	15	1.093.739
			Rio Capim	16	301.600	12	1.113.978	16	1.415.578
			Tapajós	6	276.300	5	734.578	6	1.010.878
			Tocantins	11	44.162	6	522.689	11	566.851
			Xingu	10	527.726	9	1.446.385	10	1.974.111

PODER EXECUTIVO

ÁREA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

R\$: 37.576.290,00

Objetivo: Promover o desenvolvimento sustentável integrado das atividades pesqueiras e aquícolas em todas as suas modalidades.
Público Alvo: Pescadores e aquicultores
Órgãos Executores: EMATER, SEPAq

Diretriz(es) do Governo: Agregação de valor à produção por meio do conhecimento
Promoção da produção sustentável
Promoção da inclusão social
Promoção à articulação político-institucional e desconcentração do Governo

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento de normas de ordenamento	Unidade	SEPAq	4	Dez/2010	5	8
Produção anual da aquicultura	Tonelada	MPA	3920	Dez/2009	4116	4763
Produção anual da pesca	Tonelada	MPA	134130	Dez/2009	140836	163033

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio à Extensão e Pesquisa do Setor Pesqueiro	Estabelecer parcerias com indústrias pesqueiras com fins de extensão e pesquisa para o setor, através de convênios, termos de cooperação técnicas e outros instrumentos.	Instrumento Firmado (Un)		20	711.607	178	2.555.797	198	3.267.404
			Araguaia	0	0	4	81.306	4	81.306
			Baixo Amazonas	2	71.160	0	0	2	71.160
			Carajás	2	71.167	30	200.000	32	271.167
			Guamá	6	213.480	24	413.716	30	627.196
			Lago de Tucuruí	2	71.160	30	200.000	32	271.160
			Marajó	0	0	68	1.250.645	68	1.250.645
			Metropolitana	2	71.160	0	0	2	71.160
			Rio Caeté	2	71.160	22	410.130	24	481.290
			Xingu	4	142.320	0	0	4	142.320
Apoio à Pesquisa e Tecnologia da Pesca	Articular instituições para produção de ciência e tecnologia no setor pesqueiro.	Instituição Apoiada (Un)		20	711.607	120	2.555.797	140	3.267.404
			Araguaia	0	0	5	89.374	5	89.374
			Baixo Amazonas	2	71.160	0	0	2	71.160

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Assistência Técnica, Extensão Pesqueira e Aquícola para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura (ATEPA)	Promover orientação técnica para o desenvolvimento sustentável das atividades pesqueira e aquícola do estado	Pescador/Aquicultor Assistido (Un)	Carajás	0	0	5	89.374	5	89.374
			Guamá	6	213.480	21	430.734	27	644.214
			Lago de Tucuruí	0	0	9	174.273	9	174.273
			Marajó	2	71.160	55	1.256.409	57	1.327.569
			Metropolitana	2	71.160	0	0	2	71.160
			Rio Caeté	6	213.487	8	170.680	14	384.167
			Tapajós	0	0	3	81.306	3	81.306
			Tocantins	0	0	5	89.374	5	89.374
			Xingu	2	71.160	9	174.273	11	245.433
				9.432	1.941.286	27.934	4.930.069	37.366	6.871.355
			Araguaia	532	123.733	1.834	411.644	2.366	535.377
			Baixo Amazonas	452	154.233	2.365	765.721	2.817	919.954
			Carajás	332	111.742	755	146.294	1.087	258.036
			Guamá	1.238	166.123	4.583	886.893	5.821	1.053.016
Capacitação do Profissional da Pesca e Aquicultura	Formar mão de obra profissional e qualificada voltada para o desenvolvimento sustentável das atividades pesqueira e aquícola do estado	Profissional Capacitado (Un)	Lago de Tucuruí	722	306.027	586	43.819	1.308	349.846
			Marajó	2.960	323.554	7.981	664.385	10.941	987.939
			Metropolitana	310	161.242	717	198.933	1.027	360.175
			Rio Caeté	1.332	252.655	4.220	792.651	5.552	1.045.306
			Rio Capim	0	0	1.100	469.812	1.100	469.812
			Tapajós	0	0	200	110.573	200	110.573
			Tocantins	1.012	152.533	2.986	387.361	3.998	539.894
			Xingu	542	189.444	607	51.983	1.149	241.427
				1.000	868.044	4.200	2.963.970	5.200	3.832.014
			Araguaia	0	0	640	410.976	640	410.976
			Baixo Amazonas	0	0	300	200.822	300	200.822
			Carajás	0	0	1.260	882.706	1.260	882.706
			Guamá	300	260.412	520	389.463	820	649.875
			Lago de Tucuruí	100	86.808	0	0	100	86.808
			Metropolitana	300	260.412	120	95.573	420	355.985
			Rio Caeté	200	173.608	720	573.445	920	747.053
			Rio Capim	0	0	320	205.488	320	205.488
			Tapajós	0	0	160	102.744	160	102.744



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Estruturação das Cadeias Produtivas da Pesca Ornamental	Fortalecer as cadeias produtivas da pesca ornamentais.	Pessoa Atendida (Un)	Tocantins	100	86.804	160	102.753	260	189.557
				1.000	711.607	13.100	2.555.797	14.100	3.267.404
			Araguaia	100	71.160	0	0	100	71.160
			Baixo Amazonas	0	0	1.600	1.004.423	1.600	1.004.423
			Lago de Tucuruí	0	0	120	81.306	120	81.306
			Marajó	200	142.320	0	0	200	142.320
			Rio Caeté	0	0	10.500	893.740	10.500	893.740
			Rio Capim	0	0	240	162.612	240	162.612
			Tapajós	0	0	280	169.798	280	169.798
			Xingu	700	498.127	360	243.918	1.060	742.045
Fomento às Atividades do Manejo da Pesca e Aquicultura	Promover a reprodução sustentável das espécies ampliando o manejo da pesca extrativa e da aquicultura.	Pescador/Aquicultor Assistido (Un)		1.000	711.607	4.200	2.555.797	5.200	3.267.404
			Araguaia	0	0	420	255.579	420	255.579
			Baixo Amazonas	100	71.160	280	170.680	380	241.840
			Carajás	100	71.160	120	81.306	220	152.466
			Guamá	200	142.320	440	259.172	640	401.492
			Lago de Tucuruí	0	0	420	255.579	420	255.579
			Marajó	200	142.320	140	84.899	340	227.219
			Metropolitana	100	71.167	260	166.205	360	237.372
			Rio Caeté	100	71.160	700	425.384	800	496.544
			Rio Capim	0	0	240	162.612	240	162.612
			Tapajós	0	0	260	166.205	260	166.205
			Tocantins	100	71.160	600	349.428	700	420.588
			Xingu	100	71.160	320	178.748	420	249.908
Implantação de Infraestrutura para Pesca e Aquicultura	Promover o desenvolvimento sustentável da produção e comercialização da pesca e aquicultura no estado	Empreendimento Implantado (Un)		10	711.607	30	2.555.797	40	3.267.404
			Araguaia	0	0	3	255.579	3	255.579
			Baixo Amazonas	1	71.167	1	84.899	2	156.066
			Carajás	1	71.160	2	170.680	3	241.840
			Guamá	3	213.480	4	344.078	7	557.558
			Lago de Tucuruí	1	71.160	0	0	1	71.160
			Marajó	0	0	8	680.956	8	680.956
			Rio Caeté	1	71.160	6	503.972	7	575.132
			Tapajós	0	0	3	260.054	3	260.054
			Tocantins	1	71.160	3	255.579	4	326.739



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação de Regionais da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura	Promover a desconcentração regional das atividades da pesca e aquicultura.	Regional Implantada (Un)	Xingu	2	142.320	0	0	2	142.320
				12	156.435	12	408.169	12	564.604
			Araguaia	1	13.036	1	34.013	1	47.049
			Baixo Amazonas	1	13.036	1	34.013	1	47.049
			Carajás	1	13.036	1	34.013	1	47.049
			Guamá	1	13.036	1	34.013	1	47.049
			Lago de Tucuruí	1	13.036	1	34.013	1	47.049
			Marajó	1	13.036	1	34.013	1	47.049
			Metropolitana	1	13.039	1	34.026	1	47.065
			Rio Caeté	1	13.036	1	34.013	1	47.049
			Rio Capim	1	13.036	1	34.013	1	47.049
			Tapajós	1	13.036	1	34.013	1	47.049
			Tocantins	1	13.036	1	34.013	1	47.049
			Xingu	1	13.036	1	34.013	1	47.049
Implementação da Infraestrutura da Pesca e Aquicultura	Implementar a infraestrutura da produção e comercialização da pesca e aquicultura do Estado do Pará.	Empreendimento Implementado (Un)		10	757.959	33	2.678.530	43	3.436.489
			Araguaia	0	0	3	267.851	3	267.851
			Baixo Amazonas	1	75.795	3	100.000	4	175.795
			Carajás	1	75.795	3	267.851	4	343.646
			Guamá	3	227.385	0	0	3	227.385
			Lago de Tucuruí	1	75.795	0	0	1	75.795
			Marajó	0	0	6	535.702	6	535.702
			Metropolitana	0	0	3	267.871	3	267.871
			Rio Caeté	1	75.804	9	703.553	10	779.357
			Tapajós	0	0	3	267.851	3	267.851
			Tocantins	1	75.795	3	267.851	4	343.646
			Xingu	2	151.590	0	0	2	151.590
Implementação do Sistema Estadual de Informações dos Setores Pesqueiro e Aquícola	Implementar o monitoramento da produção das atividades pesqueiras e aquícolas nos municípios.	Município Beneficiado (Un)		10	711.607	30	2.555.797	40	3.267.404
			Araguaia	0	0	4	348.546	4	348.546
			Baixo Amazonas	1	71.160	4	328.817	5	399.977
			Carajás	1	71.160	0	0	1	71.160
			Guamá	1	71.160	3	255.586	4	326.746
			Lago de Tucuruí	1	71.160	2	174.273	3	245.433

CONTINUA NO CADERNO 10

Caderno 10

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

GABINETE DO GOVERNADOR

 PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ordenamento da Pesca e Aquicultura Sustentáveis	Regulamentar os acordos das atividades de pesca e aquícolas.	Atividade Pesqueira Regulamentada (Un)	Marajó	1	71.160	4	328.817	5	399.977
			Metropolitana	1	71.160	0	0	1	71.160
			Rio Caeté	1	71.160	5	417.309	6	488.469
			Rio Capim	0	0	1	81.306	1	81.306
			Tapajós	1	71.167	2	178.748	3	249.915
			Tocantins	1	71.160	5	442.395	6	513.555
			Xingu	1	71.160	0	0	1	71.160
				100	711.607	420	2.555.797	520	3.267.404
			Baixo Amazonas	10	71.160	112	625.618	122	696.778
			Lago de Tucuruí	10	71.167	24	162.612	34	233.779
			Marajó	10	71.160	224	1.361.037	234	1.432.197
			Rio Caeté	30	213.480	24	162.612	54	376.092
			Rio Capim	0	0	36	243.918	36	243.918
			Tocantins	30	213.480	0	0	30	213.480
			Xingu	10	71.160	0	0	10	71.160

 PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO

PROGRAMA: TURISMO NA AMAZÔNIA

R\$: 135.418.660,00

Objetivo: Consolidar as regiões do Estado como destino turístico nacional e internacional.

Público Alvo: Turista e Trade Turístico.

Órgãos Executores: PARATUR, SEPAq

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável

Promoção da inclusão social

Promoção à articulação político-institucional e desconcentração do Governo

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento do Número de Empregos no Setor Turismo	Percentual	Paratur	6,2	Dez/2010	8,3	12,9
Incremento do Número de Turistas	Percentual	Paratur	8,3	Dez/2010	12,8	15,5
Permanência média do turista no Estado do Pará	dia/turista	Paratur	3,55	2010	3,95	4,25

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que Atuam no Setor de Turismo	Promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Pará, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor.	Registro Efetivado (Un)		72	55.602	180	170.264	252	225.866
			Araguaia	6	9.120	19	32.334	25	41.454
			Baixo Amazonas	8	6.870	20	27.330	28	34.200
			Carajás	8	7.620	20	29.220	28	36.840
			Guamá	6	7.121	12	10.315	18	17.436
			Lago de Tucuruí	5	6.220	9	12.840	14	19.060
			Marajó	6	2.931	9	4.760	15	7.691
			Metropolitana	10	4.810	38	18.570	48	23.380
			Rio Caeté	10	2.430	20	8.505	30	10.935
			Rio Capim	0	0	8	2.430	8	2.430
			Tapajós	0	0	5	1.710	5	1.710
			Tocantins	9	4.570	10	5.910	19	10.480
			Xingu	4	3.910	10	16.340	14	20.250
Construção de Centro de Convenções	Ampliar os espaços e infraestruturas adequadas a eventos turísticos de porte para os pólos de Marabá e Santarém	Centro de Convenção Construído (Un)		2	10.000.000	2	40.000.000	2	50.000.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Fomento à Diversificação do Turismo Paraense	Apoiar os municípios no melhor aproveitamento de ofertas turísticas.	Município Apoiado (Un)	Baixo Amazonas	1	7.000.000	1	18.000.000	1	25.000.000
			Carajás	1	3.000.000	1	22.000.000	1	25.000.000
				48	2.500.000	114	7.000.000	143	9.500.000
			Araguaia	1	53.235	15	191.370	15	244.605
			Baixo Amazonas	2	106.470	12	360.116	12	466.586
			Carajás	2	106.470	12	344.742	12	451.212
			Guamá	3	159.705	17	515.012	17	674.717
			Lago de Tucuruí	1	53.235	7	176.694	7	229.929
			Marajó	4	1.606.470	16	4.358.372	16	5.964.842
			Metropolitana	1	53.235	5	174.083	5	227.318
			Rio Caeté	15	152.451	2	319.410	15	471.861
			Rio Capim	15	49.024	0	0	16	49.024
			Tapajós	0	0	6	20.352	6	20.352
			Tocantins	2	106.470	11	346.197	11	452.667
			Xingu	1	53.235	10	193.652	10	246.887
Fomento da Pesca Esportiva	Consolidar, de forma sustentável, a pesca esportiva como opção de lazer, geração de renda e emprego.	Sítio Pesqueiro Turístico Implementado (Un)		34	802.767	78	2.674.053	112	3.476.820
			Araguaia	3	2.250	9	266.768	12	269.018
			Baixo Amazonas	8	162.052	16	370.924	24	532.976
			Carajás	4	81.526	10	356.142	14	437.668
			Guamá	1	78.276	2	169.805	3	248.081
			Lago de Tucuruí	5	158.802	8	193.530	13	352.332
			Marajó	0	0	3	254.697	3	254.697
			Metropolitana	3	2.250	6	14.782	9	17.032
			Rio Caeté	5	158.809	8	184.580	13	343.389
			Rio Capim	1	78.276	1	84.899	2	163.175
			Tapajós	0	0	6	512.040	6	512.040
			Xingu	4	80.526	9	265.886	13	346.412
Implantação de Banco de Dados do Turismo Paraense	Desenvolver o gerenciamento de ações de ampliação do aproveitamento do potencial das regiões turísticas do estado	Banco de Dados Implantado (Un)		35	1.288.776	66	2.366.362	101	3.655.138
			Araguaia	1	67.738	3	203.218	4	270.956
			Baixo Amazonas	3	120.686	9	362.066	12	482.752
			Carajás	2	71.920	6	215.760	8	287.680
			Guamá	3	110.524	9	331.576	12	442.100
			Lago de Tucuruí	1	55.137	3	165.413	4	220.550



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implantação de Projetos Turísticos - PRODETUR-PA	Ampliar o aproveitamento do potencial das regiões turísticas do estado nos pólos de Belém, Marajó eTapajós.	Projeto Turístico Implantado (Un)	Marajó	4	100.993	12	302.983	16	403.976
			Metropolitana	3	476.364	6	109.096	9	585.460
			Rio Caeté	2	69.360	6	208.080	8	277.440
			Rio Capim	1	10.538	3	31.618	4	42.156
			Tapajós	12	60.000	0	0	12	60.000
			Tocantins	2	75.704	6	227.114	8	302.818
			Xingu	1	69.812	3	209.438	4	279.250
				28	16.924.326	84	41.959.492	112	58.883.818
Promoção e Divulgação do Pará	Promover os municípios nos mercados turísticos regional, nacional e internacional.	Município Atendido (Un)	Baixo Amazonas	12	5.133.944	36	14.532.582	48	19.666.526
			Marajó	12	7.528.517	36	21.906.033	48	29.434.550
			Metropolitana	4	4.261.865	12	5.520.877	16	9.782.742
				18	2.253.158	18	5.072.280	18	7.325.438
			Araguaia	1	16.824	1	48.349	1	65.173
			Baixo Amazonas	2	33.648	2	96.698	2	130.346
			Carajás	2	33.648	2	96.698	2	130.346
			Guamá	4	250.472	4	645.047	4	895.519
			Lago de Tucuruí	1	16.824	1	48.349	1	65.173
			Marajó	2	33.648	2	96.698	2	130.346
			Metropolitana	1	1.666.974	1	3.645.394	1	5.312.368
			Rio Caeté	2	150.648	2	250.000	2	400.648
			Tocantins	2	33.648	2	96.698	2	130.346
			Xingu	1	16.824	1	48.349	1	65.173
Qualificação de Profissionais do Turismo	Melhorar a prestação de serviços e as atividades empresariais associadas ao setor turístico no Estado do Pará.	Profissional Qualificado (Un)		2.280	412.380	7.900	1.939.200	10.180	2.351.580
			Araguaia	120	23.000	760	182.000	880	205.000
			Baixo Amazonas	300	51.000	840	201.600	1.140	252.600
			Carajás	360	65.000	780	184.800	1.140	249.800
			Guamá	260	50.000	880	264.800	1.140	314.800
			Lago de Tucuruí	160	27.000	560	131.800	720	158.800
			Marajó	160	31.000	640	153.600	800	184.600
			Metropolitana	400	64.380	1.100	262.100	1.500	326.480
			Rio Caeté	200	38.000	780	187.200	980	225.200
			Rio Capim	0	0	260	62.400	260	62.400
			Tapajós	0	0	180	39.400	180	39.400



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Tocantins	200	43.000	700	168.700	900	211.700
			Xingu	120	20.000	420	100.800	540	120.800



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO

PROGRAMA: PARÁ COMPETITIVO

R\$: 456.838.780,00

Objetivo: Fomentar o desenvolvimento sustentável dos setores produtivos.

Público Alvo: Setor Produtivo

Órgãos Executores: BANPARÁ, CAZBAR, CDI, FDE, IGAMA, JUCEPA, SEICOM, SEPOF

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento das Exportações de Produtos Industrializados	Percentual	SECEX / SEICOM	20	2010	10	20
Incremento do número de Empregos Formais	Percentual	MTE/RAIS/SEICOM	9	2010	10	10
Participação das Micros e Pequenas Empresas no Número de Empregos Formais	Percentual	MTE/RAIS/SEICOM	29	2010	30	33

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ampliação do Portfólio de Produtos do BANPARÁ	Fortalecer a atuação e vinculação institucional do banco junto à sociedade paraense.	Produto Lançado (Un)		3	9.433.048	6	23.941.858	9	33.374.906
			Metropolitana	3	9.433.048	6	23.941.858	9	33.374.906
Ampliação dos Mercados de Jóias e Artesanato	Possibilitar as diversas formas de comercialização da produção joalheira.	Evento Realizado (Un)		15	1.512.583	60	5.507.317	75	7.019.900
			Metropolitana	15	1.512.583	60	5.507.317	75	7.019.900
Apoio à Implantação de Zonas de Processamento de Exportação	Fomentar a criação legal de áreas adequadas à instalação de empresas de produção de bens a serem comercializados no exterior.	ZPE Criada (Un)		1	4.154.553	1	10.869.270	1	15.023.823
			Baixo Amazonas	1	4.154.553	1	10.869.270	1	15.023.823
Apoio à Inserção de Empresas nos Mercados Nacional e Internacional	Estimular o aumento da inserção de bens de serviços nos mercados nacional e internacional.	Empresa Atendida (Un)		179	328.026	560	1.369.551	739	1.697.577
			Araguaia	4	10.882	10	21.122	14	32.004
			Baixo Amazonas	0	0	4	13.075	4	13.075
			Carajás	16	50.000	52	348.315	68	398.315
			Guamá	3	5.441	7	12.975	10	18.416
			Marajó	0	0	3	13.127	3	13.127
			Metropolitana	120	184.542	378	607.723	498	792.265



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
 Apoio a Micro e Pequenos Empreendimentos - CREDCIDADÃO	Financiar micro e pequenos empreendimentos localizados no Estado do Pará.	Empreendedor Apoiado (Un)	Rio Caeté	2	2.720	4	8.033	6	10.753
			Rio Capim	4	9.521	8	19.358	12	28.879
			Tapajós	0	0	3	13.075	3	13.075
			Tocantins	28	58.800	85	285.107	113	343.907
			Xingu	2	6.120	6	27.641	8	33.761
				7.550	8.000.000	22.650	24.000.000	30.200	32.000.000
			Araguaia	500	529.800	1.500	1.589.400	2.000	2.119.200
			Baixo Amazonas	750	794.700	2.250	2.384.100	3.000	3.178.800
			Carajás	750	794.700	2.250	2.384.100	3.000	3.178.800
			Guamá	500	529.800	1.500	1.589.400	2.000	2.119.200
			Lago de Tucuruí	500	529.800	1.500	1.589.400	2.000	2.119.200
			Marajó	500	529.800	1.500	1.589.400	2.000	2.119.200
			Metropolitana	1.000	1.059.600	3.000	3.178.800	4.000	4.238.400
			Rio Caeté	500	529.800	1.500	1.589.400	2.000	2.119.200
			Rio Capim	500	529.800	1.500	1.589.400	2.000	2.119.200
			Tapajós	800	847.680	2.400	2.543.040	3.200	3.390.720
			Tocantins	500	529.820	1.500	1.589.460	2.000	2.119.280
			Xingu	750	794.700	2.250	2.384.100	3.000	3.178.800
Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Setor Privado	Financiar projetos econômicos de interesse da política de desenvolvimento estadual.	Projeto Financiado (Un)		4	10.110.423	4	33.887.914	4	43.998.337
			Guamá	1	2.680.400	1	9.207.440	1	11.887.840
			Metropolitana	3	7.430.023	3	24.680.474	3	32.110.497
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Fortalecer o processo de desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.	APL Apoiado (Un)		9	272.103	9	971.234	9	1.243.337
			Baixo Amazonas	1	30.280	1	107.802	1	138.082
			Carajás	1	30.280	1	107.802	1	138.082
			Guamá	1	30.280	1	107.802	1	138.082
			Marajó	1	30.280	1	107.802	1	138.082
			Metropolitana	1	29.967	1	108.718	1	138.685
			Rio Capim	1	30.280	1	107.802	1	138.082
			Tapajós	1	30.280	1	107.802	1	138.082
			Tocantins	1	30.228	1	107.902	1	138.130
			Xingu	1	30.228	1	107.802	1	138.030



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Atração de Investimentos	Fomentar o aumento do parque industrial paraense, da produtividade e da competitividade empresarial do estado.	Investidor Atendido (Un)		20	136.026	60	485.551	80	621.577
			Baixo Amazonas	0	0	4	32.664	4	32.664
			Carajás	3	20.404	12	97.119	15	117.523
			Guamá	3	20.403	5	40.168	8	60.571
			Marajó	0	0	2	15.888	2	15.888
			Metropolitana	8	54.410	19	154.044	27	208.454
			Rio Capim	2	13.603	5	40.168	7	53.771
			Tocantins	2	13.603	6	48.556	8	62.159
			Xingu	2	13.603	7	56.944	9	70.547
				55	5.000.000	165	15.000.000	220	20.000.000
Concessão de Crédito a Microempreendedor - Banpará Comunidade	Apoiar os empreendimentos da economia solidária.	Microempreendedor Atendido (Un)	Araguaia	6	400.000	18	1.200.000	24	1.600.000
			Baixo Amazonas	7	400.000	21	1.200.000	28	1.600.000
			Carajás	5	400.000	15	1.200.000	20	1.600.000
			Guamá	5	400.000	15	1.200.000	20	1.600.000
			Lago de Tucuruí	3	400.000	9	1.200.000	12	1.600.000
			Marajó	3	400.000	9	1.200.000	12	1.600.000
			Metropolitana	3	600.000	9	1.800.000	12	2.400.000
			Rio Caeté	6	400.000	18	1.200.000	24	1.600.000
			Rio Capim	10	400.000	30	1.200.000	40	1.600.000
			Tapajós	1	400.000	3	1.200.000	4	1.600.000
			Tocantins	5	400.000	15	1.200.000	20	1.600.000
			Xingu	1	400.000	3	1.200.000	4	1.600.000
				37	32.500.000	111	97.500.000	148	130.000.000
			Araguaia	3	2.000.000	9	6.000.000	12	8.000.000
Concessão de Crédito para Expansão Empresarial	Contribuir para a expansão empresarial por meio da concessão de operações de crédito a pessoas jurídicas.	Empresa Atendida (Un)	Baixo Amazonas	5	2.000.000	15	6.000.000	20	8.000.000
			Carajás	4	2.000.000	12	6.000.000	16	8.000.000
			Guamá	4	2.000.000	12	6.000.000	16	8.000.000
			Lago de Tucuruí	3	2.000.000	9	6.000.000	12	8.000.000
			Marajó	1	2.000.000	3	6.000.000	4	8.000.000
			Metropolitana	1	10.500.000	3	31.500.000	4	42.000.000
			Rio Caeté	4	2.000.000	12	6.000.000	16	8.000.000
			Rio Capim	4	2.000.000	12	6.000.000	16	8.000.000

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Contribuição Estadual ao Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado	Aportar recursos financeiros ao fundo para o desenvolvimento sustentável da base produtiva do Estado do Pará.	Repasse Realizado (Un)	Tapajós	1	2.000.000	3	6.000.000	4	8.000.000
			Tocantins	4	2.000.000	12	6.000.000	16	8.000.000
			Xingu	3	2.000.000	9	6.000.000	12	8.000.000
				12	4.000.000	36	16.500.000	48	20.500.000
Credenciamento de Tradutor Público e Intérprete Comercial	Habilitar profissionais para a tradução de cartas rogatórias, procurações, passaportes, escrituras notariais, procurações, testamentos, certificados de sociedades anônimas e seus estatutos.	Tradutor Habilitado (Un)	Metropolitana	12	4.000.000	36	16.500.000	48	20.500.000
				50	300.000	0	0	50	300.000
Desconcentração do Registro Mercantil	Desconcentrar as atividades de registro mercantil para os municípios.	Município Atendido (Un)	Metropolitana	50	300.000	0	0	50	300.000
				5	52.000	15	198.348	20	250.348
			Araguaia	0	0	1	14.807	1	14.807
			Baixo Amazonas	1	10.400	2	26.507	3	36.907
			Carajás	0	0	3	39.672	3	39.672
			Guamá	0	0	1	13.162	1	13.162
			Lago de Tucuruí	1	10.400	3	36.562	4	46.962
			Marajó	0	0	1	13.162	1	13.162
			Metropolitana	2	20.800	0	0	2	20.800
			Rio Capim	1	10.400	1	13.162	2	23.562
			Tocantins	0	0	2	26.507	2	26.507
			Xingu	0	0	1	14.807	1	14.807
				28	136.008	81	485.544	109	621.552
Dinamização do Setor Minero-Metalúrgico Paraense	Incrementar as oportunidades de novos investimentos para o setor minero-metalúrgico.	Empreendimento Implantado (Un)	Araguaia	6	29.154	15	95.597	21	124.751
			Baixo Amazonas	4	19.428	12	74.377	16	93.805
			Carajás	5	24.285	16	92.610	21	116.895
			Lago de Tucuruí	1	4.857	3	18.168	4	23.025
			Metropolitana	1	4.857	3	18.168	4	23.025
			Rio Caeté	3	14.571	7	37.054	10	51.625
			Rio Capim	3	14.571	10	59.505	13	74.076
			Tapajós	2	9.714	8	46.739	10	56.453
			Xingu	3	14.571	7	43.326	10	57.897

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Expansão do Registro Mercantil	Estimular a formalização do registro mercantil para empresas nos municípios do estado do Pará.	Empresa Constituída (Un)		11.750	1.621.600	38.519	7.329.846	50.269	8.951.446
			Araguaia	772	95.973	2.530	366.086	3.302	462.059
			Baixo Amazonas	979	121.707	3.209	464.246	4.188	585.953
			Carajás	1.831	227.626	6.002	868.267	7.833	1.095.893
			Guamá	559	69.494	1.832	265.080	2.391	334.574
			Lago de Tucuruí	302	37.544	991	143.210	1.293	180.754
			Metropolitana	5.372	828.701	17.611	4.305.372	22.983	5.134.073
			Rio Caeté	519	64.521	1.701	246.112	2.220	310.633
			Rio Capim	330	41.025	1.082	156.487	1.412	197.512
			Tapajós	365	45.376	1.197	173.085	1.562	218.461
			Tocantins	325	40.403	1.066	154.116	1.391	194.519
			Xingu	396	49.230	1.298	187.785	1.694	237.015
Fomento a Atividades Produtivas	Aumentar o volume de financiamento para fomento de atividades produtivas, por meio de repasses de crédito via BNDES e recursos próprios.	Projeto Financiado (Un)		55	10.000.000	165	30.000.000	220	40.000.000
			Araguaia	6	800.000	18	2.400.000	24	3.200.000
			Baixo Amazonas	7	800.000	21	2.400.000	28	3.200.000
			Carajás	5	800.000	15	2.400.000	20	3.200.000
			Guamá	5	800.000	15	2.400.000	20	3.200.000
			Lago de Tucuruí	3	800.000	9	2.400.000	12	3.200.000
			Marajó	3	800.000	9	2.400.000	12	3.200.000
			Metropolitana	3	1.200.000	9	3.600.000	12	4.800.000
			Rio Caeté	6	800.000	18	2.400.000	24	3.200.000
			Rio Capim	10	800.000	30	2.400.000	40	3.200.000
			Tapajós	1	800.000	3	2.400.000	4	3.200.000
			Tocantins	5	800.000	15	2.400.000	20	3.200.000
			Xingu	1	800.000	3	2.400.000	4	3.200.000
Fortalecimento das Micros e Pequenas Empresas	Fomentar o aumento, a produtividade e a competitividade das micro e pequenas empresas do estado.	Empresa Atendida (Un)		66	136.020	252	485.556	318	621.576
			Araguaia	3	6.183	7	14.240	10	20.423
			Baixo Amazonas	6	12.366	25	46.905	31	59.271
			Carajás	10	20.610	40	76.429	50	97.039
			Guamá	5	10.300	30	59.049	35	69.349
			Lago de Tucuruí	3	6.183	6	11.810	9	17.993



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Marajó	1	2.061	3	5.914	4	7.975
			Metropolitana	10	20.610	40	76.429	50	97.039
			Rio Caeté	2	4.120	8	15.288	10	19.408
			Rio Capim	10	20.610	30	59.049	40	79.659
			Tapajós	3	6.183	10	19.347	13	25.530
			Tocantins	3	6.184	13	24.667	16	30.851
			Xingu	10	20.610	40	76.429	50	97.039
Gestão do Espaço São José Liberto	Assegurar a manutenção e o funcionamento da Espaço São José Liberto, para sua promoção turística e cultural.	Espaço Mantido (Un)		1	2.979.453	1	10.848.191	1	13.827.644
			Metropolitana	1	2.979.453	1	10.848.191	1	13.827.644
Implantação da Zona de Processamento de Exportação de Barcarena	Implantar a infraestrutura básica necessária para a indústria na área destinada a Zona de Processamento de Expotação de Barcarena.	ZPE Implantada (Prc)		33	5.000.000	67	10.000.000	100	15.000.000
			Tocantins	33	5.000.000	67	10.000.000	100	15.000.000
Implantação de Infraestruturas em Áreas Industriais	Ampliar as áreas de infraestrutura para instalação de parques industriais no estado.	Infraestrutura Implantada (Prc)		50	2.808.735	100	5.898.340	400	8.707.075
			Carajás	20	2.702.735	80	4.138.160	100	6.840.895
			Metropolitana	20	75.000	100	860.000	200	935.000
			Tocantins	10	31.000	90	900.180	100	931.180
Implementação de Ações do Setor Produtivo - Banco do Produtor	Financiar empreendimentos econômicos de interesse estratégico para o desenvolvimento, a diversificação e a transformação da base produtiva do Estado do Pará.	Projeto Financiado (Un)		20	8.000.000	52	33.000.000	72	41.000.000
			Baixo Amazonas	2	500.000	6	3.500.000	8	4.000.000
			Carajás	2	1.000.000	6	4.500.000	8	5.500.000
			Guamá	1	200.000	1	1.300.000	2	1.500.000
			Marajó	2	500.000	3	2.000.000	5	2.500.000
			Metropolitana	5	2.200.000	12	9.600.000	17	11.800.000
			Rio Caeté	2	400.000	6	1.000.000	8	1.400.000
			Rio Capim	4	1.500.000	7	4.200.000	11	5.700.000
			Tocantins	1	400.000	5	3.400.000	6	3.800.000
			Xingu	1	1.300.000	6	3.500.000	7	4.800.000
Incentivo a Produção Industrial no Estado	Apoiar a diversificação dos produtos industriais paraense.	Indústria Atendida (Un)		40	136.017	94	485.554	134	621.571
			Baixo Amazonas	3	10.200	7	33.958	10	44.158



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Carajás	9	30.617	19	98.342	28	128.959
			Guamá	4	13.600	11	48.370	15	61.970
			Lago de Tucuruí	1	3.400	3	13.290	4	16.690
			Marajó	6	20.400	7	42.053	13	62.453
			Metropolitana	6	20.400	15	77.880	21	98.280
			Rio Capim	2	6.800	7	35.999	9	42.799
			Tapajós	1	3.400	3	18.060	4	21.460
			Tocantins	4	13.600	11	59.142	15	72.742
			Xingu	4	13.600	11	58.460	15	72.060
Inovação Tecnológica da Cadeia Produtiva de Gemas e Jóias	Aprimorar o desenvolvimento dos processos de produção da joalheria artesanal paraense e a atualização técnica dos segmentos.	Produtor Atendido (Un)		250	265.130	1.050	965.339	1.300	1.230.469
			Metropolitana	250	265.130	1.050	965.339	1.300	1.230.469
Manutenção do Contrato de Gestão do Espaço São José Liberto - Pólo Joalheiro	Repassar recursos para a gestão do Espaço São José Liberto - Pólo Joalheiro.	Repasse Realizado (Un)		12	2.979.454	12	10.848.188	12	13.827.642
			Metropolitana	12	2.979.454	12	10.848.188	12	13.827.642
Plano de Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Disponibilizar o acesso aos produtos e serviços bancários, como forma de dinamizar a economia dos municípios.	Unidade Bancária Instalada (Un)		8	1.600.000	24	4.800.000	32	6.400.000
			Araguaia	1	200.000	1	200.000	2	400.000
			Carajás	0	0	2	400.000	2	400.000
			Guamá	3	600.000	2	400.000	5	1.000.000
			Lago de Tucuruí	2	400.000	2	400.000	4	800.000
			Marajó	0	0	5	1.000.000	5	1.000.000
			Metropolitana	1	200.000	0	0	1	200.000
			Rio Caeté	0	0	2	400.000	2	400.000
			Rio Capim	0	0	2	400.000	2	400.000
			Tocantins	0	0	4	800.000	4	800.000
			Xingu	1	200.000	4	800.000	5	1.000.000

PODER EXECUTIVO

ÁREA: GESTÃO

PROGRAMA: COMUNICAÇÃO PÚBLICA GOVERNAMENTAL

R\$: 208.813.432,00

Objetivo: Publicizar políticas públicas, atos governamentais e informações sócio cultural.
Público Alvo: População do Estado do Pará
Órgãos Executores: ADEPARÁ, ARCON, COHAB, DETRAN, FCV, FUNTELPA, HEMOPA, IASEP, IMETROPARÁ, IOE, PARATUR, SECOM, UEPA
Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
						2012	Até 2015
Incremento do número de sinais de frequências nos municípios paraenses		Percentual	FUNTELPA	ND	Jul/2011	0	0
Média Mensal do nº Matérias produzidas pelo site "Agência Pará"		matérias/mês	SECOM	600	Mai/2011	800	800
Número de alunos atendidos por ações da comunicação governamental		Unidade	SECOM	ND	Jul/2011	4000	7000
Número de campanhas publicitárias atendidas		Percentual	SECOM	ND	Jul/2011	300	500
Número de Municípios com sinal de Retransmissão da TV Cultura no Estado		Unidade	FUNTELPA	105	jul/2011	111	121
Número de usuários no TUCIPIX		Unidade	SECOM	0	2010	100000	300000

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Adequação do Prédio da Funtelpa	Adequar a infra-estrutura do prédio sede da Funtelpa com tratamento acústico e up-link.	Infraestrutura Adequada (Un)	Metropolitana	1	200.000	1	496.500	1	696.500
				1	200.000	1	496.500	1	696.500
Ampliação de Sinais de Áudio e Televisão Digital	Ampliar sinais de áudio e vídeo.	Município Atendido (Un)	Araguaia	61	620.000	61	1.160.000	61	1.780.000
				3	29.061	3	54.372	3	83.433
				5	48.435	5	90.620	5	139.055
				4	38.748	4	72.496	4	111.244
				9	87.183	9	163.116	9	250.299
				3	29.061	3	54.372	3	83.433
				12	116.244	12	217.488	12	333.732
				1	38.780	1	72.560	1	111.340
				4	38.748	4	72.496	4	111.244
				8	77.496	8	144.992	8	222.488

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Democratização do Acesso à Informação	Estimular o conhecimento e o preparo da população aos meios de informação e comunicação.	Oficina Realizada (Un)	Tapajós	2	19.374	2	36.248	2	55.622
			Tocantins	4	38.748	4	72.496	4	111.244
			Xingu	6	58.122	6	108.744	6	166.866
				36	380.000	108	1.237.596	144	1.617.596
			Metropolitana	36	380.000	108	1.237.596	144	1.617.596
Edição de Publicação	Fazer a edição para por à disposição no mercado	Publicação Editada (Un)		2	30.000	11	96.000	13	126.000
			Metropolitana	2	30.000	11	96.000	13	126.000
Edição de Publicações Oficiais	Divulgar notas, avisos e editais em forma de publicidade legal nos principais jornais de circulação local, regional e nacional.	Edital Publicado (Un)		600	1.500.000	1.800	4.902.000	2.400	6.402.000
			Metropolitana	600	1.500.000	1.800	4.902.000	2.400	6.402.000
Implantação da Rede, Portal e Feira Tucupix	Promover a criação e propagação de conteúdo para web voltado aos estudantes da rede de ensino estadual, profissionais da área da educação e comunidade.	Usuário Atendido (Un)		100	1.000.000	650	3.000.000	750	4.000.000
			Metropolitana	100	1.000.000	650	3.000.000	750	4.000.000
Implantação de Tecnologias de Radiodifusão Digital	Implantar tecnologia de comunicação digital.	Município Atendido (Un)		16	1.115.000	16	770.000	16	1.885.000
			Araguaia	1	69.687	1	48.125	1	117.812
			Baixo Amazonas	3	209.061	3	144.375	3	353.436
			Carajás	1	69.687	1	48.125	1	117.812
			Guamá	1	69.695	1	48.125	1	117.820
			Lago de Tucuruí	1	69.687	1	48.125	1	117.812
			Marajó	2	139.374	2	96.250	2	235.624
			Rio Caeté	1	69.687	1	48.125	1	117.812
			Rio Capim	2	139.374	2	96.250	2	235.624
			Tocantins	3	209.061	3	144.375	3	353.436
			Xingu	1	69.687	1	48.125	1	117.812
Implantação do Museu da Imprensa Oficial	Criar espaço permanente para a prática de cultura e educação do público.	Espaço Implantado (Un)		1	50.000	0	0	1	50.000
			Metropolitana	1	50.000	0	0	1	50.000
Implementação de Ações de Comunicação Institucional	Realizar ações de comunicação da gestão governamental.	Projeto Realizado (Un)		600	219.000	1.800	715.078	2.400	934.078



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Ações de Publicidade	Divulgar ações e projetos desenvolvidos pelas secretarias e órgãos do Governo do Pará.	Publicação Divulgada (Un)	Metropolitana	600	219.000	1.800	715.078	2.400	934.078
				707	40.776.788	2.001	133.530.896	2.708	174.307.684
			Araguaia	7	10.000	21	31.661	28	41.661
			Baixo Amazonas	7	10.000	21	31.661	28	41.661
			Carajás	7	10.000	21	31.661	28	41.661
			Guamá	7	10.000	21	31.661	28	41.661
			Lago de Tucuruí	7	10.000	21	31.661	28	41.661
			Metropolitana	651	40.696.788	1.833	133.277.608	2.484	173.974.396
			Rio Caeté	7	10.000	21	31.661	28	41.661
			Tocantins	7	10.000	21	31.661	28	41.661
Implementação de Ações e Estratégias Jornalísticas	Promover a gestão e a difusão da informação.	Matéria Produzida (Un)		5.000	180.000	15.000	587.670	20.000	767.670
			Metropolitana	5.000	180.000	15.000	587.670	20.000	767.670
Implementação do Banco de Leis e Decretos Estaduais	Disponibilizar a população o acesso à consulta das leis estaduais.	Acesso Realizado (Un)		144.000	100.000	480.000	300.000	624.000	400.000
			Metropolitana	144.000	100.000	480.000	300.000	624.000	400.000
Implementação do Parque Gráfico, Editorial e Tecnológico	Disponibilizar publicação e edição de matérias de exigência legal no Diário Oficial do Pará, com qualidade.	Produto Publicado (Un)		30.000	3.595.362	90.000	10.855.042	120.000	14.450.404
			Metropolitana	30.000	3.595.362	90.000	10.855.042	120.000	14.450.404
Produção de Programas Educativos por Teleinformação	Produzir programas educativos em parcerias com órgãos.	Programa Produzido (Un)		20	150.000	60	536.500	80	686.500
			Metropolitana	20	150.000	60	536.500	80	686.500
Realização de Programas de Rádio e Televisão	Realizar programas de rádio e televisão de natureza jornalística e de entretenimento.	Programa Realizado (Un)		33	170.000	99	540.000	132	710.000
			Metropolitana	33	170.000	99	540.000	132	710.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: GESTÃO
PROGRAMA: DEFESA DOS DIREITOS DO ESTADO

R\$: 12.073.158,00

Objetivo: Defender e orientar o Estado em matéria Jurídica.
Público Alvo: Cidadão
Órgãos Executores: PGE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Taxa de resposta com decisões favoráveis	Percentual	PGE	ND	Jul/2011	50	56
Taxa de resposta de pareceres e manifestações exarados pela PGE	Percentual	PGE	ND	Jul/2011	3	6

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das ações na Procuradoria Setorial de Brasília	Assegurar o assessoramento do Poder Executivo, bem como aos órgãos da administração indireta, e o ingresso em juízo em nome do Estado do Pará, em Brasília.	Processo Analisado (Un)		7	73.500	21	249.000	28	322.500
			Metropolitana	7	73.500	21	249.000	28	322.500
Implementação das Atividades da Procuradoria Geral do Estado na Capital	Assegurar o assessoramento do Poder Executivo, bem como aos órgãos da administração indireta, e o ingresso em juízo em nome do Estado do Pará, na capital.	Processo Analisado (Un)		56	669.706	168	2.245.512	224	2.915.218
			Metropolitana	56	669.706	168	2.245.512	224	2.915.218
Implementação das Atividades da Procuradoria Geral do Estado nas Unidades Regionais	Assegurar o assessoramento do Poder Executivo, bem como aos órgãos da administração indireta, e o ingresso em juízo em nome do Estado, nas regiões do Estado do Pará.	Processo Analisado (Un)		3	144.000	9	483.300	12	627.300
			Baixo Amazonas	1	48.000	3	161.100	4	209.100
			Carajás	1	48.000	3	161.100	4	209.100
			Guamá	1	48.000	3	161.100	4	209.100
				50	1.935.481	150	6.252.659	200	8.188.140
Implementação de Ações de Desenvolvimento Organizacional	Promover ações que possibilitem ganhos qualitativos no desempenho institucional.	Processo Concluído (Un)	Metropolitana	50	1.935.481	150	6.252.659	200	8.188.140



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação do Juizado Especial da Fazenda Pública	Garantir aos cidadãos acesso mais rápido à Justiça.	Processo Concluído (Un)		1	20.000	0	0	1	20.000
			Metropolitana	1	20.000	0	0	1	20.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: GESTÃO
PROGRAMA: FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

R\$: 800.000,00

Objetivo: Fortalecer e Modernizar o Sistema de Controle Interno do Estado garantindo a efetivação das políticas do Governo, com ênfase na agenda mínima.
Público Alvo: Poder Executivo
Órgãos Executores: Auditoria Geral do Estado

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Percentual de recursos com improbidades nos processos analisados	Percentual	Auditoria Geral do Estado	80	Dez/2010	40	10

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Modernização do Parque Tecnológico	Desenvolver instrumentos que possam melhorar a efetividade das ações do Sistema de Controle Interno.	Parque Tecnológico Modernizado (Un)		3	45.000	3	135.000	3	180.000
			Metropolitana	3	45.000	3	135.000	3	180.000
Operacionalização das Ações de Correicionais e Tomada de Contas Especiais	Operacionalizar Ações que Envolvam Processos Correicionais e de Tomada de Contas Especiais no Âmbito do Estado do Pará.	Processo Instaurado (Un)		20	41.000	60	123.000	80	164.000
			Metropolitana	20	41.000	60	123.000	80	164.000
Operacionalização de Ações de Controladoria	Operacionalizar a avaliação institucional permanente, subsidiando a gestão com informações gerenciais.	Processo Instaurado (Un)		600	41.000	1.800	123.000	2.400	164.000
			Metropolitana	600	41.000	1.800	123.000	2.400	164.000
Operacionalização de Ações de Fiscalização e Auditorias	Auditar e fiscalizar os recursos públicos, nos termos da legislação vigente.	Processo Realizado (Un)		35	47.000	105	141.000	140	188.000
			Metropolitana	35	47.000	105	141.000	140	188.000
Operacionalização de Ações de Ouvidoria	Operacionalizar ações de Ouvidoria como instrumento de transparência e controle social.	Demanda Atendida (Un)		500	26.000	1.500	78.000	2.000	104.000
			Metropolitana	500	26.000	1.500	78.000	2.000	104.000

PODER EXECUTIVO

ÁREA: GESTÃO

PROGRAMA: GESTÃO DO PLANEJAMENTO E DE INFORMAÇÕES ESTADUAIS

R\$: 4.947.182,00

Objetivo: Consolidar a gestão do processo de planejamento e dos sistemas de informações do Estado do Pará.
Público Alvo: Órgãos da Administração Pública Estadual
Órgãos Executores: IDESP, SEPOF

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Capacidade Operacional Financeira dos Gastos do Poder Executivo	Percentual	SEPOF	88	2010	100	100
Percentual de metas físicas realizadas e alimentadas no GPPará	Percentual	SEPOF	ND	Jul/2011	100	100
Percentual de municípios com base cartografica atualizada	Percentual	IDESP	3	jul/2011	14	56
Planejamento e programação da despesa do poder executivo	Percentual	SEPOF	106	2010	100	100
Publicações indexadas no ISSN	Unidade	IDESP	3	2010	4	5
Taxa de elaboração de Indicadores Macroeconômicos	Percentual	IDESP	38	2010	100	100
Tempo médio de duração dos acessos a página do Idesp	Minutos	IDESP	5	Jul/2011	6	8

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Atualização dos Limites Municipais no Estado do Pará	Manter atualizada a base cartográfica dos limites municipais no Estado do Pará em apoio a demanda institucional.	Malha Digital Municipal Atualizada (Un)		20	78.486	60	138.072	80	216.558
			Metropolitana	20	78.486	60	138.072	80	216.558
Elaboração de Diagnóstico e Avaliação de Impacto da UHE Belo Monte	Disponibilizar informações que expressem os impactos socioeconômicos e ambientais dos municípios da área de influência da UHE Belo Monte.	Diagnóstico Elaborado (Un)		10	161.312	10	414.267	10	575.579
			Marajó	1	2.199	1	3.913	1	6.112
			Metropolitana	1	21.692	1	65.822	1	87.514
			Xingu	8	137.421	8	344.532	8	481.953
Elaboração de Indicadores Macroeconômicos e Sociais	Disponibilizar indicadores como subsidio à elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas.	Boletim Disponibilizado (Un)		38	517.720	111	479.520	149	997.240

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Gestão da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	Gerenciar as soluções de modernização da infraestrutura de tecnologia de informação.	Infraestrutura Modernizada (Un)	Metropolitana	38	517.720	111	479.520	149	997.240
				1	589.800	1	1.359.400	1	1.949.200
			Metropolitana	1	589.800	1	1.359.400	1	1.949.200
Gestão do Sistema de Informação do Estado do Pará	Disponibilizar informações socioeconômica e ambiental tempestivamente.	SIE Atualizado (Mês)		12	96.082	36	62.923	48	159.005
			Metropolitana	12	96.082	36	62.923	48	159.005
Gestão dos Instrumentos de Planejamento	Coordenar a elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos instrumentos de planejamento.	Produto Disponibilizado (Un)		100	170.000	300	531.100	400	701.100
			Metropolitana	100	170.000	300	531.100	400	701.100
Gestão dos Sistemas Corporativos de Planejamento	Aperfeiçoar os sistemas corporativos para maior efetividade do planejamento estadual.	Sistema Aperfeiçoado (Un)		7	174.500	21	120.000	28	294.500
			Metropolitana	7	174.500	21	120.000	28	294.500
Monitoramento dos Instrumentos Pactuados pelo Governo do Pará	Garantir o alinhamento estratégico dos instrumentos pactuados pelo Estado do Pará em vista à promoção de Desenvolvimento Estadual.	Instrumento Monitorado (Prc)		100	12.000	100	42.000	100	54.000
			Metropolitana	100	12.000	100	42.000	100	54.000

PODER EXECUTIVO
ÁREA: GESTÃO
PROGRAMA: GESTÃO FAZENDÁRIA

R\$: 242.190.085,00

Objetivo: Promover o crescimento real e continuado da arrecadação.
Público Alvo: População do Estado do Pará
Órgãos Executores: PGE, SEFA

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa									
Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado			
						2012		Até 2015	
Índice de enquadramento dos segmentos econômicos ao Programa Nota Fiscal Cidadã		Unidade	Atos Legais do Poder Executivo	0	2010	2		10	
Vagas de capacitação para servidores fazendários		Unidade	Sistema Integrado de Administração Tributária	527	Dez/2010	677		1257	
Valores Mínimos de Receita Própria		R\$	Sistema Integrado de Administração Tributária	6.296.000,00	Dez/2010	6549		8820	

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Desenvolvimento e Qualificação de Servidores Fazendários	Capacitar o servidor fazendário para o desempenho eficiente e eficaz dos processos organizacionais.	Vaga Ofertada (Un)		677	666.000	3.191	502.327	3.868	1.168.327
			Araguaia	27	162.637	127	122.670	154	285.307
			Baixo Amazonas	29	53.080	139	40.035	168	93.115
			Carajás	56	152.847	262	115.284	318	268.131
			Guamá	16	18.914	74	14.266	90	33.180
			Lago de Tucuruí	10	23.509	50	17.732	60	41.241
			Marajó	20	23.709	92	17.882	112	41.591
			Metropolitana	411	92.178	1.939	69.524	2.350	161.702
			Rio Caeté	32	37.895	149	28.582	181	66.477
			Rio Capim	54	63.936	254	48.223	308	112.159
			Tocantins	12	14.185	59	10.699	71	24.884
			Xingu	10	23.110	46	17.430	56	40.540
			Gestão da Tecnologia da Informação na Área Fazendária	Melhorar a integração dos sistemas corporativos existentes e a qualidade e segurança da informação.	Plataforma Tecnológica Adequada (Un)	4	17.809.958	12	61.727.803

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Gestão Estratégica Integrada da Fazenda Estadual	Implementar modelo integrado de planejamento e gestão estratégica.	Modelo Implementado (Un)	Metropolitana	4	17.809.958	12	61.727.803	16	79.537.761
				2	593.013	5	286.920	7	879.933
			Metropolitana	2	593.013	5	286.920	7	879.933
Implementação da Administração Tributária e não Tributária	Otimizar o controle e acompanhamento dos resultados da cobrança da Dívida Ativa.	Processo Concluído (Un)		1	100.000	1	336.000	1	436.000
			Metropolitana	1	100.000	1	336.000	1	436.000
Implementação das Ações de Gestão Financeira e Contábil do Estado	Gerenciar os recursos financeiros e a Contabilidade Geral do Estado do Pará com vistas ao equilíbrio das contas públicas.	Relatório Financeiro e Contábil Publicado (Un)		22	4.400.429	66	8.505.606	88	12.906.035
			Metropolitana	22	4.400.429	66	8.505.606	88	12.906.035
Implementação das Ações do Programa de Educação Fiscal	Desenvolver nos municípios paraenses, ações de sensibilização do cidadão para a função sócio econômica do tributo.	Programa Implementado (Un)		1	329.012	3	139.605	4	468.617
			Metropolitana	1	329.012	3	139.605	4	468.617
Implementação das Ações do Programa Nota Fiscal Cidadã	Fortalecer a cidadania fiscal nos processos da administração tributária.	Nota Fiscal Cidadã Implantada (Un)		1	2.948.467	1	10.139.928	1	13.088.395
			Metropolitana	1	2.948.467	1	10.139.928	1	13.088.395
Modernização da Administração Tributária	Ampliar a capacidade operacional nos processos de tributação, arrecadação e fiscalização tributária.	Modelo de Administração Tributária Aperfeiçoada (Un)		84	28.725.515	84	101.032.008	84	129.757.523
			Araguaia	9	291.416	9	1.632.192	9	1.923.608
			Baixo Amazonas	7	512.915	7	2.923.720	7	3.436.635
			Carajás	10	513.696	10	5.303.456	10	5.817.152
			Guamá	8	112.258	8	802.349	8	914.607
			Lago de Tucuruí	6	48.565	6	1.751.580	6	1.800.145
			Marajó	9	559.620	9	618.644	9	1.178.264
			Metropolitana	4	20.313.488	4	54.448.285	4	74.761.773
			Rio Caeté	5	2.651.005	5	8.999.706	5	11.650.711
			Rio Capim	10	3.229.407	10	20.522.401	10	23.751.808
			Tapajós	3	263.573	3	1.694.226	3	1.957.799
			Tocantins	8	120.866	8	1.477.149	8	1.598.015
			Xingu	5	108.706	5	858.300	5	967.006



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Transparência e Comunicação com o Contribuinte Cidadão	Ampliar os meios de atendimento do cidadão aos serviços e as informações financeiras, contábeis, tributárias e de controle social.	Canal de Atendimento (Un)		6	1.162.678	23	2.784.816	29	3.947.494
			Metropolitana	6	1.162.678	23	2.784.816	29	3.947.494



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: GESTÃO
PROGRAMA: GESTÃO GOVERNAMENTAL

R\$: 45.871.661,00

Objetivo: Proporcionar qualidade e eficácia nas ações de atuação governamental.
Público Alvo: Gestores do Poder Executivo
Órgãos Executores: CGE, Gab. Gov - Casa Civil, Gab. Gov - Casa Militar, Gab. Vice-Governador
Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Variação do gasto governamental	Percentual	SEPOF	ND	Jul/2011	-5	-5

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio à Residência Oficial do Governador e Vice-governador	Operacionalizar as atividades das residências oficiais do governador e vice-governador.	Serviço Mantido (Mês)		12	196.200	36	561.000	48	757.200
			Metropolitana	12	166.200	36	471.000	48	637.200
			Rio Caeté	12	30.000	36	90.000	48	120.000
Apoio Logístico para Atuação Governamental	Proporcionar qualidade e eficiência nas ações da atuação governamental.	Serviço Mantido (Mês)		12	7.106.831	36	24.314.120	48	31.420.951
			Metropolitana	12	7.106.831	36	24.314.120	48	31.420.951
Assessoramento Jurídico ao Chefe do Poder Executivo	Orientar sobre os procedimentos jurídicos e administrativos da aplicação das leis e demais atos normativos no âmbito do Poder Executivo.	Processo Analisado (Un)		1.100	70.721	3.900	222.789	5.000	293.510
			Metropolitana	1.100	70.721	3.900	222.789	5.000	293.510
Gerenciamento dos Serviços de Transporte Aéreo Governamental	Manutenção e contratação de aeronaves para atender necessidades do Governo do Estado do Pará.	Serviço Mantido (Mês)		12	2.700.000	36	8.100.000	48	10.800.000
			Metropolitana	12	2.700.000	36	8.100.000	48	10.800.000
Implementação das Ações da Representação do Estado em Brasília	Assegurar o apoio logístico ao Governador, Vice-governador e aos representantes dos órgãos da administração pública estadual no cumprimento da gestão governamental.	Serviço Mantido (Mês)		12	500.000	36	2.100.000	48	2.600.000
			Metropolitana	12	500.000	36	2.100.000	48	2.600.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: GESTÃO
PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO ESTADO

R\$: 87.631.490,00

Objetivo: Disponibilizar aos órgãos do Poder Executivo Estadual, técnicas modernas para melhoria nas práticas de gestão pública.

Público Alvo: Órgãos Estaduais

Órgãos Executores: ADEPARÁ, BANPARÁ, IOE, SEAD, UEPA

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Proporção de instituições adesas com ciclo de avaliação completo	Percentual	SEAD	10	2010	15	50
Proporção de instituições avaliadas com Nível de Gestão acima de 150 pontos (Régua de avaliação de 250 Pontos)	Percentual	SEAD	2	2010	4	25
Taxa de adesão ao Programa de Qualidade na Gestão Pública no Estado do Pará (PQG)	Percentual	SEAD	68	2010	70	95

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento do Estado do Pará - PNAGE	Fortalecer a capacidade de planejamento e gestão do Estado do Pará.	Programa Implementado (Un)		1	9.727.754	1	10.104.213	1	19.831.967
			Metropolitana	1	9.727.754	1	10.104.213	1	19.831.967
 Gestão de Logística do Estado	Aperfeiçoar a Gestão dos Serviços de Logística da administração pública direta e indireta.	Sistema de Compras Governamentais Aperfeiçoado (Un)		1	120.000	1	2.500.000	1	2.620.000
			Metropolitana	1	120.000	1	2.500.000	1	2.620.000
 Gestão de Patrimônio do Estado	Gerenciar o Patrimônio Imobiliário e Mobiliário do Estado do Pará.	Patrimônio Imobiliário e Mobiliário Atualizado (Un)		1	2.400.000	1	10.800.000	1	13.200.000
			Metropolitana	1	2.400.000	1	10.800.000	1	13.200.000
 Gestão de Pessoas do Estado	Implementar Ações de Pessoas nos órgãos administração pública direta e indireta.	Política de Gestão de Pessoas Implementada (Un)		1	159.000	1	15.500.000	1	15.659.000
			Metropolitana	1	159.000	1	15.500.000	1	15.659.000
 Gestão Organizacional do Estado	Aprimorar a Gestão dos Órgãos da administração direta e indireta.	Órgão Atendido (Un)		1	509.415	1	34.794.130	1	35.303.545
			Metropolitana	1	509.415	1	34.794.130	1	35.303.545



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação de Unidades Administrativas de Atendimento	Gerenciar Unidades administrativas de atendimento à população.	Unidade Administrativa Implementada (Un)		2	150.404	2	584.142	2	734.546
			Metropolitana	2	150.404	2	584.142	2	734.546
Qualidade na Gestão do BANPARÁ	Fortalecer a imagem institucional do BANPARÁ com a implantação do Programa da Qualidade na gestão.	Projeto Implantado (Un)		1	50.000	0	0	1	50.000
			Metropolitana	1	50.000	0	0	1	50.000
Qualidade na Gestão Pública do Estado	Melhorar a funcionalidade e efetividade organizacional.	Órgão Atendido (Un)		2	55.000	6	177.432	8	232.432
			Metropolitana	2	55.000	6	177.432	8	232.432



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: GESTÃO

PROGRAMA: SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

R\$: 1.101.405.007,00

Objetivo: Promover ações de Seguridade Social voltadas aos Servidores Públicos Estaduais.
Público Alvo: Servidores Públicos Estaduais
Órgãos Executores: IASEP, IGEPREV

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento da rede credenciada no plano IASEP	Percentual	IASEP	52	Jun/2011	-	10
Incremento das ações de prevenção em saúde	Percentual	IASEP	ND	JUL2011	-	20

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Assistência Domiciliar aos Segurados do PAS	Prestar assistência à saúde em ambiente domiciliar aos segurados do Plano de Assistência Social (PAS).	Segurado Assistido (Un)		196	1.819.227	650	5.982.757	846	7.801.984
			Metropolitana	196	1.819.227	650	5.982.757	846	7.801.984
Assistência Preventiva de Saúde	Realizar ações de promoção e prevenção da saúde para os segurados do Plano de Assistência Social (PAS).	Segurado Assistido (Un)		38.120	3.658.669	138.796	11.965.514	176.916	15.624.183
			Araguaia	770	73.849	2.802	241.518	3.572	315.367
			Baixo Amazonas	1.577	151.441	5.746	495.279	7.323	646.720
			Carajás	983	94.330	3.578	308.502	4.561	402.832
			Guamá	3.728	357.866	13.575	1.170.390	17.303	1.528.256
			Lago de Tucuruí	596	57.195	2.170	187.053	2.766	244.248
			Marajó	883	84.789	3.216	277.299	4.099	362.088
			Metropolitana	22.732	2.181.723	82.765	7.181.225	105.497	9.362.948
			Rio Caeté	2.276	218.446	8.286	714.416	10.562	932.862
			Rio Capim	950	91.093	3.456	251.918	4.406	343.011
			Tapajós	346	33.224	1.261	108.659	1.607	141.883
			Tocantins	2.479	237.948	9.028	778.199	11.507	1.016.147
			Xingu	800	76.765	2.913	251.056	3.713	327.821
Construção da Sede do IGEPREV	Adequar as estruturas necessárias à prestação de serviços aos Segurados.	Sede Construída (Un)		1	3.000.000	0	0	1	3.000.000
			Metropolitana	1	3.000.000	0	0	1	3.000.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Descentralização do Atendimento ao Segurado	Ampliar a cobertura de atendimento aos Segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado do Pará.	Segurado Atendido (Un)		30.630	200.000	106.358	7.428.138	136.988	7.628.138
			Metropolitana	30.630	200.000	106.358	7.428.138	136.988	7.628.138
Implementação da Assistência Curativa	Garantir Assistência curativa aos segurados do Plano de Assistência Social (PAS)	Procedimento Realizado (Un)		3.409.373	205.918.558	12.413.530	672.228.590	15.822.903	878.147.148
			Araguaia	68.818	4.156.397	250.563	13.568.706	319.381	17.725.103
			Baixo Amazonas	141.121	8.523.411	513.822	27.824.986	654.943	36.348.397
			Carajás	87.902	5.309.106	320.053	17.331.770	407.955	22.640.876
			Guamá	333.482	20.141.587	1.214.210	65.752.941	1.547.692	85.894.528
			Lago de Tucuruí	53.297	3.219.049	194.056	10.508.701	247.353	13.727.750
			Marajó	79.011	4.772.123	287.681	15.578.770	366.692	20.350.893
			Metropolitana	2.033.064	122.792.528	7.402.387	400.860.656	9.435.451	523.653.184
			Rio Caeté	203.561	12.294.623	741.164	40.136.240	944.725	52.430.863
			Rio Capim	84.886	5.126.950	309.071	16.737.112	393.957	21.864.062
			Tapajós	30.961	1.869.951	112.728	6.104.524	143.689	7.974.475
			Tocantins	221.735	13.392.306	807.338	43.719.667	1.029.073	57.111.973
			Xingu	71.535	4.320.527	260.457	14.104.517	331.992	18.425.044
Implementação da Assistência Odontológica Básica	Prestar serviços odontológicos para preservação e recuperação da saúde oral dos segurados do Plano de Assistência Social (PAS)	Procedimento Realizado (Un)		594.750	6.121.635	2.165.478	19.969.349	2.760.228	26.090.984
			Araguaia	12.005	117.183	43.710	381.902	55.715	499.085
			Baixo Amazonas	24.618	240.304	89.633	783.159	114.251	1.023.463
			Carajás	15.334	149.682	55.832	487.819	71.166	637.501
			Guamá	58.175	567.858	211.813	1.850.674	269.988	2.418.532
			Lago de Tucuruí	9.297	90.756	33.852	295.777	43.149	386.533
			Marajó	13.784	134.542	50.185	438.478	63.969	573.020
			Metropolitana	354.658	3.778.033	1.291.309	12.331.459	1.645.967	16.109.492
			Rio Caeté	35.510	346.627	129.292	1.129.671	164.802	1.476.298
			Rio Capim	14.808	144.546	53.917	471.081	68.725	615.627
			Tapajós	5.401	52.720	19.665	171.817	25.066	224.537
			Tocantins	38.681	377.574	140.835	1.230.528	179.516	1.608.102
			Xingu	12.479	121.810	45.435	396.984	57.914	518.794
Implementação da Assistência Odontológica Especializada Co-participada	Prestar serviços de assistência odontológica especializada aos segurados de forma co-participada.	Segurado Atendido (Un)		162.622	4.383.179	592.101	14.361.634	754.723	18.744.813
			Araguaia	3.283	82.093	11.952	268.691	15.235	350.784

Agenda Mínima



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
PARÁ

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Baixo Amazonas	6.732	168.345	24.508	550.998	31.240	719.343
			Carajás	4.193	104.860	15.266	343.209	19.459	448.069
			Guamá	15.907	397.815	57.917	1.302.049	73.824	1.699.864
			Lago de Tucuruí	2.542	63.579	9.256	208.095	11.798	271.674
			Marajó	3.769	94.254	13.721	308.498	17.490	402.752
			Metropolitana	96.972	2.741.364	353.077	8.987.940	450.049	11.729.304
			Rio Caeté	9.710	242.830	35.354	794.788	45.064	1.037.618
			Rio Capim	4.049	101.262	14.742	331.432	18.791	432.694
			Tapajós	1.477	36.933	5.377	120.884	6.854	157.817
			Tocantins	10.576	264.510	38.508	865.749	49.084	1.130.259
			Xingu	3.412	85.334	12.423	279.301	15.835	364.635
Implementação de Ações de Acolhimento ao Segurado Inativo e Pensionista	Proporcionar qualidade de vida ao Segurado Inativo e Pensionista.	Segurado Atendido (Un)		500	150.000	5.300	4.254.618	5.800	4.404.618
			Metropolitana	500	150.000	5.300	4.254.618	5.800	4.404.618
Implementação de Ações de Fiscalização da Arrecadação das Receitas Previdenciárias	Reduzir a dependência de recursos do tesouro no financiamento das folhas de pagamento de benefícios, aos segurados vinculados ao FINANPREV.	Fiscalização Realizada (Un)		12	200.000	12	6.635.336	12	6.835.336
			Metropolitana	12	200.000	12	6.635.336	12	6.835.336
Implementação de Ações de Pré-aposentadoria	Promover ações voltadas à preparação do Servidor Público Estadual para a aposentadoria.	Segurado Atendido (Un)		500	100.000	5.300	3.643.424	5.800	3.743.424
			Metropolitana	500	100.000	5.300	3.643.424	5.800	3.743.424
Implementação de Ações para Tratamento Fora de Domicílio do Servidor Público Estadual	Proporcionar deslocamento e manutenção aos segurados com vistas ao atendimento do TFD.	Segurado Atendido (Un)		128	898.541	682	2.916.593	810	3.815.134
			Metropolitana	128	898.541	682	2.916.593	810	3.815.134
Implementação de Perícia Médica Previdenciária	Realizar perícia médica nos servidores públicos estaduais no âmbito do IGEPREV.	Perícia Médica Previdenciária Realizada (Un)		150	300.000	150	4.509.237	150	4.809.237
			Metropolitana	150	300.000	150	4.509.237	150	4.809.237
Manutenção de Auditoria Técnica	Auditar os procedimentos ambulatoriais e hospitalares realizados pela rede credenciada aos segurados.	Auditoria Realizada (Un)		2.517	3.499.579	9.165	11.442.022	11.682	14.941.601
			Araguaia	51	70.638	183	230.953	234	301.591
			Baixo Amazonas	104	144.855	379	473.609	483	618.464



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
			Carajás	65	90.228	235	295.004	300	385.232
			Guamá	245	342.307	896	1.119.182	1.141	1.461.489
			Lago de Tucuruí	39	54.708	143	178.869	182	233.577
			Marajó	58	81.102	213	265.166	271	346.268
			Metropolitana	1.502	2.086.853	5.470	6.823.062	6.972	8.909.915
			Rio Caeté	151	208.946	547	683.160	698	892.106
			Rio Capim	62	87.133	228	284.884	290	372.017
			Tapajós	23	31.780	83	103.906	106	135.686
			Tocantins	164	227.602	596	744.153	760	971.755
			Xingu	53	73.427	192	240.074	245	313.501
Modernização da Gestão do Sistema de Assistência em Saúde do Servidor Público Estadual	Otimizar a gestão do sistema de assistência em saúde do servidor público estadual.	Sistema Modernizado (Un)		1	440.000	1	190.000	1	630.000
			Metropolitana	1	440.000	1	190.000	1	630.000
Modernização do Regime Próprio de Previdência do Estadual	Melhorar a execução das políticas voltadas à Previdência do Servidor público Estadual.	Segurado Atendido (Un)		128.738	25.396.155	393.500	73.126.128	522.238	98.522.283
			Metropolitana	128.738	25.396.155	393.500	73.126.128	522.238	98.522.283
Readequação de Estrutura Física	Proporcionar melhoria da infra-estrutura para a oferta de serviços com qualidade aos servidores e segurados.	Prédio Adequado (Un)		7	2.359.568	21	4.281.759	28	6.641.327
			Araguaia	0	0	2	260.000	2	260.000
			Baixo Amazonas	0	0	5	720.000	5	720.000
			Carajás	1	200.000	0	0	1	200.000
			Guamá	0	0	4	590.000	4	590.000
			Lago de Tucuruí	1	130.000	0	0	1	130.000
			Marajó	0	0	2	260.000	2	260.000
			Metropolitana	1	1.509.568	4	1.931.759	5	3.441.327
			Rio Caeté	0	0	1	130.000	1	130.000
			Rio Capim	1	130.000	1	130.000	2	260.000
			Tapajós	0	0	1	130.000	1	130.000
			Tocantins	3	390.000	0	0	3	390.000
			Xingu	0	0	1	130.000	1	130.000
Realização de Ações de Ouvidoria	Proporcionar canal de comunicação entre a gestão do IASEP com segurados e credenciados.	Segurado Atendido (Un)		1.500	5.343	2.900	19.454	4.400	24.797
			Metropolitana	1.500	5.343	2.900	19.454	4.400	24.797



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: GESTÃO

PROGRAMA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

R\$: 150.876.644,00

Objetivo: Prover infraestrutura computacional de alta disponibilidade e soluções de tecnologia de informação e comunicação para os órgãos e entidades do estado do Pará.

Público Alvo: Órgãos e entidades públicas estaduais

Órgãos Executores: PRODEPA

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Índice de Qualidade - Nível de Maturidade	Percentual-Nível	PRODEPA	ND	Jul/2011	50-1	100-2
Índice de Satisfação do Cliente	Percentual	PRODEPA	ND	Jul/2011	20	70

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Comunicação de Dados	Garantir o acesso aos órgãos da Administração Pública Estadual à portais e sistemas.	Contrato Mantido (Un)		61	19.276.899	61	56.867.376	61	76.144.275
			Metropolitana	61	19.276.899	61	56.867.376	61	76.144.275
Desenvolvimento de Sistemas de Informação	Desenvolver soluções de tecnologia da informação aos órgãos e entidades do Estado do Pará.	Sistema de Informação Desenvolvido (Un)		7	952.404	7	3.324.500	7	4.276.904
			Metropolitana	7	952.404	7	3.324.500	7	4.276.904
Implementação da Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação	Gerir tecnologias da informação e comunicação, em prol do alinhamento estratégico, da maximização dos benefícios do emprego das tic; otimização dos recursos aportados; e redução dos riscos dos investimentos.	Processo Implementado (Un)		3	289.480	3	1.595.741	3	1.885.221
			Metropolitana	3	289.480	3	1.595.741	3	1.885.221
Implementação de Ações de Melhoramento de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação	Executar projetos em novos paradigmas tecnológicos.	Projeto Executado (Un)		4	393.754	4	1.724.616	4	2.118.370
			Metropolitana	4	393.754	4	1.724.616	4	2.118.370



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Manutenção da Infovia Estadual e Metrobel	Manter disponível a infraestrutura da rede estadual aos órgãos públicos.	Infovia Estadual/Metrobel Mantida (Un)		1	11.994.803	1	30.410.685	1	42.405.488
			Metropolitana	1	11.994.803	1	30.410.685	1	42.405.488
Modernização da Infraestrutura Computacional	Implantar projetos de modernização da infraestrutura computacional dos órgãos e entidades do Estado do Pará.	Projeto Implantado (Un)		8	4.905.788	8	19.140.598	8	24.046.386
			Metropolitana	8	4.905.788	8	19.140.598	8	24.046.386

CONTINUA NO CADERNO 11

Caderno 11

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

GABINETE DO GOVERNADOR

 PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO
ÁREA: GESTÃO
PROGRAMA: TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL **R\$: 45.734.464,00**

Objetivo: Proporcionar condições de acompanhamento, monitoramento e avaliação pela sociedade, das ações, desdobramentos e impactos das políticas públicas desenvolvidas institucionalmente.

Público Alvo: Cidadão Paraense

Órgãos Executores: 10º CRS - Altamira, 11º CRS - Marabá, 12º CRS - C. Araguaia, 13º CRS - Cametá, 1º CRS - Belém, 2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, 6º CRS - Barcarena, 7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, 9º CRS - Santarém, CBM, CPC, DETRAN, FHCGV, Fund. Santa Casa, HAS, HEMOPA, HOL, HRCA, HRCM, HRS, HRT, LACEN, PMPA, Polícia Civil, SEAS, SECULT, SEGUP, SEJUDH, SESP, SETER, SUSIPE

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa									
Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado				
					2012	Até 2015			
Taxa de Publicização das Políticas Governamentais de Saúde	Percentual	SESPA – DIRETORIAS E CONSELHOS DE SAÚDE	100	2010	100	100			

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio à Implementação das Ações dos Conselhos	Consolidar o processo político de controle social por meio das representações que fazem parte dos conselhos.	Conselho Fortalecido (Un)		628	1.574.714	628	5.296.490	628	6.871.204
			Araguaia	61	28.075	61	100.221	61	128.296
			Baixo Amazonas	44	10.265	44	45.497	44	55.762
			Carajás	49	20.708	49	46.495	49	67.203
			Guamá	68	17.781	68	67.766	68	85.547
			Lago de Tucuruí	28	10.925	28	26.115	28	37.040
			Marajó	64	27.356	64	105.085	64	132.441
			Metropolitana	63	1.382.437	63	4.622.889	63	6.005.326
			Rio Caeté	61	15.575	61	53.987	61	69.562
			Rio Capim	66	21.769	66	70.737	66	92.506
			Tapajós	20	4.430	20	21.090	20	25.520
			Tocantins	64	19.343	64	74.519	64	93.862
			Xingu	40	16.050	40	62.089	40	78.139
Apoio à Realização de Conferências	Apoiar técnica e financeiramente a realização de conferências de saúde na área do controle social.	Conferência Realizada (Un)		177	1.096.608	506	4.562.850	683	5.659.458
			Araguaia	10	24.450	33	90.461	43	114.911
			Baixo Amazonas	5	3.750	15	13.876	20	17.626



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações de Auditoria do SUS	Garantir a transparência na prestação dos serviços de saúde.	Serviço de Saúde Auditado (Un)	Carajás	12	19.582	27	52.472	39	72.054
			Guamá	17	12.998	51	45.621	68	58.619
			Lago de Tucuruí	7	11.417	18	36.215	25	47.632
			Marajó	16	14.685	48	54.339	64	69.024
			Metropolitana	30	943.639	77	4.046.061	107	4.989.700
			Rio Caeté	15	5.625	45	20.814	60	26.439
			Rio Capim	17	18.940	48	50.654	65	69.594
			Tapajós	2	1.500	6	5.550	8	7.050
			Tocantins	36	23.672	108	86.946	144	110.618
			Xingu	10	16.350	30	59.841	40	76.191
				1.866	615.581	5.277	2.206.059	7.143	2.821.640
			Araguaia	195	85.925	323	172.700	518	258.625
			Baixo Amazonas	93	39.666	265	157.981	358	197.647
			Carajás	168	81.900	229	110.482	397	192.382
			Guamá	139	77.908	381	279.541	520	357.449
			Lago de Tucuruí	40	18.220	105	57.300	145	75.520
			Marajó	92	87.358	449	447.591	541	534.949
			Metropolitana	31	16.977	65	59.257	96	76.234
			Rio Caeté	660	85.860	1.817	238.081	2.477	323.941
Implementação do Serviço de Ouvidoria do SUS	Fortalecimento da rede estadual de ouvidorias do SUS.	Denúncia Encaminhada (Un)	Rio Capim	103	38.368	426	229.929	529	268.297
			Tapajós	78	35.606	152	84.260	230	119.866
			Tocantins	126	18.632	508	168.211	634	186.843
			Xingu	141	29.161	557	200.726	698	229.887
				2.530	495.171	36.867	1.380.378	39.397	1.875.549
			Araguaia	70	37.378	29.948	138.551	30.018	175.929
			Baixo Amazonas	28	6.378	84	22.855	112	29.233
			Carajás	40	16.107	120	58.777	160	74.884
			Guamá	96	23.598	288	86.560	384	110.158
			Lago de Tucuruí	205	26.967	615	49.198	820	76.165
			Marajó	427	11.000	1.281	40.702	1.708	51.702
			Metropolitana	1.203	308.702	3.124	748.524	4.327	1.057.226
			Rio Caeté	89	12.066	315	47.400	404	59.466
			Rio Capim	71	5.659	213	20.946	284	26.605
			Tocantins	261	32.938	759	114.955	1.020	147.893
			Xingu	40	14.378	120	51.910	160	66.288



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação do Serviço de Regulação do SUS	Reorganizar os processos de regulação do sistema estadual de saúde.	Regulação de Serviço de Saúde Implementado (Un)		215	3.346.574	645	1.815.629	860	5.162.203
			Araguaia	18	283.032	54	166.743	72	449.775
			Baixo Amazonas	15	278.526	45	150.079	60	428.605
			Carajás	15	275.172	45	136.825	60	411.997
			Guamá	28	280.928	84	159.016	112	439.944
			Lago de Tucuruí	6	6.560	18	25.236	24	31.796
			Marajó	10	281.616	30	161.511	40	443.127
			Metropolitana	10	544.328	30	250.581	40	794.909
			Rio Caeté	21	548.544	63	268.675	84	817.219
			Rio Capim	23	18.884	69	69.748	92	88.632
			Tapajós	6	8.244	18	30.504	24	38.748
			Tocantins	50	541.328	150	241.814	200	783.142
			Xingu	13	279.412	39	154.897	52	434.309
Modernização da Gestão	Implementar ações estratégicas para melhoria da gestão.	Instrumento de Gestão Implementado (Un)		152	4.932.884	152	18.411.526	152	23.344.410
			Araguaia	8	342.888	8	1.242.844	8	1.585.732
			Baixo Amazonas	11	433.610	11	1.572.058	11	2.005.668
			Carajás	11	443.610	11	1.609.054	11	2.052.664
			Guamá	21	433.610	21	1.572.129	21	2.005.739
			Lago de Tucuruí	9	385.749	9	1.398.200	9	1.783.949
			Marajó	7	11.000	7	40.704	7	51.704
			Metropolitana	34	1.675.170	34	6.596.926	34	8.272.096
			Rio Caeté	24	390.437	24	1.415.546	24	1.805.983
			Rio Capim	1	312	1	1.155	1	1.467
			Tocantins	17	430.749	17	1.564.710	17	1.995.459
			Xingu	9	385.749	9	1.398.200	9	1.783.949

PODER EXECUTIVO

ÁREA: GESTÃO

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

R\$: 1.069.415.185,00

Objetivo: Aprimorar a execução das políticas públicas voltadas para os servidores públicos.

Público Alvo: Servidor Público Estadual

Órgãos Executores: 10º CRS - Altamira, 11º CRS - Marabá, 12º CRS - C. Araguaia, 13º CRS - Cametá, 1º CRS - Belém, 2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, 6º CRS - Barcarena, 7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, 9º CRS - Santarém, ADEPARÁ, ARCON, ASIPAG, Auditoria Geral do Estado, CDI, CEASA, CGE, COHAB, COSANPA, CPH, EGPA, EMATER, Enc. SEFA, FAPESPA, FASEPA, FCG, FCPTN, FCV, FES, FHCGV, Fund. Santa Casa, FUNTELPA, Gab. Gov - Casa Civil, Gab. Gov - Casa Militar, Gab. Vice-Governador, GAS DO PARÁ, HAS, HEMOPA, HOL, HRCA, HRCM, HRS, HRT, IAP, IASEP, IDEFLOR, IDESP, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, LACEN, LOTERPA, NAF, NGPR, NGTM, PARATUR, PGE, PRODEPA, SAGRI, SEAD, SEAS, SECOM, SECULT, SEDECT, SEDURB, SEEL, SEFA, SEGOV, SEICOM, SEIR, SEJUDH, SEMA, SEOP, SEPAq, SEPOF, SESPA, SETER, SETRAN

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento do número de eventos realizados (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	10	Dez/2010	15	15
Percentual de demandas por reabilitação e readaptação atendidas	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	60
Proporção de instituições estaduais com serviço de saúde e segurança do trabalho implantado	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	80
Tempo máximo entre o agendamento e o atendimento da perícia médica	Dia	SEAD	15	Jan/2011	5	2
Variação na capacitação do servidor	Percentual	EGPA	9	Dez/2010	15	15
Variação no número de bolsas de pós-graduação concedidas	Percentual	EGPA	ND	Jul/2011	15	15
Variação no número de participantes em eventos (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	-85,37	Dez/2010	-	15

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Assistência Médica e Odontológica	Viabilizar assistência médica e odontológica aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		1.826	7.181.170	1.826	25.400.492	1.826	32.581.662
			Metropolitana	1.826	7.181.170	1.826	25.400.492	1.826	32.581.662
Auxílio Alimentação	Viabilizar auxílio alimentação aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		45.531	67.738.199	45.531	233.813.569	45.531	301.551.768
			Araguaia	22	45.174	22	144.915	22	190.089
			Baixo Amazonas	166	357.053	166	1.476.402	166	1.833.455
			Carajás	113	241.981	113	1.185.953	113	1.427.934

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Auxílio Transporte	Viabilizar auxílio transporte aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)	Guamá	54	110.884	54	355.700	54	466.584
			Lago de Tucuruí	22	45.174	22	144.915	22	190.089
			Metropolitana	44.970	66.123.583	44.970	227.862.355	44.970	293.985.938
			Rio Caeté	71	328.422	71	1.067.124	71	1.395.546
			Rio Capim	48	352.456	48	1.148.047	48	1.500.503
			Tocantins	36	73.923	36	237.134	36	311.057
			Xingu	29	59.549	29	191.024	29	250.573
				39.234	17.083.001	39.234	58.944.130	39.234	76.027.131
			Araguaia	22	12.675	22	43.461	22	56.136
			Baixo Amazonas	157	198.134	157	611.719	157	809.853
			Carajás	146	109.151	146	340.432	146	449.583
			Guamá	54	31.111	54	106.676	54	137.787
			Lago de Tucuruí	22	12.675	22	43.461	22	56.136
			Metropolitana	38.742	16.666.828	38.742	57.618.613	38.742	74.285.441
			Rio Caeté	26	14.979	26	51.362	26	66.341
			Tocantins	36	20.740	36	71.117	36	91.857
Contribuição do Estado ao Plano de Assistência a Saúde dos Servidores	Atender a parcela do Estado do Pará relativa ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores.	Usuário Atendido (Un)		133.813	56.368.482	401.439	218.295.112	535.252	274.663.594
			Metropolitana	133.813	56.368.482	401.439	218.295.112	535.252	274.663.594
Contribuição do Estado ao Plano de Assistência a Saúde dos Servidores - Educação	Atender a parcela do Estado do Pará relativa ao Plano de Assistência a Saúde do Servidor Público	Usuário Atendido (Un)		67.405	36.073.882	202.215	120.416.652	269.620	156.490.534
			Metropolitana	67.405	36.073.882	202.215	120.416.652	269.620	156.490.534
Desenvolvimento de Competências Profissionais	Desenvolver habilidades e competências dos servidores,com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública.	Servidor Capacitado (Un)		32.098	8.374.220	98.820	30.009.118	130.918	38.383.338
			Araguaia	1.000	70.687	3.000	228.875	4.000	299.562
			Baixo Amazonas	1.055	119.625	3.182	449.279	4.237	568.904
			Carajás	1.155	117.625	3.465	382.766	4.620	500.391
			Guamá	1.044	82.000	3.132	259.995	4.176	341.995
			Lago de Tucuruí	500	40.125	1.500	125.875	2.000	166.000
			Marajó	518	41.063	1.554	142.704	2.072	183.767
			Metropolitana	22.734	7.597.220	70.711	27.427.761	93.445	35.024.981
			Rio Caeté	1.587	117.625	4.761	393.780	6.348	511.405



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Formação Continuada do Servidor Público Estadual	Elevar o desempenho técnico e a produtividade do servidor público.	Servidor Capacitado (Un)	Rio Capim	1.000	70.625	3.000	228.875	4.000	299.500
			Tapajós	500	40.625	1.500	126.875	2.000	167.500
			Tocantins	500	34.000	1.500	102.000	2.000	136.000
			Xingu	505	43.000	1.515	140.333	2.020	183.333
				290	450.000	870	1.423.750	1.160	1.873.750
			Araguaia	45	50.000	135	150.000	180	200.000
			Baixo Amazonas	45	50.000	135	150.000	180	200.000
			Carajás	45	50.000	135	150.000	180	200.000
			Metropolitana	75	230.000	225	763.750	300	993.750
			Rio Caeté	40	30.000	120	90.000	160	120.000
Implantação de Serviços de Reabilitação e Readaptação do Servidor Público Estadual	Manter o servidor público em plena atividade profissional.	Servidor Atendido (Un)	Rio Capim	40	40.000	120	120.000	160	160.000
				5.000	500.000	5.000	8.500.000	5.000	9.000.000
Implementação de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho	Promover ações para a melhoria da qualidade de vida do servidor público.	Servidor Atendido (Un)	Metropolitana	5.000	500.000	5.000	8.500.000	5.000	9.000.000
				3.698	2.281.962	3.698	10.472.588	3.698	12.754.550
			Araguaia	18	1.628	18	5.262	18	6.890
			Baixo Amazonas	148	18.591	148	66.021	148	84.612
			Carajás	140	13.117	140	45.973	140	59.090
			Guamá	36	3.256	36	13.242	36	16.498
			Lago de Tucuruí	18	1.628	18	5.262	18	6.890
			Metropolitana	3.262	2.236.869	3.262	10.314.552	3.262	12.551.421
			Rio Caeté	22	1.990	22	6.315	22	8.305
			Tocantins	30	2.713	30	8.857	30	11.570
Implementação de Ações de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Otimizar medidas preventivas de saúde ocupacional nos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.	Órgão Atendido (Un)	Xingu	24	2.170	24	7.104	24	9.274
				18	372.000	18	9.000.000	18	9.372.000
Implementação de ações do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração	Remunerar o trabalho de forma clara e transparente de acordo com regras estabelecidas no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR).	Plano Implementado (Un)	Metropolitana	18	372.000	18	9.000.000	18	9.372.000
				6	1.002.620	5	319.432	11	1.322.052
			Metropolitana	6	1.002.620	5	319.432	11	1.322.052



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Otimização dos Serviços de Perícia Médica	Garantir a prestação dos serviços de perícia médica para os servidores públicos estaduais.	Servidor Atendido (Un)		20.000	750.000	20.000	9.000.000	20.000	9.750.000
			Araguaia	1.000	12.000	1.000	600.000	1.000	612.000
			Baixo Amazonas	500	6.000	500	300.000	500	306.000
			Carajás	500	6.000	500	300.000	500	306.000
			Guamá	500	6.000	500	300.000	500	306.000
			Lago de Tucuruí	500	6.000	500	300.000	500	306.000
			Marajó	500	6.000	500	300.000	500	306.000
			Metropolitana	13.000	666.000	13.000	4.800.000	13.000	5.466.000
			Rio Caeté	1.000	12.000	1.000	600.000	1.000	612.000
			Rio Capim	500	6.000	500	300.000	500	306.000
Pagamento da Gratificação de Desempenho Institucional	Estimular a produtividade dos servidores no exercício das atividades laborais.	Servidor Beneficiado (Un)	Tapajós	500	6.000	500	300.000	500	306.000
			Tocantins	1.000	12.000	1.000	600.000	1.000	612.000
			Xingu	500	6.000	500	300.000	500	306.000
				24.243	29.419.339	74.634	97.365.467	98.877	126.784.806
			Araguaia	192	651.000	576	2.125.567	768	2.776.567
			Baixo Amazonas	88	68.897	264	224.956	352	293.853
			Lago de Tucuruí	423	1.301.862	1.269	4.250.686	1.692	5.552.548
			Metropolitana	23.182	26.277.740	71.451	87.107.890	94.633	113.385.630
			Rio Caeté	146	665.153	438	2.171.779	584	2.836.932
			Tocantins	212	454.687	636	1.484.589	848	1.939.276
Servidor NOTA 10 - Valorização do Servidor Público	Estimular o servidor público estadual no desempenho das competências institucionais.	Servidor Beneficiado (Un)		48.500	5.000.000	97.000	10.000.000	145.500	15.000.000
			Metropolitana	48.500	5.000.000	97.000	10.000.000	145.500	15.000.000
SERVIFEST - Festival de Música do Servidor	Oportunizar ao servidor público demonstração do talento artístico musical.	Evento Realizado (Un)		10	1.270.000	31	2.590.000	41	3.860.000
			Baixo Amazonas	1	250.000	2	500.000	3	750.000
			Carajás	1	250.000	2	500.000	3	750.000
			Metropolitana	8	770.000	27	1.590.000	35	2.360.000



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
AÇÕES QUE NÃO CONTÉM PROGRAMA

(R\$ 1,00)

Descrição	Financeiro		Total
	2012	2013-2015	
Amortização e Encargos de Financiamento	551.349.398	1.438.726.487	1.990.075.885
Encargos com Débito com a Previdência	49.290.000	162.579.740	211.869.740
Encargos com Débitos com PIS/CONFINS e outras Contribuições	17.017.268	49.424.193	66.441.461
Transferência à Companhia de Saneamento do Pará	5.431.758	10.533.080	15.964.838

Ministério Público



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

(R\$ 1,00)

Objetivo: Implementação de ações que viabilizam a gestão administrativa do Estado do Pará.

Descrição	Financeiro		Total do Programa
	2012	2013-2015	
MINISTÉRIO PÚBLICO	12.168.035	37.334.525	49.502.560
Ministério Público	12.168.035	37.334.525	49.502.560
Operacionalização das Ações Administrativas	12.168.035	37.334.525	49.502.560
Total	12.168.035	37.334.525	49.502.560



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

R\$: 61.059.490,00

Objetivo: Aprimorar a execução das políticas públicas voltadas para os servidores públicos.

Público Alvo: Servidor Público Estadual

Órgãos Executores: MP

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa						
Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento do número de eventos realizados (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	10	Dez/2010	15	15
Percentual de demandas por reabilitação e readaptação atendidas	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	60
Proporção de instituições estaduais com serviço de saúde e segurança do trabalho implantado	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	80
Tempo máximo entre o agendamento e o atendimento da perícia médica	Dia	SEAD	15	Jan/2011	5	2
Variação na capacitação do servidor	Percentual	EGPA	9	Dez/2010	15	15
Variação no número de bolsas de pós-graduação concedidas	Percentual	EGPA	ND	Jul/2011	15	15
Variação no número de participantes em eventos (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	-85,37	Dez/2010	-	15

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Auxílio Alimentação	Viabilizar auxílio alimentação aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		1.106	10.561.850	1.106	38.674.800	1.106	49.236.650
			Araguaia	17	162.652	17	723.510	17	886.162
			Baixo Amazonas	35	333.754	35	1.384.667	35	1.718.421
			Carajás	38	363.328	38	1.474.348	38	1.837.676
			Guamá	35	333.754	35	1.363.881	35	1.697.635
			Metropolitana	878	8.385.054	878	29.490.879	878	37.875.933
			Rio Caeté	34	324.249	34	1.374.616	34	1.698.865
			Tapajós	11	104.562	11	498.678	11	603.240
			Tocantins	44	420.362	44	1.739.581	44	2.159.943
			Xingu	14	134.135	14	624.640	14	758.775



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Auxílio Transporte	Viabilizar auxílio transporte aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		990	1.253.970	990	4.464.395	990	5.718.365
			Araguaia	17	21.568	17	94.125	17	115.693
			Baixo Amazonas	35	44.391	35	180.291	35	224.682
			Carajás	38	48.152	38	191.948	38	240.100
			Guamá	35	44.391	35	177.392	35	221.783
			Metropolitana	762	965.181	762	3.269.379	762	4.234.560
			Rio Caeté	34	43.011	34	178.933	34	221.944
			Tapajós	11	13.919	11	64.868	11	78.787
			Tocantins	44	55.676	44	226.128	44	281.804
			Xingu	14	17.681	14	81.331	14	99.012
Contribuição ao Plano de Assistência dos Servidores - PAS / MPE	Atender a parcela patronal, relativa ao plano de assistência a saúde do servidor do ministério público.	Pessoa Beneficiada (Un)		350	1.119.000	1.200	3.985.145	1.550	5.104.145
			Metropolitana	350	1.119.000	1.200	3.985.145	1.550	5.104.145
Encargos com Benefícios Assistenciais	Proporcionar aos servidores e serventuários da justiça benefícios assistenciais.	Servidor Beneficiado (Un)		50	180.000	171	570.000	221	750.000
			Metropolitana	50	180.000	171	570.000	221	750.000
Implementação de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho	Promover ações para a melhoria da qualidade de vida do servidor público.	Servidor Atendido (Un)		250	57.000	250	193.330	250	250.330
			Metropolitana	250	57.000	250	193.330	250	250.330



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROGRAMA: DEFESA DA SOCIEDADE

R\$: 1.098.399.110,00

Objetivo:

Assegurar à sociedade a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

Público Alvo:

População do Estado do Pará

Órgãos Executores:

MP, MP - FRMP

Diretriz(es) do Governo:

Promoção da inclusão social
Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Grau de Satisfação da Sociedade	Percentual	Ministério Público do Estado do Pará	ND	Jul/2011	70	85
Taxa de Descongestionamento Extrajudicial	Percentual	Ministério Público do Estado do Pará	ND	Jul/2011	20	50
Taxa de Descongestionamento Judicial	Percentual	Ministério Público do Estado do Pará	ND	Jul/2011	96	100

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Apoio Técnico aos Órgãos de Execução e de Administração do Ministério Público	Fortalecer a capacidade técnica dos órgãos de execução e administração do Ministério Público.	Procedimento Técnico Realizado (Un)		879	146.000	2.910	458.220	3.789	604.220
			Metropolitana	879	146.000	2.910	458.220	3.789	604.220
Apoio Técnico e Administrativo para a Implementação de Atividades em Defesa da Sociedade	Apoiar técnica e administrativamente, por meio dos servidores da Instituição, as atividades em defesa da sociedade desenvolvidas pelos Procuradores e Promotores de Justiça.	Unidade Apoiada (Un)		198	86.469.960	198	340.110.165	198	426.580.125
			Araguaia	8	3.493.736	8	13.741.825	8	17.235.561
			Baixo Amazonas	13	5.677.321	13	22.330.466	13	28.007.787
			Carajás	17	7.424.188	17	29.201.378	17	36.625.566
			Guamá	18	7.860.905	18	30.919.106	18	38.780.011
			Metropolitana	85	37.120.943	85	146.006.888	85	183.127.831
			Rio Caeté	22	9.607.773	22	37.790.019	22	47.397.792
			Tapajós	3	1.310.151	3	5.153.184	3	6.463.335
			Tocantins	26	11.354.641	26	44.660.930	26	56.015.571
			Xingu	6	2.620.302	6	10.306.369	6	12.926.671



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Combate às Organizações Criminosas e a Improbidade Administrativa	Intensificar o combate ao crime organizado e a improbidade administrativa, como forma de garantir segurança e estabilidade da sociedade.	Procedimento Realizado (Un)		65	637.560	230	1.746.400	295	2.383.960
			Metropolitana	65	637.560	230	1.746.400	295	2.383.960
Desenvolvimento Organizacional do Ministério Público	Otimizar a gestão institucional, com a implementação de processos voltados a modernização e ao aperfeiçoamento do planejamento e orçamento, da dinâmica organizacional e da gestão de pessoas.	Processo Implantado (Un)		7	2.433.500	13	395.365	20	2.828.865
			Metropolitana	7	2.433.500	13	395.365	20	2.828.865
Expansão da Rede Física do Ministério Público	Dotar o Ministério Público de rede física suficiente e adequada ao desenvolvimento de suas atividades.	Prédio Construído (Un)		8	7.776.010	14	14.544.730	22	22.320.740
			Araguaia	1	949.200	3	2.514.800	4	3.464.000
			Baixo Amazonas	1	2.457.630	1	2.457.630	2	4.915.260
			Carajás	0	0	1	200.000	1	200.000
			Guamá	1	495.000	0	0	1	495.000
			Metropolitana	4	3.226.380	4	3.970.380	8	7.196.760
			Tapajós	0	0	2	3.164.000	2	3.164.000
			Tocantins	0	0	1	300.000	1	300.000
			Xingu	1	647.800	2	1.937.920	3	2.585.720
				402	711.915	1.260	2.232.645	1.662	2.944.560
Formação e Capacitação dos Integrantes do Ministério Público	Aprofundar conhecimentos e habilidades específicas, com vistas ao desenvolvimento profissional e pessoal dos integrantes do Ministério Público, para atendimento às demandas institucionais e a garantia efetiva da atuação junto à sociedade.	Integrante Capacitado (Un)							
			Araguaia	8	14.167	24	44.430	32	58.597
			Baixo Amazonas	12	21.286	38	66.757	50	88.043
			Carajás	15	26.626	48	83.501	63	110.127
			Guamá	12	21.286	38	66.757	50	88.043
			Metropolitana	311	550.596	975	1.726.722	1.286	2.277.318
			Rio Caeté	12	21.286	38	66.757	50	88.043
			Tapajós	5	8.828	16	27.686	21	36.514
			Tocantins	20	35.453	62	111.186	82	146.639
			Xingu	7	12.387	21	38.849	28	51.236



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Gerenciamento das Ações a cargo do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público do Estado do Pará	Contribuir para a promoção e expansão da melhoria dos serviços prestados pelo MP/PA.	Promotoria Implementada (Un)		2	900.000	10	2.700.000	12	3.600.000
			Carajás	0	0	4	1.200.000	4	1.200.000
			Metropolitana	1	300.000	5	900.000	6	1.200.000
			Rio Caeté	1	600.000	1	600.000	2	1.200.000
Gestão da Tecnologia da Informação do Ministério Público	Dotar qualitativa e quantitativamente a infra-estrutura tecnológica do Ministério Público.	Sistema Implementado (Un)		30	4.957.635	100	16.190.160	130	21.147.795
			Metropolitana	30	4.957.635	100	16.190.160	130	21.147.795
Implementação de Atividades em Defesa da Sociedade	Garantir a efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e o controle das políticas públicas, nas diversas áreas de atuação institucional.	Processo Analisado (Un)		323.373	133.706.380	994.727	471.791.955	1.318.100	605.498.335
			Araguaia	16.414	6.792.284	50.521	23.967.031	66.935	30.759.315
			Baixo Amazonas	25.404	10.509.321	78.170	37.082.848	103.574	47.592.169
			Carajás	45.328	18.745.634	139.354	66.098.052	184.682	84.843.686
			Guamá	24.126	9.974.496	74.199	35.195.679	98.325	45.170.175
			Metropolitana	124.851	51.610.664	383.980	182.091.073	508.831	233.701.737
			Rio Caeté	33.147	13.704.904	101.958	48.358.675	135.105	62.063.579
			Tapajós	7.744	3.195.582	23.826	11.308.830	31.570	14.504.412
			Tocantins	37.179	15.376.234	114.424	54.273.475	151.603	69.649.709
			Xingu	9.180	3.797.261	28.295	13.416.292	37.475	17.213.553
Melhoria da Rede Física do Ministério Público	Manter em condições físicas adequadas a rede física do Ministério Público, de forma a proporcionar condições ao desempenho das atividades ministeriais.	Prédio Reformado (Un)		24	2.812.120	65	6.925.005	89	9.737.125
			Araguaia	0	0	2	690.545	2	690.545
			Baixo Amazonas	1	90.000	1	250.000	2	340.000
			Carajás	1	80.000	0	0	1	80.000
			Guamá	0	0	2	202.850	2	202.850
			Metropolitana	14	2.327.120	42	5.254.610	56	7.581.730
			Rio Caeté	2	200.000	1	172.000	3	372.000
			Tocantins	1	15.000	2	55.000	3	70.000
			Xingu	5	100.000	15	300.000	20	400.000



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
PARÁ

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ministério Público e a Comunidade	Facilitar o acesso da população carente aos serviços do Ministério Público e parceiros, contribuindo na melhoria da qualidade de vida e no fortalecimento da cidadania.	Demanda Atendida (Un)		20.000	172.100	72.800	581.285	92.800	753.385
			Araguaia	0	0	1.282	10.015	1.282	10.015
			Baixo Amazonas	1.600	13.768	5.824	46.503	7.424	60.271
			Carajás	2.400	20.652	7.720	61.781	10.120	82.433
			Guamá	0	0	3.906	31.106	3.906	31.106
			Metropolitana	12.000	103.260	38.710	309.496	50.710	412.756
			Rio Caeté	1.400	12.047	5.096	40.690	6.496	52.737
			Tapajós	0	0	798	6.126	798	6.126
			Tocantins	1.600	13.768	5.824	46.503	7.424	60.271
			Xingu	1.000	8.605	3.640	29.065	4.640	37.670

Órgãos Constitucionais Independentes



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

(R\$ 1,00)

Objetivo: Implementação de ações que viabilizam a gestão administrativa do Estado do Pará.

Descrição	Financeiro		Total do Programa
	2012	2013-2015	
ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES	14.127.748	49.349.543	63.477.291
Ministério Público de Contas do Estado do Pará	8.192.700	28.636.653	36.829.353
Administração de Recursos Humanos	7.165.000	25.045.154	32.210.154
Operacionalização das Ações Administrativas	1.027.700	3.591.499	4.619.199
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios	5.935.048	20.712.890	26.647.938
Operacionalização das Ações Administrativas	1.230.000	4.299.407	5.529.407
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	4.705.048	16.413.483	21.118.531
Total	14.127.748	49.349.543	63.477.291



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO R\$: 9.338.555,00

Objetivo: Aprimorar a execução das políticas públicas voltadas para os servidores públicos.
Público Alvo: Servidor Público Estadual
Órgãos Executores: MP/TCM, MPC/PA

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento do número de eventos realizados (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	10	Dez/2010	15	15
Percentual de demandas por reabilitação e readaptação atendidas	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	60
Proporção de instituições estaduais com serviço de saúde e segurança do trabalho implantado	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	80
Tempo máximo entre o agendamento e o atendimento da perícia médica	Dia	SEAD	15	Jan/2011	5	2
Variação na capacitação do servidor	Percentual	EGPA	9	Dez/2010	15	15
Variação no número de bolsas de pós-graduação concedidas	Percentual	EGPA	ND	Jul/2011	15	15
Variação no número de participantes em eventos (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	-85,37	Dez/2010	-	15

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Assistência Médica e Odontológica	Viabilizar assistência médica e odontológica aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		557	480.000	557	1.689.387	557	2.169.387
			Metropolitana	557	480.000	557	1.689.387	557	2.169.387
Auxílio Alimentação	Viabilizar auxílio alimentação aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		554	1.457.555	554	5.021.029	554	6.478.584
			Metropolitana	554	1.457.555	554	5.021.029	554	6.478.584
Auxílio Transporte	Viabilizar auxílio transporte aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		45	154.000	45	536.584	45	690.584
			Metropolitana	45	154.000	45	536.584	45	690.584



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES

PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS R\$: 77.889.948,00

Objetivo: Fiscalizar o cumprimento e a guarda da constituição e das leis na defesa dos bens e valores públicos.
Público Alvo: População do Estado do Pará
Órgãos Executores: MP/TCM, MPC/PA

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Tempo do processo no MPTCM	Dias	MPTCM	ND		68	30

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Atendimento ao Contribuinte Cidadão	Prestar serviço de forma eficaz, ágil padronizada e desburocratizada ao contribuinte.	Contribuinte Atendido (Un)		500	22.500	1.800	78.000	2.300	100.500
			Metropolitana	500	22.500	1.800	78.000	2.300	100.500
Implementação das Ações de Defesa dos Bens e Valores Públicos	Fiscalizar o cumprimento e guarda da Constituição e das leis.	Processo Analisado (Un)		6.600	17.337.164	20.250	60.452.284	26.850	77.789.448
			Metropolitana	6.600	17.337.164	20.250	60.452.284	26.850	77.789.448



Secretaria Especial de Estado de Gestão



GOVERNO DO PARA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Defensoria Pública



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

(R\$ 1,00)

Objetivo: Implementação de ações que viabilizam a gestão administrativa do Estado do Pará.

Descrição	Financeiro		Total do Programa
	2012	2013-2015	
DEFENSORIA PÚBLICA	11.168.013	37.167.644	48.335.657
Defensoria Pública	11.168.013	37.167.644	48.335.657
Operacionalização das Ações Administrativas	694.882	2.530.065	3.224.947
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	10.473.131	34.637.579	45.110.710
Total	11.168.013	37.167.644	48.335.657



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

DEFENSORIA PÚBLICA

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

R\$: 7.492.245,00

Objetivo: Aprimorar a execução das políticas públicas voltadas para os servidores públicos.
Público Alvo: Servidor Público Estadual
Órgãos Executores: Defensoria Pública

Diretriz(es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento do número de eventos realizados (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	10	Dez/2010	15	15
Percentual de demandas por reabilitação e readaptação atendidas	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	60
Proporção de instituições estaduais com serviço de saúde e segurança do trabalho implantado	Percentual	SEAD	0	Jul/2011	15	80
Tempo máximo entre o agendamento e o atendimento da perícia médica	Dia	SEAD	15	Jan/2011	5	2
Variação na capacitação do servidor	Percentual	EGPA	9	Dez/2010	15	15
Variação no número de bolsas de pós-graduação concedidas	Percentual	EGPA	ND	Jul/2011	15	15
Variação no número de participantes em eventos (seminários, festivais, etc)	Percentual	EGPA	-85,37	Dez/2010	-	15

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Auxílio Alimentação	Viabilizar auxílio alimentação aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		322	1.399.860	322	5.096.891	322	6.496.751
			Metropolitana	322	1.399.860	322	5.096.891	322	6.496.751
Auxílio Transporte	Viabilizar auxílio transporte aos servidores públicos estaduais.	Servidor Beneficiado (Un)		284	214.500	284	780.994	284	995.494
			Metropolitana	284	214.500	284	780.994	284	995.494

DEFENSORIA PÚBLICA

PROGRAMA: **PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS**

R\$: **367.041.661,00**

Objetivo: Garantir Assistência Jurídica integral, gratuita, judicial e extrajudicial aos necessitados, prestando-lhes a orientação e a defesa em todos os graus e instâncias, de modo coletivo ou individual, priorizando a conciliação e a promoção dos direitos humanos.

Público Alvo: Pessoa em estado de vulnerabilidade

Órgãos Executores: Defensoria Pública

Diretriz(es) do Governo: Promoção da inclusão social

Denominação		Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
						2012	Até 2015
Incremento do número de procedimento (atendimento) a pessoa em estado de vulnerabilidade		Percentual	Defensoria Pública	ND	Jul/2011	5	20
Variação do número de capacitação (pessoa capacitada)		Percentual	Defensoria Pública	ND	Jul/2011	5	20

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Consolidação das Ações de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - NAECA	Garantir a defesa, proteção e o atendimento jurídico psicossociopedagógico especializado as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou a quem for atribuída a prática de ato infracional, extensível aos seus familiares.	Atividade Realizada (Un)		37.970	306.449	125.682	1.115.780	163.652	1.422.229
			Araguaia	1.363	11.000	4.512	40.057	5.875	51.057
			Baixo Amazonas	2.595	20.945	8.588	76.244	11.183	97.189
			Carajás	1.672	13.494	5.533	49.121	7.205	62.615
			Guamá	4.178	33.720	13.830	122.780	18.008	156.500
			Marajó	420	3.390	1.390	12.340	1.810	15.730
			Metropolitana	21.186	170.988	70.128	622.582	91.314	793.570
			Rio Caeté	300	2.421	993	8.815	1.293	11.236
			Tocantins	6.256	50.491	20.708	183.841	26.964	234.332
Execução das Ações de Grande Impacto pela Defesa de Direitos Individuais e Coletivos	Atender as atividades estratégicas dos Grupos de Trabalho de Belo Monte e outras políticas governamentais de grande vulto que atinjam pessoas necessitadas no Estado do Pará.	Família Atendida (Un)		16.200	100.000	53.619	364.100	69.819	464.100
			Xingu	16.200	100.000	53.619	364.100	69.819	464.100

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Execução do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos	Fornecer meios de proteção,garantindo a integridade física e psíquica de Defensores de Direitos Humanos e seus familiares em situação de risco e vulnerabilidade e que encontram-se em risco eminente de morte (ameaçados de morte) através do Programa Estadual dos Direitos Humanos, excluindo-se os meios de proteção policial.	Pessoa Atendida (Un)		11	116.922	39	425.713	50	542.635
			Metropolitana	11	116.922	39	425.713	50	542.635
Expansão das Ações e Gestão da Defensoria Pública no Estado	Modernização da estrutura física e tecnológica da Defensoria Pública na capital e interior, incluindo-se reforma e adaptação do prédio de 11 andares o qual será referência de atendimento ao cidadão carente.	Unidade Implementada (Un)		10	1.205.531	3	3.389.339	13	4.594.870
			Araguaia	1	120.553	0	0	1	120.553
			Baixo Amazonas	1	120.553	0	0	1	120.553
			Carajás	1	120.553	0	0	1	120.553
			Guamá	1	120.553	0	0	1	120.553
			Metropolitana	5	602.766	3	3.389.339	8	3.992.105
			Tocantins	1	120.553	0	0	1	120.553
				1.200	50.000	3.963	182.050	5.163	232.050
Implantação do Núcleo Especializado em Defesa do Consumidor	Atender a demanda crescente de consumidores lesados	Pessoa Atendida (Un)	Metropolitana	1.200	50.000	3.963	182.050	5.163	232.050
Implementação das Ações das Atividades do Centro de Estudos	Promover a qualificação e capacitação profissional de forma permanente dos Defensores Públicos, Servidores e Estagiários, assim como possibilitar o acesso ao conhecimento às pessoas da sociedade civil e parceiros desta instituição como uma unidade autônoma de produção de conhecimento jurídico da Defensoria Pública.	Pessoa Capacitada (Un)		6.432	893.768	21.301	3.324.873	27.733	4.218.641
			Baixo Amazonas	306	42.521	1.015	158.432	1.321	200.953
			Carajás	306	42.521	1.015	158.432	1.321	200.953
			Metropolitana	4.595	638.505	15.214	2.374.754	19.809	3.013.259
			Tocantins	919	127.700	3.042	474.823	3.961	602.523
			Xingu	306	42.521	1.015	158.432	1.321	200.953



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Implementação das Ações de Tecnologia da Informação	Implementação do Sistema Integrado de Informação Tecnológica no âmbito das Unidades da Defensoria Pública, em todo território paraense.	Unidade Integrada (Un)		12	685.608	36	2.496.299	48	3.181.907
			Araguaia	1	57.134	3	208.024	4	265.158
			Baixo Amazonas	1	57.134	3	208.024	4	265.158
			Carajás	1	57.134	3	208.024	4	265.158
			Guamá	1	57.134	3	208.024	4	265.158
			Lago de Tucuruí	1	57.134	3	208.024	4	265.158
			Marajó	1	57.134	3	208.024	4	265.158
			Metropolitana	1	57.134	3	208.024	4	265.158
			Rio Caeté	1	57.134	3	208.024	4	265.158
			Rio Capim	1	57.134	3	208.024	4	265.158
			Tapajós	1	57.134	3	208.024	4	265.158
			Tocantins	1	57.134	3	208.035	4	265.169
			Xingu	1	57.134	3	208.024	4	265.158
Implementação do Núcleo de Atendimento Especializado a Mulher Vítima de Violência Doméstica - NAEM	Garantir a defesa dos direitos da mulher vítima de violência doméstica por meio de atendimento jurídico psicossociopedagógico, com indicação de defensores de referência no interior.	Atendimento Realizado (Un)		3.990	221.000	13.204	804.661	17.194	1.025.661
			Baixo Amazonas	420	23.264	1.390	84.706	1.810	107.970
			Carajás	420	23.263	1.390	84.708	1.810	107.971
			Guamá	420	23.263	1.390	84.708	1.810	107.971
			Metropolitana	2.310	127.947	7.644	465.831	9.954	593.778
			Xingu	420	23.263	1.390	84.708	1.810	107.971
Nomeação de Defensores e Servidores	Nomeação de 58 defensores e 157 servidores.	Servidor Nomeado (Un)		157	2.170.804	58	7.170.003	215	9.340.807
			Araguaia	14	193.575	5	618.173	19	811.748
			Baixo Amazonas	16	221.228	7	865.040	23	1.086.268
			Carajás	15	207.401	6	741.406	21	948.807
			Guamá	14	193.575	5	618.173	19	811.748
			Lago de Tucuruí	14	193.575	5	618.173	19	811.748
			Marajó	14	193.575	5	618.173	19	811.748
			Rio Caeté	14	193.575	5	618.173	19	811.748
			Rio Capim	14	193.575	5	618.173	19	811.748
			Tapajós	14	193.575	5	618.173	19	811.748
			Tocantins	14	193.575	5	618.173	19	811.748



PPA 2012 - 2015
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF
PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Promoção e Defesa de Direitos pelas Defensorias Agrárias	A prevenção e resolução de conflitos agrários, através da mediação entre produtores e trabalhadores rurais, movimentos sociais, povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, atingidos por barragens, seringueiros e ribeirinhos, garantindo a defesa judicial e extrajudicial de pessoas necessitadas envolvidas em conflitos agrários.	Família Assistida (Un)	Xingu	14	193.575	5	618.173	19	811.748
				8.223	145.980	27.220	531.183	35.443	677.163
			Araguaia	1.915	33.996	6.340	123.780	8.255	157.776
			Baixo Amazonas	1.200	21.303	3.970	77.564	5.170	98.867
			Carajás	1.915	33.996	6.340	123.780	8.255	157.776
			Guamá	1.915	33.996	6.340	123.880	8.255	157.876
			Xingu	1.278	22.689	4.230	82.179	5.508	104.868
				30.200	244.785	98.226	891.263	128.426	1.136.048
			Araguaia	1.600	12.968	7.000	63.803	8.600	76.771
			Baixo Amazonas	2.000	16.210	8.274	76.373	10.274	92.583
Realização das Ações do Balcão de Direitos	Difundir a conscientização de Direitos e Deveres a Assistência Jurídica sobre Direitos Humanos e cidadania: conciliação e mediação de conflitos por meio de acordos e soluções pacíficas e emissão de documentação.	Atendimento Realizado (Un)	Carajás	1.600	12.968	6.200	56.942	7.800	69.910
			Guamá	1.639	13.285	10.829	99.401	12.468	112.686
			Lago de Tucuruí	1.205	9.767	3.800	34.235	5.005	44.002
			Marajó	3.193	25.879	18.742	167.477	21.935	193.356
			Rio Caeté	1.800	14.589	8.966	82.115	10.766	96.704
			Rio Capim	7.941	64.372	11.078	100.552	19.019	164.924
			Tapajós	2.000	16.210	4.200	37.762	6.200	53.972
			Tocantins	4.618	37.431	10.524	95.381	15.142	132.812
			Xingu	2.604	21.106	8.613	77.222	11.217	98.328



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Realização de Ações de Orientação Jurídica e Defesa da Pessoa Carente na Capital	Garantir as pessoas carentes defesa e orientação jurídica, individual e coletiva, priorizando a conciliação por meio de atendimento jurídico de forma gratuita e integral na capital do Estado do Pará e a implementação da Política de Valorização da Carreira dos Defensores Públicos da Capital e Implementação do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores.	Procedimento Realizado (Un)		198.227	40.416.817	656.157	129.549.722	854.384	169.966.539
			Metropolitana	198.227	40.416.817	656.157	129.549.722	854.384	169.966.539
Realização de Ações de Orientação Jurídica e Defesa da Pessoa Carente no Interior do Estado	Garantir as pessoas carentes defesa e orientação jurídica, individual e coletiva, priorizando a conciliação por meio de atendimento jurídico de forma gratuita e integral no Interior do Estado do Pará e a implementação da Política de Valorização da Carreira dos Defensores Públicos do Interior e Implementação do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores.	Procedimento Realizado (Un)		265.764	34.279.227	969.216	133.717.801	1.234.980	167.997.028
			Araguaia	30.033	3.865.626	109.346	14.074.749	139.379	17.940.375
			Baixo Amazonas	38.306	5.002.448	141.503	21.182.812	179.809	26.185.260
			Carajás	23.863	3.071.317	86.879	14.151.720	110.742	17.223.037
			Guamá	32.582	4.193.826	118.629	15.269.725	151.211	19.463.551
			Lago de Tucuruí	14.033	1.806.233	51.092	6.576.500	65.125	8.382.733
			Marajó	21.547	2.773.417	78.455	10.098.038	100.002	12.871.455
			Metropolitana	6.782	872.887	24.690	3.178.186	31.472	4.051.073
			Rio Caeté	24.337	3.132.627	88.610	11.405.897	112.947	14.538.524
			Rio Capim	20.318	2.615.121	73.632	9.521.742	93.950	12.136.863
			Tapajós	4.551	585.748	16.567	2.132.708	21.118	2.718.456
			Tocantins	29.025	3.735.933	105.588	13.602.531	134.613	17.338.464
			Xingu	20.387	2.624.044	74.225	12.523.193	94.612	15.147.237
Realização de Assistência e Orientação Jurídica Criminal e Penitenciária	Prestar assistência e orientação jurídica criminal e penitenciária.	Atividade Realizada (Un)		4.038	341.080	13.367	1.241.872	17.405	1.582.952
			Metropolitana	4.038	341.080	13.367	1.241.872	17.405	1.582.952
Realização de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos	Defender a Pessoa com seus Direitos Humanos violados.	Atendimento Realizado (Un)		1.321	105.897	4.372	385.571	5.693	491.468
			Metropolitana	1.321	105.897	4.372	385.571	5.693	491.468

L E I Nº 7.596, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, a Taxa de Fiscalização Ambiental e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, nos termos do art. 6º, inciso V, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterado pela Lei Federal nº 7.804, de 18 de julho de 1989, é o órgão seccional do Estado do Pará responsável pela execução de programas e projetos, e pelo controle e fiscalização das atividades suscetíveis de degradar a qualidade ambiental.

Art. 2º Fica instituído, sob supervisão e administração da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de inscrição obrigatória e sem qualquer ônus, pelas pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

§ 1º O Cadastro Técnico Estadual ora instituído passa a fazer parte integrante do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente, criado pela Lei Federal nº 6.938/1981.

§ 2º Para cumprimento efetivo das responsabilidades que lhes são atribuídas pela Lei Federal nº 6.938/1981, com a redação dada pela Lei Federal nº 7.804/1989, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, solicitará, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o registro das pessoas físicas ou jurídicas constantes no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, com domicílio ou sede neste Estado.

Art. 3º Na administração do cadastro de que trata esta Lei, compete à SEMA:

I - manter atualizado o cadastro e suprir o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente;

II - estabelecer, por meio de norma específica, o procedimento de inscrição no cadastro;

III - articular-se com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para integração dos dados do cadastro de que trata esta Lei e do Cadastro Técnico

Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Parágrafo único. O cadastro referido nesta Lei poderá incluir os registros das pessoas físicas ou jurídicas, com domicílio ou sede neste Estado, constantes do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Art. 4º As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades mencionadas no art. 1º e descritas no Anexo I desta Lei ficam obrigadas a se inscrever no Cadastro instituído, sob pena de incorrer em infração punível com as seguintes multas:

I - 40 (quarenta) UPF-PA (Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará), se pessoa física;

II - 120 (cento e vinte) UPF-PA, se microempresa;

III - 725 (setecentas e vinte e cinco) UPF-PA, se empresa de pequeno porte;

IV - 1.455 (mil quatrocentas e cinquenta e cinco) UPF-PA, se empresa de médio porte;

V - 7.280 (sete mil duzentas e oitenta) UPF-PA, se empresa de grande porte.

§ 1º Para as pessoas físicas e jurídicas em atividade no Estado, quando da vigência desta Lei, o prazo para inscrição no cadastro de que trata o *caput* deste artigo será até o último dia útil do trimestre civil subsequente à sua publicação.

§ 2º Na hipótese de pessoa física ou jurídica que venha a iniciar suas atividades após a publicação desta Lei, o prazo para inscrição no Cadastro Técnico Estadual será de trinta dias, nos termos da portaria da SEMA a que se refere o inciso II do art. 3º desta Lei.

Art. 5º Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Pará - TFA-PA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido à Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

Art. 6º O contribuinte da TFA-PA é aquele que exerce as atividades constantes no Anexo I desta Lei, sob a fiscalização da SEMA.

Art. 7º A TFA-PA é devida por estabelecimento e tem por base de cálculo os valores constantes no Anexo II desta Lei, os quais correspondem, respectivamente, a 60% (sessenta por cento) do valor devido ao IBAMA, pela Taxa de Controle e Fiscalização

Ambiental - TFA, no mesmo período.

§ 1º Havendo reajuste da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TFA, cobrada pelo IBAMA, os valores constantes do Anexo II, a serem recolhidos a título de TFA - PA, sofrerão, automaticamente, o mesmo índice de reajuste, para efeito de se manter a proporcionalidade fixada no *caput* deste artigo.

§ 2º O Poder Executivo publicará a tabela referente ao Anexo II desta Lei em unidade monetária nacional.

§ 3º O potencial de poluição - PP - e o grau de utilização de recursos ambientais - GU - das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se definidos no Anexo I desta Lei.

§ 4º Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, pagará a taxa de valor mais elevado, relativamente a apenas uma das atividades.

Art. 8º Para os fins desta Lei considera-se microempresa, empresa de pequeno porte, empresa de médio porte e empresa de grande porte, em cada caso, a pessoa jurídica ou o empresário que aufera receita bruta anual nos limites estabelecidos pela legislação vigente.

Parágrafo único. Para efeito de enquadramento no *caput* e na tabela constante do Anexo II desta Lei, será considerado o somatório das receitas brutas de todos os estabelecimentos do contribuinte.

Art. 9º São isentos do pagamento da TFA-PA, na forma do regulamento desta Lei:

I - as pessoas jurídicas de direito público;

II - as entidades de assistência social sem fins lucrativos reconhecidas pelo poder público, desde que:

a) não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

b) apliquem integralmente no País os recursos destinados à manutenção de seus objetivos institucionais;

c) mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

III - aqueles que praticam agricultura familiar.

Art. 10. O contribuinte da TFA-PA é obrigado a entregar, até o dia 31 de março de cada ano, relatório das atividades exercidas no ano anterior, para o fim de controle e fiscalização, em modelo a ser definido por portaria da SEMA.

Parágrafo único. A não-apresentação do relatório previsto no *caput* deste artigo sujeita o infrator a multa equivalente a 20% (vinte por cento) da TFA-PA devida, sem prejuízo da exigência

desta.

Art. 11. A TFA-PA será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil, nos valores fixados no Anexo II desta Lei, e recolhida até o terceiro dia útil do mês subsequente, na forma do regulamento.

Art. 12. A TFA-PA não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas no artigo anterior será cobrada com os seguintes acréscimos:

I - juros de mora, em via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de 1% (um por cento);

II - multa de 20% (vinte por cento), reduzida a 10% (dez por cento) se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento da obrigação.

§ 1º Os débitos relativos à TFA-PA poderão ser parcelados de acordo com os critérios fixados na legislação tributária.

§ 2º Se sujeita a multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa devida quem utilizar ou propiciar a utilização de documento relativo a recolhimento da TFA-PA com autenticação falsa.

Art. 13. Os recursos arrecadados com a TFA-PA constituem receita do Fundo Estadual de Meio Ambiente.

Art. 14. Os valores pagos a título de TFA-PA constituem crédito para compensação com o valor devido ao IBAMA, a título de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA, até o limite de 60% (sessenta por cento) relativamente ao mesmo ano, nos termos do art. 17-P da Lei Federal nº 6.938/1981, incluído pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000.

Art. 15. Constitui crédito para compensação com o valor devido a título de TFA-PA até o limite de 50% (cinquenta por cento) relativamente ao mesmo ano, o montante pago pelo estabelecimento em razão de taxa de fiscalização ambiental regularmente instituída pelo Município.

§ 1º A compensação de que trata o *caput* aplica-se exclusivamente aos Municípios que disponham de sistema de gestão ambiental reconhecido pela Secretaria de Estado Meio Ambiente – SEMA, e pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA.

§ 2º A restituição, administrativa ou judicial, qualquer que seja a causa que a determine, da taxa de fiscalização ambiental municipal compensada com a TFA-PA, restaura o direito de crédito da entidade estadual contra o estabelecimento, relativamente ao valor compensado.

Art. 16. Valores recolhidos à União, ao Estado e ao Município a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento e venda de produtos, não constituem crédito para compensação com a TFA-PA.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro dia do trimestre civil seguinte àquele no qual for publicada.

PALÁCIO DO GOVERNO, 29 de dezembro de 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado

ANEXO I
ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS SOB FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA

Código	Categoria	Descrição	PP/GU
01	Extração e Tratamento de Minerais	Pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento; lavra garimpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.	Alto
02	Indústria de Produtos Minerais Não-Metálicos	Beneficiamento de minerais não-metálicos, não-associados à extração; fabricação e elaboração de produtos minerais não-metálicos, tais como: produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares.	Médio
03	Indústria Metalúrgica	Fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvanoplastia, metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, ligas, artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive ligas, produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.	Alto
04	Indústria Mecânica	Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície.	Médio
05	Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	Fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores; fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.	Médio
06	Indústria de Material de Transporte	Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem de aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.	Médio

07	Indústria de Borracha	Beneficiamento de borracha natural; fabricação de câmara de ar; fabricação e recondicionamento de pneumáticos; fabricação de laminados e fios de borracha; fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex.	Pequeno
08	Indústria de Couros e Peles	Secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal.	Alto
09	Indústria Têxtil de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	Beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos; fabricação e acabamento de fios e tecidos; tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos; fabricação de calçados e componentes para calçados.	Médio
10	Indústria de Produtos de Matéria Plástica	Fabricação de laminados plásticos; fabricação de artefatos de material plástico.	Pequeno
11	Indústria do Fumo	Fabricação de cigarros, charutos, cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo.	Médio
12	Indústrias Diversas	Usinas de produção de concreto e de asfalto.	Pequeno
13	Indústria Química	Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos; fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não-derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares da destilação da madeira; fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos, e de borracha e látex sintéticos; fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares.	Alto
14	Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas	Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares; matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal; fabricação de conservas; preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados; beneficiamento e industrialização de leite e derivados; fabricação e refinação de açúcar; refino e preparação de óleo e gorduras vegetais; produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação; fabricação de fermentos e leveduras; fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; fabricação de vinhos e vinagre; fabricação de cervejas, chopes e maltes; fabricação de bebidas não-alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação de águas minerais; fabricação de bebidas alcoólicas.	Médio
15	Serviços de Utilidade	Produção de energia termoeletrica; tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos; disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens usadas e de serviço de saúde e similares; destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas; dragagem e derrocamentos em corpos d'água; recuperação de áreas contaminadas ou degradadas.	Médio
16	Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	Transporte de cargas perigosas, transporte por dutos marinhos, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.	Alto
17	Turismo	Complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos.	Pequeno
18	Uso de Recursos Naturais	Silvicultura, exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividades de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas ou geneticamente modificadas; uso da diversidade biológica pela biotecnologia.	Médio
19	Indústria de Madeira	Serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis.	Médio
20	Indústria de Papel e Celulose	Fabricação de celulose e pasta mecânicas; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada	Alto

ANEXO II
VALORES, EM UPF-PA, DEVIDOS A TÍTULO DE TFA-PA POR ESTABELECIMENTO E POR TRIMESTRE

Potencial de Poluição, Grau de Utilização de Recursos Ambientais	Pessoa Física	Micro-empresa	Empresa de Pequeno Porte	Empresa de Médio Porte	Empresa de Grande Porte
Pequeno	—	—	31,26	62,53	125,07
Médio	—	—	50,03	100,06	250,15
Alto	—	13,89	62,53	125,07	625,37

D E C R E T O N º 315, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

Homologa a Resolução nº 001/2011 – CDE, de 19 de outubro de 2011, do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará que aprova a Programação Anual do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE para o exercício de 2011.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 135, inciso V, da Constituição do Estado do Pará,

Considerando o disposto no Art. 3º do Decreto nº 1.565, de 26 de março de 2009, que determina que a programação anual dos recursos do FDE será aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – CDE, após a publicação da lei orçamentária anual;

Considerando o disposto no Art. 6º do Decreto nº 1.756, de 24 de junho de 2009, que determina as competências do Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – CDE;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 001/2011 – CDE, de 19 de outubro de 2011, do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – CDE, que aprova a Programação Anual dos Recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE, para o exercício de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 29 DEZEMBRO DE 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado

RESOLUÇÃO Nº 001/2011 – CDE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011.

Aprova a Programação Anual dos Recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE para o exercício de 2011.

O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e

Considerando o disposto no Art. 3º do Decreto nº 1.565, de 26 de março de 2009, que determina que a programação anual dos recursos do FDE será aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – CDE, após a publicação da Lei Orçamentária Anual;

Considerando o disposto no Art. 6º do Decreto nº 1.756, de 24 de junho de 2009, que determina as competências do Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – CDE; e,

Considerando o que foi deliberado na 1ª Reunião Ordinária do CDE de 2011, realizada em 19 de outubro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Programação Anual dos Recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE para o exercício de 2011, em anexo, que é parte integrante desta Resolução.

Parágrafo único. A efetivação da programação referida no "caput" deste artigo fica condicionada à realização da receita.

Art. 2º Os recursos constantes da Programação Anual de Recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE serão destinados ao:

I. financiamento ao setor público para a execução de projetos de infra-estrutura econômica e social;

II. financiamento ao setor privado destinado a apoiar os agentes econômicos cujos projetos estejam integrados a programas de desenvolvimento econômico e social do Estado, através de empréstimo de natureza reversível;

III. financiamento a empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas; e,

IV. financiamento ao setor privado, vinculado à política de incentivos ao desenvolvimento socioeconômico, em conformidade com a Lei Estadual nº 6.489, de 27 de setembro de 2002.

Art. 4º Esta Resolução, depois de homologada por Decreto do Governador do Estado, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará, em 19 de outubro de 2011.

SIMÃO JATENE
Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – CDE

SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA
Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará

ANEXO
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE RECURSOS DO FUNDO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ
EXERCÍCIO 2011

FONTES	ESPECIFICAÇÕES	RECURSOS ORÇADOS	
		R\$ 1,00	Em %
0101 - Recurso Ordinário do Tesouro	APOIO ADMINISTRATIVO	950.000,00	1,56
	Operacionalização das Ações Administrativas do CREDPARÁ	950.000,00	
	BOLSA TRABALHO	10.000.000,00	16,39
	Concessão de Micro Crédito ao Jovem Bolsista	10.000.000,00	
	DESENVOLVE PARÁ	4.410.765,00	7,23
	Operacionalização das Ações Administrativas do Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE	910.765,00	
0113 - Recursos do Tesouro Vinculado ao FDE	DESENVOLVE PARÁ	24.100.000,00	39,51
	Implementação de Ações do Fundo do Desenvolvimento do Estado	24.100.000,00	
	DESENVOLVE PARÁ	41.773,00	0,07
0114 - Recursos Próprios do FDE	Implementação de Ações do Fundo do Desenvolvimento do Estado	41.773,00	
	DESENVOLVE PARÁ	21.500.015,00	35,24
	Implementação de Ações do Fundo do Desenvolvimento do Estado	21.500.015,00	
0130 - Operações de Crédito Internas	DESENVOLVE PARÁ	21.500.015,00	35,24
TOTAL		61.002.553,00	100,00

Fonte: Lei nº. 7.493, de 28 de dezembro de 2010 - LOA

DECRETO
O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:
designar, com fundamento no art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e nos arts. 8º, 23, inciso II, e 34 da Lei nº 6.826, de 1º de fevereiro de 2006, MARIA DAS GRAÇAS BORGES JACOB, Diretora-Geral do Hospital Ophir Loyola, para responder pelo Instituto Ophir Loyola até o encerramento das atividades desse Instituto e sua integração definitiva ao Hospital Ophir Loyola.
PALÁCIO DO GOVERNO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado
DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III, X e XX, da Constituição Estadual, combinado com os arts. 129, inciso I, alínea “c”, 131 e 133 da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, e
Considerando as acusações contidas no Processo nº 500.109/2011-PG/GG, decorrentes de apuração sumária no Corpo Militar de Saúde da Polícia Militar do Pará, conforme Mem. nº 1.597-CMS, de 22 de novembro de 2011, que serviu de peça de sustentação da acusação imputada ao justificante, onde estão relatados fatos que, em tese, poderão retratar graves faltas disciplinares praticadas por militar estadual, a saber: que o 2º TEN QOPM RG 27277 MANUEL FLÁVIO CARDOSO DOS SANTOS estando agregado, por incapacidade temporária de saúde física, desde 18 de maio de 2008 (Decreto de 15 de janeiro de 2010, publicado do Diário Oficial do Estado nº 31.587), não vem comparecendo à Junta Regular de Saúde da PMPA para inspeções obrigatórias na forma da lei e, nas poucas vezes que o faz, não obedece aos horários estabelecidos, bem como trata com desrespeito os Oficiais Superiores do QOSPM, sendo atestado, recentemente, que o acusado vem exercendo atividades civis como produtor executivo da entidade “Casarão Cultura Floresta Sonora”, conforme divulgado na rede mundial de computadores (internet) pelas páginas <http://culturadigital.br/members/manueljungleman/profile> ou <http://florestasonora.wordpress.com>, onde se identifica, também, como Manuel Curupira – Jungleman, ou seja, Manuel Curupira, homem da floresta. Então, em suma, exerce atividade laborativa fora da corporação, a despeito de estar licenciado desta para tratamento de saúde;
Considerando que tais atos são infrações de natureza grave e transgridem a disciplina policial-militar, pelo fato de dito Oficial, em tese, incorrendo nas condutas tipificadas no art. 18, incisos VII, XI, XVIII, XXIII, XXXI, XXXIV, XXXV e XXXVI, combinado ao art. 37, incisos CXIV, CXV, CXVIII, CXL, e seu § 1º, da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006 (Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar), configurando, em princípio,

transgressão de natureza grave, podendo ensejar ao citado oficial a punição disciplinar de Demissão;
Considerando que os fatos denotam grave transgressão da disciplina policial militar, por ter o oficial justificante concorrido para os delitos administrativos acima apontados, procedimento que denota infringência ao art. 30, incisos I, III, V, VII, XIII, XVI, XVII e XIX, da Lei Estadual nº 5.251, de 31 de julho de 1985, gerando transgressão disciplinar de natureza grave;
Considerando as acusações de prática de infração disciplinar de natureza “grave”, nos termos do art. 31, § 2º, incisos II, III e IV, da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006 (Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar);
Considerando os termos do Ofício nº 205 - Cor. Geral, do Comandante da Polícia Militar do Pará, datado de 29 de novembro de 2011, que propõe a instauração de Conselho de Justificação para apuração dessas faltas;
Considerando os termos do Parecer nº. 1247/2011 da Consultoria Geral do Estado,
D E C R E T A :
Art. 1º São nomeados, nos termos dos arts. 129 e 131 da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, para compor o Conselho de Justificação destinado a apurar as faltas funcionais do 2º TEN QOPM RG 27277 MANUEL FLÁVIO CARDOSO DOS SANTOS, os oficiais militares a seguir relacionados:
MAJ QOPM RG 10252 EMANNUEL ROBERTO SOUZA DE LIMA (CPRM) – Presidente
CAP QOPM RG 24975 MARCIO CUNHA GOMES – Interrogante e Relator
CAP QOPM RG 24971 ROBERTO IVO DOS SANTOS BARATA – Escrivão
Art. 2º Estando o oficial justificante 2º TEN QOPM RG 27277 MANUEL FLÁVIO CARDOSO DOS SANTOS já agregado e, portanto, afastado das suas funções, permanecerá nessa situação, porém, à disposição do Conselho de Justificação, em face do disposto no art. 130 da Lei nº. 6.833/2006.
Art. 3º O prazo para conclusão do presente procedimento é de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto, nos termos do art. 133, combinado ao art. 123 da Lei nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado
DECRETO Nº 314, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011
Torna facultativo o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e dá outras providências.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e
Considerando a necessidade de disciplinar o funcionamento dos órgãos e entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual em função das festas de Final de Ano,
R E S O L V E :
Art. 1º Facultar o expediente nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual no dia 30 de dezembro de 2011.
Art. 2º Os órgãos e entidades das áreas de arrecadação, saúde pública, defesa social, bem como a Imprensa Oficial do Estado estabelecerão, no dia facultado neste Decreto, escalas de serviço de servidores, a fim de que o atendimento à população não sofra solução de continuidade.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio do Governo, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado
D E C R E T O Nº 245, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011
Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$ 30.524.359,43 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II alínea “a” da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;
D E C R E T A :
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 30.524.359,43 (Trinta Milhões, Quinhentos e Vinte e Quatro Mil, Trezentos e Cinquenta e Nove Reais e Quarenta e Três Centavos), para atender à programação abaixo:

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
081012781211942786 - SEEL	0101	449039	66.803,35
081012781211942786 - SEEL	0101	449051	148.363,54
081012781211942790 - SEEL	0101	335041	769.993,50
141012012201254534 - SAGRI	0101	339092	82.547,00
141012012201254534 - SAGRI	0146	339092	176.281,00
141012012212776097 - SAGRI	0101	449092	173.265,00
141012012212776097 - SAGRI	0146	449092	208.853,00
141012060112776231 - SAGRI	6121	449092	706.834,00

161011212201254535 - SEDUC	0102	339005	8.251,00
161011212201254535 - SEDUC	0102	339008	8.251,00
161011212201254535 - SEDUC	0102	339034	6.646,00
161011236112554963 - SEDUC	0102	459061	1.295.000,00
161011236112554963 - SEDUC	0143	339005	348.494,00
161011236112556226 - SEDUC	0106	334041	81.391,06
161011236212556217 - SEDUC	0102	339033	121.000,00
161011236212556217 - SEDUC	0102	339039	873.251,00
161011236612556215 - SEDUC	0102	339039	60.000,00
161011236612556215 - SEDUC	0143	339005	7.049,00
161011236612556215 - SEDUC	0143	339008	297,00
181011412201254535 - SEJUDH	0101	319011	20.000,00
211010612201254535 - SEGUP	0101	339039	70.000,00
211010618111842589 - SEGUP	0101	339039	40.000,00
221010112201254534 - SEOP	0101	339039	79.000,00
221010412212021576 - SEOP	0101	449051	399.862,36
221010412212021576 - SEOP	0101	449092	116.000,00
221010412212251694 - SEOP	0101	445051	250.000,00
221010412212251694 - SEOP	0101	449051	149.532,58
221010412212251695 - SEOP	0101	444051	80.000,00
221010412212251695 - SEOP	0101	445051	20.000,00
221010412212251695 - SEOP	0101	449051	200.000,00
261010612201254668 - PMPA	0101	339030	1.080.599,43
261010618111844223 - PMPA	0101	339015	460.263,04
281010433112016243 - NGPR	1121	339049	10.000,00
291012678111821537 - SETRAN	0157	449051	600.000,00
291012678211821478 - SETRAN	0157	449051	3.112.200,00
291012678211824960 - SETRAN	0101	449051	467.480,15
311010618211842605 - CBM	0101	339039	1.929.696,00
341011512112594827 - FDE	0101	444051	210.000,00
401010612201254535 - Polícia Civil	0101	339005	56.000,00
401010612201254535 - Polícia Civil	0101	339008	10.000,00
401010612201254535 - Polícia Civil	0101	339036	16.000,00
401010618111842592 - Polícia Civil	0101	339092	295.500,00
431010830612184774 - SEAS	0101	339036	20.000,00
431010833112016004 - SEAS	0101	339046	196.000,00
431010833112016243 - SEAS	0101	339049	90.000,00
431010836612626177 - SEAS	0306	339039	4.753,81
431010860512184761 - SEAS	0106	442093	35.765,22
441010618112064407 - FISP	0141	449052	889.879,00
441010618112064407 - FISP	0341	449051	960.423,18
462021339211816200 - FCPTN	0101	335041	162.000,00
462021339211816200 - FCPTN	0101	339039	46.000,00
472011336312554969 - FCG	0101	339039	20.000,00
472011336312554969 - FCG	0261	449052	37.016,00
472011336412584275 - FCG	0101	339039	19.300,00
472011339211816200 - FCG	0101	339036	20.000,00
472011339211816200 - FCG	0101	339039	5.000,00
492011333112016243 - FCV	0101	339049	5.000,00
492011339211814206 - FCV	0101	339030	45.000,00
492011339211814206 - FCV	0101	339033	8.000,00
492011339211814206 - FCV	0101	339036	40.000,00
492011339211814206 - FCV	0101	339039	36.220,00
492011339211814206 - FCV	0101	339047	12.970,00
522010312212064384 - SUSIPE	0101	449052	487.650,00
522010342112131937 - SUSIPE	0101	449039	570.033,80
582012369112776229 - CEASA	0101	339039	50.000,00
732012333112016004 - PARATUR	0101	339039	28.000,00
742011213111932781 - UEPA	0102	339039	100.000,00
742011236412584995 - UEPA	0102	339030	600.000,00
742011236412584995 - UEPA	0102	339036	500.000,00
742011236412584995 - UEPA	0102	339039	500.000,00
742011236412584995 - UEPA	0102	449052	2.165.492,00
742011236412584995 - UEPA	0261	339030	385.231,00
742011236412584995 - UEPA	0261	339036	945.640,00
751012060212294816 - SEPAq	0101	335041	40.000,00
751012060212294816 - SEPAq	0101	339039	70.000,00

751012060212294816 - SEPAq	0101	449052	60.000,00
822011312201254535 - IAP	0101	339036	71.000,00
822011312201254535 - IAP	0101	339039	60.447,00
901011012112534953 - FES	0132	319016	148.000,00
901011012201254535 - FES	0103	339034	606.000,00
901011012201254577 - FES	0103	339037	84.113,70
901011012812214780 - FES	0103	339048	224.000,00
901011030211852610 - FES	0103	334041	177.482,44
901011030211852610 - FES	0103	335041	2.500.000,00
901011030211852610 - FES	0103	339039	281.272,12
901011030211852610 - FES	0349	449052	200.000,00
901011030211881622 - FES	0103	449052	480.000,00
901011030211882623 - FES	0103	449052	110.000,00
901011033112016004 - FES	0103	339046	840.588,18
901011033112016243 - FES	0103	339049	381.356,97
		TOTAL	30.524.359,43

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
081012781211941896 - SEEL	0101	449051	215.166,89
081012781211941896 - SEEL	0101	449052	600.000,00
091010412111821960 - NAF	4121	449035	149.532,58
091010412111821960 - NAF	4121	449051	1.929.696,00
111050412201254535 - Gab. Gov - Casa Civil	0101	319011	20.000,00
141012012212776097 - SAGRI	0101	335041	20.133,00
141012030612184773 - SAGRI	0101	339030	1.000,00
141012033112016004 - SAGRI	0101	339046	190.000,00
141012033112016243 - SAGRI	0101	339049	60.000,00
141012054112776135 - SAGRI	0101	339030	29.031,00
141012054112776135 - SAGRI	0101	339036	10.000,00
141012054112776135 - SAGRI	0101	339047	2.000,00
141012060112354881 - SAGRI	0146	332041	20.000,00
141012060112354881 - SAGRI	0146	335041	100.000,00
141012060112354881 - SAGRI	0146	339014	5.000,00
141012060112354881 - SAGRI	0146	339030	147.217,00
141012060112354881 - SAGRI	0146	339036	13.800,00
141012060112354881 - SAGRI	0146	339047	4.000,00
141012060112354884 - SAGRI	0146	339014	2.465,00
141012060112354884 - SAGRI	0146	339030	32.000,00
141012060112354884 - SAGRI	0146	339039	3.000,00
141012060112354886 - SAGRI	0146	334041	5.000,00
141012060112776235 - SAGRI	0101	339030	59.200,00
141012060112776236 - SAGRI	0101	339014	10.000,00
141012060112776236 - SAGRI	0101	339036	9.000,00
141012060112776236 - SAGRI	0101	339039	15.602,00
141012060112776236 - SAGRI	0101	339047	2.000,00
141012060112806144 - SAGRI	0101	339030	9.000,00
141012060112806144 - SAGRI	0101	339036	5.000,00
141012060112806144 - SAGRI	0101	339039	9.884,00
141012060112806144 - SAGRI	0101	339047	1.000,00
141012060212354880 - SAGRI	0146	339030	22.250,00
141012060212354880 - SAGRI	0146	339036	700,00
141012060212354880 - SAGRI	0146	339039	3.600,00
141012060212354880 - SAGRI	0146	339047	1.000,00
141012060212776234 - SAGRI	0101	339014	8.000,00
141012060212776234 - SAGRI	0101	339030	2.605,00
141012060212776234 - SAGRI	0101	339039	18.210,00
141012060212776234 - SAGRI	0101	339047	3.000,00
141012069112354883 - SAGRI	0146	335041	5.000,00
141012069112354883 - SAGRI	0146	339014	102,00
141012069112354883 - SAGRI	0146	339039	20.000,00
151011339211812596 - SECULT	0101	335041	46.000,00
161011212201254534 - SEDUC	0102	339039	23.148,00
161011212212556218 - SEDUC	0102	339014	8.075,00
161011212212556218 - SEDUC	0102	339033	3.000,00
161011212212821955 - SEDUC	0102	449051	285.486,41
161011212212821956 - SEDUC	0102	339039	51.142,83

161011212212821956 - SEDUC	0106	339039	81.391,06
161011212212821957 - SEDUC	0102	449051	1.009.513,59
161011212812016212 - SEDUC	0102	339039	359.383,17
161011224412816220 - SEDUC	0102	335041	106.010,00
161011224412816220 - SEDUC	0102	445041	151.325,00
161011236112554963 - SEDUC	0102	339034	187.657,00
161011236212554964 - SEDUC	0102	339039	187.658,00
161011236212554964 - SEDUC	0143	339034	355.840,00
171022884500009003 - Enc. SEFA	0101	334081	2.404.836,86
211010612201254668 - SEGUP	0101	339092	70.000,00
211010618111842590 - SEGUP	0101	449051	200.000,00
211010618312064343 - SEGUP	0101	339036	25.000,00
211010618312064343 - SEGUP	0101	339039	15.000,00
261010612201254534 - PMPA	0101	339039	460.263,04
261010618111842546 - PMPA	0101	339030	1.080.599,43
281010412212334868 - NGPR	1121	339039	10.000,00
291012678211824960 - SETRAN	0157	449051	3.712.200,00
291012678411821596 - SETRAN	0101	449051	467.480,15
311010618211842604 - CBM	0101	449052	95.500,00
401010633112116005 - Polícia Civil	0101	339046	82.000,00
431010812201254534 - SEAS	0101	339030	306.000,00
431010830612184774 - SEAS	0106	449052	35.765,22
431010830612184774 - SEAS	0306	339039	4.753,81
441010612212064395 - FISP	0341	449052	400.000,00
441010618212064428 - FISP	0141	449051	889.879,00
441010618212064428 - FISP	0341	449051	490.000,00
441010618212064466 - FISP	0341	449052	70.423,18
472011312201254668 - FCG	0101	339030	1.000,00
472011333112016004 - FCG	0101	339046	28.000,00
472011333112016243 - FCG	0101	339049	17.000,00
472011339211794950 - FCG	0101	339030	6.200,00
472011339211794950 - FCG	0101	339036	2.100,00
472011339211794950 - FCG	0101	339039	10.000,00
472011339211816200 - FCG	0261	339036	37.016,00
492011333112016004 - FCV	0101	339046	20.000,00
492011339211812580 - FCV	0101	339036	55.000,00
492011339211812580 - FCV	0101	339039	10.000,00
492011339211812596 - FCV	0101	339030	7.000,00
492011339211812596 - FCV	0101	339039	7.000,00
492011339211812596 - FCV	0101	339048	7.000,00
492011339212096211 - FCV	0101	339014	8.000,00
492011339212096211 - FCV	0101	339030	5.900,00
492011339212096211 - FCV	0101	339033	7.700,00
492011339212096211 - FCV	0101	339036	5.800,00
492011339212096211 - FCV	0101	339039	10.000,00
492011339212096211 - FCV	0101	339047	1.500,00
492011339212096211 - FCV	0101	339048	700,00
492011339212602584 - FCV	0101	339047	1.590,00
522010342112131678 - SUSIPE	0101	449051	1.057.683,80
732012312201254535 - PARATUR	0101	339091	28.000,00
742011212201254534 - UEPA	0261	339039	237.783,00
742011212201254534 - UEPA	0261	339093	65.209,00
742011212212581908 - UEPA	0261	449051	500.000,00
742011233112016003 - UEPA	0102	339039	600.000,00
742011236412581952 - UEPA	0102	449039	1.874.872,00
742011236412581952 - UEPA	0102	449051	290.620,00
742011236412584996 - UEPA	0261	339039	169.957,00
742011236412584997 - UEPA	0102	339036	500.000,00
742011236412584997 - UEPA	0261	339030	346.720,00
742011236412584998 - UEPA	0261	339030	192.834,00
742011236412584998 - UEPA	0261	339092	10.249,00
742011236412584998 - UEPA	0261	339093	34.300,00
742011236412586001 - UEPA	0102	339020	600.000,00
742011236412586001 - UEPA	0261	339020	163.840,00
822011312201254668 - IAP	0101	339039	8.500,00
822011333112016004 - IAP	0101	339046	16.200,00
822011333112016243 - IAP	0101	339049	12.847,00
822011339211812576 - IAP	0101	339036	71.000,00
822011339211812583 - IAP	0101	339020	12.500,00
822011339211814206 - IAP	0101	449052	10.400,00
901011012112534953 - FES	0103	339014	130,00

901011012112534953 - FES	0103	339033	48,34
901011012112534953 - FES	0103	449052	1.879,00
901011012201254534 - FES	0103	449052	10.920,96
901011012201254534 - FES	0103	449092	1.000,00
901011012201254575 - FES	0103	339047	21.200,00
901011012201254576 - FES	0103	339037	253.782,12
901011012201254576 - FES	0103	339039	654.113,19
901011012201254578 - FES	0103	339039	659.040,49
901011012201254580 - FES	0103	339034	271.140,46
901011012201254668 - FES	0103	339030	848.390,18
901011012201254668 - FES	0103	339039	1.650,00
901011012201254668 - FES	0103	339092	3.646,10
901011012212534954 - FES	0103	339014	445,50
901011012212534954 - FES	0103	339030	1.288,50
901011012212534954 - FES	0103	339036	446,00
901011012812214779 - FES	0103	339039	1.397,70
901011012812214779 - FES	0103	449052	3.081,30
901011012812214780 - FES	0103	339014	1.921,54
901011012812214780 - FES	0103	339030	2.376,17
901011012812214780 - FES	0103	339033	1.964,19
901011012812214780 - FES	0103	339036	4.135,50
901011012812214780 - FES	0103	339039	18.936,31
901011012812214780 - FES	0103	339047	590,30
901011012812214780 - FES	0103	339092	1.306,16
901011024412494932 - FES	0103	339014	2.920,00
901011030111861376 - FES	0103	339014	2,00
901011030111861376 - FES	0103	449052	3.958,00
901011030111862611 - FES	0103	339014	250,00
901011030111862611 - FES	0103	339033	1.046,80
901011030111862611 - FES	0103	339036	4.395,00
901011030111862611 - FES	0103	339039	1.746,14
901011030111862611 - FES	0103	339047	2.564,90
901011030111862611 - FES	0103	339092	1.496,49
901011030111862611 - FES	0103	449051	50.640,00
901011030111862611 - FES	0103	449052	11.964,44
901011030211852610 - FES	0103	339030	814.000,00
901011030211852610 - FES	0132	335041	148.000,00
901011030211882623 - FES	0103	339030	382.612,40
901011030212054319 - FES	0103	339014	1.068,00
901011030212054319 - FES	0103	339030	1.127,00
901011030212054319 - FES	0103	339033	2.250,00
901011030212054319 - FES	0103	339036	1.000,00
901011030212054319 - FES	0103	339039	3.702,00
901011030212054331 - FES	0103	339030	450.000,00
901011030212054331 - FES	0103	339039	8.300,00
901011030311852608 - FES	0103	339030	2.926,20
901011030311852608 - FES	0103	339036	1.839,90
901011030311852608 - FES	0103	339039	1,00
901011030311862613 - FES	0103	339014	14.028,58
901011030311862613 - FES	0103	339030	26.992,25
901011030311862613 - FES	0103	339033	27.800,00
901011030311862613 - FES	0103	339039	631,41
901011030511872615 - FES	0103	334041	983.632,57
901011030511872615 - FES	0103	334092	0,10
901011030511872615 - FES	0103	339033	1,97
901011030511872615 - FES	0349	449052	200.000,00
901011033112116246 - FES	0103	339049	15.336,00
901011042212494930 - FES	0103	339014	1.280,00
901011042212494930 - FES	0103	339039	5.665,00
901011042212494931 - FES	0103	339014	398,00
901011042212494931 - FES	0103	339030	2.700,00
901011042212494931 - FES	0103	449052	8.586,74
901011084100009004 - FES	0103	329021	549,20
901011084100009004 - FES	0103	469071	82.571,31
		TOTAL	30.524.359,43

Caderno 12

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

GABINETE DO GOVERNADOR

D E C R E T O Nº 273, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2011 NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326117			
Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$ 17.531.799,59 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente. O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II alínea “a” da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;			
CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
141012012212776097 - SAGRI	0101	449092	312.086,64
141012060112776231 - SAGRI	6121	449052	70.000,00
141012060112776235 - SAGRI	0101	445041	35.325,34
281010454112331581 - NGPR	1121	339036	4.200,00
341011512112594827 - FDE	0101	444051	1.000.000,00
572012012201254535 - EMATER	0101	319011	7.992.904,00
572012012201254535 - EMATER	0101	319013	2.972.253,00
572012012201254535 - EMATER	0101	319092	1.205.703,00
572012012201254668 - EMATER	0101	339030	50.000,00
572012012212354891 - EMATER	0261	449052	200.000,00
572012060612776230 - EMATER	0101	335041	99.500,00
572012060612776230 - EMATER	0101	339030	100.000,00
572012060612776230 - EMATER	0101	339039	156.375,61
722012312201254534 - JUCEPA	0261	339039	11.000,00
722012312201254535 - JUCEPA	0261	319004	2.000,00
722012312201254535 - JUCEPA	0261	319011	140.000,00
722012312201254535 - JUCEPA	0261	319013	11.000,00
722012312201254535 - JUCEPA	0261	319016	25.000,00
722012312201254535 - JUCEPA	0261	319096	5.000,00
722012312201254535 - JUCEPA	0261	319113	3.000,00
732012333112016004 - PARATUR	0101	339039	57.201,00
732012369512364899 - PARATUR	0101	339039	200.000,00
922012012201254535 ADEPARÁ	0101	319011	2.689.251,00
922012012201254668- ADEPARÁ	0261	339030	150.000,00
922012060412356206 ADEPARÁ	0261	335041	40.000,00
		TOTAL	17.531.799,59

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente

Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
091010412111821960 - NAF	4121	449051	9.860.111,00
091010412111821960 - NAF	4121	449093	5.000.000,00
111050412201254535 - Gab. Gov - Casa Civil	0101	319011	57.201,00
141012012201254668 - SAGRI	0101	339030	92.615,55
141012033112016004 - SAGRI	0101	339046	13.483,23
141012060112776231 - SAGRI	0101	339039	2.927,00
141012060112806144 - SAGRI	0101	339039	203.060,86
171022884500009003 - Enc. SEFA	0101	334081	1.134.825,34
281010433412336007 - NGPR	1121	339030	4.200,00
572012012201254534 - EMATER	0101	339030	125.000,00
572012033112016004 - EMATER	0101	339046	72.908,63
572012033112016243 - EMATER	0101	339049	8.466,98
572012060612776230 - EMATER	0261	339039	200.000,00
572012884600009010 - EMATER	0101	319091	100.000,00
722012312201254668 - JUCEPA	0261	339030	3.000,00
722012312512314851 - JUCEPA	0261	339014	25.000,00
722012312512314851 - JUCEPA	0261	339030	20.000,00
722012312512314851 - JUCEPA	0261	339033	23.000,00
722012312512314851 - JUCEPA	0261	339036	35.000,00
722012312512314851 - JUCEPA	0261	339039	73.000,00
722012312512314851 - JUCEPA	0261	339092	10.000,00
722012333112016243 - JUCEPA	0261	339049	8.000,00
732012369512366106 - PARATUR	2121	449052	200.000,00
922012012201254534 - ADEPARÁ	0261	449052	150.000,00
922012033112016004 - ADEPARÁ	0101	339046	70.000,00
922012060412356207 - ADEPARÁ	0261	339030	40.000,00
		TOTAL	17.531.799,59

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 1 de dezembro de 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado
ANA MARIA SOUZA DE AZEVEDO
Respondendo pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
D E C R E T O Nº 269, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326121
Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$ 2.147.029,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente. O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso III da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 2.147.029,00 (Dois Milhões, Cento e Quarenta e Sete Mil, Vinte e Nove Reais), para atender à programação abaixo:

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
141012012201254535 - SAGRI	0101	319004	35.000,00
141012012201254535 - SAGRI	0101	319011	1.600.000,00
732012312201254535 - PARATUR	0101	319011	267.916,00
732012312201254535 - PARATUR	0101	319013	33.113,00
751012012201254535 - SEPAq	0101	319011	191.000,00
751012012201254535 - SEPAq	0101	319016	20.000,00
		TOTAL	2.147.029,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
111050412201254535 - Gab. Gov - Casa Civil	0101	319011	2.147.029,00
		TOTAL	2.147.029,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 1 de dezembro de 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado
ANA MARIA SOUZA DE AZEVEDO
Respondendo pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
D E C R E T O Nº 275, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326130
Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$ 5.705.394,41 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente. O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso IV da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
081012712201254535 - SEEL	0101	319011	50.000,00
141012012212776097 - SAGRI	0101	449092	80.186,36
161011236112554963 - SEDUC	0102	449092	223.000,00
211010612201254535 - SEGUP	0101	319011	2.110,00
211010612201254535 - SEGUP	0101	319092	500,00
341011512112594827 - FDE	0113	456066	163.642,65
702012212201254535 - CDI	0261	319013	13.000,00
742011236412584997 - UEPA	6102	339036	2.000,00

901011030211852610 - FES	0103	334041	707.043,62
901011030211852610 - FES	0103	335041	1.023.649,22
901011030211852610 - FES	0103	339030	963.350,04
901011030211852610 - FES	0103	339036	386.475,50
901011030211852610 - FES	0103	339039	1.220.437,02
901011030211882623 - FES	0103	339030	120.000,00
922012060412356204 - ADEPARÁ	0261	339014	80.000,00
922012060412356204 - ADEPARÁ	0261	339030	100.000,00
922012060412356204 - ADEPARÁ	0261	339033	50.000,00
922012060412356204 - ADEPARÁ	0261	339036	70.000,00
922012060412356204 - ADEPARÁ	0261	339039	450.000,00
		TOTAL	5.705.394,41

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
081012712201254535 - SEEL	0101	339005	30.000,00
081012712201254535 - SEEL	0101	339036	20.000,00
141012012212776097 - SAGRI	0101	339030	14.912,76
141012012212776097 - SAGRI	0101	339036	8.510,00
141012012212776097 - SAGRI	0101	339039	53.763,60
141012012212776097 - SAGRI	0101	339047	3.000,00
161011236112554963 - SEDUC	0102	459061	223.000,00
211010612201254535 - SEGUP	0101	339036	2.110,00
211010612201254535 - SEGUP	0101	339039	500,00
341011512112594827 - FDE	0113	444051	163.642,65
702012212201254535 - CDI	0261	339034	13.000,00
742011236412584997 - UEPA	0102	339036	2.000,00
901011030211852610 - FES	0103	339030	338.710,43
901011030211852610 - FES	0103	449039	1.069.875,60
901011030211852610 - FES	0103	449051	2.108.409,05
901011030211852610 - FES	0103	449052	783.960,32
901011030211882623 - FES	0103	449052	120.000,00
922012060412356204 - ADEPARÁ	0261	449052	750.000,00
		TOTAL	5.705.394,41

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 1 de dezembro de 2011.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

ANA MARIA SOUZA DE AZEVEDO

Respondendo pela Secretaria de Estado de Planejamento,
Orçamento e Finanças

DECRETO Nº 266, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326139

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$ 21.061.308,60 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente. O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II alínea “a” da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 21.061.308,60 (Vinte e Um Milhões, Sessenta e Um Mil, Trezentos e Oito Reais e Sessenta Centavos), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
111050412212002031 - Gab. Gov - Casa Civil	0101	339030	50.000,00
111050433112016075 - Gab. Gov - Casa Civil	0101	339046	150.000,00
111060412201254612 - Gab. Gov - Casa Militar	0101	339039	25.000,00
111080412201254613 - Auditoria Geral do Estado	0101	339092	82.911,35
131010412201254534 - SEAD	0101	339030	57.888,47
131010412201254534 - SEAD	0101	339036	44.343,03
131010412201254534 - SEAD	0101	339037	49.491,00
131010412201254534 - SEAD	0101	339039	114.688,71
131010412201254534 - SEAD	0101	339092	703.409,36
131010412201254535 - SEAD	0101	339034	15.310,79
131010412212046100 - SEAD	0101	339033	10.000,00
131010433112016004 - SEAD	0101	339092	169.990,16
171010412201254534 - SEFA	0101	339037	25.883,00
171010412201254534 - SEFA	0101	339039	60.881,87
171010412911912647 - SEFA	0101	339030	27.972,50
171010412911912647 - SEFA	0101	339039	25.000,00
171010433112016004 - SEFA	0101	339046	129.584,14
171010433112016243 - SEFA	0101	339049	8.500,00
171010442211912627 - SEFA	0144	339039	11.318,35
171022884100009004 - Enc. SEFA	0101	329021	7.000.000,00
171022884100009004 - Enc. SEFA	0101	329022	80.000,00
171022884300009006 - Enc. SEFA	0101	469071	4.500.000,00
251010312201254535 - PGE	0101	339005	3.000,00
251010312201254535 - PGE	0101	339036	13.000,00
251010333112016004 - PGE	0101	339046	15.000,00
321010412212002417 - Gab. Vice-Governador	0101	449039	77.600,00
321010412212002417 - Gab. Vice-Governador	0101	449052	9.000,00
352010812201254535 - ASI-PAG	0101	319011	70.000,00
502010824411952791 - LOTERPA	0261	335043	5.000,00
502010824411952792 - LOTERPA	0261	335043	2.000,00
532012212201254534 - IOE	0261	339039	100.000,00
532012212201254535 - IOE	0261	319011	180.000,00
532012212201254535 - IOE	0261	339047	20.000,00
532012266211932784 - IOE	0261	339035	50.000,00
542010830212046163 - IASEP	0261	339039	2.428.307,00
542010833112016004 - IASEP	0261	339046	10.500,00
652012412201254534 - FUNTELPA	0101	339039	21.728,87

771012412201254535 - SECOM	0101	319011	62.000,00
771012413111932748 - SECOM	0101	339039	1.000.000,00
832010412201254535 - EGPA	0101	319011	72.000,00
832010412812014117 - EGPA	0101	339092	60.000,00
832010439212014118 - EGPA	0101	339039	30.000,00
842010927200009029 - IGEPREV	0254	319001	2.950.000,00
842010927200009031 - IGEPREV	0254	319001	300.000,00
842010927200009031 - IGEPREV	0254	319003	200.000,00
842010933112016004 - IGEPREV	0261	339046	40.000,00
		TOTAL	21.061.308,60

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
091010412112284840 - NAF	0101	339014	11.150,00
091010412112284840 - NAF	0101	339033	11.150,00
091010412112284840 - NAF	0101	339039	7.400,00
091010412112484923 - NAF	0101	339014	3.739,50
091010412112484923 - NAF	0101	339033	4.300,00
091010412112484923 - NAF	0101	339039	7.150,00
091010412112594856 - NAF	0101	339014	969,50
091010412112594856 - NAF	0101	339035	34.100,00
091010412112594856 - NAF	0101	339039	17.662,50
091010412201254535 - NAF	0101	319004	23.000,00
091010412201254535 - NAF	0101	319009	1.000,00
091010412201254535 - NAF	0101	319016	8.000,00
091010412201254535 - NAF	0101	339005	7.000,00
091010412201254535 - NAF	0101	339008	2.000,00
091010412201254535 - NAF	0101	339036	12.000,00
091010412201254668 - NAF	0101	339030	17.799,03
091010412201254668 - NAF	0101	339039	200,00
091010412712284838 - NAF	0101	339014	8.340,00
091010412712284838 - NAF	0101	339033	6.700,00
091010412712284838 - NAF	0101	339039	7.400,00
091010412812014098 - NAF	0101	339039	8.900,00
091010413111932781 - NAF	0101	339030	5.000,00
091010413111932781 - NAF	0101	339036	5.000,00
091010413111932781 - NAF	0101	339039	5.000,00
091010433112016004 - NAF	0101	339046	136.850,62
091010433112016243 - NAF	0101	339049	17.573,65
091010445112484927 - NAF	0101	339014	67.470,60
091010445112484927 - NAF	0101	339033	63.110,01
091010445112484927 - NAF	0101	339035	8.900,00
091010445112484927 - NAF	0101	339039	100,00

091010466512042887 - NAF	0101	339039	6.200,00
111050424412494932 - Gab. Gov - Casa Civil	0101	339039	150.000,00
111060412212002417 - Gab. Gov - Casa Militar	0101	339039	50.000,00
111060412212002417 - Gab. Gov - Casa Militar	0101	339039	25.000,00
111080412412234791 - Auditoria Geral do Estado	0101	339033	1.511,00
111080412412234791 - Auditoria Geral do Estado	0101	339039	3.822,99
111080412512494929 - Auditoria Geral do Estado	0101	339014	4.729,99
111080412512494929 - Auditoria Geral do Estado	0101	339039	2.499,99
111080412612231784 - Auditoria Geral do Estado	0101	339039	9.749,90
111080412812234790 - Auditoria Geral do Estado	0101	339039	7.499,90
111080433112016004 - Auditoria Geral do Estado	0101	339046	41.921,25
111080433112016245 - Auditoria Geral do Estado	0101	339049	6.622,18
111080466512042887 - Auditoria Geral do Estado	0101	339039	4.554,15
131010433112014214 - SEAD	0101	339039	291.722,00
171010412201254534 - SEFA	0144	339034	7.018,35
171010412201254535 - SEFA	0101	339005	18.383,00
171010412201254535 - SEFA	0101	339008	32.000,00
171010412201254535 - SEFA	0101	339093	47.000,00
171010412201254668 - SEFA	0101	339030	68.381,87
171010412611912631 - SEFA	0101	339039	42.500,00
171010412611912631 - SEFA	0144	339035	4.300,00
171010412911912647 - SEFA	0101	335093	17.084,14
171010412911912648 - SEFA	0101	339014	472,50
171010412911912648 - SEFA	0101	339039	10.000,00
171021133100009037 - Enc. SEFA	0101	469092	1.510.000,00
171022884300009006 - Enc. SEFA	0101	329022	7.080.000,00
171022884400009007 - Enc. SEFA	0101	469071	2.990.000,00
251010312201254534 - PGE	0101	339039	31.000,00
251010312911912647 - PGE	0101	449051	175.234,11
251020306212024487 - Enc. PGE	0101	449093	225.000,00
321010412201254534 - Gab. Vice- Governador	0101	339030	2.514,00
321010412201254534 - Gab. Vice- Governador	0101	339036	1.000,00
321010412201254534 - Gab. Vice- Governador	0101	339049	500,00
321010412201254534 - Gab. Vice- Governador	0101	339092	86,00
321010412201254668 - Gab. Vice- Governador	0101	339030	2.000,00
321010412212002417 - Gab. Vice- Governador	0101	339030	2.000,00

321010412212002417 - Gab. Vice- Governador	0101	339039	70.000,00
321010424412454903 - Gab. Vice- Governador	0101	339033	2.200,00
321010424412454903 - Gab. Vice- Governador	0101	339039	500,00
321010424412454903 - Gab. Vice- Governador	0101	339092	4.800,00
321010433112016004 - Gab. Vice- Governador	0101	339046	1.000,00
352010812201254534 - ASIPAG	0101	339014	30.000,00
352010812201254534 - ASIPAG	0101	339039	40.000,00
502010812201254534 - LOTERPA	0261	339039	7.000,00
532012212201254534 - IOE	0261	339035	20.000,00
532012212201254534 - IOE	0261	339036	20.000,00
532012233112016004 - IOE	0261	339046	280.000,00
532012239211802585 - IOE	0261	339031	30.000,00
542010812201254534 - IASEP	0261	339030	6.400,00
542010812201254534 - IASEP	0261	339036	2.400,00
542010812201254534 - IASEP	0261	339039	1.800,00
542010812212041946 - IASEP	0261	449051	980.000,00
542010812212041946 - IASEP	0261	449052	315.000,00
542010812212494291 - IASEP	0261	339036	9.795,00
542010812212494291 - IASEP	0261	339039	12.700,00
542010812212494291 - IASEP	0261	339092	4.900,00
542010812512046164 - IASEP	0261	339092	5.731,00
542010812812014098 - IASEP	0261	339039	21.000,00
542010813111932781 - IASEP	0261	339036	47.000,00
542010813111932781 - IASEP	0261	339039	68.000,00
542010824412016167 - IASEP	0261	339039	230,00
542010830212016169 - IASEP	0261	339039	872,00
542010830212046160 - IASEP	0261	339092	10.569,00
542010830212046161 - IASEP	0261	339030	240.000,00
542010830212046161 - IASEP	0261	339039	279.000,00
542010830212046161 - IASEP	0261	339092	10.500,00
542010830212046162 - IASEP	0261	339039	416.000,00
542010833112016004 - IASEP	0261	339092	6.910,00
652012412812014098 - FUNTELPA	0101	339039	2.258,00
652012439211792572 - FUNTELPA	0101	339030	1.000,00
652012439211792572 - FUNTELPA	0101	339036	836,87
652012439211792572 - FUNTELPA	0101	339039	6.710,00
652012466512042887 - FUNTELPA	0101	339030	5.194,00
652012466512042887 - FUNTELPA	0101	339036	4.730,00
652012466512042887 - FUNTELPA	0101	339039	1.000,00
771012412201254534 - SECOM	0101	339039	62.000,00
771012413111932781 - SECOM	0101	339039	1.000.000,00
832010412812014098 - EGPA	0101	339030	20.000,00
832010412812014098 - EGPA	0101	339036	40.000,00

832010412812014117 - EGPA	0101	339039	72.000,00
832010433112016004 - EGPA	0101	339046	30.000,00
842010912812014098 - IGEPREV	0261	339039	40.000,00
842010927200009027 - IGEPREV	0254	319001	3.450.000,00
		TOTAL	21.061.308,60

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 1 de dezembro de 2011.
SIMÃO JATENE
Governador do Estado
ANA MARIA SOUZA DE AZEVEDO
Respondendo pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

D E C R E T O Nº 296, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326145

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$ 163.553,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II alínea “a” da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;
D E C R E T A :
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 163.553,00 (Cento e Sessenta e Três Mil, Quinhentos e Cinquenta e Três Reais), para atender à programação abaixo:
R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
732012312201254534- PARATUR	0101	339033	75.553,00
732012369512364899- PARATUR	0101	339039	88.000,00
		TOTAL	163.553,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):
R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
732012312201254535 - PARATUR	0101	339091	53.553,00
732012333112016243 - PARATUR	0101	339039	22.000,00
732012369512364876 - PARATUR	0101	339014	10.000,00
732012369512364876 - PARATUR	0101	339039	23.000,00
732012369512366056 - PARATUR	0101	339014	26.000,00
732012369512366056 - PARATUR	0101	339036	22.000,00
732012369512366056 - PARATUR	0101	339039	7.000,00
		TOTAL	163.553,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 16 de dezembro de 2011.
SIMÃO JATENE
Governador do Estado
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

D E C R E T O Nº 272, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326175

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$ 26.636.062,32 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II alínea “a” da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;
D E C R E T A :
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual

a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 26.636.062,32 (Vinte e Seis Milhões, Seiscentos e Trinta e Seis Mil, Sessenta e Dois Reais e Trinta e Dois Centavos), para atender à programação abaixo:
R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
211010612201254535 - SEGUP	0101	339036	10.000,00
211010612201254535 - SEGUP	0101	339039	30.000,00
211010612201254668 - SEGUP	0101	339030	30.000,00
211010612201254668 - SEGUP	0101	339092	70.000,00
211010612812114730 - SEGUP	0101	339039	87.750,00
211010612812114730 - SEGUP	0106	339014	22.000,00
211010612812114730 - SEGUP	0106	339015	8.000,00
211010612812114730 - SEGUP	0106	339030	67.000,00
211010612812114730 - SEGUP	0106	339033	3.000,00
211010612812114730 - SEGUP	0106	339036	68.000,00
211010612812114730 - SEGUP	0106	339039	20.000,00
211010612812114730 - SEGUP	0106	339047	12.000,00
211010612812114730 - SEGUP	0106	449052	11.000,00
211010618111842589 - SEGUP	0101	339039	100.000,00
211010618111842590 - SEGUP	0101	449052	1.021.000,00
261010612201254535 - PMPA	0101	319012	42.815,64
261010612212064384 - PMPA	0101	339039	27.674,65
261010618111842546 - PMPA	0101	339030	6.360,97
261010618111842606 - PMPA	0101	339015	214.385,04
261010618111842606 - PMPA	0101	339039	950.115,45
261010618111842606 - PMPA	0101	339092	186.218,63
261010618111842606 - PMPA	0101	449051	31.927,18
261010618111842606 - PMPA	0101	449052	406.750,00
261010618111842606 - PMPA	6121	449052	500.445,33
261010618111844223 - PMPA	0106	339015	151.856,95
261010633112116005 - PMPA	0101	339046	3.485.114,41
401010612201254535 - Polícia Civil	0101	339005	88.702,00
401010612201254668 - Polícia Civil	0101	339030	403.000,00
401010612201254668 - Polícia Civil	0101	339092	10.082,00
401010618111842592 - Polícia Civil	0101	339014	131.000,00
401010618111842592 - Polícia Civil	0101	339039	107.104,65
401010633112116005 - Polícia Civil	0101	339046	726.617,00
401010633112116246 - Polícia Civil	0101	339049	103.437,00
441010612212064395 - FISP	0141	339039	150.000,00
441010618212064428 - FISP	0141	449052	227.242,00
522010333112116005 - SUSIPE	0101	339046	20.750,00
522010342112131678 - SUSIPE	0101	449051	1.353.984,03
522010342112131937 - SUSIPE	0101	449051	75.911,98
522010342112134752 - SUSIPE	0101	339014	75.664,00
522010342112134752 - SUSIPE	0101	339030	1.075.336,00
522010342112134752 - SUSIPE	0101	339036	130.000,00

522010342112134752 - SUSIPE	0101	339039	1.547.803,90
522010342112134752 - SUSIPE	0101	339092	122.000,00
592011412201254534 - IMEP	0260	339039	197.000,00
592011412201254535 - IMEP	0660	319016	38.000,00
592011433112116246 - IMEP	0660	339049	10.000,00
662010612201254535 - DETRAN	0261	319011	498.613,51
662010612511842598 - DETRAN	0261	339036	1.600.000,00
662010612511842600 - DETRAN	0261	339039	5.968.000,00
662010612511842601 - DETRAN	0261	339039	3.700.000,00
852010612201254534 - CPC	0101	339039	130.336,00
852010612201254535 - CPC	0101	339034	182.190,00
852010612201254535 - CPC	0101	339036	42.200,00
852010612201254668 - CPC	0101	339030	60.474,00
852010618111844618 - CPC	0101	339014	27.000,00
852010633112116005 - CPC	0101	339046	209.400,00
852010633112116246 - CPC	0101	339049	60.800,00
		TOTAL	26.636.062,32

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):
R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
091010412111821960 - NAF	4121	449051	888.756,00
211010612201254535 - SEGUP	0101	339039	30.000,00
211010618111842589 - SEGUP	0101	339039	20.750,00
211010618111842589 - SEGUP	0101	339039	70.000,00
211010618111842590 - SEGUP	0101	449052	100.000,00
211010618111842590 - SEGUP	0106	339039	211.000,00
211010633112116005 - SEGUP	0101	339046	32.000,00
211010633112116246 - SEGUP	0101	339049	8.000,00
261010612201254534 - PMPA	0101	339039	239.736,96
261010612201254535 - PMPA	0101	339005	10.665,70
261010612201254535 - PMPA	0101	339019	207.000,00
261010612201254535 - PMPA	0101	339036	290.000,00
261010612201254535 - PMPA	0101	339049	2.494,80
261010612201254535 - PMPA	0101	339093	211.734,44
261010612201254668 - PMPA	0101	339030	708.061,23
261010612212064384 - PMPA	0101	339039	80.205,13
261010612412084706 - PMPA	0101	339015	10.799,00
261010612812114726 - PMPA	0101	339036	25.812,41
261010612812114727 - PMPA	0101	339039	87.750,00
261010612812114727 - PMPA	0101	339036	35.263,04
261010612812114727 - PMPA	0101	339047	8.815,76
261010618111842546 - PMPA	0101	339030	1.219.400,57
261010618111842546 - PMPA	6121	449093	111.427,40

261010618111842589 - PMPA	0101	339030	288.357,27
261010618111842590 - PMPA	0101	339039	292.065,54
261010618111842590 - PMPA	0106	339030	151.856,95
261010618111842606 - PMPA	0101	339039	27.635,62
261010618111842607 - PMPA	0101	339015	6.528,86
261010618111842607 - PMPA	0101	339092	0,01
261010618111844223 - PMPA	0101	339015	24.385,04
261010618112084705 - PMPA	0101	339015	9.280,00
261010618312064343 - PMPA	0101	339015	50.705,00
261010624312124749 - PMPA	0101	339015	7.940,50
261010633112116005 - PMPA	0101	339046	6.000,00
261010654112124747 - PMPA	0101	339015	37.748,80
261010666512042887 - PMPA	0101	339035	621,71
281010433412336007 - NGPR	1121	459066	1.342.903,90
311010618211842605 - CBM	0101	339039	1.021.000,00
341011512112594827 - FDE	0101	444051	2.293.106,54
401010612201254534 - Polícia Civil	0101	339014	9.900,00
401010612201254534 - Polícia Civil	0101	449052	10.082,00
401010612812114726 - Polícia Civil	0101	339014	10.000,00
401010612812114726 - Polícia Civil	0101	339030	32.984,60
401010612812114727 - Polícia Civil	0101	339014	7.790,00
401010618111842546 - Polícia Civil	0101	339014	2.828,50
401010618111842594 - Polícia Civil	0101	339014	4.387,50
401010618111844223 - Polícia Civil	0101	339014	20.770,00
401010618112124750 - Polícia Civil	0101	339014	14.170,59
401010618312064343 - Polícia Civil	0101	339014	7.240,00
401010618312064343 - Polícia Civil	0101	339036	10.000,00
401010624312124748 - Polícia Civil	0101	339014	13.730,00
401010630312114728 - Polícia Civil	0101	339014	57.000,00
401010630312114728 - Polícia Civil	0101	339030	59.943,46
401010654112124747 - Polícia Civil	0101	339014	12.360,00
401010654112124747 - Polícia Civil	0101	339047	5.000,00
441010612212064395 - FISP	0141	449051	150.000,00
441010618212064466 - FISP	0141	339030	83.000,00
441010618212064466 - FISP	0141	449052	144.242,00
481011957212616136 - SECTI	0101	449051	1.079.632,65
522010312212064384 - SUSIPE	0101	449052	157.300,00
522010342112131678 - SUSIPE	0101	449051	103.726,52
522010342112131678 - SUSIPE	0101	449052	222.252,40
522010342112131678 - SUSIPE	6121	449051	37.833,57
522010342112131678 - SUSIPE	6121	449052	1.106,21
522010342112131937 - SUSIPE	0101	449039	603.496,63
522010342112131937 - SUSIPE	0101	449051	143.564,00
592011412511842609 - IMEP	0260	449051	100.000,00
592011412512074734 - IMEP	0260	449052	97.000,00

592011412512074734 - IMEP	0660	339014	38.000,00
592011433112116005 - IMEP	0660	339046	10.000,00
662010612212064384 - DETRAN	0261	339039	800.000,00
662010612212064384 - DETRAN	0261	449052	849.000,00
662010612212111589 - DETRAN	0261	339039	39.000,00
662010612511842599 - DETRAN	0261	335041	223.500,00
662010612511842599 - DETRAN	0261	339039	1.376.500,00
662010612511842601 - DETRAN	0261	449052	907.000,00
662010612511842602 - DETRAN	0261	334041	1.254.000,00
662010612511842602 - DETRAN	0261	339033	500.000,00
662010612511842602 - DETRAN	0261	339036	351.000,00
662010612511842602 - DETRAN	0261	339039	595.000,00
662010612511842602 - DETRAN	0261	449051	1.214.000,00
662010612512066191 - DETRAN	0261	449052	30.000,00
662010618111842589 - DETRAN	0261	339039	1.900.000,00
662010618111842589 - DETRAN	0261	449051	44.000,00
662010618111842589 - DETRAN	0261	449052	462.000,00
662010618111842590 - DETRAN	0261	449051	500.000,00
662010618111842590 - DETRAN	0261	449052	223.000,00
662012884600009010 - DETRAN	0261	319091	498.613,51
672011648211991541 - COHAB	4121	449039	1.000.000,00
672011648211991910 - COHAB	0101	449051	403.000,00
852010633112116246 - CPC	0101	339049	47.300,00
		TOTAL	26.636.062,32

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 1 de dezembro de 2011.
SIMÃO JATENE
Governador do Estado
ANA MARIA SOUZA DE AZEVEDO
Respondendo pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

D E C R E T O Nº 289, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326184

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, no valor de R\$ 4.200.000,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II alínea "b" da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;
D E C R E T A :
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 4.200.000,00 (Quatro Milhões, Duzentos Mil Reais), para atender à programação abaixo:
R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
662010612511842600 - DETRAN	0261	339039	3.200.000,00
662010612511842601 - DETRAN	0261	339039	1.000.000,00
		TOTAL	4.200.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta do Excesso de Arrecadação, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 9 de dezembro de 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
D E C R E T O Nº 271, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326195
Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$ 11.514.373,33 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II alínea "a" da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;
D E C R E T A :
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 11.514.373,33 (Onze Milhões, Quinhentos e Quatorze Mil, Trezentos e Setenta e Três Reais e Trinta e Três Centavos), para atender à programação abaixo:
R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
071011751212271871 - SEDURB	0106	444051	1.140.000,00
071011751212271871 - SEDURB	6121	444051	470.000,00
071011751212271923 - SEDURB	4121	449051	670.000,00
221010412201254535 - SEOP	0101	319011	318.834,47
221010412212021577 - SEOP	0101	449051	116.938,35
221010412212251695 - SEOP	0101	449051	650.000,00
271011812201254535 - SEMA	0101	319004	800.000,00
271011812201254535 - SEMA	0101	319011	1.900.000,00
271011812201254535 - SEMA	0101	319016	340.000,00
291012612201254535 - SETRAN	0101	319011	1.543.591,82
291012678211821478 - SETRAN	0101	449092	691.919,56
481011912201254534 - SECTI	0101	339039	100.000,00
481011912201254535 - SECTI	0101	319011	595.000,00
481011912612616137 - SECTI	0101	339039	90.000,00
481011912612616137 - SECTI	6121	339030	25.733,58
481011966212596011 - SECTI	0101	449051	145.320,00
562012112201254535 - ITERPA	0101	319011	302.664,00
672011612201254535 - COHAB	0101	319013	210.000,00
672011648211991541 - COHAB	0101	449051	610.000,00
672011651211991572 - COHAB	0101	449048	900,00
782011966112616035 - FAPESPA	6122	339018	63.000,00
792011833112016243 - IDEFLOR	0101	339049	2.000,00
802010412201254535 - ARCON	0101	319004	234.754,96
802010412201254535 - ARCON	0101	319011	493.716,59
		TOTAL	11.514.373,33

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):
R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
071011512112284840 - SEDURB	0106	444051	1.140.000,00
071011545112251941 - SEDURB	0101	449051	1.140.000,00
091010412111821960 - NAF	4121	449051	3.040.000,00

171022884500009003 - Enc. SEFA	0101	334081	650.000,00
231011133412306133 - SETER	0101	339039	116.938,35
291012612201254535 - SETRAN	0101	339005	20.000,00
291012612201254535 - SETRAN	0101	339008	80.000,00
291012612201254668 - SETRAN	0101	339030	65.000,00
291012612201254668 - SETRAN	0101	339039	257.874,44
291012612201254668 - SETRAN	0101	339092	691.919,56
291012612812014098 - SETRAN	0101	339014	18.572,00
291012666512042887 - SETRAN	0101	339039	82.680,00
291012678211822671 - SETRAN	0101	339030	45.000,00
291012678211824960 - SETRAN	0101	339030	524.174,89
291012678211824960 - SETRAN	0101	339039	196.710,49
291012678211824961 - SETRAN	0101	339014	120.000,00
291012678211824961 - SETRAN	0101	339030	30.000,00
291012678211824961 - SETRAN	0101	339033	83.580,00
291012678211824961 - SETRAN	0101	339039	20.000,00
481011912612616137 - SECTI	0101	449052	145.320,00
481011933112016004 - SECTI	0101	339046	125.733,58
481011957312616026 - SECTI	0101	339039	90.000,00
481011966212596011 - SECTI	4121	449051	595.000,00
562012163112474910 - ITERPA	6121	339014	100.000,00
562012163112474910 - ITERPA	6121	339030	100.000,00
562012163112474910 - ITERPA	6121	339033	50.000,00
562012163112474910 - ITERPA	6121	339036	2.664,00
562012163112474910 - ITERPA	6121	339039	50.000,00
672011648211991541 - COHAB	0101	449051	900,00
672011651211991572 - COHAB	0101	449039	820.000,00
771012413111932781 - SECOM	0101	339039	1.047.306,02
782011957112616029 - FAPESPA	6122	339020	63.000,00
792011812812014098 - IDEFLOR	0101	339039	2.000,00
		TOTAL	11.514.373,33

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 1 de dezembro de 2011.
SIMÃO JATENE
Governador do Estado
ANA MARIA SOUZA DE AZEVEDO
Respondendo pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

D E C R E T O Nº 288, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326206

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$ 5.373.274,64 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II alínea "a" da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;
D E C R E T A :
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 5.373.274,64 (Cinco Milhões, Trezentos e Setenta e Três Mil, Duzentos e Setenta e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos), para atender à programação abaixo:
R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
081012712201254535 - SEEL	0101	319011	50.000,00
161011212201254534 - SEDUC	0102	339039	438.011,00
161011212201254534 - SEDUC	0102	339092	497.000,00
161011212201254535 - SEDUC	0102	319113	236.895,05
161011236612556215 - SEDUC	0102	319092	125.000,00
431010830612184774 - SEAS	0101	339092	11.883,88
431010842212494931 - SEAS	0101	339036	5.000,00
492011312211816241 - FCV	0101	339092	1.830,61
871010824412144756 - FEAS	0101	339008	1.079.278,87
871010824412144756 - FEAS	0107	339008	264.768,21
871010824412536145 - FEAS	0101	339033	35.141,46
871010824412536145 - FEAS	0107	339033	30.000,00
901011012201254534 - FES	0103	339037	763.335,32
901011012201254534 - FES	0103	339039	1.677.327,32
901011030111862611 - FES	0103	339033	84.768,10
901011030211851367 - FES	0103	449051	73.034,82
		TOTAL	5.373.274,64

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
081012733112016004 - SEEL	0101	339046	50.000,00
081012781211942789 - SEEL	0101	449051	1.830,61
161011212212556218 - SEDUC	0102	339048	935.011,00
161011224412556216 - SEDUC	0102	319011	94.812,43
161011224412556216 - SEDUC	0102	319016	30.187,57
161011236112554963 - SEDUC	0102	319092	94.943,07
161011236212554964 - SEDUC	0102	319004	125.159,63
161011236212554964 - SEDUC	0102	319016	16.792,35
431010836612626177 - SEAS	0101	339039	16.883,88
871010824112174758 - FEAS	0107	339030	27.887,00
871010824412144755 - FEAS	0107	339093	13.300,00
871010824412176147 - FEAS	0101	339033	81.119,82
871010824412176147 - FEAS	0107	339030	78.705,70
871010824412176147 - FEAS	0107	339037	30.000,00
871010824412176151 - FEAS	0101	339037	18.494,09
871010824412176197 - FEAS	0101	339037	223.094,74
871010824412176197 - FEAS	0107	339037	50.272,22
871010824412494932 - FEAS	0101	339033	35.141,46
871010824412494932 - FEAS	0101	339039	407.843,37
871010824412494932 - FEAS	0107	339039	14.603,29
871010824412531953 - FEAS	0101	339039	348.726,85

871010824412536209 - FEAS	0107	339039	80.000,00
901011030211852610 - FES	0103	449051	2.425.632,56
901011030311852608 - FES	0103	339030	172.833,00
		TOTAL	5.373.274,64

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 9 de dezembro de 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
D E C R E T O Nº 290, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326215

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$ 6.332.287,22 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente. O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II alínea “a” da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;

D E C R E T A :
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 6.332.287,22 (Seis Milhões, Trezentos e Trinta e Dois Mil, Duzentos e Oitenta e Sete Reais e Vinte e Dois Centavos), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
151011339211812579 - SECULT	0101	335041	64.057,88
151011339211812579 - SECULT	0101	339047	2.942,12
161011233112016004 - SEDUC	0102	339046	126.500,00
161011236112556226 - SEDUC	0143	334041	2.750.567,00
161011236212554964 - SEDUC	0102	339039	89.465,00
231010824412494932 - SETER	0101	339039	150.000,00
431010824412176197 - SEAS	0101	335041	10.000,00
462021339211816200 - FCPTN	0101	334041	40.000,00
462021339211816200 - FCPTN	0101	335041	70.500,00
462021339211816200 - FCPTN	0101	339031	10.000,00
462021339211816200 - FCPTN	0101	339033	50.000,00
462021339211816200 - FCPTN	0101	339036	80.000,00
462021339211816200 - FCPTN	0101	339039	134.000,00
462021339211816200 - FCPTN	0101	339047	16.000,00
462021339211816200 - FCPTN	0101	339048	80.000,00
472011339211816200 - FCG	0261	339036	19.400,00
492011333112016004 - FCV	0101	339046	891,84
682010812201254535 - FASEPA	0101	339008	5.000,00
822011312201254535 - IAP	0101	339036	4.740,00
822011339211812579 - IAP	0101	339036	10.970,00
822011339211812579 - IAP	0101	339039	72.500,00
901011030211852610 - FES	0103	334041	592.956,38
901011030211852610 - FES	0103	335041	1.131.797,00
901011030211852610 - FES	0103	339039	400.000,00
901011030211852610 - FES	0103	449052	420.000,00
		TOTAL	6.332.287,22

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
081012781211941539 - SEEL	0101	449051	50.000,00
081012781211942789 - SEEL	0101	449051	72.500,00
151011339111792571 - SECULT	0101	339014	5.000,00
151011339111792571 - SECULT	0101	339035	12.370,00
151011339111792571 - SECULT	0101	339036	20.000,00
151011339111792571 - SECULT	0101	339039	10.000,00
151011339111792571 - SECULT	0101	339047	5.000,00
151011339211792572 - SECULT	0101	339014	10.000,00
151011339211792572 - SECULT	0101	339035	4.630,00
151011339211812596 - SECULT	0101	335041	891,84
151011339211814206 - SECULT	6121	335041	400.000,00
161011212212556218 - SEDUC	0102	339048	8.573,66
161011212212556219 - SEDUC	0102	339039	73.056,75
161011224412816222 - SEDUC	0102	339039	134.334,59
161011236112554963 - SEDUC	0143	339039	1.375.283,00
161011236212554964 - SEDUC	0143	339039	1.375.284,00
171022884500009003 - Enc. SEFA	0101	334081	30.500,00
231011133312306094 - SETER	0101	339033	150.000,00
472011336312554969 - FCG	0261	449052	19.400,00
682010833112016004 - FASEPA	0101	339046	5.000,00
822011333112016004 - IAP	0101	339046	4.740,00
822011339211812583 - IAP	0101	339020	10.970,00
871010824412144755 - FEAS	0101	334041	10.000,00
901011012201254534 - FES	0103	339039	289.443,00
901011030111861376 - FES	0103	449051	593,62
901011030111862611 - FES	0103	339030	64.730,10
901011030111862611 - FES	0103	449039	308.667,66
901011030111862611 - FES	0103	449051	218.965,00
901011030311852608 - FES	0103	339030	1.531.797,00
901011030311862613 - FES	0103	334041	130.557,00
		TOTAL	6.332.287,22

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 13 de dezembro de 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
D E C R E T O Nº 282, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326222

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por REMANEJAMENTO, no valor de R\$ 10.969.819,20 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente. O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II alínea “a” da lei Orçamentária nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010;

D E C R E T A :
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$

10.969.819,20 (Dez Milhões, Novecentos e Sessenta e Nove Mil, Oitocentos e Dezenove Reais e Vinte Centavos), para atender à programação abaixo:
R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
151011312201254535 - SECULT	0101	319011	460.000,00
151011339111792570 - SECULT	0101	449052	40.000,00
151011339211812576 - SECULT	0101	335041	402.169,40
151011339211812596 - SECULT	0101	335041	888.363,42
161011212201254535 - SEDUC	0102	319011	1.233.130,00
161011212201254535 - SEDUC	0102	319016	217.201,00
161011212201254535 - SEDUC	0102	319113	19.499,00
161011212201254535 - SEDUC	0102	339005	31.165,00
161011233112016004 - SEDUC	0102	339046	607.738,00
431010812201254534 - SEAS	0101	339036	123.792,72
431010812201254534 - SEAS	0101	339039	88.207,28
431010812201254534 - SEAS	0101	339092	288.000,00
431010812201254535 - SEAS	0101	319004	37.900,00
431010812201254535 - SEAS	0101	319011	1.400.553,00
431010812201254535 - SEAS	0101	319016	242.000,00
462021312201254535 - FCPTN	0101	319011	875.000,00
462021339211802586 - FCPTN	0101	339036	1.922,22
462021339211816200 - FCPTN	0101	339036	28.021,26
462021339211816200 - FCPTN	0101	339047	5.604,25
462021339211816200 - FCPTN	0101	339048	4.007,00
492011333112016004 - FCV	0101	339046	1.049,12
492011333112016004 - FCV	0101	339092	176,68
492011339211814206 - FCV	0101	319004	82.796,48
492011339211814206 - FCV	0101	319011	302.434,56
492011339211814206 - FCV	0101	319016	2.716,95
492011339211814206 - FCV	0101	319092	3.186,38
682010812201254535 - FASEPA	0101	319004	885.301,00
682010812201254535 - FASEPA	0101	319011	1.312.352,00
682010812201254535 - FASEPA	0101	339005	8.000,00
682010824312174769 - FASEPA	0101	339030	91.787,06
682010824312174769 - FASEPA	0101	339093	135.806,94
871010824412176197 - FEAS	0172	332093	21.318,00
871010824412176197 - FEAS	0372	332093	73.734,78
871010824412531953 - FEAS	0139	339039	147.095,60
871010824412531953 - FEAS	0339	339039	54.220,02
871010842212494931 - FEAS	0107	339033	81.600,00
9010111021201254577 - FES	0103	339037	210.000,00
901011012201254577 - FES	0103	339039	273.000,00
901011012812214780 - FES	0103	339039	43.800,00
901011012812214780 - FES	0103	339048	155.000,00
901011030311852608 - FES	0103	339039	90.170,08
		TOTAL	10.969.819,20

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):
R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
081012781211941539 - SEEL	0101	449051	2.400.000,00
081012781211941896 - SEEL	0101	449051	300.000,00
081012781211941896 - SEEL	0101	449052	100.000,00
081012781211942786 - SEEL	0101	449039	60.000,00
081012781211942786 - SEEL	0101	449051	140.000,00
081012781211942789 - SEEL	0101	449051	1.225,80
151011339211794950 - SECULT	0101	339014	167,50
151011339211794950 - SECULT	0101	339030	16.656,66
151011339211794950 - SECULT	0101	339036	28.620,00
151011339211794950 - SECULT	0101	339039	434,70
151011339211794950 - SECULT	0101	339047	23.094,00
151011339211794950 - SECULT	0101	449052	40.000,00
151011339211814206 - SECULT	0101	335041	833.708,80
151011339211814206 - SECULT	0101	339039	45.000,00
151011339211816200 - SECULT	0101	339039	133.048,52
151011339211816200 - SECULT	0101	339047	28.951,48
151011339212602577 - SECULT	0101	335041	17,00
151011339212602577 - SECULT	0101	335048	200,00
151011339212602577 - SECULT	0101	339030	15.000,00
151011339212602577 - SECULT	0101	339031	55.214,00
151011339212602577 - SECULT	0101	339033	15.000,00
151011339212602577 - SECULT	0101	339036	22.065,54
151011339212602577 - SECULT	0101	339039	10.000,00
151011339212602577 - SECULT	0101	339047	8.700,00
151011339212606199 - SECULT	0101	339014	4.794,50
151011339212606199 - SECULT	0101	339030	43.620,81
151011339212606199 - SECULT	0101	339033	116.766,52
151011339212606199 - SECULT	0101	339036	15.493,32
151011339212606199 - SECULT	0101	339039	313.803,47
151011339212606199 - SECULT	0101	339047	20.176,00
161011212201254534 - SEDUC	0102	339039	203.486,00
161011233112016243 - SEDUC	0102	339049	404.252,00
161011236112554963 - SEDUC	0102	319092	1.500.995,00
462021339211802587 - FCPTN	0101	339014	1.922,22
462021339211812580 - FCPTN	0101	339014	12.332,50
462021339211812583 - FCPTN	0101	339036	3.000,00
462021339211812596 - FCPTN	0101	339031	1.007,00
462021339211814206 - FCPTN	0101	339034	6.792,40
462021339211814206 - FCPTN	0101	339039	14.500,61
481011957212616136 - SECTI	0101	449051	1.322.240,37

481011966212596011 - SECTI	4121	449051	1.000.000,00
682010812812014098 - FASEPA	0101	339036	1.136,00
682010812812014098 - FASEPA	0101	339047	500,00
682010824312174770 - FASEPA	0101	339014	5.000,00
682010824312174770 - FASEPA	0101	339030	10.000,00
682010824312174770 - FASEPA	0101	339033	3.400,00
682010824312174770 - FASEPA	0101	339036	20.000,00
682010824312174770 - FASEPA	0101	339039	8.000,00
682010824312174770 - FASEPA	0101	339047	4.700,00
682010824312174771 - FASEPA	0101	339014	3.007,00
682010824312174771 - FASEPA	0101	339030	19.000,00
682010824312174771 - FASEPA	0101	339033	1.900,00
682010824312174771 - FASEPA	0101	339036	5.000,00
682010824312174771 - FASEPA	0101	339039	16.400,00
682010824312176067 - FASEPA	0101	339014	23.000,00
682010824312176067 - FASEPA	0101	339030	47.300,00
682010824312176067 - FASEPA	0101	339033	32.000,00
682010824312176187 - FASEPA	0101	339030	24.000,00
682010833112016004 - FASEPA	0101	339046	263.000,00
682010833112016243 - FASEPA	0101	339049	67.000,00
682010839212014118 - FASEPA	0101	339014	567,00
682010839212014118 - FASEPA	0101	339030	2.083,00
682010839212014118 - FASEPA	0101	339036	138,00
682010839212014118 - FASEPA	0101	339039	463,00
871010824412144755 - FEAS	0172	339039	21.318,00
871010824412144755 - FEAS	0372	339039	73.734,78
871010824412176147 - FEAS	0107	339037	81.600,00
871010824412176197 - FEAS	0339	339039	54.220,02
871010824412494932 - FEAS	0139	339039	147.095,60
901011030111861376 - FES	0103	449051	201.800,00
901011030211851367 - FES	0103	449051	480.000,00
901011030211852610 - FES	0103	449051	90.170,08
		TOTAL	10.969.819,20

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 5 de dezembro de 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças



PORTARIA Nº 5.895/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 732.11 DP-G,
R E S O L V E:
exonerar AINA COSTA RODRIGUES do cargo em comissão de Secretário de Núcleo Metropolitano, código GEP-DAS-011.2, com lotação na Defensoria Pública, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.896/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 732.11 DP-G,
R E S O L V E:
nomear BELEMITA PINHEIRO DOS SANTOS para exercer o cargo em comissão de Secretário de Núcleo Metropolitano, código GEP-DAS-011.2, com lotação na Defensoria Pública, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.897/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 925/2011 – GAB/AGE,
R E S O L V E:
exonerar SILVIO AFONSO DA SILVA MARTINS FILHO do cargo em comissão de Assessor Superior I, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Auditoria Geral do Estado, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.898/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 925/2011 – GAB/AGE,
R E S O L V E:
nomear SILVIO AFONSO DA SILVA MARTINS FILHO para exercer o cargo em comissão de Gerente, código GEP-DAS-011.5, com lotação na Auditoria Geral do Estado, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.899/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 923/2011 – GAB/AGE,
R E S O L V E:
nomear EMILIO DA SILVA RODRIGUES JUNIOR para exercer o cargo em comissão de Assessor Superior I, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Auditoria Geral do Estado, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.900/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 406/2011-GAB/NAF,
R E S O L V E:
exonerar ANA CARLA BAIA RODRIGUES do cargo em comissão de Assessor Superior I, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.901/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 406/2011-GAB/NAF,
R E S O L V E:
exonerar JOSE MARIA NASCIMENTO SILVA do cargo em comissão de Assessor Superior I, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO

DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.902/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 420/2011-GAB/NAF,
R E S O L V E:
nomear JOSÉ SILVESTRE GOMES JUNIOR para exercer o cargo em comissão de Assessor Superior II, código GEP-DAS-012.5, com lotação na Secretaria Especial de Estado de Promoção Social, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.903/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 13, de 7 de fevereiro de 2011,
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 537/11 – GAB/ASIPAG,
R E S O L V E:
exonerar, a pedido, ROSANGELA TEREZA AMORAS DA ROCHA FRAGA do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Tesouraria, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Ação Social Integrada do Palácio do Governo, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.904/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício Nº. 132-RH/GVG,
R E S O L V E:
exonerar VANIA MARIA AZEVEDO PORTELA do cargo em comissão de Coordenador de Programas Especiais, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Vice-Governadoria, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.905/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício Nº. 132-RH/GVG,
R E S O L V E:
nomear ROSANGELA TEREZA AMORAS DA ROCHA FRAGA para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Programas Especiais, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Vice-Governadoria, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.906/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 005/2011-GAB/NGTM,
R E S O L V E:
nomear IGOR MASAMI OKANO MOROTOMI para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo, código GEP-DAS-012.3, com lotação no Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano, a contar de 16 de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.907/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do 425/2011-GAB/NAF,
R E S O L V E:
nomear FRANCISCA ENEIDA BEZERRA DE ALMEIDA para exercer o cargo em comissão de Assessor Superior II, código GEP-DAS-012.5, com lotação na Secretaria Especial de Estado de Proteção e Desenvolvimento Social, a contar de 1º de dezembro de 2011.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO,
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 5.908/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 13, de 7 de fevereiro de 2011,
R E S O L V E:
nomear ANDRÉ LEIZER para exercer o cargo em comissão de Assistente Operacional II, código GEP-DAS-012.2, com lotação na Casa Civil da Governadoria do Estado, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.909/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 2098/2011 – GAB/SUSIPE,
R E S O L V E:
exonerar ARZIMAM LOPES LUZ do cargo em comissão de Chefe de Segurança, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Superintendência do Sistema Penitenciário, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 5.910/2011-CCG DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 2098/2011 – GAB/SUSIPE,
R E S O L V E:
nomear SEBASTIÃO SILVA ARAUJO para exercer o cargo em comissão de Chefe de Segurança, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Superintendência do Sistema Penitenciário, a contar de 1º de janeiro de 2012.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
SOFIA FEIO COSTA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Procuradoria Geral do Estado

**PORTARIAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325467
PORTARIA Nº 721/2011-PGE.G. BELÉM, 27 DE DEZEMBRO DE 2011**

CONCEDER, Licença Prêmio aos servidores conforme abaixo relacionados:

NOME	ID. FUNCIONAL	TRIÊNIO	PERÍODO
Darilson Miranda de Aviz	55589362/1	1ª parcela 2007/2010	02.01 a 31.01.12
Fabio Theodorico Ferreira Goes	5519853/2	2ª parcela 2002/2005	09.01 a 07.02.12
Giselle Benarroch Barcessat Freire	5747651/1	2ª parcela 2006/2009	09.01 a 07.02.12
José Henrique Mouta Araújo	5763967/1	2ª parcela 2003/2006	02.01 a 31.01.12
Luiz Marques Batista Filho	3082784/1	2ª parcela 2002/2004	02.01 a 31.01.12
Margarida Maria Rodrigues Ferreira de Carvalho	2021366/2	1ª parcela 2008/2011	02.01 a 31.01.12
Maria das Graças Sousa da Silva	3156133/1	2ª parcela 2007/2010	02.01 a 31.01.12
Maria do Socorro Felicia da Costa	3154025/1	1ª parcela 2008/2011	02.01 a 31.01.12
Rogério Arthur Friza Chaves	54196748/1	1ª parcela 2006/2009	05.01 a 03.02.12
Selma Lucia Ferreira do Amaral	5847818/7	1ª parcela 2001/2004	26.12.11 a 24.01.12

MARCUS VINICIUS NERY LOBATO
Procurador-Geral do Estado, em exercício

PORTARIA Nº 723/2011-PGE.G., DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

Designar o servidor Salomão Cabral Alves, identidade funcional nº 54185246/3, para responder pela Assessoria da servidora Maria do Socorro Felicia da Costa por motivo de Licença Prêmio, no período 02.01 a 31.01.12.

MARCUS VINICIUS NERY LOBATO
Procurador-Geral do Estado, em exercício
PORTARIA Nº 724/2011-PGE.G., DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

INTERROMPER, por necessidade de serviço, a contar de 19.12.2011 o gozo de férias do Procurador do Estado José Galhardo Martins Carvalho, concedida por meio da portaria 611/2011-PGE.G., de 27.10.2011, ficando o saldo remanescente para gozo oportuno.

MARCUS VINICIUS NERY LOBATO
Procurador-Geral do Estado, em exercício
PORTARIA Nº 725/2011-PGE.G., DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

DESIGNAR a servidora Fabiola de Melo Siems, identidade funcional nº 5703107/2, ocupante do cargo de Procurador do Estado, para responder pela Corregedoria-Geral, por motivo de férias da titular Carmen Lucia Mendes Cunha, no período de 03.01 a 01.02.12.

MARCUS VINICIUS NERY LOBATO
Procurador-Geral do Estado, em exercício

Defensoria Pública
do Estado do Pará

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326107

Termo Aditivo: 5
Data de Assinatura: 30/11/2011
Valor: 6.715,35
Vigência: 30/11/2011 a 17/07/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Modificação do valor de locação do imóvel em razão da correção anual do IPC-A de 6,71%
Contrato: 10
Exercício: 2007
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
03091127861220000 339036 0101000000 Estadual
Contratado: Raimunda da Silva Queiroz
Endereço: Av Getúlio Vargas, Bairro: Centro, 290
CEP. 68200-000 - Alenquer/PA
Telefone: 9132012666
Ordenador: ANTONIO ROBERTO FIGUEIREDO CARDOSO

Secretaria de Estado
de Segurança Pública
e Defesa Social

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325960
PORTARIA: 897/2011-DG

Objetivo: Participar do 7º Congresso Brasileiro de Trânsito e Vida e 3º Congresso Internacional de Trânsito e Vida.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819/1994 e Portaria nº 419/2007-SEAD.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Fortaleza/PA - Brasil<br
Servidor(es):
70515651/Benedito Reginaldo Fernandes Amaral (SGT/PM) / 3.0 diárias (Alimentação) / de 05/10/2011 a 07/10/2011
70515651/Benedito Reginaldo Fernandes Amaral (SGT/PM) / 2.0 diárias (Pousada) / de 05/10/2011 a 07/10/2011<br
Ordenador: Cláudio Jorge da Costa Lima

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325973
PORTARIA: 1128/2011-DG

Objetivo: Fazer a condução veicular de técnicos da DRS/SEGUPDS.

Fundamento Legal: Decreto nº 2.819/1994 e Portaria nº 419/2007-SEAD.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Mosqueiro/PA - Brasil<br
Servidor(es):
54182221/Silvio Gustavo Rosa da Silva (SD/BM-Motorista) / 1.0 diárias (Alimentação) / de 16/12/2011 a 16/12/2011<br
Ordenador: Cláudio Jorge da Costa Lima

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325970
PORTARIA: 1127/2011-DG

Objetivo: Participar do II Casamento Civil Comunitário.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819/1994 e Portaria nº 419/2007-SEAD.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Mosqueiro/PA - Brasil<br
Servidor(es):
32285841/Dania Maria da Costa Pantoja (Assistente Jurídico) / 0.5 diárias (Completa) / de 16/12/2011 a 16/12/2011<br
Ordenador: Cláudio Jorge da Costa Lima

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325988
PORTARIA: 1133/2011-DG

Objetivo: Realizar resoluções de situações administrativas, atualização do sistema GPS nas novas viaturas policiais e esclarecimento de funcionalidade no monitoramento de vias públicas.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819/1994 e Portaria nº 419/2007-SEAD.
Origem: SANTARÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
56750491/Vallério Almeida Ferreira da Silva (CAP/PM-Coordenador) / 4.0 diárias (Alimentação) / de 19/12/2011 a 22/12/2011
56750491/Vallério Almeida Ferreira da Silva (CAP/PM-Coordenador) / 3.0 diárias (Pousada) / de 19/12/2011 a 22/12/2011<br
Ordenador: Cláudio Jorge da Costa Lima

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326336
PORTARIA: 460/2011-DG

Objetivo: Realizar serviços na Operação Verão/2011.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819/1994 e Portaria nº 419/2007-SEAD.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Abaetetuba/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5399491/Charles de Jesus Sousa (CB/BM) / 3.0 diárias (Alimentação) / de 01/07/2011 a 03/07/2011
5399491/Charles de Jesus Sousa (CB/BM) / 2.0 diárias (Pousada) / de 01/07/2011 a 03/07/2011<br
Ordenador: Cláudio Jorge da Costa Lima

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325922
PORTARIA: 1124/2011-DG

Prazo para Aplicação (em dias): 15
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
ILKA PEREIRA MARINHO DE OLIVEIRA CB/PM 5390737
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
06183120643430000 0101000000 339030 1.500,00
Ordenador: Cláudio Jorge da Costa Lima

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325943
PORTARIA: 895/2011-DG

Objetivo: Participar do 7º Congresso Brasileiro de Trânsito e Vida e 3º Congresso Internacional de Trânsito e Vida.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819/1994 e Portaria nº 419/2007-SEAD.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Fortaleza/CE - Brasil<br
Servidor(es):
70589331/Francisco de Souza Lima (Sub.Ten/PM) / 3.0 diárias (Completa) / de 05/10/2011 a 07/10/2011
70589331/Francisco de Souza Lima (Sub.Ten/PM) / 2.0 diárias (Pousada) / de 05/10/2011 a 07/10/2011<br
Ordenador: Cláudio Jorge da Costa Lima

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325951
PORTARIA: 896/2011-DG

Objetivo: Participar do 7º Congresso Brasileiro de Trânsito e Vida e 3º Congresso Internacional de Trânsito e Vida.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819/1994 e Portaria nº 419/2007-SEAD.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Fortaleza/CE - Brasil<br
Servidor(es):
54186901/Paulo Sérgio de Araújo Barreto (SGT/PM) / 3.0 diárias (Alimentação) / de 05/10/2011 a 07/10/2011
54186901/Paulo Sérgio de Araújo Barreto (SGT/PM) / 2.0 diárias (Pousada) / de 05/10/2011 a 07/10/2011<br
Ordenador: Cláudio Jorge da Costa Lima

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326196
PORTARIA: 956/2011-DG

Objetivo: Participar de Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no município.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819/1994 e Portaria nº 419/2007-SEAD.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Curuçá/PA - Brasil<br
Servidor(es):
52112631/Lucivaldo da Silva Gomes júnior (CB/BM-Motorista) / 1.0 diárias (Alimentação) / de 04/11/2011 a 04/11/2011<br
Ordenador: Cláudio Jorge da Costa Lima

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326189
PORTARIA: 955/2011-DG

Objetivo: Participar de Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no município.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819/1994 e Portaria nº 419/2007-SEAD.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Curuçá/PA - Brasil<br
Servidor(es):
57309371/Joelma de Araújo de Barros (CB/PM) / 1.0 diárias (Alimentação) / de 04/11/2011 a 04/11/2011<br
Ordenador: Cláudio Jorge da Costa Lima

PORTARIA Nº 126/2011/GAB/SEGUP
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326162

O Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, no uso das atribuições Constitucionais[1] e Legais[2], no âmbito de sua legitimação funcional, etc..
CONSIDERANDO: que compete a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social exercer a coordenação, a supervisão, a articulação, a integração e a avaliação dos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública, assim considerados a Polícia Civil do Estado do Pará; Polícia Militar do Pará; Corpo de Bombeiros Militar do Pará; Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”; Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará e Departamento de Trânsito do Estado do Pará;
CONSIDERANDO: o objetivo primeiro da Segurança Pública deste Estado, que se corporifica no exercício diuturno da prática de todos os atos, na esfera de sua competência, que busquem a proteção ampla da sociedade, envidando esforços que visem a diminuição da criminalidade e da violência em todas as suas formas, em tudo resguardando a dignidade da pessoa humana;
CONSIDERANDO: a solicitação expressa no Ofício EB/CMA/8ª

RM-8ª DE/Nº 188/2011, de 15.12.2011, da lavra do Ilmº. Sr. Chefe do Estado Maior da 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército, por meio do qual pleiteia a criação de “Área de Segurança” adjacente ao prédio onde se encontra instalado o Quartel General do Comando da 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército em Belém;
CONSIDERANDO: que a competência para a definição, em nível Estadual, das “Áreas de Segurança de Edificações Públicas” para fins de sinalização de trânsito é atribuída à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, por força da Resolução nº 302[3] do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
RESOLVE:
1) ESTABELECEER, a extensão adjacente igual à testada do imóvel onde se encontra instalado o Quartel General do Comando da 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército, localizado na Travessa São Pedro entre as Ruas João Diogo e Avertano Rocha, bairro do Comércio, em Belém-PA, como “Área de Segurança”, para os efeitos a que se propõem a Resolução nº 302, de 18.12.2008, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
2) Seja dado conhecimento da presente Portaria ao Comando da 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército em Belém, bem como à Companhia de Transportes de Belém – CTBel.
3) Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém-PA, 27 de Dezembro de 2011.
LUIZ FERNANDES ROCHA
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326302
PORTARIA: 457/2011-DG

Objetivo: Realizar serviços na Operação verão/2011.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819/1994 e Portaria nº 419/2007-SEAD.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Bragança/PA - Brasil<br
Servidor(es):
53987701/Francisinaldo de Oliveira Cardoso (CB/BM) / 3.0 diárias (Alimentação) / de 01/07/2011 a 03/07/2011
53987701/Francisinaldo de Oliveira Cardoso (CB/BM) / 2.0 diárias (Pousada) / de 01/07/2011 a 03/07/2011<br
Ordenador: Cláudio Jorge da Costa Lima

[1] Constituição do Estado do Pará, de 05 de outubro de 1989 Art. 138. Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício os direitos políticos.
Parágrafo único. Compete ao Secretário de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei: I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração estadual na área de sua competência, e referendar os atos e decretos assinados pelo governador; II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

Polícia Civil

PORTARIA Nº 063/2011-DGPC/PAD
BELÉM, 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94 (Lei Orgânica da Polícia Civil) e alterações posteriores...

CONSIDERANDO os autos do Inquérito Policial de nº 346/2011.000165-8, instaurado na DCRIF, onde figuram como indiciados os servidores MAX BITENCOURT VILAS BOAS, RAIMUNDO NONATO MELO DOS SANTOS e CARLOS AUGUSTO DE SOUZA, Investigadores de Polícia Civil, pela prática, em tese, de crimes previstos no art. 317 e 288 do C.P.B., fato ocorrido nesta Capital, em 19/12/2011, quando teria sido exigido certa quantia em dinheiro do nacional Raimundo Gama Nobre, para não apresentá-lo na delegacia da Cidade Nova, por estar dirigindo sem a Carteira Nacional de Habilitação e com documento do veículo atrasado e demais fatos conexos;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar o ilícito administrativo atribuído aos servidores em questão, através da instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de proceder à fiel apuração dos fatos, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

I – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no que dispõe o artigo 91, da Lei nº 022/94, figurando como acusado os servidores MAX BITENCOURT VILAS BOAS, (Mat.5234395/1) e RAIMUNDO NONATO MELO DOS SANTOS (Mat. 5331552/1) e CARLOS AUGUSTO DE SOUZA (Mat. 700177/1), Investigadores de Polícia Civil, pela prática, em tese, da conduta acima descrita que, se comprovada, constitui transgressão disciplinar prevista no artigo 74, incisos XIII, XXXIV, XXXV e XXXIX, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores;

II – DESIGNAR os servidores MONICA MEDEIROS DE OLIVEIRA, ALCIDÉA NEIDE DA SILVA FEITOSA, Delegadas de Polícia Civil e CARLOS ALBERTO FREIRE PINHEIRO, Escrivão de Polícia Civil, para, através de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência da primeira e em comissão, apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, as acusações citadas contra os servidores em questão, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

III – Deliberar que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente às autoridades e Órgãos da Administração Pública, ou proceder a diligências indispensáveis à instrução processual;

IV – A Corregedoria Geral da Polícia Civil e às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

Delegado Geral da Polícia Civil.

PORTARIA Nº 064/2011-DGPC/PAD
BELÉM, 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94 (Lei Orgânica da Polícia Civil) e alterações posteriores...

CONSIDERANDO a conclusão da Apuração Administrativa Interna nº 0252/10-GAB/Corregpol, .2010, que apurou o teor da comunicação formulada por Paulo Iran Ferreira de Souza no Ministério Público de São Félix do Xingú, contra o servidor ADRIANO FERREIRA VIANA, Investigador de Polícia Civil e ainda a denúncia oferecida em 07/12/2011 pelo Ministério Público contra o referido policial, o qual teria, em tese, praticado crime previsto no art. 157 § 2º, incisos I e IV do C.P.B., fato ocorrido no dia 05.03.2010, no Município de São Félix do Xingú e demais fatos conexos;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar o ilícito administrativo atribuído ao servidor em questão, através da instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de proceder à fiel apuração dos fatos, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

I – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no que dispõe o artigo 91, da Lei nº 022/94, figurando como acusado o servidor ADRIANO FERREIRA VIANA (Mat. 54188972/1), Investigador de Polícia Civil, pela prática, em tese, da conduta acima descrita que, se comprovada, constitui transgressão disciplinar prevista no artigo 74, incisos XXXIV e XXXV, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores;

II – DESIGNAR os servidores IZABEL PEREIRA GOMES e ROBERTO CARLOS DA SILVA QUEIROZ, Delegados de Polícia Civil e MARINÊS DE JESUS LOPES SANTOS, Escrivã de Polícia Civil, para, através de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência do primeiro e em comissão, apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, as acusações citadas contra o servidor em questão, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

III – Deliberar que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente às autoridades e Órgãos da Administração Pública, ou proceder a diligências indispensáveis à instrução processual;

IV – A Corregedoria Geral da Polícia Civil e às Diretorias de

Administração e de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

Delegado Geral da Polícia Civil.

PORTARIA Nº 065/2011-DGPC/PAD
BELÉM, 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94 (Lei Orgânica da Polícia Civil) e alterações posteriores...

CONSIDERANDO o Mandado de Prisão nº 017/2011, expedido pela 2ª. Vara da Subseção Judiciária de Marabá-PA, em desfavor do servidor EDILSON FILGUEIRA LIMA, Investigador de Polícia Civil, em virtude de ter sido decretada a sua prisão preventiva como incurso, em tese, nas penas do artigo 334 § 1º. "c" e 288 do C.P.B. e ainda artigo 2º, Inciso IX da Lei 1.521/51 e artigo 50 do Decreto lei 3.688/41, bem como o teor da representação final encaminhado através do Ofício 3951/2011-IPL 0011/2011-4-DPF/MBA/PA e demais fatos conexos;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar o ilícito administrativo atribuído ao servidor em questão, através da instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de proceder à fiel apuração dos fatos, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

I – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no que dispõe o artigo 91, da Lei nº 022/94, figurando como acusado o servidor EDILSON FILGUEIRA LIMA (Mat. 5853460/1), Investigador de Polícia Civil pela prática, em tese, da conduta acima descrita que, se comprovada, constitui transgressão disciplinar prevista no artigo 74, incisos XIII, XXV, XXXIV, XXXV e XXXIX, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores;

II – DESIGNAR as servidoras HELVIA CRISTINA PESSOA DE MELLO e IZABEL PEREIRA GOMES, Delegadas de Polícia Civil e MARINÊS DE JESUS LOPES SANTOS, Escrivã de Polícia Civil, para, através de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência do primeiro e em comissão, apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, as acusações citadas contra o servidor em questão, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

III – Deliberar que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente às autoridades e Órgãos da Administração Pública, ou proceder a diligências indispensáveis à instrução processual;

IV – A Corregedoria Geral da Polícia Civil e às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

Delegado Geral da Polícia Civil.

PORTARIA Nº 066/2011-DGPC/PAD
BELÉM, 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94 (Lei Orgânica da Polícia Civil) e alterações posteriores...

CONSIDERANDO a conclusão da Apuração Preliminar nº 012/2011-CRSP, de 23.12.2011, instaurado na Corregedoria Regional do Sudeste do Pará, que culminou com a instauração do Inquérito policial nº 164/2011.000150-9, para apurar a prática, em tese, de crime tipificado no artigo 316 do C.P.B., atribuído a servidora NILDE ROSA DA SILVA, Delegada de Polícia Civil, a qual teria exigido e recebido certa quantia em dinheiro para liberar o Sr. Paulo de Oliveira Lima e o veículo de propriedade da Sra. Francinete Lima dos Santos, fato ocorrido na Delegacia de São Domingos do Araguaia (PA), em 19/12/2011 e demais fatos conexos;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar o ilícito administrativo atribuído a servidora em questão, através da instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de proceder à fiel apuração dos fatos, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

I – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no que dispõe o artigo 91, da Lei nº 022/94, figurando como acusada a servidora NILDE ROSA DA SILVA (Mat. 54189010/1), Delegada de Polícia Civil, pela prática, em tese, da conduta acima descrita que, se comprovada, constitui transgressão disciplinar prevista no artigo 74, incisos XIII, XXV, XXXIV, XXXV e XXXIX, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores;

II – DESIGNAR os servidores ROBERTO CARLOS DA SILVA QUEIROZ, IZABEL PEREIRA GOMES e HELVIA CRISTINA PESSOA DE MELLO, Delegados de Polícia Civil, para, através de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência do primeiro e em comissão, apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, as acusações citadas contra a servidora em questão, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

III – Deliberar que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente às autoridades e Órgãos da Administração Pública, ou proceder a diligências indispensáveis à instrução processual;

IV – A Corregedoria Geral da Polícia Civil e às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

Delegado Geral da Polícia Civil.

PORTARIA Nº 067/2011-DGPC/PAD
BELÉM, 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94 (Lei Orgânica da Polícia Civil) e alterações posteriores...

CONSIDERANDO os Autos do Inquérito Policial nº 00442/2011.000121-4, de 10/11/2011, instaurado na Depol de Paragominas, para apurar a prática de crime previsto no art. 312 § 1º, do C.P.B., atribuído ao servidor RAIMUNDO CARLOS DE MELO MENDONÇA, Investigador de Polícia Civil, em razão de, em tese, substituição de 02 (dois) pneus novos da VTR L 200, placa JUH-6197, prefixo 222 por pneus desgastados, os quais foram encontrados na borracharia denominada "Portugal", de propriedade Jonato Oliveira Silva, onde teriam sido deixados para que fossem vendidos, fato ocorrido em 09/11/2011 e demais fatos conexos;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar o ilícito administrativo atribuído a servidora em questão, através da instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de proceder à fiel apuração dos fatos, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

I – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no que dispõe o artigo 91, da Lei nº 022/94, figurando como acusado o servidor RAIMUNDO CARLOS DE MELO MENDONÇA, (Mat. 51472391/1), Investigador de Polícia Civil, pela prática, em tese, da conduta acima descrita que, se comprovada, constitui transgressão disciplinar prevista no artigo 74, incisos IX, XIII, XXXIV, XXXIX e XLV, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores;

II – DESIGNAR os servidores IZABEL PEREIRA GOMES, ROBERTO CARLOS DA SILVA QUEIROZ, Delegados de Polícia Civil e MARINÊS DE JESUS LOPES, Escrivã de Polícia Civil, para, através de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência do primeiro e em comissão, apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, as acusações citadas contra o servidor em questão, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

III – Deliberar que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente às autoridades e Órgãos da Administração Pública, ou proceder a diligências indispensáveis à instrução processual;

IV – A Corregedoria Geral da Polícia Civil e às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

Delegado Geral da Polícia Civil.

PORTARIA Nº0631/11 -GAB/CORREGEPOL DE
26/12/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326259

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias da fuga de 09 (nove) presos da DP de Rondon do Pará, em 09/12/11, o que gerou o IPL nº 00074/2011.000241-3, conforme anexos.

CONSIDERANDO:que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.

DPC - CARMEN SUELY SOUZA DA SILVA - Lotação - Paragominas (Corregedoria)

A Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE

NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA

Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0632/11 -GAB/CORREGEPOL DE
26/12/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326261

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias da fuga do preso: LINDOMAR MAUES ANDRÉ e outros, da DP de Abaetetuba em 12/12/11, fato que gerou o IPL nº. 123/2011.001001-1, conforme Of. nº 1118/11/SRBT, anexo.

CONSIDERANDO:que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.

DPC - MARCUS VENICIUS S.S.NASCIMENTO - Lotação - Vila dos Čabanos (Corregedoria)

A Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE

NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA

Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0633/11 -GAB/CORREGEPOL DE
26/12/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326265

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias da fuga do preso: EDIVALDO DO CARMO GAMA E SILVA, da DP Jaderlândia, em 20/12/11, fato que gerou o IPL nº. 24/2001.000301-4, conforme Of. nº. 239/2011/DPJ e anexos.

CONSIDERANDO:que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que

no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.
DPC - LENA VANIA DE MATOS CAVALCANTE PONCADILHA -
Lotação - Corregedoria
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA
Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0634/11 -GAB/CORREGEPOL DE 26/12/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326266

CONSIDERANDO: o teor do Despacho/COINT/CGPC de 21/12/11, referente ao Of. nº. 0558/2011/CRSP, que encaminha cópia do IPL nº. 00092/2011.000123-6/DEAM/Parauapebas, onde figura como vítima de violência doméstica a Srª. FABIANA DA COSTA SILVA, e como indiciado o servidor: ELIEL VANDERLAN GOMES DA SILVA, lotado à época na DP de Curionópolis, fato ocorrido em 12/10/11, conforme anexos.

CONSIDERANDO:que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.

DPC - RENATO LOPES TARALLO - Lotação - Marabá (Corregedoria) À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA

Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0635/11 -GAB/CORREGEPOL DE 27/12/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326269

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias do acidente de trânsito com vítimas fatais, ocorrido em 20/11/11, nesta Capital, resultante da colisão entre dois veículos, onde um era conduzido pela servidora: RENATA PIMENTEL DANTAS, lotada na Região do Salgado, fato que gerou o IPL nº. 00346/2011.000253-3/Decrif, conforme anexos.

CONSIDERANDO:que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.

DPC - CLAUDIA CRISTINA BECHARA SOBRAL - Lotação - Corregedoria (Div.de

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA

Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0636/11 -GAB/CORREGEPOL DE 27/12/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326270

CONSIDERANDO: o teor do BOP nº 00155/2010.001065-4, onde o servidor: RICARDO SOUSA AMADOR, relata que teria efetuado um disparo de arma de fogo, vindo a atingir, em tese, acidentalmente, o Sr. LUIS CARLOS DOS SANTOS FERREIRA, fato ocorrido em 29/07/2010, em via pública, no Município de Breu Branco, conforme Of. nº. 131/2011/MP/PJBB e anexos.

CONSIDERANDO:que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.

DPC - RENATO LOPES TARALLO - Lotação - Marabá (Corregedoria) À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA

Corregedora Geral da Polícia Civil

CONCLUSÕES DE APURAÇÕES ADMINISTRATIVAS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326294

PORTARIA Nº 01718/2011-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 26/12/2011

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI-0168/11-GAB/CGPC de 04/04/11, que apurou as circunstâncias da fuga de 03 (três) presos de Justiça, da DP de Novo Progresso, ocorrida em 17/02/11, conforme portaria instauradora.

CONSIDERANDO: não haver indícios da prática de transgressão disciplinar.

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI-0168/11-GAB/CGPC de 04/04/11, com fundamento no artigo 90, inciso I da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores. À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE

Coordenador(a) do Interior

PORTARIA Nº 01719/2011-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 26/12/2011

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI-0276/11-GAB/CGPC de 16/05/11, que apurou as circunstâncias da fuga de 10 (dez) presos de Justiça, ocorrida em 10/04/11 na DP de Novo Progresso, conforme portaria instauradora

CONSIDERANDO: não haver indícios da prática de transgressão disciplinar

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI-0276/11-GAB/CGPC de 16/05/11, com fundamento no artigo 90, inciso I da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE

Coordenador(a) do Interior

PORTARIA Nº 01720/2011-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 27/12/2011

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI-1262/09-GAB/CGPC de 30/11/09, que apurou a conduta funcional do servidor: IPC HÉRCULES DOS SANTOS ARAÚJO, acerca das denúncias formuladas por MÁRIO SÉRGIO FARIAS MACIEL, conforme portariainstauradora

CONSIDERANDO: não haver provas suficientes da prática de transgressão disciplinar

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI-1262/09-GAB/CGPC de 30/11/09, com fundamento no artigo 90, inciso I da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores. À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE

Coordenador(a) do Interior

PORTARIA Nº 01721/2011-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 27/12/2011

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI-0301/10-GAB/CGPC de 11/05/10, que apurou as circunstâncias da fuga de dois (02) presos de justiça da DP de GARRAFÃO DO NORTE, fato acontecido em 08.04.10, conforme portaria instauradora;

CONSIDERANDO: não haver indícios da prática de transgressão disciplinar

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI-0301/10-GAB/CGPC de 11/05/10, com fundamento no artigo 90, inciso I da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE

Coordenador(a) do Interior

PORTARIA Nº 01722/2011-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 27/12/2011

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI-0536/10-GAB/CGPC de 03/08/10, que apurou o teor do Ofício nº 0349/2010/CRPC/BMA, encaminhando cópia do IPL nº 69/2010.000147-3/DP Obidos, contendo indícios de envolvimento de policiais civis lotados em Unidades daquela Superintendência; conforme portaria instauradora

CONSIDERANDO: não haver a incidência de transgressão disciplinar por parte de servidores

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI-0536/10-GAB/CGPC de 03/08/10, com fundamento no artigo 90, inciso I da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE

Coordenador(a) do Interior

PORTARIA Nº 01723/2011-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 27/12/2011

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI-0374/11-GAB/CGPC de 07/07/11, que apurou as circunstâncias da fuga de seis (06) presos de Justiça da DP de Vizeu, ocorrida em 26.06.2011, conforme portaria instauradora

CONSIDERANDO: não haver indícios da prática de transgressão disciplinar

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI-0374/11-GAB/CGPC de 07/07/11, com fundamento no artigo 90, inciso I da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE

Coordenador(a) do Interior

PORTARIA Nº 01724/2011-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 27/12/2011

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI-0436/11-GAB/CGPC de 18/08/11, que apurou as circunstâncias da fuga do preso: EDMAR MARCELINO ARAÚJO, no dia 21.07.2011, da DP de Redenção, conforme portaria instauradora

CONSIDERANDO: não haver indícios da prática de transgressão disciplinar

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI-0436/11-GAB/CGPC de 18/08/11, com fundamento no artigo 90, inciso I da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE

Coordenador(a) do Interior

PORTARIA Nº163/2011-DGPC/PAD/DIVERSOS DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326148

CONSIDERANDO:os termos do artigo 98 da Lei 022/94, que confere ao Delegado Geral da Polícia Civil competência para julgamento de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO:a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA Nº. 031/2006-

DGPC/PAD, de 04/09/2006, para apurar irregularidade funcional atribuída ao servidor JOSE ROBERTO BARROS DE SOUSA, Investigador de Polícia Civil, conforme consta na portaria instauradora;

CONSIDERANDO:o Relatório final firmado pela Comissão Processante, que após cumprir todos os atos legais, entendeu, com base nas provas carreadas para o bojo dos autos pelo arquivamento do presente processo;

CONSIDERANDO:o teor do Exame e Parecer nº 1014/2011-CONJUR, de 05/08/2011, que após análise dos autos, recomendou o arquivamento do processo, por não existir nos autos provas suficientes e seguras para embasar uma sanção disciplinar ao servidor acusado;

RESOLVE:I – Determinar, com base no que dispõe o artigo 90, inciso I da Lei Complementar 022/94, o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar nº 031/2006-DGPC/PAD, de 04/09/2006, em que figurou como acusado o servidor JOSE ROBERTO BARROS DE SOUSA, Investigador de Polícia Civil;

II – À Corregedoria Geral da Polícia Civil para que adote as providências de estilo para o pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

Delegado Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 164/2011-DGPC/DIVERSOS DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326155

CONSIDERANDO:os autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2010-DGPC/PAD, de 23/02/2010, instaurado com o objetivo de apurar a transgressão disciplinar imputada aos servidores AELSON DE BARROS GARCIA e EDWARD DA SILVA AARÃO JÚNIOR, Investigadores de Polícia Civil, acusados de terem praticados os crimes de lesões corporais nos presos Diego Santos de Oliveira e Sérgio da Silva Conceição e, exigido dinheiro para não prender Edna Ferreira dos Santos ;

CONSIDERANDO:que a Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2010-DGPC/PAD, de 23/02/2010, concluiu pela ABSOLVIÇÃO ANTECIPADA dos servidores AELSON DE BARROS GARCIA e EDWARD DA SILVA AARÃO JÚNIOR, Investigadores de Polícia Civil por falta de prova consistente, com base no art. 386, inciso II, do Código de Processo Penal Brasileiro;

CONSIDERANDO:que a Consultoria Jurídica, através dos Parecer nº 499/2011-CONJUR, de 15/04/2011, concordou com a conclusão da Comissão Processante, quanto a ABSOLVIÇÃO ANTECIPADA dos servidores AELSON DE BARROS GARCIA e EDWARD DA SILVA AARÃO JÚNIOR, Investigadores de Polícia Civil, com base na lei e na boa e vigente doutrina;

RESOLVE:I – Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2010-DGPC/PAD, de 23/02/2010, que apurou o possível cometimento de irregularidade funcional em desfavor dos servidores AELSON DE BARROS GARCIA e EDWARD DA SILVA AARÃO JÚNIOR, Investigadores de Polícia Civil ;

II - À Corregedoria Geral da Polícia Civil para que adote as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

Delegado Geral da Polícia Civil.

PORTARIA Nº165/2011-DGPC/DIVERSOS DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326167

CONSIDERANDO:os autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 019/2010-DGPC/PAD, de 11/05/2010, instaurada com o objetivo de apurar a transgressão disciplinar imputada ao servidor ANTÔNIO SÉRGIO VASCONCELOS MARTINS – Motorista Policial Civil, o qual foi indiciado pela prática, em tese, de crimes previstos nos artigos 317, § 1º e Art. 351 § 4º do CPB, fato ocorrido no município de Conceição do Araguaia;

CONSIDERANDO:que a Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 019/2010-DGPC/PAD, de 11/05/2010, concluiu pelo ARQUIVAMENTO do citado Processo, embasada no princípio do livre convencimento, ante a insuficiência de provas;

CONSIDERANDO:que a Consultoria Jurídica, através dos Parecer nº 1005/2011-CONJUR, de 28/07/2011, concordou com a conclusão da Comissão Processante, quanto ao ARQUIVAMENTO, face ao princípio do livre convencimento e insuficiência de provas;

RESOLVE:I – Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 019/2010-DGPC/PAD, de 11/05/2010, que apurou o possível cometimento de irregularidade funcional em desfavor do servidor ANTÔNIO SÉRGIO VASCONCELOS MARTINS – Motorista Policial Civil ;

III - À Corregedoria Geral da Polícia Civil para que adote as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

Delegado Geral da Polícia Civil.

PORTARIA Nº157/2011-DGPC/PAD/DIVERSOS DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326134

CONSIDERANDO:os termos do artigo 98 da Lei 022/94, que confere ao Delegado Geral da Polícia Civil competência para julgamento de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO:a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA Nº. 037/2009-DGPC/PAD, de 10/11/2009, para apurar irregularidade funcional atribuída ao então servidor EDWARD CLAUDIO VALENTE DE

MOURA, ocupante do cargo de Investigador de Polícia Civil, conforme consta na portaria instauradora;
CONSIDERANDO: o Relatório final firmado pela Comissão Processante, que após cumprir todos os atos legais, entendeu, com base nas provas carreadas para o bojo dos autos, pela inexistência de provas suficientes de participação do então servidor, sugerindo o arquivamento do Processo;
CONSIDERANDO: o teor do Exame e Parecer nº 667/2011-CONJUR, de 27/05/2011, que após análise dos autos, acatou o entendimento da Comissão Processante pelo arquivamento do Processo;
RESOLVE: I – Determinar, com base no que dispõe o artigo 90, inciso I da Lei Complementar 022/94, o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar nº 037/2009-DGPC/PAD, de 10/11/2009, em que figurou como acusado o ex-servidor EDWARD CLAUDIO VALENTE DE MOURA;
II – À Corregedoria Geral da Polícia Civil para que adote as providências de estilo para o pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
NILTON JORGE BARRETO ATAYDE
Delegado Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº154/2011-DGPC/PAD/DIVERSOS DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326137

CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;
CONSIDERANDO: os termos do Ofício nº 015/2011-DGPC/PAD, de 02/12/2011, subscrito pela DPC IVETE PINHEIRO, Presidente da Comissão, por meio do qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do PAD instaurado através da PORTARIA Nº 017/2011-DGPC/PAD, de 12/04/2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.898 de 19/04/2011;
RESOLVE: I – REDESIGNAR A COMISSÃO composta pelos servidores IVETE PINHEIRO, ITAMAR ARAÚJO DANTAS e ISOMARY ANDRADE REGIS MONTEIRO, Delegados de Polícia Civil, respectivamente Presidente e Membros, para dar continuidade aos trabalhos apuratórios, visando à conclusão do PAD instaurado através da PORTARIA Nº 017/2011-DGPC/PAD, de 12/04/2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.898 de 19/04/2011, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 14/12/2011.
II – À Corregedoria Geral da Polícia Civil e à Diretoria de Administração para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
NILTON JORGE BARRETO ATAYDE
Delegado Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº156/2011-DGPC/PAD/DIVERSOS DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326122

CONSIDERANDO: os termos do artigo 98 da Lei 022/94, que confere ao Delegado Geral da Polícia Civil competência para julgamento de Processo Administrativo Disciplinar;
CONSIDERANDO: a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA Nº. 027/2008-DGPC/PAD, de 15/10/2008, para apurar denúncia de irregularidade funcional apontada em desfavor dos servidores DPC DAVID LEÃO DOS SANTOS, IPC IRIVALDO XAVIER SOARES, IPC JOÃO QUIRINO LIMA DA SILVA e MPC EDERVALDO GODINHO QUINTELA, acusados pela prática, em tese, de transgressão disciplinar, conforme consta na portaria instauradora;
CONSIDERANDO: o Relatório firmado pela Comissão Processante, que após cumprir todos os atos legais, entendeu, com base nas provas carreadas para o bojo dos autos, pela responsabilidade do servidor DPC DAVID LEÃO DOS SANTOS, por cometimento das transgressões previstas no art. 74, incisos VII e XLI da Lei Complementar nº 022/94, ressaltando a ocorrência da prescrição, e pugnou pela absolvição dos servidores IPC IRIVALDO XAVIER SOARES, IPC JOÃO QUIRINO LIMA DA SILVA e MPC EDERVALDO GODINHO QUINTELA.

CONSIDERANDO: o teor do Exame e Parecer nº 095/2010-CONJUR, de 30/12/2010, que após análise dos autos, acatou o entendimento da Comissão Processante pela ocorrência do instituto da prescrição.

RESOLVE: I – Acatar o teor do Exame e Parecer nº 095/2010-CONJUR, quanto a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva com relação ao servidor DAVID LEÃO DOS SANTOS, Delegado de Polícia Civil, devendo ser observado o disposto no art. 226 da Lei nº 5.810/94.

II- Determinar, com base no que dispõe o artigo 90, inciso I da Lei Complementar 022/94, o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar nº 027/2008-DGPC/PAD, de 15/10/2008, em que figuram como acusados os servidores, IPC IRIVALDO XAVIER SOARES, IPC JOÃO QUIRINO LIMA DA SILVA e MPC EDERVALDO GODINHO QUINTELA, face a absolvição antecipada destes.

III – À Corregedoria Geral da Polícia Civil para que adote as providências de estilo para o pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
NILTON JORGE BARRETO ATAYDE
Delegado Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 0155/2011-DGPC/PAD/DIVERSOS DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326115

CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;
CONSIDERANDO: os termos do Ofício nº 033/2011-DGPC/PAD, de 01/12/2011, subscrito pelo DPC ITAMAR ARAÚJO DANTAS, Presidente da Comissão, por meio do qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do PAD instaurado através da PORTARIA Nº 027/2011-DGPC/PAD, de 26/05/2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.932 de 08/06/2011;
RESOLVE: I – REDESIGNAR A COMISSÃO composta pelos servidores ITAMAR ARAÚJO DANTAS e IVETE PINHEIRO, Delegados de Polícia Civil e MÁRCIA BATISTA DE OLIVEIRA, Escrivã de Polícia Civil, respectivamente Presidente e Membros, para dar continuidade aos trabalhos apuratórios, visando à conclusão do PAD instaurado através da PORTARIA Nº 027/2011-DGPC/PAD, de 16/05/2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.932 de 08/06/2011, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 05/12/2011;

II – À Corregedoria Geral da Polícia Civil e à Diretoria de Administração para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
NILTON JORGE BARRETO ATAYDE
Delegado Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0153/2011-DGPC/PAD/DIVERSOS DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326109

CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;
CONSIDERANDO: os termos do Ofício nº 011/2011-DGPC/PAD, de 02/12/2011, subscrito pela DPC IVONE FERNANDES SHERRING, Presidente da Comissão, por meio do qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do PAD instaurado através da PORTARIA Nº 050/2011-DGPC/PAD, de 27/09/2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 32.015 de 07/10/2011;
RESOLVE: I – CONCEDER 60 (sessenta) dias de prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado através da PORTARIA Nº 050/2011-DGPC/PAD, de 27/09/2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 32.015, de 07/10/2011, conforme preceitua o artigo 96, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores, a contar de 06/12/2011;

II – À Corregedoria Geral da Polícia Civil e à Diretoria de Administração para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
NILTON JORGE BARRETO ATAYDE
Delegado Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº167/2011-DGPC/DIVERSOS DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326183

CONSIDERANDO: os termos do artigo 98 da Lei 022/94, que confere ao Delegado Geral da Polícia Civil competência para julgamento de Processo Administrativo Disciplinar;
CONSIDERANDO: os autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2011-DGPC/PAD, de 31/01/2011, instaurado com o objetivo de apurar a transgressão disciplinar imputada ao servidor JOSÉ CONCEIÇÃO CORREA – Delegado de Polícia Civil, acusado em tese, de transgressão disciplinar prevista no artigo 74, incisos XIII, XXXIV, XXXV e XXXIX, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores;
CONSIDERANDO: que a Comissão Processante, em seu relatório ao final dos trabalhos, concluiu que o servidor JOSÉ CONCEIÇÃO CORREA – Delegado de Polícia Civil, incorreu em violação da norma administrativa por transgressão disciplinar prevista no artigo 74, incisos XIII e XXXV da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO: os termos do Exame e Parecer nº 784/2011-CONJUR, de 14/06/2011, firmado pela DPC Ambrosina Filocreão, concordou com a Comissão quanto a responsabilidade administrativa do servidor DPC JOSÉ CONCEIÇÃO CORREA, que poderá ser aplicada baseada no artigo 74, incisos XIII, XXXV da Lei Complementar nº 022/94, em tudo observado o art. 77 da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores;
CONSIDERANDO: que a conduta do agente violou a norma administrativa, porém seguindo a orientação do STJ e com fundamento no artigo 77, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores, que autoriza observar se a conduta do servidor resultou dano ao serviço público, as circunstâncias atenuantes e os antecedentes funcionais, que no caso concreto constituem circunstâncias que militam a favor do servidor, justificando a aplicação da pena de suspensão;

RESOLVE: I – APLICAR a penalidade de 60 (sessenta) dias de suspensão ao servidor JOSÉ CONCEIÇÃO CORREA – Delegado de Polícia Civil, com base no que dispõe o artigo 88, inciso II, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores, a qual deverá, em razão da conveniência para o serviço público, ser convertida em multa, com fundamento no disposto no artigo 79, § 1º, da Lei Complementar nº 022/94;

II – À Corregedoria Geral da Polícia Civil para que adote as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
NILTON JORGE BARRETO ATAYDE
Delegado Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº168/2011-DGPC/PAD DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326187

CONSIDERANDO: os termos do artigo 98 da Lei 022/94, que confere ao Delegado Geral da Polícia Civil competência para julgamento de Processo Administrativo Disciplinar;
CONSIDERANDO: os Autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 041/2009-DGPC/PAD, de 30/11/2009, com o fito de apurar irregularidades funcionais atribuídas aos servidores JOÃO SOUZA ALVES e DANIEL ALHO DE NÉVOA, Investigadores de Polícia Civil;
CONSIDERANDO: que há um Processo Judicial tramitando na esfera penal, a Comissão Processante, solicitou o SOBRESTAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar nº 041/2009-DGPC/PAD, de 30/11/2009, com base no Princípio da Precaução até que seja prolatada a sentença pelo Juízo de Direito da Vara de Entorpecente e Combate às Organizações Criminosas/Comarca de Belém/TJE-PA;
CONSIDERANDO: que a Consultoria Jurídica através do Exame e Parecer nº 173/2011, de 02/02/2011, manifestou-se pela concessão do pedido do SOBRESTAMENTO do processo e, com base na doutrina vigente concordou com a Comissão Processante;
RESOLVE: I – SOBRESTAR o Processo Administrativo Disciplinar nº 041/2009-DGPC/PAD, de 30/11/2009, figurando como acusados os servidores JOÃO SOUZA ALVES e DANIEL ALHO DE NÉVOA, Investigadores de Polícia Civil;
II – À Corregedoria Geral da Polícia Civil, para que adote as providências de estilo para o pleno cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
NILTON JORGE BARRETO ATAYDE
Delegado Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0625/11 -GAB/CORREGEPOL DE 22/12/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326238

CONSIDERANDO: a necessidade de identificar e individualizar a conduta de policial civil lotado na DP de Breves, que segundo declarações dos Srs.: IDENY DE SOUZA RODRIGUES, FELIPE DE SOUZA RODRIGUES, DANIEL SOUZA RODRIGUES e ERIVELTON DE SOUZA RODRIGUES, teria, em tese, na companhia de outros policiais, praticado agressão física contra os declarantes conforme anexos.

CONSIDERANDO: que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.

DPC - CLAUDIA CRISTINA BECHARA SOBRAL - Lotação - Corregedoria (Div.de
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA
Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0626/11 -GAB/CORREGEPOL DE 22/12/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326243

CONSIDERANDO: o teor do Despacho/COINT/CGPC de 20/12/11, referente ao Of. s/nº/2011/DPCA, comunicando a existência de 103 (cento e três) procedimentos penais inconclusos e 120 (cento e vinte) processos para cumprimento de diligências sem andamento, do ano de 2005 a 2011, sob a presidência de diversas autoridades policiais, à época, lotadas na DP de Almeirim, conforme relação em anexo.

CONSIDERANDO: que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.

DPC - IZABEL CRISTINA MENDES CHAVES - Lotação - Corregedoria (Div.de Disciplina)

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA
Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0627/11 -GAB/CORREGEPOL DE 22/12/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326248

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias da fuga do preso de justiça: FRANCISCO DA SILVA ALCÂNTARA e outros, da DP de Breu Branco no dia 21/04/11, o que gerou a instauração do IPL nº 155/2011.000053-5; conforme Despacho/COINT/CGPC de 21/12/11 e anexos.

CONSIDERANDO: que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.

DPC - RENATO LOPES TARALLO - Lotação - Marabá (Corregedoria)
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA
Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0628/11 -GAB/CORREGEPOL DE 22/12/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326250
CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias da fuga dos presos: REGINALDO FERREIRA DO NASCIMENTO e JONATAN DE SOUSA NAZARETH, da DP de Rio Maria em 10/12/11, fato que gerou o IPL nº 209/2011.000136-1, conforme Despacho/COINT/CGPC de 21/12/11 e Of. nº. 127/2011/CRAP, anexo.
CONSIDERANDO:que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.
DPC - PAULO CESAR MELO DA SILVA - Lotação - Redenção (Superintendência)
A Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA
Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0629/11 -GAB/CORREGEPOL DE 26/12/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326253
CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias da fuga do preso de Justiça: ABRAÃO DOS SANTOS PACHECO, da Seccional da Sacramenta, em 21/12/11, fato que gerou o IPL nº. 346/2011.000267-7Decrif, conforme Of. nº 765/2011/SUSAC e anexos.
CONSIDERANDO:que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.
DPC - MARIA DO SOCORRO VIEIRA MARQUES - Lotação - Corregedoria (Div.de
A Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA
Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº0630/11 -GAB/CORREGEPOL DE 26/12/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326256
CONSIDERANDO: o teor do BOP nº 00005/2011.009559-7, onde o servidor: PAP. RAIMUNDO NONATO FERREIRA GONÇALVES, comunica o furto da Pistola Taurus, Cal. .40, NP 18740, Nº. Série SZH 84232, cautelada em seu nome, do interior de sua residência, em 29/10/11, conforme anexos.
CONSIDERANDO:que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna, sob a presidência do(a) Delegado(a) abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a apuração.
DPC - VALDEREZ MARIA SOUZA DA SILVA - Lotação - Corregedoria (Div.de Disciplina)
A Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
NILMA MARIA NASCIMENTO LIMA
Corregedora Geral da Polícia Civil

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325881
PORTARIA: 1296/11 DRF
Objetivo: Realizar reforço policial.
Fundamento Legal: Lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, artigos 145 a 149.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Soure/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5887054/Luiz Arlan de Almeida Costa (ipc) / 2.5 diárias (Completa) / de 16/12/2011 a 18/12/2011
5411815/Rui Guilherme Cruz Neves (ipc) / 2.5 diárias (Completa) / de 16/12/2011 a 18/12/2011<br
Ordenador: NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325886
PORTARIA: 1297/11 DRF
Objetivo: Realizar diligencia policial.
Fundamento Legal: Lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, artigos 145 a 149.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Agua Azul do Norte/PA - Brasil<br
Servidor(es):
54183807/Amarildo Leite dos Santos (epc) / 2.5 diárias (Completa) / de 01/12/2011 a 03/12/2011
54189056/Antonio Carlos da Silva Monteiro (ipc) / 2.5 diárias (Completa) / de 01/12/2011 a 03/12/2011
5835224/José Eduardo Rollo da Silva (dpc) / 2.5 diárias (Completa) / de 01/12/2011 a 03/12/2011
5410606/Rogério da Silva Brito (ipc) / 2.5 diárias (Completa) / de 01/12/2011 a 03/12/2011<br
Ordenador: NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325889
PORTARIA: 1298/11 DRF
Objetivo: Realizar reforço policial.
Fundamento Legal: Lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, artigos 145 a 149.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Salinópolis/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5865794/Elias Ribeiro dos Santos (ipc) / 1.0 diárias (Completa) / de 11/12/2011 a 11/12/2011
57190408/José Mattos Brito de Carvalho Neto (ipc) / 1.0 diárias (Completa) / de 11/12/2011 a 11/12/2011
5692920/Roberto Carlos Pimenta de Souza (ipc) / 1.0 diárias (Completa) / de 11/12/2011 a 11/12/2011
5619262/Romulo de Sousa Valente (ipc) / 1.0 diárias (Completa) / de 11/12/2011 a 11/12/2011<br
Ordenador: NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325913
CONSIDERANDO:os termos da Lei Complementar n º 022, de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;
CONSIDERANDO:os termos do Decreto nº 2.235, de 16/07/1997, em seu artigo 1º, alínea “d”, combinado com o disposto na Instrução Normativa nº 001-SEAD, de 31/03/2003, em seu artigo 1º, §§ 1º e 5º;
RESOLVE :I – REVOGAR, os termos da Portaria 021/2011-DGPC/DIVERSOS, de 06/01/2011, que colocou à disposição da Superintendência do Sistema Penitenciário/ SUSIPE, o servidor ALDEMAR JESUS CARDOSO JÚNIOR, Investigador de Polícia Civil, matrícula nº. 54189350/ 1, a contar de 15/12/2011;
II – COLOCAR o servidor ALDEMAR JESUS CARDOSO JÚNIOR, Investigador de Polícia Civil, matrícula nº. 54189350/ 1, à disposição do Gabinete do Delegado Geral Adjunto – DGA, para fins de lotação;
III – Determinar às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
NILTON JORGE BARRETO ATAYDE
Delegado Geral da Polícia Civil

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325856
PORTARIA: 1294/11 DRF
Objetivo: Realizar reforço policial.
Fundamento Legal: Lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, artigos 145 a 149.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Salinópolis/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5553083/Alba Lucia Nunes de Carvalho (epc) / 3.0 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 31/12/2011
66206/Boaventura Rodrigues Filho (pp) / 3.0 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 31/12/2011
5332133/Claudio Benedito Coutinho de Souza (ipc) / 3.0 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 31/12/2011
60399/Elian de Fátima Araujo Ferreira (ipc) / 3.0 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 31/12/2011
5113253/Marcos Antonio de Queiroz Lemos (dpc) / 3.0 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 31/12/2011
5331846/Maria do Perpetuo Socorro Soeiro (ipc) / 3.0 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 31/12/2011
58181/Raimundo do Nascimento Gonçalves (pp) / 3.0 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 31/12/2011
61832/Regina Ferreira da Silva (ipc) / 3.0 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 31/12/2011<br
Ordenador: NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

TORNAR SEM EFEITO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325867
Tornar sem efeito: a portaria nº1289/11-DGPC/OD/DRF DE 21/12/2011 , sob código de publicação 324763 de 28/12/2011.
TORNAR SEM EFEITO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325873
Tornar sem efeito: a portaria nº1292/11-DGPC/OD/DRF de 21/12/2011, sob o código de publicação 324525 de 27/12/2011.

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326074
ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 210247
PORTARIA: 101/2011-DRF
Objetivo: PARTICIPAR DE PAD 045/2005.
Fundamento Legal: A LEI 5.810 DE 24/01/1994 (RJU) SEÇÃO V, ART. 145 A 149.
Origem: REDENÇAO/PA - BRASIL
Destino(s):
Belem/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5599806/ANTÔNIO NICOLAU NETO (DPC) / 1.5 diárias (Completa) / de 23/03/2011 a 24/03/2011
5038570/CARLOS AUGUSTO MOTA LIMA (DPC) / 1.5 diárias (Completa) / de 23/03/2011 a 24/03/2011
5415128/OTTO HENRIQUE DIAS WIRTZ (DPC) / 1.5 diárias (Completa) / de 23/03/2011 a 24/03/2011
5331307/PEDRINA MARIA MORHY GUEDES (EPC) / 1.5 diárias (Completa) / de 23/03/2011 a 24/03/2011

5242665/RAQUEL RODRIGUES ALVES SÁ (EPC) / 1.5 diárias (Completa) / de 23/03/2011 a 24/03/2011<br
Ordenador: NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326053
ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 310529
PORTARIA: 1109
Objetivo: REALIZAR DILIGÊNCIA POLICIAL
Fundamento Legal: Lei 5.810 de 24/01/1994(RJU), Seção V, artigos 145 a 149.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Concordia do Pará/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5618576/ANTONIO JEFFERSON BARRAL COSTA (MPC) / 2.5 diárias (Completa) / de 03/11/2011 a 05/11/2011
3164535/AUGUSTO CESAR GIL CARDOSO (IPC) / 2.5 diárias (Completa) / de 03/11/2011 a 05/11/2011
5826454/FRANCISCO CARLOS FAGUNDES CAMPOS (EPC) / 2.5 diárias (Completa) / de 03/11/2011 a 05/11/2011
5395160/VANILDO COSTA DE OLIVEIRA (DPC) / 2.5 diárias (Completa) / de 03/11/2011 a 05/11/2011<br
Ordenador: NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326061
ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 312368
PORTARIA: 1128/11 DRF
Objetivo: Realizar diligência policial.
Fundamento Legal: Lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, artigos 145 a 149.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
cumaru do norte/PA - Brasil<br
Servidor(es):
55590300/fernando luis moraes da camara (TGIE) / 4.0 diárias (Completa) / de 05/07/2011 a 09/07/2011
5453151/Raimundo da Costa Monteiro (mpc) / 4.0 diárias (Completa) / de 05/07/2011 a 09/07/2011<br
Ordenador: NILTON JORGE BARRETO ATAYDE

Polícia Militar

CANCELAMENTO DE PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326087
RESUMO DE PORTARIA Nº 468-DF-2011-SUP.DE FUNDO
CANCELADA EM RAZÃO DE TER EXTRAPOLADO O PRAZO PARA APLICAÇÃO, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL Nº 31.972 DE 05.08.2011.

PORTARIA Nº 132 – DAL.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326271
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
COMANDO GERAL * DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO**
O Comandante Geral da PMPA, usando das atribuições que lhe são conferidas em lei.
RESOLVE:
ART. 1º - NOMEAR O COMANDANTE DO CPR – VII (Capanema), fiscal do Contrato Administrativo nº. 052/2008 de locação de Imóvel no Município de Capanema-PA para abrigar a Sede do CPR – VII, em que é locador o Srº JOSÉ DA SILVA FREITAS, em substituição ao MAJ QOPM RG. 24937 WAGNER PEREIRA WANDERLEY.
ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Belém, 23 de novembro de 2011
MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO – CEL QOPM
Comandante Geral da PMPA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326305
Termo Aditivo: 4
Data de Assinatura: 21/12/2011
Valor: 7.739,03
Vigência: 23/12/2011 a 22/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato original, nos termos do art. 57, II da Lei Federal no. 8.666/93, bem como reajustar em 5,9501% o valor do aluguel do imóvel, passando para R\$ 7.739,03 (sete mil, setecentos e trinta e nove reais e três centavos) mensais.
Contrato: 53-07
Exercício: 2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
06181118426060000 339036 0101000000 Estadual
Contratado: Nicoletta Mariantonia Crispino
Endereço: R Aristides Lobo, Bairro: Campina, 959
CEP. 66017-010 - Belém/PA
Telefone: 9191146586
Ordenador: Mário Alfredo Souza Solano

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325927
CONTRATO: 54-11

Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de gerenciamento de unidades consumidoras, com utilização de cartão magnético e com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustível para frota, máquinas e equipamentos pertencentes ou sob responsabilidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, em conformidade com as especificações, qualidades, eficiência e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência(Anexo I do Edital)do processo licitatorio SEAD/DEL/SRP 16/2011.
Valor Total: 2.000.000,00
Data Assinatura: 29/12/2011
Vigência: 29/12/2011 a 28/12/2012
Registro de Preços: 16/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
06122012546680000 339030 0101000000 Estadual
Contratado: DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA.
Endereço: Rod Artur Bernardes, 151
CEP. 66115-000 - Belém/PATelefone: 9132571840
Ordenador: HEGESIPO DONATO TEIXEIRA JUNIOR

Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325925

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 863/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 24/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
LUCIMAR SOARES DE SOUSA TECNICO EM
ENFERMAGEM 24/06/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325930

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 862/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 30/11/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
BRUNO COUTINHO LINO AGENTE PRISIONAL
30/05/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325915

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 863/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 23/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
REGINA LUCIA RODRIGUES DE MENDONÇA TECNICO
EM ENFERMAGEM 23/06/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325935

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 862/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 30/11/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
CLAUDETE TEIXEIRA DE SOUSA AGENTE
PRISIONAL 30/05/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325910

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 863/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 22/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
ALCINETE SA PEREIRA TECNICO EM
ENFERMAGEM 22/06/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325899

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 863/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 29/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
ADELAIDE MARIA CARVALHO LEAO TECNICO EM
ENFERMAGEM 29/06/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325893

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 863/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 28/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
MARILZA BRUCE GUERREIRO TECNICO EM
ENFERMAGEM 28/06/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325903

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 863/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 13/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
LUCIA AMELIA DURANS LEITE TECNICO EM
ENFERMAGEM 12/06/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325891

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 863/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 28/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
LEANDRO HENRIQUE MACEDO RAMOS TECNICO EM
ENFERMAGEM 28/06/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

PORTARIA Nº 861/2011 – GAB./SUSIPE
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326014
BELÉM, 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais etc.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93.
RESOLVE:
Designar o servidor MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA SANTOS, matrícula nº 5121272, a contar da presente data, como fiscal do Contrato Administrativo nº 039/2011/SUSIPE, cujo objeto é a prestação de serviço de telefonia para a SUSIPE, celebrado entre a empresa TNL PCS S/A e a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE.
Deliberar que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Superintendente do Sistema Penitenciário do Pará

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326313

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 806/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 30/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
SANDRO HENRIQUE PAIXAO PAVAO AGENTE
PRISIONAL 30/06/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326277

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 863/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 30/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
MADALENA DE JESUS SOUSA DOS SANTOS TECNICO
EM ENFERMAGEM 30/06/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326282

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 863/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 30/12/2011

Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
GILVANA CAMILO LIMA TECNICO EM
ENFERMAGEM 30/06/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326284

Órgao: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: PORTARIA Nº 806/2011-GAB.SUSIP
Data de Admissão: 30/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
VIVIANE NASCIMENTO DA SILVA AGENTE
PRISIONAL 30/06/2012
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Departamento de Trânsito do Estado do Pará

EXTRATO DE PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326287
PORTARIA Nº 5274/2011-DG/CDRH DE 23.12.2011

O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
DESIGNAR o servidor JORGE LUIZ FEITOSA PEREIRA, Coordenador de GestãO Orçamentária e Financeira, matrícula 5891868 /1, para responder pela Diretoria Geral, no período de 04.01.2012 a 16.01.2012, durante a ausência do titular, cumulativamente com a função que exerce.
ÁLVARO AYRES DE OLIVEIRA JUNIOR
Diretor Geral.

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326314
PORTARIA: 4820/2011

Objetivo: A fim de prevenir e reprimir a prática de infrações de trânsito nas vias locais, atendendo a solicitação da Promotoria de Justiça, daquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL
Destino(s):
Nova Timboteua/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572016541/Alberto Andrade da Cruz (Agente de Trânsito) / 4.5 diárias (Completa) / de 15/12/2011 a 19/12/2011
572018011/José Roberto Farias da Silva (Agente de Trânsito) / 4.5 diárias (Completa) / de 15/12/2011 a 19/12/2011
572013621/Leandro Oliveira Souza (Agente de Trânsito) / 4.5 diárias (Completa) / de 15/12/2011 a 19/12/2011
572033641/Maria do Socorro Farias da Silva (Agente de Trânsito) / 4.5 diárias (Completa) / de 15/12/2011 a 19/12/2011
572013821/Renata da Silveira Sousa (Agente de Trânsito) / 4.5 diárias (Completa) / de 15/12/2011 a 19/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326317
PORTARIA: 4821/2011

Objetivo: A fim de participar de reunião com o Diretor Geral do Detran.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: URUARA/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
58887791/Elizabete Riguetti Rigo (Gerente) / 3.5 diárias (Completa) / de 14/12/2011 a 17/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326110
PORTARIA: 4851/2011

Objetivo: A fim de realizar atendimento na área de habilitação e veículos, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Xinguara/PA - Brasil<br
Servidor(es):
555884811/Martinho Jorge Rodrigues Leal (Assistente Administrativo) / 11.5 diárias (Completa) / de 20/12/2011 a 31/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326116
PORTARIA: 4852/2011

Objetivo: A fim de participar da reunião com o Diretor Geral.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: MONTÉ DOURADO /PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
58558294/Joel Nepomuceno de Almeida (Gerente) / 2.5 diárias (Completa) / de 15/12/2011 a 17/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326168
PORTARIA: 4854/2011
Objetivo: A fim de cobrir o período de férias do vistoriador da agência, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BREVES/PA - BRASIL
Destino(s): Soure/PA - Brasil<br
Servidor(es): 555860223/Orlando Junior dos Santos Vieira (Vistoriador) / 14.5 diárias (Completa) / de 03/01/2012 a 17/01/2012<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326159
PORTARIA: 4853/2011
Objetivo: A fim de participar da reunião com o Diretor Geral do Detran.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: SANTARÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 58882521/Darlison Rego Maia (Gerente) / 2.5 diárias (Completa) / de 15/12/2011 a 17/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326017
PORTARIA: 4811/2011
Objetivo: A fim de realizar atendimento e retaguarda em processos de veículos, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Capitão Poço/PA - Brasil<br
Servidor(es): 571757501/Luana do Socorro Ribeiro Chaves (Aux. adm.) / 14.5 diárias (Completa) / de 01/12/2011 a 15/12/2011
571757831/Maria Clara das Neves (Aux. Adm.) / 14.5 diárias (Completa) / de 01/12/2011 a 15/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326020
PORTARIA: 4813/2011
Objetivo: A fim de realizar fiscalização do contrato administrativo as obras de sinalização, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Cametá/PA - Brasil<br
Servidor(es): 571941591/Marcelo Fadoul Saraiva (Eng, Eletric.) / 8.5 diárias (Completa) / de 12/12/2011 a 20/12/2011
32622191/Raimundo Euclides de Carvalho (TEC) / 8.5 diárias (Completa) / de 12/12/2011 a 20/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326023
PORTARIA: 4814/2011
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
Marcelo Henrique Cardoso Silva Assist. adm. 541903722
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
06181118425900000 0261000000 339039 357,62
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326033
PORTARIA: 4815/2011
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
Raimundo Euclides de Carvalho Tec. 32622191
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
06181118425900000 0261000000 339033 200,00
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325975
CONTRATO: 19
Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: Locação não residencial, referente ao imóvel urbano localizado no município de Castanhal/PA, destinado ao funcionamento da Agência de Trânsito do referido município.
Valor Total: 144.000,00
Data Assinatura: 28/12/2011
Vigência: 29/12/2011 a 28/12/2012
Dispensa: 7/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
06122012545340000 339036 0261000000 Estadual
Contratado: Waldemar Nunes

Endereço: Rod. BR 316, 1001
CEP. 68740-000 - Castanhal/PAComplemento: Av. Presidente Vargas
Telefone: 9181086095
Ordenador: ALVARO AYRES DE OLIVEIRA JÚNIOR
TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325976
Termo Aditivo: 5
Data de Assinatura: 29/12/2011
Vigência: 31/12/2011 a 30/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Alterar a Cláusula Quarta - Do Prazo de Locação, do Contrato Originário.
Contrato: 56
Exercício: 2007
Contratado: João Ferrari
Endereço: Av José Guerreiro, Bairro: Centro, 1850
CEP. 68270-000 - Oriximiná/PA
Telefone: 9335441170
Ordenador: ALVARO AYRES DE OLIVEIRA JÚNIOR

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326088
PORTARIA: 4849/2011
Objetivo: A fim de aplicar exames de trânsito durante o volante, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s): Santa Izabel/PA - Brasil<br
Servidor(es): 572003481/Carla Hortência Batista Dias (Agente de Trânsito) / 2.5 diárias (Completa) / de 09/12/2011 a 11/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326078
PORTARIA: 4752/2011

Objetivo: A fim de cumprir cronograma de ações de fiscalização programadas pela DTO, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s): Marudá/Marapanim/PA - Brasil<br
Servidor(es): 572020631/Ederson José da Silva e Silva (Ag. transito) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 03/01/2011
572272941/Edimilson da Conceição Silva (Ag. transito) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 03/01/2011
51438612/Evanildo dos Santos Moraes (Ag. transito) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 03/01/2011
541916182/Fábio Henrique Magno Monteiro (Ag. transito) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 03/01/2011
571750752/João Carlos Rodrigues da Silva (Ag. transito) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 03/01/2011
572020711/João Ricardo Machado Mendes Junior (Ag. transito) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 03/01/2011
572020031/Lindon Júlio Santiago dos Santos (Ag. transito) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 03/01/2011
572020071/Mário Sérgio Silva da Silva (Ag. transito) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 03/01/2011
572171761/Patrick Siqueira Ribeiro (Ag. transito) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 03/01/2011
572171831/Rudajar Vieira Cabral (Ag. transito) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/12/2011 a 03/01/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326105
PORTARIA: 4819/2011

Objetivo: A fim de prevenir e reprimir a prática de infrações de trânsito nas vias locais, para atender solicitação do ministério público.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: SANTARÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Altamira/PA - Brasil<br
Servidor(es): 572017701/Rodolfo Campos Sales (Ag transito) / 14.5 diárias (Completa) / de 05/12/2011 a 19/12/2011
571996102/Wladimir Carvalho Batista (Ag. de transito) / 14.5 diárias (Completa) / de 05/12/2011 a 19/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326101
PORTARIA: 4850/2011

Objetivo: A fim de participar de uma reunião extraordinária com o Diretor Geral do Detran.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: CAPITÃO POÇO/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 32643431/Raimundo Guedes Peixoto (Adm.) / 4.5 diárias (Completa) / de 12/12/2011 a 16/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA
DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326091
PORTARIA: 4817/2011
Objetivo: A fim realizar fiscalização do contrato administrativo referente às obras de sinalização, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94

Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Marapanim/PA - Brasil<br
Servidor(es): 32627071/Lília Maria Carvalho da Silva Dantas (TEC) / 6.5 diárias (Completa) / de 12/12/2011 a 18/12/2011
808455701/Warlenton Nazareno de Melo Brito (Assist. adm.) / 6.5 diárias (Completa) / de 12/12/2011 a 18/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326064

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e onze, o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN/PA reuniu-se na Secretaria de Estado de Segurança Pública – SEGUP (Rua Arcipreste Manoel Teodoro n.º 305, Belém – PA), contando com a presença dos seguintes integrantes: Antonio Fernando Carvalho de Oliveira representante suplente do DETRAN/PA; Roberto Ivo dos Anjos Barata representante suplente da Polícia Rodoviária Estadual; José Osmar de Albuquerque Rocha Neto representante titular da Polícia Militar; Erick Alexandre Martins Miranda representante suplente da Polícia Militar; Nilma Maria de Jesus da Fonseca Cardoso representante titular da Polícia Civil; Maria de Jesus da Fonseca Cardoso representante titular da Setran; Isaías Nascimento dos Reais representante suplente da CTBEL; Ana Nélia Mota Vinhote representante titular de Ananindeua; Ana Paula Peixeira Dias representante suplente de Ananindeua; Antônio Ferreira de Araújo representante titular de Marabá; Ilcilene Silva Oliveira representante de Castanhal; Lahiré Ávila de Moura representante suplente do município de Castanhal; Daniel Luís Carvalho representante titular da SINDICARPA; Raimundo Espírito Santo Esteves representante suplente do SDINDICARPA; José Antonio Duarte Dias representante titular da SINTRITUR; Edivaldo Brito Moraes representante suplente do SINTRITUR; Dêlcio Arthur Faria de Souza representante titular da SETRANS-BEL; Rosane Miranda Brito representante titular do SEST/SENAT; Maria Elenilda dos Santos representante suplente do SEST/SENAT; Cezar Augusto Machado de Oliveira e Souza representante titular da Polícia Rodoviária Federal, sob a presidência do Senhor Luiz Fernandes Rocha, Presidente do CETRAN/PA, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. ABERTURA DA REUNIÃO: Após a confirmação da existência de quorum regulamentar, a reunião foi aberta pelo conselheiro e representante suplente do DETRAN/PA, em substituição à Presidência o Senhor Antônio Fernando Carvalho de Oliveira. ORDEM DO DIA: O Conselheiro abriu a reunião cumprimentando a todos, e passando a palavra ao Assessor Técnico o Cap. PM Erick Miranda que explanou sobre as resoluções nº 390 e 391 do CONTRAN; o Conselheiro explicou a necessidade da visita de fiscalização aos municípios já integrados ao SNT, para saber quais conselheiros tem disponibilidade de realizar estas visitas. E informou que os conselheiros deverão enviar e-mail a secretaria do conselho se dispondo à viagem; o Assessor Técnico apresentou o relatório de visita técnica de municipalização ao Município de Igarapé-Miri, com o parecer positivo do conselho referente a integração deste municípios ao SNT; Para deliberação do colegiado foi exposto o assunto sobre qual procedimento acerca dos recursos encaminhados diretamente ao CETRAN, sem antes passar pela JARI dos órgão de fiscalização. Foi deliberado que estes processos deverão ser devolvidas ao recorrente, pelo próprio administrativo, informando o porque de não poder ser julgado o recurso; RELATO DE PROCESSOS: 1) Processo: n.º 2011.183/CETRAN/PA; Recorrente: Raimundo Ferreira dos Santos; Relator: Rosane Brito; Por UNANIMIDADE de votos, pelo PROVIMENTO, devendo ser ANULADA a penalidade aplicada. 2) Processo: n.º 2011.272/CETRAN/PA; Recorrente: Anderson martins dos Santos; Relator: Cezar Augusto Machado de Oliveira e Souza; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada. 3) Processo: n.º 2011.270/CETRAN/PA; Recorrente: Francis Aloysius Probst; Relator: Cezar Augusto Machado de Oliveira e Souza; Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada. 4) Processo: n.º 2011.186/CETRAN/PA; Recorrente: Edilson Augusto Vieira Flexa; Relator: Rosane Brito; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada. 5) Processo: n.º 2011.188/CETRAN/PA; Recorrente: Leonardo Carvalho e Mota; Relator: Rosane Brito; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada; 6) Processo: n.º 2011.231/CETRAN/PA; Recorrente: Claydson Lima da Rocha; Relator: Rosane Brito; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA penalidade aplicada; 7) Processo: n.º 2011.291/CETRAN/PA; Recorrente: Edmilson Gomes Feijo; Relator: Elenilda Santos; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA penalidade aplicada; 8) Processo: n.º 2011.292/CETRAN/PA; Recorrente: Edmilson Gomes Feijo; Relator: Elenilda Santos; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos,

pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA penalidade aplicada; 9) Processo: n.º 2011.259/CETTRAN/PA; Recorrente: Juliana Pinheiro da Cruz; Relator: Isaías Nascimento dos Reis; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA penalidade aplicada; 10) Processo: n.º 2011.258/CETTRAN/PA; Recorrente: Antonio Gonçalves Ramos; Relator: Isaías Nascimento Reis; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA penalidade aplicada; 11) Processo: n.º 2011.257/CETTRAN/PA; Recorrente:Antonio Gonçalves Ramos; Relator: Isaías Nascimento Reis; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA penalidade aplicada; 12) Processo nº 2011.268/CETTRAN/PA; Recorrente: Aldamiro Rabelo da Costa; Relator:Isaías Nascimento Reis; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada: 13) Processo nº 2011.269/CETTRAN/PA; Recorrente: Roseane Melo de Oliveira Rodrigues; Relator:Isaías Nascimento Reis; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada; 14) Processo nº 2011.260/CETTRAN/PA; Recorrente: Antonio Gonçalves Ramos; Relator:Isaías Nascimento Reis; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada;15) Processo nº 2011.300/CETTRAN/PA; Recorrente: José Nogueira da Silva; Relator:José Antonio Duarte Dias; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada;16) Processo nº 2011.286/CETTRAN/PA; Recorrente: José Carlos Vieira; Relator:José Antonio Duarte Dias; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada; 17) Processo nº 2011.293/CETTRAN/PA; Recorrente: Maria do Socorro Pita dos Santos; Relator:Edvaldo Brito Moraes; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada; 18) Processo nº 2011.294/CETTRAN/PA; Recorrente: Maria do Socorro Pita dos Santos; Relator:Edvaldo Brito Moraes; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada; 19) Processo nº 2011.295/CETTRAN/PA; Recorrente: Maria do Socorro Pita dos Santos; Relator:Edvaldo Brito Moraes; Decisão: Por UNANIMIDADE de votos, pelo NÃO PROVIMENTO, devendo ser MANTIDA a penalidade aplicada;O QUE OCORRER: Não houve manifestação. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Presidente e determinada a lavratura da presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos órgãos e entidades.

Luiz Fernandes Rocha
Presidente do CETRAN/PA
Antônio Fernando Carvalho de Oliveira
Conselheiro Representante suplente do DETRAN/PA
Roberto Ivo dos Anjos Barata
Conselheiro suplente da PRE
José Osmar de Albuquerque Rocha Neto
Conselheiro Representante titular da Polícia Militar
Erick Alexandre Martins Miranda
Conselheiro Representante suplente da Polícia Militar
Nilma Maria Nascimento Lima
Conselheira Representante titular da Polícia Civil
Maria de Jesus da Fonseca Cardoso
Conselheira Representante titular da SETRAN
Isaías Nascimento dos Reais
Conselheiro Representante suplente da CTBEL
Ana Nélia Mota Vinhote
Conselheira Representante titular do município de Ananindeua
Ana Paula Peixeira Dias
Conselheira Representante suplente do município de Ananindeua
Antônio Ferreira de Araújo
Conselheiro titular do município de Marabá
Ilcilene Silva Oliveira
Conselheira Representante titular do município de Castanhal
Lahiré Ávila de Moura
Conselheiro Representante suplente do município de Castanhal
Daniel Luís Carvalho
Conselheiro Representante titular do SINDICARPA
Raimundo do Espírito Santo Esteves
Conselheiro Representante suplente do SINDICARPA
José Antonio Duarte Dias
Conselheiro Representante titular do SINTRITUR
Edivaldo Brito Moraes
Conselheiro Representante suplente do SINTRITUR
Décio Arthur Farias de Souza
Conselheiro Representante titular da SETRANS-BEL
Rosane Miranda Brito

Conselheira Representante titular do SEST/SENAT
Maria Elenilda dos Santos
Conselheira Representante suplente do SEST/SENAT
Cezar Augusto Machado de Oliveira e Souza
Conselheiro Representante titular da Polícia Rodoviária Federal

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326065
PORTARIA: 4848/2011

Objetivo: A fim de realizar atendimento na área de habilitação e veículos, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Xinguara /PA - Brasil<br
Servidor(es):
555884811/Martinho Jorge Rodrigues Leal (Assistente Administrativo) / 14.5 diárias (Completa) / de 05/12/2011 a 19/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326054
PORTARIA: 4847/2011

Objetivo: A fim de reunir com órgãos de Segurança do Município para tratar da "Operação Eirene".
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Abaetetuba/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571905002/Daniel Souza Campelo (Agente de Trânsito) / 0.5 diárias (Completa) / de 01/12/2011 a 01/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326035
PORTARIA: 4816/2011

Objetivo: A fim de conduzir servidor, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Barcarena/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572277691/Gildo Carvalho dos Santos (motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 23/11/2011 a 23/11/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326039
PORTARIA: 4468/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matricula
Chefe de Gabinete DimitryAdrião Cordovil 5804469
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
06181118425900000 0261000000 339030 800,00
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326044
PORTARIA: 4846/2011

Objetivo: A fim de participar de reunião com o Diretor Geral e resolver problemas da regional, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: MARABÁ/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
58461613/Pedro Rodrigues Lima (Gerente) / 5.5 diárias (Completa) / de 11/12/2011 a 16/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325892
PORTARIA: 4807/2011

Objetivo: A fim de participar da reunião, consultar processos enviados que estão pendentes, visitar os setores por onde tramitam os processos para se adquirir maior conhecimento dos procedimentos e normativas do Detran, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: TUCURUÍ/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
555893842/Marivone Cardoso de Melo Ramos (Gerente) / 4.5 diárias (Completa) / de 15/12/2011 a 19/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325887
PORTARIA: 4805/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matricula
Pedro Paulo Ferreira Barbosa Agente de Trânsito 572020901
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
06181118425900000 0261000000 339030 400,00
06181118425900000 0261000000 339036 100,00
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325884
PORTARIA: 4804/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matricula
Jorge Henrique Santos Lima Tecnico 32617431
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
06181118425900000 0261000000 339033 600,00
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325880
PORTARIA: 4803/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matricula
Francisco Gomes de Sousa Gerente 555898002
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
06181118425900000 0261000000 339030 2.000,00
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325900
PORTARIA: 4808/2011

Objetivo: A fim de reunir com o Diretor Geral, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
32677921/João Elias Ferreira Lopes (Asa.) / 2.5 diárias (Completa) / de 11/12/2011 a 13/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325914
PORTARIA: 4810/2011

Objetivo: A fim de fiscalizar os serviços de manutenção em equipamentos de refrigeração, naqueles municípios.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Capanema/PA - Brasil
Parauapebas/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571980641/Luís de Jesus Lobato da Cunha (Eng. Mec.) / 23.5 diárias (Completa) / de 05/12/2011 a 28/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325905
PORTARIA: 4809/2011

Objetivo: A fim de desempenhar a atividade de caixa durante a viagem itinerante, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Primavera/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571971421/Sílvia Corrêa Martins (Assistente Administrativo) / 3.5 diárias (Completa) / de 01/12/2011 a 04/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325878
PORTARIA: 4826/2011

Objetivo: A fim de realizar avaliação técnica do futuro órgão municipal de trânsito, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Almeirim/PA - Brasil<br
Servidor(es):
57204645/Ana Nelia Mota Vinhote (Conselheira) / 3.5 diárias (Completa) / de 13/12/2011 a 16/12/2011
56739093/Erick Alexandre Martins Miranda (Gerente) / 3.5 diárias (Completa) / de 13/12/2011 a 16/12/2011<br
Ordenador: ADRIANO SILVA MOREIRA

Caderno 13

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

GABINETE DO GOVERNADOR

Secretaria de Estado
de Segurança Pública
e Defesa Social

Centro de Perícias Científicas
Renato Chaves

DISPENSA DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326158

Dispensa: 2/2011
Data: 28/02/2011
Valor: 106.652,74
Objeto: Aquisição emergencial de materiais médico hospitalares utilizados nas perícias desta autarquia estadual.
Fundamento Legal: Art. 24, inciso IV da lei federal nº 8.666/93
Data de Ratificação: 28/02/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
06181118446180000 339030 0101000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: S C HOSPITALAR COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Endereço: Tv Manoel Evaristo, Bairro: Umarizal, 449
CEP. 66050-290 - Belém/PA
Telefone: 9132337714
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326170 PORTARIA: 1263/11

Objetivo: Remoção
Fundamento Legal: Lei 5.810/94
Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL
Destino(s):
Tailandia/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5894606/Alberto dos Anjose Carvalho (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 17/10/2011 a 18/10/2011
5894612/George Santos da Silva (Aux. Téc de Perícias) / 0.5 diárias (Completa) / de 17/10/2011 a 18/10/2011
5894992/Rosenito Ribeiro Barbosa (Auxiliar Operacional) / 0.5 diárias (Completa) / de 17/10/2011 a 18/10/2011<br
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO Nº PUBLICAÇÃO : 326182

Nota de Empenho da Despesa: 2011NE01697
Valor: 4.446,00
Data: 27/06/2011
Vigência: 27/06/2011 a 31/12/2011
Objeto: Aquisição de sacos plásticos para cadáveres tamanho GG.
Dispensa: 0/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
06181118446180000 339030 0101000000 Estadual
Contratado: S C HOSPITALAR COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Endereço: Tv Manoel Evaristo, Bairro: Umarizal, 449

CEP. 66050-290 - Belém/PA
Telefone: 9132337714
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326180 PORTARIA: 1262/11

Objetivo: Remoção
Fundamento Legal: Lei 5.810/94
Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL
Destino(s):
Tailandia/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5894606/Alberto dos Anjos Carvalho (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 16/10/2011 a 17/10/2011
5894612/George Santos da Silva (Aux. Téc de Perícias) / 0.5 diárias (Completa) / de 16/10/2011 a 17/10/2011
5894411/Manoel José da Conceição (Negrão) / 0.5 diárias (Completa) / de 16/10/2011 a 17/10/2011<br
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326219 PORTARIA: 1336/11

Objetivo: Remoção
Fundamento Legal: Lei 5.810/94
Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5894430/Carlos Magno Cardoso da Silva (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 04/12/2011 a 04/12/2011
5894459/Jamison José Sousa dos Reis (Aux. Téc. de Perícias) / 0.5 diárias (Completa) / de 04/12/2011 a 04/12/2011
5894411/Manoel José da Conceição Negrão (Auxiliar Operacional) / 0.5 diárias (Completa) / de 04/12/2011 a 04/12/2011<br
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326230 PORTARIA: 1367/11

Objetivo: Remoção
Fundamento Legal: Lei 5.810/94
Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5894430/Carlos Magno Cardoso da Silva (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 07/12/2011 a 07/12/2011
5894459/Jamison José Sousa dos Reis (Aux. Téc de Perícias) / 0.5 diárias (Completa) / de 07/12/2011 a 07/12/2011
5894411/Manoel José da Conceição Negrão (Auxiliar Operacional) / 0.5 diárias (Completa) / de 07/12/2011 a 07/12/2011<br
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326194 PORTARIA: 1335/11

Objetivo: Remoção
Fundamento Legal: Lei 5.810/94
Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5894430/Carlos Magno Cardoso da Silva (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 01/12/2011 a 01/12/2011
5894459/Jamison José Sousa dos Reis (Aux. Téc de Perícias) / 0.5 diárias (Completa) / de 01/12/2011 a 01/12/2011
5894411/Manoel José da Conceição Negrão (Auxiliar Operacional) / 0.5 diárias (Completa) / de 01/12/2011 a 01/12/2011<br
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

EXTRATO DE JULGAMENTO PAD Nº.002/2011 NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326301

Tratam os autos de Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2011, instaurada pela Portaria nº. 025/2011-CORREG-CPC "RC", de 25/08/2011 e publicada no DOE nº. 31.987, de 29/08/2011, prorrogada pela Portaria nº. 032/2011-CORREG-

CPC "RC", de 25/10/2011 e publicada no DOE nº. 32.027, de 27/10/2011 incumbida de apurar os fatos constantes das ocorrências relacionadas com a prática de ilícitos administrativos, em face do Servidor Miguel Wanzeller Rodrigues, Perito Criminal (Matr. 5361109/3), por ter em tese, conforme os fatos constantes no Boletim de Ocorrência Policial de nº 046/2011.000207-4. Desta feita, após cuidadosa análise das provas carreadas aos autos, sejam através dos depoimentos prestados pelas testemunhas, seja pelo depoimento pessoal do servidor acusado e ainda pela defesa escrita juntada por este, o Corregedor adota o relatório do Presidente da Comissão Processante como fundamentação, haja vista entender que os atos praticados pelo servidor Miguel Wanzeller Rodrigues feriram diretamente o disposto na Lei Nº 5810/94, em seus Artigos. 177. São deveres do servidor: II - urbanidade; III - discricção; VI - observância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos e Art. 178. É vedado ao servidor: XI - referir-se, de modo ofensivo, a servidor público e a ato da Administração. DECIDO: Ante o exposto, em conformidade com o que dispõe o art. 5º-B, I e XIV da Lei 6.282/2000, concordo com o relatório proferido pelo Presidente da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº002/2011, o qual passa a fazer parte integrante deste julgamento, determino que por sua conduta, o Servidor Miguel Wanzeller Rodrigues (Matr. 5361109/3), será sancionado disciplinarmente com a punição de 30 (trinta) dias de suspensão de acordo com que demanda o artigo 183, II, e Art. 197, inciso III, ambos da Lei 5.810/94. Após a devida publicação, dê-se ciência ao Servidor interessado da penalidade disciplinar aplicada, com a observância dos artigos 104 e 106 da Lei 5.810/94, assim como, após o Transito em julgado da decisão ora proferida, comunique-se a Coordenação de Administração do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, para as providências legais cabíveis, junto a assentamento funcional do servidor. Registre-se, intime-se e publique-se. Belém/PA, 29 de dezembro de 2011. ILDO SANTOS DE SANTANA Corregedor do CPC "RC"

NOMEAR NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326296 PORTARIA Nº 261/11 DE 29/12/2011 – GAB/DGCPCRC

O Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves", usando das atribuições legais. CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, Lei nº 6.282 de 19.01.00. RESOLVE: NOMEAR, os servidores efetivos abaixo relacionados, para os respectivos cargos comissionados, e a contar de 01.01.2012:
DARLEY ANTONIO MARTINS BARROS, Técnico de Administração e Finanças, matrícula nº 57216507/1, para o cargo comissionado de Coordenador de Material e Patrimônio, GEP-DAS-011.4.
LUIS OTÁVIO GADELHA BARBOSA, Administrador, matrícula nº 5091560, para o cargo comissionado de Gerente do Núcleo de Almoxarifado, GEP-DAS-011.2.
Orlando Salgado Gouvêa - Diretor Geral

PORTARIA DE FÉRIAS NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326286 PORTARIA Nº 255/11 DE 29/12/2011-GAB/DGCPCRC

O Diretor Geral do CPC"RC", no uso de suas atribuições legais. Considerando a Lei nº 5.810 de 24.01.94 e a Lei nº 6.282 de 19.01.00. RESOLVE: Formalizar de acordo com o art.74 da Lei nº 5.870 de 24.01.1994, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias para os servidores abaixo, lotados neste Centro de Perícias:
De: 02/01/12 a 31/01/12.

Adelina Sossinho Furtado - Perito Criminal
Adiles Silva Megale - Perito Criminal
Adriane da Silva Pinto – Ass. Administrativo
Aldecy da Costa Moraes - Perito Criminal
Alexandre Ferreira - Perito Criminal
Angela Ramos de Oliveira e Silva - Perito Criminal
Carlos Alberto de Oliveira Castro - Perito Criminal
Celeste Rodrigues Horiguchi – Médico-Legista
Daniel Augusto Remigio Guedes – Ass. Administrativo
Dany Lages Denis - Aux. Tec. de Perícias
Delson Batista de Lima Junior - Perito Criminal
Denise Maria Moraes Lisboa - Perito Criminal
Djalma da Silva Frade - Perito Criminal
Edêmia de Fatima de Oliveira Nuayed - Perito Criminal
Fernando Silva de Miranda - Perito Criminal
Flavia Montalvão Valério – Tec. Adm. e Finanças

Francisco Ferreira de Castilho - Perito Criminal
Gilvanda Mendes Pacheco - Perito Criminal
Ivanilson Jose Malheiros Monteiro - Perito Criminal
Jacilene Siqueira de Aragão - Aux. Tec. de Pericias
Jaison Boeira da Silva - Aux. Tec. de Pericias
Joaquim Batista Freitas de Araújo - Perito Criminal
Jorge Teófilo de Barros Lopes - Perito Criminal
Jose Alberto Silva de Sá - Perito Criminal
Jose Maria Soares Feitosa - Médico-Legista
Juvenal de Araújo Lima Junior - Medico-Legista
Lilian Jane Argolo Paredes - Perito Criminal
Luiz Carlos de Araújo Loureiro - Medico-Legista
Luiz Walter Carvalho de Souza - Perito Criminal
Madson Silva de Carvalho - Ass. Administrativo
Manoel Pedro Nunes Cardoso - Medico-Legista
Mara Silvia Sousa da Silva - Perito Criminal
Marcio Willis Pereira Moreira - Perito Criminal
Marco Antônio Oliveira Campos - Aux. Tec. de Pericias
Marcos Jova Santos da Silva - Medico-Legista
Maria Suely Rodrigues Ribeiro - Perito Criminal
Mario Chucair Granhen - Perito Criminal
Miguel Justiniano de Vasconcelos Alves - Medico-Legista
Nair Correia de Freitas Castro - Perito Criminal
Orley de Moraes Cruz - Perito Criminal
Pirajaguara Pereira Ferraro - Perito Criminal
Poliana Vieira da Silva - Ass. Administrativo
Raimundo Nonato Teixeira da Silva - Aux. Operacional
Renato Ferreira da Silva - Perito Criminal
Silvio André Lima da Conceição - Perito Criminal
Simone Ferreira de Lima - Ass. Administrativo
Terezinha Lisieux Rodrigues Amorim - Medico-Legista
Vamilton Jose Albuquerque de Almeida - Perito Criminal
Waldemir Alencar de Souza Junior - Perito Criminal
Weberson Silva Barros - Motorista
William Atila Pereira Pontes - Aux.Tecnico de Pericias
De: 12/01/12 a 31/01/12.
Werbth Pavão Simas - Téc. em Radiologia

DESIGNAR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326289

PORTARIA Nº 256/11 DE 29/12/2011 – GAB/DGCPCRC

O Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”, usando das atribuições legais. CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, Lei nº 6.282 de 19.01.00. RESOLVE: Designar, a servidora efetiva, LUCILA HELENA SANTIAGO DE ALMEIDA, Perito Criminal, matrícula nº 57175983/3, para responder pela Gerencia do Núcleo de Impressão Datiloscópica, GEP-DAS-011.2, no período de 02 a 31.01.2012, em virtude de férias do titular do cargo.

Orlando Salgado Gouvêa - Diretor Geral

DESIGNAR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326290

PORTARIA Nº 257/11 DE 29/12/2011 – GAB/DGCPCRC

O Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”, usando das atribuições legais. CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, Lei nº 6.282 de 19.01.00. RESOLVE: Designar, o servidor efetivo, LAURO MEDINA VIANA, Gerente do Núcleo de Crimes Ambientas, Perito Criminal, matrícula nº 5146666/2, para responder pela Coordenação de Engenharia Legal, GEP-DAS-011.4, no período de 02 a 31.01.2012, em virtude de férias do titular do cargo.

Orlando Salgado Gouvêa - Diretor Geral

DESIGNAR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326292

PORTARIA Nº 258/11 DE 29/12/2011 – GAB/DGCPCRC

O Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”, usando das atribuições legais. CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, Lei nº 6.282 de 19.01.00. **RESOLVE: Designar**, a servidora efetiva, **AMAURIDES CASTILHO RODRIGUES MELLO**, Perito criminal, matrícula nº 57225367/1, para responder pela Chefia de Gabinete, GEP-DAS-011.4, no período de 02 a 31.01.2012, em virtude de férias do titular do cargo.

EXONERAR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326293

PORTARIA Nº 260/11 DE 29/12/2011 – GAB/DGCPCRC

O Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”, usando das atribuições legais. CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, Lei nº 6.282 de 19.01.00. RESOLVE: EXONERAR, os servidores efetivos dos respectivos cargos comissionados, conforme segue e a contar de 01.01.2012:

DARLEY ANTONIO MARTINS BARROS, Técnico de Administração e Finanças, matrícula nº 57216507/1, do cargo comissionado de

Gerente do Núcleo de Faturamento, GEP-DAS-011.2.
JANETE DA SILVA SOARES, Assistente Administrativo, matrícula nº 55589720/2, do cargo comissionado de Gerente do Núcleo de Almoxarifado, GEP-DAS-011.2.
LUIS OTÁVIO GADELHA BARBOSA, Administrador, matrícula nº 5091560/3, do cargo comissionado de Coordenador de Material e Patrimônio, GEP-DAS-011.4.
Orlando Salgado Gouvêa - Diretor Geral

Secretaria de Estado de Comunicação

TERMO ADITIVO DE COOPERAÇÃO

TERMO ADITIVO: 01

Data da Assinatura: 29/12/2011
Valor: 0,00
Vigência: 01/01/2012 à 28/02/2012
Justificativa: Consoante ao disposto na Cláusula Sexta do Termo de Cooperação.
Objeto: Prorrogação de Vigência.
Termo de Cooperação: 02
Exercício: 2011

Partes:
Concedente: Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM.
Conveniente: Fundação Curro Velho - F.C.V.
Nome do Ordenador: Ney Emil da Conceição Messias Júnior

ADMISSÃO DE SERVIDOR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326042

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: Contrato nº 034/2011
Data de Admissão: 01/01/2012
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
ANA LILIAN PINHEIRO GONZAGA ASSISTENTE
ADMINISTRATIVO 30/06/2012
Ordenador: NEY EMIL DA CONCEICAO MESSIAS JUNIOR

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO

Secretaria de Estado de Administração

SEAD/PNAGE

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326191

**SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA
GESTÃO E DO
PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL
- PNAGE**

**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
UNIDADE DE COORDENAÇÃO ESTADUAL – UCE-PNAGE/
PA**

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2011

PROCESSO Nº 2011/263280

Objeto: contratação de empresa visando o fornecimento de equipamentos de hardware e licenças de uso de software de tecnologia da informação, para atender a implantação de novo ambiente de produção da Secretaria de Estado de Administração, conforme Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência, anexo II do Edital.

1. Após análise das peças contidas nos autos, homologo o procedimento da licitação para que a adjudicação nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos.
2. Autorizo que a Coordenadora Geral da Unidade de Coordenação Estadual – UCE-PNAGE/PA, Sra. Maria Edilena de Souza Rocha proceda a homologação no Sistema ComprasNet;
3. Ao pregoeiro e membros da equipe de apoio para conhecimento e demais providências pertinentes; e
4. Dê-se ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Belém, 28 de dezembro de 2011

RUTH PINA

Secretária de Estado de Administração, em exercício

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326177

Nº DO TERMO: 002/2011

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, CNPJ 05.247.283/0001-94, COM SEDE NA AV. GENTIL BITTENCOURT Nº 43, CEP 66015-140, E SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, CNPJ 05.054.895/0001-60 COM SEDE NA RUA 28 DE SETEMBRO Nº 339, CEP 66010-100
OBJETO: COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA ENTRE AS PARTES OBJETIVANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO AO CIDADÃO SOBRE DIREITOS DO CONSUMIDOR, NA UNIDADE DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO “ESTAÇÃO CIDADANIA” DO GUAMÁ
VIGÊNCIA: 23/12/2011 A 22/12/2016
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2011
ORDENADORA RESPONSÁVEL: ALICE VIANA SOARES MONTEIRO
CPF: 318.014.472-68

Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326050

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 57
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: OBRAS DA DIOCESE DE BRAGANÇA - HOSPITAL DAS BEM AVENTURADAS
Endereço: Dt de Fernandes Belo, Bairro: Centro, S/N
CEP. 68620-000 - Viseu/PA
Telefone: 9134685752
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326073

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 25/11/2011
Vigência: 25/11/2011 a 25/11/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 338
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: CENTRO DE ORTOPEDIA E CLÍNICA MÉDICA LTDA
Endereço: Av Cnso Furtado, Bairro: Cremação, 1891
CEP. 66040-100 - Belém/PA
Telefone: 9132245222
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326099

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 29
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: CLÍNICA DO RIM S/S LTDA.
Endereço: Tv Timbó, Bairro: Marco, 3161
CEP. 66093-532 - Belém/PA
Telefone: 9132765463
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

PORTARIAS - COGP

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326083

PORTARIA Nº 556 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

CONSIDERANDO, as irregularidades alegadas nos autos do Processo nº 2011/329674;
CONSIDERANDO, os termos do Parecer nº 329674/2011, as

folhas 139, emitido pela Procuradoria Jurídica do IASEP no processo acima referido;
CONSIDERANDO, o que determina o artigo 199 da Lei 5.810/1994;
Constituir Comissão de Processo Administrativo, sob a Presidência do primeiro, com os seguintes servidores: BENEDITO RODRIGUES BITENCORT JUNIOR, matrícula 57213088/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Informática, lotado no Núcleo de Tecnologia da Informação-NUTI, REGINALDO EPIFANIO DE SOUSA, matrícula nº 57232126/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Gerência de Cadastro/DAS e MARLENE DIAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 6120563/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Gerência de Cadastro/DAS.
Determinar o prazo de 60(sessenta) dias para apresentação de Relatório conclusivo para decisão do Presidente da Comissão.
A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Kleber Tayrone Teixeira Miranda
Presidente

PORTARIA Nº 624 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

TRANSFERIR, por necessidade de serviço, o período de gozo de férias do servidor OLAVO CÂMARA DE OLIVEIRA JUNIOR, Matrícula de nº 3154815/1, ocupante do cargo de Procurador Autárquico, de 01/12/2011 a 30/12/2011 para 27/12/2011 a 25/01/2012, concedida através da Portaria de nº 560 de 16/11/2011, publicada no Diário Oficial do Estado de nº 32.039 de 21/11/2011.

A presente portaria entrará em vigor a contar desta data.
Iris Ayres de Azevedo Gama
Diretora Administrativa e Financeira
em Exercício

PORTARIA Nº 625 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

DESIGNAR, a servidora MARISA ROCHA LOBATO, Matrícula Nº 3155960/1, ocupante do cargo Procurador Autárquico, para responder pela Chefia da Procuradoria do IASEP, no período de 27/12/2011 a 10/01/2012, durante as férias do titular.
A presente Portaria entrará em vigor a contar desta data.
Kleber Tayrone Teixeira Miranda
Presidente

PORTARIA Nº 626 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

TRANSFERIR, por necessidade de serviço, o período de gozo de férias da servidora MARIA HELENA CORRÊA CLAUDIO, Matrícula de nº 5309700/5, ocupante do cargo de Gerente, lotada na DAF, de 01/09/2011 a 30/09/2011 para 02/01/2012 a 31/01/2012, concedida através da Portaria de nº 530 de 27/10/2011, publicada no Diário Oficial do Estado de nº 32.032 de 08/11/2011, publicação nº 302490.
A presente portaria entrará em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2012.

Iris Ayres de Azevedo Gama
Diretora Administrativa e Financeira
em Exercício

PORTARIA Nº 627 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

DESIGNAR, o servidor JOSÉ HENRIQUE FLEXA MARTINS, matrícula nº 2010003/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para responder pela Gerência de Execução Orçamentária/DAF, código DAS-011.3, com atuação na Diretoria Administrativa e Financeira, por ocasião das férias regulamentares da titular.
A presente Portaria entrará em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2012.

Kleber Tayrone Teixeira Miranda
Presidente

ERRATA DE PUBLICAÇÃO Nº 318239, REFERENTE A PORTARIA Nº 596 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

ONDE SE LÊ: No período de 01/12/2011 a 29/01/2012

LEIA-SE: No período de 05/12/2011 a 02/02/2012

Iris Ayres de Azevedo Gama
Diretora Administrativa e Financeira
em Exercício

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326085**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 06/12/2011
Vigência: 06/12/2011 a 06/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 246
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: HOSPITAL PORTO DIAS LTDA.

Endereço: Av Alm Barroso, Bairro: Marco, 1454
CEP. 66093-032 - Belém/PA
Telefone: 9132765249
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA
**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325990**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 77
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: R. S. S. MONTEIRO DIAGNÓSTICOS - BIOSAN DIAGNÓSTICOS
Endereço: Av Borges Leal, Bairro: Aparecida, 1919
CEP. 68040-080 - Santarém/PA
Telefone: 9337658458
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325986**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 418
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: HOSPITAL SÃO JOSÉ
Endereço: Av Pres Getúlio Vargas, Bairro: Ianetama, 3506
CEP. 68745-000 - Castanhal/PA
Telefone: 9135214178
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325956**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 416
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: CLINIFISIO - FISIOTERAPIA REEDUCAÇÃO FÍSICA E REABILITAÇÃO
Endereço: TV DR. CARLOS ARNOBIO FRANCO, Bairro: Oriental, 284
CEP. 68220-000 - Monte Alegre/PA
Telefone: 9132245120
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325950**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 39
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: ALCÂNTARA CENTRO DE DIAGN. LABORATORIAIS BACTERIOLOGIA LTDA.
Endereço: Av Mendonça Furtado, Bairro: Aldeia, 1874
CEP. 68040-050 - Santarém/PA
Telefone: 9336582596
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325968**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 419
Exercício: 2010

Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: HOSPITAL MADRE TERESA
Endereço: Av Gov José Malcher, Bairro: Nazaré, 651
CEP. 66040-282 - Belém/PA
Telefone: 9132251278
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326034**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 04/11/2011
Vigência: 04/11/2011 a 04/11/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: INCAT & LASER SERVIÇOS MÉDICO LTDA – ME
Contrato: 148
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
08302120461600000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: INCAT & LASER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME
Endereço: Psg Tocantins, Bairro: São Brás, 49
CEP. 66060-590 - Belém/PA
Telefone: 9132441212
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326022**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2011
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 28
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: RANGEL GONÇALVES LTDA - HOSPITAL SANTA ANGELICA
Endereço: Av Brasília, Bairro: Caripe, 220
CEP. 68457-010 - Tucuruí/PA
Telefone: 9335758458
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326027**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 425
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: LABORATÓRIO MARTINS LTDA
Endereço: RUA DR. LAURO SODRÉ, Bairro: Oriental, 255
CEP. 68220-000 - Monte Alegre/PA
Telefone: 9132451222
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326030**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 26
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: INSTITUTO DE MEDICINA INTERNA E MATERNO INFANTIL S/C LTDA.
Endereço: R Itaipu, Bairro: Vila Permanente, S/N
CEP. 68455-700 - Tucuruí/PA
Telefone: 9335752436
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326015**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 68
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: OFTALMOLOGIA E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - MEMORIAL VISÃO
Endereço: Av Mendonça Furtado, Bairro: Prainha, 1501
CEP. 68005-100 - Santarém/PA
Telefone: 9335765854
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326011**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 30
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: LABORATÓRIO SANTARÉM - LABORSAN
Endereço: Tv Sete de Setembro, Bairro: Centro, 682
CEP. 68040-610 - Santarém/PA
Telefone: 9335762445
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325995**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 420
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: CONSULTÓRIO MÉDICO DR. MIMOM ELGRABY
Endereço: RUA SÃO JOÃO BATISTA, Bairro: Centro, S/N
CEP. 68400-970 - Cametá/PA
Telefone: 9135120003
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325996**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 45
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: LEANDRO FERNANDES & CIA LTDA - CLÍNICA CORPUS
Endereço: Av S Sebastião, Bairro: Aldeia, 1626
CEP. 68040-040 - Santarém/PA
Telefone: 9335762459
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325999**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 421
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso

Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: R N DE ASSUNÇÃO CALDAS ME
Endereço: TV BENJAMIM CONSTANT , Bairro: Centro, 060
CEP. 68400-000 - Cametá/PA
Telefone: 9135247422
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326003**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 35
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SANTANA LTDA-ME
Endereço: Tv Francisco Corrêa, Bairro: Centro, 248
CEP. 68005-280 - Santarém/PA
Telefone: 9335765859
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326004**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 423
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA REABILITAR
Endereço: RUA PRESIDENTE KENNEDY, Bairro: Oriental, 139
CEP. 68220-000 - Monte Alegre/PA
Telefone: 9332412222
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325876**

Termo Aditivo: 4
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 41
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: D. V. NATO & CIA LTDA.
Endereço: Av Castelo Branco, Bairro: Novo Horizonte, 1623
CEP. 68502-430 - Marabá/PA
Telefone: 9437589642
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325877**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 402
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: GUIMARÃES ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR E ANESTESIA LTDA
Endereço: Av Hildegard da S Nunes, Bairro: Centro, 1352
CEP. 68790-000 - Santa Isabel do Pará/PA
Telefone: 9132545222
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325874**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 401

Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO MIGUEL S/S LTDA
Endereço: Rua Manoel Avelino Alves, Bairro: Centro, s/n
CEP. 68610-000 - Augusto Corrêa/PA
Telefone: 9132251255
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325872**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 398
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: SEMAS LTDA ME
Endereço: Rua sete de setembro, Bairro: Centro, 1951
CEP. 68270-000 - Oriximiná/PA
Telefone: 9432245111
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325868**

Termo Aditivo: 4
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 69
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: S. G. A. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME
Endereço: Tv Ima Adelaide, Bairro: Ianetama, 392-A
CEP. 68745-190 - Castanhal/PA
Telefone: 9132566633
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325869**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 394
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA S/S LTDA
Endereço: Av Dq de Caxias, Bairro: Marco, 1246
CEP. 66093-029 - Belém/PA
Telefone: 9132254121
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325863**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 90
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461600000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: L. B. GARZON E CIA LTDA - NOSSA CLÍNICA MÉD. ODONTO.
Endereço: Tv Quintino Bocaiúva, Bairro: Cariri, 2156
CEP. 68740-570 - Castanhal/PA
Telefone: 9132565164
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325865**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012

Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 392
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: FREIRE & BRITO S/S LTDA
Endereço: R Boaventura da Silva, Bairro: Umarizal, 1495
CEP. 66060-060 - Belém/PA
Telefone: 9132256541
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325853**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 36
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: LABORATÓRIO AMARAL COSTA S/E
Endereço: Tv Con Luís Leitão, Bairro: Centro, 1619
CEP. 68743-020 - Castanhal/PA
Telefone: 9132565418
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325854**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 388
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: NUCLEO DE PREVENÇÃO CARDIOLÓGICA
Endereço: Av Genrl Deodoro, Bairro: Umarizal, 1155
CEP. 66055-240 - Belém/PA
Telefone: 9132254212
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325855**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 389
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: HOSPITAL D LUIZ I
Endereço: Av Genrl Deodoro, Bairro: Umarizal, 868
CEP. 66055-240 - Belém/PA
Telefone: 9132241512
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325859**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 37
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: RENEE O. DA SILVA E CIA LTDA-ME
Endereço: Tv Con Luís Leitão, Bairro: Centro, 1863
CEP. 68743-020 - Castanhal/PA
Telefone: 9032568423
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325860**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 390
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (HOSPITAL ANITA GEROSA)
Endereço: Q Cinqüenta E Sete, Bairro: Aurá, 1604
CEP. 67033-009 - Ananindeua/PA
Telefone: 9132654512
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325861**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 391
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: INSTITUTO INTEGRADO DE SAÚDE LTDA
Endereço: R José M de Oliveira, Bairro: Centro, 331
CEP. 67030-170 - Ananindeua/PA
Telefone: 9132651000
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325845**

Termo Aditivo: 4
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2011
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 83
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: CREPALDI E JOÃO S/S LTDA
Endereço: Tv Quatorze de Abril, Bairro: São Brás, 1529
CEP. 66063-005 - Belém/PA
Telefone: 9132254212
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325846**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 82
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: INTERCLIN PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Endereço: Tv Francisco C C Branco, Bairro: São Brás, 1355
CEP. 66063-000 - Belém/PA
Telefone: 9132254112
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325849**

Termo Aditivo: 4
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 78
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: OFTALMAZÔNIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Endereço: Tv Nove de Janeiro, Bairro: São Brás, 1267
CEP. 66060-575 - Belém/PA
Telefone: 9132122542
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325850**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 61
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: SUPER NEURO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA
Endereço: Tv Quatorze de Março, Bairro: Nazaré, 2019
CEP. 66035-180 - Belém/PA
Telefone: 9132254212
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325851**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 66
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: ALMEIDA BASTOS CIA LTDA-ME
Endereço: Tv Quintino Bocaiúva, Bairro: Centro, 1982
CEP. 68743-010 - Castanhal/PA
Telefone: 9132463137
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325907**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 48
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: FONSECA CHAVES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Endereço: Sete, Bairro: Nova Marabá, S/N
CEP. 68509-060 - Marabá/PA
Telefone: 9437845965
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325909**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 410
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: HOSPITAL FRANCISCO MAGALHÃES LTDA
Endereço: Tv Quintino Bocaiúva, Bairro: Centro, 2022
CEP. 68743-010 - Castanhal/PA
Telefone: 9135412000
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325901**

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 409
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual

Contratado: HOSPITAL GERAL DE SOURE LTDA
Endereço: R Segunda, Bairro: Centro, 134
CEP. 68870-000 - Soure/PA
Telefone: 9132474555
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325902

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 64
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: M. P. W. CARDIOLOGIA CLÍNICA E MÉTODOS
DIAGNÓSTICOS LTDA-ME
Endereço: R Sete de Setembro, Bairro: Centro, 126
CEP. 68625-190 - Paragominas/PA
Telefone: 9132578945
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325904

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 406
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: SAÚDE & VIDA CENTRO INTEGRADO S/S LTDA
Endereço: Tv Con Luís Leitão, Bairro: Centro, 1619
CEP. 68743-020 - Castanhal/PA
Telefone: 9132547452
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325883

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
Contrato: 25
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: INSTITUTO DE SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO
LTDA
Endereço: Av Contorno, Bairro: Centro, 757
CEP. 68625-245 - Paragominas/PA
Telefone: 9132645859
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325895

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 404
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: CLÍNICA SÃO VICENTE
Endereço: Tv Agrário Cavalcante, Bairro: Recreio, 807
CEP. 68371-025 - Altamira/PA
Telefone: 9132254122
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325934

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/12/2011
Vigência: 01/12/2011 a 01/12/2012
Classificação do Objeto: Outros

Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
Contrato: 42
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: LABORATÓRIO SÃO LUCAS - MACHADO & AMIGO
S/C LTDA
Endereço: Av Mal Rondon, Bairro: Núcleo Urbano, S/N
CEP. 68553-030 - Redenção/PA
Telefone: 9437651233
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325947

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 414
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: J J CENTRO DE DIAGNÓSTICO S/S LTDA ME
Endereço: Rua Gonçalves Ferreira, Bairro: Centro, 130
CEP. 68750-970 - Curuçá/PA
Telefone: 9132214212
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325931

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 412
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: INSTITUTO DA VISÃO
Endereço: Av Castelo Branco, Bairro: Novo Horizonte, 1623
CEP. 68502-430 - Marabá/PA
Telefone: 9432412223
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325926

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 16/12/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO.
Contrato: 411
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
08302120461630000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: CLÍNICA ORTOPÉDICA SANTO ANTONIO LTDA
Endereço: Av Antônio Maia, Bairro: Velha Marabá, 875
CEP. 68500-005 - Marabá/PA
Telefone: 9132241210
Ordenador: KLEBER TAYRONE TEIXEIRA MIRANDA

Empresa de Processamento
de Dados do Estado do Pará

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO
CIENTÍFICO Nº005/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326185
NÚMERO DO ACORDO: 05/2011

PARTES: Processamento de Dados do Estado do Pará – PRODEPA, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.
OBJETO DO TERMO: Estabelecer parceria entre a Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará – PRODEPA e a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, para o planejamento e desenvolvimento de soluções e estratégias inovadoras visando a implementação de ações para o

desenvolvimento do conceito, do método e das técnicas da Modalidade de Ensino à Distância com foco na capacitação de funcionários da PRODEPA. .
VALOR DO TERMO: Não haverá repasse de verbas.
DATA DA ASSINATURA: 22/12/2011
VIGÊNCIA DO TERMO: 22/12/2011 a 21/12/2012
ORDENADOR: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES.
FORO: Comarca de Belém – Pará

Secretaria de Estado
da Fazenda

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326179
PORTARIA: 1378

Objetivo: Verificar a Disponibilidade de Espaço para ser cedido para o Programa Rural.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819 de 06.09.94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Soure/PA - Brasil<br
Servidor(es):
8084619101/KADJA VILHENA MEDEIROS (Assessor Fazendário) / 1.5 diárias (Completa) / de 30/01/2012 a 31/01/2012<br
Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326125
PORTARIA: 1377

Objetivo: Atestar Serviço para Liberação de Pagamento, Construção do Abrigo do Grupo Gerador.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819 de 06.09.94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Marabá/São Geraldo do Araguaia/PA - Brasil<br
Servidor(es):
8084619101/KADJA VILHENA MEDEIROS (Assessor Fazendário) / 2.5 diárias (Completa) / de 16/01/2012 a 18/01/2012<br
Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS - CAT
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326132
PORTARIA N.º201101000817 DE 29/12/2011 - PROC N.º 002011730020355/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: **Miguel Abraao – CPF: 016.772.412-68**
Marca: FIAT/PALIO WEEKEND 16V TREKKING Tipo: Pas/Automóvel
PORTARIA N.º201101000818 DE 29/12/2011 - PROC N.º 002011730025228/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: **Emmanuel Alves de Araujo – CPF: 174.632.702-20**
Marca: VW/PARATI 1.6 SURF TOTAL FLEX Tipo: Pas/Automóvel
PORTARIA N.º201101000814 DE 29/12/2011 - PROC N.º 002011730025200/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: **Mario de Araujo Souza – CPF: 380.485.822-87**
Marca: FIAT/PALIO ATTRACTIV 1.4 EVO FLEX Tipo: Pas/Automóvel
PORTARIA N.º201101000815 DE 29/12/2011 - PROC N.º 002011730025202/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: **Raimundo Nascimento Feitosa – CPF: 305.885.292-49**
Marca: FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8 FLEX Tipo: Pas/Automóvel
PORTARIA N.º201101000816 DE 29/12/2011 - PROC N.º 002011730025150/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: **Eliseu Ferreira Ramos – CPF: 361.196.522-72**
Marca: FIAT/SIENA 1.4 EL Tipo: Pas/Automóvel

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326192
PORTARIA: 1379

Objetivo: Levantamento para Instalação de Balança.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819 06.09.94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Itinga/PA - Brasil<br
Servidor(es):
8084619101/KADJA VILHENA MEDEIROS (Assessor Fazendário)
/ 2.5 diárias (Completa) / de 06/02/2012 a 08/02/2012<br
Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

TARF - ANÚNCIO DE PAUTA E ACÓRDÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326245
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS
ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretaria Geral torna público a (s) data (s) de julgamento do (s) recurso (s) abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO
Em 09/01/2012, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6043, Processo nº 042010730006353-6 – SIMPLES NACIONAL, contribuinte JOSÉ ANTONIO DE AGUIAR, Insc. Estadual nº. 15099760-4
Em 09/01/2012, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6103, AINF nº 092006510000608-2, contribuinte MARCOMED SUPRIMENTOS LTDA ME, Insc. Estadual nº. 15229177-6
Em 09/01/2012, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6105, AINF nº 092006510000611-2, contribuinte MARCOMED SUPRIMENTOS LTDA ME, Insc. Estadual nº. 15229177-6
Em 11/01/2012, às 11:00h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 2319, AINF nº 47650, contribuinte COOP IND PECUÁRIA DO PARA LTDA, Insc. Estadual nº. 15050333-4
Em 11/01/2012, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6173, AINF nº 182008510000531-4, contribuinte MOINHOS CRUZEIRO DO SUL SA, Insc. Estadual nº. 15191871-6
Em 11/01/2012, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6175, AINF nº 182008510000528-4, contribuinte MOINHOS CRUZEIRO DO SUL SA, Insc. Estadual nº. 15191871-6
Em 11/01/2012, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6179, AINF nº 182008510000530-6, contribuinte MOINHOS CRUZEIRO DO SUL SA, Insc. Estadual nº. 15191871-6
Em 11/01/2012, às 11:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6177, AINF nº 182008510000529-2, contribuinte MOINHOS CRUZEIRO DO SUL SA, Insc. Estadual nº. 15191871-6

SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO
Em 10/01/2012, às 8:300h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6474, Processo nº 092011730002103-0 – SIMPLES NACIONAL, contribuinte LIMA COMERCIAL LTDA, Insc. Estadual nº. 15231551-9
Em 12/01/2012, às 8:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 6040, AINF nº 042006510001123-1, contribuinte O MARTINS COSTA & CIA LTDA, Insc. Estadual nº. 15206789-2, advogado: RILVA CIBELE LIRA PONTES, OAB/PA-13814
Em 12/01/2012, às 8:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6042, AINF nº 042006510001123-1, contribuinte O MARTINS COSTA & CIA LTDA, Insc. Estadual nº. 15206789-2, advogado: RILVA CIBELE LIRA PONTES, OAB/PA-13814
Em 12/01/2012, às 8:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6064, AINF nº 042006510001125-8, contribuinte O MARTINS COSTA, Insc. Estadual nº. 15188528-1, advogado: RILVA CIBELE LIRA PONTES, OAB/PA-13814
Em 12/01/2012, às 8:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6066, AINF nº 042006510001124-0, contribuinte O MARTINS COSTA & CIA LTDA, Insc. Estadual nº. 15206789-2, advogado: RILVA CIBELE LIRA PONTES, OAB/PA-13814
Em 12/01/2012, às 8:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6072, AINF nº 042006510001127-4, contribuinte O MARTINS COSTA & CIA LTDA , Insc. Estadual nº. 15188528-1, advogado: RILVA CIBELE LIRA PONTES, OAB/PA-13814

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS - TARF
PRIMEIRA CÂMARA

ACORDAO N.2715 - 1a. CPJ. RECURSO N.6153 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 642009510001407-7. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontrar com a sua Inscrição Estadual suspensa no Cadastro da Secretaria da Fazenda, deverá efetuar o recolhimento do ICMS/Antecipado, no momento da entrada da mercadoria no território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011.
ACORDAO N.2716 - 1a. CPJ. RECURSO N.6155 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 352010510000378-0. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. . EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontrar com a

sua Inscrição Estadual Suspensa no Cadastro da Secretaria da Fazenda, deverá efetuar o recolhimento do ICMS/Antecipado, no momento da entrada da mercadoria no território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011.
ACORDAO N.2717 - 1a. CPJ. RECURSO N.6157 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 352010510000389-6. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontrar com a sua Inscrição Estadual suspensa no Cadastro da Secretaria da Fazenda, deverá efetuar o recolhimento do ICMS/Antecipado, no momento da entrada da mercadoria no território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011.
ACORDAO N.2718 - 1a. CPJ. RECURSO N.6161 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372008510003246-1. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontrar na condição de ativo não regular no cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, deverá efetuar o recolhimento do ICMS/Antecipado, no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011.
ACORDAO N.2719 - 1a. CPJ. RECURSO N.6079 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372008510003245-3. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontrar na condição de ativo não regular no cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, deverá efetuar o recolhimento do ICMS/Antecipado, no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011.
ACORDAO N.2720 - 1a. CPJ. RECURSO N.6167 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372008510003262-3. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontrar na condição de ativo não regular no cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, deverá efetuar o recolhimento do ICMS/Antecipado, no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011.
ACORDAO N.2721 - 1a. CPJ. RECURSO N.6165 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372008510003250-0. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontrar na condição de ativo não regular no cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, deverá efetuar o recolhimento do ICMS/Antecipado, no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011.
ACORDAO N.2722 - 1a. CPJ. RECURSO N.6163 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372008510003247-0. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontrar na condição de ativo não regular no cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, deverá efetuar o recolhimento do ICMS/Antecipado, no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011.
ACORDAO N.2723- 1a. CPJ. RECURSO N.6159 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372008510003242-9. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontrar na condição de ativo não regular no cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, deverá efetuar o recolhimento do ICMS/Antecipado, no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011.
ACORDAO N.2724 - 1a. CPJ. RECURSO N.6097 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 012008510007563-2. CONSELHEIRO RELATOR: WLADEMIR NOGUEIRA JUNIOR. EMENTA: 1. IPVA - Auto de Infração. 2. Para efeito de transferência da responsabilidade tributária pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, necessário se faz que o alienante formalize a transferência de propriedade por meio do documento próprio junto ao órgão competente. 3. Nenhuma convenção particular pode ser oposta à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo e das suas obrigações tributárias correspondentes, nos termos como determina o art. 123, do Código Tributário Nacional - CTN. 4. Falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade

de Veículos Automotores - IPVA - sujeita o contribuinte às cominações legais. 5. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011. VOTO CONTRÁRIO: do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo pelo provimento do recurso.
ACORDAO N.2725 - 1ª CPJ. RECURSO N.3549 - DE OFÍCIO (PROCESSO N.01173027930-3/AINF N.44321). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão singular, que após diligência fiscal, declara nulo o Auto de Infração e Notificação Fiscal- AINF em tela, sem prejuízo de renovação da ação fiscal, quando o levantamento para apuração do quantum a recolher fora elaborado de forma inadequada. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO:UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 07/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 07/12/2011.
ACORDAO N.2726 - 1a. CPJ. RECURSO N.6107 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 172008510000071-8. CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. É vedado ao julgador administrativo a apreciação de matéria relativa à constitucionalidade ou validade de lei, na forma do inciso III, do art. 26, da Lei estadual nº 6.182/1998. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. Deixar de recolher ICMS em virtude de utilizar crédito fiscal destacado em documento fiscal, oriundo de mercadoria destinada a consumo, constitui infração à legislação tributária e sujeita o infrator às cominações legais, independentemente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 07/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:07/12/2011.VOTO CONTRÁRIO: do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo pelo provimento do recurso.
ACORDAO N.2727 - 1a. CPJ. RECURSO N.6111 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 172008510000070-0. CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. É vedado ao julgador administrativo a apreciação de matéria relativa à constitucionalidade ou validade de lei, na forma do inciso III, do art. 26, da Lei estadual nº 6.182/1998. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. Deixar de recolher ICMS em virtude de utilizar crédito fiscal destacado em documento fiscal, oriundo de mercadoria destinada a consumo, constitui infração à legislação tributária e sujeita o infrator às cominações legais, independentemente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 07/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:07/12/2011.VOTO CONTRÁRIO: do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo pelo provimento do recurso.
ACORDAO N.2728 - 1a. CPJ. RECURSO N.6113 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 172008510000072-6. CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. É vedado ao julgador administrativo a apreciação de matéria relativa à constitucionalidade ou validade de lei, na forma do inciso III, do art. 26, da Lei estadual nº 6.182/1998. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. Deixar de recolher ICMS em virtude de utilizar crédito fiscal destacado em documento fiscal, oriundo de mercadoria destinada a consumo, constitui infração à legislação tributária e sujeita o infrator às cominações legais, independentemente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 07/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:07/12/2011.VOTO CONTRÁRIO: do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo pelo provimento do recurso.
ACORDAO N.2729 - 1a. CPJ. RECURSO N.5667 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 012008510010744-5. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1.IPVA - Auto de Infração. 2. É improcedente o AINF, quando restar comprovado nos autos o não cometimento da infração imputada. 3. Recurso Voluntário conhecido e provido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:07/12/2011.
ACORDAO N.2730 - 1a. CPJ. RECURSO N.6093 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 012004510002657-8. CONSELHEIRO RELATOR: WLADEMIR NOGUEIRA JUNIOR. EMENTA: 1. IPVA - Auto de Infração. 2. Não há que se falar em nulidade do AINF, quando emitido na forma como determina o §1º, do art.12, da Lei 6.182/98, não havendo assim violação ao princípio da legalidade - Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. A saída de mercadorias, para outra Unidade da Federação, sem a devida comprovação, constitui infração à legislação tributária e sujeita o infrator as penalidades legais, independente do imposto devido. 4. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:12/12/2011.
ACORDAO N.2731 - 1a. CPJ. RECURSO N.6171 - DE OFÍCIO PROCESSO/AINF N.: 012008510010883-2. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão singular que após diligência, exclui do crédito tributário valores comprovadamente indevidos. 3. Recurso De Ofício conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/12/2011. DATA DO

ACÓRDÃO:12/12/2011.
ACORDAO N.2732 - 1a. CPJ. RECURSO N.6129 - DE OFÍCIO PROCESSO/AINF N.: 182010510000283-6. CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. . EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão singular que declara improcedente o AINF, bem como o não cometimento da infração imputada. 3. Recurso De Ofício conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:12/12/2011.
ACORDAO N.2733- 1a. CPJ. RECURSO N.5977 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 352009510002274-1. CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontra na situação de ativo não regular deverá efetuar o recolhimento do ICMS antecipado, no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:13/12/2011. VOTO CONTRÁRIO: do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo pelo provimento do recurso.
ACORDAO N.2734- 1a. CPJ. RECURSO N.5979 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 352009510005901-7. CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Comprovado que o contribuinte não cometeu a infração imputada, deve ser descaracterizado o auto de infração e desconstituído o crédito tributário dele decorrente. 3. Recurso Voluntário conhecido e provido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:13/12/2011.
ACORDAO N.2735- 1a. CPJ. RECURSO N.5981 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372009510004481-5. CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontra na situação de ativo não regular deverá efetuar o recolhimento do ICMS antecipado, no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:13/12/2011. VOTO CONTRÁRIO: do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo pelo provimento do recurso.
ACORDAO N.2736- 1a. CPJ. RECURSO N.5983 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372009510004476-9. CONSELHEIRO RELATOR: ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Configura infração fiscal o estabelecimento adquirente deixar de recolher o ICMS antecipado especial, no momento da entrada em território paraense, estando na situação fiscal de ativo não regular, sujeitando-se o infrator às cominações legais, independentemente do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:13/12/2011. VOTO CONTRÁRIO: do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo pelo provimento do recurso.

SEGUNDA CÂMARA

ACÓRDÃO N.2899 - 2a CPJ. RECURSO Nº 6288 - DE OFÍCIO PROCESSO/AINF Nº 372010510005303-3. CONSELHEIRO RELATOR: ROBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O ingresso de mercadoria no Estado de destino, conforme comprovação nos autos, descaracteriza a presunção legal de internamento dessa mercadoria no Estado do Pará. 3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 02/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 02/12/2011.
ACÓRDÃO N.2900 - 2a CPJ. RECURSO Nº 6292 - DE OFÍCIO PROC./AINF Nº 372007510002079-2. CONSELHEIRO RELATOR: ROBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deve ser reformada a decisão monocrática que afastou a exigência de imposto e multa quando comprovado nos autos a situação de "ativo não regular" em que se encontrava o sujeito passivo à época da ação fiscal. 3. Comprovado nos autos a situação de "ativo não regular" faz-se imprescindível a realização do lançamento pelo fisco para fins de constituir o crédito tributário sob pena de decadência, considerando a indisponibilidade do crédito público e o interesse relevante que o protege. 4. Débito fiscal inscrito em "Dívida Ativa" não se regulariza com a suspensão de sua exigibilidade decorrente de pedido de compensação de créditos acumulados pendente de decisão superior. É a inteligência do artigo 74, § 4º, I, do Regulamento do ICMS. 5. Recurso de Ofício conhecido e provido. DECISÃO: Unânime. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 02/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 02/12/2011.
ACÓRDÃO N.2901 - 2a CPJ. RECURSO Nº 6316 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 032008510000274-8. CONSELHEIRO. RELATOR: ROBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O AINF que descreve transgressão de natureza material deve mencionar os dispositivos legais que assegurem a sua exigibilidade. 3. É nula a decisão de primeira instância que convalida AINF com vício no enquadramento legal. 3. Recurso Voluntário conhecido, para, em preliminar, declarar a nulidade da decisão monocrática. DECISÃO: Unânime. JULGADO

NA SESSÃO DO DIA: 02/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 02/12/2011.
ACORDAO N.2902 - 2a. CPJ. RECURSO N.6318 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372007510002695-2. CONSELHEIRO RELATOR: ROBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O trânsito irregular da mercadoria, desacompanhada de nota fiscal, não se corrige, para efeito de dispensa de penalidades, pela ulterior apresentação da documentação fiscal. É a inteligência do art. 725 do Regulamento do ICMS. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Cláudio Humberto Duarte Barbosa, pelo provimento do recurso.
ACORDAO N.2903 - 2a. CPJ. RECURSO N.6422 - DE OFÍCIO PROCESSO/AINF N.: 042008510003137-7. CONSELHEIRO RELATOR: ROBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão de primeira instância que retira do AINF valores indevidamente exigidos, em decorrência de equívocos cometidos no levantamento fiscal-contábil, situação reconhecida por diligência fiscal, com comprovação nos autos. 3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011.
ACÓRDÃO N.2904 - 2ª CPJ. RECURSO Nº 6314 - DE OFÍCIO PROCESSO/AINF Nº 372008510002834 - 0. CONSELHEIRO RELATOR: ROBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão de primeira instância que declara improcedente o AINF, quando comprovado nos autos a descaracterização da situação de "ativo não regular" do sujeito passivo que deu causa à autuação. 3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 06/12/2011.
ACORDAO N.2905- 2a. CPJ. RECURSO N.6332 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372009510004283-9. CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL NUNES LOPES. . EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deve ser reformada a decisão de primeira instância que declara procedente o AINF, quando comprovada nos autos, no momento da ação fiscal, a situação de "ativo regular" do sujeito passivo. 3. Recurso Voluntário conhecido e provido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/12/2011.
ACORDAO N.2906- 2a. CPJ. RECURSO N.6290 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 182009510000357-2. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA. . EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deixar de apresentar o arquivo, em meio magnético, da leitura da memória fita detalhe - MFD do último dia de cada mês do equipamento emissor de cupom fiscal - ECF, quando solicitado pelo Fisco, constitui infração tributária e sujeita o infrator às penalidades legais. É a inteligência do artigo 452, §§ 3º e 6º do RICMS. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:12/12/2011.
ACORDAO N.2907- 2a. CPJ. RECURSO N.6482 - DE OFÍCIO PROCESSO/AINF N.: 012009510000681-6. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão de primeira instância que reduz o crédito tributário em decorrência do reconhecimento, por diligência, de Regime Especial concessivo de benefício fiscal de crédito presumido. 3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:12/12/2011.
ACÓRDÃO Nº 2908 - 2a CPJ. RECURSO Nº 6484 - VOLUNTÁRIO PROC./AINF Nº 012009510000681-6. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminar de cerceamento de defesa, rejeitada, porque a descrição do fato está em perfeita harmonia com a aplicação da norma infringida e da penalidade imposta. 3. Deixar de recolher o ICMS decorrente de utilização de crédito inexistente, constitui infração tributária e sujeita o infrator às cominações legais. 4. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 12/12/2011.
ACÓRDÃO Nº 2909 - 2a CPJ. RECURSO Nº 2318 - VOLUNTÁRIO PROC. Nº 09373004239-1/AINF Nº 47551. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Comprovado nos autos a existência de nota fiscal avulsa (1ª via), de emissão da SEFA, fica descaracterizada a infração de "mercadoria desacompanhada de documento fiscal". 3. Recurso Voluntário conhecido e provido. DECISÃO: Unânime. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 12/12/2011.
ACORDAO N.2910 - 2a. CPJ. RECURSO N.6132 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372008510003706-4. CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que adquirir mercadoria para comercialização, em operações interestaduais, quando enquadrado na situação de "ativo não regular", deve fazer o recolhimento antecipado do ICMS no momento da entrada

da mercadoria em território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:14/12/2011.
ACORDAO N.2911 - 2a. CPJ. RECURSO N.6134 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372008510003889-3. CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que adquirir mercadoria para comercialização, em operações interestaduais, quando enquadrado na situação de "ativo não regular", deve fazer o recolhimento antecipado do ICMS no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:14/12/2011.
ACORDAO N.2912 - 2a. CPJ. RECURSO N.6136 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372008510003700-5. CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL NUNES LOPES. . EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O contribuinte que adquirir mercadoria para comercialização, em operações interestaduais, quando enquadrado na situação de "ativo não regular", deve fazer o recolhimento antecipado do ICMS no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:14/12/2011.
ACORDAO N.2913 - 2a. CPJ. RECURSO N.6276 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 092008510002597-9. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA. . EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminar de cerceamento de defesa, rejeitada, por unanimidade, porque a infração está comprovada nos autos com a documentação anexa ao AINF (planilha que aponta notas fiscais emitidas pelo sujeito passivo - envolvidas na autuação - e livro fiscal - registro de saídas - que contém o registro destas notas) 3. Deixar de recolher o ICMS decorrente do registro incorreto (a menor) do valor real da operação, constitui infração tributária e sujeita o infrator às cominações legais. 4. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:15/12/2011.
ACORDAO N.2914 - 2a. CPJ. RECURSO N.6528 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 172009510000120-7. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA. . EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deixar de recolher o ICMS-ST incidente nas operações interestaduais com combustível derivado do petróleo (gasolina de aviação), constitui infração tributária e sujeita o infrator às cominações legais. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:15/12/2011.
ACORDAO N.2915 - 2a. CPJ. RECURSO N.6530 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 172009510000117-7. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA. . EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminar de Decadência rejeitada, por unanimidade, porque a regra do artigo 150, § 4º do CTN não se aplica ao caso uma vez que não houve o pagamento antecipado do imposto, e o AINF foi formalizado dentro do prazo quinquenal previsto no artigo 173, I, do CTN. 3. Deixar de recolher o ICMS-ST de operações interestaduais com combustível derivado do petróleo (gasolina de aviação), constitui infração tributária e sujeita o infrator às cominações legais. 4. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:15/12/2011.
ACORDAO N.2916 - 2a. CPJ. RECURSO N.6532 - VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 172009510000119-3. CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA. . EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deixar de recolher o ICMS-ST incidente nas operações interestaduais com combustível derivado do petróleo (gasolina de aviação), constitui infração tributária e sujeita o infrator às cominações legais. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/12/2011. DATA DO ACÓRDÃO:15/12/2011.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CEEAT IPVA/ITCD
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326332**

A Ima. Sra. Dra. SÍLVIA HELENA DE CASTRO NOHUEIRA Cordenadora Executiva Especial de IPVA/ITCD, desta Secretaria de Estado da Fazenda.
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foi lavrado Auto de Infração e Notificação Fiscal – AINF, contra o contribuinte abaixo relacionado, decorrente de ação fiscal de rotina ou pontual. Ficando o mesmo NOTIFICADO no prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação deste edital, a efetuar o recolhimento do Crédito Tributário ou interpor impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias, junto a esta Coordenação localizada na Avenida Gentil Bitencourt, 2566, entre José Bonifácio e Castelo Branco - São Braz, findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 58, de 03 de agosto de 2006.

AINF	RAZÃO SOCIAL	I.E/CNPJ/ CPF
19201150000097-4	PIRAMIDE TRANPORTE COLETIVO LTDA	07.421.386/0001-54

Belém, 28 de dezembro de 2011
SÍLVIA HELENA DE CASTRO NOGUEIRA
Coordenadora Exec .Especial de Administ. Tributária do IPVA/ITCD

**INSTRUÇÃO NORMATIVA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326334
NSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0024, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 0003, de 19 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o disposto no art. 182-A do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001, RESOLVE:

Art. 1º Ficam acrescidos os §§ 6º e 7º ao art. 1º da Instrução Normativa n.º 0003, de 19 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, com as seguintes redações:

“§ 6º A obrigação de que trata o caput do art. 1º, para o contribuinte obrigado ao recolhimento do ICMS dentro do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, e que não se enquadre nas situações de obrigatoriedade previstas no Protocolo ICMS n.º 10, de 18 de abril de 2007, e no Protocolo ICMS n.º 42, de 3 de julho de 2009, terá início em 1º de julho de 2012.

§ 7º A obrigatoriedade da utilização de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, de que trata o inciso III, não se aplica ao Micro Empreendedor Individual de que trata o art. 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.”

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

Secretário de Estado da Fazenda

**PORTARIA Nº 1289 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325944**

O Secretário Adjunto de Receitas da Secretaria de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe é conferida pela Portaria 0315, de 09 de fevereiro de 2011, publicada no DOE n.º 31.857, de 17/02/2011 e;

Considerando o disposto no artigo 4º da Portaria 1022, de 29.12.2003, a qual disciplina o acesso à internet no âmbito desta Secretaria; no artigo 177 da Lei 5.810/94, no artigo 327 Código Penal Brasileiro e; no artigo 199 da Lei 5.810/94;

Considerando os termos do Processo nº. 002011730012941-6, da Corregedoria Fazendária-COFAZ;

RESOLVE:

I - DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar fatos relativos a acessos indevidos à internet, nos termos da Portaria 1022/2003, art. 4º, inciso I, imputados, em tese, aos servidores de identidade funcional nº 45322/1, 5132460/1, 9901140, 47562/1, 25976/1, 57174638/2 e 9901441.

II - CONSTITUIR Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, integrada pelos servidores ADMILSON DA SILVA ELLERES, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional n.º 5570166/1, MARIA DA GRAÇA TEIXEIRA LIMA, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional n.º 05570255/1 e ANA CRISTINA VIANA ABREU, Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional nº. 5097223/1 para, sob a presidência do primeiro, apurar os fatos acima, utilizando-se de todos os meios de prova em direito admitidos.

III - O prazo regular da instrução será de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação por igual período, em caráter excepcional, sob motivação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DE ESTADO DA FAZENDA

28/12/2011.

NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA

SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DE ESTADO DA FAZENDA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT TUCURUÍ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325942**

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não-Tributária de Tucuruí, no uso de suas atribuições, NOTIFICA, aos titulares, sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada, nos termos do Art 11 da Lei nº 6.182/98 e dos Arts. 65 e 66 da Lei nº 5.530/89, combinado com os Arts. 124 e 744

do RICMS, anexo ao Decreto nº 4.676/01, a apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação deste edital, os documentos abaixo relacionados , objeto de ação fiscal de rotina ou pontual, referente ao período de 01/2007 até 12/2008, conforme Ordem de Serviço nº 132011820000162-2

Razão Social: L A M TIMM CARVOARIA

Inscrição Estadual: 15244512-9

Auditor Fiscal Solicitante: Manoel Soares Matos Filho

Documentos solicitados

Balanco Patrimonial

Boletim de Produção

Contrato Social e Alterações

D.A.E (s) de Recolhimento de ICMS

Demonstração do Resultado do Exercício

DIEF/GIEF

Livro de Controle do Estoque e Produção

Livro de Registro de Apuração do ICMS

Livro de Registro de Entradas

Livro de Registro de Inventário

Livro de Registro de Saídas

Livro de Registro de Utilização de Termos de Ocorrências

Notas Fiscais de Entradas

Notas Fiscais de Saída

Notas Fiscais de Saídas – canceladas

Relação das Nfs. Ref. Aos Pag. De 1141 – 1145- 1146 - 1152

Local para entrega dos documentos SEFA – CERAT/TUCURUÍ –

Av. Aloisio Chaves nº 155 – Nova Tucuruí, Tucuruí/pa, telefone

(094) 3778-9144.

O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Art. 78, Inciso IX, alínea “c” da Lei nº 5.530/89, ficando ciente desde já, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando a adoção de medidas em defesa do Erário Estadual.

Tucuruí, 29 de Dezembro de 2011

Hilário Augusto Ferreira Neto

Coordenador Fazendário – Cerat Tucuruí

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT-BELÉM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326350**

A Coordenadora Executiva Regional de Administração Tributária e Não Tributária - CERAT – Belém da Secretaria de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que se encontra a disposição do contribuinte, abaixo identificado, a Notificação de Resultado de Diligência Fiscal executada através da Ordem de Serviço nº 012007820000737-7, ficando o mesmo NOTIFICADO no prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação deste Edital.

Fica assegurado ao sujeito passivo o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do art. 14, § 3º, III da Lei 6.182/98, para que apresente manifestação sobre o Relatório de Fiscalização, devendo a mesma ser apresentada na sede da Coordenação, localizada na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 2º andar, entre Av. José Bonifácio e Trav. Castelo Branco - São Braz, no horário de 08:00 as 14:00 hs, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007.

Findo o prazo, com ou sem manifestação do sujeito passivo, o processo será encaminhado à julgadoria de primeira Instância para prosseguimento dos trâmites legais.

Auditora Responsável: GLÓRIA MARIA RODRIGUES DIAS

AINF	RAZÃO SOCIAL	INSC. EST.
25266	TAMPA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	15.162.981-1

MÁRCIA MARIA COSTA SANTOS

Coordenadora Fazendária - CERAT- Belém

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT-BELÉM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326354**

A Coordenadora Executiva Regional de Administração Tributária e Não Tributária - CERAT – Belém da Secretaria de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que se encontra a disposição do contribuinte, abaixo identificado, a Notificação de Resultado de Diligência Fiscal executada através da Ordem de Serviço nº 012007820000735-0, ficando o mesmo NOTIFICADO no prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação deste Edital.

Fica assegurado ao sujeito passivo o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do art. 14, § 3º, III da Lei 6.182/98, para que apresente manifestação sobre o Relatório de Fiscalização, devendo a mesma ser apresentada na sede da Coordenação, localizada na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 2º andar, entre Av. José Bonifácio

e Trav. Castelo Branco - São Braz, no horário de 08:00 as 14:00 hs, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007.

Findo o prazo, com ou sem manifestação do sujeito passivo, o processo será encaminhado à julgadoria de primeira Instância para prosseguimento dos trâmites legais.

Auditor Responsável: GLÓRIA MARIA RODRIGUES DIAS

AINF	RAZÃO SOCIAL	INSC. EST.
25274	TAMPA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	15.174.967-1

MÁRCIA MARIA COSTA SANTOS

Coordenadora Fazendária - CERAT- Belém

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT-BELÉM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326358**

A Coordenadora Executiva Regional de Administração Tributária e Não Tributária - CERAT – Belém da Secretaria de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que se encontra a disposição do contribuinte, abaixo identificado, a Notificação de Resultado de Diligência Fiscal executada através da Ordem de Serviço nº 012007820000736-9, ficando o mesmo NOTIFICADO no prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação deste Edital.

Fica assegurado ao sujeito passivo o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do art. 14, § 3º, III da Lei 6.182/98, para que apresente manifestação sobre o Relatório de Fiscalização, devendo a mesma ser apresentada na sede da Coordenação, localizada na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 2º andar, entre Av. José Bonifácio e Trav. Castelo Branco - São Braz, no horário de 08:00 as 14:00 hs, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007.

Findo o prazo, com ou sem manifestação do sujeito passivo, o processo será encaminhado à julgadoria de primeira Instância para prosseguimento dos trâmites legais.

Auditor Responsável: GLÓRIA MARIA RODRIGUES DIAS

AINF	RAZÃO SOCIAL	INSC. EST.
25267	TAMPA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	15.162.981-1

MÁRCIA MARIA COSTA SANTOS

Coordenadora Fazendária - CERAT- Belém

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT TUCURUÍ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326002**

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não-Tributária de Tucuruí, no uso de suas atribuições, NOTIFICA, aos titulares, sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada, nos termos do Art 11 da Lei nº 6.182/98 e dos Arts. 65 e 66 da Lei nº 5.530/89, combinado com os Arts. 124 e 744 do RICMS, anexo ao Decreto nº 4.676/01, a apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação deste edital, os documentos abaixo relacionados , objeto de ação fiscal de rotina ou pontual, referente ao período de 02/2007 até 12/2008, conforme Ordem de Serviço nº 132011820000161-4

Razão Social: CARVOARIA PRINCESA IZABEL LTDA

Inscrição Estadual: 15259403-5

Auditor Fiscal Solicitante: Manoel Soares Matos Filho

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Balanco Patrimonial

Boletim de Produção

Comprovante de Entrega – DVA (Declaração do Valor Adicionado)

Contrato Social e Alterações

D.A.E (s) de Recolhimento de ICMS

Declaração de Imposto de Renda Pessoa Juridica

Demonstração do Resultado do Exercício

Livro Caixa

Livro de Controle do Estoque e Produção

Livro de Registro de Apuração do ICMS

Livro de Registro de Entradas

Livro de Registro de Inventário

Livro de Registro de Saídas

Livro de Registro de Utilização de Termos de Ocorrências

Notas Fiscais de Entradas

Notas Fiscais de Saída

Notas Fiscais de Saídas - canceladas

Relação das Nfs. Ref. Aos Pag. De 1141 – 1145- 1146 - 1152

Local para entrega dos documentos SEFA – CERAT/TUCURUÍ –

Av. Aloisio Chaves nº 155 – Nova Tucuruí, Tucuruí/pa, telefone

(094) 3778-9144.

O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado

determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Art. 78, Inciso IX, alínea “c” da Lei nº 5.530/89, ficando ciente desde já, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando a adoção de medidas em defesa do Erário Estadual.
Tucuruí, 29 de Dezembro de 2011
Hilário Augusto Ferreira Neto
Coordenador Fazendário – Cerat Tucuruí

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT TUCURUÍ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326021

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não-Tributária de Tucuruí, no uso de suas atribuições, NOTIFICA, aos titulares, sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada, nos termos do Art 11 da Lei nº 6.182/98 e dos Arts. 65 e 66 da Lei nº 5.530/89, combinado com os Arts. 124 e 744 do RICMS, anexo ao Decreto nº 4.676/01, a apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação deste edital, os documentos abaixo relacionados , objeto de ação fiscal de rotina ou pontual, referente ao período de 01/2007 até 12/2008, conforme Ordem de Serviço nº 132011820000165-7
Razão Social: MADIPAL MADEIREIRA ITATIAIA DO PARÁ LTDA
Inscrição Estadual: 15155419-6
Auditor Fiscal Solicitante: Manoel Soares Matos Filho

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Balanco Patrimonial
Boletim de Produção
Contrato Social e Alterações
D.A.E (s) de Recolhimento de ICMS
Demonstração do Resultado do Exercício
DIEF/GIEF
Livro de Controle do Estoque e Produção
Livro de Registro de Apuração do ICMS
Livro de Registro de Entradas
Livro de Registro de Inventário
Livro de Registro de Saídas
Livro de Registro de Utilização de Termos de Ocorrências
Notas Fiscais de Entradas
Notas Fiscais de Saída
Notas Fiscais de Saídas - canceladas
Relação das Nfs. Ref. Aos Pag. De 1141 – 1145- 1146 - 1152
Local para entrega dos documentos SEFA – CERAT/TUCURUÍ – Av. Aloisio Chaves nº 155 – Nova Tucuruí, Tucuruí/pa, telefone (094) 3778-9144.
O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Art. 78, Inciso IX, alínea “c” da Lei nº 5.530/89, ficando ciente desde já, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando a adoção de medidas em defesa do Erário Estadual.
Tucuruí, 29 de Dezembro de 2011
Hilário Augusto Ferreira Neto
Coordenador Fazendário – Cerat Tucuruí

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/CERAT PARAGOMINAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326019

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e não Tributária, desta CERAT PARAGOMINAS, FAZ SABER aos, titulares e representantes legais da empresa abaixo relacionada, que foi lavrado contra a mesma, Auto de Infração e Notificação Fiscal, ficando a empresa NOTIFICADA, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação deste Edital, a efetuar o recolhimento ou interpor impugnação junto à esta CERAT, localizada a Ave. Presidente Vargas, s/nº Centro, Paragominas - PA, findo o qual, estará sujeito a cobrança executiva do crédito tributário conforme estabelece a Lei nº 6.182 de 30 de dezembro de 1998.
INSC. EST. CONTRIBUINTE / Nº AINF
15.209158-0 AGROFOS COMERCIAL DE PRODUTOS DE NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA 082011510000123-0
Paragominas, 29/11//2011
SHU YUNG FON
Coordenador da CERAT – Paragominas

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT TUCURUÍ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325954

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não-Tributária de Tucuruí, no uso de suas atribuições, NOTIFICA, aos titulares, sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada, nos termos do Art 11 da Lei nº 6.182/98 e dos Arts. 65 e 66 da Lei nº 5.530/89, combinado com os Arts. 124 e 744 do RICMS, anexo ao Decreto nº 4.676/01, a apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação deste edital, os documentos abaixo relacionados , objeto de ação fiscal de rotina ou pontual, referente ao período de 12/2007 até 12/2008, conforme Ordem de Serviço nº 132011820000163-0
Razão Social: CLT – CARVOARIA LOGISTICA TUCURUÍ LTDA
Inscrição Estadual: 15268560-0
Auditor Fiscal Solicitante: Manoel Soares Matos Filho

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Balanco Patrimonial
Boletim de Produção
Contrato Social e Alterações
D.A.E (s) de Recolhimento de ICMS
Demonstração do Resultado do Exercício
DIEF/GIEF
Livro de Controle do Estoque e Produção
Livro de Registro de Apuração do ICMS
Livro de Registro de Entradas
Livro de Registro de Inventário
Livro de Registro de Saídas
Livro de Registro de Utilização de Termos de Ocorrências
Notas Fiscais de Entradas
Notas Fiscais de Saída
Notas Fiscais de Saídas – canceladas
Relação das Nfs. Ref. Aos Pag. De 1141 – 1145- 1146 - 1152
Local para entrega dos documentos SEFA – CERAT/TUCURUÍ – Av. Aloisio Chaves nº 155 – Nova Tucuruí, Tucuruí/pa, telefone (094) 3778-9144.
O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Art. 78, Inciso IX, alínea “c” da Lei nº 5.530/89, ficando ciente desde já, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando a adoção de medidas em defesa do Erário Estadual.
Tucuruí, 29 de Dezembro de 2011
Hilário Augusto Ferreira Neto
Coordenador Fazendário – Cerat Tucuruí

PORTARIA Nº 1288 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325958

O Secretário Adjunto de Receitas da Secretaria de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe é conferida pela Portaria 0315, de 09 de fevereiro de 2011, publicada no DOE n.º 31.857, de 17/02/2011 e;
Considerando os termos do Processo nº. 002011730008264-9, da Corregedoria Fazendária-COFAZ;
Considerando o disposto no artigo 199, da Lei Estadual n.º 5.810/94.
RESOLVE:
I - DETERMINAR a instauração de Sindicância Administrativa de caráter investigatório, para apurar os fatos apontados no relatório nº 021/2011, da Auditoria Geral do Estado-AGE.
II - CONSTITUIR Comissão de Sindicância Administrativa, integrada pelos servidores, DAYSE VIANA DE MURGUEITIO, Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional nº. 5062721/2, MÔNICA HELENA SOARES PEREIRA, Técnico em Gestão Pública, identificação funcional nº. 57173492/1, e SHIRLEY RANGEL CARVALHO OLIVEIRA, Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional nº. 05156505/1, para, sob a presidência do primeiro, apurar os fatos acima, utilizando-se de todos os meios de prova em direito admitidos.
III - O prazo regular da instrução será de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação por igual período, em caráter excepcional, sob motivação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DE ESTADO DA FAZENDA,
Em, 28/12/2011.
NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO / SEFA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325992

PORTARIA Nº 1384 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDER a ZULMA MACHADO DE DEUS, Id Func nº 5394830/1, Datilografo, lotada na CEEAT de IPVA/ITCD, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 10.01.2012 a 08.02.2012, referente ao triênio de 26.08.2004 a 26.08.2007.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se
ADILSON JOSÉ MOTA ALVES
Diretor de Administração

PORTARIA Nº 1387 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
PRORROGAR, por 24 (vinte e quatro) dias a Licença para Tratamento de Saúde, de MARIA DE LOURDES RODRIGUES LIMA, Id Func nº 3247309/1, Contínuo, lotada na CERAT de Abaetetuba, no período de 27.11.2011 a 20.12.2011.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se
ADILSON JOSÉ MOTA ALVES
Diretor de Administração

PORTARIA Nº 1380 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
DESIGNAR SOPHIA CHIE Horiguchi Garcia, Id Func nº 25720/8, Assessor Fazendário, para responder pela Coordenação de Assuntos Fazendários Estratégicos, no período de 02.01.2012 a 31.01.2012, por motivo de Férias do titular Emanuel Borges Moreira, Id Func nº 5186706/6.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se
ADILSON JOSÉ MOTA ALVES
Diretor de Administração

PORTARIA Nº 1381 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

REMOVER, a pedido, ROSELI MARIA KEMPFFER PANTOJA, Datilografo, Id Func nº 0200581602, da CERAT de Capanema para a CAFÉ / Célula Do Planejamento Estratégico.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se
ADILSON JOSÉ MOTA ALVES
Diretor de Administração

PORTARIA Nº 1382 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
REMOVER, a pedido, ANA TEREZA DE MOURA LIMA, Agente Administrativo, Id Func nº 0071594801, da CEEAT de Grande Contribuintes para a DFI / Célula de Avaliação e Controle de Automação Fiscal.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se
ADILSON JOSÉ MOTA ALVES
Diretor de Administração

PORTARIA Nº 1383 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
REMOVER, a pedido, JOSE MARIA MOURA DA LUZ, Auxiliar Técnico, Id Func nº 0576072001, da CEEAT de Substituição Tributária para a CERAT de Castanhal.

PORTARIA Nº 1385 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDER a LUIZ CARLOS DE SOUZA QUEIROZ, Id Func nº 0325146203, Agente Administrativo, lotado na CERAT de Tucuruí, 60 (Sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 02/01/2012 a 01/03/2012, correspondentes ao triênio de 12/06/2001 a 11/06/2004.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se
ADILSON JOSÉ MOTA ALVES
Diretor de Administração

PORTARIA Nº 1386 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDER a MARIA JOSE MOURA DE ALMEIDA, Id Func nº 0324687601, Técnico, lotada na Unidade de Controle Interno, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 02/01/2012 a 31/01/2012, correspondentes ao triênio de 15/06/2002 a 14/06/2005.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se
ADILSON JOSÉ MOTA ALVES
Diretor de Administração

PORTARIA Nº 1388 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDER 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, a MARIA DE FATIMA LOUREIRO BARROS, Id Func nº 5208718/1, Datilografo, lotada na DAD / Célula de Gestão de Pessoas, no período de 12/12/2011 a 25/12/2011.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se
ADILSON JOSÉ MOTA ALVES
Diretor de Administração

ERRATA

PORTARIA Nº 1345 DE 12.12.2011, PUBLICADA NO DOE Nº 32.056 DE 15.12.2011.

Nome: Elene Catarine Fernandes da Silva
Onde se lê: Célula de Planejamento, Monitoramento e Estudos Técnicos de Fiscalização / DFI
Leia-se: Coordenação Executiva de Controle de Mercadorias em Trânsito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT TUCURUÍ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325978

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não-Tributária de Tucuruí, no uso de suas atribuições, NOTIFICA, aos titulares, sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada, nos termos do Art 11 da Lei nº 6.182/98 e dos Arts. 65 e 66 da Lei nº 5.530/89, combinado com os Arts. 124 e 744 do RICMS, anexo ao Decreto nº 4.676/01, a apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação deste edital, os documentos abaixo relacionados , objeto de ação fiscal de rotina ou pontual, referente ao período de 08/2007 até 12/2008, conforme Ordem de Serviço nº 132011820000164-9
Razão Social: C L B – CARVOARIA LOGÍSTICA BELÉM LTDA
Inscrição Estadual: 15265693-6
Auditor Fiscal Solicitante: Manoel Soares Matos Filho

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Balanco Patrimonial
Boletim de Produção
D.A.E (s) de Recolhimento de ICMS
Declaração de Imposto de Renda Pessoa Juridica
Demonstração do Resultado do Exercício
DIEF/GIEF
Livro de Controle do Estoque e Produção
Livro de Registro de Apuração do ICMS
Livro de Registro de Entradas
Livro de Registro de Inventário
Livro de Registro de Saídas
Livro de Registro de Utilização de Termos de Ocorrências
Notas Fiscais de Entradas
Notas Fiscais de Saída
Relação das Nfs. Ref. Aos Pag. De 1141 – 1145- 1146 - 1152
Local para entrega dos documentos SEFA – CERAT/TUCURUÍ – Av. Aloisio Chaves nº 155 – Nova Tucuruí, Tucuruí/pa, telefone (094) 3778-9144.

O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos

termos do Art. 78, Inciso IX, alínea “c” da Lei nº 5.530/89, ficando ciente desde já, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando a adoção de medidas em defesa do Erário Estadual.
Tucuruí, 29 de Dezembro de 2011
Hilário Augusto Ferreira Neto
Coordenador Fazendário – Cerat Tucuruí
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0023 , DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326089
Altera dispositivo da Instrução Normativa nº 0033, de 22 de dezembro de 2008, que estabelece prazos especiais de recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o disposto no art. 113 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001, RESOLVE:
Art. 1º O art. 4º da Instrução Normativa nº 0033, de 22 de dezembro de 2008, que estabelece prazos especiais de recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012."
Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
JOSÉ BARROSO TOSTES NETO
Secretário de Estado da Fazenda

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326049
CONTRATO: 34
Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: Aquisição de certificados digitais para pessoas físicas e-CPF tipo A 3 (ICP-Brasil).
Valor Total: 16.170,00
Data Assinatura: 20/12/2011
Vigência: 20/12/2011 a 19/12/2012
Pregão Eletrônico: 4/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
04129119126470000 449039 0330000000 Estadual
Contratado: CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL
Endereço: R Bela Cintra, 904
CEP. 01415-000 - São Paulo/SPComplemento: 16º andar
Telefone: 0000000000
Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

Banco do Estado do Pará S.A.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326081
O BANPARÁ S/A torna pública a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do certame, publicado em 27/12/2011.
Juliana Naif
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
NÚMERO: 2/2012
Objeto: Contratação de licença de uso de software, p/ controle, gerenciamento e processamento de operações de compra/venda cessão de crédito e módulo de integração de informações com a central de cessão de crédito-C3, efetuando o gerenciamento da comunicação dos dados c/ a Câmara Interbancária de Pagamentos. Incluindo: instalação, integração, migração de dados, treinamento de pessoal, atualização de versão, manual técnico e de usuário, customização, manutenção e suporte técnico.
Entrega do Edital: O EDITAL encontra-se disponível nos sites www.banparanet.com.br / www.compraspara.pa.gov.br / www.comprasnet.gov.br. Na impossibilidade de obtenção pela internet, o mesmo estará disponível na CPL situada na Av. Presidente Vargas, 251 6º andar – Comércio - Belém-Pará, em dias úteis, podendo ser solicitado também pelo e-mail: cpl@banparanet.com.br
Observação: UASG: 925803 - Observar o Horário Brasileiro de Verão.
Responsável pelo certame: EDILAMAR PINHEIRO PANTOJA
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br

Data da Abertura: 13/01/2012
Hora da Abertura: 11:00
Ordenador: Augusto Sérgio Amorim Costa
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326202
INEXIGIBILIDADE: 16/2011
Data: 22/12/2011
Valor: 112.500,00
Objeto: Prestação de serviço técnico especializado de treinamento in company de formação de auditores
Fundamento Legal: Art. 25 Inciso II, combinado com art. 13 da lei Nº 8.666/93
Contratado(s):
Nome: Instituto dos Auditores Internos do Brasil
Endereço: R Laplace, Bairro: Brooklin Paulista, 74
CEP. 04622-000 - São Paulo/SP
Complemento: 12º andar, 121 e 123 Cond.Edf.Baker Square
Telefone: 0000000000
Ordenador: Augusto Sérgio Amorim Costa

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

PORTARIA Nº 211, DE 21/12/2011 - DIPLAN
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, usando de suas atribuições que lhe confere o § 2º do artigo 17 da Lei nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2011.
RESOLVE:
I - Alterar a Modalidade de Aplicação e o(s) elemento(s) de despesa no valor de R\$ 1.506.178,42 (Hum Milhão, Quinhentos e Seis Mil, Cento e Setenta e Oito Reais e Quarenta e Dois Centavos), na(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), conforme o(s) inciso(s) I e II do art. 17 da LOA 2011, da forma abaixo discriminada(s):

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
161011212212821956 - SEDUC	0102	444051	77.594,17
161011236112556226 - SEDUC	0102	334041	60.221,47
161011236212554964 - SEDUC	0143	319113	19.060,50
161011236612556215 - SEDUC	0143	319113	76.455,28
901011030111862611 - FES	0101	444052	100.000,00
901011030211852610 - FES	0103	335041	1.042.847,00
901011030211852610 - FES	0349	334041	130.000,00
		TOTAL	1.506.178,42

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a Modalidade de Aplicação da(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) mesma(s) atividade(s) e projeto(s), da forma abaixo discriminada(s):

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
161011212212821956 - SEDUC	0102	449051	77.594,17
161011236112556226 - SEDUC	0102	339093	60.221,47
161011236212554964 - SEDUC	0143	319013	19.060,50
161011236612556215 - SEDUC	0143	319004	76.455,28
901011030111862611 - FES	0101	449052	100.000,00
901011030211852610 - FES	0103	334041	1.042.847,00
901011030211852610 - FES	0349	335092	130.000,00
		TOTAL	1.506.178,42

III - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.
Registre-se, publique-se e cumpra-se
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326335
Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO ORC.FIN.
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: 040/2011
Data de Admissão: 01/01/2012
Nome do Servidor

Cargo do Servidor

Término Vínculo Observação
JUREMA DE OLIVEIRA BENTES ARAUJO AGENTE DE CREDITO 26/06/2012 POLO BELEM
Ordenador: Sérgio Roberto Bacury de Lira
PORTARIA Nº 215, DE 26/12/2011 - DIPLAN
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326300

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, usando de suas atribuições que lhe confere o § 2º do artigo 17 da Lei nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2011.
RESOLVE:
I - Alterar a Modalidade de Aplicação no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), na(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), conforme o(s) inciso(s) I do art. 17 da LOA 2011, da forma abaixo discriminada(s):

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
722012312201254535 - JUCEPA	0261	319113	25.000,00
		TOTAL	25.000,00

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a Modalidade de Aplicação da(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) mesma(s) atividade(s) e projeto(s), da forma abaixo discriminada(s):

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
722012312201254535 - JUCEPA	0261	319013	25.000,00
		TOTAL	25.000,00

III - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.
Registre-se, publique-se e cumpra-se
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
PORTARIA Nº 209, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011 - DIPLAN

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326295
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 80, de 2 de maio de 2011, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o 2º quadrimestre do exercício de 2011.
RESOLVE:
I - Reduzir no montante de R\$ 4.820.791,17 (Quatro Milhões, Oitocentos e Vinte Mil, Setecentos e Noventa e Um Reais e Dezessete Centavos), a quota do segundo quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.
II - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.
Registre-se, publique-se e cumpra-se,
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
ANEXO A PORTARIA Nº 209, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2011				
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
DEFESA SOCIAL						
PMPA						
Investimentos		0,00	0,00	8.698,00	0,00	8.698,00
Equipamentos e Material Permanente						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) MP	0112	0,00	0,00	8.698,00	0,00	8.698,00
GESTÃO						
IDESP						
Outras Despesas Correntes		2.791,59	0,00	0,00	0,00	2.791,59
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A)						
IDEFLO	0261	2.791,59	0,00	0,00	0,00	2.791,59
POLÍTICA SOCIAL						
SEAS						
Outras Despesas Correntes		30.014,17	0,00	0,00	0,00	30.014,17
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FEAS	0139	30.014,17	0,00	0,00	0,00	30.014,17

POLÍTICA SÓCIO-CULTURAL					
SEDUC					
Investimentos	1.527.872,41	0,00	0,00	0,00	1.527.872,41
Obras e Instalações					
0106	1.527.872,41	0,00	0,00	0,00	1.527.872,41
Outras Despesas Correntes	3.251.415,00	0,00	0,00	0,00	3.251.415,00
Despesas Ordinárias					
0104	3.251.415,00	0,00	0,00	0,00	3.251.415,00

PROGRAMA/ÓRGÃO	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2011				
		MAIO	JULHO	AGOSTO	TOTAL	
APOIO ADMINISTRATIVO		0,00	0,00	8.698,00	0,00	8.698,00
PMPA						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) MP						
EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE	0112	0,00	0,00	8.698,00	0,00	8.698,00
PARÁ TODOS		3.251.415,00	0,00	0,00	0,00	3.251.415,00
SEDUC						
	0104	3.251.415,00	0,00	0,00	0,00	3.251.415,00
EXTRATIVISMO VIVO		2.791,59	0,00	0,00	0,00	2.791,59
IDESP						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A)						
IDEFLOR						
	0261	2.791,59	0,00	0,00	0,00	2.791,59
GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS		30.014,17	0,00	0,00	0,00	30.014,17
SEAS						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A)						
FEAS						
	0139	30.014,17	0,00	0,00	0,00	30.014,17
QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA		1.527.872,41	0,00	0,00	0,00	1.527.872,41
DA REDE ESCOLAR ESTADUAL						
SEDUC						
	0106	1.527.872,41	0,00	0,00	0,00	1.527.872,41

FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2011				
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
0104 - Quota Parte do Salário Educação - Quota Estadual	3.251.415,00	0,00	0,00	0,00	3.251.415,00
0106 - RECUR.PROV.DE TRANSF. CONVENIOS E OUTROS.	1.527.872,41	0,00	0,00	0,00	1.527.872,41
0112 - Receita Patrimonial - Outros Poderes	0,00	0,00	8.698,00	0,00	8.698,00
0139 - FEAS - Repasse Fundo a Fundo	30.014,17	0,00	0,00	0,00	30.014,17
0261 - REC.PROP.DIRETAMENTE ARREC.PELO ORG.ADM.INDIR	2.791,59	0,00	0,00	0,00	2.791,59
TOTAL	4.812.093,17	0,00	8.698,00	0,00	4.820.791,17

PORTARIA Nº 205, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011 - DIPLAN
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326291

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 174, de 1 de setembro de 2011, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o 3º quadrimestre do exercício de 2011.

RESOLVE:

I - Reduzir no montante de R\$ 27.809.857,12 (Vinte e Sete Milhões, Oitocentos e Nove Mil, Oitocentos e Cinquenta e Sete Reais e Doze Centavos), a quota do terceiro quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.

II – A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,

SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA

Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

ANEXO A PORTARIA Nº 205, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2011				
		SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
DEFESA SOCIAL	-					
SUSIPE						
Investimentos		0,00	259.850,24	0,00	0,00	259.850,24
Equipamentos e Material Permanente						
	0101	0,00	157.300,00	0,00	0,00	157.300,00
Obras e Instalações						
	0101	0,00	102.550,24	0,00	0,00	102.550,24
GESTÃO						

Auditoria Geral do Estado						
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	0,00	0,00	26.313,09	26.313,09
Folha de Pessoal						
	0101	0,00	0,00	0,00	26.313,09	26.313,09
Enc. SEFA						
Inversões Financeiras		11.000.000,00	11.000.000,00	0,00	0,00	22.000.000,00
Aumento de Capital						
	0130	11.000.000,00	11.000.000,00	0,00	0,00	22.000.000,00
SEFA						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	233.135,99	0,00	233.135,99
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	7.735,99	0,00	7.735,99
	2121	0,00	0,00	225.400,00	0,00	225.400,00

INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE					
SEOP					
Investimentos	1.073.506,60	0,00	0,00	0,00	1.073.506,60
Obras e Instalações					
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES					
0103	1.073.506,60	0,00	0,00	0,00	1.073.506,60

POLÍTICA SOCIAL						
FES						
Outras Despesas Correntes	0,00	2.272.124,48	0,00	0,00	2.272.124,48	
Despesas Ordinárias						
0103	0,00	2.272.124,48	0,00	0,00	2.272.124,48	

POLÍTICA SÓCIO-CULTURAL						
SECULT						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	124.227,91	0,00	124.227,91
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	124.227,91	0,00	124.227,91
SEDUC						
Outras Despesas Correntes		1.787.585,00	0,00	0,00	0,00	1.787.585,00
Despesas Ordinárias						
	0104	1.787.585,00	0,00	0,00	0,00	1.787.585,00
Pessoal e Encargos Sociais		33.113,81	0,00	0,00	0,00	33.113,81
Folha de Pessoal						
	0143	33.113,81	0,00	0,00	0,00	33.113,81

PROGRAMA/ÓRGÃO	FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2011				
		SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ÁGUA PARA TODOS		11.000.000,00	11.000.000,00	0,00	0,00	22.000.000,00
Enc. SEFA						
0130	11.000.000,00	11.000a.000,00	0,00	0,00	22.000.000,00	
APOIO ADMINISTRATIVO		0,00	0,00	7.735,99	26.313,09	34.049,08
Auditoria Geral do Estado						
0101	0,00	0,00	0,00	26.313,09	26.313,09	
SEFA						
0101	0,00	0,00	7.735,99	0,00	7.735,99	
CULTURA PARA TODOS		0,00	0,00	107.905,79	0,00	107.905,79
SECULT						
0101	0,00	0,00	107.905,79	0,00	107.905,79	
EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARÁ TODOS		1.820.698,81	0,00	0,00	0,00	1.820.698,81
SEDUC						
0104	1.787.585,00	0,00	0,00	0,00	1.787.585,00	
0143	33.113,81	0,00	0,00	0,00	33.113,81	
GESTÃO FAZENDÁRIA		0,00	0,00	225.400,00	0,00	225.400,00
SEFA						
2121	0,00	0,00	225.400,00	0,00	225.400,00	
GESTÃO INTELIGENTE E INTEGRADA		0,00	157.300,00	0,00	0,00	157.300,00
SUSIPE						
0101	0,00	157.300,00	0,00	0,00	157.300,00	
RECONQUISTANDO A CIDADANIA		0,00	102.550,24	0,00	0,00	102.550,24
SUSIPE						
0101	0,00	102.550,24	0,00	0,00	102.550,24	
RESOLUTIVIDADE NA SAÚDE		1.073.506,60	0,00	0,00	0,00	1.073.506,60
SEOP						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
0103	1.073.506,60	0,00	0,00	0,00	1.073.506,60	
SAÚDE ESSENCIAL		0,00	2.272.124,48	0,00	0,00	2.272.124,48
FES						
0103	0,00	2.272.124,48	0,00	0,00	2.272.124,48	
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO		0,00	0,00	16.322,12	0,00	16.322,12
SECULT						

	0101	0,00	0,00	16.322,12	0,00	16.322,12
	3º QUADRIMESTRE - 2011					
FONTE	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	
0101 - RECURSOS ORDINARIOS	0,00	259.850,24	131.963,90	26.313,09	418.127,23	
0103 - FES - Recursos Ordinários	1.073.506,60	2.272.124,48	0,00	0,00	3.345.631,08	
0104 - Quota Parte do Salário Educação - Quota Estadual	1.787.585,00	0,00	0,00	0,00	1.787.585,00	
0130 - OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS	11.000.000,00	11.000.000,00	0,00	0,00	22.000.000,00	
0143 - Fundo de Manutenção e Desenv. da Ed. Básica e Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB	33.113,81	0,00	0,00	0,00	33.113,81	
2121 - Recursos de Contrapartida de Empréstimos do BID	0,00	0,00	225.400,00	0,00	225.400,00	
TOTAL	13.894.205,41	13.531.974,72	357.363,90	26.313,09	27.809.857,12	

PORTARIA Nº 204, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011 - DIPLAN
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326285
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 01, de 3 de janeiro de 2011, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o 1º quadrimestre do exercício de 2011.

RESOLVE:

I - Reduzir no montante de R\$ 40.274.057,75 (Quarenta Milhões, Duzentos e Setenta e Quatro Mil, Cinquenta e Sete Reais e Setenta e Cinco Centavos), a quota do primeiro quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.

II – A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,

SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA

Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

ANEXO A PORTARIA Nº 204, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2011					
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL	
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO							
FEMA							
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	259.540,00	0,00	259.540,00	
Despesas Ordinárias							
PROVISÃO RECEBIDA DO(A)							
SEMA							
	0316	0,00	0,00	259.540,00	0,00	259.540,00	
GESTÃO							
Enc. SEFA							
Inversões Financeiras		10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00	
Aumento de Capital							
	0130	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00	
IDESP							
Outras Despesas Correntes		0,00	14.517,75	0,00	0,00	14.517,75	
Despesas Ordinárias							
DESTAQUE RECEBIDO DO(A)							
IDEFLOR							
	0661	0,00	14.517,75	0,00	0,00	14.517,75	
PROGRAMA(ÓRGÃO)							
FONTE		1º QUADRIMESTRE - 2011					
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL	
ÁGUA PARA TODOS		10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00	
Enc. SEFA							
		0130	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00	
EXTRATIVISMO VIVO		0,00	14.517,75	0,00	0,00	14.517,75	
IDESP							
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) IDEFLOR							
		0661	0,00	14.517,75	0,00	14.517,75	
ORDENAMENTO TERRITORIAL		0,00	0,00	259.540,00	0,00	259.540,00	
FEMA							
PROVISÃO RECEBIDA DO(A) SEMA							
		0316	0,00	0,00	259.540,00	0,00	259.540,00

FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2011				
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
0130 - OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
0316 - Recursos Próprios do Fundo Estadual de Meio Ambiente	0,00	0,00	259.540,00	0,00	259.540,00
0661 - Recursos Próprios Diretamente Arrecadado pela Administração Indireta	0,00	14.517,75	0,00	0,00	14.517,75
TOTAL	10.000.000,00	10.014.517,75	10.259.540,00	10.000.000,00	40.274.057,75

PORTARIA Nº 213, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011 -
DIPLAN
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326279

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 174, de 1 de setembro de 2011, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o 3º quadrimestre do exercício de 2011.

RESOLVE:

I - Reduzir no montante de R\$ 4.889.130,00 (Quatro Milhões, Oitocentos e Oitenta e Nove Mil, Cento e Trinta Reais), a quota do terceiro quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.

II – A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA

Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
ANEXO A PORTARIA Nº 213, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2011				
		SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
DEFESA SOCIAL						
CBM						
Investimentos		0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00
Equipamentos e Material						
Permanente						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) SEMA						
	0316	0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00
INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE						
SEOP						
Investimentos		0,00	4.389.130,00	0,00	0,00	4.389.130,00
Obras e Instalações						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A)						
SEDURB						
	0101	0,00	4.389.130,00	0,00	0,00	4.389.130,00

PROGRAMA/ÓRGÃO	FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2011				
		SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
EFICIÊNCIA E QUALIDADE NA GESTÃO MUNICIPAL		0,00	4.389.130,00	0,00	0,00	4.389.130,00
SEOP						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) SEDURB						
	0101	0,00	4.389.130,00	0,00	0,00	4.389.130,00
ORDENAMENTO TERRITORIAL		0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00
CBM						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) SEMA						
	0316	0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00

FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2011				
	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
0101 - RECURSOS ORDINARIOS	0,00	4.389.130,00	0,00	0,00	4.389.130,00
0316 - Recursos Próprios do Fundo Estadual de Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00
TOTAL	0,00	4.389.130,00	0,00	500.000,00	4.889.130,00

PORTARIA Nº 212, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011 -
DIPLAN
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326272

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 80, de 2 de maio de 2011, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o 2º quadrimestre do exercício de 2011.

RESOLVE:

I - Reduzir no montante de R\$ 505.535,32 (Quinhentos e Cinco Mil, Quinhentos e Trinta e Cinco Reais e Trinta e Dois Centavos), a quota do segundo quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.

II – A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA

Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

ANEXO A PORTARIA Nº 212, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2011				
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE						
SEOP						
Investimentos		0,00	325.535,32	0,00	0,00	325.535,32
Obras e Instalações						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	0103	0,00	325.535,32	0,00	0,00	325.535,32
POLÍTICA SÓCIO-CULTURAL						
SEDOC						
Investimentos		180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
Obras e Instalações						
	0102	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00

PROGRAMA/ÓRGÃO	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2011				
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA REDE ESCOLAR ESTADUAL		180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
SEDOC						
	0102	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
RESOLUTIVIDADE NA SAÚDE		0,00	325.535,32	0,00	0,00	325.535,32
SEOP						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	0103	0,00	325.535,32	0,00	0,00	325.535,32

FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2011				
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
0102 - EDUCAÇÃO - RECURSOS ORDINÁRIOS	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
0103 - FES - Recursos Ordinários	0,00	325.535,32	0,00	0,00	325.535,32
TOTAL	180.000,00	325.535,32	0,00	0,00	505.535,32

P O R T A R I A Nº 214, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011 -
DIPLAN
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326260

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, usando das atribuições que lhe confere o § 2º do art. 10 da lei nº 7.493, de 28 de dezembro de 2010 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2011.

RESOLVE :

I – Redefinir como Contrapartida Estadual os recursos ordinários do Tesouro, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais), na(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), conforme inciso II do art. 10, da LOA 2011 , da forma abaixo discriminada(s):

R\$			
CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
782011966112616035 - FAPESPA	6122	339018	250.000,00
		TOTAL	250.000,00

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor as Fontes de Recursos da(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) mesma(s) atividade(s) e projeto(s), da forma abaixo discriminada(s):

R\$			
CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
782011966112616035 - FAPESPA	0122	339020	250.000,00
		TOTAL	250.000,00

Art. III - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.
Registre-se, publique-se e cumpra-se
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
DESIGNAR PARA RESPONDER
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326005
PORTARIA Nº. 1366, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

A Diretora Administrativo-Financeira, no uso de suas atribuições delegadas pela PORTARIA Nº. 163, de 16 de fevereiro de 2011, e considerando a CI nº 087/2011, DE 22/12/2011 - DIOR.

R E S O L V E:

DESIGNAR, o servidor PAULO SÉRGIO DA SILVA ARAÚJO, matrícula nº. 57175273/1, ocupante do cargo de Técnico em

Gestão Pública, para responder pelo cargo de Diretor DAS-5, durante o impedimento da titular, CHENIA ELFRISA TORTOLA BURLAMAQUI, no período de 05/01/2012 a 03/02/2012.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, 28 de dezembro de 2011.

CLÁUDIA SALAME SERIQUE

Diretora Administrativo-Financeira.

LICENÇA PRÊMIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325971
PORTARIA Nº. 1361, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

A Diretora Administrativo-Financeira no uso de suas atribuições delegadas pela PORTARIA Nº 163, de 16 de fevereiro de 2011, considerando o parecer jurídico favorável e processo nº 2011/476843, de 21/11/2011.

RESOLVE:

CONCEDER a servidora MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA, matrícula nº. 28487/1, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 11/01/2012 a 09/02/2012, correspondente ao triênio 1999/2002.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, 27 de dezembro de 2011.

CLÁUDIA SALAME SERIQUE

Diretora Administrativo-Financeira

LICENÇA PRÊMIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325991
PORTARIA Nº. 1365 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

A Diretora Administrativo-Financeira usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 163, de 16 de fevereiro de 2011 e considerando o parecer jurídico favorável ao requerimento da servidora.

RESOLVE:

CONCEDER a servidora CHENIA ELFRISA TORTOLA BURLAMAQUI, matrícula nº. 13463/1, ocupante do cargo Assistente Social, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 05/01/2012 a 03/02/2012, correspondente ao triênio 1999/2002.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, 28 de dezembro de 2011.

CLÁUDIA SALAME SERIQUE

Diretora Administrativo-Financeira

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326356

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO ORC.FIN.
Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: 045/2011

Data de Admissão: 01/01/2012

Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação

ANTONIO LEMOS DA SILVA NETO CONSULTOR
JURÍDICO DO ESTADO 26/06/2012 POLO BELEM

Ordenador: Sérgio Roberto Bacury de Lira

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326340

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO ORC.FIN.
Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: 041/2011

Data de Admissão: 01/01/2012

Nome do Servidor Cargo do Servidor

Término Vínculo Observação
ANTONIO CARLOS QUEIROZ DE FREITAS FILHO TECNICO

EM GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA26/06/2012 POLO BELEM

Ordenador: Sérgio Roberto Bacury de Lira

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326348

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO ORC.FIN.
Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: 043/2011

Data de Admissão: 01/01/2012

Nome do Servidor Cargo do Servidor

Término Vínculo Observação
ALESSANDRA CAROLINE DOS SANTOS NASCIMENTO TECNICO

EM GESTÃO DE INFORMATICA 26/06/2012 POLO BELEM

Ordenador: Sérgio Roberto Bacury de Lira

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326343

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO ORC.FIN.
Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: 042/2011

Data de Admissão: 01/01/2012

Nome do Servidor Cargo do Servidor

Término Vínculo Observação
ANTONIO MARIANO DE CINTRA SANTOS JUNIOR TECNICO

EM GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA26/06/2012 POLO BELEM

Ordenador: Sérgio Roberto Bacury de Lira

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326353
Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO ORC.FIN.
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: 044/2011
Data de Admissão: 01/01/2012
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
JADERSON CARDOSO BRANDÃO TECNICO EM
GESTÃO DE INFORMATICA 26/06/2012 POLO BELEM
Ordenador: Sérgio Roberto Bacury de Lira



PORTARIA Nº 250 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326006
O Presidente da **IMPrensa Oficial do Estado**, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 249 de 15 de dezembro de 2011, publicada no DOE nº 32057 de 16.12.2011 que concede à servidora **RENATA GAIA CARDOSO**, matrícula nº 54197269/2, Assessor, 6 ½ diárias e meia.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
LUIS CLÁUDIO ROCHA LIMA
Presidente

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326067
O Presidente da IMPrensa Oficial do Estado – IOE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando os termos do Processo Licitatório realizado na modalidade de **Pregão Eletrônico, sob o n.º 029/2011/IOE**, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços e limpeza e conservação, com fornecimento de material, nas dependências da IOE, conforme especificações e quantitativos constantes no edital e seus anexos, o qual proclamou como vencedora a empresa **MDC COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA**, resolve **ADJUDICAR** e **HOMOLOGAR** o referido certame, com base no disposto no art. 5º, inciso IV, da Lei Estadual n.º 6.474, de 06 de agosto de 2002. Belém (PA), 29 de dezembro de 2011.
LUÍS CLÁUDIO ROCHA LIMA
Presidente

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO



TERMO ADITIVO A CONVÊNIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326283
Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 29/12/2011
Valor: 0,00
Vigência: 01/01/2012 a 31/12/2012
Justificativa: FALTA DE DESEMBOLSO TOTAL DO VALOR DO CONVÊNIO, O QUAL INVIABILIZOU O CUMPRIMENTO DO OBJETO, CONFORME JUSTIFICATIVA TÉCNICA.
Objeto: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA POR MAIS 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE 01/01/2012, EXPIRANDO-SE EM 31/12/2012.
Convenio: 2010-036
Exercício: 2011
Partes:
Beneficiário ente Privado: ASSOCIAÇÃO DOS PROD E PESC AGRO-EXTRATIVISTAS DO RIO IPANEMA

Concedente: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
Nome do Ordenador: Eliana França dos Santos Zacca

PORTARIAS E TERMO ADITIVO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326299
PORTARIA Nº 186 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conferidas pelo Decreto de 01 de janeiro de 2011.

R E S O L V E:
Art. 1º - SUSPENDER, as férias da servidora NAZARACI MACEDO NATIVIDADE, matrícula 13935/1, concedida através da Portaria nº 185, de 22.12.2011, devido a necessidade de serviços desta Secretaria.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, 26 DE DEZEMBRO DE 2011
HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES
Secretário de Estado de Agricultura

PORTARIA Nº 187, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conferidas pelo Decreto de 01 de janeiro de 2011.
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR a servidora ROSINETE VIDAL DE CARVALHO, ocupante do cargo de Aux. Técnico, matrícula 5009146/1, para responder pela Gerência de Área de Finanças e Contabilidade, no período de 02 a 31.01.2012, em razão da titular estar substituindo a Diretora Administrativa e Financeira por motivo de férias,
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a contar de 02.01.2012.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES
Secretário de Estado de Agricultura
PORTARIA Nº 188, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011
A SECRETÁRIA ADJUNTA DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conferidas pelo Decreto de 01 de janeiro de 2011.

CONSIDERANDO os termos do Processo 2011/523346,
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR a servidora ROSANA BARBOSA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula 20842/1, para responder como Secretária de Gabinete do Adjunto, no período de 02 a 31.01.2012, em razão das férias da titular, servidora MARIA DE FÁTIMA NOGUEIRA BENTO.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a contar de 02.01.2012.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, 27 DE DEZEMBRO DE 2011
ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCA
Secretária Adjunta

PORTARIA Nº 189, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
A SECRETÁRIA ADJUNTA DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conferidas pelo Decreto de 01 de janeiro de 2011.

R E S O L V E:
Art. 1º - **REMOVER** o servidor PAULO EDUARDO BENTES DE MELO E SILVA, ocupante do cargo de Engº Agrônomo, matrícula 21695/1, da SAGRI-Sede-Belém, para a Gerência Regional de Santarém.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a contar de 01.01.2012.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, 28 DE DEZEMBRO DE 2011
ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCA
Secretária Adjunta

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE SERVIDOR
TEMPORÁRIO

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA e NATHALIA DE OLIVA FARIAS
CARGO: Consultor Jurídico do Estado
DATA ADMISSÃO: 01.01.2012
VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO ADITIVO: 30.06.2012
ORDENADOR RESPONSÁVEL: HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE SERVIDOR
TEMPORÁRIO

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA e MILENA RODRIGUES FONSECA
CARGO: Técnico em Gestão Agropecuária
DATA ADMISSÃO: 01.01.2012
VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO ADITIVO: 30.06.2012
ORDENADOR RESPONSÁVEL: HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE SERVIDOR
TEMPORÁRIO

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA e MARIA DO CARMO GOMES MARTINS MENDES
CARGO: Técnico em Gestão Pública
DATA ADMISSÃO: 01.01.2012
VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO ADITIVO: 30.06.2012
ORDENADOR RESPONSÁVEL: HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE SERVIDOR
TEMPORÁRIO

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA e FABRICIO MIRANDA SIZO
CARGO: Consultor Jurídico do Estado
DATA ADMISSÃO: 01.01.2012
VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO ADITIVO: 31.12.2012
ORDENADOR RESPONSÁVEL: ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCA

CONTRATO
NÚMERO DE PÚBLICAÇÃO: 326207

Contrato: 2011-049
Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de telefonia móvel pessoal, sistema informatizado de gerenciamento on-line, e cessão, em regime de comodato, de 37 aparelhos telefônicos móveis e 02 mini-moldens, conforme termo de referência do processo licitatório nº014/2011-SEAD/DGL/SRP.
Valor Total: 30.894,00
Data Assinatura: 28/12/2011
Vigência: 01/01/2012 a 31/12/2014
Registro de Preços: 2011/14
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
20122012545340000 339039 0101000000 Estadual
Contratado: TNL PCS S/A
Endereço: R Jangadeiros, 048
CEP. 22420-010 - Rio de Janeiro/RJTelefone: 0000000000
Ordenador: HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326237

Ato: 004/2011
Término Vínculo: 31/12/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: término de contrato
Orgão: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

Servidor(es):
Temporário / carlia luzia braga de oliveira (Assistente Administrativo)<br
Ordenador: Eliana França dos Santos Zacca

Empresa de Assistência Técnica
e Extensão Rural do Estado do Pará

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326344
PORTARIA Nº 0981/2011 - 02.11.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE
DESIGNAR, o Diretor Técnico, **HUMBERTO BALBI REALE FILHO** - Matrícula nº 5484634/2, para responder pela Presidência da Empresa, em virtude da titular encontra-se em Recesso e gozo de Férias, nos períodos abaixo relacionados:
1-Recesso: 29 e 30.12.2011
2-Férias: Janeiro/2012.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ,
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA
CONTRATO
NÚMERO DE PÚBLICAÇÃO: 325939
CONTRATO: 0-23

Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: presente contratação destina-se à prestação de serviços publicitários.
Valor Total: 15.000,00
Data Assinatura: 01/11/2011
Vigência: 01/11/2011 a 31/10/2012
Decreto Qualificação: 31824
Data do Decreto: 01/01/2011
Data de Publicação do Decreto: 03/01/2011
Concorrência Naciona: 1/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
03122012545340000 339036 0261000000 Estadual
Contratado: FAX COMUNICAÇÃO LTDA
Endereço: R Domingos Marreiros, S/N
CEP. 66055-210 - Belém/PATelefone: 9132565852
Ordenador: CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

Agência de Defesa Agropecuária
do Estado do Pará

DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325929
DISPENSA: 81/2011
Data: 18/11/2011
Valor: 3.600,00
Objeto: Consiste na Prestação de serviços técnicos especializados de apoio a execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa, em especial ao que concerne as ações do serviço veterinário oficial durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa referente ao calendário oficial de 2011
Fundamento Legal: De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20604123562040000 339036 6121000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: WANDERSON SOUZA PORTILHO
Endereço: Rua das Laranjeiras, Bairro: São Geraldo do Araguaia,

153
CEP. 68570-000 - São Geraldo do Araguaia/PA
Email: projur.adepara@gmail.com
Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116
Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325948
Dispensa: 82/2011
Data: 18/11/2011
Valor: 3.600,00
Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de apoio a execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa, em especial ao que concerne as ações do serviço veterinário oficial durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa referente ao calendário oficial de 2011,
Fundamento Legal: De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20604123562040000 339036 6121000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: NILTON MORAES DOS SANTOS
Endereço: Rua.Clodomir de Sá Alencar, Bairro: São Geraldo do Araguaia, 10
CEP. 68570-000 - São Geraldo do Araguaia/PA
Email: projur.adepara@gmail.com
Telefone: 9132101111 Fax: 9132101116
Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325906
Dispensa: 80/2011
Data: 18/11/2011
Valor: 3.360,00
Objeto: Consiste na Prestação de serviços técnicos especializados de apoio a execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa, em especial ao que concerne as ações do serviço veterinário oficial durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa referente ao calendário oficial de 2011
Fundamento Legal: De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20604123562040000 339036 6121000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: CARLOS INACIO FERNANDES SILVA
Endereço: Av Goiás, Bairro: Centro, 342
CEP. 68380-000 - São Félix do Xingu/PA
Email: projur.adepara@gmail.com
Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116
Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326056
Dispensa: 87/2011
Data: 18/11/2011
Valor: 3.360,00
Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de apoio a execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa, em especial ao que concerne as ações do serviço veterinário oficial durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa referente ao calendário oficial de 2011
Fundamento Legal: De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20604123562040000 339036 6121000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: GABRIEL COSTA VIANA
Endereço: Rua.Francisco Souza Araújo, Bairro: Água Azul do Norte, 03
CEP. 68533-000 - Água Azul do Norte/PA

Email: projur.adepara@gmail.com
Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116
Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326040
Dispensa: 86/2011
Data: 18/11/2011
Valor: 1.680,00
Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de apoio a execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa, em especial ao que concerne as ações do serviço veterinário oficial durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa referente ao calendário oficial de 2011
Fundamento Legal: De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20604123562040000 339036 6121000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: HILÁRIO LADEIA VIANA DA SILVA
Endereço: Rua.São João Batista, Bairro: Água Azul do Norte, 83
CEP. 68533-000 - Água Azul do Norte/PA
Email: projur.adepara@gmail.com
Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116
Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326096
Dispensa: 88/2011
Data: 18/11/2011
Valor: 3.360,00
Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de apoio a execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa, em especial ao que concerne as ações do serviço veterinário oficial durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa referente ao calendário oficial de 2011
Fundamento Legal: De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20604123562040000 339036 6121000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: CARLOS EDUARDO NUNES
Endereço: Rua. Principal, Bairro: Centro, s/nº
CEP. 68390-000 - Ourilândia do Norte/PA
Email: projur.adepara@gmail.com
Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116
Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326093
Portaria: 2492/2011
Objetivo: Participar do “Congresso em Controladoria e Contabilidade” na USP.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
São Paulo/SP - Brasil<br
Servidor(es):
571895373/Maria das Graças da Silva Lima (Secretária de Diretoria) / 4.0 diárias (Completa) / de 27/07/2011 a 30/07/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326001
Dispensa: 84/2011
Data: 18/11/2011
Valor: 3.360,00
Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de apoio a execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa, em especial ao que concerne as ações do serviço veterinário oficial durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa referente ao calendário oficial de 2011
Fundamento Legal: De acordo com o disposto no inciso IV, do

art. 24, da Lei Federal 8.666/93.

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20604123562040000 339036 6121000000 Estadual
Contratado(s):

Nome: Srº AGENALDO RIBEIRO DA COSTA
Endereço: Av Das Nações, Lote 02,, Bairro: Centro, s/nº
CEP. 68380-000 - São Félix do Xingu/PA
Email: projur.adepara@gmail.com
Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116
Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA

PORTARIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326018

PORTARIA Nº 5219/2011 – ADEPARÁ, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Diretor Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 2º da Lei Estadual Nº 6482, de 17 de setembro de 2002, e

CONSIDERANDO a Portaria conjunta Nº 407 de 21/11/2011, que trata do encerramento do exercício financeiro de 2011, dentre os procedimentos e normas estabelecidos na Portaria, **RESOLVE:**

I – DESIGNAR os membros da comissão para fazer o inventário de bens no almoxarifado desta autarquia, sendo esta Comissão presidida pelo primeiro:

Roberto Borges Ferreira - Mat. 54195807/1 (Gerente de Patrimônio e Serviços)

David Ferreira Júnior - Mat. 55586814/1 (Assistente Administrativo)

Webert Queiroz - Mat. 57173488/1 (Assistente Administrativo)

Ivan Santos de Santana - Mat. 57173485/1 (Assistente Administrativo)

II – Esta Portaria terá efeitos retroativos a contar de 05 de Dezembro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

MÁRIO APARECIDO MOREIRA

Diretor Geral da ADEPARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326025

Dispensa: 85/2011

Data: 18/11/2011

Valor: 3.360,00

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de apoio a execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa, em especial ao que concerne as ações do serviço veterinário oficial durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa referente ao calendário oficial de 2011

Fundamento Legal: De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93.

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20604123562040000 339036 6121000000 Estadual
Contratado(s):

Nome: Srº KENEDY FERNANDES ALVES
Endereço: Rua. Prata, Bairro: Aeroporto, 326
CEP. 68385-000 - Tucumã/PA
Email: projur.adepara@gmail.com
Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116
Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325963

Dispensa: 83/2011

Data: 18/11/2011

Valor: 2.160,00

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de apoio a execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa, em especial ao que concerne as ações do serviço veterinário oficial durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa referente ao calendário oficial de 2011

Fundamento Legal: De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93.

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20604123562040000 339036 6121000000 Estadual
Contratado(s):

Nome: SERGIOMARSOUSO DA SILVA
Endereço: Rua. Fortaleza, Bairro: Novo Horizonte, 83
CEP. 68380-000 - São Félix do Xingu/PA
Email: projur.adepara@gmail.com
Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116
Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA

ERRATA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326199

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Pregoeiro da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e ainda considerando o resultado do Pregão Presencial n.º 34/2011-ADEPARÁ, referente ao Processo n.º 2011/428482, decide: ADJUDICAR o resultado do aludido certame em favor das empresas BELEM INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ: 03.152.982/0001-25, vencedora dos itens 01, 04, 05, 08 e 11, pelo valor total de R\$ 60.854,00; MOUTINHO E MOUTINHO LTDA-ME, CNPJ: 09.136.613/0001-25, vencedora dos itens 06 e 09 pelo valor total de R\$ 92.537,00; COSTA & MENEZES COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA-ME, CNPJ: 08.855.973/0001-14, vencedora dos itens 02 e 07 pelo valor total de R\$ 4.320,00; ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ: 85.240.869/0001-69, vencedora do item 10 pelo valor total de R\$ 524.300,00; para todos os efeitos legais.

Belém/PA, 22 de dezembro de 2011.

ALEX MARCELO MARQUES

Pregoeiro da ADEPARÁ

ERRATA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326203

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Diretor Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e ainda considerando a adjudicação efetuada pelo Pregoeiro no Pregão Presencial n.º 034/2011-ADEPARÁ, referente ao Processo n.º 2011/428482, decide: HOMOLOGAR o resultado do aludido certame e autorizar a Contratação e a emissão da Nota de Empenho em favor das empresas BELEM INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ: 03.152.982/0001-25, vencedora dos itens 01, 04, 05, 08 e 11 pelo valor total de R\$ 60.854,00; MOUTINHO E MOUTINHO LTDA-ME, CNPJ: 09.136.613/0001-25, vencedora dos itens 06 e 09 pelo valor total de R\$ 92.537,00; COSTA & MENEZES COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA-ME, CNPJ: 08.855.973/0001-14, vencedora dos itens 02 e 07 pelo valor total de R\$ 4.320,00; ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ: 85.240.869/0001-69, vencedora do item 10 pelo valor total de R\$ 524.300,00; para todos os efeitos legais.

Belém/PA, 22 de dezembro de 2011.

MARIO APARECIDO MOREIRA

Diretor Geral da ADEPARÁ

TERMO DE DECLARAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326216

O Pregoeiro da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e ainda considerando o resultado do Pregão Presencial n.º 034/2011-CPLA/ADEPARÁ, referente ao Processo n.º 2011/428482, decide: DECLARAR FRACASSADO o item 03 do aludido certame, para todos os efeitos legais.

Belém, 22 de dezembro de 2011.

ALEX MARCELO MARQUES

Pregoeiro da ADEPARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326135

Dispensa: 101/2011

Data: 18/11/2011

Valor: 3.600,00

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de apoio a execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa, em especial ao que concerne as ações do serviço veterinário oficial durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa referente ao calendário oficial de 2011

Fundamento Legal: De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93.

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20604123562040000 339036 6121000000 Estadual

Contratado(s):

Nome: PAULO CÉSAR SANTOS DA SILVA
Endereço: Av Adolfo Lima, Bairro: Centro, 1178
CEP. 68543-000 - Floresta do Araguaia/PA
Email: projur.adepara@gmail.com
Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116
Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326111

Dispensa: 89/2011

Data: 18/11/2011

Valor: 1.680,00

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de apoio a execução do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa, em especial ao que concerne as ações do serviço veterinário oficial durante a etapa de vacinação contra a febre aftosa referente ao calendário oficial de 2011

Fundamento Legal: De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93.

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20604123562040000 339036 6121000000 Estadual

Contratado(s):
Nome: MARCELO JOSÉ DA SILVA
Endereço: Rua. Bahia, Bairro: Água Azul do Norte, 504
CEP. 68533-000 - Água Azul do Norte/PA
Email: projur.adepara@gmail.com

Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116 Nome: MARCELO JOSÉ DA SILVA

Endereço: Rua. Bahia, Bairro: Água Azul do Norte, 504

CEP. 68533-000 - Água Azul do Norte/PA

Email: projur.adepara@gmail.com

Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116

Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326316

Errata da Publicação Nº 300861

Portaria: 4254/2011

Objetivo: Participar do Treinamento em Vigilância em Doenças de Aves, atendendo a meta 7 etapa 7.3 do convênio animal 755860/2011.

Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.

Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL

Destino(s):

Belém/PA - Brasil<br

Servidor(es):

571973292/Francisco Danilo de Aguiar Oliveira (Fiscal Estadual Agropecuário) / 4.5 diárias (Completa) / de 01/11/2011 a 05/11/2011<br

Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

Junta Comercial
do Estado do Pará

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326229

Na Publicação de nº 325750 de 29/12/2011;

Onde se Lê: PORTARIA Nº 340/11;

Leia-se: PORTARIA Nº 240/11.

JOSÉ ARTUR GUEDES TOURINHO-Presidente

Companhia Paraense de Turismo

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 324619

Termo Aditivo: 1

Data de Assinatura: 28/12/2011

Valor: 0,00

Vigência: 28/12/2011 a 31/01/2012

Classificação do Objeto: Outros

Justificativa: fundamentação legal no art. 57, caput, da Lei Federal nr. 8.666/93.

Contrato: 2011-028

Exercício: 2011

Contratado: M. E. DA SILVA BARBOSA E CIA. LTDA. - ME

Endereço: R LAURO SODRE, Bairro: SAO LORENÇO, 1862

CEP. 68440-000 - Abaetetuba/PA

Complemento: FUNDOS B

Email: elzabarbosa@hotmail.com

Telefone: 9183010102 Fax: 9137513681

Ordenador: Adenauer Marinho de Oliveira Góes

Caderno 14

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

AVISO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326345 AVISO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇO Nº 18/2011 - CPL

A Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela PORTARIA Nº 417/2011, torna público que, na abertura do processo licitatório TOMADA DE PREÇO Nº 18/2011, tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", cujo objeto é a Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de Construção e Operação Emergencial de Comportas e Dragagem do Igarapé do Tucunduba, no trecho entre as ruas São Domingo e Vileta, foi considerada vencedora a empresa PLANEGE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, por atender todos os critérios estabelecidos no edital. Belém, 29 de dezembro de 2011. Danielle de Micheli Palhano Pinto Presidente da CPL DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA Secretário de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano- em exercício

PORTARIA 561/2011 NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326341

PORTARIA Nº. 561/2011, DE 29 DE DEZEMBRO 2011. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; CONSIDERANDO a solicitação do Memorando nº. XXXX/2011 – DIP, datado de 29.12.2011.

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor **JOÃO LUIZ DIAS ALBUQUERQUE**, matrícula nº 57196791/1, para responder pela Diretoria de Investimentos e Programas, sem ônus para esta SEIDURB, no período de 02 à 16.01.2012, 15 (quinze) dias, em razão do titular o servidor NAGIB CHARONE FILHO, matrícula nº 57235063/2, estar no período de gozo de férias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARCIO GODOI SPINDOLA

Secretário de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano.

APOSTILAMENTO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325946 NÚMERO: 1

Assinatura: 22/12/2011

Valor: 327.693,13

Justificativa: Reajuste do valor do Contrato nº 12/2009-SEIDURB, com base no índice INCC-FGV

Contrato: 12/2009

Ordenador: Márcio Godoi Spíndola

APOSTILAMENTO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325962 NÚMERO: 7

Assinatura: 22/12/2011

Valor: 0,00

Justificativa: INCLUIR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 15.451.1225.1941 FONTE DE RECURSO 0125 À CLAUSULA QUARTA DO CONTRATO Nº 044/2008-SEIDURB

Contrato: 44/2008

Ordenador: Márcio Godoi Spíndola

APOSTILAMENTO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325957 NÚMERO: 3

Assinatura: 22/12/2011

Valor: 0,00

Justificativa: INCLUIR FONTE DE RECURSO 0125 E A FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 15.451.1225.1941

Contrato: 112/2009

Ordenador: Márcio Godoi Spíndola

PORTARIA Nº. 560/2011 NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326060

PORTARIA Nº. 560/2011, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; CONSIDERANDO o Memorando nº. 063/2011 – NTI de 29/12/2011 e o Art. 74, § 2º da Lei nº. 5.810 de 24 de janeiro de 1994.

RESOLVE:

TRANSFERIR, por necessidade de serviço, o período de gozo de férias do servidor **ANDERSON MORAES MARTINS**, matrícula nº. 55589913/1, Gerente, anteriormente concedidas no período de **02 a 31/01/2012**, através da PORTARIA Nº 555/2011 de 28/12/2011, publicada no DOE 32.066 de 29/12/2011, para ser gozado em um momento oportuno.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARCIO GODOI SPINDOLA

Secretário de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano.

Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará

RESUMO DE PORTARIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325964

PORTARIA Nº 832/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Diretor Geral da ARCON-PA, no uso das atribuições, resolve: **CONCEDER** 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores deste órgão, conforme escala: exercício 2010/2011, Gerson Antonio José Lisboa e Maria de Nazaré Martins de Leão, período 02/01 a 31/01/2012; Manoel Pereira dos Santos Leite, período 04/01 a 02/02/2012; Raimunda Cristina Ribeiro Gomes, período 26/12 a 24/01/2012; exercício 2011/2012, Caroline Nazaré da Silva Carvalho, período 05/01 a 03/02/2012; Miguel Fortunato Gomes Santos Junior, período 02/01 a 31/01/2012; Paulo Roberto Arevalo Barros Filho, período 11/01 a 09/02/2012; Wanessa Pinheiro de Andrade, período 18/01 a 16/02/2012. **MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR** Diretor Geral.

PORTARIA Nº. 833/2011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Diretor Geral da ARCON-PA, no uso das atribuições, resolve: **CONCEDER** a servidora **ANA CRISTINA COUTINHO MACHADO**, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 30/01/2012 a 28/02/2012, correspondente ao triênio 2008 a 2011. **MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR** Diretor Geral.

PORTARIA Nº 834/2011 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Diretor Geral da ARCON-PA, no uso das atribuições, resolve: **CONCEDER** 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao servidor Roberto Ribeiro Mescouto no período de 07/12 a 05/01/2012, referente ao triênio 2010/2011. **MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR** Diretor Geral.

PORTARIA Nº. 835/2011 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Diretor Geral da ARCON-PA, no uso das atribuições, resolve: **CONCEDER** ao servidor **ROBERTO RIBEIRO MESCOUTO**, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 07/11/2011 a 06/12/2011, referente ao triênio 2006/2009. **MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR** Diretor Geral.

PORTARIA Nº 837/2011 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Diretor Geral da ARCON-PA, no uso das atribuições, resolve: **PRORROGAR** a PORTARIA Nº 682/2011, que Constitui a Comissão para efetuar o inventário de Bens Patrimoniais e o inventário dos Materiais em Estoque no Almoarifado da ARCON, a partir de 20/12/2011 a 15/01/2012. **MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR** Diretor Geral.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325158 PORTARIA: 823/11

Objetivo: Ficalização Rodoviário.

Fundamento Legal: Or. Normativa n:001/AGE

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Castanhal e outros/PA - Brasil<br

Servidor(es):

808458951/Henrique Ramos (Controlador) / 3.0 diárias (Completa) / de 21/12/2011 a 30/12/2011

58907721/José Meireles Junior (Controlador) / 3.0 diárias (Completa) / de 21/12/2011 a 30/12/2011
3272702014/Stélio da Costa (Ag. Fiscal) / 3.0 diárias (Completa) / de 21/12/2011 a 30/12/2011
571934951/Zuleica Kolling (Supervisor II) / 3.0 diárias (Completa) / de 21/12/2011 a 30/12/2011<br
Ordenador: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325171 PORTARIA: 824/11

Objetivo: Fiscalização Rodoviário.

Fundamento Legal: Or. Normativa n:001/AGE

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Ananideua/PA - Brasil<br

Servidor(es):

3272605010/Daniel Monteiro (Ag. Fiscal) / 1.0 diárias (Completa) / de 15/12/2011 a 15/12/2011

2029561001/Paulo dos Santos (Ag. Fiscal) / 1.0 diárias (Completa) / de 15/12/2011 a 15/12/2011<br

Ordenador: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325178 PORTARIA: 825/11

Objetivo: Fiscalização Rodoviário.

Fundamento Legal: Or. Normativa n:001/AGE

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

São Francisco do Pará/PA - Brasil<br

Servidor(es):

327214001/Arthur Martins (Ag. Fiscal) / 3.0 diárias (Completa) / de 16/12/2011 a 19/12/2011

3272486013/Miguel Maceió (Ag. Fiscal) / 3.5 diárias (Completa) / de 16/12/2011 a 19/12/2011<br

Ordenador: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325192 PORTARIA: 826/11

Objetivo: Reunião com consorcio Norte Energia.

Fundamento Legal: Or. Normativa n:001/AGE

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Altamira/PA - Brasil<br

Servidor(es):

20180635/Gilberto Júnior (Diretor Cont. Tarifário.) / 3.5 diárias (Completa) / de 19/12/2011 a 22/12/2011<br

Ordenador: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325211 PORTARIA: 827/11

Objetivo: Fiscalização Rodoviário.

Fundamento Legal: Or. Normativa n:001/AGE

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Baião/PA - Brasil<br

Servidor(es):

20261551/José Bechir (Ag. Fiscal) / 3.5 diárias (Completa) / de 26/12/2011 a 29/12/2011

56326332/José da Cruz (Supervisor II) / 3.5 diárias (Completa) / de 26/12/2011 a 29/12/2011

20260146027/Rildo de Almada (Ag. Fiscal) / 3.5 diárias (Completa) / de 26/12/2011 a 29/12/2011<br

Ordenador: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325265 PORTARIA: 828/11

Objetivo: Fiscalização Hidroviário.

Fundamento Legal: Or. Normativa n:001/AGE

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Óbidos e Oriximiná/PA - Brasil<br

Servidor(es):

572129361/Jean Vasconcelos (Supervisor II) / 5.5 diárias (Completa) / de 16/12/2011 a 21/12/2011<br

Ordenador: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR

TA CONTRATOS DE TEMPORÁRIOS.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 315838

Contratos nsº 065/11, 066/11, 67/11, 68/11, 69/11,70/11, 71/11.

Nº do termo: 01.

Data da assinatura:30.12.2011.

Justificativa: Prorrogação de prazo.

Início da vigência:31.12.2011 a 30.06.2012, improrrogáveis.

Contratados: Franklin Viana Pinto, Guilherme Moraes, Henrique

Romário Nascimento Ramos, José Lucio Cavalcante Silva, Carlos Augusto Rodrigues Pereira, Gizele Angelo de Souza, Maria Leilane Barbosa de Souza.
Ordenador de despesa:Dr. Miguel Fortunato Gomes dos Santos Junior.

Companhia de Saneamento do Pará

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325558
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
NÚMERO: 41/2011

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços comerciais diversos, serviços de cobrança e leitura com impressão simultânea, de clientes pertencentes às Unidades de Negócios do interior do Estado do Pará, atendidas pela COSANPA Entrega do Edital: COMPRASNET (www.comprasnet.gov.br), COMPRASPARÁ (www.compraspara.pa.gov.br) e no site da COSANPA (www.cosanpa.pa.gov.br).
Observação: Informações e esclarecimentos na Av. Magalhães Barata, nº 1201, Bairro de São Brás- Belém-PA, Coordenadoria de Licitações ou pelo e-mail pregao@cosanpa.pa.gov.br
Responsável pelo certame: Maria do Socorro Barbosa e Silva
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br (horário de Brasília)
Data da Abertura: 11/01/2012
Hora da Abertura: 15:30
Ordenador: Antonio Rodrigues da Silva Braga
AVISO DE TRANSFERÊNCIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325857

Pregão Eletrônico nº 039/2011
A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ, através de seu Diretor Presidente torna público a transferência da abertura do Pregão Eletrônico nº 039/2011 para o dia 11/01/2012 às 10 horas (horário de Brasília). Informações e esclarecimentos na Av. Magalhães Barata, nº1201, Bairro de São Brás- Belém-PA, Coordenadoria de Licitações ou pelo e-mail pregao@cosanpa.pa.gov.br
Antonio Rodrigues da Silva Braga-Presidente

Companhia de Habitação do Estado do Pará

PORTARIA Nº 314/2011 - PRESI
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326322

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,
CONSIDERANDO o que estabelece o Cláusula Nona, item II, do Contrato nº 40/2008, celebrado entre a Companhia de Habitação do Estado do Para – COHAB/PA e o Consórcio Liberdade, formado pelas empresas UNI Engenharia LTDA (Líder) e Construtores Associados LTDA;
CONSIDERANDO que, conforme Relatório Técnico – DIURC – nº 04/2011 e processo nº 2011/457051, instaurado pela PORTARIA Nº 250/2011-PRESI, restou comprovado pagamentos de quantitativos de serviços a maior do que os realmente executados nos Boletins de Medição de nº 17 e 18, assim como no 8º (oitavo) TAC ao contrato 040/2008, a empresa UNI Engenharia e Comercio LTDA, no valor total de R\$ 17.632.737,01 (Dezessete milhões, seiscentos e trinta e dois mil, setecentos e trinta e sete reais e um centavo).
CONSIDERANDO que, embora tenha sido devidamente intimada nos autos do Processo nº 2011/457051 (PORTARIA Nº 250/2011-PRESI) a apresentar defesa sobre as irregularidades apontadas no referido relatório, a empresa UNI Engenharia Ltda não apresentou defesa, nem se desincumbiu do ônus de provar a execução dos serviços, assim como não justificou as razões ou motivos pelos quais não executou os serviços;
CONSIDERANDO que o regime dos contratos administrativos instituído pela Lei nº 8.666/93 confere à Administração a prerrogativa de rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I, do art. 79;
CONSIDERANDO que constituem motivo para a rescisão do contrato, na forma do art. 78, da Lei das Licitações, o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos (inc. I); o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos (inc. II);
CONSIDERANDO que a inexecução parcial do objeto contratado fica a empresa contratada passível de penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e nas cláusulas e condições previstas no contrato;
CONSIDERANDO finalmente que a aplicação de sanções de multa tanto quanto a rescisão administrativa deve ser assegurada

defesa prévia ao contratado, na forma do art. 87, §§ 2º e 3º da Lei nº 8.666/93, obedecidos aos respectivos prazos legais.

RESOLVE:

1. AUTORIZAR a abertura de Processo Administrativo, na forma do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, visando a rescisão do Contrato Administrativo nº 40/2008, celebrado com o Consórcio Liberdade, constituído pelas empresas Uni Engenharia Ltda (Líder) e a Construtores Associados Ltda. por descumprimento contratual da Cláusula Nona, item 2 letra “a”, § 3º, bem como aplicação das penalidades cabíveis, conforme estabelece o disposto no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e nos termos do que dispõe a Cláusula Décima do Contrato nº 40/2008.
2. CONSTITUIR Comissão de processo administrativo com a incumbência de no prazo de 30 (trinta) dias, apurar as responsabilidades e imputar as penalidades cabíveis acerca dos fatos apontados no Relatório Técnico DIURC nº 04/2011 (Processo nº 2011/457051), referentes às obras do Conjunto Residencial Liberdade II.
3. DESIGNAR os servidores NORMA SUELI ALVES DOS SANTOS, advogada, matrícula nº 57176132; FREDERICO GUILHERME CHAVES, assessor I, matrícula nº 57199049; LEANETTE CHRISTINA GARCIA DE LIMA, engenheira, matrícula nº 6121314; MARIO ANTONIO RENDEIRO TAVARES CARDOSO, assessor I, matrícula nº 57203929 e ANTONIO CARLOS CAMPOS DE AVELAR, economista, matrícula nº 57176170, sob a presidência da primeira, para integrarem a referida Comissão.
4. ESTA Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando os efeitos da Portaria 305/2011 - PRESI.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
Belém, 29 de dezembro de 2011.
MARCOS AURÉLIO LOPES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 315/2011 - PRESI
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326325

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,
CONSIDERANDO a gravidade dos fatos relacionados no processo nº 2011/457051 referentes à prática de ato ilegal, ilegítimo e antieconômico de que resultou em dano ao erário público;
CONSIDERANDO, ainda, que qualquer sanção disciplinada na Lei, para sua viabilidade, necessitará de regular processo Administrativo que possibilite o contraditório e a ampla defesa, conforme depreende do art. 5º, inc. LV da Constituição Federal de 1988.

RESOLVE:

1. INSTAURAR Tomada de Contas Especial para apurar os fatos, identificar os responsáveis, quantificar o dano e obter o devido ressarcimento, em relação ao Contrato Administrativo nº 40/2008, cujos fatos foram informados nos autos do processo 2011/457051;
2. CONSTITUIR Comissão de processo administrativo com a incumbência de no prazo de 60 (sessenta) dias apresentar relatório final a fim de ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, em observância a Resolução nº 17.235 de 14/09/1996 e Instrução Normativa TCU nº 56 de 05/12/2007;
3. DESIGNAR os servidores: ANTÔNIO CARLOS CAMPOS DE AVELAR, economista, matrícula nº 57176170; FREDERICO GUILHERME CHAVES, assessor I, matrícula nº 57199049; ANA CLÁUDIA GUIMBAL DE AQUINO, assessor II, matrícula nº 80845427; MARIO ANTONIO RENDEIRO TAVARES CARDOSO, assessor I, matrícula nº 57203929 e ANTONIO DA SILVA LIRA, advogado, matrícula nº 3189074, sob a presidência do primeiro, para integrarem a referida Comissão.
4. ESTA Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando os efeitos da Portaria 306/2011 - PRESI.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
Belém, 29 de dezembro de 2011.
MARCOS AURÉLIO LOPES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326328
TERMO ADITIVO: 2

Data de Assinatura: 29/12/2011
Valor: 75.309,74
Classificação do Objeto: Obra/Serviço Engenhariaia
Justificativa: Acréscimo de R\$ 77.931,51 (setenta e sete mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos) e Supressão de Serviços de R\$2.621,77 (dois mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e sete centavos) - Art.65, inciso II, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
Contrato: 4
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
16122120215770000 449051 0261000000 Estadual
Contratado: MAZ CONSTRUÇÕES LTDA
Endereço: Tv Sn-20, Bairro: Cidade Nova, 18
CEP. 67133-030 - Ananindeua/PA
Telefone: 9132546192
Ordenador: MARCOS AURÉLIO LOPES DE OLIVEIRA

Instituto de Terras do Pará

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326278
PORTARIA Nº 690/2011
BELÉM, 30 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor de Administração e Finanças do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, da Portaria nº 168/2011-GP, de 01 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 31.889, de 06.04.2011, que lhe foram delegadas pelo Presidente do ITERPA com base na Lei nº 4.584, de 8 de outubro de 1975 e, considerando ainda o artigo 74, § 2º da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
RESOLVE:
CONCEDER 30 (Trinta) dias de férias regulamentares aos servidores deste Órgão, conforme escala abaixo;

MATRÍCULA	SERVIDOR	PERÍODO	EXERCÍCIO
3166074/1	ALCI HELENO DA SILVA SANTOS	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
57193388/1	ALEXANDRE MEDEIROS COSTA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
57221036/1	ALINE DE JESUS PEREIRA	09.01 a 07.02.2012	2010/2011
3166341/1	ANTONIO CARLOS FAUSTO DA SILVA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3169944/1	ANTONIO DE ARAUJO OLIVEIRA	02.01 a 31.01.2012	2011/2012
3166830/1	ANTONIO JULIO DA SILVA ARAUJO	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3167151/1	AUGUSTO JOSE PINHEIRO	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
57213617/1	AYUMI OSAKADA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
80845087/1	CARMEN LUCIA NASCIMENTO SANTOS	17.01 a 15.02.2012	2010/2011
5419638/2	CASSIA REGINA NEVES MARADEI PEREIRA	05.01 a 03.02.2012	2010/2011
80845091/1	DANILO AUGUSTO DOS SANTOS ANJOS	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3166015/1	EDNA MARIA TAVARES E SILVA	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
80845096/1	ERIC BRUNO DA SILVA BATISTA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3168034/1	ETEMILDO FIGUEIREDO CUNHA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
57232065/1	EVALDO CIRIO BORGES	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
80845160/1	EVERTON CORDEIRO FARIAS	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3165930/1	HAROLDO FRANÇA REBOUÇAS JUNIOR	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
57195919/1	HUGO LEONARDO SILVA PEREIRA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3166708/1	ISMENIA RAIMUNDA ROSSY GRALATO	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
3165965/1	JOAO JOSE FONTENELE	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
57198186/1	JONY LIMA DE SOUZA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3175057/1	JOSÉ CEZARIO ARIAS DE SOUZA	09.01 a 07.02.2012	2011/2012
3281078/1	JOSE DA CONCEIÇÃO TRINDADE	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
80845201/1	JORGE DO CARMO DOS SANTOS FARIAS	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3168131/1	JOSE ELI DA COSTA	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
3170578/1	JOSE LUIS DE MORAES PANTOJA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3167313/1	JOSE LUIZ LESSA DE ARAUJO	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
3166848/1	JOSE LUIZ NAZARE DE CARVALHO	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3167321/1	JOSE VALDIR COSTA MIRANDA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3166929/1	JULIA ALVES SIQUEIRA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
5800161/2	KATIA MARIA CARVALHO DE ARAUJO	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
54193917/2	LILIAN KETHLIN DA SILVA DIAS	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3170454/1	MANOEL DOS ANJOS SANTOS NEPOMUCENO	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
57191750/1	MANOEL NASCIMENTO MOURA	02.01 a 31.01.2012	2011/2012
5859301/3	MARCIO MOTA VASCONCELOS	03.11 a 02.12.2011	2009/2010
3167259/1	MARIA IZABEL SILVA PANTOJA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
57191750/1	MARICELI NASCIMENTO MOURA	02.01 a 31.01.2012	2011/2012
3167348/1	MARNE BRASIL VIEIRA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3166783/1	OTAVIO JOSE OLIVEIRA DA CUNHA	05.12 a 01.01.2012	2010/2011
3167640/1	OZETE COSTA DE MENDONÇA	01.12 a 30.12.2011	2009/2010
57211416/1	RACHEL BENGUIGUI	12.01 a 10.02.2012	2010/2011
3168255/1	RAIMUNDO ASSUNÇÃO BAHIA	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
5063191/1	RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA BORGES	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
55524352	RAIMUNDO SOCORRO COSTA ALMEIDA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3167054/1	RAIMUNDO HUGO DE MORAES FILHO	02.01 a 31.01.2012	2010/2011

57193369/1	RICARDO HAMILTON MACEDO DE ALBUQUERQUE JUNIOR	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3166007/1	ROSALINA FERREIRA BRUNINI	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
3169693/1	RONALDO PEREIRA JARDIM	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
57173474/2	ROMULO FARIAS DE CASTRO	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
5819903/4	ROZA MARLENE MODOLO	02.01 a 31.01.2012	2011/2012
3156729/1	RUI JORGE NASCIMENTO ALVES	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3168140/1	RUI JOSE CARVALHO DE ALMEIDA	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
3169847/1	RUY GUILHERME DE CARVALHO CARREIRA	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
57197740/1	RUY GUILHERME FERREIRA DE ALCANTARA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3168948/1	SAMUEL SILVA ALMEIDA	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
57231780/1	SANNAH ,MOHAMAD BIRANI	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3167330/1	SONIA SUELY DOS REIS PEDROSO	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
3165515/1	TOMAZ DE NAZARE SENA FERREIRA	02.01 a 31.01.2012	2010/2011
3168271/1	UBIRATAN DA LUZ	02.01 a 31.01.2012	2009/2010
3166309/1	WALTER ISSE POLARO	02.01 a 31.01.2012	2010/2011

Publique-se
José Cezario Arias de Souza
Diretor de Administração e Finanças
DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325879
Dispensa: 2011/11
Data: 27/12/2011
Valor: 580,00
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E MATERIAIS DESTINADOS À DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TELEFONES NA ÁREA DA GERENCIA DE ATENDIMENTO E CONTROLE.
Fundamento Legal: ART.24, INCISO II, LEI 8.666/93.
Data de Ratificação: 27/12/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
21122012545340000 339039 0261000000 Estadual
Contratado(s):
Ordenador: CARLOS ALBERTO LAMARÃO CORRÊA

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325864
Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 23/12/2011
Vigência: 25/12/2011 a 24/01/2012
Classificação do Objeto: Obra/Serviço Engenharia
Justificativa: O Presente Termo Aditivo tem por objeto, o aditamento da CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO do contrato original, prorrogando por 30 (trinta) dias, a contar de 25.12.2011 a 24.01.2012 o prazo de vigência do Contrato nº 14/2011, atendendo a conveniência administrativa da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, de acordo com o que prevê a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO.
Contrato: 14
Exercício: 2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
19126126161370000 449051 0101000000 Estadual
Contratado: MARC ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
Endereço: Tv Br do Triunfo, Bairro: Pedreira, 2658
CEP. 66087-270 - Belém/PA
Telefone: 9132462533
Ordenador: Alex Bolonha Fiúza de Mello
CONCESSÃO DE ATS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325843
PORTARIA Nº 658 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, COM BASE NO DECRETO DE 01.01.2011, e usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
CONCEDER 5% (cinco por cento) como adicional por tempo de serviço a servidora abaixo relacionada, em cumprimento ao art. 131, Parágrafo 1º da Lei nº 5.810 de 24.01.94, a contar de 28.07.2011.

IDENTIDADE FUNCIONAL	NOME
57194728/2	JULIANA MATTOS CARVALHO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 23 de dezembro de 2011.
ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELLO
Secretário de Estado
* Republicado por conter incorreções
ERRATA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326346
FICA RETIFICADO NA PORTARIA Nº 669, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 32.066, DE 29.12.2011:
Onde se lê: PAULO CASTRO RIBEIRO
Leia-se: PAULO DE CASTRO RIBEIRO
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 29 de dezembro de 2011.

LICENÇA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326086
PORTARIA Nº 670 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, COM BASE NO DECRETO DE 01.01.2011, e usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor ROBERTO GOMES CARNEIRO, Identidade Funcional nº 57202122/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – Arquiteto, lotado nesta Secretaria, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, relativa ao triênio de 11.12.2008 a 10.12.2011, a contar no período de 04.01.2012 a 02.02.2012, de acordo com o Art.98 e 99, inciso I e caput de sua alínea “a” da Lei nº 5.810 de 24.01.94.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 29 de dezembro de 2011.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326258
NÚMERO DO ACORDO: 014/2011
PARTES DO ACORDO: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Empresa de Processamento de Dados – PRODEPA como interveniente, e a Prefeitura Municipal de QUATIPURU.
OBJETO DO ACORDO: tem por objeto estabelecer parceria entre o Estado do Pará e o Município de QUATIPURU, para o compartilhamento de serviços que visem sempre à universalização do acesso e inclusão digital no Estado do Pará, que no município consistirá na disponibilização, por parte do Estado do Pará, das facilidades e serviços decorrentes do Convênio de Cooperação Técnica nº 01/2007, celebrado entre o Estado do Pará e a Eletronorte; na implantação de infocentros; bem como, pela interligação dos órgãos da administração municipal à Internet, através da rede de fibra óptica do Estado.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2011
VIGÊNCIA DO ACORDO: 28/12/2011 a 28/12/2016
ENDEREÇO DAS PARTES: *Alex Bolonha Fiúza de Mello/SECTI* – Av. Presidente Vargas nº 1020, Campina, CEP: 66.017-000 – Belém/PA, *Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires/PRODEPA* – Rod. Augusto Montenegro, Km 10, Centro Administrativo do Estado, Icoaraci, CEP: 66.820-000 e *Dênis Eugênio Cantanhede de Oliveira/Prefeitura Municipal de Quatipuru* – Rua Cônego Siqueira Mendes, nº08, 2º andar, Centro, município de Quatipuru, CEP: 68.709-000.
FORO: Comarca de Belém/PA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326264
NÚMERO DO ACORDO: 015/2011
PARTES DO ACORDO: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Empresa de Processamento de Dados – PRODEPA como interveniente, e a Prefeitura Municipal de COLARES.
OBJETO DO ACORDO: tem por objeto estabelecer parceria entre o Estado do Pará e o Município de COLARES, para o compartilhamento de serviços que visem sempre à universalização do acesso e inclusão digital no Estado do Pará, que no município consistirá na disponibilização, por parte do Estado do Pará, das facilidades e serviços decorrentes do Convênio de Cooperação Técnica nº 01/2007, celebrado entre o Estado do Pará e a Eletronorte; na implantação de infocentros; bem como, pela interligação dos órgãos da administração municipal à Internet, através da rede de fibra óptica do Estado.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2011
VIGÊNCIA DO ACORDO: 28/12/2011 a 28/12/2016
ENDEREÇO DAS PARTES: *Alex Bolonha Fiúza de Mello/SECTI* – Av. Presidente Vargas nº 1020, Campina, CEP: 66.017-000

– Belém/PA, *Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires/PRODEPA* – Rod. Augusto Montenegro, Km 10, Centro Administrativo do Estado, Icoaraci, CEP: 66.820-000 e *Ivanito Monteiro Gonçalves/Prefeitura Municipal de Colares* – Rua Dr. Justo Chermont, s/nº, Centro, município de Colares, CEP: 68.785-000.
FORO: Comarca de Belém/PA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326233
NÚMERO DO ACORDO: 001/2011
PARTES DO ACORDO: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Empresa de Processamento de Dados – PRODEPA como interveniente, e a Prefeitura Municipal de PARAGOMINAS.

OBJETO DO ACORDO: tem por objeto estabelecer parceria entre o Estado do Pará e o Município de PARAGOMINAS, para o compartilhamento de serviços que visem sempre à universalização do acesso e inclusão digital no Estado do Pará, que no município consistirá na disponibilização, por parte do Estado do Pará, das facilidades e serviços decorrentes do Convênio de Cooperação Técnica nº 01/2007, celebrado entre o Estado do Pará e a Eletronorte; na implantação de infocentros; bem como, pela interligação dos órgãos da administração municipal à Internet, através da rede de fibra óptica do Estado.
DATA DA ASSINATURA: 27/12/2011
VIGÊNCIA DO ACORDO: 27/12/2011 a 27/12/2016
ENDEREÇO DAS PARTES: *Alex Bolonha Fiúza de Mello/SECTI* – Av. Presidente Vargas nº 1020, Campina, CEP: 66.017-000 – Belém/PA, *Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires/PRODEPA* – Rod. Augusto Montenegro, Km 10, Centro Administrativo do Estado, Icoaraci, CEP: 66.820-000 e *Adnan Demachki/Prefeitura Municipal de Paragominas*– Rua do Contorno nº 1212, Bairro: Centro, município de Paragominas, CEP: 68.625-970.
FORO: Comarca de Belém/PA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326235
NÚMERO DO ACORDO: 010/2011
PARTES DO ACORDO: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Empresa de Processamento de Dados – PRODEPA como interveniente, e a Prefeitura Municipal de SANTA BÁRBARA DO PARÁ.

OBJETO DO ACORDO: tem por objeto estabelecer parceria entre o Estado do Pará e o Município de SANTA BÁRBARA DO PARÁ, para o compartilhamento de serviços que visem sempre à universalização do acesso e inclusão digital no Estado do Pará, que no município consistirá na disponibilização, por parte do Estado do Pará, das facilidades e serviços decorrentes do Convênio de Cooperação Técnica nº 01/2007, celebrado entre o Estado do Pará e a Eletronorte; na implantação de infocentros; bem como, pela interligação dos órgãos da administração municipal à Internet, através da rede de fibra óptica do Estado.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2011
VIGÊNCIA DO ACORDO: 28/12/2011 a 28/12/2016
ENDEREÇO DAS PARTES: *Alex Bolonha Fiúza de Mello/SECTI* – Av. Presidente Vargas nº 1020, Campina, CEP: 66.017-000 – Belém/PA, *Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires/PRODEPA* – Rod. Augusto Montenegro, Km 10, Centro Administrativo do Estado, Icoaraci, CEP: 66.820-000 e *Ciro Souza Góes/Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará* – Rodovia Augusto Meira Filho, Km 17, s/nº, Centro, município de Santa Bárbara do Pará, CEP: 68.798-000.
FORO: Comarca de Belém/PA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326247
NÚMERO DO ACORDO: 013/2011
PARTES DO ACORDO: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Empresa de Processamento de Dados – PRODEPA como interveniente, e a Prefeitura Municipal de TRACUATEUA.

OBJETO DO ACORDO: tem por objeto estabelecer parceria entre o Estado do Pará e o Município de TRACUATEUA, para o compartilhamento de serviços que visem sempre à universalização do acesso e inclusão digital no Estado do Pará, que no município consistirá na disponibilização, por parte do Estado do Pará, das facilidades e serviços decorrentes do Convênio de Cooperação Técnica nº 01/2007, celebrado entre o Estado do Pará e a Eletronorte; na implantação de infocentros; bem como, pela interligação dos órgãos da administração municipal à Internet, através da rede de fibra óptica do Estado.
DATA DA ASSINATURA: 28/12/2011
VIGÊNCIA DO ACORDO: 28/12/2011 a 28/12/2016
ENDEREÇO DAS PARTES: *Alex Bolonha Fiúza de Mello/SECTI* – Av. Presidente Vargas nº 1020, Campina, CEP: 66.017-000 – Belém/PA, *Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires/PRODEPA* – Rod. Augusto Montenegro, Km 10, Centro Administrativo do Estado, Icoaraci, CEP: 66.820-000 e *Nelson Pinheiro da Silva/Prefeitura Municipal de Tracuateua* – Avenida Mário Nogueira de Sousa, s/ nº, Embrapa, município de Tracuateua, CEP: 68.647-000.
FORO: Comarca de Belém/PA

Secretaria de Estado
de Meio Ambiente

PORTARIA Nº. 2770 /2011, DE 29 DE
DEZEMBRO DE 2011.

Altera a Portaria nº 144, de 13 de março de 2007.

A Secretária de Estado Meio Ambiente, usando das atribuições legais que lhe são conferidas, e CONSIDERANDO o disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e do artigo 32 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; CONSIDERANDO a necessidade de implantar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, criado pela Lei 5.887, de 09 de maio de 1995; CONSIDERANDO o disposto na resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006, que estabelece as diretrizes para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CCA do Estado do Pará, de caráter deliberativo, sob a presidência da Secretária de Estado de Meio Ambiente e que passará a ser composta por um titular e um suplente das unidades abaixo relacionadas:

- Controle e Qualidade Ambiental;
- Áreas Protegidas;
- Planejamento Ambiental;
- Recursos Hídricos;
- Administração;
- Finanças;
- Tecnologia de Informação e Geotecnologias;
- Consultoria Jurídica;

Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – IDEFLOR; Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE/PA, representada pela Procuradoria Ambiental e Minerária (PAM).

§ 1º Nos casos de impedimentos legais, temporários ou eventuais, da Secretária de Estado de Meio Ambiente, a CCA será presidida pelo Secretário Adjunto.

§ 2º A CCA terá uma Secretaria Executiva, a qual prestará apoio técnico e administrativo ao seu funcionamento.

Art. 2º - A CCA fará reuniões ordinárias a cada 30 (trinta) dias. Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Belém (PA), 29 de dezembro de 2011.

TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA Secretária de Estado de Meio Ambiente

PORTARIA Nº 2770/2011, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326227

Altera a Portaria nº 144, de 13 de março de 2007.

A Secretária de Estado Meio Ambiente, usando das atribuições legais que lhe são conferidas, e CONSIDERANDO o disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e do artigo 32 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; CONSIDERANDO a necessidade de implantar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, criado pela Lei 5.887, de 09 de maio de 1995; CONSIDERANDO o disposto na resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006, que estabelece as diretrizes para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CCA do Estado do Pará, de caráter deliberativo, sob a presidência da Secretária de Estado de Meio Ambiente e que passará a ser composta por um titular e um suplente das unidades abaixo relacionadas:

- I. Controle e Qualidade Ambiental;
- II. Áreas Protegidas;
- III. Planejamento Ambiental;
- IV. Recursos Hídricos;
- V. Administração;
- VI. Finanças;
- VII. Tecnologia de Informação e Geotecnologias;
- VIII. Consultoria Jurídica;
- IX. Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – IDEFLOR;
- X. Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE/PA, representada pela Procuradoria Ambiental e Minerária (PAM).

§ 1º Nos casos de impedimentos legais, temporários ou eventuais, da Secretária de Estado de Meio Ambiente, a CCA será presidida pelo Secretário Adjunto.

§ 2º A CCA terá uma Secretaria Executiva, a qual prestará apoio técnico e administrativo ao seu funcionamento.

Art. 2º - A CCA fará reuniões ordinárias a cada 30 (trinta) dias. Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Belém (PA), 29 de dezembro de 2011.

TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO ROSA Secretária de Estado de Meio Ambiente

FÉRIAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326205
PORTARIA Nº. 2.763/2011-GAB/SEMA DE 27 DE
DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO: FÉRIAS

O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, usando das atribuições que lhe são conferidas; e considerando os termos do Memo nº 57338/DIREH/2011;

R E S O L V E:

Conceder 26 (vinte e seis) dias de férias interrompidas, através da Portaria 060/2011-GAB/SEMA de 17/01/2011, publicada no DOE 31.839 de 24/01/2011 a servidora abaixo relacionada:

NOME	MATRICULA	EXERCÍCIO	PERÍODO
FLÁVIA CARDODO FARIAS	57175857/1	2009/2010	12/12/2011 A 06/01/2012

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Belém, 27 de Dezembro de 2011

MÁRCIO ANDRÉ DOS SANTOS LEITÃO

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326200

PORTARIA Nº. 2.761/2011-GAB/SEMA DE 27 DE
DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, usando das atribuições que lhe são conferidas e; Considerando os termos do Ofício nº 1701/2011/SRH/LACEN e Processo nº 2011/523631;

R E S O L V E:

Alterar o período de Férias da servidora ALINE FERREIRA DOS SANTOS, matrícula 57217434/1, ocupante do cargo de Técnico de Laboratório, que seria de 19/12/2011 a 17/01/2012 para 26/12/2011 a 24/01/2012, lançada na PORTARIA Nº 2599/2011-GAB/SEMA de 29.11.2011, publicado no DOE nº. 32.046 de 30/11/2011.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Belém, 27 de Dezembro de 2011

MÁRCIO ANDRÉ DOS SANTOS LEITÃO

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira/SEMA

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326190

PORTARIA Nº. 2.746/2011-GAB/SEMA DE 21 DE
DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, usando das atribuições que lhe são conferidas e; considerando os termos do Memo nº 56930/GEPRO/COGEF/DGFLOR/2011;

R E S O L V E:

Alterar o período de Férias da servidora DEUZALINA SANTOS DE AQUINO, matrícula nº 5035953/3, ocupante do cargo de Gerente, que seria de 15/12/2011 a 13/01/2012 para 26/12/2011 a 24/01/2012, lançada na PORTARIA Nº 2.599/2011-GAB/SEMA de 29/11/2011, publicado no DOE nº. 32046 de 30/11/2011.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Belém, 21 de Dezembro de 2011

MÁRCIO ANDRÉ DOS SANTOS LEITÃO

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira/SEMA

GRATIFICAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326151

PORTARIA Nº. 2.757/2011-GAB/SEMA DE 27 DE
DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO: GRATIFICAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL

O Diretor de Gestão Administrativa, usando das atribuições que lhe são conferidas e;

Considerando a necessidade de cumprimento de jornada integral, devido à grande demanda de processos e;

Considerando os termos do Memo nº 57137/GECON/COAD/DGAD/2011;

R E S O L V E:

CONCEDER a Gratificação por Tempo Integral, no percentual de 70%, a contar de 02.01.2012, ao servidor:

MATRICULA	NOME	VINCULO	LOTAÇÃO
57203246/1	PAULO FERNANDO VAZ TORRES JÚNIOR	EFETIVO	GECON

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Belém, 27 de Dezembro de 2011

MÁRCIO ANDRÉ DOS SANTOS LEITÃO

Diretor de Gestão Administrativa/SEMA

GRATIFICAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326144

PORTARIA Nº. 2.764/2011-GAB/SEMA DE 27 DE
DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO: GRATIFICAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL

O Diretor de Gestão Administrativa, usando das atribuições que lhe são conferidas e;

Considerando a necessidade de cumprimento de jornada integral, devido à grande demanda de processos e;

Considerando os termos do Memo nº 56408/COFIN/DGFIN/2011;

R E S O L V E:

CONCEDER a Gratificação por Tempo Integral, no percentual de 70%, a contar de 02.01.2012, ao servidor:

MATRICULA	NOME	VINCULO	LOTAÇÃO
5893074/1	ELIAS ALBUQUERQUE MATOS	TEMPORARIO	GEOFI

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Belém, 27 de Dezembro de 2011

MÁRCIO ANDRÉ DOS SANTOS LEITÃO

Diretor de Gestão Administrativa/SEMA

DESIGNAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326329

PORTARIA Nº. 2.759/2011-GAB/SEMA DE 27 DE
DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

A Secretária de Estado de Meio Ambiente no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas; e considerando os termos do Memo 56884/COGER/DIPLAN/2011;

R E S O L V E:

Designar o servidor WALBER TEIXEIRA PAULA, matrícula nº. 57200668/1, ocupante do cargo de Biólogo/Gerente, para responder pela Coordenadoria de Gestão Compartilhada e Regionalizada, em substituição a titular JAMILE DA SILVA LOBATO, matrícula nº 57189463/2, no período de 19/12/2011 a 16/01/2012, durante suas férias regulamentares.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Belém, 27 de Dezembro de 2011.

TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

Secretária de Estado de Meio Ambiente

DESIGNAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326327

PORTARIA Nº. 2.760/2011-GAB/SEMA DE 27 DE
DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

A Secretária de Estado de Meio Ambiente no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas; e considerando os termos do Memo 57208/DIPLAN/2011;

R E S O L V E:

Designar o servidor MARCELO DOMINGUES MATOS GUERRA, matrícula nº. 5891293/1, ocupante do cargo de Coordenador, para responder pela Diretoria de Planejamento Ambiental, em substituição a titular NORMA ELY SANTOS BELTRÃO, matrícula nº 5794161/2, no período de 02/01/2012 a 31/01/2012, durante suas férias regulamentares.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Belém, 27 de Dezembro de 2011.

TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

Secretária de Estado de Meio Ambiente

DESIGNAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326323

PORTARIA Nº. 2.758/2011-GAB/SEMA DE 27 DE
DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

A Secretária de Estado de Meio Ambiente no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas; e considerando os termos do Memo 57374/COFIN/DGFIN/2011;

R E S O L V E:

Designar o servidor ANDRÉ LUÍS MARQUES MIRANDA, matrícula nº. 57175322/1, ocupante do cargo de Contador/Gerente, para responder pela Coordenadoria Financeira e Contábil, em substituição ao titular LEOPÉRCIO BARBOSA FÔRO, matrícula nº 57196794/1, ocupante do cargo de Economista/Coordenador, no período de 09/01/2012 a 07/02/2012, durante suas férias regulamentares.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Belém, 27 de Dezembro de 2011.

TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

Secretária de Estado de Meio Ambiente

DESIGNAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326324

PORTARIA Nº. 2.762/2011-GAB/SEMA DE 27 DE
DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

A Secretária de Estado de Meio Ambiente no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas; e considerando os termos do Memo 57235/DIFISC/2011;

R E S O L V E:

Designar o servidor CRISTIANO DA SILVA ROCHA, matrícula nº. 57212539/1, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo/Gerente, para responder pela Diretoria de Fiscalização, em substituição a titular SIMONE SANTOS LINHARES, matrícula nº 5569621/, ocupante do cargo de Coordenador, no período de 02/01/2012 a 31/01/2012, durante suas férias regulamentares.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Belém, 27 de Dezembro de 2011.

TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

Secretária de Estado de Meio Ambiente

EXCLUSÃO DA GRATIFICAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326106
PORTARIA Nº. 2.744/2011-GAB/SEMA DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e considerando Documento nº 2011/34083;
R E S O L V E:
Excluir a Gratificação por Tempo Integral da servidora abaixo relacionada:

MATRICULA	NOME	A CONTAR DE
54190055/2	SINEIDE DO SOCORRO VASCONCELOS WU	01/12/2011

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Belém, 21 de Dezembro de 2011

MÁRCIO ANDRÉ DOS SANTOS LEITÃO

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

FÉRIAS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325997
PORTARIA Nº. 2.767/2011-GAB/SEMA DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO: FÉRIAS

O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, usando das atribuições que lhe são conferidas; e considerando o Planejamento Anual de Férias;

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MATRICULA		PERÍODO
ADELINA DE JESUS SILVA	57175438/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
ADRIANA OLIVEIRA MAUES FERREIRA	57176021/2	2009/2010	02/01 A 31/01/2012
ALAN JOSE SARAIVA DA SILVA	57192055/2	2011/2012	02/01 A 31/01/2012
ANA CLAUDIA ARANHA MOREIRA	57175426/1	2009/2010	02/01 A 31/01/2012
ANA LIDIA IBERNON FEITOSA	5108705/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
ANTONIO ARANHA NETO	5883997/2	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
ARGEMIRA DOS SANTOS ARAÚJO	122122/1	2010/2011	16/01 A 14/02/2012
CARLOS VICTOR PEREIRA LEITÃO	57174821/2	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
CASSIANO DE OLIVEIRA DOS SANTOS	57216941/1	2010/2011	03/01 A 01/02/2012
CLEZIO SILVA FONSECA	57173835/2	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
CRISOMAR RAIMUNDO DA SILVA LOBATO	3253570/	2010/2011	26/01 A 24/02/2012
DIAMANTINO MENDONÇA DE BARROS FERREIRA JUNIOR	57201639/1	2010/2011	09/01 A 07/02/2012
DORACI SILVEIRA DOS SANTOS	54187962/2	2010/2011	09/01 A 07/02/2012
EDILAINE CRISTINA PAMPLONA	55586180/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
EDUARDO PINHEIRO DE MELO	3254658/1	2011	09/01 A 07/02/2012
FERNANDA ALMEIDA CUNHA	57201739/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
FRANCISCO CARLOS TERRA RUIVO	5167159/1	2010	03/01 A 01/02/2012
FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA DE SOUZA	5110645/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
FRANCISCO LEONARDO LINHARES	57215493/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
GILBERTO GONZALEZ PINA	5654777/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
GILVANIA MARIA DE SÁ	57175584/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012

GLAUCIA DO NASCIMENTO MARTINS	5122198/1	2009/2010	02/01 A 31/01/2012
GLAUCIO ILAN OLIVEIRA P. DA SILVA TORRES	54189464/2	2010/2011	03/01 A 01/02/2012
ISRAEL ALVES DE OLIVEIRA	57207773/2	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
JAQUELINE LISBOA DA SILVA	57201675/1	2010/2011	16/01 A 14/02/2012
JOANISIO CARDOSO MESQUITA	57215770/1	2009/2010	15/01 A 13/02/2012
JOCILETE DE ALMEIDA RIBEIRO	57175480/1	2009/2010	02/01 A 31/01/2012
JOSE ROSINALDO DOS REIS OLIVEIRA	57175462/1	2009/2010	11/01 A 09/02/2012
JOYCE ANGÉLICA SILVA LAMEIRA	57175633/1	2010/2011	09/01 A 07/02/2012
KLYCIA DE SOUZA VILHENA	57208870/2	2010/2011	03/01 A 01/02/2012
LEONARDO FELIPH DE MORAES GOMES	5875730/3	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
LEOPERCIO BARBOSA FORO	57196794/1	2010/2011	09/01 A 07/02/2012
LINS SANDRO RESQUE DAMASCENO	57175269/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
LUIZ GUILHERME S. DE MENEZES	54181818/2	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
LUIZ GUSTAVO NASCIMENTO COSTA	57175892/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
LUIZ OTAVIO MOREIRA FERNANDES	723258/2	2011	02/01 A 31/01/2012
MARCELIA DA SILVA CORREA	5785642/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
MARCELLI DE CÁSSIA M. SANTA BRIGIDA	54190173/3	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
MARCELO ANTONIO DE SÁ MEDEIROS	57196796/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
MÁRCIO ANDRÉ DOS SANTOS LEITÃO	54197028/3	2011	02/01 A 31/01/2012
MARCIO BRAGA AMORIM	57175631/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
MARIA DO SOCORRO M. LEITE DE SOUSA	57194270/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
NAZARÉ AJURICABA AMARAL MUNIZ	5167299/1	2011	09/01 A 07/02/2012
NORMA ELY SANTOS BELTRÃO	5794161/2	2011	02/01 A 31/01/2012
OLIVAR MOURA ANDRADE MENDES	2015684/11	2011	02/01 A 31/01/2012
PAULO ALTEMAR MELO DO NASCIMENTO	57174613/2	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
PAULO CARVALHO LIMA	57196924/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
PAULO JOAQUIM PINA QUEIROZ	22403/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
PAULO ROBERTO RODRIGUES PINTO	57175436/1	2009/2010	03/01 A 01/02/2012
ROBERTA MENDONÇA DE CARVALHO	55589521/3	2011	02/01 A 31/01/2012
ROSE LUCE DE MELO RODRIGUES GAIA	3214664/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
ROSEMBERG SILVA DE SOUZA	57175419/1	2010/2011	11/01 A 09/02/2012
ROSILDA BOTELHO PORPINO	5092671/1	2010	02/01 A 31/01/2012
RUIVALDO RODRIGUES DA SILVA	57175855/1	2010/2011	16/01 A 14/02/2012

SANDRA MARIA ARAÚJO	5146526/1	2011	02/01 A 31/01/2012
SAULO PRADO DE CARVALHO	57214854/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
SAVIO RANGEL URCEZINO SANTIAGO	57193624/3	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
SHIRLEY SOARES PRATA	57175811/1	2010/2011	16/01 A 14/02/2012
SIMONE SANTOS LINHARES	5569621/3	2011	02/01 A 31/01/2012
SINTIQUE SILVA DE SOUZA	57195129/1	2011/2012	02/01 A 31/01/2012
STONE CESAR CAVALCANTE DA COSTA	57175268/1	2009/2010	02/01 A 31/01/2012
TAMARA CUNHA MENDES	57175525/1	2010/2011	16/01 A 14/02/2012
TEREZA CRISTINA DE SOUSA FREITAS	54191363/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
TEREZINHA DE JESUS SANTOS DE OLIVEIRA	16950/1	2011	03/01 A 01/02/2012
THALES SAMUEL BELO	57192004/2	2011	02/01 A 31/01/2012
TOBIAS BRANCHER	57234497/1	2010/2011	02/01 A 31/01/2012
VICTOR MENDES DA SILVA	57175833/1	2010/2011	05/01 A 03/02/2012
WALBER TEIXEIRA PAULA	57200668/1	2010/2011	17/01 A 15/02/2012
WANDERSON FELISMINO DA SILVA SOUZA	55587749/2	2010/2011	09/01 A 07/02/2012
WELLINGTON PRESTES L. NASCIMENTO	57175253/1	2009/2010	02/01 A 31/01/2012

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Belém, 29 de Dezembro de 2011

MÁRCIO ANDRÉ DOS SANTOS LEITÃO

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira/SEMA

DESIGNAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325829

PORTARIA Nº. 2755/2011-GAB/SEMA DE 27 DE

DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

A Secretária de Estado de Meio Ambiente no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

R E S O L V E:

Designar a servidora **RAQUEL SEABRA SIMÕES DE OLIVEIRA**, matrícula nº. 57196923/1, ocupante do cargo de ADMINISTRADOR/COORDENADOR, para responder pela DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, em substituição ao titular **MARCIO ANDRE DOS SANTOS LEITAO**, matrícula nº 54197028/3, no período de 02/01/2012 a 31/01/2012, durante suas férias regulamentares.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Belém, 27 de Dezembro de 2011.

TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

Secretária de Estado de Meio Ambiente

Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 15/2011-IDEFLOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325945
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 15/ IDEFLOR/2011

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para desenvolvimento do Sistema de Gestão de Contratos e Convênios.
PROCESSO: 2011/119447
FIRMA VENCEDORA:
DOXA – ASSESSORIA E CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO E INOVA, CNPJ Nº10.609.432/0001-58, pelo critério de menor preço global, num total de R\$-25.950,00
ORDENADOR DE DESPESAS: José Alberto da Silva Colares- Diretor do IDEFLOR
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 29/12/2011
Belém (Pa), 29/12/2011.
Hilda Elizabeth Souto de Vasconcelos Oliveira- Pregoeira do IDEFLOR

PORTARIA Nº 162 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011
A Diretora Administrativa e Financeira no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 004 de 19 de Janeiro de 2011, publicada no DOE nº 31.863 de 25.02.2011; e considerando o disposto no art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Processo nº 2004/283277;
RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO, a PORTARIA Nº 031/DAF de 24.02.2005, publicada no DOE nº 30383 de 25.02.2005, referente à licença prêmio do servidor RAIMUNDO ONOFRE DA COSTA SOUZA.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
GABINETE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA
Diretora Administrativa e Financeira
CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326280
PORTARIA Nº 163 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011
A Diretora Administrativa e Financeira no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 004 de janeiro de 2011, publicada no DOE nº 31.863 de 25/02/2011, e considerando o disposto no art. 74 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
RESOLVE:
CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores desta Secretaria, referentes ao mês de **Janeiro/2012**, conforme relação anexa.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE,
GABINETE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, EM 29.12.2011
MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA
Diretora Administrativa e Financeira
ANEXO DA PORTARIA Nº 163 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

MATR.	V	NOME	LOTACAO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
57234972	1	DILIA LOBATO GRANA	Gabinete do Secretario	01.01.11 a 31.12.11	02.01 a 31.01.12
55589055	2	DINANCI JACOB LAREDO MORAES	Gabinete do Secretario	01.01.11 a 31.12.11	02.01 a 31.01.12
3271773	1	EDUARDO CLEMENTE DA SILVA LOPES	Gabinete do Secretario	16.03.09 a 15.03.10	02.01 a 31.01.12
8018235	5	HELIO NUNES CARDOSO	Gabinete do Secretario	01.01.11 a 31.12.11	02.01 a 31.01.12
2024535	1	JOSE GUALDENCO BARRIO MENESCAL	Gabinete do Secretario	23.09.10 a 22.09.11	16.01 a 14.02.2012
57235017	1	NILCE GOMES DA SILVA	Gabinete do Secretario	01.01.11 a 31.12.11	02.01 a 31.01.12
3278018	1	SERGIO NAZARENO MARQUES CORREA	Gabinete do Secretario	01.02.11 a 31.01.12	02.01.12
2048434	1	VANIA DO SOCORRO MARTINS COELHO	Gabinete do Secretario	11.06.10 a 10.06.11	02.01 a 31.01.12
51855575	4	ANDREA CUIMAR BAIA	Auditoria e Acompanhamento Interno	01.01.11 a 31.12.11	02.01 a 31.01.12
3275612	1	ANGELA MARIA LAGOIA VALENTE	Diretoria Administrativa e Financeira	01.12.10 a 30.11.11	02.01 a 31.01.12
3274632	1	KATIA MARIA CORREA CONCEICAO PEREIRA	Diretoria Administrativa e Financeira	01.01.11 a 31.12.11	16.01 a 14.02.12
3274616	3	MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA	Diretoria Administrativa e Financeira	01.01.11 a 31.12.11	02.01 a 31.01.12
3274691	1	MARIA OLIVIA BARBOSA DE LIMA	Diretoria Administrativa e Financeira	02.08.10 a 01.08.11	02.01 a 31.01.12
241954	3	SONIA MARIA SILVA DE ALMEIDA	Diretoria Administrativa e Financeira	16.03.10 a 15.03.11	02.01 a 31.01.12
57235021	1	TELMA EDILA MAIA GONCALVES	Departamento de Administração	01.01.11 a 31.12.11	02.01 a 31.01.12

2024608	1	JOANA DARC BATISTA MENESCAL	Departamento de Finanças	17.04.11 a 16.04.12	16.01 a 14.02.2012
5333229	2	ORLANDO FERREIRA DIAS FILHO	Divisão de Execução Orçamentária e Financeira	01.01 a 31.12.11	02.01 a 31.01.12
3277054	1	ELEOTÉRIO DOS SANTOS MONTEIRO	Divisão de Material e Patrimônio	11.06.11 a 10.06.12	02.01 a 31.01.12
3275952	1	CARLOS DA COSTA VIANA	Divisão de Recursos Humanos	01.07.11 a 30.06.12	02.01 a 31.01.12
3271200	1	ANTONIO LUIZ SILVA DOS SANTOS	Divisão de Serviços Gerais	01.08.10 a 31.07.11	02.01 a 31.01.12
3271536	1	ANTONIO MORAES SALES	Divisão de Serviços Gerais	02.01.11 a 01.01.12	02.01 a 31.01.12
3277232	1	JOSE WANDERLEY LEITE	Divisão de Serviços Gerais	11.06.10 a 10.06.11	02.01 a 31.01.12
3275736	1	MARIA DAS GRACAS SOUSA	Divisão de Serviços Gerais	06.01.10 a 05.01.11	10.01 a 08.02.12
2035391	1	ANTONIO NOE CARVALHO DE FARIAS	Diretoria de Transportes Aeroviários	06.12.10 a 05.12.11	02.01 a 31.01.12
3275850	1	MARIA CRISTINA MACEDO BARRA	Divisão de Infra-Estrutura Aeroviária	16.02.10 a 15.02.11	02.01 a 31.01.12
5104564	1	GREGORIO DO ESPIRITO SANTOS DAMASCENO	Diretoria de Transportes Hidroviviario	21.09.10 a 20.09.11	02.01 a 31.01.12
3276104	1	ANA LUCIA CABRAL GOMES	Diretoria de Transportes Terrestre	17.06.10 a 16.06.11	16.01 a 14.02.12
4009312	1	HENRIQUE SEVERINO MONTEIRO MONTENEGRO DUARTE	Diretoria de Transportes Terrestre	09.08.08 a 08.08.09	02.01 a 31.01.12
2046881	1	BENEDITO DOS SANTOS SOUZA	Departamento de Operações Hidroviárias	22.04.10 a 21.04.11	02.01 a 31.01.12
3278190	1	FRANCISCO RUBINALDO ALVES RODRIGUES	Divisão de Conservação	19.12 a 18.12.10	02.01 a 31.01.12
3278425	4	FERNANDO MIGUEL DE MIRANDA CSASZAR	Divisão de Operações	17.08.10 a 16.08.11	02.01 a 31.01.12
2048485	1	ALVARO MEDEIROS DA SILVA	1º. Núcleo Regional	01.09.10 a 31.08.11	02.01 a 31.01.12
2043726	1	ANTONIO PINHEIRO DE SOUZA	1º. Núcleo Regional	01.07.10 a 30.06.11	02.01 a 31.01.12
2043840	1	BENEDITO ASSUNCAO DE SOUZA	1º. Núcleo Regional	01.07.10 a 30.06.11	02.01 a 31.01.12
2030101	1	ELIEDIO RODRIGUES CHAVES	1º. Núcleo Regional	30.09.10 a 29.09.11	02.01 a 31.01.12
2044986	1	JOAO SILVA DA COSTA	1º. Núcleo Regional	01.12.10 a 30.11.11	02.01 a 31.01.12
2047985	1	JORGE DA CUNHA COUTO	1º. Núcleo Regional	15.10.10 a 14.10.11	02.01 a 31.01.12
2044072	1	JOSE MARIA MARQUES DE OLIVEIRA	1º. Núcleo Regional	01.09.09 a 31.08.10	02.01 a 31.01.12
2032120	1	MARIA HELENA RODRIGUES DOS REIS	1º. Núcleo Regional	11.04.10 a 10.04.11	02.01 a 31.01.12
2046261	1	RAIMUNDO MARCELO DA SILVA	1º. Núcleo Regional	01.07.10 a 30.06.11	02.01 a 31.01.12

2033569	1	ANTONIO JULIAO FERREIRA	2º. Núcleo Regional	01.09.11 a 31.08.12	02.01 a 31.01.12
2038544	1	JOSE MARIA FIRMINO DOS SANTOS	2º. Núcleo Regional	01.03.10 a 28.02.11	02.01 a 31.01.12
2034859	1	JOSE NEUTO GOMES DA COSTA	2º. Núcleo Regional	17.06.10 a 16.06.11	02.01 a 31.01.12
2040484	1	MANOEL BARBOSA DE SOUZA	2º. Núcleo Regional	11.02.10 a 10.02.11	02.01 a 31.01.12
2040565	1	MANOEL MONTEIRO DO ROSARIO	2º. Núcleo Regional	01.03.10 a 28.02.11	02.01 a 31.01.12
2043122	1	MANOEL OSIEL DAS GRACAS	2º. Núcleo Regional	01.11.10 a 31.10.11	02.01 a 31.01.12
2043408	1	RAIMUNDO ALVES REIS	2º. Núcleo Regional	01.03.11 a 29.02.12	02.01 a 31.01.12
2034085	1	RAIMUNDO COSTA MACEDO	2º. Núcleo Regional	01.09.10 a 31.08.11	02.01 a 31.01.12
2049520	1	EDNEY LEITAO FARIA	3º. Núcleo Regional	23.08.10 a 22.08.11	02.01 a 31.01.12
2048990	1	FRANCISCO MANOEL DE CARVALHO	3º. Núcleo Regional	12.07.10 a 11.07.11	02.01 a 31.01.12
2049260	1	RAIMUNDO ANTONIO FERREIRA DA SILVA	3º. Núcleo Regional	12.07.10 a 11.07.11	02.01 a 31.01.12
2024098	1	ANTONIA FERREIRA AZEVEDO	4º. Núcleo Regional	02.01.11 a 01.01.12	02.01 a 31.01.12
2046911	1	GILDO DE CARVALHO FEIO	4º. Núcleo Regional	02.01.11 a 01.01.12	02.01 a 31.01.12
2047977	1	JOSE RIBAMAR FERREIRA DE BRITO	5º. Núcleo Regional	16.04.10 a 15.04.11	02.01 a 31.01.12
2027968	1	ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA COSTA	6º. Núcleo Regional	14.01.11 a 13.01.11	02.01 a 31.01.12
2035499	1	CARLOS ALBERTO ROCHA FERREIRA	6º. Núcleo Regional	27.02.10 a 26.02.11	02.01 a 31.01.12
2035502	1	CARLOS ANTONIO PEREIRA LUZ	6º. Núcleo Regional	01.02.10 a 31.01.11	02.01 a 31.01.12
2035570	1	JOSE DE ARIMATEIA DA SILVA FONSECA	6º. Núcleo Regional	01.02.10 a 31.01.11	02.01 a 31.01.12
2046407	1	DILSON DE OLIVEIRA VAZ	7º. Núcleo Regional	12.07.10 a 11.07.11	02.01 a 31.01.12
2035626	1	JOAO DAVID DE LIMA REIS	7º. Núcleo Regional	05.01.10 a 04.01.11	02.01 a 31.01.12
2036738	1	MANOEL CARLOS SILVA	10º. Núcleo Regional	01.06.09 a 31.05.10	02.01 a 31.01.12
2036762	1	NELSI NEIF SADECK	10º. Núcleo Regional	02.04.09 a 01.04.10	02.01 a 31.01.12

Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado do Pará

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO DE
CONCESSÃO E ACEITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A
PROJETO - ICAAF Nº 032/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326143

Nº DO TERMO ADITIVO: 01

PARTES: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará – FAPESPA e o Sr. Celso Antonio Coelho Vaz

ORIGEM DO OBJETO DO INSTRUMENTO: Apoiar financeiramente a execução do projeto intitulado “**II Semana de Ciência Política da Amazônia**”, aprovado através do EDITAL 007/2011 – **Apoio à realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e Inovação.**

OBJETO DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem por objeto determinar a prorrogação da vigência do Instrumento de Concessão de Apoio Financeiro ao Projeto nº 032/2011, até 07 de Fevereiro de 2012.

DATA DA ASSINATURA: 07 de Dezembro de 2011.

VIGÊNCIA DO TERMO: até 07 de Fevereiro de 2012.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARIO RAMOS RIBEIRO

ADITIVOS ANTERIORES: NÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO DE
CONCESSÃO E ACEITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A
PROJETO - ICAAF Nº 052/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325932

Nº DO TERMO ADITIVO: 01

PARTES: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará – FAPESPA e o Sr. José Luiz Martins do Nascimento

ORIGEM DO OBJETO DO INSTRUMENTO: Apoiar financeiramente a execução do projeto intitulado “**III Seminário Ronaldo de Araújo de Avaliação de Projetos de Tese em Medicina Tropical**”, aprovado através do EDITAL 007/2011 – **Apoio à realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e Inovação.**

OBJETO DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem por objeto determinar a prorrogação da vigência do Instrumento de Concessão de Apoio Financeiro ao Projeto nº 052/2011, até 21 de Janeiro de 2012.

DATA DA ASSINATURA: 21 de Dezembro de 2011.

VIGÊNCIA DO TERMO: até 21 de Janeiro de 2012.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARIO RAMOS RIBEIRO

ADITIVOS ANTERIORES: NÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO DE
CONCESSÃO E ACEITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A
PROJETO - ICAAF Nº 051/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325921

Nº DO TERMO ADITIVO: 01

PARTES: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará – FAPESPA e a Sra. Helena do Socorro Campos da Rocha

ORIGEM DO OBJETO DO INSTRUMENTO: Apoiar financeiramente a execução do projeto intitulado “**III Seminário Diversidades e Questões Etnicorraciais**”, aprovado através do EDITAL 007/2011 – **Apoio à realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e Inovação.**

OBJETO DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem por objeto determinar a prorrogação da vigência do Instrumento de Concessão de Apoio Financeiro ao Projeto nº 051/2011, até 18 de Janeiro de 2012.

DATA DA ASSINATURA: 16 de Dezembro de 2011.

VIGÊNCIA DO TERMO: até 18 de Janeiro de 2012.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARIO RAMOS RIBEIRO

ADITIVOS ANTERIORES: NÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO DE
CONCESSÃO E ACEITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A
PROJETO - ICAAF Nº 050/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325936

Nº DO TERMO ADITIVO: 01

PARTES: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará – FAPESPA e a Sra. Ana Vilacy Moreira Galúcio

ORIGEM DO OBJETO DO INSTRUMENTO: Apoiar financeiramente a execução do projeto intitulado “**Seminário do Programa de Capacitação Institucional MPEG**”, aprovado através do EDITAL 007/2011 – **Apoio à realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e Inovação.**

OBJETO DO ADITAMENTO: O presente termo aditivo tem por objeto determinar a prorrogação da vigência do Instrumento de Concessão de Apoio Financeiro ao Projeto nº 050/2011, até 25 de Janeiro de 2012.

DATA DA ASSINATURA: 23 de Dezembro de 2011.

VIGÊNCIA DO TERMO: até 25 de Janeiro de 2012.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARIO RAMOS RIBEIRO

ADITIVOS ANTERIORES: NÃO

SECRETARIA ESPECIAL
DE ESTADO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Secretaria de Estado
de Esporte e Lazer

CONCESSÃO DE GTI
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326104
PORTARIA Nº 452 /2011-SEEL, DE 29 DE
DEZEMBRO DE 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas, pela lei nº 6.215 de 28 de abril de 1999, alterada pela lei nº 6.879, de 29 de junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714, de 30/06/2006 e considerando o disposto no art. 137, § 1º, alínea “a” da Lei Nº 5.810 de 24 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Conceder, Gratificação de Tempo Integral, no valor de 70% (setenta por cento), a contar de 20 de dezembro de 2011, à servidora **CARLA DE FÁTIMA SILVA DA CUNHA FREITAS**, matrícula 57234846, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública, lotada no Gabinete do Secretário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

MARCOS VINICIUS EIRÓ DO NASCIMENTO

Secretário de Estado de Esporte e Lazer

TORNAR SEM EFEITO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326226
PORTARIA Nº 453/2011-SEEL, DE 29 DE DEZEMBRO DE
2011

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pela Lei nº 6.215 de 28 de Abril de 1999, alterada pela Lei nº 6.879 de 29 de Junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714 de 30/06/2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 416/2011 de 18/11/2011, publicada no DOE nº 32.039 de 21/11/2011.

I – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 29 DE DEZEMBRO DE 2011

MARCOS VINICIUS EIRÓ DO NASCIMENTO

Secretário de Estado de Esporte e Lazer

AUTORIZAÇÃO PARA AFASTAMENTO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326232
PORTARIA Nº 454/2011-SEEL, DE 29 DE DEZEMBRO DE
2011

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pela Lei nº 6.215 de 28 de Abril de 1999, alterada pela Lei nº 6.879 de 29 de Junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714 de 30/06/2006, e considerando o Processo nº 2011/466152,

RESOLVE:

Autorizar o servidor **IVALDO JOSÉ FERREIRA MALATO**, matrícula 5051924, a participar de Estágio Técnico em Itacaré-BA, e do Campeonato Brasileiro de Canoagem em Curitiba, no período de 20/11/2011 a 04/12/2011, sem ônus para esta Secretaria.

I – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 29 DE DEZEMBRO DE 2011

MARCOS VINICIUS EIRÓ DO NASCIMENTO

Secretário de Estado de Esporte e Lazer

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326326
CONTRATO: 43

Exercício: 2011

Objeto: Locação não residencial do espaço do estacionamento do Estádio Olímpico Edgar Proença - Mangueirão, o qual será utilizado para comercialização e intermediação de veículos aos sábados
Valor Total: R\$ 15.000,00

Assinatura: 26/12/2011

Vigência: 26/12/2011 a 26/06/2011

Partes:

Locatário: Associação do Feirão de Automóveis do Mangueirão

Endereço: Conjunto Maguari Al 16 nº 54 A, bairro Coqueiro

CEP 6600000, Belém/PA

Locador: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL

Marcos Vinícius Eiró do Nascimento

DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326312

Dispensa: 99/2011

Data: 23/11/2011

Valor: 92.000,00

Objeto: Contratação de empresa especializada na montagem de 01 (um) podium em estrutura de madeira e 01 (um) tablado revestidos de carpete vermelho, divisórias de separação, decoração, ornamento e aluguel de mesas e cadeiras para o Campeonato Brasileiro de Ginástica Rítmica.

Fundamento Legal: Art. 24, IV, da lei nº 8.666/93

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso

Origem do Recurso

27812119427900000 339039 0101000000 Estadual

Contratado(s):

Nome: C F LTDA - EPP

Endereço: Psg Evangélica, Bairro: Coqueiro, 180

CEP. 67113-540 - Ananindeua/PA

Complemento: Rua Tapajós

Telefone: 9132353224

Ordenador: Marcos Vinícius Eiró do Nascimento

DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326331

Errata da Publicação Nº 272199

Dispensa: 52/2011

Data: 12/08/2011

Valor: 4.718,98

Objeto: Aquisição de passagens aéreas para o trecho BELÉM/BRASILIA/SÃO PAULO/BELÉM para a servidora Cláudia Maria de Magalhães Moura, Diretora de Esporte e Lazer, com o objetivo de participar da Reunião no Ministério dos Esportes em Brasília, bem como fiscalizar o Convênio nº 013/2011 firmado entre esta SEEL e a Federação Paraense de Sumô.

Fundamento Legal: Art. 24, II, Lei 8.666/93

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso

Origem do Recurso

27812119427900000 339033 0101000000 Estadual

Contratado(s):

Nome: NORTE TURISMO LTDA EPP

Endereço: Tv Pe Prudêncio, Bairro: Campina, 43

CEP. 66010-150 - Belém/PA

Complemento: B

Telefone: 9132240386

Ordenador: Marcos Vinícius Eiró do Nascimento

Fundação Cultural do Pará
"Tancredo Neves"

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326133
TERMO ADITIVO: 1

Data de Assinatura: 21/12/2011

Valor: 6.730,00

Vigência: 22/12/2011 a 22/01/2012

Classificação do Objeto: Outros

Justificativa: prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias a contar do dia 22/01/2012.

Contrato: 12

Exercício: 2011

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

13392118025850000 339039 0101000000 Estadual

Contratado: IMPRIMA SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA

Endereço: R Cap Lima, Bairro: Santo Amaro, 170

CEP. 50040-080 - Recife/PE

Telefone: 8132315079

Ordenador: Carlos Nilson Batista Chaves

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326114
TERMO ADITIVO: 1

Data de Assinatura: 21/12/2011

Valor: 25.250,00

Vigência: 22/12/2011 a 22/01/2012

Classificação do Objeto: Outros

Justificativa: prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias a contar do dia 22/12/2011.

Contrato: 11

Exercício: 2011

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

13392118025850000 339039 0101000000 Estadual

Contratado: GLOBALPRINT EDITORA GRAFICA LTDA ME

Endereço: R Paulo Sérgio, Bairro: Água Branca, 375

CEP. 32371-090 - Contagem/MG

Telefone: 3131981100

Ordenador: Carlos Nilson Batista Chaves

CONVÊNIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326010
CONVÊNIO: 47

Exercício: 2011

Objeto: O objeto do presente instrumento é o repasse de recursos financeiros, a título de CONTRIBUIÇÃO, como forma de apoio

visando à realização do Projeto “A HISTÓRIA DO CENTENÁRIO DA ASSEMBLÉIA DE DEUS”.
Valor Total: 30.900,00
Assinatura: 21/12/2011
Vigência: 27/12/2011 a 27/04/2012
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13392118162000000 335041 0101002158 Estadual
Partes:
Beneficiário ente Privado: ASSOC.BENEFIC.COMUNIT. DESENV. CULT. INFORM. VILA CABANOS
Endereço: R Germano Aranha, S/Nº
CEP. 68447000 - Vila dos Cabanos/PA
Concedente: FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES
Ordenador: Carlos Nilson Batista Chaves

LICENÇA PRÊMIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325882
PORTARIA N.º 446 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011
Servidor (a): Márcia Helena Vaz Conceição
Matrícula n.º: 57190160/1
Cargo: Gerente de Espaço Cultural
Dias: 30 (trinta)
Triênio: 11.09.07 a 10.09.11.
Período: 02.01.12 a 31.01.12.



TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325885
TERMO ADITIVO: 2
Data de Assinatura: 03/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 03/01/2012 a 02/07/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº004/2010.
Contrato: 4
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: SERGUEI FIRSANOV
Endereço: Tv Dr Moraes, Bairro: Batista Campos, 780
CEP. 66045-590 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325888
TERMO ADITIVO: 3
Data de Assinatura: 03/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 03/01/2012 a 02/07/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº006/2010.
Contrato: 6
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: LÍCIA MARIA ARANTES DA SILVA
Endereço: TRAV. ENEAS PINHEIRO, Bairro: MARCO, 1700
CEP. 66095-100 - BELEM/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325952
TERMO ADITIVO: 3
Data de Assinatura: 03/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 03/01/2012 a 02/07/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº010/2010.
Contrato: 10
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: MADALENA JORGE ALIVERTI
Endereço: AV. GENTIL BITENCOURT, Bairro: BATISTA CAMPOS, 982
CEP. 66040-000 - BELEM/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325866
TERMO ADITIVO: 3
Data de Assinatura: 03/01/2012
Valor: 1.425,05
Vigência: 03/01/2012 a 02/07/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº011/2010.
Contrato: 11
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: ADAMILSON GUIMARÃES DE ABREU
Endereço: Av Cnso Furtado, Bairro: Guamá, 3536
CEP. 66073-160 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325875
TERMO ADITIVO: 2
Data de Assinatura: 03/01/2012
Valor: 587,84
Vigência: 03/01/2012 a 02/07/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº041/2010.
Contrato: 41
Exercício: 2009
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: MARIO AUGUSTO CRUZ DE SOUZA
Endereço: Psg Primeiro de Maio, Bairro: Guanabara, 619
CEP. 67010-240 - Ananindeua/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326026
TERMO ADITIVO: 2
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº018/2010.
Contrato: 18
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: SHEILA LIDIA CUNHA DA SILVA PEREIRA
Endereço: VI Dias, Bairro: Pedreira, 2235
CEP. 66085-650 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326028
Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 880,44
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº023/2010.
Contrato: 23
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: CLAUDIONOR AMARAL DE SOUZA
Endereço: Tv Dr Moraes, Bairro: Batista Campos, 4080
CEP. 66045-590 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326032
Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 880,44
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº024/2010.
Contrato: 24
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual

Contratado: DMILSON CARDOSO OLIVEIRA
Endereço: Psg Assunção, Bairro: Telégrafo Sem Fio, 188
CEP. 66113-350 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325965
Termo Aditivo: 4
Data de Assinatura: 03/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 03/01/2012 a 02/07/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº005/2010.
Contrato: 5
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: MARIANA GABBAY MARTINS BRAGA
Endereço: Tv Rui Barbosa, Bairro: Reduto, 1013
CEP. 66053-260 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325969
Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 03/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 03/01/2012 a 02/07/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº002/2010.
Contrato: 2
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: RAILENA QUEIROZ CORREA
Endereço: Av Pres Vargas, Bairro: Aparecida, 2811
CEP. 68040-060 - Santarém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325961
Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 03/01/2012
Valor: 1.425,05
Vigência: 03/01/2012 a 02/07/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº009/2010.
Contrato: 9
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: MARCUS VINICIUS MIRANDA GUEDES
Endereço: Psg Sta Rosa, Bairro: Maracacuera (Icoaraci), 112
CEP. 66815-650 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326103
Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.425,05
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº017/2010.
Contrato: 17
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: CINTIA PATRICIA CORREA DE OLIVEIRA
Endereço: Tv D Romualdo de Seixas, Bairro: Umarizal, 156
CEP. 66050-110 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326094
PORTARIA Nº 250/2011
O Superintendente da Fundação Carlos Gomes, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 19 da Lei nº 5.810 de 24.01.1994;
RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 236/2011 publicada no DOE de 28.11.2011, a designação do servidor JOSÉ GUEDES

DA COSTA JÚNIOR, para substituir no período de 03/01 a 01/02/2012, ELIANA IZAURA CASTRO DE ARAÚJO COSTA – Coordenadora de Recursos Humanos, que estará em gozo de férias.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Belém-Pa, 29 de Dezembro de 2011.

PAULO JOSE CAMPOS DE MELO

- Superintendente da FCG -

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326092**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº102/2010.
Contrato: 102
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: ANGELA RIKI MIYAHARA FUJIYOSHI
Endereço: Tv Angustura, Bairro: Marco, 3345
CEP. 66093-040 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326100
PORTARIA Nº 251/2011**

O Superintendente da Fundação Carlos Gomes, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 19 da Lei 5.810 de 24.01.1994;

Assunto: SUBSTITUIÇÃO

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **ANDRESSA KELLY FERREIRA DE OLIVEIRA** – Secretária de Diretoria DAS-1, para substituir no período de 03/01/2012 a 01/02/2012, **ELIANA IZAURA CASTRO DE ARAÚJO COSTA** – Coordenadora de Recursos Humanos, que estará em gozo de férias.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Belém-Pa, 29 de Dezembro de 2011.

PAULO JOSE CAMPOS DE MELO

- Superintendente da FCG -

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326084**

Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.425,05
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº108/2010.
Contrato: 108
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: CARLA CHRISTINA PRIST
Endereço: R João Balbi, Bairro: Nazaré, 73
CEP. 66055-280 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326080**

Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 587,84
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº031/2010.
Contrato: 31
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: ALEXANDRE HENRIQUE MACAMBIRA
Endereço: Tv WE-11, Bairro: Coqueiro, 985
CEP. 66670-250 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326075**

Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 587,84
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº030/2010.

Contrato: 30
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: ADNELSON DEODATO DE AZEVEDO
Endereço: Lot Mário Couto, Bairro: Tapanã (Icoaraci), 372
CEP. 66830-040 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326051**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 880,44
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº028/2010.
Contrato: 28
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: LUIS EUGENIO MONTEIRO DE RIBAMAR
Endereço: Psg José L Martins, Bairro: Marco, 13
CEP. 66095-280 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326055**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 880,44
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº007/2010.
Contrato: 7
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: JOSE AGOSTINHO DA FONSECA NETO
Endereço: R Floriano Peixoto, Bairro: Centro, 282
CEP. 68005-060 - Santarém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326036**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 880,44
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº025/2010.
Contrato: 25
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: HARLEY BICHARA DE SOUZA
Endereço: Tv WE-2, Bairro: Coqueiro, 394
CEP. 66670-380 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326070**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 880,44
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº027/2010.
Contrato: 27
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: LUIZ SANTANA BALIEIRO
Endereço: Psg Quinta Linha, Bairro: Tenoné, 33
CEP. 66820-160 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326063**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 880,44
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº029/2010.
Contrato: 29
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: MARGARETH ROSAS MARTINS BELTRÃO
Endereço: Av Pedro A Cabral, Bairro: Telégrafo Sem Fio, 2040
CEP. 66113-190 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326113**

Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 587,84
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº034/2010.
Contrato: 34
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: ELIZEU ANDRADE CORDEIRO
Endereço: R Primeiro de Agosto, Bairro: Marambaia, 85
CEP. 66620-530 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326118**

Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 587,84
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº123/2010.
Contrato: 123
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: EDSON MARCIO DE LIMA FERREIRA
Endereço: R Benjamin, Bairro: Coqueiro, 81
CEP. 66650-030 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326136**

Errata da Publicação: 325636
Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.425,05
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº017/2008.
Contrato: 17
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: RODRIGO SANTANA DE SOUZA
Endereço: TRAV. TIMBO, Bairro: MARCO, 3391
CEP. 66093-340 - BELEM/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326141**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº018/2010.

Contrato: 18
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: MIZRAIM SARA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Endereço: RUA ANTONIO OVERDOSA, Bairro: PEDREIRA, 1351
CEP. 66085-750 - BELEM/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326181**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº022/2010.
Contrato: 22
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: ANDERSON NOBRE SIQUEIRA
Endereço: R Décima, Bairro: Maguari, 15
CEP. 67145-360 - Ananindeua/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326169**

Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.425,05
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº019/2010.
Contrato: 19
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: VALERIA CORDEIRO DIAS
Endereço: R N Sr do Bonfim, Bairro: Águas Lindas, 37
CEP. 67110-760 - Ananindeua/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326220**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.425,05
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº012/2010.
Contrato: 12
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: JOSE ANTONIO SALAZAR CANO
Endereço: Tv dos Tupinambás, Bairro: Jurunas, 703
CEP. 66033-815 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326193**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.425,05
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº021/2010.
Contrato: 21
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: ANDRE DO AMOR DIVINO DA SILVA
Endereço: R Rodolfo Chermont, Bairro: Marambaia, 15
CEP. 66615-170 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326213**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.425,05

Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº013/2010.
Contrato: 13
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: LAUDIEL DE ALMEIDA PADILHA
Endereço: Av das Américas, Bairro: Levilândia, 56
CEP. 67015-540 - Ananindeua/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326204**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº020/2010.
Contrato: 20
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: ALEXANDRE TEIXEIRA PINHEIRO
Endereço: Tv Honório J dos Santos, Bairro: Jurunas, 1466
CEP. 66033-343 - Belém/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326217**

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº015/2010.
Contrato: 15
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
13122012545350000 319004 0101000000 Estadual
Contratado: ILSON AUGUSTO CRUZ DE SOUZA
Endereço: Rod BR-316, Bairro: Centro, 00
CEP. 67033-000 - Ananindeua/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326223
TERMO ADITIVO: 3**

Data de Assinatura: 01/01/2012
Valor: 1.572,11
Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº010/2010.
Contrato: 10
Exercício: 2010
Contratado: LUCIA MARIA ARANTES DE OLIVEIRA
Endereço: TRAV ENEAS PINHEIRO, Bairro: MARCO, 1700
CEP. 66095-100 - BELEM/PA
Telefone: 9100000000
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

Fundação Curro Velho

**ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326221**

Órgao: FUNDACAO CURRO VELHO
Modalidade de Admissão: Comissionado
Ato: Portaria 152, de 29/12/2011
Data de Admissão: 01/01/2012
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Observação
Jorge Luiz Nascimento da Cunha GEP-DAS-011.4
Ordenador: DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA

**ADIAR FÉRIAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326319
PORTARIA N º 155 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011**

Adiar, por necessidade de serviço, o período de gozo de férias da servidora Vanda do Socorro Lopes Chagas, matrícula nº 5423503/2, cargo de Assistente Cultural, lotada nesta Fundação, de 02 a 31/01/2012 para 01 a 30/03/2012 concedida através da

portaria col. nº 131 de 07/11/2011 e publicada no DOE nº 32032 de 08/11/2011.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA
Superintendente /FCV

**ADIAR FÉRIAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326263**

RESOLVE:
Adiar, por necessidade de serviço, o período de gozo de férias da servidora Alba Almeida de Oliveira, matrícula nº 54186058/1, cargo de Técnica de Administração e Finanças, lotada nesta Fundação, de 02 a 31/01/2012 para 16/01 a 14/02/2012 concedida através da portaria col. nº 131 de 07/11/2011 e publicada no DOE nº 32032 de 08/11/2011.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA
Superintendente /FCV

Secretaria de Estado de Educação

Secretaria de Estado de Educação - CCC

**RESUMO DE PORTARIAS DIVERSAS-GRC
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326321
PORTARIA N.º 15617 /2011 – CRH**

O Secretário Adjunto de Gestão, usando da competência que lhe foi delegada pela portaria nº015/2011 - GS de 04/03/2011 e de acordo com o processo n.º 507112/2011, e;
Considerando o que dispõe o artigo 137 da Lei nº 5.810/94 de 24 de janeiro de 1994, bem como o disposto no Decreto nº 2.538 de 20 de maio de 1994 e Decreto nº 2.608 de 22 de junho de 1994, que regulamentam a regra jurídica supramencionada;
Considerando a necessidade de cumprimento dos termos do Decreto nº 5, de 19/01/2011, publicado no Diário Oficial nº 31837, de 20/01/2011.

R E S O L V E:
Art. 1º REVOGAR, a contar de 01/12/2011, a concessão de Tempo Integral, da servidora Maria de Fátima Modesto Pinto, matrícula nº 6017363/2, Merendeira, lotada na Divisão de Cadastro.

Art. 2º CONCEDER, a contar de 01/12/2011, Gratificação de Tempo Integral, à servidora Jeracina Oliveira da Silva, matrícula nº 732818/1, Agente de Portaria, lotada na Divisão de Cadastro, em substituição a servidora mencionada no Artigo anterior.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Belém, 28 de dezembro de 2011.
Waldecir Oliveira da Costa
Secretário Adjunto de Gestão

**GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL
PORTARIA Nº.: 15616/2011 DE 28/12/2011**

Nome: MARIA NUBIA COSTA DA ROSA
Matrícula:400300/1 Cargo: Ag. Administrativo
Conceder Gratificação de Tempo Integral, a contar de 01/01/2012, em substituição ao servidor Lucas da Silva Balieiro, matrícula nº 57212890/1.

**DESIGNAR
PORTARIA Nº.: 15619/2011 DE 29/12/2011**

Nome: ALMIRO DA SILVA BORGES
Matrícula:57212486/1 Cargo: Assist. Administrativo
Designar para responder pela **Função de Chefe de Grupo I FG-4/GCFOP**, durante o impedimento do titular, no período de 01/07/2011 a 30/07/2011.

PORTARIA Nº.: 15620/2011 DE 29/12/2011

Nome: KARUDY ALCÂNTARA DA SILVA
Matrícula:57213110-1 Cargo: Auxiliar Operacional
Designar para responder pela **Função de Chefe de Grupo II FG-3/GRC**, durante o impedimento do titular, no período de 02/01/2012 a 31/01/2012.

**LICENÇA ESPECIAL
PORTARIA Nº.: 15606/2011 DE 28/12/2011**

Nome: RAIMUNDO GILMAR PINTO
Matrícula:57195945/1 Cargo: Prof. Classe I
Lotação:EE Francisco Paulo N Mendes/Ananindeua
Período: 02/01/12 a 01/03/12 (60) dias
Triênio:10/04/08 a 09/04/11

PORTARIA Nº.: 15615/2011 DE 28/12/2011

Nome: LUCINELIA GUIMARAES NUNES
Matrícula:571407/3 Cargo: Prof. Classe II
Lotação:EE Gasparino Batista da Silva/Soure
Período: 02/01 a 01/03/12 – 02/03 a 30/04/12 (120) dias
Triênio: 02/04/96 a 01/04/99 – 02/04/99 a 01/04/02

**APROVAÇÃO ESCALA DE FERIAS
PORTARIA Nº.:252/2011 DE 30/09/2011**

Nome: JOSE OLIVEIRA FERREIRA
Matrícula:57211305/1 Período:01/11 a 30/11/11 Exercício:2010
Unidade: EEEM. Julião Bertoldo de Castro/Bagre

PORTARIA Nº.: 257/2011 DE 05/10/2011
Nome: ERCIANE GOMES DE MORAES
Matrícula: 57220105/1 Período: 01/12 a 30/12/11 Exercício: 2010
Unidade: EEEM Prado Lopes/Curralinho

PORTARIA Nº.: 264/2011 DE 07/11/2011
Nome: BENEDITA AUXILIADORA CIRINO DA SILVA
Matrícula: 5776040/2 Período: 01/12 a 14/01/12 Exercício: 2011
Unidade: 13 URE/Breves

PORTARIA Nº.: 556/2011 DE 24/11/2011
Nome: GERSON DIAS OLIVO
Matrícula: 9733050/1 Período: 26/12 a 08/02/12 Exercício: 2011
Unidade: ERC Nair de Nazaré Lemos/Altamira

PORTARIA Nº.: 558/2011 DE 24/11/2011
Nome: NEUSA SANTOS DA SILVA
Matrícula: 475866/1 Período: 01/12 A 30/12/11 Exercício: 2011
Unidade: EMEF Abraham Lincoln/Medicilândia

PORTARIA Nº.: 572/2011 DE 29/11/2011
Nome: ANILDA PINHEIRO DE ANDRADE
Matrícula: 57208258/1 Período: 01/12 a 14/01/12 Exercício: 2011
Unidade: ERC Instituto Maria de Mattias/Altamira

PORTARIA Nº.: 582/2011 DE 01/12/2011
Nome: ROSANE FREITEIRO
Matrícula: 57217561/1 Período: 01/01 a 14/02/12 Exercício: 2011
Unidade: ERC Prof. Nair de Nazaré Lemos/Altamira

PORTARIA Nº.: 573/2011 DE 30/11/2011
Nome: LEANE LIMA OLIVEIRA
Matrícula: 57208277/1 Período: 01/02 a 16/03/12 Exercício: 2011
Unidade: EEEM Padre Eurico/Vitória do Xingu

PORTARIA Nº.: 179/2011 DE 29/11/2011
Nome: HEGO HENRIQUE BARBOSA CUSTODIO
Matrícula: 57211590/1 Período: 02/01 a 31/01/12 Exercício: 2011
Unidade: ERC Santo Agostinho/Breves

PORTARIA Nº.: 243/2011 DE 23/09/2011
Nome: ELZA SANTANA RAMOS
Matrícula: 554995/1 Período: 03/10 a 01/11/11 Exercício: 2011
Unidade: 13URE/Breves

PORTARIA Nº.: 244/2011 DE 27/09/2011
Nome: FRANCISCO DOS SANTOS DA SILVA JUNIOR
Matrícula: 57216863/1 Período: 01/12 a 30/12/11 Exercício: 2011
Unidade: EEEM Maria Elizete Fona Nunes/Breves

PORTARIA Nº.: 247/2011 DE 30/09/2011
Nome: JOSIANE DA COSTA R DA CUNHA
Matrícula: 5778700/2 Período: 01/11 a 15/12/11 Exercício: 2010
Unidade: EEEM Julião Bertoldo de Castro/Bagre

PORTARIA Nº.: 248/2011 DE 30/09/2011
Nome: EREMITA R DA CUNHA LOBATO
Matrícula: 232610/1 Período: 01/11 a 30/11/11 Exercício: 2010
Unidade: EEEM Juliao Bertoldo de Castro/Bagre

PORTARIA Nº.: 250/2011 DE 30/09/2011
Nome: JOÃO AUGUSTO A NOGUEIRA
Matrícula: 232696/1 Período: 01/11 a 30/11/11 Exercício: 2011
Unidade: EEEM Juliao Bertoldo de Castro/Bagre

PORTARIA Nº.: 1246/2011 DE 18/11/2011
Nome: SHIRLEY SANTA ROSA DA SILVA
Matrícula: 54192118/2 Período: 17/06 a 31/07/11 Exercício: 2011
Unidade: EE Prof. Antonio Marçal/Inhangapi

PORTARIA Nº.: 1247/2011 DE 23/11/2011
Nome: MARCELA BARROS DA CRUZ
Matrícula: 57234119/1 Período: 21/11 a 04/01/12 Exercício: 2011
Unidade: EEEM Maria C Gomes de Souza/S Francisco do Pará

PORTARIA Nº.: 1248/2011 DE 24/11/2011
Nome: ORLANDO JOSE COUTO PINHEIRO
Matrícula: 215929/1 Período: 01/10 a 30/10/11 Exercício: 2011
Unidade: EEEF Candorina Campos/Curuça

PORTARIA Nº.: 1245/2011 DE 18/11/2011
Nome: MARCOS ANTONIO DE CARVALHO
Matrícula: 5752388/2 Período: 01/07 a 14/08/11 Exercício: 2011
Unidade: EEEM Frei Miguel de Bulhões/S Miguel do Guama

PORTARIA Nº.: 1249/2011 DE 23/11/2011
Nome: SALVADOR GALVÃO DA ROCHA
Matrícula: 215090/1 Período: 01/10/11 à 30/10/11 Exercício: 2011
Unidade: EEEF. Candorna Campos/Curuça

PORTARIA Nº.: 1250/2011 DE 23/11/2011
Nome: COSMA MARIA NASCIMENTO DA CUNHA
Matrícula: 57209941/1 Período: 21/11/11 à 04/01/12 Exercício: 2011
Unidade: EE. Dr. Inácio Koury Gabriel Neto/Castanhal

PORTARIA Nº.: 1251/2011 DE 23/11/2011
Nome: CARMEM LUCIA BRITO CARNEIRO
Matrícula: 5657768/1 Período: 01/07/11 à 14/08/11 Exercício: 2011
Unidade: EEEF. 28 de Janeiro/Castanhal

PORTARIA Nº.: 1254/2011 DE 30/11/2011
Nome: MARIA LUCIDEIA DA SILVA MELO
Matrícula: 57234102/1 Período: 13/11/11 à 27/12/11 Exercício: 2011
Unidade: Anexo José Henrique/Castanhal

PORTARIA Nº.: 1255/2011 DE 30/11/2011
Nome: VALÉRIA CRISTIAN SILVA SOARES
Matrícula: 5716713/2 Período: 22/11/11 à 05/01/12 Exercício: 2011
Unidade: EE. Prof. Marcos Nunes/Sta Maria do Pará

PORTARIA Nº.: 1264/2011 DE 12/12/2011
Nome: MARIA GORETE MARQUES DA SILVA
Matrícula: 369683/1 Período: 04/03/11 à 17/04/11 Exercício: 2010
Unidade: EEEFM. Conego Leitão/Castanhal

PORTARIA Nº.: 530/2011 DE 10/11/2011
Nome: FABIO LOPES DOS SANTOS
Matrícula: 57217520/1 Período: 01/01/12 à 30/01/12 Exercício: 2011
Unidade: EEEM. Prof. Dairce Pedrosa Torres/Altamira/PA

PORTARIA Nº.: 536/2011 DE 10/11/2011
Nome: LAIRICE DO SOCORRO DO ESPIRITO SANTO
Matrícula: 57208228/1 Período: 01/01/12 à 14/02/12 Exercício: 2010
Unidade: EEEM. Prof. Dairce Pedrosa Torres/Altamira/PA

PORTARIA Nº.: 538/2011 DE /1611/2011
Nome: MARINALVA FERREIRA DOS SANTOS
Matrícula: 57208407/1 Período: 01/01/12 à 14/02/12 Exercício: 2011
Unidade: EEEM. Brasil Novo/Brasil Novo

PORTARIA Nº.: 539/2011 DE 16/11/2011
Nome: FRANCISCO WALTER SILVA DE ARAUJO
Matrícula: 57233289/1 Período: 01/03/12 à 14/04/12 Exercício: 2011
Unidade: EEEM. Profª. Dairce Pedrosa Torres/Altamira/PA

PORTARIA Nº.: 553/2011 DE 22/11/2011
Nome: MARIA SOUZA DA CUNHA
Matrícula: 57214448/1 Período: 01/01/12 à 30/01/12 Exercício: 2011
Unidade: 10ª URE/Altamira/PA

PORTARIA Nº.: 555/2011 DE 24/11/2011
Nome: LUSINETE CONCEIÇÃO SILVA RODRIGUES
Matrícula: 57208234/1 Período: 26/12/11 à 08/02/12 Exercício: 2011
Unidade: EEEM. Profª. Dairce Pedrosa Torres/Altamira/PA

PORTARIA Nº.: 1187/2011 DE 23/11/2011
Nome: ROSARIA MEDEIROS DOS SANTOS
Matrícula: 5715180/2 Período: 01/09/11 à 30/09/11 Exercício: 2011
Unidade: EE. Abel Ovidio de Campos/Curuça

PORTARIA Nº.: 1244/2011 DE 18/11/2011
Nome: EDSON LUIS DE CARVALHO SILVA
Matrícula: 57209894/1 Período: 30/12/11 à 28/01/12 Exercício: 2010
Unidade: EEEF. 28 de Janeiro/Castanhal

PORTARIA Nº.: 524/11 DE 10/04/2011
Nome: MARIA FELIZ COELHO SANTA BRÍGIDA
Matrícula: 0273104/1 Período: 01/07 à 30/07/2011 Exercício: 2011
Unidade: EE. Santo Antonio/Belterra.

PORTARIA Nº.: 1054/11 DE 23/11/2011
Nome: IZABEL CRISTINA PINTO CARDOSO
Matrícula: 54190877/1 Período: 01/01 à 14/02/12 Exercício: 2011
Unidade: EE. Álvaro Adolfo da Silveira/Santarém

PORTARIA Nº.: 1078/11 DE 30/11/2011
Nome: REGILANE VASCONCELOS DE SOUSA
Matrícula: 57214867/1 Período: 17/02 à 17/03/12 Exercício: 2011
Unidade: APAE/Santarém

PORTARIA Nº.: 210/11 DE 12/12/2011
Nome: MARIA LILIANE DO SOCORRO DO CARMO
Matrícula: 57209841/1 Período: 02/01 à 31/01/12 Exercício: 2011
Unidade: E.E.E.F.M. Profª Clotilde Pereira/Castanhal

PORTARIA Nº.: 248/11 DE 12/12/2011
Nome: VÂNIA LÚCIA PINA DE MORAES
Matrícula: 57208180/1 Período: 19/11 à 02/01/12 Exercício: 2011
Unidade: EE. Aristides Santa Rosa/Inhangapi

PORTARIA Nº.: 458/11 DE 12/12/2011
Nome: KEILA MICHELLY DA SILVA DUARTE
Matrícula: 57209893/1 Período: 30/12 à 28/01/12 Exercício: 2011
Unidade: EE. Cidade Dom Bosco/Castanhal

PORTARIA Nº.: 528/11 DE 12/12/2011
Nome: KEYLA SOARES DA COSTA
Matrícula: 57208117/1 Período: 01/01 à 14/02/12 Exercício: 2011
Unidade: E.E.E.M. Severiano B. de Souza/Sta Maria do Pará

PORTARIA Nº.: 647/11 DE 24/11/2011
Nome: JOSÉ ROBERTO ALVES DA SILVA
Matrícula: 5377579/4 Período: 18/11 à 01/01/12 Exercício: 2011
Unidade: EEEM. Frei Miguel de Bulhões/S. Miguel do Guamá

PORTARIA Nº.: 741/11 DE 12/12/2011
Nome: MARIA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA
Matrícula: 5757479/1 Período: 21/11 à 04/01/12 Exercício: 2011
Unidade: EEEFM. Pe. Salvador Traccaioli/Castanhal

RETIFICAÇÃO
PORTARIA Nº.: 15601/2011 DE 27/12/2011
Nome: MARIA DO ESPIRITO SANTO MOURA
Matrícula: 344877/1 Cargo: Professor Classe II
Formalizar a Retificação na PORTARIA Nº 8467/93 de 04/08/1993, que dispensou da função de Diretor da EE Eugenia Cavallero de Macedo, no município de Belém, o a partir de 04/08/93 para 31/08/93, para fins de regularização funcional.

ERRATA DE TEMPO INTEGRAL
PORTARIA Nº.: 15429/2011 DE 06/12/2011
Nome: JOÃO PAULO FERREIRA MAIA
Onde se lê: a contar de 014/12/2011
Leia-se: a contar de 01/12/2011
Publicada no Diário Oficial nº. 31.053de 12/12/2011.

CONVÊNIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326330
ERRATA DA PUBLICAÇÃO: 277983
CONVÊNIO: 296
Exercício: 2011
Objeto: Reforma parcial e construção da cobertura da quadra da EEEFM. Assurini, na localidade de Agrovila Assurini
Valor Total: 149.756,30
Assinatura: 01/09/2011
Vigência: 01/09/2011 a 16/02/2012
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
12122128219560000 444051 0102000000 Estadual
12122128219560000 444051 0143000000 Federal
Partes:
Beneficiário ente Público: Prefeitura Municipal de Altamira
Concedente: Secretaria de Estado de Educação
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

CONTRATO
NÚMERO DE PÚBLICAÇÃO: 326236
CONTRATO: 218
Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: contratação da Editora NDJ LTDA, para assinatura do boletim de direito administrativo e boletim de licitações e contratos.
Valor Total: 14.700,00
Data Assinatura: 29/12/2011
Vigência: 29/12/2011 a 28/12/2012
Inexigibilidade: 2/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
12122012545340000 339039 0102000000 Estadual
Contratado: Editora NDJ LTDA
Endereço: R Cnso Crispiniano, 344
CEP. 01037-000 - São Paulo/SP
Telefone: 1132257000
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326173
Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO
Data de Admissão: 21/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
FLAVIO MAX DO VALE NEVES PROFESSOR
17/06/2012 CONTRATO 4600/2011-TAILANDIA
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326161
Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO
Data de Admissão: 21/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
ELIELSON DO NASCIMENTO PROFESSOR
17/06/2012 CONTRATO 4598/2011-COLARES
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA
Termino de Vínculo de Servidor

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326149
ATO: PORTARIA Nº 590/2011-GCAP
Término Vínculo: 02/01/2012
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: DISTRATO
Orgão: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Servidor(es):
Temporário / DENISE DE MELO DA CRUZ (ASSIST. ADM.) / 57228546-1
Temporário / GRACE KELLY DA SILVA NEGRAO (ASSIST. ADM.) / 57228552-1
Temporário / JOSEAN FARIAS RIBEIRO (VIGIA) / 57226497-1
Temporário / MARIA ROSA DA COSTA DOS SANTOS NICACIO (MERENDEIRA) / 57231439-1
Temporário / RENILTON MEDEIROS PIMENTEL (VIGIA) / 57226502-1
Temporário / SANDRA REGINA ALVES DE LIMA (SERVENTE) / 57229628-1<br
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

CONVÊNIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326156
ERRATA DA PUBLICAÇÃO: 322484
Convênio: 409
Exercício: 2011
Objeto: Reforma e ampliação da E.M.E.F. "Bandeirante".
Valor Total: 749.113,46
Assinatura: 20/12/2011
Vigência: 20/12/2011 a 12/12/2012
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
12122128219560000 444051 0143000000 Estadual

Partes:
Beneficiário ente Público: Município de Novo Repartimento
Concedente: Secretaria de Estado de Educação
Ordenador: CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326154

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO
Data de Admissão: 21/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
AELTON SOUSA FERREIRA PROFESSOR
17/06/2012 CONTRATO 4597/2011-VIGIA
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326164

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO
Data de Admissão: 21/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
ELY JONATAS COSTA DO NASCIMENTO PROFESSOR
17/06/2012 CONTRATO 4599/2011-CHAVES
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA
Contrato
Número de Publicação: 326119
Errata da Publicação: 320676
Contrato: 204
Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de links de comunicação de dados (internet), para atender a demanda da SEDUC.
Valor Total: 6.060.598,80
Data Assinatura: 06/12/2011
Vigência: 06/12/2011 a 05/12/2012
Pregão Eletrônico: 29/2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
12122125562190000 339039 0102000000 Estadual
Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL
Endereço: Avenida Presidente Vargas 1012, 1012
CEP. 20071-910 - Rio de Janeiro/RJTelefone: 2140058282
Ordenador: CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO
Termino de Vínculo de Servidor

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326128
ATO: PORTARIA Nº 591/2011-GCAP

Término Vínculo: 02/01/2012
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: DISTRATO
Orgão: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Servidor(es):
Temporário / ELEMAR CELSON THEISER (PROFESSOR) / 57229112-1
Temporário / ELIZABETE PEDROSO DOS SANTOS (PROFESSOR) / 54197695-1
Temporário / MARIALICE ARAUJO SANTOS (PROFESSOR) / 80845342-2<br
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326062

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO
Data de Admissão: 21/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor Término Vínculo Observação
LO MARTINS DE ANDRADE PROFESSOR 17/06/2012 CONTRATO
4594/2011-PONTA DE PEDRAS
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326058

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO
Data de Admissão: 21/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor Término Vínculo Observação
ADAIR CONCEIÇÃO SANTOS TEMBE SERVENTE 17/06/2012 CONTRATO
4593/2011-CAPITAO POÇO
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326072

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO
Data de Admissão: 21/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
ROSEMARY DE SOUSA SARAÍVA PROFESSOR/SOME
17/06/2012 CONTRATO 4596/2011-ABAETETUBA
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326066

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO
Data de Admissão: 21/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
ANTONIA ROSIANE FAVACHO DA SILVA PROFESSOR
17/06/2012 CONTRATO 4595/2011-MARAPANIM
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA
Convênio

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326041

Errata da Publicação: 324592
Convênio: 403
Exercício: 2011
Objeto: Conclusão de um bloco de recreio coberto escovodramo, bloco administrativo, banheiro e área externa da Escola Municipal de Abasmata, localizada no município de Tailândia/Pa.
Valor Total: 308.000,00
Assinatura: 16/12/2011
Vigência: 16/12/2011 a 09/12/2012
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
12122128219560000 444051 0102000000 Estadual
Partes:
Beneficiário ente Público: Prefeitura Municipal de Tailândia
Concedente: Secretaria de Estado de Educação
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326046

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO
Data de Admissão: 21/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
BRUNNO WILLIAN DA SILVA FREITAS ASSIST.
DE INFORMATICA 17/06/2012 CONTRATO
4590/2011-CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326052

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO
Data de Admissão: 21/12/2011
Admitidos:
Nome do Servidor Cargo do Servidor Término Vínculo Observação
MARIA APARECIDA LOPES REIS TEMBE MERENDEIRA 17/06/2012 CONTRATO
4591/2011-CAPITAO POÇO
SUELI ANANIAS ROMAO SANTOS MERENDEIRA 17/06/2012 CONTRATO
4592/2011-CAPITAO POÇO
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326043

Órgao: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO
Data de Admissão: 21/12/2011
Nome do Servidor Cargo do Servidor
Término Vínculo Observação
MARIA VITORIA DUARTE LOPES ASSIST. ADM.
17/06/2012 CONTRATO 4589/2011-OUREM
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

CONVÊNIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325966
CONVÊNIO: 419

Exercício: 2011
Objeto: reforma da EEEM Dr. Dionísio Bentes Carvalho.
Valor Total: 1.201.787,69
Assinatura: 27/12/2011
Vigência: 27/12/2011 a 20/12/2012
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
12122128219560000 444051 0143000000 Estadual
Partes:
Beneficiário ente Público: Município de Rondon do Pará
Concedente: Secretaria de Estado de Educação
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326342
ERRATA DA PUBLICAÇÃO: 305347
CONTRATO: 141

Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: prestação de serviços para fornecimento de link de comunicação de dados via concessionária e rede Navegapará.
Valor Total: 3.553.912,96
Data Assinatura: 11/11/2011
Vigência: 11/11/2011 a 10/11/2012

Dispensa: 29/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
12122125562190000 339039 0102000000 Estadual
Contratado: Processamento de Dados do Estado do Pará/ PRODEPA
Endereço: Rod Augusto Montenegro, s/n
CEP. 66820-000 - Belém/PATelefone: 9132115416
Ordenador: CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO

Secretaria de Estado de Educação - Gabinete do Secretário

CITAÇÃO GS/SEDUC
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326347
PC. 126327/2008
CITAÇÃO Nº 001/2011-GS/SEDUC

A Secretaria de Estado de Educação, observando o disposto nos arts. 10, 11, inciso VI e 12, inciso II, da Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, combinados ao art. 231 do Código de Processo Civil cita, por intermédio de Edital, o Sr. FRANCISCO FAUSTO BRAGA, ex-prefeito de São Domingos do Araguaia, para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação desta, a Prestação de Contas do Convênio nº 099/2008 – Transporte Escolar, conforme determina o disposto no art. 28, § 5º, da Instrução Normativa nº 01/97, da Secretaria do Tesouro Nacional. Belém, 28 de dezembro de 2011.

CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO
Secretário de Estado de Educação

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA GS/SEDUC
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326304
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 406/2011-GS/SEDUC
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei e, **CONSIDERANDO** os Pareceres exarados pelo Núcleo Jurídico/ SEDUC em 22/11/2011 e 15/12/2011.

RESOLVE
EXCLUIR o nome do Servidor JOSIAS DE SOUZA SALES, da PORTARIA Nº 406/2011-GS/SEDUC, publicada no DOE nº 32019, de 17/10/11, que tornou público o resultado do Processo Seletivo do Bolsa Mestrado e Doutorado, atingindo 166 pontos e a classificação em 16º lugar. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Belém, 22 de Dezembro de 2011.

WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA
Secretário de Estado de Educação, em exercício

Secretaria de Estado de Educação - NLIC

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326147
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
NÚMERO: 60/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARAGEAMENTO DAS EMBARCAÇÕES DE TRANSPORTE ESCOLAR DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA PARA OPERAREM EM DUAS BASES OPERACIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, conforme especificações e condições gerais contidas neste Edital e seus anexos.
Entrega do Edital: 30/12/2011
Observação: Os interessados poderão obter o edital a partir do dia 30/12/2011, através dos sites www.comprasnet.gov.br , www.seduc.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br . Maiores informações no Núcleo de Licitação - NLIC através fone-fax: 0xx-91-3201-5179 / 3201-5096 ou pelo e-mail: ione.moura@seduc.pa.gov.br. (Horário de Brasília)
Responsável pelo certame: Ione Maria de Oliveira Moura
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br (Horário de Brasília)
Data da Abertura: 12/01/2012
Hora da Abertura: 16:00
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
12361125549630000 339039 0102000000 Estadual
12362125549640000 339039 0102000000 Estadual
Ordenador: CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326210
MODALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS
NÚMERO: 59/2011

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada no fornecimento

de mão de obra para a prestação de serviços diários de limpeza e conservação higiênica das áreas internas e externas das unidades escolares, bem como para manipulação, preparo e distribuição de merenda escolar, com vista a atender as necessidades da SEDUC/PA. Entrega do Edital: 30/12/2011
Observação: Os interessados poderão obter o edital a partir do dia 30/12/2011, através dos sites www.comprasnet.gov.br, www.seduc.pa.gov.br e www.compraspa.pa.gov.br . Maiores informações no Núcleo de Licitação - NLIC através fone-fax: 0xx-91-3201-5179 / 3201-5096 ou pelo e-mail: tatiane.silva@seduc.pa.gov.br (Horário de Brasília)
Responsável pelo certame: Tatiane Vianna da Silva
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br (Horário de Brasília)
Data da Abertura: 12/01/2012
Hora da Abertura: 10:00
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
12361125549630000 339034 0102000000 Estadual
12362125549640000 339034 0102000000 Estadual
Ordenador: CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO

Universidade do Estado do Pará

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326214

A Reitora da Universidade do Estado do Pará – UEPA, na condição de gestora superior, homologa o resultado do certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2011-UEPA**, que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada em fornecimento de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA E A DISTÂNCIA (NECAD) E COORDENAÇÕES DOS CURSOS UAB/UEPA**, autorizando a emissão de nota de empenho e contratação em favor das licitantes vencedoras do certame, empresas: **D R G COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E REFRIGERAÇÃO LTDA ME**, item 1; **SET COMPUTADORES E SERVIÇOS LTDA**, item 3; **LAZARO BEZERRA SOARES**, item 4; **BERTANHA E CASTRO LTDA ME**, item 05; **PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA**, item 6; **COMERCIAL BRASIL DE PRODUTOS VAREJISTA LTDA ME**, item 7; **DAMASO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, item 8; **SIMPLES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME**, item 9; **ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA – ME**, item 10; **WEBSITE ACESSORIOS E SUPRIMENTOS LTDA - EPP**, item 11.

Item revogado: 2.
Belém, 29 de dezembro de 2011.
Marília Brasil Xavier
Reitora UEPA

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326212

A Reitora da Universidade do Estado do Pará – UEPA, na condição de gestora superior, homologa o resultado do certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2011-UEPA**, que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada em fornecimento de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA E A DISTÂNCIA (NECAD) E COORDENAÇÕES DOS CURSOS UAB/UEPA**, autorizando a emissão de nota de empenho e contratação em favor das licitantes vencedoras do certame, empresas: **DMX 5 COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, item 04; **FRANCISCO ANDRE R. DA SILVA - ME**, item 05; **TECNOTRONIK COMPUTADORES LTDA**, itens 07 e 07.

Itens revogados: 01, 02, 03 e 09.
Belém, 29 de dezembro de 2011.
Marília Brasil Xavier
Reitora UEPA

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326228

A Reitora da Universidade do Estado do Pará – UEPA, na condição de gestora superior, homologa o resultado do certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2011-UEPA**, que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada em fornecimento de material permanente para as Bibliotecas dos campi da Capital e Interior desta IES**, autorizando a emissão de nota de empenho e contratação em favor das licitantes vencedoras do certame:

1. Os itens adjudicados à empresa **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
26	Armário de aço com capacidade para 64 chaveiros na cor bege com as seguintes medidas: altura, 46,5 cm; largura, 55 cm; profundidade, 5 cm.	MULTI QUADROS	Und.	7	849,00	5.943,00
Valor total: R\$ 5.943,00 (cinco mil e novecentos e quarenta e três reais)						

2. Os itens adjudicados à empresa **METALPOX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
48	Estante para DVD de uma face com 6 prateleiras reguláveis Dimensões: Altura: 200 cm x Largura: 104 cm x Profundidade: 40 cm; cor: cinza	METALPOX	Und.	7	630,00	4.410,00
Valor total: R\$ 4.410,00 (quatro mil e quatrocentos e dez reais)						

3. Os itens adjudicados à empresa **WEBSITE ACESSORIOS E SUPRIMENTOS LTDA-EPP**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
02	SPLIT 36.000 BTUS Constituído de: Exclusivo Bio Filtro: Elimina germes e bactérias, neutraliza odores desagradáveis e captura partículas de poeira, pelos e fumaça, garantindo um ambiente sempre aconchegante e saudável. Perfil Interno Espacial: perfil trapezoidal da tubulação nos trocadores de calor que proporciona uma refrigeração mais adequada, oferecendo maior eficiência de troca de calor e menor consumo de energia. Alertas Inteligentes: evaporadora dotada de alertas inteligentes, que possibilitam a absorção do ar ambiente também pelas alertas frontais favorecendo o perfeito funcionamento do aparelho mesmo quando instalado em locais de pouco espaço, como acima de portas e janelas. Seu design favorece também a fácil limpeza da evaporadora usando apenas pano úmido. Desumidificador Independente: extremamente eficaz nos dias chuvosos ou regiões úmidas, por operar altamente em modo esfriar e ventilar, com destaque para o ventilador da unidade interna com hélice em formato de rabo de peixe. Controlador de Fluxo de Ar: possibilita a regulação da direção do ar condicionado (flaps) através de controle remoto, facilitando ainda mais o uso do aparelho. Swing: para o melhor aproveitamento do ar condicionado e conforto do usuário, os flaps da unidade podem oscilar continuamente. Capacidade: 36000 BTU/Hw; Tensão/Fase: 220/mon V; Corrente de Operação: 15,9 A; Consumo: 3350 W; Vazão de Ar: 1800 m³/h; Nível de ruído: 45/61 db(A) high; Compressor: Scroll; Área de Ampliação: 60-78 m²; Desnível Máximo: 15 m; Comp. Máximo de Tubulação: 30 cm; Cor: Branco Dimensões: Unidade Interna:128,5 x 66 x 19,8 cm (LxAxP); Unidade Externa:55,4 x 55,4 x 84 cm (LxAxP); Peso líquido (int/ext):35/60 kg; Garantia 2 anos para a Unidade Interna e 5 anos para o Compressor, desde que instalados com uma assistência técnica credenciada.	Komeco KOP36	Und.	08	2.993,80	23.950,40
05	micro system com dvd, reproduz dvd, dvd-r/rw, dvd+r/rw, vcd, svcd, cd, cd-r/rw, mp3 e jpeg , possui entrada usb, entrada para cartão de memória sd/mmc/ms, entrada auxiliar de áudio estéreo; saídas vídeo composto, componente, s-vídeo, áudio estéreo, áudio digital coaxial e fone de ouvido	Britânia BS392	Und.	09	346,50	3.118,50
Valor total: R\$ 27.068,90 (vinte e sete mil, sessenta e oito reais e noventa centavos)						

4. Os itens adjudicados à empresa **GOMES & GARCIA INFORMATICA LTDA-ME**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
7	COMPUTADOR COMPLETO	Arquimedes corporativo B	Und.	323	1.598,00	516.154,00
12	Monitor vídeo	AOC	Und	26	320,00	8.320,00
Valor total: R\$ 524.474,00 (quinhentos e vinte e quatro mil e quatrocentos e setenta e quatro reais)						

5. Os itens adjudicados à empresa **LANISUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
11	Leitor de código de barra Metrologic Laser MS 5145 Eclipse Descrição: O inovador MS5145 Eclipse é um leitor laser manual que utiliza a exclusiva e patenteada tecnologia CodeGate. A avançada tecnologia CodeGate permite ao usuário um fácil posicionamento do feixe sobre o código de barras sendo que a transmissão dos dados só é realizada após um simples pressionar no gatilho. Esta tecnologia torna o Eclipse ideal para diversas aplicações de venda e recebimento de mercadorias, processamento de documentos e principalmente para aplicações onde é utilizado um menu de código de barras. Através do CodeSense, o feixe laser do Eclipse, quando sente a presença de um código de barras, automaticamente altera o estado do leitor para o modo de leitura, habilitando o CodeGate para uma leitura precisa e eficiente. Design Moderno Ergonômico de fácil manuseio Power Link, cabos substituíveis pelo usuário; Fácil desconexão do cabo ; Tecnologias CodeSense e CodeGate ; VLD de 650 nm de alta visibilidade; Edição de Dados Bits n Pieces; Compatível com OPOS e MetrOPOS Fonte luminosa diodo laser visível 650nm + 10nm; Potência do Laser < 1mW(pico) Profundidade de campo 0mm até 140mm (0"-5.5") para código de barras de 13mils; Largura de campo 57mm na face do leitor e 187mm a 140mm de distância; Velocidade de varredura 72 + 2 varreduras por segundo; Padrão de varredura 1 Feixe; Densidade Mínima do Código 0,102 mm (4,1 mils); Autodiscrimina todos os padrões de código de barras. Para outros códigos, consultar a Metrologic. Contraste da impressão 35% mínimo de reflectância Número de caracteres de leitura até 80 caracteres Roll, Pitch, Yaw 45, 68, 52 graus Sinal sonoro 7 Tons ou sem Bip LED indicativo vermelho: pronto para leitura; verde: boa leitura Classe do laser CDRH : Classe II EN60825-1:1994/A11:1996 Classe 1 EMC FCC Classe B Versões com interface de teclado, serial e usb. Características Físicas: Dimensões: 168 x 41 + 63 mm (Largura da cabeça); Peso: 96 g Garantia: Prazo 24 meses	Metrologic	Unid.	100	185,00	18.500,00

14	projektor multimídia, brilho 2000 lm, voltagem 100/240 v, tipo entrada áudio/ vídeo/ microcomputador, tipo zoom manual, prazo validade lâmpada 200 h, normastécnicas ansi, capacidade projeção cor 16,70 milhões, características adicionais projeção da imagem (diagonal): de 90 a 660 cm/, compatibilidade vídeo pal-m/ntsc/pal-n/pal/secam, tipo projeção frontal/retroprojeção/teto, compatibilidade resolução vga/ svga/xga/mac/hdtv, resolução svga 800 x 600, tipo controle remoto, sem fio	Viewsonic PJD5122	Und.	66	999,00	65.934,00
Valor total: R\$ 84.434,00 (oitenta e quatro mil e quatrocentos e trinta e quatro reais)						

6. Os itens adjudicados à empresa **VCS COMERCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO E SERVIÇOS LTDA – EPP**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
10	Impressora Multifuncional Laser monocromática, Funções: Impressora, Copiadora, Scanner, Fax; Comunicação: Porta compatível com USB 2.0 de alta velocidade; Impressora: 19ppm em preto. Resolução otimizada em preto até 1200 x 1200 dpi. Copiadora: Resolução 600 x 600 dpi; Contraste (mais claro/escuro), redução/ampliação de 25 a 400%; Fax: Velocidade de 3 segundos por página. Discagem rápida até 120 números. Memória até 500 páginas de armazenamento de fax. Fax/ Modem até 33,6 Kbps e duas portas RJ-11. Scanner: Resolução de digitalização aperfeiçoada até 19.200 dpi; Velocidade da digitalização em preto até 4 ppm, em cores até 2ppm. Memória: Padrão/Máxima de 32MB; Ciclo mensal: Até 8.000 páginas. Compatível com Sistema Operacional: Windows 2000, Windows XP Home, Windows Server 2003, Certificado para Windows Vista; Mac OS X v10.3.9, v10.4 e superior. Suprimentos: Cartucho de tinta preto original do fabricante; Conexões: 1 USB, 1 conector para handset e 2 conectores RJ-11 para telefone; Voltagem: 110 a 127 VAC, 50/60 Hz. Deve acompanhar cabo USB compatível; Garantia do fornecedor: 01 ano	HP-M1212NF	Und.	63	890,00	56.070,00
Valor total: R\$ 56.070,00 (cinquenta e seis mil e setenta reais.)						

7. Os itens adjudicados à empresa **SANTO ANTONIO COMERCIO DE MOVEIS LTDA**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
20	Armário em Aço para escritório com 4 prateleiras, sendo 4 prateleiras, 2 portas, com chave; Medidas: altura: 2000, largura 900, profundidade: 400. Pintura Epoxi na Cor Cinza . Acabamento tratado pelo processo anti-corrosivo por fosfatização, processo de pintura em esmalte sintético, secagem em estufa de alta temperatura 150º, na cor cinza claro.	Shopping do escritório – procedência nacional	Und.	34	598,00	20.332,00
33	Cabine de atendimento com 03 lugares com acabamento em PVC 180º nas extremidades , no qual possibilita um contrato de conforto ao usuário. Montagem feita por meio de parafusos auto atarrachantes tratados por química antioxidante. Estrutura reforçada em metalon 50 x 30 com espessura de 1mm unidos por processo de soldamig. As estruturas são tratadas por processos químicos (desengraxate, osfatizante), pintados em tinta texturizada eletrostática anti-risco. Cor: azul/ovo	Shopping do escritório – procedência nacional	Und.	06	999,00	5.994,00
35	Cadeira estofada, fixa com braço, com estrutura metálica para sala de multimídia – cor azul	Shopping do escritório – procedência nacional	Und.	226	92,00	20.792,00
51	Gaveteiro volante em MDF para estação de trabalho com 3 gavetas, com chave, cor bege	Shopping do escritório – procedência nacional	Und.	28	250,00	7.000,00
54	Mesa para reunião, em estrutura de ferro, com 08 lugares; cor bege	Shopping do escritório – procedência nacional	Und.	07	600,00	4.200,00
55	Mesa com 4 lugares em estrutura de ferro; dimensões: altura: 76,5 x largura: 95 x profundidade: 85; cor: bege	Shopping do escritório – procedência nacional	Und.	01	350,00	600,00
56	Mesa redonda com 4 lugares- Estrutura metálica em aço, formato ômega. Tampo em MDF 15mm; pintura: pés com pintura através do sistema eletrostático a pó; pés na cor azul e tampo na cor bege; medidas altura 77cm x diâmetro 100 cm. (É O MESMO QUE MESA C/ 04 LUGARES P/ SALA DE LEITURA)	Shopping do escritório – procedência nacional	Und.	41	231,00	9.471,00
57	Mesa de reunião redonda, dimensões: 1200 x 740 mm (podendo variar em +/- 5%), com capacidade para 06 (seis) cadeiras, tampo em madeira aglomerada com bordas em pvc 180° graus, revestido em laminado melamínico, com espessura mínima de 25 mm, estrutura metálica tubular com tratamento anti-ferruginoso e pintura epoxi-pó. Cor: bege; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	Shopping do escritório – procedência nacional	Und.	08	450,00	3.600,00
58	Mesa retangular: mesa para reunião com 8 lugares em forma retangular; Cor: BEGE	Shopping do escritório – procedência nacional	Und.	04	566,00	2.264,00
Valor total: R\$ 74.253,00 (setenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e três reais)						

8. Os itens adjudicados à empresa **MOVETEC – INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
21	Armario em aço com 2 portas e 4 prateleiras; dimensões: ALT. 1,98 X LARG.0,92XPROF. 0,50.	SCHEFFER A402/40	Und.	92	378,90	34.858,80
23	Armário em Aço para Vestiário, com 16 portas, pitões para cadeado e ventilação nas portas. Medidas: Altura: 1,97 m - Largura 1,23 m - Profundidade: 0,40 m; Pintura Epoxi na Cor Cinza	SCHEFFER GRSP 16	Und	26	578,90	4.052,30
24	Armário em Aço, chapa 18, 02 portas de abrir com reforço, fechadura com puxador, 50 escaninhos, med. 37 x 10cm para pastas "AZ" dorso largo, medindo 2,00 x 1,20 x 0,40m. Pintura eletrostática com tratamento fosfatizado anti-corrosivo com pintura eletrostática na cor cinza.	SCHEFFER A450	Und.	4	871,00	3.484,00
45	Estante de biblioteca simples face aberta, estrutura em aço,com prateleiras 02 fixas e 05 reciclaveis, com 30 fendas para encaixe e anteparos multimídia.	SCHEFFER EBS01	Und.	10	371,45	3.714,50
47	Expositor Escamoteável face simples, base fechada. Estrutura e prateleiras: construção em aço SAE 1010/1020; Tratamento anti-corrosivo, fosfatizante mais pintura eletrostática a pó; com estrutura em aço, na cor metálica, com 05 (cinco) prateleiras fixas e 05 (cinco) prateleiras recicláveis; com 30 fendas para encaixe dos anteparos multimídia; medidas (AxLxP) 2,30cm x 1,040 cm x 45 cm.	SCHEFFER EST. EXPOSITORA	Und.	18	428,90	7.720,20
Valor total: R\$ 53.829,80 (cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e oitenta centavos)						

9. Os itens adjudicados à empresa **GRZ INFORMATICA LTDA**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
13	Nobreak interativo com regulação on-line; Tensão: Bivolt automático ou monovolt 115 V~ Tomadas 04 (padrão NBR 14136) + Extension Cord (mais 04) Leds: bicolor que indica modo de operação Fusível: Porta fusível externo com unidade de reserva, DC Start: permite ser ligado na ausência de rede elétrica, Auto teste: ao ser ligado, realiza teste dos circuitos internos e baterias. Garantia: 01 ano	SMS	Und.	231	224,00	51.744,00
15	ROTEADOR WIRELESS	INTELBRAS	Und	9	200,00	1.800,00
Valor total: R\$ 53.544,00 (cinquenta e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais)						

10. Os itens adjudicados à empresa **PORT. DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
9	Impressora: Matricial 9 agulhas de carro largo; Comunicação: USB, paralela e slot p/ interface opcionais. Não acompanha cabo USB; Velocidade max. de impressão: 566 a 10 cpp; Voltagem: 110V; Dimensões aproximadas: 71x46x27cm(AxLxP); Peso liq. aproximado: 11,6kg	Epson/ FX2190	Und.	3	1.722,00	5.166,00

16	SCANNER – informações técnicas: área de digitalização: 216 x 297 mm; Resolução óptica (máxima): Até 1200 dpi; Profundidade de cores: 48 bits; Escala de cinza: 256 níveis de cinza; Conexões: USB; Função OCR: sim. Requisitos de sistema PC: Pentium II de 233 MHz ou processador Celeron equivalente; 128 MB RAM, 500 MB de espaço disponível no disco rígido; monitor SVGA de 800 x 600 com cores de 16 bits; Windows 2000 Professional, XP Home, XP Professional, XP Professional x64, XP Media Center Edition 2005; porta USB; unidade de CD-ROM; Internet Explorer 5.01 (SP 2 ou superior) Mac: Mac OS X v10.3.9, v10.4 ou superior; processador PowerPC G3, G4 e G5, processador Intel Core; 128 MB RAM [recomendam-se 250 MB (necessário para v10.4 e superior)], 250 MB de espaço disponível no disco rígido; Cor: Cinza; Tensão/Voltagem: bivolt automático; Conteúdo da embalagem: Scanner, Manual, Cabo USB, Adaptador AC; Garantia: 12 meses DIMENSÕES: Altura:2,75 Cm x Largura: 45,80 Cm Profundidade: 61,50 Cm; Peso: 2,20g	HP/G2410	Und.	10	250,00	2.500,00
Valor total: R\$ 7.666,00 (sete mil e seiscentos e sessenta e seis reais)						

11. Os itens adjudicados à empresa **SULFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
36	Cadeira escritório, poltrona com regulagem horizontal e vertical, estofados em tecido poliéster de alta resistência; Sistema pneumático de regulagem de altura; Espuma injetada de alta densidade; Base cromada; Rodízios de roda dupla; com braço; cor azul	Layout	Und.	239,00	199,99	47.797,61
Valor total: R\$ 47.797,61 (quarenta e sete mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e um centavos)						

12. Os itens adjudicados à empresa **TRADE WAY BRASIL LTDA**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
8	Impressora de Cupom não fiscal Matricial - Bematech - Impressora de cupom Bematech MP-20 MI Especificações técnicas: Metodo de impressão: Matricial; Número de colunas: 20, 24, 30, 40, 48 e 60; Direção de impressão: unidirecional e bidirecional; Velocidade: 2,2 lps e ou 2,7 lps; Tabela de caracteres: ABICOMP e CODEPAGE 850; Velocidade de avanço do papel: 11 lps; Largura da linha: 67,2 mm; Modo de impressão: normal, itálico, expandido, comprimido, sublinhado, enfatizado, elite e gráfico; Interface de comunicação: paralela padrão CEtronic e/ou serial padrão RS 232 C; Buffer de entrada: 6 Kbytes; Protocolo de comunicação serial: RTS/CTS e XON/XOFF; Alimentação: tensão 95 ~240 VAC automática: Largura da bobina: 76 mm +/- 1 mm; Número de cópias: original mais duas vias; Modelo da Fita tintada: ERC-03; MCBF da cabeça de impressão: 120 milhões de caracteres; MCBF do mecanismo: 5 milhões de linhas; Opcionais: autenticação, acionamento de gaveta; Software: DLL 16/32 bits para Windows; Altura: 140 mm x Largura: 156 mm x Profundidade: 272 mm; Massa: 2,3 kg	Bematec	Und.	100	730,77	73.077,00
Valor total: R\$ 73.077,00 (setenta e três mil e setenta e sete reais)						

CONTINUA NO CADERNO 15

SECRETARIA ESPECIAL
DE ESTADO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Universidade do Estado do Pará

1.3. Os itens adjudicados à empresa **AOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
27	Armário TV e DVD. Estrutura e prateleiras feitas em chapa de aço. Armário rack para TV 29" e DVD com rodas. Dimensões: 1800 x1005x720	AOM	Unid.	05	1.010,00	5.050,00
Valor total: R\$ 5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais)						

14. Os itens adjudicados à empresa **TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
52	Grampeador grande, capacidade para Grampear até 110 folhas, totalmente em aço cromado, utiliza grampos 9/10 até 14mm e possui haste de manutenção para remoção de grampos presos ou não usados	Adeck	Und.	9	30,00	270,00
Valor total: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais)						

15. Os itens adjudicados à empresa **LANCE NORTE DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA - ME**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Frigobar, capacidade mínima 120 Litros 84 cm, 52,70 cm, 58,60 cm, aproximadamente, 220 v, branca, porta e tampo aproveitáveis. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	Eletrolux	Und.	19	667,99	12.691,81

03	Aparelho DVD Player Karaokê, com entrada USB, 2 Joysticks, 1 Microfone, Game e Ripping, Disc Copyning, saída de áudio e vídeo composto, decodificador de Audi digital (AC3); recursos: zoom play, censura, multiângulo, câmera lenta e proteção de tela; idioma do menu multilinguas; Especificações técnicas: Mídias compatíveis: DVD, DVD-R/RW, DVD+R/ RW, CD, CD-R/RW, VCD, SVCD; Formatos compatíveis: JPEG, WMA, MP3; Sistema de cor:NTSC / PAL / PAL-M / PAL-N / AUTO; Saída de áudio e vídeo:Sim; Outras conexões: Saída de áudio digital coaxial; Cor: Preto; Tensão/ Voltagem: bivolt; Conteúdo da embalagem: DVD, 1 controle remoto + 2 pilhas, 1 cabo de áudio e vídeo, 2 joysticks, 1 CD com 372 jogos, 1 microfone; Dimensões: Altura: 5,00 Cm x Largura: 26,10 Cm x Profundidade: 26,70 Cm; Peso:1,30kg. MARCA TOSHIBA	Toshiba	Und.	18	149,90	2.698,20
----	---	---------	------	----	--------	----------

04	Fac-Símile FT938BRB panasonic Bobina de papel 30m* (Bobina Inicial -10m);Painel e visor em português; Função Cópia;Transmissão Programada;Relatório Operacional;Transmissão e Recepção Polling; Transmissão Internacional;Data e Hora;Recepção amigável; Programação da sua identificação; Identificação do remetente; Discagem Tom/ Pulso (programação); Rediscagem automática	Panasonic	Und.	36	437,99	15.767,64
----	--	-----------	------	----	--------	-----------

06	Televisor, tipo de tela: LCD; Formato da tela: widescreen (16:9); HDMI: 3; Compatível com os sinais digitais: Full HD 1080p DTV, Entrada PC, Progressive scan, Bloqueio de canais, Closed caption, Ajustes do formato da tela, Controle remoto, Tela com revestimento antirreflexo, Alto-falantes integrados; Idiomas do menu: Português e Inglês; Vida útil do painel: 100 mil horas; Base giratória: ±15°; Recursos de áudio: - Modo de Som - Music/ Speech/User; - Virtual Surround - V-Audio Surround; Recursos de imagem: 3D Color Management - função que melhora qualidade das cores, deixando-as mais vibrantes e vivas. Modo de Imagem - Dinâmico/Normal/ Cinema/True Cinema/ Game; Intelligent Scene Controller - Exclusivo sistema de gerenciamento de cores e contraste por cena. Mute; Contraste: 20.000:1 (Dinâmico); Relógio; Data/hora; Sleep timer; Redutor digital de ruído, Som surround, Temperatura de cor, SAP, Zoom, Congelamento da imagem; Economia de energia: Eco Mode - C.A.T.S. (Contrast Automatic Tracking System), Tecla de acesso que controla o TV; Sincronismo: Viera Image Viewer - Exclusivo leitor de cartões SD que permite o acesso a fotos, vídeos e músicas através do cartão de memória. Conta também com entradas USB, para ampliar ainda mais a capacidade de reprodução; Viera Link - O recurso Viera Link permite o controle de outros equipamentos de Áudio e Vídeo da Panasonic conectados pelo HDMI; Viera Tools - Funciona como um menu rápido para algumas funções apresentadas diretamente na tela da TV; USB - AVCHD/ Armário em Aço para Vestiário, com 16 portas, pitões para cadeado e ventilação nas portas. Medidas: Altura: 1,97 m - Largura 1,23 m - Profundidade: 0,40 m; Pintura Epoxi na Cor Cinza	Panasonic	Und.	12	1.595,00	19.140,00
22	Arquivo escritório em aço para pastas suspensas; 04 gavetas; com chaves, com puxadores metálicos embutidos; porta etiquetas; possui sistema de deslizamento por nylon, cor cinza; dimensões: 1,34 cm x 0,61 cm x 0,47 cm.	W-3	Und.	02	398,00	796,00
28	Arquivo escritório em aço para pastas suspensas; 04 gavetas; com chaves, com puxadores metálicos embutidos; porta etiquetas; possui sistema de deslizamento por nylon, cor cinza; dimensões: 1,34 cm x 0,61 cm x 0,47 cm.	W-3	Und.	57	325,00	18.525,00

37	Caixa para periódicos lisa, sem solda, com fundo aberto, confeccionada com espessura de 1,20mm (18usg), com fechamento inferior frontal montada através de dobras deixando as superfícies internas lisas. Pintura - Aplicada através do sistema eletrostático a pó, aplicação com camada mínima de tinta com 70 micras uniformemente distribuída e tratamento anterior com banho químico, antiferruginoso e fosfatizante. Dimensões - Largura 10cm Altura: 20cm Profundidade: 20 cm	W-3	Und.	950	13,89	13.195,50
43	Espelho comum, de parede para banheiro, sem moldura, tamanho 4MM, 97 X 77Cm	Luso	Und.	04	300,00	1.200,00
53	Lixeira, em aço inoxidável, capacidade 30L, com tampa e pedal; ALTURA 45 CMx L. 35 CM, Cor branca	Luso	Und.	02	216,00	432,00
64	SOFA, MATERIAL ESTRUTURA AÇO POLIDO, MATERIAL ESTOFAMENTO ESPUMA, REVESTIMENTOCOURO NATURAL, COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PÉS EM AÇO INOXIDÁVEL, QUANTIDADE ASSENTOS 2 UN, L:1,68Mx PROF. 0,70Mx, ALT 0,68 M	Cavaletti	Und.	14	1.200,00	16.800,00
Valor total: R\$ 101.246,15 (cento e um mil, duzentos e e quarenta e seis reais e quinze centavos)						

16. Os itens adjudicados à empresa **T M DAMASCENO**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
31	Bebedouro água garrafão Capacidade do reservatório:1,4 L; Cor: branco; Consumo de energia (kw/h): 13 kw/h/ mês; Tensão/Voltagem Bivolt; DIMENSÕES: Altura: 97,00 cm; Largura:31,00 cm; Profundidade: 34,00cm; Peso:14,00 kg	Venancio	Und.	62	489,00	30.318,00
Valor total: R\$ 30.318,00 (trinta mil e trezentos e dezoito reais)						

17. Os itens adjudicados à empresa **DIPLOMATA COMERCIO & SERVIÇOS LTDA - ME**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
34	Cadeira empilhável sem braço, fixa, com confecção em tubo redondo ¾ - estofamento em poliéster; superfície da armação cromada; estofamento azul; dimensões: altura 75 cm; largura, 46 cm; profundidade, 54 cm; cor azul (é a mesma cadeira para sala de leitura)	W	Und.	234	98,00	22.932,00

39	Cesto de lixo alumínio escovado com tampa flip-top em inox. com 30BC x 70AL, capacidade para 50 litros grande.	Inox	Und	24	429,00	10.296,00
Valor total: R\$ 33.228,00 (trinta e três mil e duzentos e vinte e oito reais)						

18. Os itens adjudicados à empresa **MIDIA SHOW ELETRONICA LTDA**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
19	Tela de projeção de 100 (cem) polegadas, modelo retrátil em tecido acetinado na cor branca, medindo largura 2,00m x altura 2,00m contendo estojo com haste de tripé desmontável para transporte. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	Tecnomast	Und.	21	352,99	7.412,79
Valor total: R\$ 7.412,79 (sete mil, quatrocentos e doze reais e setenta e nove centavos)						

19. Os itens adjudicados à empresa **BRITO E ALBUQUERQUE METAL MECANICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
32	Bibliocanto Magnético, dobrado em formato de "L", com espessura de 1,20 mm (18usg). Pintura - na cor cinza. Aplicada através do sistema eletrostático a pó, aplicação com camada mínima de tinta com 70 micras uniformemente distribuída e tratamento anterior com banho químico, antiferruginoso e fosfatizante. Base revestida com uma manta magnética que permite maior aderência do bibliocanto à prateleira da estante, evitando assim possíveis deslizamentos. Dimensões - Largura 10cm Altura: 20cm Profundidade: 14 cm	MM-METAL	Und.	2.200	6,00	13.200,00
44	Estante de bibliotecas, dupla face para livros, estrutura em aço; Tratamento anti-corrosivo, fosfatizante mais pintura eletrostática a pó; cor cinza, com 02 prateleiras fixas e 5 prateleiras recicláveis, medidas (AxLxP) 2,30 m x 1,040m x 0,55m.	MM-METAL	Und.	144	584,70	84.196,80
46	Estante em aço, dupla face, base fechada, com 6 prateleira para armazenar CD e DVD.	MM-METAL	Und.	10	669,99	6.699,90
Valor total: R\$ 104.096,70 (cento e quatro mil, noventa e seis reais e setenta centavos)						

20. Os itens adjudicados à empresa **EXPERT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME**, com os respectivos valores registrados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTD.	P. UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
38	Carrinho para transporte de livros, contendo 02 estruturas tubulares em aço 20x20 parede 1,20mm (18usg) de espessura, 02 níveis de bandejas inclinadas com divisória central, confeccionadas em chapa 0.90mm (20usg), cada um deles com dois anteparos laterais em chapa 1,20mm (18usg), unidos às bandejas e as estruturas através de solda, 01 base com prateleira plana confeccionada em chapa 0,90mm (20usg). Na parte inferior da mesma, fixados através de solda, 02 suportes para rodas confeccionados em chapa com espessura de 2,00mm (14usg), unidos a eles através de solda, 04 rodízios giratórios de 3 polegadas. Pintura - Aplicada através do sistema eletrostático a pó, aplicação com camada mínima de tinta com 70 micras uniformemente distribuída e tratamento anterior com banho químico, antiferruginoso e fosfatizante. Dimensões - Largura 50cm Altura: 102cm Profundidade: 70 cm.cor metálica.	EXPERT	Und.	11	533,99	5.873,89
Valor total: R\$ 5.873.89 (cinco mil, oitocentos e setenta e três reais e oitenta e nove centavos)						

O valor total do contrato importa em R\$ 1.299.812,84 (hum milhão, duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e doze reais e oitenta e quatro centavos).
Belém, 28 de dezembro de 2011

MARÍLIA BRASIL XAVIER
REITORA DA UEPa

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 326140
PORTARIA Nº 3531/2011, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
Número da Publicação: 320885
TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA N. º 3367/2011, DE 16/12/2011.
PUBLICADA NO D.O N.º 32.058 DE 19/12/2011.
Ordenador Responsável
MANOEL MAXIMIANO JUNIOR
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento.

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 320305
TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA N. º 3332/2011, DE 15/12/2011.
PUBLICADA NO D.O N.º 32.057 DE 16/12/2011.
Ordenador Responsável
MANOEL MAXIMIANO JUNIOR
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento.

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 320316
TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA N. º 3334/2011, DE 15/12/2011.
PUBLICADA NO D.O N.º 32.057 DE 16/12/2011.
Ordenador Responsável
MANOEL MAXIMIANO JUNIOR
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento.

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 320878
TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA N. º 3366/2011, DE 16/12/2011.
PUBLICADA NO D.O N.º 32.058 DE 19/12/2011.
Ordenador Responsável
MANOEL MAXIMIANO JUNIOR
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento.

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA Nº 3535/2011, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 320311
TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA N. º 3333/2011, DE 15/12/2011.
PUBLICADA NO D.O N.º 32.057 DE 16/12/2011.
Ordenador Responsável
MANOEL MAXIMIANO JUNIOR
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento.

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA Nº 3536/2011, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 320875
TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA N. º 3365/2011, DE 16/12/2011.
PUBLICADA NO D.O N.º 32.058 DE 19/12/2011.
Ordenador Responsável
MANOEL MAXIMIANO JUNIOR
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento.

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA Nº 3537/2011, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 320296
TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA N. º 3331/2011, DE 15/12/2011.
PUBLICADA NO D.O N.º 32.057 DE 16/12/2011.
Ordenador Responsável
MANOEL MAXIMIANO JUNIOR
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento.

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA Nº 3538/2011, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 320287
TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA N. º 3330/2011, DE 15/12/2011.
PUBLICADA NO D.O N.º 32.057 DE 16/12/2011.
Ordenador Responsável
MANOEL MAXIMIANO JUNIOR
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento.

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA Nº 3539/2011, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 322359
TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA N. º 3390/2011, DE 19/12/2011.
PUBLICADA NO D.O N.º 32.060 DE 21/12/2011.
Ordenador Responsável
MANOEL MAXIMIANO JUNIOR
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento

SECRETARIA ESPECIAL
DE ESTADO DE PROTEÇÃO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretaria de Estado
de Saúde Pública

PORTARIA Nº 2598 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.
O Secretário de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará, no uso das atribuições, e
CONSIDERANDO, a necessidade de Implantação UNACON – Unidade de Alta Complexidade em Oncologia no Hospital Universitário João de Barros Barreto;
RESOLVE:
Art. 1º - Instituir o Comitê Gestor de Implantação do serviço que será formado pelos seguintes representantes:
I – Secretaria de Estado de Saúde Pública;
I. 1. Rosângela Brandão Monteiro – Membro do Colegiado Gestor;
I. 2. Círia Aurora Ferreira Pimentel – Membro do Colegiado Gestor
II - Hospital João de Barros Barreto/UFGPA;
II. 1. Eduardo Leitão Maia da Silva – Diretor Geral do HUIBB
II. 2. Luciana Maria Furtado Fernandes – Enfermeira do HUIBB;
III – Secretaria Municipal de Saúde;
III. 1. Maria Helena Pinto Brito – Coordenadora da Central de Leitos;
III. 2. Elen Cíntia Figueiredo – Coordenadora do Setor de Alta Complexidade;
IV – Fundação Ari Frausino (INCA) – 1 (um) representante;
Art. 2º Compete ao Comitê Gestor:
I – Aprovar o cronograma de implantação estabelecido pela Fundação Ari Frausino;
II – Acompanhar a implantação do projeto e deliberar sobre a liberação dos recursos de acordo com as metas preestabelecidas;
III – Aprovar a contratação e locação de equipe necessária para

implantação do projeto;
IV – Avaliar os relatórios de progresso quinzenais, relativos à execução do projeto;
V – Deliberar sobre as questões que impliquem em atraso no cronograma e sobre questões não previstas;
VI – Manter o Secretário Estadual de Saúde e o Reitor da UFPA informados sobre o andamento na implantação do serviço de Oncologia;
VII – Propor soluções para eventuais problemas e/ou conflitos que venham a prejudicar o cronograma de implantação estabelecido
Art.3º - O Núcleo Executivo do Comitê será composto pela SESPA, HUIBB e Fundação Ari Frausino.
Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Helio Franco de Macedo Júnior
Secretário de Estado de Saúde Pública

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326165
Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 29/12/2011
Valor: 0,00
Vigência: 31/12/2011 a 31/03/2012
Justificativa: Decorrer da permissibilidade prevista na Cláusula Sexta do Convênio 40/10
Objeto: prorrogação de vigência.
Convenio: 40
Exercício: 10
Partes:
Beneficiário ente Público: Secretaria de Estado de Comunicação-SECOM
Concedente: Secretaria de Estado de Saúde Pública- SESPA
Nome do Ordenador: HÉLIO FRANCO DE MACÊDO JÚNIOR

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326198
Termo Aditivo: 5
Data de Assinatura: 20/12/2011
Valor: 0,00
Vigência: 20/12/2011 a 20/03/2012
Justificativa: Decorre da permissibilidade prevista na Cláusula Quinta do convênio 130/08.
Objeto: Prorrogação de Vigência
Convenio: 130
Exercício: 2008
Partes:
Beneficiário ente Privado: Hospital Maternidade do Povo
Concedente: Secretaria de Estado de Saúde Pública-SESPA
Nome do Ordenador: HÉLIO FRANCO DE MACÊDO JÚNIOR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326275
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE DIREITOS E VANTAGENS
FÉRIAS
Errata na Portaria de Férias Nº 571/09.11.2011 do servidor JOÃO SANTOS DA SILVA, matrícula nº 105953-1, publicada no D.O.E Nº 32.034/10.11.2011.
Onde se lê: Período 01.12.2011 a 30.12.2011.
Leia-se : Período 08.12.2011 a 06.01.2012.

FÉRIAS
Errata na Portaria de Férias Nº 571/09.11.2011 da servidora PATRÍCIAFERREIRA LEMOS, matrícula nº 103420-1, publicada no D.O.E Nº 32.034/10.11.2011.
Onde se lê: Período: 01.12.2011 a 30.12.2011
Leia-se : Período :13.12.2011 a 11.01.2012

FÉRIAS
Errata na Portaria de Férias Nº 517/14.10.2011 da servidora VALÉRIA ERMANIA BARBOZA VEIGA, matrícula nº 54189902-1, publicada no D.O.E Nº 32.034/10.11.2011.
Onde se lê: Período 01.11.2011 a 30.11.2011.
Leia-se : Período 03.11.2011 a 02.12.2011.

FÉRIAS
Errata na Portaria de Férias Nº 638/07.12.2011 do servidor ADELSON FERGUSSON DOS SANTOS, matrícula nº 54193615-1, publicada no D.O.E Nº 32.052/09.12.2011.
Onde se lê: Período 02.01.2012 a 31.01.2012.
Leia-se : Período 04.01.2012 a 02.02.2012.

TORNAR SEM EFEITO FÉRIAS
Portaria nº 686/29.12.2011 – Tornar sem efeito as férias da servidora MARLY DO NASCIMENTO GOMES, matrícula nº 104795-1, concedida através da Portaria nº571/09.11.11 no mês de DEZEMBRO/2011, referente ao Exercício: 2010/2011, publicada no DOE: 32.034/10.11.11.
Portaria nº. 687/29.12.2011 – Tornar sem efeito as férias do servidor CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA BARCELOS, matrícula nº 57190616-1, concedida através da Portaria nº517/09.11.11 no mês de DEZEMBRO/2011, referente ao Exercício: 2010/2011, publicada no DOE: 32.034/10.11.11.

Portaria nº. 688/29.12.2011 – Tornar sem efeito as férias da servidora ELIETE NEGRÃO CRUZ, matrícula nº 57206337-1, concedida através da Portaria nº638/07.12.11 no mês de JANEIRO/2012, referente ao Exercício: 2011/2012, publicada no DOE: 32.052/09.12.11.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE
DDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 29.12.2011.
SÔNIA CRISTINA ARIAS BAHIA
Diretora do DGTES/GAB/SESPA

LICENÇAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326349
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIVISÃO DE DIREITOS E VANTAGENS
LICENÇA MATERNIDADE:

PROCESSO Nº 512484/09.12.2011
NOME : LORENA MENDONÇA CANICEIRO BENTES
MATRICULA : 57194955-1
CARGO : FARMACEUTICO
LOTAÇÃO : URE DIPE
PERÍODO : 05.12.2011 a 01.06.2012 (180) dias.
PROCESSO Nº 531914/21.12.2011
NOME : CLEIDE DOS SANTOS MIRANDA
MATRICULA : 57194537-1
CARGO : AGENTE DE PORTARIA
LOTAÇÃO : URES PRESIDENTE VARGAS
PERÍODO : 06.12.2011 a 02.06.2012 (180) dias.

LICENÇA PRÊMIO
PORTARIA Nº. 1188/06.12.2011- CONCEDER
NOME : ROSANA BARATA FERREIRA
MATRICULA : 119784-1
CARGO : AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO :UMS BENGUI II
TRIÊNIO : 01.03.2006 a 28.02.2009
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 1186/06.12.2011- CONCEDER
NOME : IOLANDA PINHEIRO DE SOUSA
MATRICULA : 5150221-1
CARGO : AUXILIAR DE ENFERMAGEM
LOTAÇÃO : UMS GUANABARA
TRIÊNIO : 02.07.2008 a 01.07.2011
PERÍODO : 02.01.2012 a 01.03.2012 (60)dias.

PORTARIA Nº. 1209/09.12.2011 - CONCEDER
NOME : MARIA MADALENA DOS SANTOS
MATRICULA : 95184-1
CARGO : ASSISTENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO : URES PRESIDENTE VARGAS
TRIÊNIO : 01.03.2002 a 28.02.2005
PERÍODO : 09.01.2012 a 07.02.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 1216/09.12.2011 - DETERMINAR
NOME : FRANCISCA NASCIMENTO
MATRICULA : 5118328-1
CARGO : AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO : URE DIPE
TRIÊNIO : 04.01.2003 a 03.01.2006
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 1217/09.12.2011- CONCEDER
NOME : FRANCISCA DAS GRAÇAS VIDIGAL MELO
MATRICULA : 5594642-2
CARGO : PSICOLOGO
LOTAÇÃO : URE DIPE
TRIÊNIO : 20.05.2008 a 19.05.2011
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 1180/06.12.2011 - DETERMINAR
NOME : VERONICA ARAUJO VILHENA
MATRICULA : 5139562-1
CARGO : AUXILIAR DE SAÚDE
LOTAÇÃO : CIASPA
TRIÊNIO : 04.02.2003 a 03.02.2006
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 1181/06.12.2011 - CONCEDER
NOME : ARMANDO BATISTA DE MIRANDA
MATRICULA : 101125-1
CARGO : ODONTOLOGO
LOTAÇÃO : UBS PEDREIRA
TRIÊNIO : 15.07.2003 a 14.07.2006
PERÍODO : 16.01.2012 a 14.02.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 667/13.12.2011 - CONCEDER
NOME : KELLY CRISTINA DE ALBUQUERQUE FREITAS
MATRICULA : 54190130-1
CARGO : FARMACEUTICO
LOTAÇÃO : DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE
TRIÊNIO : 20.04.2008 a 19.04.2011
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 668/13.12.2011 - DETERMINAR
NOME : LUCIENE MARIA MACHADO DE CARVALHO
MATRICULA : 92258-1
CARGO : ADVOGADO
LOTAÇÃO : GABINETE
TRIÊNIO : 09.02.1998 a 08.02.2001
PERÍODO : 09.01.2012 a 07.02.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 670/13.12.2011 - CONCEDER
NOME : VERA LUCIA SERRA DE OLIVEIRA
MATRICULA : 43966-1
CARGO : ADMINISTRADOR
LOTAÇÃO : DIVISÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
TRIÊNIO : 25.02.2008 a 24.02.2011
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 671/13.12.2011- CONCEDER
NOME : FÁBIA JAQUELINE DA SILVA MIRANDA
MATRICULA : 54192743-1
CARGO : AGENTE ADMINISTRATIVO
LOTAÇÃO : SEÇÃO DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO
TRIÊNIO : 19.07.2008 a 18.07.2011
PERÍODO : 02.01.2012 a 01.03.2012 (60)dias.

PORTARIA Nº. 672/13.12.2011 - DETERMINAR
NOME : IVANICE DO CARMO CARDOSO
MATRICULA : 54194770-1
CARGO : AGENTE ADMINISTRATIVO
LOTAÇÃO : DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E AUDITORIA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE
TRIÊNIO : 12.12.2005 a 11.12.2008
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 662/13.12.2011 - CONCEDER
NOME : PAULO ROBERTO AZEVEDO DA SILVEIRA
MATRICULA : 57197596-1
CARGO : AGENTE ADMINISTRATIVO
LOTAÇÃO : DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E AUDITORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
TRIÊNIO : 21.05.2008 a 20.05.2011
PERÍODO : 02.01.2012 a 01.03.2012 (60)dias.

PORTARIA Nº. 660/13.12.2011 - CONCEDER
NOME : ADÉLIA NOGUEIRA SOUSA DOS REMÉDIOS
MATRICULA : 2009404-1
CARGO : AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO : DIRETORIA TÉCNICA
TRIÊNIO : 16.03.1998 a 15.03.2001
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 659/13.12.2011 - CONCEDER
NOME : JORGE ANTONIO DA SILVA CARDOSO
MATRICULA : 54191821-1
CARGO : AGENTE ADMINISTRATIVO
LOTAÇÃO : DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ENDEMIAS
TRIÊNIO : 11.10.2006 a 10.10.2009
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 658/13.12.2011 - CONCEDER
NOME : SIMONE OLIVER MAUÉS
MATRICULA : 5444314-2
CARGO : MÉDICO
LOTAÇÃO : DIRETORIA TÉCNICA
TRIÊNIO : 30.10.2006 a 29.10.2009
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 656/13.12.2011 – CONCEDER
NOME : ROSEANE SILVA DO ROSÁRIO
MATRICULA : 5153280-1
CARGO : MÉDICO
LOTAÇÃO : SEÇÃO DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO
TRIÊNIO : 08.09.2008 a 07.09.2011
PERÍODO : 01.01.2012 a 30.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 655/13.12.2011 - CONCEDER
NOME : MARIA DE FÁTIMA CORDEIRO
MATRICULA : 5148839-1
CARGO : MÉDICO VETERINÁRIO
LOTAÇÃO : DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ENDEMIAS
TRIÊNIO : 26.09.1999 a 25.09.2002
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 653/13.12.2011 - DETERMINAR
NOME : MARA CILDA BRASIL FELIX
MATRICULA : 727440-1
CARGO : AGENTE ADMINISTRATIVO
LOTAÇÃO : DEPARTAMENTO DE AUDITORIA EM SAÚDE
TRIÊNIO : 13.06.2001 a 12.06.2004
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 54/28.11.2011 - CONCEDER
NOME : CARMEM SUELY MOREIRA DUARTE
MATRICULA : 3193560-1
CARGO : ASSISTENTE SOCIAL
LOTAÇÃO : 11º CRS/MARABÁ
TRIÊNIO : 2008 a 2011
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 043/13.12.2011 - CONCEDER
NOME : JUSTINA FERNANDES SILVA
MATRICULA : 99309-1
CARGO : AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO : 9º CRS
TRIÊNIO : 01.11.2006 a 31.10.2009
PERÍODO : 19.12.2011 a 16.02.2012 (60)dias.

PORTARIA Nº. 846/01.12.2011 - CONCEDER
NOME : ANTONIA MARIA COSTA CONCEIÇÃO
MATRICULA : 720968-1
CARGO : AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO : CS DE ABAETETUBA
TRIÊNIO : 13.12.2005 a 12.12.2008
PERÍODO : 01.02.2012 a 31.03.2012 (60)dias.

PORTARIA Nº. 806/28.11.2011 - CONCEDER
NOME : GEORGETE DO SOCORRO NEGRÃO MACEDO
MATRICULA : 54190020-1
CARGO : ENFERMEIRA
LOTAÇÃO : 6º CRS
TRIÊNIO : 01.05.2007 a 30.04.2010
PERÍODO : 02.01.2012 a 01.03.2012 (60)dias.

PORTARIA Nº. 684/27.12.2011 - CONCEDER
NOME : ANA CARMEN ATAÍDE SIQUEIRA
MATRICULA : 3157210-1
CARGO : AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO : DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ENDEMIAS
TRIÊNIO : 10.07.2005 a 09.07.2008
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 682/27.12.2011 - CONCEDER
NOME : ROSIVALDO DO VALE E SILVA
MATRICULA : 5251486-2
CARGO : BIBLIOTECONOMISTA
LOTAÇÃO : ESCOLA TÉCNICA DO SUS
TRIÊNIO : 19.05.2008 a 18.05.2011
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 657/27.12.2011 - CONCEDER
NOME : ANTONIO JORGE ATAÍDE SOUZA
MATRICULA : 57190506-1
CARGO : FARMACEUTICO
LOTAÇÃO : DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE
TRIÊNIO : 22.10.2007 a 21.10.2010
PERÍODO : 02.01.2010 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 845/01.12.2011 - DETERMINAR
NOME : MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS LOBATO
MATRICULA : 5230128-1
CARGO : AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO :UBS DE ABAETETUBA
TRIÊNIO : 02.01.1998 a 02.01.2001
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 042/13.12.2011 - DETERMINAR
NOME : ANA TÉRCIA AMORIM LOPES
MATRICULA : 5108721-2
CARGO : ADMINISTRADORA
LOTAÇÃO : 9º CRS
TRIÊNIO : 01.11.1998 a 30.10.2001
PERÍODO : 20.12.2011 a 18.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 044/13.12.2011 - DETERMINAR
NOME : ODILON RICARDO DUARTE MOREIRA
MATRICULA : 57190894-1
CARGO : AGENTE ADMINISTRATIVO
LOTAÇÃO : 9º CRS
TRIÊNIO : 05.11.2007 a 04.11.2010
PERÍODO : 15.12.2011 a 13.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 1182/06.12.2011 - CONCEDER
NOME : CARLOS DOS SANTOS FERREIRA
MATRICULA : 725943-1
CARGO : AGENTE DE PORTARIA
LOTAÇÃO : CIASPA
TRIÊNIO : 13.06.2007 a 12.06.2010
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 1183/06.12.2011 - CONCEDER
NOME : ESTELA BORGES MARTINS
MATRICULA : 5153700-1
CARGO : AUXILIAR DE ENFERMAGEM
LOTAÇÃO : UMS GUANABARA
TRIÊNIO : 02.07.2008 a 01.07.2011
PERÍODO : 02.01.2012 a 01.03.2012 (60)dias.

PORTARIA Nº. 1208/09.12.2011 - CONCEDER
NOME : MARIA ELITA DOS SANTOS DE JESUS
MATRICULA : 102539-1
CARGO : AGENTE DE SAÚDE
LOTAÇÃO : UMS CIDADE NOVA IV
TRIÊNIO : 26.05.2008 a 25.05.2011
PERÍODO : 02.01.2012 a 31.01.2012 (30)dias.

PORTARIA Nº. 1211/09.12.2011 - CONCEDER
NOME : DELMA JULIA TORRES GUEDES SAMPAIO
MATRICULA : 5717553-1
CARGO : PSICOLOGO
LOTAÇÃO : URES PRESIDENTE VARGAS
TRIÊNIO : 25.10.2006 a 24.10.2009
PERÍODO : 31.01.2012 a 29.02.2012 (30)dias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE
DDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 29.12.2011.
SÔNIA CRISTINA ARIAS BAHIA
Diretora do DGTES/GAB/SESPA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325953
PORTARIA: 3679

Objetivo: SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PLANO EMERGENCIAL DO PROGRAMA DE CONTROLE DE MALÁRIA, NO 9º CRS E NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, ITAITUBA E JACAREACANGA DO PARÁ.
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE

1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): SANTARÉM/PA - Brasil<br
Servidor(es): 572085941/FABIO TAVARES BOULHOSA (AGENTE DE ENDEMIAS) / 5.5 diárias (Completa) / de 21/11/2011 a 26/11/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325949
PORTARIA: 3690

Objetivo: PARTICIPAR DO ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE DO XINGU, NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA.
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): ALTAMIRA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 56238202/ALDO BRITO DOS SANTOS (PSICOLOGO) / 2.5 diárias (Completa) / de 07/12/2011 a 09/12/2011
0082643017/MARCO AURELIO MACHADO DE ALMEIDA (TECNICO) / 2.5 diárias (Completa) / de 07/12/2011 a 09/12/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325940
PORTARIA: 3689

Objetivo: PARTICIPAR DAS AÇÕES DE CONTROLE DA MÁLARIA, NO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFIRIO.
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): SENADOR JOSÉ PORFIRIO./PA - Brasil<br
Servidor(es): 00/EDSON JUCELINO PEREIRA GONÇALVES (COLABORADOR) / 0.5 diárias (Completa) / de 07/11/2011 a 07/11/2011
00/MARIA CÍCERA OLIVEIRA MAGELA (TEC DE ENFERMAGEM) / 0.5 diárias (Completa) / de 07/11/2011 a 07/11/2011
00/MARTA REIS PAIVA REGINATO (DIRETOR) / 0.5 diárias (Completa) / de 07/11/2011 a 07/11/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

RESOLUÇÕES CIB
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325941
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA – SESPA
COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ
RESOLUÇÃO Nº 250, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e
- Considerando a Portaria nº 1.702, de 17/08/2004 que cria o Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Considerando a Portaria Interministerial MS/MEC nº 2.378 de 26/10/ 2004 que certificou o Hospital da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMPA como Hospital de Ensino.
- Considerando a Portaria 2.859/MS, de 10/11/2006 que efetivou o processo de Contratualização do Hospital da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMPA
- Considerando a Portaria Interministerial MS/MEC nº Nº 2.754,de 23/11/2011 que altera para 31 de dezembro de 2011, o prazo fixado para validade da Certificação como Hospital de Ensino.
- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará, em reunião ordinária de 15/12/2011.

Resolve:
Art. 1 º - Aprovar o Plano Operativo Anual (POA) do Hospital da Fundação da Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMPA, CNES nº 2752700, CNPJ n º 04929345000185, instrumento integrante do convênio previsto no Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais de Ensino no Sistema Único de Saúde – SUS, conforme valores constantes nos anexos.
Art. 2 º - O impacto financeiro global decorrente da programação será de R\$ 4.572.403,66 (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, quatrocentos e três reais e sessenta e seis centavos)/ mensal e R\$ 54.868.843,92 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos)/anual para custeio de MAC (Média e Alta Complexidade).
I – O município de Belém, por meio do Fundo Municipal de Saúde, garantirá o financiamento do teto atual até o valor máximo de MAC (Média e Alta Complexidade) já constante no POA 2006 equivalente à R\$ 1.524.212,91 (um milhão, quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e doze reais e noventa e um centavos)/ mês e R\$ 18.290.554,92 (dezoito milhões, duzentos e noventa mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos)/ano (Pré-fixado) e até R\$ 218.211,98 (duzentos e

dezoito mil, duzentos e onze reais e noventa e oito centavos) e R\$ 2.618.543,76 (dois milhões, seiscentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos)/ano para produção de alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com custeio MAC (Pós-fixado)
II - Definir que o valor de R\$ 2.829.978,77 (dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e setenta e sete centavos)/mês e R\$ 33.959.745,24 (trinta e três milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)/ ano, correspondente ao impacto de ampliação e implantação de novos serviços (pré e pós fixado MAC) deverá ser custeado por 90 (noventa) dias pelos recursos do Tesouro Estadual até transferência de recursos MAC (Média e Alta Complexidade) complementar do FNS (Fundo Nacional de Saúde) para o FMS (Fundo Municipal de Saúde) de Belém, o qual será pleiteado pelos gestores municipal e estadual de saúde junto ao Ministério da Saúde para garantir a expansão de serviços.
Art. 3 º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belém, 16 de dezembro de 2011.
Hélio Franco de Macedo Júnior.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/Pará.
Charles César Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

ANEXO DA RESOLUÇÃO CIB Nº 250 DE 16/12/2011
TABELA DE EVOLUÇÃO DO IMPACTO FÍSICO-FINANCEIRO – POA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ – ANO 2011
IMPACTO MENSAL

	2006		2011	
	M e t a F í s i c a Mensal	Meta Financeira	M e t a F í s i c a Mensal	Meta Financeira
		Mensal		Mensal
Pré-fixado	-	R\$1.524.212,91	-	-
Média Complexidade Hosp./MAC	1.380	R\$1.237.988,32	1.572	R\$ 3.454.360,73
Média Complexidade Amb./MAC	23.874		60.701	R\$ 590.116,01
Incentivo à Contratualização	-	R\$ 234.903,47	-	R\$ 258.393,82
Integra SUS	-	R\$ 44.779,12	-	R\$ 44.779,12
IAPI	-	R\$ 6.542,00	-	R\$ 6.542,00
Sub-total	25.254	R\$ 1.524.212,91	62.273	R\$ 4.354.191,68
IMPACTO DE META FÍSICA - PRÉ-FIXADO				37.019
IMPACTO FINANCEIRO - PRÉ-FIXADO				R\$ 2.829.978,77

	2006		2011	
	Meta Física Mensal	Meta Financeira	Meta Física Mensal	Meta Financeira
		Mensal		Mensal
Pós-fixado	-	R\$ 998.417,06	-	-
Alta Complexidade Hosp./MAC	16	R\$ 947.044,08	16	R\$ 38.768,96
Alta Complexidade Amb./MAC (TC+RM)	718		981	R\$ 179.443,02
FAEC – Amb.	133	R\$ 51.372,98	163	R\$ 7.939,30
FAEC – Hosp.			-	-
Sub-total	867	R\$ 998.417,06	1.160	R\$ 226.151,28
IMPACTO DE META FÍSICA - PÓS-FIXADO				293
IMPACTO FINANCEIRO - PÓS-FIXADO				-R\$ 772,265,78

IMPACTO ANUAL

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	2.006		2.011	
	Meta Anual		Meta Anual	
	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
Pré-fixado	-	R\$ 18.290.554,92	-	-
Média Complexidade Hosp./MAC	16.560	R\$ 14.855.859,84	18.864	R\$ 41.452.328,76
Média Complexidade Amb./MAC	286.488		728.412	R\$ 590.116,02

Incentivo à Contratualização	-	R\$ 2.818.841,64	-	R\$ 3.100.725,84
Integra SUS	-	R\$ 537.349,44	-	R\$ 537.349,44
IAPI	-	R\$ 78.504,00	-	R\$ 78.504,00
Sub-total	303.048	R\$ 18.290.554,92	747.276	R\$ 52.250.300,16
IMPACTO DE META FÍSICA – PRÉ-FIXADO				444.228
IMPACTO FINANCEIRO - PRÉ-FIXADO				R\$ 33.959.745,24
IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	2006		2.011	
	Meta Anual		Meta Anual	
	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
Pós-fixado	-	R\$ 998.417,07	-	-
Alta Complexidade Hosp./MAC	192	R\$ 11.364.528,96	192	R\$ 465.227,52
Alta Complexidade Amb./MAC (TC+RM)	8.616		11.772	R\$ 2.153.316,24
FAEC – Amb.	1.596	R\$ 616.475,76	1.956	R\$ 95.271,60
FAEC – Hosp.			-	-
Sub-total	10.404	R\$ 11.981.004,72	13.920	R\$ 2.713.815,36
IMPACTO DE META FÍSICA - PÓS-FIXADO				3.516
IMPACTO FINANCEIRO - PÓS-FIXADO				-R\$ 9.267.189,36

RESUMO DA CONTRATUALIZAÇÃO FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA - ANO 2011		
DESCRIÇÃO	Mensal (R\$)	Anual (R\$)
TOTAL DO PLANO OPERATIVO COM RECURSOS FEDERAIS -MAC	4.572.403,66	54.868.843,92
PRÉ-FIXADO	4.354.191,68	52.250.300,16
PÓS-FIXADO	218.211,98	2.618.543,76
TOTAL DO PLANO OPERATIVO COM RECURSOS FEDERAIS -FAEC	7.939,30	95.271,60
PRÉ-FIXADO	0,00	0,00
PÓS-FIXADO	7.939,30	95.271,60
TOTAL GERAL DO POA 2011 (MAC + FAEC)	4.580.342,96	54.964.115,52
RECURSOS GARANTIDO PELO FMS/SESMA/BELÉM PARA CUSTEIO POA 2011	1.742.424,89	20.909.098,68
PRÉ-FIXADO	1.524.212,91	18.290.554,92
PÓS-FIXADO	218.211,98	2.618.543,76
TOTAL DO PLANO OPERATIV O COM CO-FINANCIAMENTO ESTADUAL ATÉ DISPONIBILIDADE DE RECURSOS NOVOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE (MAC)	R\$2.829.978,77	R\$ 33.959.745,24
PRÉ-FIXADO	2.829.978,77	33.959.745,24
PÓS-FIXADO	0,00	0,00

RESOLUÇÃO Nº 264, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011.
A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,
- Considerando a Proposta de Emenda Parlamentar nº 71150003, cujo objeto destina-se à Aquisição de Equipamentos Hospitalares e Material Permanente para estruturação de unidades de atenção especializada em saúde do Estado do Pará, no valor total de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais)
- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite, em reunião ordinária de 18/11/2009, que aprovou as propostas de Captação de Recursos, junto ao Fundo Nacional de Saúde (FNS)/MS, “ad referendum”.
Resolve:
Art. 1 º - Aprovar a Proposta de Aquisição de um Acelerador Linear destinado ao Hospital Ofir Loyola, constante na Emenda Parlamentar nº 71150003, cujo objeto destina-se à Aquisição de Equipamentos Hospitalares e Material Permanente para estruturação de unidades de atenção especializada em saúde do Estado do Pará.
Art. 2 º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belém, 27 de dezembro de 2011.
Hélio Franco de Macedo Júnior.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/Pará.
Charles César Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325924
PORTARIA: 3620

Objetivo: A FIM DE REALIZAR DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS, INSUMOS E AVALIAR E MONITORAR A REDE DE FRIO NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
084824011/GESSE COSTA DOS SANTOS (AGENTE DE PORTARIA)
/ 4.5 diárias (Completa) / de 19/12/2011 a 23/12/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325916
PORTARIA: 3624

Objetivo: TRANSPORTAR TÉCNICO DA DEPI A FIM DE REALIZAR DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS, INSUMOS E AVALIAR E MONITORAR A REDE DE FRIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, SÃO MIGUEL DO GUAMÁ E BARCARENA

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
BARCARENA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
555891542/IVAN SANTOS DA SILVA (MOTORISTA) / 2.5 diárias (Completa) / de 07/12/2011 a 09/12/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325908
PORTARIA: 3623

Objetivo: TRANSPORTAR TÉCNICO DA DEPI A FIM DE REALIZAR DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS, INSUMOS E AVALIAR E MONITORAR A REDE DE FRIO NO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ, CASTANHAL.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
CASTANHAL/PA - Brasil<br
Servidor(es):
555891542/IVAN SANTOS DA SILVA (MOTORISTA) / 1.5 diárias (Completa) / de 05/12/2011 a 06/12/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

PORTARIAS Nº 2530, Nº 2531 E Nº 2597
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325894
ERRATA DE PORTARIA

Portaria nº 2530 de 02/12/2011, publicada no D.O.E. nº 32051 de 07/12/2011.
Onde se lê: CONSIDERANDO os termos da Notificação nº 391/2010/COPON/CGCON da Fundação Nacional de Saúde, Ofício nº 1.897/2011 da Secretaria de Estado de Saúde, Correspondência da Diretoria Financeira, de 29/08/2011, bem como o parecer jurídico datado de 12/09/2011, no processo nº 345354/2011, o qual recomenda a instauração de Tomada de Contas Especial para apuração da falta de prestação de contas do Convênio nº 03/2004, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO, referente aos recursos provenientes do Convênio nº 1877/2000, firmado entre a FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE A e a SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ/SESPA, que objetivou o repasse de recursos financeiros para estruturação das ações de Vigilância em Saúde previstas pelo projeto VIGISUS.
Leia-se: CONSIDERANDO os termos da Notificação nº 391/2010/COPON/CGCON da Fundação Nacional de Saúde, Ofício nº 1.897/2011 da Secretaria de Estado de Saúde, Correspondência da Diretoria Financeira, de 29/08/2011, bem como o parecer jurídico datado de 12/09/2011, no processo nº 345354/2011, o qual recomenda a instauração de Tomada de Contas Especial para apuração de irregularidades/impropriedades na prestação de contas do Convênio nº 03/2004, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO, referente aos recursos provenientes do Convênio nº 1877/2000, firmado entre a FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE A e a SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ/SESPA, que objetivou o repasse de recursos financeiros para estruturação das ações de Vigilância em Saúde previstas pelo projeto VIGISUS.

Onde se lê: I - Instaurar a competente Tomada de Contas Especial, composta pelos servidores Alexandre Lima Tavares, Agente Administrativo, matrícula nº 57193965/1, Sérgio Ricardo da Conceição Ribeiro, Agente Administrativo, matrícula nº 725919/1, Vera Lúcia Serra de Oliveira, Administradora, matrícula nº 43966/1, para sob a presidência da Administradora, apurar a falta de prestação de contas, referente ao Convênio nº 1877/2000, da Prefeitura Municipal de Capitão Poço.
Leia-se: I - Instaurar a competente Tomada de Contas Especial, composta pelos servidores Alexandre Lima Tavares, Agente Administrativo, matrícula nº 57193965/1, Sérgio Ricardo da Conceição Ribeiro, Agente Administrativo, matrícula nº 725919/1, Vera Lúcia Serra de Oliveira, Administradora, matrícula nº 43966/1, para sob a presidência da Administradora, apurar irregularidades/impropriedades, referentes ao Convênio nº 03/2004, da Prefeitura Municipal de Capitão Poço.
HELIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA.

ERRATA DE PORTARIA
PORTARIA Nº 2531 DE 30/11/2011, PUBLICADA NO D.O.E. Nº 32051 DE 07/12/2011.

Onde se lê: CONSIDERANDO os termos da Notificação nº 24/COPON/CGCON da Fundação Nacional de Saúde, Ofício nº 2627/2011 da Secretaria de Estado de Saúde, Correspondência da Diretoria Financeira, de 11/08/2011, bem como o parecer jurídico datado de 25/08/2011, no processo nº 304390/2011, o qual recomenda a instauração de Tomada de Contas Especial para apuração da falta de prestação de contas do Convênio nº 034/2001, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Prefeitura Municipal de Bragança, referente aos recursos provenientes do Convênio nº 081/2000, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde Pública do Estado do Pará, objetivando o repasse de recursos financeiros para estruturação das ações de Vigilância em Saúde no Município de Bragança.

Leia-se: CONSIDERANDO os termos da Notificação nº 24/COPON/CGCON da Fundação Nacional de Saúde, Ofício nº 2627/2011 da Secretaria de Estado de Saúde, Correspondência da Diretoria Financeira, de 11/08/2011, bem como o parecer jurídico datado de 25/08/2011, no processo nº 304390/2011, o qual recomenda a instauração de Tomada de Contas Especial para apuração de irregularidades/impropriedades na prestação de contas do Convênio nº 034/2001, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Prefeitura Municipal de Bragança, referente aos recursos provenientes do Convênio nº 081/2000, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde Pública do Estado do Pará, objetivando o repasse de recursos financeiros para estruturação das ações de Vigilância em Saúde no Município de Bragança.

Onde se lê: I - Instaurar a competente Tomada de Contas Especial, composta pelos servidores Alexandre Lima Tavares, Agente Administrativo, matrícula nº 57193965/1, Sérgio Ricardo da Conceição Ribeiro, Agente Administrativo, matrícula nº 725919/1, Vera Lúcia Serra de Oliveira, Administradora, matrícula nº 43966/1, para sob a presidência da Administradora, apurar a falta de prestação de contas, referente ao Convênio nº 034/2001, da Prefeitura Municipal de Bragança.

Leia-se: I - Instaurar a competente Tomada de Contas Especial, composta pelos servidores Alexandre Lima Tavares, Agente Administrativo, matrícula nº 57193965/1, Sérgio Ricardo da Conceição Ribeiro, Agente Administrativo, matrícula nº 725919/1, Vera Lúcia Serra de Oliveira, Administradora, matrícula nº 43966/1, para sob a presidência da Administradora, apurar irregularidades/impropriedades na prestação de contas, referente ao Convênio nº 034/2001, da Prefeitura Municipal de Bragança

HELIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA.
PORTARIA Nº 2597, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO os termos da Correspondência Interna nº 195/2011 – Divisão de Prestação de Contas/SESPA, de 25/07/2011, não houve a devida prestação de contas no Convênio nº 069/2001, celebrado em 06/11/2001, com a Prefeitura Municipal de Itaituba, constante nos autos do Processo nº 293840/2010 e o parecer jurídico datado de 23/08/2011, o qual recomenda a instauração de Tomada de Contas Especial para apuração de irregularidades/impropriedades na prestação de contas do sobredito Convênio, que objetivou o repasse de recursos financeiros, para viabilizar a estruturação das ações de vigilância em saúde no referido Município;
CONSIDERANDO o que dispõe a Constituição Estadual do Pará, em seus artigos 115 a 121, referentes à fiscalização contábil, financeira e orçamentária;
CONSIDERANDO as normas sobre a prestação de contas da Administração Direta, dispostas nos artigos 131 a 142 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

R E S O L V E:
I - Instaurar a competente Tomada de Contas Especial, composta pelos servidores João dos Santos Mota, Economista, matrícula nº 85944, Renata Chaves dos Santos, Administrador, matrícula nº 57194947, e Helena do Socorro Curcino Alho, Técnico de Administração e Finanças, matrícula nº 54191321, para sob a presidência do primeiro, apurar as irregularidades/impropriedades na Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Itaituba, referente ao Convênio nº 69/2001.

II – A Comissão deverá concluir os trabalhos com apresentação do relatório final no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

III – Tornar sem efeito os termos das portarias nº 2229, de 13 de Outubro de 2011 publicada no Diário Oficial do Estado nº 32.026, de 27 de Outubro de 2011, e nº 2465, de 21 de Novembro de 2011, publicada no Diário Oficial do estado nº 32047, de 01 de Dezembro 2011.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
HELIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR
Secretário de Estado de Saúde Pública

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325959
PORTARIA: 3688

Objetivo: FINALIZAR PROCEDIMENTO LICITATORIO NA MDALIDADE PREGAO PRESENCIAL, NO MUNICÍPIO DE BREVES.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
BREVES/PA - Brasil<br
Servidor(es):
58902621/ROSIVEL NUNES FERREIRA (PREGOEIRA) / 2.5 diárias (Completa) / de 28/11/2011 a 30/11/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325955
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Número: 139/2011
Objeto: Aquisição de Material de Consumo Órteses, Próteses e meios de auxiliares de Locomoção.
Entrega do Edital: www.comprasnet.gov.br
Observação: HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF
Responsável pelo certame: ROSIVEL NUNES FERREIRA
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data da Abertura: 11/01/2012
Hora da Abertura: 09:00
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118526100000 339032 0103000000 Estadual
Ordenador: HELIO FRANCO DE MACÊDO JÚNIOR

PORTARIA Nº 2596
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325984
PORTARIA Nº 2596, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO os termos da CI nº 01/2011-CTCE/SESPA, constante nos autos do processo nº 520977/2011, na qual o presidente da Comissão de Tomada de Contas Especial, instaurada pela Portaria nº 2174 de 17/10/2011, publicada no DOE nº 32037 de 17/11/2011, solicita a prorrogação por mais 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos referente às Tomadas de Contas Especiais dos Convênios nºs. 75/2001, 79/2001, 63/2001, e 71/2001, celebrados com o Município de Xinguara, água Azul do Norte, Tucumã e Floresta do Araguaia, respectivamente, oriundos dos Processos nºs. 293862/2011, 293904/2011, 293917/2011 e 293884/2011, respectivamente.
CONSIDERANDO o que dispõe a Constituição Estadual do Pará, em seus artigos 115 a 121, referentes à fiscalização contábil, financeira e orçamentária;
CONSIDERANDO as normas sobre a prestação de contas da Administração Direta, dispostas nos artigos 131 a 142 e 160, parágrafo único e 281 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
CONSIDERANDO o parecer da Assessoria Jurídica exarado nos autos do processo em epígrafe.

RESOLVE:
I – Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Tomadas de Contas Especial, instituída pela Portaria nº 2174, de 17 de outubro de 2011, publicada no D.O.E nº 32037, de 17 de novembro de 2011.
II - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17/12/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
HELIO FRANCO DE MACECO JÚNIOR
Secretário de Estado de Saúde Pública

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325981
PORTARIA: 3586

Objetivo: EFETUAR DESCOLAMENTO DOS SERVIÇOS PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS INTEGRANTES DA PRIMEIRA COMISSÃO ESTADUAL EM SAÚDE DO TRABALHADOR-CIST, NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL/PA

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
CASTANHAL/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572316021/AGILDO AFONSO JASTES (MOTORISTA) / 0.5 diárias (Completa) / de 11/11/2011 a 11/11/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325972
PORTARIA: 3680

Objetivo: PARTICIPAR DA III CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES EM BRASÍLIA/DF.
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
BRASÍLIA/DF - Brasil<br
Servidor(es):
3186971/JANE MONTEIRO NEVES (ENFERMEIRA) / 4.5 diárias (Completa) / de 11/12/2011 a 15/12/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326047

PORTARIA: 3708

Objetivo: PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS INTEGRANTES DA PRIMEIRA COMISSÃO ESTADUAL EM SAÚDE DO TRABALHADOR-CIST, NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL/PA.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s): CASTANHAL/PA - Brasil<br

Servidor(es): 541917381/JARINA DO SOCORRO DA SILVA GOMES (ASSISTENTE SOCIAL) / 0.5 diárias (Completa) / de 11/11/2011 a 11/11/2011

0082643017/MARCO AURELIO MACHADO DE ALMEIDA (TECNICO) / 0.5 diárias (Completa) / de 11/11/2011 a 11/11/2011<br

Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 114/SESPA/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326059

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO DO COMPONENTE ESPECIALIZADO RELACIONADO COM DIVERSAS ÁREAS E ESPECIALIDADES, CONSTANTES NA PORTARIA 2.981/09 GM/MS E SUAS ATUALIZAÇÕES.

FIRMA(S) VENCEDORA(S):

1. BRASFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, foi vencedora do item de nº 10; pelo critério de menor preço por item, num total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

2. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES PRADO LTDA, foi vencedora dos itens de nº 09, 12 e 13; pelo critério de menor preço por item, num total de R\$ 14.736.122,00 (quatorze milhões setecentos e trinta e seis mil e cento e vinte e dois reais);

3. EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, foi vencedora do item de nº 01; pelo critério de menor preço por item, num total de R\$ 583.000,00 (quinhentos e oitenta e três mil reais);

4. DROGUISTRAS POTIGUARES REUNIDOS LTDA, foi vencedora do item de nº 04; pelo critério de menor preço por item, num total de R\$ 14.430,00 (quatorze mil quatrocentos e trinta reais);

5. EXATA NORTE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, foi vencedora dos itens de nº 02 e 03; pelo critério de menor preço por item, num total de R\$ 436.700,00 (quatrocentos e trinta e seis mil e setecentos reais);

6. CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, foi vencedora dos itens de nº 08 e 11; pelo critério de menor preço por item, num total de R\$ 11.170,00 (onze mil cento e setenta reais);

7. JANSSEN-CILAG FARMACEUTICA LTDA, foi vencedora dos itens de nº 05, 06 e 07; pelo critério de menor preço por item, num total de R\$ 335.500,00 (trezentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais);

TOTAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/SESPA/2011: R\$-16.176.922,00 (dezesseis milhões cento e setenta e seis mil novecentos e vinte e dois reais).

Belém (Pa), 28/12/2011.

Hélio Franco de Macêdo Júnior

Secretário de Estado de Saúde Pública

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326057

PORTARIA: 3750

Objetivo: ASSESSORAR O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TUCURUÍ.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s): TUCURUI/PA - Brasil<br

Servidor(es): 80800461/DALTON LUIZ PEREIRA (CONSULTOR) / 4.5 diárias (Completa) / de 12/12/2011 a 16/12/2011

571908851/EDGAR LIMA FLORENTINO (AGENTE ADMINISTRATIVO) / 4.5 diárias (Completa) / de 12/12/2011 a 16/12/2011

00/MAGALI VOGADO AGUIAR (BIOMEDICO) / 4.5 diárias (Completa) / de 12/12/2011 a 16/12/2011<br

Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326076

PORTARIA: 3523

Objetivo: ACOMPANHAR E DAR APOIO ADMINISTRATIVO AOS TÉCNICOS DA COORDENACAO DE ZOONOSSES QUE IRAO SUPERVISINAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DA RAIVA, LEPTOSPIROSE, ACIDENTE POR ANIMAIS PECONHENTOS NOS MUNICIPIOS DE JURISDICAÇÃO DO 12º CRS.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326082

PORTARIA: 3676

Objetivo: CONDUZIR AS SERVIDORAS MARTA SOLANGE C. R. COSTA E AURORA M. DO NASCIMENTO, PARA PARTICIPAREM DA PROGRAMAÇÃO PELO DIA INTERNACIONAL DE CONTROLE AO CÂNCER, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s): CAPANEMA/PA - Brasil<br

Servidor(es): 572050811/ANTONIO MARCOS DA SILVA SARAIVA (MOTORISTA) / 0.5 diárias (Completa) / de 30/11/2011 a 30/11/2011<br

Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326090

PORTARIA: 3739

Objetivo: PARTICIPAR COMO FACILITADORA E ORGANIZADORA NO TREINAMENTO SOBRE "APOIAR A REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA PARA O ESTADO DO PARÁ" NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s): CAPANEMA/PA - Brasil<br

Servidor(es): 58578992/MICHELE MONTEIRO SOUSA (ENFERMEIRA) / 3.5 diárias (Completa) / de 19/12/2011 a 22/12/2011<br

Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326097

PORTARIA: 3738

Objetivo: PARTICIPAR COMO FACILITADORA E ORGANIZADORA NO TREINAMENTO SOBRE "APOIAR A REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA PARA O ESTADO DO PARÁ" NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s): CAPANEMA/PA - Brasil<br

Servidor(es): 3199479014/MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA (PSICOLOGO) / 3.5 diárias (Completa) / de 19/12/2011 a 22/12/2011<br

Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326108

PORTARIA: 3729

Objetivo: REALIZAR AS OFICINAS DE INSTRUÇÃO TÉCNICA - PROGRAMA VIDA E SAÚDE, CONVÊNIO 953 - 2007, NOS MUNICÍPIOS DE IRTUIA

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s): IRTUIA /PA - Brasil<br

Servidor(es): 541883652/MARILDA BRITO FERNANDES (ASSISTENTE SOCIAL) / 3.5 diárias (Completa) / de 19/12/2011 a 22/12/2011<br

Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325920

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 324930

PORTARIA: 965

Objetivo: Realizar supervisão pedagógica no Curso de Qualificação para Agente Comunitário de Saúde - ACS, realizado no município de Benevides

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326274

PORTARIA: 211/11

Objetivo: REALIZAR SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO QUANTO AO ENVIO ON-LINE NA 2ª ETAPA DA CAMPANHA NACIONAL DE MULTIVACINAÇÃO.

Fundamento Legal: LEI Nº5.810/94 ART.145

Origem: SANTA IZABEL/PA - BRASIL

Destino(s): TOMÉ-AÇU/PA - Brasil<br

Servidor(es): 57197864/AMADEU JOSE BAHIA REZENDE (MÉDICO VETERINÁRIO) / 1.5 diárias (Deslocamento) / de 12/08/2011 a 13/08/2011

54195175/EDNA LUCIA BARROSO DOS SANTOS (ENFERMEIRO) / 1.5 diárias (Deslocamento) / de 12/08/2011 a 13/08/2011<br

Ordenador: ELIZABETH MARIA DA C. PINHEIRO.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326262

PORTARIA: 399/11

Objetivo: SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO REFERENTE A CAMPANHA DE INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DA MALÁRIA

Fundamento Legal: LEI Nº5.810/94 ART.145

Origem: SANTA IZABEL/PA - BRASIL

Destino(s): SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA - Brasil<br

Servidor(es): 0500893/CLAUDIO LUIZ SANTOS MORAIS (AGENTE DE ENDEMIAS) / 1.5 diárias (Deslocamento) / de 19/12/2011 a 20/12/2011<br

Ordenador: ELIZABETH MARIA DA C. PINHEIRO.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326288

PORTARIA: 225/11

Objetivo: REALIZAR SUPERVISÃO, AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO A CERCA DO PROGRAMA DE CONTROLE DA DENGUE, BEM COMO NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO SISFAD (SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM FEBRE AMARELA E DENGUE).

Fundamento Legal: LEI Nº5.810/94 ART.145

Origem: SANTA IZABEL/PA - BRASIL

Destino(s): COLARES/PA - Brasil<br

Servidor(es): 572064761/ELI CRISTIANE NAVEGANTES SANTOS (AGENTE DE ENDEMIAS) / 1.5 diárias (Deslocamento) / de 24/08/2011 a 25/08/2011

0504880/MILTON QUEIROZ DE MIRANDA (AGENTE DE SAUDE) / 1.5 diárias (Deslocamento) / de 24/08/2011 a 25/08/2011<br

Ordenador: ELIZABETH MARIA DA C. PINHEIRO.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326303

PORTARIA: 254/11

Objetivo: dar continuidade e monitorar as ações do plano estadual de controle de hanseníase no município de concórdia

Fundamento Legal: lei nº5.810/94 art.145

Origem: SANTA IZABEL/PA - BRASIL

Destino(s): concordia/PA - Brasil<br

Servidor(es): 7211741/helena de nazare morais alves (datilografo) / 1.5 diárias (Deslocamento) / de 01/09/2011 a 02/09/2011

571965002/maria aparecida mulatinho (enfermeiro) / 1.5 diárias (Deslocamento) / de 01/09/2011 a 02/09/2011<br

Ordenador: ELIZABETH MARIA DA C. PINHEIRO.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326298

PORTARIA: 396/11

Objetivo: PRESTAR AUXILIO NA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL(PESQUISA DE PLASMÓDIO).

Fundamento Legal: LEI Nº5.810/94 ART.145

Origem: SANTA IZABEL/PA - BRASIL

Destino(s): SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA - Brasil<br

Servidor(es): 0500181/WALMIR DA SILVA CASTRO (AGENTE DE SAÚDE) / 11.5 diárias (Deslocamento) / de 05/12/2011 a 16/12/2011<br

Ordenador: ELIZABETH MARIA DA C. PINHEIRO.

Imprensa Oficial do Estado

Secretaria Especial de Estado de Gestão

GOVERNO DO PARA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326239
PORTARIA: 385/11
Objetivo: PRESTAR APOIO TÉCNICO AOS MUNIC. QUSNTO AÇÕES EDUCATIVAS QUE SERÃO DESENVOLVIDAS NO DIA MUNDIAL DE COMBATE À AIDS.
Fundamento Legal: LEI Nº5.810/94 ART.145
Origem: SANTA IZABEL/PA - BRASIL
Destino(s):
BUJARU/PA - Brasil<br
Servidor(es):
7211741/HELENA DE NAZARE MORAIS ALVES (DATILOGRAFO) / 0,5 diárias (Deslocamento) / de 01/12/2011 a 01/12/2011<br
Ordenador: ELIZABETH MARIA DA C. PINHEIRO.

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326249
PORTARIA: 398/11
Objetivo: INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE BUSCA ATIVA PARA CONTROLE DA MALÁRIA
Fundamento Legal: LEI Nº5.810/94 ART.145
Origem: SANTA IZABEL/PA - BRASIL
Destino(s):
TOMÉ-AÇU/PA - Brasil<br
Servidor(es):
502462/IZAULO ALVES DE SOUSA (AGENTE DE SAUDE) / 4,5 diárias (Deslocamento) / de 19/12/2011 a 23/12/2011<br
Ordenador: ELIZABETH MARIA DA C. PINHEIRO.

Hospital Regional de Cametá

PUBLICAÇÃO DE CESSARE DESIGNAR PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326131
PORTARIA Nº 130 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011
O Diretor do Hospital Regional de Cametá, no uso de suas atribuições legais através da portaria conjunta de nº 169 de 26 de Janeiro de 2011.
Resolve:
CESSAR, a portaria de nº 004 de 07 de Fevereiro de 2011 publicada no DOE Nº 31850 de 08/02/2011 a qual designou o servidor Allan Fabiano Miranda Cei, CPF. 634.575.122-72, Enfermeiro, matrícula nº 57198331, a responder pela Chefia de Enfermagem deste Hospital Regional de Cametá e.
DESIGNAR, a servidora Ellen Carla Barata Assunção, CPF: 808.893.522.91, Enfermeira, matrícula 57234453/1 para responder pela Chefia de Enfermagem deste Hospital Regional de Cametá, até ulterior deliberação, podendo para tanto desempenhar todos os atos necessários ao desempenho desta determinação.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se
JOÃO BATISTA SILVA NUNES
ORDENADOR DE DESPESA/HRC
C.P.F. 31175023272



ERRATA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326124
ERRATA
NO EXTRATO PUBLICADO NO DOE 32057 DE 16/12/2011, QUE TRATA DA PORTARIA Nº 924/2011-GAB/DG/HOL DE 16/12/2011, que trata da contratação de PRISCILA DO NASCIMENTO CORDEIRO DE ALMEIDA.
ONDE SE LÊ: PORTARIA Nº 915-GAB/DG/HOL
LEIA-SE: PORTARIA Nº 924-GAB/DG/HOL
PORTARIA Nº 949/2011-GAB/DG/HOL.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326208
CONSIDERANDO a ausência no período de 12 à 23/12/2011, da Servidora RIVONILDA MACHADO DOS SANTOS DE SANTANA GRAIM, Psicólogo, matrícula nº 57195212/1, Chefe da Divisão de Psicologia, deste Hospital.
CONSIDERANDO os termos contidos nos Memorandos. Nº 269 e 134/11 – Divisão de Psicologia.
RESOLVE:
DESIGNAR, à servidora ANA CARLA SILVA PEREIRA, Psicólogo, Matrícula 57202503/1, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo do HOL, para responder pela Divisão de Psicologia deste Hospital, em razão da ausência do seu Titular, sem ônus para a Instituição.

PORTARIA Nº 948/2011-GAB/DG/HOL.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326197
CONSIDERANDO licença Paternidade no período de 05 a 14/12/2011 e as férias regulamentares, no período de 15/12/2011 à 04/01/2012, do servidor ANTONIO CARLOS SILVA FREITAS, matrícula nº 57229910/1, Coordenador da Comissão Permanente de Licitação- CPL, deste Hospital.
CONSIDERANDO os termos contidos no Processo nº 2011/494042 de 29/11/2011.
RESOLVE:
DESIGNAR, o servidor ANDERSON ROBERTO SILVA PEDROSO, Agente Administrativo, Matrícula nº 55589813/1, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo da HOL, para responder pela Coordenação da Comissão Permanente de Licitação- CPL, deste Hospital, em razão da ausência do seu Titular, sem ônus para a Instituição.

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326276
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
Número: 140/2011
Objeto: AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA A COLETA DE MATERIAL DE URINÁLISE E PARASITOLOGIA
Entrega do Edital: www.comprasnet.gov.br, www.compraspara.pa.gov.br
Responsável pelo certame: Lidiane Nascimento Gomes
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data da Abertura: 16/01/2012
Hora da Abertura: 10:30
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118526100000 339030 0103000000 Estadual
Ordenador: MARIA GRAÇA BORGES JACOB

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326355
Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 21/12/2011
Valor: 30.000,00
Vigência: 21/12/2011 a 20/05/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Há necessidade de prorrogação, pois o serviço é essencial para o atendimento das Diretorias, programa domiciliar, serviço externo.
Contrato: 7-11
Exercício: 2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118526100000 339039 0269000000 Estadual
Contratado: A H T DOS SANTOS - ME
Endereço: Tv Apinagés, Bairro: Condor, 1340
CEP. 66045-110 - Belém/PA
Telefone: 9132715464
Ordenador: MARIA GRAÇA BORGES JACOB

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326351
Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 21/12/2011
Valor: 20.145,00
Vigência: 21/12/2011 a 25/05/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Há necessidade de prorrogação, pois o serviço é essencial para o atendimento das Diretorias, programa domiciliar, serviço externo.
Contrato: 8-11
Exercício: 2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118926200000 339039 0269000000 Estadual
10302118926200000 339039 0103000000 Estadual
Contratado: R DA COSTA TEIXEIRA SERVIÇOS
Endereço: Tv D Romualdo de Seixas, Bairro: Umarizal, 1560
CEP. 66050-110 - Belém/PA
Telefone: 9140054050
Ordenador: MARIA GRAÇA BORGES JACOB

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326338
Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 25/11/2011
Valor: 30.404,16
Vigência: 26/11/2011 a 25/05/2012
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Para não sofrer a descontinuidade do abastecimento a fim de não interromper o tratamento dos pacientes
Contrato: 70-10
Exercício: 2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118526100000 339030 0103000000 Estadual
10302118526100000 339030 0269000000 Estadual
Contratado: MUNDIFARMA DISTRIB. DE PROD. FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES
Endereço: R N Sra de Lourdes, Bairro: Lourdes, 658
CEP. 36070-450 - Juiz de Fora/MG
Telefone: 2124566865
Ordenador: MARIA GRAÇA BORGES JACOB



DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325858
Dispensa: 81/2011
Data: 30/12/2011
Valor: 2.700,00
Objeto: Serviço de manutenção em Pinça Karl Storz
Fundamento Legal: Com base no artigo 24, início IV, da Lei 8.666/93
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118526100000 339039 0103000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: H STRATTNER E CIA LTDA
Endereço: Av Stos Dumont, Bairro: Centro, 2122
CEP. 60150-160 - Fortaleza/CE
Telefone: 8532244502
Ordenador: MARIA EUNICE BEGOT DA SILVA DANTAS

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325852
Contrato: 55
Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: Serviços de manutenção em pinça Karl Storz.
Valor Total: 2.700,00
Data Assinatura: 19/12/2011
Vigência: 19/12/2011 a 18/06/2012
Dispensa: 81/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118526100000 339039 0103000000 Estadual
Contratado: H STRTTNER E CIA LTDA
Endereço: Av Stos Dumont, 2122
CEP. 60150-160 - Fortaleza/CE
Telefone: 8532244502
Ordenador: MARIA EUNICE BEGOT DA SILVA DANTAS

PORTARIA N.º 997/2011 – GP/FSCMPA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325918
A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
1 – Alterar a composição dos membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designados através da Portaria nº 980/2011–GP/FSCMPA, publicada no DOE nº 32.058, de 19/12/2011;
2 – Designar membro Presidente, Paulo Sérgio Tork de Castro, matrícula nº 57194478/1, em substituição a Lílian Cristina Pacheco de Oliveira Santos, matrícula nº 57175721/1, Administradora;
3 – Designar membro, Zuleide Martins Bernardes, matrícula nº 55588889/1, Enfermeira, em substituição a Tatiane Lobato da Silva, matrícula nº 57198522/1, Enfermeira.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém, 23 de dezembro de 2011.
Maria Eunice Begot da Silva Dantas
Presidente da FSCMPA

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325890
Contrato: 242
Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: Aquisição de Materil Técnico Hospitlar (Grupo II)
Valor Total: 50.112,00
Data Assinatura: 07/12/2011
Vigência: 07/12/2011 a 06/12/2012
Pregão Eletrônico: 34/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118526100000 339030 0269000000 Federal
10302118526100000 339030 0103000000 Estadual
Contratado: CBA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITLAR LTDA
Endereço: Tv. Pombal, 120
CEP. 66056-450 - Belém/PATelefone: 9130834003
Ordenador: MARIA EUNICE BEGOT DA SILVA DANTAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326297
Inexigibilidade: 32/2011
Data: 30/12/2011
Valor: 14.400,00
Objeto: Serviços técnicos especializados (Curso para Médicos Residentes)

Fundamento Legal: Com base no artigo 25, inciso II, §1 c/c art 13, VI, §1º da Lei nº 8.666/93Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10128122147800000 339039 0103000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: ZAMIGNAM E ZAMIGNAM LTDA (FUTURA CONSULTORIA)
Endereço: R Mandaguaris, Bairro: Centro, 1115
CEP. 17600-050 - Tupã/SP
Telefone: 1434961161
Ordenador: MARIA EUNICE BEGOT DA SILVA DANTAS

CONTRATO
NÚMERO DE PÚBLICAÇÃO: 326251

Contrato: 57
Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: Serviços técnicos especializados (Curso para Médicos Residentes)
Valor Total: 14.400,00
Data Assinatura: 12/12/2011
Vigência: 12/12/2011 a 11/02/2012
Inexigibilidade: 32/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10128122147800000 339039 0103000000 Estadual
Contratado: ZAMIGNAM E ZAMIGNAM LTDA (FUTURA CONSULTORIA)
Endereço: R Mandaguaris, 1115
CEP. 17600-050 - Tupã/SPTelefone: 1434961161
Ordenador: MARIA EUNICE BEGOT DA SILVA DANTAS

Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará

PORTARIA DE SUBSTITUIÇÃO.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326152
P O R T A R I A N.º 320/2011 - GEAPE/HEMOPA,
28 DE DEZEMBRO DE 2011.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
I -DESIGNAR o(a) servidor(a) Maria do Socorro Ribeiro Ferreira e Ferreira, Medico, matrícula nº. 2018985, para substituir o(a) servidor(a) Luciana Maria Cunha Maradei Pereira, Presidente, matrícula nº. 2018950, que se encontra de ferias no periodo de 02 a 31 de janeiro de 2012.
II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará-HEMOPA, em 28 de dezembro de 2011.
Luciana Maradei
Presidente / Fundação Hemopa

Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana

CONTRATO
NÚMERO DE PÚBLICAÇÃO: 326102

Contrato: 116
Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Obra/Serviço Engenharia
Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para execução de serviços de reforma e adequação predial no serviço de endoscopia da FHCGV, por um período de até 60 (sessenta) dias, conforme especificações contidas no Anexo I do convite nº 01/2011.
Valor Total: 148.302,80
Data Assinatura: 28/12/2011
Vigência: 28/12/2011 a 26/02/2012
Convite: 483204/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10122012545770000 339039 0101000000 Estadual
10122012545770000 339039 0101000000 Estadual
Contratado: CPO ENGENHARIA
Endereço: R Con Jerônimo Pimentel, 642
CEP. 66055-000 - Belém/PATelefone: 9132250801
Ordenador: ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

Secretaria de Estado de Assistência Social

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325994
PORTARIA: 953/2011

Objetivo: de Conduzir a equipe técnica que realizará execução e tapa de identificação e seleção de famílias nas ações do convenio de inclusão sócio produtiva.
Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
BRAGANÇA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
3255492/RAIMUNDO JORGE DA CONCEICAO ANDRADE (MOTORISTA) / 4.5 diárias (Deslocamento) / de 12/09/2011 a 16/09/2011<br
Ordenador: Maria Alves dos Santos

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326000
PORTARIA: 1415/2011

Objetivo: de realizar a Implantação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
Fundamento Legal: Lei nº 5810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Brejo Grande do Araguaia/PA - Brasil
Palestina do Para/PA - Brasil
São Domingos do Araguaia/PA - Brasil
São João do Araguaia. /PA - Brasil<br
Servidor(es):
54195914/EDNA MARTA DA SILVA RIBEIRO (ASSISTENTE SOCIAL) / 2.0 diárias (Deslocamento) / de 29/10/2011 a 30/10/2011<br
Ordenador: Maria Alves dos Santos

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326007
PORTARIA: 1457/2011

Objetivo: de conduzir o veiculo, com os técnicos da DISAN a fim de realizará implantação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
Fundamento Legal: Lei nº 5810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
MARACANÁ/PA - Brasil<br
Servidor(es):
54195628/MARCELO BARROS SANTIAGO (MOTORISTA) / 2.5 diárias (Deslocamento) / de 24/11/2011 a 26/11/2011<br
Ordenador: Maria Alves dos Santos
PORTARIA DE FÉRIAS INDIVIDUAL
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326009
PORTARIA Nº 1469/2011-SEAS,
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto s/n de 15 de fevereiro de 2011, publicado no DOE nº. 31856, de 16 de fevereiro de 2011.
R E S O L V E:
CONCEDER 30 (trinta) dias de gozo de férias referente ao período 2010/2011, a servidora TERESINHA DE JESUS RIBEIRO RODRIGUES, matrícula nº. 57198695/ 3, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, de 02/01/2012 a 31/01/2012.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, em 23 de dezembro de 2011.
MARIA ALVES DOS SANTOS
Secretária de Estado de Assistência Social

PORTARIA Nº 1471/2011-SEAS,
DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto s/n de 15 de fevereiro de 2011, publicado no DOE nº. 31856, de 16 de fevereiro de 2011.
R E S O L V E:
CONCEDER 18 (dezoito) dias de gozo de férias referente ao período aquisitivo 2009/2010, ao servidor MARIO AUGUSTO MILHOMEM MALATO, matrícula nº. 5857562/ 2, ocupante do cargo de CONSULTOR JURIDICO DO ESTADO, de 02/01/2012 a 19/01/2012, que teve por necessidade de serviço o gozo de férias interrompido, através da portaria 595/2011 de 13/07/2011 publicado no DOE 31955 de 13/07/2011.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, em 26 de dezembro de 2011.
MARIA ALVES DOS SANTOS
Secretária de Estado de Assistência Social

PORTARIA Nº 1472/2011-SEAS,
DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto s/n de 15 de fevereiro de 2011, publicado no DOE nº. 31856, de 16 de fevereiro de 2011.
R E S O L V E:
CONCEDER 30 (trinta) dias de gozo de férias referente ao período aquisitivo 2010/2011, a servidora IRIS DA SILVA SOARES, matrícula nº. 3224805/ 1, ocupante do cargo de SOCIOLOGA, de 02/01/2012 a 31/01/2012.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, em 26 de dezembro de 2011.
MARIA ALVES DOS SANTOS
Secretária de Estado de Assistência Social

ERRATAS DE PORTARIAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326016
PORTARIA N.º 1169/2011 – SEAS,
25 DE OUTUBRO DE 2011.

Publicada no DOE nº. 32058 de 19/12/2011
Em nome da Servidora: MARIA DE FATIMA DE MELO PAES - (DIARIA)
Onde se lê: Nº de diárias: 03 e ½ (três e meia)
Leia-se: Nº de diárias: 02 e ½ (duas e meia)
PORTARIA N.º 1367/2011 – SEAS,
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

Publicada no DOE nº. 32058 de 19/12/2011
Em nome da Servidora: ALDEMIR BOTELHO RODRIGUES - (DIARIA)
Onde se lê: Local: IPIXUNA /PA
Leia-se: Local: BARCARENA /PA
PORTARIA N.º 1373/2011 – SEAS,
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

Publicada no DOE nº. 32059 de 20/12/2011
Em nome da Servidora: SHEILA MARIA CARDOSO LISBOA - (LICENÇA PRÊMIO)
Onde se lê: 29/11/2011 a 27/01/2011
Leia-se: 29/11/2011 a 27/01/2012
PORTARIA N.º 1380/2011 – SEAS,
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

Publicada no DOE nº. 32058 de 19/12/2011
Em nome da Servidora: IVANA AUGUSTA BRITO DE SOUSA - (DIARIA)
Onde se lê: 05/12/2011 a 07/12/2011 Nº de diárias: 02 e ½ (duas e meia)
Leia-se: 05/12/2011 Nº de diárias: ½ (meia)
PORTARIA Nº 1454/2011 – SEDES,
20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Publicada no DOE nº. 32063 de 26/12/2011
Em nome da Servidora: LIA NAZARÉ BARRAL DO NASCIMENTO MELO - (LICENÇA SAUDE)
Onde se lê: 1454/2011 – SEDES, 20 de dezembro de 2011.
Leia-se: 1453/2011 – SEAS, 19 de dezembro de 2011.
MARIA ALVES DOS SANTOS
Secretaria de Estado de Assistência Social

LICENÇA PRÊMIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326012
PORTARIA Nº 1462/2011 – SEAS,
21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Nome: ANABELA DE MARIA ALVES TUPIASSU
Matrícula: 54194571/1
Cargo: PEDAGOGO
Lotação: CFGT/DAS /SEAS
Período: 01/02/2012 a 01/03/2012
Triênio: 2008/2011
(30 trinta dias) LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 1473/2011 – SEAS,
26 DE DEZEMBRO DE 2011.

Nome: ELISABETE DE OLIVEIRA AQUINO SEQUEIRA
Matrícula: 57173326/1
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
Lotação: DAS /SEAS
Período: 02/01/2012 a 31/01/2012
Triênio: 2005/2008
(30 trinta dias) LICENÇA PRÊMIO
MARIA ALVES DOS SANTOS
Secretaria de Estado de Assistência Social

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAUDE
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326013
PORTARIA N.º 1466/2011 – SEAS,
22 DE DEZEMBRO DE 2011.

Nome: ANA DO SOCORRO RODRIGUES MORAIS
Matrícula: 3225895/1
Cargo: PROFESSOR
Lotação: DEAM/ITAITUBA
Período: 15/12/2011 a 13/03/2012
(90 noventa dias) de PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAUDE
MARIA ALVES DOS SANTOS
Secretaria de Estado de Assistência Social

Instituto de Metrologia do Estado do Pará

PORTARIA Nº 700 , GAB/IMETROPARÁ, 07 DE DEZEMBRO DE 2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325847
PORTARIA Nº 700, GAB/IMETROPARÁ,
07 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre Cancelamento de férias de Servidor.
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ em conjunto com a Diretora Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições legais conferidas, pelo art. 74 da Lei Estadual nº 5.810/94.

CONSIDERANDO a exigência do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, Autarquia Federal da qual temos delegação para adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços;
CONSIDERANDO os princípios que regem os atos da Administração Pública, em especial o da Legalidade, o da Eficiência e o da Eficácia;

CONSIDERANDO a portaria nº 556 GAB/IMETROPARÁ de 18 de Outubro de 2011;

CONSIDERANDO o Regime Jurídico Único que trata da concessão de férias dos servidores públicos estaduais;

RESOLVEM:
Art. 1º - Cancelar as férias do servidor Pedro Alexandre Batista de Lima, matrícula nº 21, ocupante do cargo de Metrologista, por interesse público, programadas para o período de 01/11/2011 à 30/11/2011, referente ao período aquisitivo 2009/2010, a serem reprogramadas para 02/01/2012 à 30/01/2012.

Art. 2º - Revogam-se todas as disposições contrárias.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 01/11/2011.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete, Belém/Pará, 07 de Dezembro de 2011.

Luiziel Henderson Guedes de Oliveira Bianca Amaral Piedade
Presidente Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 701, GAB/IMETROPARÁ,
07 DE DEZEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325848

Dispõe sobre Cancelamento de férias de Servidor.
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ em conjunto com a Diretora Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições legais conferidas, pelo art. 74 da Lei Estadual nº 5.810/94.

CONSIDERANDO a exigência do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, Autarquia Federal da qual temos delegação para adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços;
CONSIDERANDO os princípios que regem os atos da Administração Pública, em especial o da Legalidade, o da Eficiência e o da Eficácia;

CONSIDERANDO a portaria nº 579 GAB/IMETROPARÁ de 18 de Outubro de 2011;

CONSIDERANDO o Regime Jurídico Único que trata da concessão de férias dos servidores públicos estaduais;

RESOLVEM:
Art. 1º - Cancelar as férias do servidor Jorge Acácio Monteiro, matrícula nº 115, ocupante do cargo de Aux. Metrologista, por interesse público, programadas para o período de 01/11/2011 à 30/11/2011, referente ao período aquisitivo 2009/2010, a serem reprogramadas para 02/01/2012 à 30/01/2012.

Art. 2º - Revogam-se todas as disposições contrárias.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 01/11/2011.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete, Belém/Pará, 07 de Dezembro de 2011.

Luiziel Henderson Guedes de Oliveira Bianca Amaral Piedade
Presidente Diretora Administrativa e Financeira

Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda

ERRATA - GTI
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325923

PORTARIA Nº 1303/11 – SETER, 15 DE DEZEMBRO DE 2011
Publicada no DOE nº 32068 de 29/12/2011

Onde se lê “Conceder DTI”

Leia-se “Conceder GTI”

TORNAR SEM EFEITO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326029

PORTARIA Nº 1355/11 – SETER, 28 DE DEZEMBRO DE 2011.
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 415/11 – SETER de 09 de junho de 2011,

Considerando o Regimento Jurídico Único nº 5810/94.
RESOLVE:TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº 1100/11 – SETER de 26/10/2011, publicada no D.O.E nº 32.027 de 31/10/2011 e a PORTARIA Nº 639/11 – SETER de 01/08/2011, publicada no D.O.E nº 31.970 de 03/08/2011 referentes as férias da servidora NADJA ALLINE BARBOSA DE ANDRADE, matrícula nº 57188181/3.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, em 28 de dezembro de 2011.

ANA LUIZA SALGADO MARTINS

Diretora de Administração e Finanças da SETER

TORNAR SEM EFEITO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326031
PORTARIA Nº 1357/11 - SETER,
28 DE DEZEMBRO DE 2011.

A Diretora de Administração e Finanças da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, de acordo com a Portaria nº 415/11 publicada no DOE nº 31.935 de 13/06/11, em uso de suas atribuições legais e,
Considerando o Mem nº 1157/11 – DTE/SETER, anexo ao processo nº 514258/11.

R E S O L V E:TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1282/11 – SETER de 11 de dezembro de 2011, que concedeu Diárias a servidora OSVALDINA GALVÃO DE MOURA, Agente Administrativo, matrícula nº 5895606/1, CPF:134.754.012-15, publicada no DOE nº 32.057 do dia 16/12/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, em 28 de dezembro de 2011.

ANA LUIZA SALGADO MARTINS

Diretora de Administração e Finanças

TRANSFERÊNCIA DE FÉRIAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326037
PORTARIA Nº 1356/11 – SETER,
28 DE DEZEMBRO DE 2011.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 415/11 – SETER de 09 de junho de 2011 e,

Considerando o Processo nº 534976/2011;
RESOLVE:TRANSFERIR, por necessidade de serviço, as férias referentes ao exercício 2010/2011 da servidora NADJA ALLINE BARBOSA DE ANDRADE, matrícula nº 57188181/3, concedidas através da Portaria nº 581/11 – SETER de 14/07/2011, publicada no D.O.E nº 31.961 de 21/07/2011, do período de 01/08/2011 a 30/08/2011 para o período de 24/12/2011 a 26/01/2012.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, em 28 de dezembro de 2011.

ANA LUIZA SALGADO MARTINS

Diretora de Administração e Finanças da SETER

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326123
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Número: 26/2011
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL PARA SER EXECUTORA DO PROJÓVEM TRABALHADOR – JUVENTUDE CIDADÃ, conforme termo de referência, anexo I do edital.

Entrega do Edital: www.comprasnet.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br

Responsável pelo certame: Wellington Edward Damasceno da Silva

Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br

Data da Abertura: 13/01/2012

Hora da Abertura: 10:00

Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Origem do Recurso
11334123048290000	339039	0106000000	Federal

Ordenador: José Alfredo Silva Hage Júnior

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

PORTARIAS DIVERSAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326315
LICENÇA À PRÊMIO

PORTARIA Nº. 1865 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

Servidor: ELMA MARIA IAGHI SALAME

Matrícula: 3197930/1

Cargo: Nutricionista

Lotação: GALMOX

Período: 02/01/2012 à 31/01/2012

Triênio:1999/2002 Complemento

Dias: 30

Ordenador Responsável: ANA CELIA CRUZ DE OLIVEIRA – Presidente da FASEPA.

PORTARIA Nº. 1867 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2011, publicada no DOE 31824 de 03 de janeiro de 2011.

Considerando o memorando nº. 230/11 – GRH de 28 de dezembro de 2011.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR, SOLANGE MARIA LOPES VIEIRA, matrícula nº.3215199/1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pela Gerência de Convênio, no impedimento da titular SILENE CASTELO BRANCO DA FONSECA, durante o período de 29/11/2011 à 27/01/2012, os efeitos desta Portaria retroagirão à 29/11/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPA-SE.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO DO PARÁ
Ordenador Responsável: ANA CELIA CRUZ DE OLIVEIRA – Presidente da FASEPA.

PORTARIAS DE LICENÇA PRÊMIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325983
LICENÇA À PRÊMIO

PORTARIA Nº. 1858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

Servidor: MARIA ELENA SANTOS

Matrícula: 3233596/1

Cargo: Auxiliar Técnico

Lotação: Presidência / CCI

Período: 03/01/2012 à 02/03/2012

Triênio:2001/2004 – Complemento e 2004/2007

Dias: 60

LICENÇA À PRÊMIO
PORTARIA Nº. 1859 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

Servidor: OEDSON AFONSO LIMA DE FRANÇA

Matrícula: 3212815/1

Cargo: Servente

Lotação: Seção de Almoxarifado

Período: 02/01/2012 à 31/01/2012

Triênio:2000/2003

Dias: 30

LICENÇA À PRÊMIO
PORTARIA Nº. 1860 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

Servidor: RUTH MEYBBY RODRIGUES LEAL

Matrícula: 3220907/1

Cargo: Auxiliar Social

Lotação: Serviço de Atendimento Social - SAS

Período: 01/01/2012 à 30/01/2012

Triênio: 2004/2007

Dias: 30

LICENÇA À PRÊMIO
PORTARIA Nº. 1861 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

Servidor: SILVIO CASSIO RAIOL LOPES

Matrícula: 54191497/1

Cargo: Monitor

Lotação: Complexo Sócioeducativo de Benevides

Período: 02/01/2012 à 31/01/2012

Triênio: 2005/2008

Dias: 30

Ordenador Responsável: ANA CELIA CRUZ DE OLIVEIRA – Presidente da FASEPA.

Tribunais de Contas

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESENHA DE PORTARIAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 322241

PORTARIA Nº 1382/2011 – TCM, DE 05/09/2011

Nome: JOÃO PAULO TAVARES FRANCO

Assunto: Regime Especial de Trabalho

A contar: 01/09/2011

PORTARIA Nº 1391/2011 – TCM, DE 06/09/2011

Nome: ROSEMARY BALDUINA DE SOUZA LOPES

Assunto: Atribuir 80% (oitenta por cento) da remuneração correspondente ao cargo em comissão de Assistente Técnico II.

A contar: 01/09/2011

PORTARIA Nº 1394/2011 – TCM, DE 06/09/2011

Nome: ROSEMARY BALDUINA DE SOUZA LOPES

Assunto: Regime Especial de Trabalho

A contar: 01/09/2011

PORTARIA Nº 1767/2011 – TCM, DE 13/12/2011

Nome: Conselheira ROSA DE FÁTIMA BARGE HAGE

Assunto: Autorizando-a a usufruir o saldo de 08 (oito) dias de férias, no período de 13 a 20 de dezembro de 2011, concedidas pela Portaria nº 0341/2007, de 09/03/07 e interrompidas pela

Portaria nº 0493/2007, de 18/04/07, referente ao período aquisitivo 2006/2007.

PORTARIA Nº 1769/2011 – TCM, DE 14/12/2011
Nome: SANDRA MARIA FONTELES OLIVEIRA E SILVA
Assunto: Autorizando-a a usufruir o saldo de 20 (vinte) dias de férias, no período de 03 a 22 de janeiro de 2012, concedidas através da Portaria nº 0463/11, de 06/04/2011, referente ao Período Aquisitivo 2010/2011.

PORTARIA Nº 1772/2011 – TCM, DE 15/12/2011
Assunto: Elogiar os servidores, relacionados abaixo, pelos trabalhos realizados no XXVI Congresso dos Tribunais de Contas realizado nesta Corte de Contas, colaborando para o êxito do evento.
Nome: CARLOS ALBERTO DA LUZ NUNES
ROSA MARIA GONCALVES FORTES

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 322514
Órgao: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS
Modalidade de Admissão: Comissionado
Ato: 1381/2011
Data de Admissão: 01/09/2011

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Observação
JOAO PAULO TAVARES FRANCO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ART. 6º, INCISO II, LEI 5.810/94

Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Admissão de Servidor
Número de Publicação: 322520
Órgao: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS
Modalidade de Admissão: Comissionado
Ato: 1471/2011
Data de Admissão: 01/10/2011

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Observação
ALEXANDRE GOMES BENCHIMOL	CHEFE DE DIVISÃO	ART. 6º, INCISO II, LEI 5.810/94

Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIAS SGJ-TA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326339
PORTARIA Nº 2306/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
I - CONCEDER à servidora LENA CLAUDIA LOBATO DE ALEXANDRIA LYNCH, Auxiliar de Administração, 30 (trinta) dias, por conta dos 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, referentes ao triênio 2008/2011, de acordo com o art. 98 da Lei Estadual nº 5.810/94, para gozo no período de 16/11 a 15/12/2011.
II - CONCEDER ao servidor LUCYVAN ESPINHEIRO GOMES, Auxiliar de Administração, 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, referentes ao triênio 2008/2011, de acordo com o art. 98 da Lei Estadual nº 5.810/94, para gozo nos períodos de 17/11 a 16/12/2011 e 2 a 31/5/2012.
III - CONCEDER à servidora MARIA ESMERALDA DE ALMEIDA PRESTES, Auxiliar de Administração, 30 (trinta) dias, por conta dos 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, referentes ao triênio 2008/2011, de acordo com o art. 98 da Lei Estadual nº 5.810/94, para gozo no período de 21/11 a 20/12/2011.
IV - CONCEDER à servidora MARIA GORETTE PRADO DO COUTO LEITE, Auxiliar de Serviços Gerais, 30 (trinta) dias, por conta dos 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, referentes ao triênio 2008/2011, de acordo com o art. 98 da Lei Estadual nº 5.810/94, para gozo no período de 16/11 a 15/12/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 7 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa
PORTARIA Nº 2316/2011-MP/SGJO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do servidor SAMUEL FERNANDES DIAS LUZ, Auxiliar de Administração, estabelecidas pela Portaria nº 3211/2010-MP/SGJ-TA, de

10/12/2010, no período de 4/7 a 2/8/2011, para gozo oportuno. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 7 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2326/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
I - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da servidora DIRCÉLIA PEREIRA HAGE, Assessor Especializado, estabelecidas pela Portaria nº 1394/2011-MP/SGJ-TA, de 29/6/2011, no período de 4/7 a 2/8/2011, a contar de 19/7/2011, e autorizar o gozo de 15 (quinze) dias restantes no período de 5 a 19/12/2011.
II - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do servidor KLEBER JOSÉ PAIXÃO ARAÚJO, Auxiliar de Administração, estabelecidas pela Portaria nº 2250/2011-MP/SGJ-TA, de 21/10/2011, no período de 25/10 a 23/11/2011, a contar de 9/11/2011, para gozo oportuno.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 9 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2327/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
I - AUTORIZAR a servidora HELIANA MARIA DE FRANÇA MESSIAS FERREIRA, Operador de Telecomunicações, gozar 15 (quinze) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria nº 203/2011-MP/SGJ-TA, de 31/1/2011 e suspensas pela PORTARIA Nº 521/2011-MP/SGJ-TA, de 2/3/2011, no período de 7 a 21/11/2011.
II - AUTORIZAR a servidora PATRÍCIA MAUÉS HANNA MEIRA, Assessor do Procurador-Geral de Justiça, gozar 21 (vinte e um) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria nº 1178/2008-MP/SGJ-TA, de 18/6/2008 e suspensas pela PORTARIA Nº 1475/2008-MP/SGJ-TA, de 29/7/2008, no período de 16/7 a 5/8/2012.
III - AUTORIZAR a servidora SABRINA BRABO DE ARAÚJO, Técnico Especializado, gozar 14 (quatorze) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria nº 3209/2010-MP/SGJ-TA, de 10/12/2010 e suspensas pela PORTARIA Nº 1583/2011-MP/SGJ-TA, de 22/7/2011, no período de 5 a 18/12/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 9 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2328/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
I - AUTORIZAR o servidor ABSALÃO ROCHA DO NASCIMENTO, Motorista, gozar 30 (trinta) dias, por conta dos 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 670/2010-MP/SGJ-TA, de 2/3/2010, referente ao triênio 2007/2010, no período de 9/1 a 7/2/2012.
II - AUTORIZAR o servidor ALEXANDRE THEO DE ALMEIDA CRUZ, Técnico, gozar 30 (trinta) dias restantes de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 149/2005-SGMP, de 23/2/2005, referente ao triênio 2001/2004, no período de 9/1 a 7/2/2012.
III - AUTORIZAR a servidora EUNICE ROSA FILGUEIRA DE MELO, Auxiliar de Administração, gozar 30 (trinta) dias restantes de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 769/2005-SGMP, de 20/7/2005, referente ao triênio 1999/2002, no período de 16/11 a 15/12/2011.
IV - AUTORIZAR a servidora SILVIA MARIA SEABRA DOS REIS, Auxiliar de Administração, gozar 30 (trinta) dias restantes de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 288/2001-SGMP, de 6/3/2001, referente ao triênio 1998/2001, no período de 21/11 a 20/12/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 9 de novembro de

2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa
PORTARIA Nº 2330/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
I - DESIGNAR o servidor PAULO SÉRGIO RODRIGUES LIMA, Técnico, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Informática, durante o afastamento do titular, PAULO SÉRGIO DOS SANTOS COSTA, no período de 7 a 10/11/2011.
II - DESIGNAR o servidor VANNER FERNANDES VASCONCELOS, Técnico, para exercer o cargo de Assistência Intermediária de Chefe da Divisão de Análise e Programação, durante o impedimento do titular, PAULO SÉRGIO RODRIGUES LIMA, no período de 7 a 10/11/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 9 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa
PORTARIA Nº 2338/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
ALTERAR o período das férias da servidora ANA ROSA DE SÁ PINHEIRO, Técnico, estabelecidas pela Portaria nº 3215/2010-MP/SGJ-TA, de 10/12/2010, de 16/11 a 15/12/2011, para gozo no período de 21/11 a 20/12/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 9 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa
PORTARIA Nº 2339/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
TRANSFERIR as férias do servidor THYAGO DA COSTA FEIO, Assessor da Subprocuradoria-Geral de Justiça, área Técnico-Administrativa, estabelecidas pela Portaria nº 3209/2010-MP/SGJ-TA, de 10/12/2010, em 16/11 a 15/12/2011, para gozo no período de 9/1 a 7/2/2012.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 10 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa
PORTARIA Nº 2340/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
I - AUTORIZAR o servidor CÉSAR ROGÉRIO SILVA PINTO, Auxiliar de Serviços Gerais, gozar 11 (onze) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria nº 1053/2011-MP/SGJ-TA, de 11/5/2011 e suspensas pela PORTARIA Nº 1189/2011-MP/SGJ-TA, de 31/5/2011, no período de 8 a 18/11/2011.
II - AUTORIZAR o servidor MARCOS VINÍCIUS GUERRA FERREIRA, Auxiliar de Administração, gozar 30 (trinta) dias de férias, estabelecidas pela Portaria nº 3213/2010-MP/SGJ-TA, de 10/12/2010 e suspensas pela PORTARIA Nº 1391/2011-MP/SGJ-TA, de 29/6/2011, no período de 17/11 a 16/12/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 10 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa
PORTARIA Nº 2341/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,

RESOLVE:

I - ALTERAR o período das férias da servidora DINEIR NEVES PRIMO, Auxiliar de Serviços Gerais, estabelecidas pela Portaria nº 3215/2010-MP/SGJ-TA, de 10/12/2010, de 17/11 a 16/12/2011, para gozo no período de 21/11 a 20/12/2011.

II - ALTERAR o período, das férias da servidora ROSA MARIA CARDOSO DOS REMÉDIOS, Auxiliar de Administração, estabelecidas pela Portaria nº 3209/2010-MP/SGJ-TA, de 10/12/2010, de 1º a 30/11/2011, para gozo no período de 17/11 a 16/12/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 10 de novembro de 2011.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2342/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,

RESOLVE:

I - AUTORIZAR o servidor ANDRÉ ADERSON CORDEIRO DINIZ, Assessor de Procurador, gozar 30 (trinta) dias restantes de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 471/2004-SGMP, de 10/5/2004, referente ao triênio 2000/2003, no período de 17/11 a 16/12/2011.

II - AUTORIZAR o servidor MARCOS VINÍCIUS GUERRA FERREIRA, Auxiliar de Administração, gozar 30 (trinta) dias restantes de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 1552/2008-MP/SGJ-TA, de 7/8/2008, referente ao triênio 2004/2007, no período de 10/1 a 8/2/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 10 de novembro de 2011.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2363/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora ANA AMÉLIA TAVARES CHOCRON, Técnico Especializado, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao exercício 2010/2011, e autorizar o gozo no período de 21/11 a 20/12/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 11 de novembro de 2011.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2364/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,

RESOLVE:

ALTERAR o período das férias do servidor AGLAILDO MONTEIRO MAIA, Auxiliar de Serviços de Manutenção, estabelecidas pela Portaria nº 2251/2011-MP/SGJ-TA, de 21/10/2011, de 11/11 a 10/12/2011, para gozo no período de 17/11 a 16/12/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 11 de novembro de 2011.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2365/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,

RESOLVE:

TRANSFERIR as férias do servidor RIDHER NOGUEIRA SÁ, Auxiliar de Administração, estabelecidas pela Portaria nº 3213/2010-MP/SGJ-TA, de 10/12/2010, em 1º a 30/12/2011, para gozo no período de 9/1 a 7/2/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 11 de novembro de 2011.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2366/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,

RESOLVE:

I - AUTORIZAR o servidor DENILSON DOS REIS PESSOA, Auxiliar de Serviços Gerais, gozar 30 (trinta) dias restantes de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 2546/2009-MP/SGJ-TA, de 1º/10/2009, referente ao triênio 2004/2007, no período de 9/1 a 7/2/2012.

II - AUTORIZAR o servidor JANILSON DA SILVA PEIXOTO, Auxiliar de Serviços Gerais, gozar 30 (trinta) dias, por conta dos 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 001/2011-MP/SGJ-TA, de 10/1/2011, referente ao triênio 2007/2010, no período de 17/11 a 16/12/2011.

III - AUTORIZAR o servidor MARCO ANTONIO AQUINO DE OLIVEIRA, Motorista, gozar 30 (trinta) dias, por conta dos 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 316/2003-SGMP, de 7/4/2003, referente ao triênio 2000/2003, no período de 17/11 a 16/12/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 11 de novembro de 2011.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2367/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,

RESOLVE:

I - DESIGNAR o servidor GILSON DIAS DA SILVA, Auxiliar de Administração, para responder pela função gratificada de Chefe de Apoio das Promotorias do Interior, durante as férias da titular, HELIANA MARIA DE FRANÇA MESSIAS FERREIRA, no período de 7 a 21/11/2011.

II - DESIGNAR o servidor JOSÉ CARLOS DE SOUZA VIEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer a função gratificada de Chefe do Serviço de Limpeza e Conservação, durante as férias da titular, GORETH ROCHA BORBA COSTA, no período de 7 a 11/11/2011.

III - DESIGNAR o servidor MARCOS GERSON MARIALVA ELISIÁRIO, Auxiliar de Administração, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento Médico-Odontológico, durante as férias da titular DANIELA SANTOS BARATA OLIVEIRA, no período de 3 a 11/12/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 11 de novembro de 2011.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2393/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAIA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4920/2011-MP/PGJ, de 16 de novembro de 2011,

RESOLVE:

I - DESIGNAR a servidora ALESSANDRA CRISTINE DE SÁ MEDEIROS, Auxiliar de Administração, para exercer a função gratificada de Secretária da Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa, durante o afastamento do titular, SÉRGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA JUNIOR, no período de 16 a 18/11/2011.

II - DESIGNAR o servidor DIOGO ALVARENGA SOLANO, Auxiliar de Administração, para exercer a função gratificada de Chefe de Unidade de Apoio às Procuradorias e Promotorias de Justiça, durante o afastamento da titular, MARIA ANGÉLICA PAULA DE FREITAS DE SOUZA, no período de 7/11 e 6/12/2011.

III - DESIGNAR a servidora SYLVIA CRISTINA FERREIRA LASSANCE DE CARVALHO, Auxiliar de Administração, para exercer a função gratificada de Secretária do Departamento de Obras e Manutenção, durante o afastamento do titular, SALOMÃO DONATO DE ARAÚJO NETO, no período de 3 a 10/11/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 17 de novembro de 2011.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça

área Técnico-Administrativa, em exercício

PORTARIA Nº 2416/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAIA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4920/2011-MP/PGJ, de 16 de novembro de 2011,

RESOLVE:

I - AUTORIZAR a servidora EDNA LÚCIA SOUZA DE SÁ, Auxiliar de Administração, gozar 19 (dezenove) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria nº 3209/2010-MP/SGJ-TA, de 10/12/2010 e suspensas pela PORTARIA Nº 153/2011-MP/SGJ-TA, de 12/1/2011, no período de 9 a 27/1/2012.

II - AUTORIZAR a servidora MAYLOR COSTA LÊDO, Técnico Especializado, gozar 12 (doze) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria nº 1490/2011-MP/SGJ-TA, de 12/7/2011 e suspensas pela PORTARIA Nº 2166/2011-MP/SGJ-TA, de 5/10/2011, no período de 9 a 20/1/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 18 de novembro de 2011.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça

área Técnico-Administrativa, em exercício

PORTARIA Nº 2417/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAIA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4920/2011-MP/PGJ, de 16 de novembro de 2011,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor EDSON GILET BRASIL, Assessor Especializado, a participar do IV Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, no período de 17 a 19/11/2011, no Rio de Janeiro/RJ.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 18 de novembro de 2011.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça

área Técnico-Administrativa, em exercício

PORTARIA Nº 2418/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAIA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4920/2011-MP/PGJ, de 16 de novembro de 2011,

RESOLVE:

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da servidora HELIANA MARIA DE FRANÇA MESSIAS FERREIRA, Operador de Telecomunicações, estabelecidas pela Portaria nº 2327/2011-MP/SGJ-TA, de 9/11/2011, no período de 7 a 21/11/2011, a contar de 16/11/2011, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 18 de novembro de 2011.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça

área Técnico-Administrativa, em exercício

PORTARIA Nº 2419/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAIA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4920/2011-MP/PGJ, de 16 de novembro de 2011,

RESOLVE:

AUTORIZAR a servidora MÁRCIA VANÉRIA DAMASCENO LOPES, Auxiliar de Administração, gozar 20 (vinte) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria nº 3209/2010-MP/SGJ-TA, de 10/12/2010 e suspensas pela PORTARIA Nº 105/2011-MP/SGJ-TA, de 19/1/2011, no período de 28/11 a 17/12/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 18 de novembro de 2011.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça

área Técnico-Administrativa, em exercício

PORTARIA Nº 2428/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAIA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4920/2011-MP/PGJ, de 16 de novembro de 2011,

RESOLVE:

I - CONCEDER à servidora MÁRCIA VIRGINIA VALLE RATH DE SOUZA FRANCO, Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional Judicial e Extrajudicial, 30 (trinta) dias, por conta dos 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, referentes ao triênio 2008/2011, de acordo com o art. 98 da Lei Estadual nº 5.810/94, para gozo no período de 9/1 a 7/2/2012.

II - CONCEDER ao servidor MÁRCIO JOSÉ ROCHA RODRIGUES, Auxiliar de Administração, 30 (trinta) dias, por conta dos 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, referentes ao triênio 2008/2011, de acordo com o art. 98 da Lei Estadual nº 5.810/94, para gozo no período de 9/1 a 7/2/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 18 de novembro de 2011.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça

área Técnico-Administrativa, em exercício

PORTARIA Nº 2431/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,

RESOLVE:

TRANSFERIR as férias do servidor JERÔNIMO ALVES DA SILVA, Auxiliar de Administração, estabelecidas pela Portaria nº 1228/2011-MP/SGJ-TA, de 2/6/2011, em 16/11 a 15/12/2011, para gozo no período de 9/1 a 7/2/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 21 de novembro de 2011.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2490/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
AUTORIZAR as servidoras ANA CHRISTINA BRAGA DE LEMOS, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, e ROSE ANNE CAMPELO DO NASCIMENTO, Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal, a participarem do VIII Congresso de Gestão de Pessoas, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos - Seccional Pará, no período de 24 a 26/11/2011, nesta Capital.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 28 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área Técnico-Administrativa

PORTARIA Nº 2493/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
II - DESIGNAR o servidor FERNANDO SILVA DE CARVALHO, Auxiliar de Administração, para exercer o cargo de Assistência Intermediária de Chefe de Divisão de Material, durante o afastamento da titular, SYMARÁ MENDES PIEDADE CUNHA, nos dias 10 e 11/11/2011.
II - DESIGNAR a servidora ELIENAI ARAÚJO DA SILVA SANTOS, Auxiliar de Administração, para exercer a função Gratificada de Chefe do Serviço de Compras, durante o impedimento do titular, FERNANDO SILVA DE CARVALHO, nos dias 10, 11 e 21/11/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 29 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2494/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
AUTORIZAR o servidor VANNER FERNANDES VASCONCELOS, Técnico - Analista de Sistemas - Suporte a Rede de Computadores, a participar da "Semana da Infraestrutura da Internet no Brasil", a ser realizado na cidade São Paulo/SP, no período de 29/11 a 3/12/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 29 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área Técnico-Administrativa

PORTARIA Nº 2497/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
DESIGNAR o servidor SILVIO CLAUDINO MENDES DA SILVA, Auxiliar de Administração, para exercer a função gratificada de Chefe do Serviço de Almoxarifado, durante o afastamento da titular, LILIANA NAZARETH DOS SANTOS PEREIRA, no período de 17 a 26/11/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 30 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2504/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
CONSIDERANDO a necessidade de se adotar critérios visando realizar uma fiscalização mais efetiva no que se refere à execução dos contratos de prestação de serviços firmados pelo Ministério Público;
R E S O L V E :
I - DESIGNAR o servidor MAURO CÉSAR CARVALHO DE CARVALHO para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço (ARP) nº 014/2011 da Empresa EICO – Sistemas e Controles Ltda – EPP, que tem como objeto o Registro de Preços para fornecimento e instalação de vidros para mesa.
II - Caberá ao servidor designado neste ato, a obrigação de anotar em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução da ARP supramencionada, devendo sugerir diretamente à Subprocuradoria-Geral de Justiça o que for necessário à manutenção da qualidade dos serviços contratados.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 30 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2508/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
I - AUTORIZAR o servidor ANTÔNIO DA SILVA MEDEIROS JÚNIOR, Auxiliar de Administração, gozar 30 (trinta) dias restantes de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 1163/2006-SGMP, de 4/7/2006, referente ao triênio 2003/2006, no período de 9/1 a 7/2/2012.
II - AUTORIZAR o servidor GERMANO LEITÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR, Auxiliar de Manutenção, gozar 30 (trinta) dias restantes de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 1556/2008-MP/SGJ-TA, de 8/8/2008, referente ao triênio 2005/2008, no período de 9/1 a 7/2/2012.
III - AUTORIZAR a servidora SABRINA BRABO DE ARAÚJO, Técnico Especializado, gozar 30 (trinta) dias restantes de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 283/2008-MP/SGJ-TA, de 1º/2/2008, referente ao triênio 1999/2002, no período de 9/1 a 7/2/2012.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 30 de novembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2509/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
I - AUTORIZAR a servidora LÚCIA MARIA ALVES TEIXEIRA COSTA, Auxiliar de Administração, gozar 30 (trinta) dias, por conta dos 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 2768/2010-MP/SGJ-TA, de 15/10/2010, referente ao triênio 2006/2009, no período de 9/1 a 7/2/2012.
II - AUTORIZAR a servidora MARIA APARECIDA FERREIRA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, gozar 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 904/2009-MP/SGJ-TA, de 24/4/2009, referente ao triênio 1998/2001, no período de 9/1 a 8/3/2012.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 1º de dezembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2510/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
I - AUTORIZAR a servidora MARIA DO SOCORRO FRANÇA CARVALHO, Auxiliar de Serviços Gerais, gozar 13 (treze) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria nº 3209/2010-MP/SGJ-TA, de 10/12/2010 e suspensas pela PORTARIA Nº 188/2011-MP/SGJ-TA, de 25/1/2011, no período de 9 a 21/1/2012.
II - AUTORIZAR a servidora ROSANA MARIA VASCONCELOS BOUTH CHAMIE, Assessor de Procurador, gozar 16 (dezesesseis) dias de férias restantes, estabelecidas pela Portaria nº 1357/2011-MP/SGJ-TA, de 21/6/2011 e suspensas pela PORTARIA Nº 1563/2011-MP/SGJ-TA, de 20/7/2011, no período de 9 a 24/1/2012.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 1º de dezembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2512/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
I - AUTORIZAR a servidora MARIA LUCINEIDE BARBOSA MONTEIRO, Técnico, a participar do Seminário de Direito Sanitário, no período de 22 a 23/11/2011, nesta Capital.
II - AUTORIZAR as servidoras JACKELINE MACHADO GOMES e RENATA CRISTINA DE MATOS MARTINS, Auxiliares de Administração, a participar do II Encontro de Ouvidoria Públicas do Estado do Pará, no dia 11/11/2011, nesta Capital.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 1º de dezembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área Técnico-Administrativa

PORTARIA Nº 2515/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
AUTORIZAR o servidor MÁRCIO DE MIRANDA BRAGA, Auxiliar de Administração, gozar 30 (trinta) dias, por conta dos 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, concedidos pela Portaria nº 792/2008-MP/SGJ-TA, de 5/5/2008, referente ao triênio 2004/2007, no período de 2 a 31/12/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 1 de dezembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2519/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
AUTORIZAR a servidora MARIA DA VITÓRIA MOTTA MELO DA ROCHA, Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional Judicial e Extrajudicial, gozar 19 (dezenove) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria nº 3209/2010-MP/SGJ-TA, de 10/12/2010 e suspensas pela PORTARIA Nº 1504/2011-MP/SGJ-TA, de 12/7/2011, no período de 16/1 a 3/2/2012.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 2 de dezembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2521/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
AUTORIZAR os servidores FLORIANO KENJI YOKOYAMA, MARCO VALÉRIO DE ALBUQUERQUE VINAGRE e RENATO ALBUQUERQUE CHAVES, participarem do Curso "Composição de Custos e Formação de Preços de Serviços", no período de 28 a 30/11/2011, nesta Capital.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 2 de dezembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área Técnico-Administrativa

PORTARIA Nº 2532/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
DESIGNAR o servidor ADRIANO SILVA DE ARRUDA, Auxiliar de Administração, para exercer o cargo de Assistência Intermediária de Chefe da Divisão de Processos Criminais, em virtude da viagem do Sr. JORGE MÁRIO DANTAS BOUTH, no período de 1º a 20/12/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 5 de dezembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2534/2011-MP/SGJ-TA
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :
SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do servidor MOISÉS BARCESSAT, Técnico Especializado, estabelecidas pela Portaria nº 2213/2011-MP/SGJ-TA, de 17/10/2011, no período de 17/11 a 16/12/2011, a contar de 1º/12/2011, para gozo oportuno.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 5 de dezembro de 2011.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça
área Técnico-Administrativa

PORTARIA Nº 2535/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :

AUTORIZAR o servidor JODER LUIZ DA SILVA AZEVEDO, Auxiliar de Serviços Gerais, gozar 30 (trinta) dias de férias, estabelecidas pela Portaria nº 1005/2011-MP/SGJ-TA, de 5/5/2011 e suspensas pela PORTARIA Nº 1552/2011-MP/SGJ-TA, de 19/7/2011, no período de 9/1 a 7/2/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 5 de dezembro de 2011.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2536/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :

AUTORIZAR a servidora ELAINE CRISTINA NASCIMENTO DO NASCIMENTO, Auxiliar de Administração, gozar 16 (dezesesseis) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria nº 1051/2011-MP/SGJ-TA, de 11/5/2011 e suspensas pela PORTARIA Nº 2209/2011-MP/SGJ-TA, de 17/10/2011, no período de 30/1 a 14/2/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 5 de dezembro de 2011.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 2537/2011-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, JORGE DE MENDONÇA ROCHA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1070/11-MP/PGJ, de 21 de março de 2011,
R E S O L V E :

CONCEDER ao servidor RICARDO GIL CASTELLO BRANCO, Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional Judicial e Extrajudicial, 30 (trinta) dias de Licença-Prêmio, referentes ao triênio 2008/2011, de acordo com o art. 98 da Lei Estadual nº 5.810/94, para gozo no período de 9/1 a 7/2/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 5 de dezembro de 2011.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa

PORTARIAS PGJ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326120

PORTARIA Nº 5562/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Procurador de Justiça CLÁUDIO BEZERRA DE MELO, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2010/2011, e autorizar o gozo de 30 (trinta) dias, no período de 1º/2 a 1º/3/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5563/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Procurador de Justiça LUIZ CÉSAR TAVARES BIBAS, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2011/2012, e autorizar o gozo de 30 (trinta) dias, no período de 1º/2 a 1º/3/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5564/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Procurador de Justiça GERALDO DE MENDONÇA ROCHA, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2010/2011, e autorizar o gozo no período de 9/1 a 8/3/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5601/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Procurador de Justiça FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2010/2011, e autorizar o gozo no período de 9/1 a 7/2/2012 e 1º a 30/6/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 14 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5602/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER à Procuradora de Justiça DULCELINDA LOBATO PANTOJA, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2010/2011, e autorizar o gozo no período de 9/1 a 8/3/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 14 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5603/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER à Procuradora de Justiça MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2011/2012, e autorizar o gozo no período de 9/1 a 8/3/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 14 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5604/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Procurador de Justiça RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2011/2012, e autorizar o gozo de 30 (trinta) dias, no período de 9/1 a 7/2/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 14 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5605/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER à Procuradora de Justiça EDNA GUILHERMINA SANTOS DOS SANTOS, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2010/2011, e autorizar o gozo no período de 9/1 a 8/3/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 14 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5606/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Procurador de Justiça MIGUEL RIBEIRO BAÍA, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2011/2012, e autorizar o gozo de 30 (trinta) dias, no período de 9/1 a 7/2/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 14 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5607/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Procurador de Justiça HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2010/2011, e autorizar o gozo no período de 2/5 a 30/6/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 14 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5608/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER à Procuradora de Justiça UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2010/2011, e autorizar o gozo no período de 9/1 a 8/3/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 14 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5666/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER à Procuradora de Justiça MARIA DA GRAÇA AZEVEDO DA SILVA, 60 (sessenta) dias de férias regulamentares referentes ao exercício 2011/2012, e autorizar o gozo nos períodos de 9/1 a 7/2/2012 e 2 a 31/5/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 16 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5697/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

SUSPENDER, as férias do Promotor de Justiça RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES, estabelecidas pela Portaria nº 5236/2011-MP/PGJ, de 21/11/2011, no período de 7/11 a 8/12/2011, a contar de 21/11/2011 e autorizar o gozo de 18 (dezoito) dias restantes de férias no período de 1º a 18/12/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 19 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5709/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

AUTORIZAR à Promotora de Justiça MARILÚCIA SANTOS SALES, gozar 30 (trinta) dias de férias, concedidas pela Portaria nº 2780/2011-MP/PGJ, de 4/7/2011, no período de 9/1 a 7/2/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 19 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5712/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER à Promotora de Justiça ROSANA CORDOVIL CORRÊA DOS SANTOS, licença para tratamento de saúde, no período de 5 a 19/12/2011, com fulcro no art. 130 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 19 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5622/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 268/2011-MP/PJB/2º Cargo, datado de 5/12/2011, protocolizado sob o nº 49226/2011, em 5/12/2011,

CONSIDERANDO os termos do art. 3º e seu parágrafo único, da Resolução nº 008/2007-MP/CPJ, de 22/10/2007 e os termos da Portaria nº 3486/2008-MP/PGJ, de 24/11/2008, que trata do processo democrático para eleição do Coordenador e Vice-Coordenador das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior,

R E S O L V E :

DESIGNAR os Promotores de Justiça BEZALIEL CASTRO ALVARENGA e VIVIANA DOS SANTOS COUTO DELAQUIS PEREZ para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem, respectivamente, a função de Coordenador e Vice-Coordenador das Promotorias de Justiça de Benevides, no período de 9/1 a 31/12/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 15 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

CONTINUA NO CADERNO 16

Caderno 16

SEXTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2011

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 5657/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a designação da Promotora de Justiça Valéria Porpino Nunes Iannuzzi para atuação no município de Ananindeua, de acordo com o art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça SAMUEL FURTADO SOBRAL para, até 31/12/2011, exercer o 1º cargo de Promotor de Justiça de Alenquer, em virtude da atuação da Promotora de Justiça VALÉRIA PORPINO NUNES IANNUZZI no município de Ananindeua, a contar de 1º/12/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 16 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5661/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o teor do ofício nº 593/2011/MP- 4ª PJ IJ, datado em 18/11/2011 e protocolizado em 21/11/2011 sob o nº 46722/2011, da lavra da Promotora de Justiça REGIANE BRITO COELHO OZANAN, que solicita designação para uma das Promotorias de Ananindeua, em razão de saúde de sua filha de dois anos e sete meses, conforme os diversos laudos médicos apresentados;

CONSIDERANDO que os laudos médicos confirmam a necessidade de a criança ter acompanhamento médico semanal de neurologia, reabilitação multiprofissional (fisioterapia, fonoterapia, hidroterapia);

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição Federal de 1988; CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, no art. 226 assegura à família especial proteção do Estado, e no art. 227 consigna que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à dignidade e outros direitos básicos; CONSIDERANDO a determinação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) constante do Relatório Conclusivo da Inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público, no sentido de que todos os membros deste Parquet devem retornar as suas Promotorias de Justiça de origem;

CONSIDERANDO que só, excepcionalmente, o Promotor de Justiça pode exercer suas atribuições em Promotoria de Justiça diversa da qual for titular;

CONSIDERANDO que no Pólo Administrativo Belém II existe inúmeros cargos vagos o que justifica a designação de membros para assegurar a continuidade de serviços ministeriais,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça REGIANE BRITO COELHO OZANAN para exercer os 3º e 4º cargos de Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua, a contar de 3/12/2011, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 16 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5662/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, combinado com o art. 24, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o aviso de inscrição para designação em regime de acumulação para as Promotorias de Justiça de Ananindeua; CONSIDERANDO o rol dos inscritos e o critério de antiguidade observado;

CONSIDERANDO que o Promotor de Justiça Alexandre Marcus Fonseca Tourinho inscreveu-se para acumulação do 2º cargo da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua; CONSIDERANDO as sugestões apresentadas pelo Sr. Coordenador das Promotorias de Justiça de Ananindeua Dr. Edivar Cavalcante Lima Junior,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça ALDO DE OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE para, até 29/2/2012, exercer o 1º cargo de Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, a contar de 7/12/2011, sem prejuízo de suas atribuições no município de Maracanã.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 16 de dezembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

Municípios

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326242 COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Aviso de homologação da Tomada de Preço nº 004-PMO/2011. Objeto: Contratação de empresa de engenharia com fornecimento de mão de obra e material de primeira qualidade para execução de obra de construção de uma escola com 02 (duas) salas de aula, na Comunidade Bacabal- médio Rio Trombetas - zona rural do município de Oriximiná- PA, conforme especificado nas plantas, planilhas e memorial descritivo (anexo I). Vencedor: MONTEIRO & FIGUEIRA SERVIÇOS LTDA no valor de R\$- 196.766,33, homologado dia 26/12/2011 na forma da Lei 8.66/93-Luiz Gonzaga Viana Filho – Prefeito Municipal
Extrato do Contrato: 222/2011 - MONTEIRO & FIGUEIRA SERVIÇOS LTDA no valor de R\$-196.766,33 Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná. Objeto: Contratação de empresa de engenharia com fornecimento de mão de obra e material de primeira qualidade para execução de obra de construção de uma escola com 02 (duas) salas de aula, na Comunidade Bacabal- médio Rio Trombetas - zona rural do município de Oriximiná- PA, conforme especificado nas plantas, planilhas e memorial descritivo (anexo I). Vigência: 150 (cento e cinquenta) meses. Data assinatura: 27/12/2011. Joseane de Oliveira Seixas – Pregoeira.

Aviso de homologação da Tomada de Preço nº 005-PMO/2011. Objeto: Contratação de empresa de engenharia com fornecimento de mão de obra e material de primeira qualidade para execução de obra de construção de uma escola com 08 (oito) salas de aula, sala de informática e biblioteca no Bairro Novo Horizonte - zona urbana do município de Oriximiná- PA, conforme especificado nas plantas, planilhas e memorial descritivo (anexo I).. Vencedor: MONTEIRO & FIGUEIRA SERVIÇOS LTDA no valor de R\$-790.159,46, homologado dia 27/12/2011 na forma da Lei 8.66/93-Luiz Gonzaga Viana Filho – Prefeito Municipal

Extrato do Contrato: 223/2011 - MONTEIRO & FIGUEIRA SERVIÇOS LTDA no valor de R\$-790.159,46 Contratante: Contratação de empresa de engenharia com fornecimento de mão de obra e material de primeira qualidade para execução de obra de construção de uma escola com 08 (oito) salas de aula, sala de informática e biblioteca no Bairro Novo Horizonte - zona urbana do município de Oriximiná- PA, conforme especificado nas plantas, planilhas e memorial descritivo (anexo I). Vigência: 150 (cento e cinquenta) dias. Data assinatura: 28/12/2011. Joseane de Oliveira Seixas – Pregoeira.

Aviso de homologação da Tomada de Preço nº 006-PMO/2011. Objeto: Contratação de empresa de Engenharia com fornecimento de mão de obra e material de primeira qualidade para execução de obra de construção de uma escola de ensino infantil, localizada no Bairro de São Pedro. Vencedor: CONSULTEC – Consultoria & Tecnologia Ltda - EPP no valor de R\$-1.496.985,00, homologado dia 28/12/2011 na forma da Lei 8.66/93-Luiz Gonzaga Viana Filho – Prefeito Municipal

Extrato do Contrato: 224/2011 - CONSULTEC – Consultoria & Tecnologia Ltda - EPP no valor de R\$-1.496.985,00 Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná Objeto: Contratação de empresa de Engenharia com fornecimento de mão de obra e material de primeira qualidade para execução de obra de construção de uma escola de ensino infantil, localizada no Bairro de São Pedro. Vigência: 10 (dez) meses. Data assinatura: 28/12/2011. Joseane de Oliveira Seixas – Pregoeira.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326209 PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA TERMO ADITIVO A CONTRATO TERMO ADITIVO: 1º

Data da assinatura: 28/12/2011.

Objeto: Prestação de Serviços de Transporte Escolar.

Justificativa: Prorrogação de prazo, motivado pelo calendário escolar estendido devido à greve de funcionários do estado.

Vigência: 01/01/2012 a 31/01/2012.

Contrato nº 308/2011-PMI-SEMED

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 008-2011-PMI.

Contratante: Prefeitura Municipal de Irituia.

Contratado: Comercio e Serviços de Engenharia Ltda-EPP.

Dotação Orçamentária: 12.122.0037.2.0070 – Manutenção da Secretaria de Educação / 12.361.0410.2.0090 – Manutenção do Ensino Fundamental / 12.361.0410.2.0160 – Manutenção do Salário Educação QSE / 12.361.0410.2.0180 – Manutenção do Transporte Escolar / 12.361.0410.2.0110 – Manutenção do Fundeb Fundamental 40% / 12.366.0410.2.0130 – Manutenção do Fundeb EJA 40% - 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Fonte: Convênio nº 276/2011-SEDUC / PNATE Federal / FUNDEB.

Walcir Oliveira da Costa – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA DO PARA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326201 TOMADA DE PREÇOS Nº 311001/2011 – CPL EXTRATO DE CONTRATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA DO PARA, cumprindo o disposto no art. 61 parágrafos único da Lei Federal nº 8.666/93, faz publicar os seguintes extratos de contratos administrativos. OBJETO: Aquisição de Pneus e peças; Locação de Veículos , Convênio nº. 279/2011 PMSB/SEDUC. VIGÊNCIA: 08.11.2011 a 31.01.2012. Empresas: EQUIPA MULTISERV LTDA-ME; CNPJ: 02.855.376/0001-03: Valor R\$ 26.568,00: Contrato Nº 081102/2011 e MS MULTISERV & TRANSP DO PARÁ LTDA; CNPJ: 10.676.774/0001-90: Valor R\$ 58.050,00: Contrato Nº 081101/2001.

NILSON FERREIRA DOS SANTOS-Secr.Munic. de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 160101/2012 – CPL

TP n.160101/2012, objeto:Locação de Veículo para Serviço de Transporte Escolar, fará realizar licitação na modalidade, tipo “Menor Preço por Item” às 08h00min, 16 de Janeiro de 2012.O edital encontra-se disponível na sala da CPL sito Rod. Augusto Meira Filho, km 17, s/n – Santa Bárbara do Pará pelo valor de R\$ 200,00, das 08:00 às 12:00.CRISLENE PANTOJA GOUVEA Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326224

A PMSMG vem através do Pregoeiro Oficial, tornar público o Extrato do Pregão Presencial SRP tipo menor Preço Por Lote Nº. 001/2012. Objeto: Aquisição de medicamentos, odontológicos e materiais técnicos, para atender a Secretaria e Fundo Municipal de Saúde. O edital completo estará disponível a partir do dia 29/12/2011, na Sede da Prefeitura, na sala da Comissão de Licitação de segunda à sexta feira das 08:00 às 12:00 horas, valor R\$ 50,00. Recebimento e abertura das propostas dia 11/01/2012 às 08:00 horas.

A PMSMG vem através do Pregoeiro Oficial, tornar público o Extrato do Pregão Presencial SRP tipo menor Preço Por Lote Nº. 002/2012. Objeto: Aquisição de Material Permanente para atender as Secretarias e Fundos Municipais. O edital completo estará disponível a partir do dia 23/12/2011, na Sede da Prefeitura, na sala da Comissão de Licitação de segunda à sexta feira das 08:00 às 12:00 horas, valor R\$ 50,00. Recebimento e abertura das propostas dia 11/01/2012 às 10:00 horas.

A PMSMG vem através do Pregoeiro Oficial, tornar público o Extrato do Pregão Presencial para Registro de Preço de MENOR PREÇO GLOBAL Nº. 003/2012. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de acesso a internet banda larga wireless, compreendendo logística, instalação e manutenção de estação de Trabalho, para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos Municipais. O edital completo estará disponível a partir do dia 23/12/2011, na Sede da Prefeitura, na sala da Comissão de Licitação de segunda à sexta feira das 08:00 às 12:00 horas, valor R\$ 50,00. Recebimento e abertura das propostas dia 11/01/2011 às 12:00 horas. Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326307
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
RETIFICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação comunica a retificação da publicação realizada no dia 13/12/2011 no IOEPA nº32054. Número da publicação 318455. Onde se lê: CONTRATO Nº 132 -PP039/2011. Partes: Secretaria Municipal de Educação e Desporto/A.A. Rabelo Comércio e Transporte - ME Leia-se: CONTRATO Nº 142 -PP039/2011. Partes: Secretaria Municipal de Educação e Desporto/A.A. Rabelo Comércio e Transporte - ME Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
Secretaria Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326308
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
RETIFICAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação e Desporto comunica a retificação da publicação no dia 22/12/2011 no IOEPA nº32.061. Número da publicação 323019. Onde se lê: CONTRATO Nº 142/2011 – PP040/2011. Partes: Secretaria Municipal de Educação de Educação e Desporto/ Vitória Serviços Sanitários LTDA – ME. Leia-se: CONTRATO Nº 143/2011 – PP040/2011. Partes: Secretaria Municipal de Educação e Desporto/ Vitória Serviços Sanitários LTDA – ME.
Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326309
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

-Terceiro Termo Aditivo do contrato nº150/2009. Partes: Secretaria Municipal de Educação e Desporto/ PROJEÇÃO ENGENHARIA LTDA. Finalidade: acréscimo de R\$-51.309,34 (Cinquenta e um mil trezentos e nove reais e trinta e quatro centavos) e Prorrogação do prazo: 01/07/2011 a 01/01/2012, Cláusulas II e III do Contrato original. Fundamentação: Artigo 57, §1º, inciso II e Artigo 65, inciso II, §1º, da Lei nº 8.666 e alterações posteriores.

-Quarto Termo Aditivo do Contrato nº151/2009. Partes: Secretaria Municipal de Educação e Desporto/ ELLERES ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Finalidade: acréscimo de R\$-53.286,13 (Cinquenta e três mil duzentos e oitenta e seis reais e treze centavos) e Prorrogação do prazo: 01/07/2011 a 01/01/2012, Cláusulas II e III do Contrato original. Fundamentação: Artigo 57, §1º, inciso II e Artigo 65, inciso II,

§1º, da Lei nº 8.666 e alterações posteriores.
Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
Secretária Municipal de Educação e Desporto

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326310
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

-Terceiro Termo Aditivo do contrato nº 107/2010. Partes: Secretaria Municipal de Educação e Desporto/ TIETÊ PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. Finalidade: Alteração da Cláusula III do Contrato original. Prazo: 03/12/2011 a 03/01/2012. Fundamentação: Artigo 57, §1º, inciso II da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
Secretária Municipal de Educação e Desporto

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326333
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA DO PARÁ/PA
TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 210104

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 22/12/2011
Valor: R\$ 25.073,05
Vigência: Até 31/12/2011
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Acréscimo no valor contratual de acordo com que prescreve o artigo 65, inc.I alínea “a” da Lei 8.666/93.
Contrato: 020
Exercício: 2011
Orçamento:

Natureza da despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
3390390000 1236104032038 Federal
Contratado: COOPERATIVA DE TRANSPORTE ALTERNATIVO E ESCOLAR DO MUNICIPIO DE ITUPIRANGA – COOTAEMI
Endereço: Av. 14 de julho, nº 12, Bairro: Centro
CEP: 68.580-000 – Itupiranga / PA
Ordenador : MARIA RIBEIRO DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326268
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 039/2011-CPL/PMB/SECON
A Prefeitura Municipal de Belém – PMB, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público a revogação da Concorrência Pública Nº. 039/2011 - SECON Contratação de Empresa de Engenharia para Requalificação da Feira e Reforma do Mercado da Bandeira Branca – localizada na Avenida Almirante Barroso esquina com Avenida Doutor Freitas, bairro do Marco, para melhor adequação do objeto ao interesse da administração pública.
Belém/PA, 29 de dezembro de 2011.
Suely Costa Lima de Melo
Presidente da CPL - PMB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326281
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA
Nº. 037/2011-CPL/PMB/SECON

A Prefeitura Municipal de Belém – PMB, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público a revogação da Concorrência Pública Nº. 037/2011-SECON cujo objeto é Contratação de Empresa Especializada na Execução da Obra de Requalificação e Revitalização Urbana da Rua Santo Antônio trecho compreendido entre a Avenida Presidente Vargas e Travessa Primeiro de Março – ‘Projeto Rua Coberta’- SECON, para melhor adequação do objeto ao interesse da administração pública.
Belém/PA, 29 de dezembro de 2011.
Suely Costa Lima de Melo
Presidente da CPL - PMB

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326352

Aviso de Chamada Pública. Objeto: Pré-Qualificar empresas do ramo da construção civil para apresentação de proposta à Caixa Econômica Federal para construção de habitação de interesse social, para famílias com renda de até 03 (três) salários mínimos, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida 2, instituído pela Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, nal qual foi convertida na Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009, regulamentado pelos Decretos nºs 6.8919 e 6.820, de 13 de abril de 2009, e pelo Decreto nº 6.962 de 17 de setembro de 2009 e operado pela Caixa Econômica Federal. ABERTURA: 23 de janeiro de 2012, às 15:00 horas. LOCAL: Sala da CPL, Prédio

do Centro Administrativo, 1º Andar, Folha 32, Quadra 07, Lote 19, Nova Marabá, Cidade Marabá-PA. Fabio Sabino de Oliveira Rodrigues - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ

Aviso de Licitação Pregão Presencial n.º 001/2011-CEL/SEVOP/PMM, Processo Licitatorio n.º 059/2011/CEL/SEVOP/ PMM, tipo menor preço por lote, Data do certame: 12/01/2012 às 15h00min horário local. Objeto: aquisição de materiais, destinados a suprir as necessidades da defesa civil do município de marabá/pará, destinado à construção de abrigos públicos p/ os desabrigados atingidos pelas cheias dos rios tocantins e itacaiúnas, conforme especificações do edital. Integra do Edital: Sala da CEL/SEVOP/PMM - Prédio Da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Rod. BR-230 (antiga Rod. Transamazônica) - km 5,5 – bairro: Nova Marabá – Marabá/Pará. Fone: (94) 3322-2827/3322-3092, das 08h00min às 14h00min, ou pelo e-mail: cel.sevop.maraba@hotmail.com.

Aviso de Licitação - Pregão Presencial n.º 002/2011-CEL/SEVOP/PMM, Processo Licitatorio n.º 060/2011/CEL/SEVOP/ PMM, tipo menor preço por lote, Data do certame: 13/01/2012 às 15h00min horário local. Objeto: aquisição de peças, destinadas a manutenção dos maquinarios da secretaria municipal de viação e obras públicas – SEVOP, conforme especificações do edital. Integra do Edital: Sala da CEL/SEVOP/PMM - Prédio Da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Rod. BR-230 (antiga Rod. Transamazônica) - km 5,5 – bairro: Nova Marabá – Marabá/Pará. Fone: (94) 3322-2827/3322-3092, das 08h00min às 14h00min, ou pelo e-mail: cel.sevop.maraba@hotmail.com.. Fábio Passos Spanner - Presidente-CEL/SEVOP/PMM

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 324609
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº01/2011-CEL/PMM/SEMED
HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

Considerando o julgamento da Comissão Especial de licitação, que realizou o PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2011-CEL/PMM/SEMED, acolho seu resultado na íntegra, homologando o Processo Nº09/2011-CEL/PMM/SEMED, onde sagrou-se vencedora a empresa BGX TECNOLOGIA LTDA. , nas quantidades estimadas do Lote 01, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório , sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, DecretoMunicipal que regulamentou o Registro de Preços no Município, pela lei 10.520/02 e pelas condições e em conformidade com o edital que originou o respectivo pregão. Marabá, 30 de Dezembro de 2011
NEY CALANDRINI DE AZEVEDO
Secretário Municipal de Educação de Marabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº02/2011-CEL/PMM/SEMED
HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

Considerando o julgamento da Comissão Especial de licitação, que realizou o PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2011-CEL/PMM/SEMED, acolho seu resultado na íntegra, homologando o Processo Nº10/2011-CEL/PMM/SEMED, onde sagrou-se vencedora a empresa BGX TECNOLOGIA LTDA. , nas quantidades estimadasnos Lotes 01 e 02, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório , sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, DecretoMunicipal que regulamentou o Registro de Preços no Município, pela lei 10.520/02 e pelas condições e em conformidade com o edital que originou o respectivo pregão. Marabá, 30 de Dezembro de 2011
NEY CALANDRINI DE AZEVEDO
Secretário Municipal de Educação de Marabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326357
EXTRATO DE CONVÊNIO

Concedente – Município de Óbidos-Prefeitura Municipal de Óbidos. Conveniente – Fundação de Apoio Tecnológico, Pesquisa e Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará –FUNCEFET/PA . Objeto – Prestação de Serviço de levantamento topográfico, sondagem de solo e elaboração do Projeto arquitetônico, estrutural, elétrico, logístico, hidro-sanitário, para a construção do prédio do IFPA, no município de Óbidos-Pa. Valor Total – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Dados Orçamentários- Assinatura – 28/11/2011. Vigência -28/11/2011 a 28/02/2012. CONVÊNIO Nº 001/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326359

Retificação: Em publicação nº 32066, veiculada em 29/12/2011, onde se lê: "Empresa vencedora: KSB Eletronica Ltda EPP – CNPJ: 05.452.754/0001-04". Leia-se "Empresas Vencedoras: KSB Eletronica Ltda EPP – CNPJ: 05.452.754/0001-04 e Rei dos Instrumentos Musicais – CNPJ: 02.307.815/0001-43.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE/
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASTANHAL-SESMA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325862
PREGÃO PRESENCIAL Nº PP.2011.002.FMS.SESMA**

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente/Fundo Municipal de Saúde de Castanh​al-SESMA.
Objeto: aquisição de material técnico/correlato para atender a SESMA. Data, Hora e Local da Abertura: 12.01.2012, às 10:00 horas, na sala de reuniões da Assessoria de Licitação, localizada na Secretaria Municipal de Saúde – SESMA, na Trav. Cônego Leitão, 1943 – Centro, município de Castanh​al/Pará.
Edital e informações: das 08:00 as 14:00h, no mesmo endereço supra, onde o Edital poderá ser obtido isento de qualquer taxa, mediante gravação em CD IOPEAvirgem, fornecido pelo interessado que se identificar. Telefone: (91) 3721-4261/9269-3917
Castanh​al/PA, 26 de dezembro de 2011.
Marinete do S. R. Gomes
Pregoeira/FMS.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325917
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**
Aviso de homologação e adjudicação. Modalidade: PP 015-PMO/2011. Objeto: Aquisição de material de consumo (gêneros de alimentação, copa cozinha, cama, mesa e banho, elétrico e eletrônico, material de processamento de dados, expediente, educativo e esportivo, festividade e homenagem, condicionamento e embalagem, material de limpeza e produtos de higienização) e equipamento de material permanente (mobiliário em geral, equipamento de processamentos de dados, máquinas, utensílios e equipamentos diversos e outros materiais permanentes) destinados atender a Secretaria Municipal de Educação deste Município. Empresas Vencedoras: Pará Vendas Serviços Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda, no valor: R\$ 465.698,15, Rosa de Souza Nogueira ME, no valor de R\$ 385.315,00, Nova Era Comércio de Móveis Ltda EPP, no valor de R\$ 818.080,00, S. da Costa Bentes ME, no valor de R\$ 417.057,38, C. de O Brito ME, no valor R\$ 264.131,31 e Comap-Comércio de Alimento Produtos Serviços Ltda, no valor de R\$ 3.599.960,00. Conforme mapa comparativo anexado aos autos homologa a Licitação na forma da Lei 8.66/93-Luiz Gonzaga Viana Filho, 20 de dezembro de 2011.

Origem: Pregão Presencial PP-015/2011. Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná. Contrato nº 216/2011. Contratada: Comap- Comércio de Alimento Produtos Serviços Ltda, no valor de R\$ 3.599.960,00 (três milhões quinhentos e noventa e nove mil novecentos e sessenta reais); Contrato nº 217/2011. Contratada: Nova Era Comércio de Móveis Ltda EPP, no valor de R\$ 818.080,00 (oitocentos e dezoito mil e oitenta reais); Contrato nº 218/2011. Empresa Contratada: Pará Vendas Serviços Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda, no valor: R\$ 465.698,15 (quatrocentos e sessenta e cinco mil seiscentos e noventa e oito reais e quinze centavos); Contrato nº 219. Empresa Contratada: Rosa de Souza Nogueira ME, no valor de R\$ 385.315,00 (trezentos e oitenta e cinco mil trezentos e quinze reais); Contrato nº 220/2011. Empresa Contratada: C. de O Brito ME, no valor R\$ 264.131,31(Duzentos e sessenta e quatro mil cento e trinta e um reais e trinta e um centavos); e Contrato nº 221/2011. Empresa Contratada: S. da Costa Bentes ME, no valor de R\$ 417.057,38 (quatrocentos e dezessete mil cinqüenta e sete reais e trinta e oito centavos. Objeto: Aquisição de material de consumo (gêneros de alimentação, copa cozinha, cama, mesa e banho, elétrico e eletrônico, material de processamento de dados, expediente, educativo e esportivo, festividade e homenagem, condicionamento e embalagem, material de limpeza e produtos de higienização) e equipamento de material permanente (mobiliário em geral, equipamento de processamentos de dados, máquinas, utensílios e equipamentos diversos e outros materiais permanentes) destinados atender a Secretaria Municipal de Educação deste Município; Vigência: 22/12/2011 a 31/12/2011, Data assinatura: 22/05/2011.Joseane Seixas/Pregoeira.
Aviso de homologação e adjudicação. Modalidade: nº Carta **Convite nº 226-A-PMO/2011.** Objeto: Contratação de empresa com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de serviço de reforma da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Israel na Comunidade do Ajudante zona rural através da Secretaria Municipal de Educação deste Município. Vencedora empresa GM Coelho Serviços e Comércio Ltda- Me. Valor R\$ 114.569,87. Conforme mapa comparativo anexado aos auto, homologo a Licitação na forma da Lei 8.66/93-Luiz Gonzaga Viana Filho, 18 de novembro de 2011.

Extrato do Contrato nº 212/2011 da Carta Convite nº 226-A-PMO/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná. Objeto: Contratação de empresa com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de serviço de reforma da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Israel na Comunidade do Ajudante Zona Rural através da Secretaria Municipal de Educação deste Município. Contratada: GM Coelho Serviços e Comércio Ltda- Me. Valor R\$ 114.569,87 (cento e quatorze mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Vigência: 90 (noventa) dias. Data assinatura: 21/11/2011.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAINHA/PA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325933
RESULTADO DE LICITAÇÃO**
MOD: P/P 005/11/SEMED. OBJ: Aquis.de 5.000 Livros de Ens. Afro-Brasileiro p/ Alunos do 2º ao 9º Ano do Ens. Fund. ABERT: 24/11/11 8h. VENC: Editora Tapajós Ltda.-ME, CNPJ: 13.005.221/0001-02 V: R\$ 295.000,00.Raimundo N. da S. Monteio – Pregoeiro. MOD.: T/P005/11/SEMED. OBJ: Const. de Escola em Madeira com 03 Salas na Comum. São Joaquim Rio Purus. ABERT: 09/12/11. 08h. VENC: Nova Aliança Const. Com. e Serv. Ltda. EPP, CNPJ: 05.454.092/0001-01 V:R\$ 269.592,22. MOD: T/P 006/2011/SEMED. OBJ: Const. de Escola em Alvenaria com 04 Salas na Comun.Santa Cruz. ABERT: 28/07/11. 12h. VENC: Const. Gonçalves Com. e Serv. Ltda. EPP, CNPJ: 12.159.908/0001-21. V: R\$ 321.000,00-Mário A. de Souza-CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARGOMINAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326071
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 016/2011-PMP/TRANSPORTES CALIMAN LTDA.**Obj: Aquis. de Passes Escolares que serão utilizados pelos alunos matriculados nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, resid. nos Km 11, 12, 15, Nagibão I, II, III, Transul, Pandolf, Condomínio Rural, Col. do Uraim, Residencial Morada do Sol I e II e Vale Transporte para os funcionários Administrativo e Professores da Rede Mun. de Ensino, durante o exercício/2012. Pgm.:21/09/11. Paulo Pombo Tocantins - Prefeito em Exercício.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ/PA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326098
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0001/2012**
OBJETO: Aquisição de combustíveis e lubrificantes - TIPO: Menor Preço - DATA DA ABERTURA: 10/01/2012 - HORÁRIO: 09:00h:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0002/2012
OBJETO: Fornecimento de carteiras escolares, jogo de mesas com cadeiras para professores, armários e quadros escolares, destinados a estruturação das Escolas do Município de Porto de Moz/PA - TIPO: Menor Preço - DATA DA ABERTURA: 10/01/2012 - HORÁRIO: 10:45h:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0003/2012
OBJETO: Aquisição passagens aéreas - TIPO: Menor Preço - DATA DA ABERTURA: 10/01/2012 - HORÁRIO: 14:30h:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0004/2012
OBJETO: Aquisição de material de construção - TIPO: Menor Preço - DATA DA ABERTURA: 11/01/2012 - HORÁRIO: 09:00h:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0005/2012
OBJETO: Aquisição de material permanente e utilitários - TIPO: Menor Preço - DATA DA ABERTURA: 11/01/2012 - HORÁRIO: 14:30h:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0006/2012
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza e descartáveis - TIPO: Menor Preço - DATA DA ABERTURA: 12/01/2012 - HORÁRIO: 09:00h:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0007/2012
OBJETO: Confecção de Impressos gráficos - TIPO: Menor Preço - DATA DA ABERTURA: 12/01/2012 - HORÁRIO: 14:00h:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0008/2012
OBJETO: Aquisição de material de expediente, material de informática e recarga de cartuchos e aquisição de cartuchos originais e fitas - TIPO: Menor Preço - DATA DA ABERTURA: 12/01/2012 - HORÁRIO: 16:00h:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0009/2012
OBJETO: Aquisição de materiais esportivos - TIPO: Menor Preço - DATA DA ABERTURA: 13/01/2012 - HORÁRIO: 09:00h:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0010/2012
OBJETO: Aquisição de utensílios de cozinha e limpeza - TIPO: Menor Preço - DATA DA ABERTURA: 13/01/2012 - HORÁRIO: 14:30h:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0011/2012
OBJETO: Fornecimento de Gás liquefeito de Petróleo (GLP) vasilhame (gás de cozinha) - TIPO: Menor Preço - DATA DA ABERTURA: 13/01/2012 - HORÁRIO: 16:30h: - OBS: LOCAL PARA INFORMAÇÕES e RETIRADA DO EDITAL: Sala de Licitações, Av. 19 de Novembro, 1610, Bairro Centro, Porto de Moz/PA das 08:00 horas as 12:00 horas. Porto de Moz/PA, 29 de dezembro de 2012.
Pregoeiro

**EXTRATO DE CONTRATO 20110517 SEMED
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326244
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO**
CONTRATO Nº: 20110517
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2011-034SEMED
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA(O): M. M. COM. EQUIP. INFORMATICA LTDA
OBJETO: Aquisição de equipamentos e material de informática destinados a ampliação do sistema de informática das escolas municipais de Parauapebas, Estado do Pará
VALOR TOTAL: R\$ 209.181,00 (duzentos e nove mil, cento e oitenta e um reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2011 Atividade 1601.123610401.2.100 MANUTENCAO E DESENV.DO ENSINO BASICO-ADM , Classificação econômica 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO, Subelemento 3.3.90.30.17, no valor de R\$ 24.306,00, Exercício 2011 Atividade 1601.123610401.2.100 MANUTENCAO E DESENV.DO ENSINO BASICO-ADM , Classificação econômica 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, Subelemento 4.4.90.52.35, no valor de R\$ 184.875,00
VIGÊNCIA: 29 de Dezembro de 2011 a 28 de Março de 2012
DATA DA ASSINATURA: 29 de Dezembro de 2011
**EXTRATO DE CONTRATO 20110518 SEMED
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326252
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO**
CONTRATO Nº: 20110518
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2011-034SEMED
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA(O): T S FRANCO JÚNIOR COMÉRCIO - EPP
OBJETO: Aquisição de equipamentos e material de informática destinados a ampliação do sistema de informática das escolas municipais de Parauapebas, Estado do Pará
VALOR TOTAL: R\$ 96.570,00 (noventa e seis mil, quinhentos e setenta reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2011 Atividade 1601.123610401.2.100 MANUTENCAO E DESENV.DO ENSINO BASICO-ADM , Classificação econômica 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO, Subelemento 3.3.90.30.17, no valor de R\$ 9.470,00, Exercício 2011 Atividade 1601.123610401.2.100 MANUTENCAO E DESENV.DO ENSINO BASICO-ADM , Classificação econômica 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, Subelemento 4.4.90.52.35, no valor de R\$ 87.100,00
VIGÊNCIA: 29 de Dezembro de 2011 a 28 de Março de 2012
DATA DA ASSINATURA: 29 de Dezembro de 2011
**EXTRATO DE CONTRATO 20110509 SEMAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326257
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO**
CONTRATO Nº: 20110509
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2011-013SEMAS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA(O): GRAFICA BAHIA LTDA
OBJETO: Contratação de serviços para confecção de material gráfico para atender os programas e projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social, no município de Parauapebas, Estado do Pará
VALOR TOTAL: R\$ 131.379,25 (cento e trinta e um mil, trezentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2011 Atividade 1901.081221203.2.138 MANUTENCAO DE ATIVIDADES DE COORDENACAO GERAL, Classificação econômica 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA, Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R\$ 131.379,25
VIGÊNCIA: 22 de Dezembro de 2011 a 21 de Dezembro de 2012
DATA DA ASSINATURA: 22 de Dezembro de 2011
**EXTRATO DE CONTRATO 20110519 SEMED
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326254
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO**
CONTRATO Nº: 20110519
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2011-034SEMED
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA(O): SMART BRASIL SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA
OBJETO: Aquisição de equipamentos e material de informática destinados a ampliação do sistema de informática das escolas municipais de Parauapebas, Estado do Pará
VALOR TOTAL: R\$ 59.373,50 (cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2011 Atividade 1601.123610401.2.100 MANUTENCAO E DESENV.DO ENSINO BASICO-ADM , Classificação econômica 3.3.90.30.00 MATERIAL

DE CONSUMO, Subelemento 3.3.90.30.17, no valor de R\$ 59.373,50

VIGÊNCIA: 29 de Dezembro de 2011 a 28 de Março de 2012
DATA DA ASSINATURA: 29 de Dezembro de 2011

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SEMSA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326255**

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Comissão de Licitação do Município de PARAUAPEBAS, através do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) ALEX PAMPLONA OHANA, Secretário Municipal de Saúde, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto: Contratação, em caráter de EMERGÊNCIA, de Prestação de Serviços de UTI Móvel Terrestre, destinado para a Realização de Remoção de Pacientes, em estado de saúde GRAVE, usuários do SUS - Sisteme Único de Saúde, junto à Rede Pública de Saúde, do Município de Parauapebas, Estado do Pará.
Contratado: JOSE DIVINO NAVES
Fundamento Legal: art. 24, inciso IV , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) ALEX PAMPLONA OHANA, Secretário Municipal de Saúde.

PARAUAPEBAS - PA, 29 de Dezembro de 2011

FABIANA DE SOUZA NASCIMENTO

Comissão de Licitação - Presidente

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO GABIN
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326240**

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Comissão de Licitação do Município de PARAUAPEBAS, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) JOAO EDUARDO FONTANA, CHEFE DE GABINETE, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto: Contratação de show pirotécnico no reveillon 2011/2012, que será realizado em praça pública no município de Parauapebas, Estado do Pará.

Contratado: FIDELLES COM. & SERVIÇOS LTDA-ME

Fundamento Legal: art. 24, inciso V , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) JOAO EDUARDO FONTANA, CHEFE DE GABINETE.

PARAUAPEBAS - PA, 28 de Dezembro de 2011

FABIANA DE SOUZA NASCIMENTO

Comissão de Licitação - Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO 20110516 SEMED
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326241**

**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATO Nº: 20110516**

ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2011-034SEMED

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA(O): MUSTAFÉ E BORGES LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e material de informática destinados a ampliação do sistema de informática das escolas municipais de Parauapebas, Estado do Pará

VALOR TOTAL: R\$ 66.686,50 (sessenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2011 Atividade 1601.123610401.2.100 MANUTENCAO E DESENV.DO ENSINO BASICO-ADM , Classificação econômica 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO, Subelemento 3.3.90.30.17, no valor de R\$ 54.883,50, Exercício 2011 Atividade 1601.123610401.2.100 MANUTENCAO E DESENV.DO ENSINO BASICO-ADM , Classificação econômica 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, Subelemento 4.4.90.52.35, no valor de R\$ 11.803,00

VIGÊNCIA: 29 de Dezembro de 2011 a 28 de Março de 2012

DATA DA ASSINATURA: 29 de Dezembro de 2011

Empresarial

**AIRES E OLIVEIRA FÁB. DE GELO LTDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326234**

AIRES E OLIVEIRA FÁB. DE GELO LTDA recebeu da SEMA/PA LO 6309/11 p/ fabricação de gelo, situado na Rua N. S. da Conceição, s/nº, Vl. de Boa Vista, Quatipuru/PA. Proc. 24779/11.

**MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326231**

A MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A torna público que recebeu do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Termo de Referência para Elaboração de EIA/Rima de uma Linha de Transmissão de 230 kV no município de Oriximiná, Pará.

**INDÚSTRIA YOSSAM LTDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326246**

INDÚSTRIA YOSSAM LTDA, CNPJ, 34.898.767/0001-00, Rod. PA 140, KM 07, Stª Isabel do Pará/PA, recebeu da SEMMA/Stª Isabel/PA, LO 046/2011, val. 04/11/2012 p/atividade de Fab. de sabões e detergentes sintéticos.

**CERVEJARIA AMAZONIA LTDA EPP
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326225**

CERVEJARIA AMAZONIA LTDA EPP, torna público que REQUEREU da Secretaria de Estado e Meio Ambiente - SEMA/PA sua Outorga de recursos hídricos sobre o Nº de processo 2011/27514.

**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326218
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Rua Avertano Rocha, 392 – Comércio – CEP: 66023-120
CNPJ 04.977.518/0001-30
Fone: (091) 3202-4166 - 3202-4176 / FAX: (091) 3202-4168
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará, de acordo com as suas atribuições legais ratifica a Dispensa de Licitação referente ao Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços nº 02/2011 que faz parte do Processo de nº 021/2011-CRPCA, cujo objeto é Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços técnicos de assessoria de imprensa e serviços editoriais para o CRCPA.

Regina Célia Nascimento Vilanova

Presidente do CRCPA

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ
Extratos de Instrumentos Contratuais.**

Contrato de prestação de serviços celebrado com a empresa TEMPLE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL LTDA, em 03 de outubro de 2011.

Objeto: Prestação de Serviços Técnicos de Assessoria de Imprensa, Comunicação Institucional e de Serviços Editoriais, em âmbito regional de nacional. Valor total: R\$ 129.590,00; Signatários: CRCPA - Regina Célia Nascimento Vilanova - Presidente; Verena dos Reis Moraes Carneiro - Representante Legal.

Márcio Cordovil Couto Pontes Ferreira

Presidente da CPL do CRC/PA.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Rua Avertano Rocha, 392 – Comércio – CEP: 66023-120
CNPJ 04.977.518/0001-30
Fone: (091) 3202-4166 - 3202-4176 / FAX: (091) 3202-4168
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará, de acordo com as suas atribuições legais ratifica a Dispensa de Licitação referente ao Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços nº 01/2011 que faz parte do Processo de nº 033/2011-CRPCA, cujo objeto é Contratação de Pessoa Jurídica especializada em serviços de elaboração e implantação do plano de cargos, carreiras e salários do CRCPA.

Regina Célia Nascimento Vilanova

Presidente do CRCPA

**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325938
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ
PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ
EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO: Nº001-A EXERCÍCIO: 2011

Objeto: Prestação de serviços de Auditoria da prestação de contas e do cumprimento do contrato de gestão do exercício de 2010 e das demonstrações contábeis até 31 de dezembro de 2010, com vistas a emissão de parecer dos auditores independentesValor Total: R\$3.500,00 Data daAssinatura: 08/02/2011 Vigência: 120 dias. Contratante: Fundação de Ciência e Tecnologia Guamá(CNPJ/MF nº11.024.200/0001-09) Contratada: R&M AUDITORES INDEPENDENTES E CONSULTORES S/S (CNPJ/MF nº01.591.859/0001-85). Endereço: Av. Conselheiro Furtado, nº 2391, sala 109-Cremação, Belém/PAOrdenador: Antônio Jorge Gomes AbelémDISPONÍVEL PARA CONSULTA EM: www.pctguama.pa.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: nº011Exercício: 2011

Objeto:Realização de cursos pela Rede Metrológica, Capacitação de Recursos Humanos em Gestão de Qualidade de Laboratórios da Fundação Guamá.Valor Total: R\$33.400,00Data daAssinatura: 01/11/2011 Vigência: 12 meses.Contratante:Fundação de Ciência e Tecnologia Guamá(CNPJ/MF nº11.024.200/0001-09) Contratada:ASSOCIAÇÃO REDE DE METROLOGIA E ENSAIOS DO RIO GRANDE DO SUL(CNPJ/MF nº97130207/0001-12). Endereço:Av. Assis Brasil nº 8787, Porto Alegre/RSOrdenador: Antônio Jorge Gomes AbelémDISPONÍVEL PARA CONSULTA EM: www.pctguama.pa.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: nº012 Exercício: 2011

Objeto:Realização de serviços para produção de vídeo institucional do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá. Valor Total: R\$13.950,00Data da Assinatura: 05/12/2011 Vigência:03/01/2012

Contratante:Fundação de Ciência e Tecnologia Guamá(CNPJ/MF nº11.024.200/0001-09) Contratada:AMAZON FILMES S/S LTDA (CNPJ/MF nº02.353.452/0001-82). Endereço: Av. Assis Brasil nº 8787, Porto Alegre/RS Ordenador: Antônio Jorge Gomes AbelémDISPONÍVEL PARA CONSULTA EM: www.pctguama.pa.gov.br

**FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ
PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2011

Data de assinatura: 10/11/2011

Vigência: 31/12/2011

Objeto: Prestação de serviços de consultoria e assessoria contábil, financeira e administrativa celebrado entre a Fundação de Ciência e Tecnologia Guamá e a MOURA & FIGUEIREDO LTDA ME.Justificativa:Alteração na cláusula I- do objeto item 1.2 incluindo a alínea "b", como controle e tombamento do ativo imobilizado. Alteração na cláusula III-do valor e das condições de pagamento do contrato, item 3.1 que fica acrescido o valor de R\$ 4.500,00, que deverá ser pago juntamente com a parcela mensal referente ao mês de dezembro do corrente ano. Ordenador: Antônio Jorge Gomes Abelém

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2011

Data de assinatura: 20/11/2011

Vigência: 28/12/2011

Objeto: Prestação de serviços Engenharia e Geodésia para desenvolvimento de estudos e projetos, celebrado entre a Fundação de Ciência e Tecnologia Guamá e a BKM SERVIÇOS DE AGRIMENSURA E TOPOGRAFIA LTDA-ME:Alteração na cláusula V-prazo de execução, item 5.1 do contrato nº 006/2011, onde o prazo fica fixado em 170 dias.Ordenador:Antônio Jorge Gomes Abelém

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2011

Data de assinatura: 10/10/2011

Vigência: 28/01/2012

Objeto: Prestação de serviços de revitalização da Reestruturação de Website do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá Home Page, celebrado entre a Fundação de Ciência e Tecnologia Guamá e PROPAGANDA & MARKETING S/S LTDA:Alteração na cláusula VII-prazo de execução, item 7.1 do contrato nº 007/2011, onde o prazo fica fixado em 200 dias.Ordenador: Antônio Jorge Gomes Abelém

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326211

**FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ
PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ
EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato: nº014Exercício: 2011

Objeto:Contratação de empresa especializada em desenvolvimento de software associado com o Sistema de Gestão de Necessidades e Competências do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá Valor Total: R\$ 60.000,00Data da Assinatura:12/12/2011Vigência: 12/13/2012Contratante:Fundação de Ciência e Tecnologia Guamá (CNPJ/MF nº11.024.200/000109) Contratada:Soluções em Tecnologia da Informação Ltda-EPP(CNPJ/MF nº02.353.452/0001-82).Endereço:Trav. Nove de Janeiro, nº 609-Fátima-Belém/PA.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: nº015Exercício: 2011

Objeto:Serviços de vigilância patrimonial motorizada armada ostensiva com sistema de ronda eletrônica 24 h nas dependências da sede do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá Valor Total: R\$ 229.842,24 Data da Assinatura: 16/12/2011 Vigência: 31/12/2012Contratante: Fundação de Ciência e Tecnologia Guamá (CNPJ/MF nº11.024.200/0001-09). Contratada:BERTILLON-Vigilância e Transportes de Valores Ltda (CNPJ/MF nº05.200.225/0001-05). Endereço: Tv. Djalma Dutra, nº 381-Telégrafo-Belém/ParáOrdenador:Antônio Jorge Gomes Abelém.Disponível para consulta em: www.pctguama.pa.gov.br

**E. DE O. MEIRELES E CIA POSTO NOVA VIDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326174**

E. DE O. MEIRELES E CIA POSTO NOVA VIDA, Rua Cristo Rey, Qd 39, nº 62, Parauapebas, torna público que recebeu da SEMA, LP e LI, para o comércio atacadista de produtos inflamáveis, neste município.

**AUTO POSTOS SERVE BEM COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326176**

Auto Postos Serve Bem Comércio de Combustíveis, CNPJ 10.639.288/0001-00, Agrovila Palmares, Parauapebas, torna público que recebeu da SEMA, LP e LI para o comércio atacadista de produtos inflamáveis, neste município.

**CIE COMERCIO REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS-ME
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325898**

CIE COMERCIO REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS-ME, CNPJ Nº10.299.854/0001-74, TORNA PUBLICO QUE REQUEREU JUNTO A SEMMA A LO Nº 031/2011, LOCALIZADA NA RUA DA CERAMICA Nº 02, NO MUNICIPIO DE MARITUBA NO ESTADO DO PARÁ. PROCESSO Nº 197/2011/2011 PROTOCOLO EM 16/09/2011.

**ANTÔNIO JOÃO PAVANELLI,
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325870**

ANTÔNIO JOÃO PAVANELLI, com CPF: 171.983.561-68, recebeu da SEMA/PA, através do Protocolo nº.2010/0000028916, LAR nº 1572/2011, válida até 28/11/2016 e AUTEF nº 1506/2011, válida até 29/11/2012, referentes ao PMFS, localizada na Vicinal Celeste, a 4 km de Novo Progresso, Lote 87, Gleba Curuá, no município de Altamira/PA.

Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio

(Empresa em Fase Pré-operacional)

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)									
	Nota expli- cativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		Nota expli- cativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.242	408	2.278	Obrigações por aquisição de terras		6.050	1.289	14.788
Contas a receber	8	-	13.949	-	Fornecedores		3.916	1.956	357
Partes relacionadas	11	98.980	-	-	Contas a pagar a consorciada	12	58.418	-	-
Outros créditos		117	50	56	Adiantamento para compra de ações	12	90.501	-	-
Total do ativo circulante		106.339	14.407	2.334	Partes relacionadas	11	-	137	20.713
Não circulante					Salários, férias e encargos sociais		731	496	241
Impostos a recuperar		660	1.255	1.201	Empréstimos e financiamentos	13	-	2.514	-
Partes relacionadas	11	-	7.959	-	Impostos e contribuições a recolher		475	227	250
Ativos biológicos	9	105.845	56.018	30.751	Total do passivo circulante		160.091	6.619	36.349
Imobilizado	10	117.404	99.916	156.070	Patrimônio líquido				
Intangível	10	132	89	3	Capital social	14	178.600	178.600	154.010
Total do ativo não circulante		224.041	165.237	188.025	Prejuízos acumulados		(8.311)	(5.575)	-
Total do ativo		330.380	179.644	190.359	Total do patrimônio líquido		170.289	173.025	154.010
					Total do passivo e patrimônio líquido		330.380	179.644	190.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota expli- cativa	2010	2009			Nota expli- cativa	2010	2009	
Despesas				Fluxo de caixa das atividades pré-operacionais					
Gerais e administrativas	17	(1.364)	(3.534)	Prejuízo líquido do exercício			(2.736)	(5.575)	
Outras despesas, líquidas	17	-	(81)	Ajuste em:					
Prejuízo pré-operacional antes do resultado financeiro		(1.364)	(3.615)	Juros de contribuições a pagar a consorciada			1.661	-	
Resultado financeiro				Redução (aumento) de ativos pré-operacionais:					
Receitas financeiras	18	713	-	Outros créditos			(67)	6	
Despesas financeiras	18	(2.085)	(1.960)	Impostos a recuperar			595	(54)	
Prejuízo líquido do exercício		(2.736)	(5.575)	Aumento (redução) de passivos pré-operacionais:					

A Sociedade não possui valores a serem divulgados como resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota expli- cativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008		154.010	-	154.010
Capital integralizado no ano	14	24.590	-	24.590
Prejuízo líquido do exercício		-	(5.575)	(5.575)
Saldos em 31 de dezembro de 2009		178.600	(5.575)	173.025
Prejuízo líquido do exercício		-	(2.736)	(2.736)
Saldos em 31 de dezembro de 2010		178.600	(8.311)	170.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio ("Sociedade") tem por objeto social: (a) as atividades de cultivo da palma e outras espécies de vegetais; (b) a extração e o beneficiamento de óleo de palma e de outros vegetais; (c) a produção de biodiesel e gorduras vegetais; (d) a comercialização interna, bem como a exportação de produtos agrícolas, óleos e gorduras vegetais e óleos combustíveis; (e) a atividade de reflorestamento; e (f) a participação em outras sociedades. A Sociedade encontra-se em fase pré-operacional e está sediada na Avenida Alcindo Cabela, 1.264 - 13º andar, no município de Belém - PA. **Contrato de constituição de Consórcio:** Em 1º de maio de 2009, foi constituído o Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma - CBOP ("CBOP" ou "Consórcio"), tendo a Sociedade como consorciada a participação de 59%, sendo nominada como empresa líder do Consórcio. Nessa mesma data, a Sociedade contribuiu com seus ativos e passivos para o Consórcio, substancialmente representados por terras e cultura agrícola em formação. A outra consorciada é a empresa Vale S.A., com 41% de participação, a qual na mesma data também contribuiu com seus ativos e passivos para o Consórcio, substancialmente representados por cultura agrícola em formação e recursos em caixa. Com sede em Belém - PA, o Consórcio tem como objetivo a implantação e exploração do complexo de produção de óleo de palma localizado no Estado do Pará, dando continuidade ao projeto agrícola e industrial que já vinha sendo implementado pela Sociedade antes da formação do Consórcio. A Sociedade detém parcela dos ativos e passivos do Consórcio, bem como terá direito a receber parcela dos óleos vegetais e demais derivados produzidos pelo Consórcio, na proporção de sua respectiva participação percentual. A Sociedade tem independência para livremente beneficiar e/ou comercializar os produtos recebidos do Consórcio. **2. Informações sobre o projeto do consórcio:** O projeto do Consórcio, que compreende o conjunto de terras de sua propriedade, demandará investimentos das consorciadas da ordem de aproximadamente R\$1.200.000 até 2016. Em termos de extensão, trata-se de aproximadamente 135 mil hectares de terra, dos quais 60 mil de plantio e 75 mil de reservas e áreas de preservação permanente. Além dos 60 mil hectares de plantio, o Consórcio deve incentivar e supervisionar o plantio de 20 mil hectares de terceiros (agricultura familiar, pequenos e médios produtores). A estratégia adotada é a de crescer em módulos. Cada módulo (ou polo) terá aproximadamente 12.500 hectares de área plantada, sendo 10.000 próprios e 2.500 de terceiros. Ao todo serão seis polos, e cada um terá sua usina para extração do óleo de palma. O Consórcio também terá uma usina para extração de óleo de palmiste que atenderá a todos os polos, para processar os frutos próprios, assim como os de terceiros. De acordo com o cronograma atual, o plantio próprio será concluído em 2013 e a instalação da sexta usina será em 2016. A partir do óleo de palma bruto e óleo de palmiste bruto produzidos pelo Consórcio, a Sociedade realizará, através de investimentos individuais e específicos, o processamento adicional necessário para aplicação/comercialização final de seus produtos, para o atendimento dos mercados alimentício e oleoquímico. **3. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** **3.1. De-**

claração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e promulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **3.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Sociedade adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 5. As demonstrações financeiras refletem, a cada linha, a participação que a Sociedade possui no Consórcio. **3.3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Moeda funcional e de apresentação:** A Sociedade elegeu o real como sua moeda funcional, por ser a moeda preponderante no ambiente econômico em que atua. As demonstrações financeiras da Sociedade estão apresentadas em reais (R\$). **b) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade (real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos em moeda estrangeira das contas no balanço patrimonial são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços, sendo as variações cambiais reconhecidas nas receitas e despesas do exercício. **c) Ativos financeiros:** Estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A Sociedade classificou seus ativos financeiros existentes na categoria empréstimos e recebíveis, sendo compostos principalmente por saldos em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e partes relacionadas. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. **Baixa de ativos financeiros:** A Sociedade baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou ela transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, para outra empresa. Se a Sociedade não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Sociedade continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber

Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio
(Empresa em Fase Pré-operacional)

é reconhecida na demonstração das receitas financeiras. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem caixa em mão e em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata ou com vencimentos originais inferiores a 90 dias, mensuradas ao custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **Método de taxa de juros efetiva:** É utilizado para calcular o custo amortizado do ativo financeiro e alocar a receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. **Ativos biológicos:** Correspondem a florestas de palma (palmares) ainda não produtivas (imaturas) e estão mensurados ao custo de formação, que se aproxima do valor justo, deduzidos os custos de venda. Esses ativos, devido a seu prazo curto, desde seu plantio definitivo, não sofreram transformações relevantes. **e) Imobilizado:** Terras, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, equipamentos de processamento de dados, imobilizado em andamento e adiantamentos a fornecedores de imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O imobilizado em andamento e os adiantamentos a fornecedores são classificados nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídos e prontos para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. As terras não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terras, imobilizado em andamento e adiantamentos a fornecedores). As taxas comumente utilizadas são mencionadas na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **f) Intangível:** Compreende os softwares utilizados nas operações em que a Sociedade é consorciada. São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, mencionada na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **g) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment"):** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável devido à obsolescência ou danificação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. **h) Passivos financeiros:** São classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. A Sociedade classificou seus passivos financeiros em aberto, tais como contas a pagar a fornecedores, obrigações por aquisição de terras, partes relacionadas, contribuições de consorciada e empréstimos e financiamentos, como outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor do custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva. O método de taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **Baixa de passivos financeiros:** A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **i) Demais ativos e passivos:** Os ativos e passivos sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, ou os denominados em moeda estrangeira, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos ou nas taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços, a fim de refletir os valores atualizados. Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **j) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** Calculados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor e provisionados segundo o princípio da competência dos exercícios. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **k) Apuração do resultado:** O resultado pré-operacional é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. **4. Principais fontes de incertezas nas estimativas:** Na aplicação das práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3.3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incertezas nas estimativas no fim de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios. **4.1. Vida útil dos bens do imobilizado:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, item e), a Sociedade revisa anualmente a vida útil dos bens do imobilizado, no fim de cada exercício. Os resultados reais na realização ou liquidação do ativo podem apresentar variações em relação à estimativa. **4.2. Valor justo dos ativos biológicos:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, item d), a Sociedade avalia seus ativos biológicos ao custo de formação, por este aproximar-se de seu valor justo, deduzido dos custos estimados para a venda. Na estimativa do valor justo de seus ativos biológicos, a Sociedade levou em consideração premissas como volume de produção, preços de mercado do fruto, taxas de juros, etc. **5. Efeito da adoção dos novos pronunciamentos emitidos**

pelo CPC: Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e as respectivas interpretações e orientações técnicos emitidos pelo CPC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominadas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A seguir, o detalhamento dos principais efeitos da adoção dos novos pronunciamentos contábeis em relação às práticas contábeis adotadas anteriormente no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009:

Balanço patrimonial - 31/12/2009			Balanço patrimonial - 01/01/2009		
	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP anterior		Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP anterior
Caixa e equivalentes de caixa	408	408	2.278	-	2.278
Contas a receber	13.949	13.949	-	-	-
Outros créditos	50	50	56	-	56
Ativos circulantes	14.407	14.407	2.334	-	2.334
Impostos a recuperar	1.255	1.255	1.201	-	1.201
Partes relacionadas	7.959	7.959	-	-	-
Ativo biológico	-	56.018	-	30.751	30.751
Imobilizado	155.934	(56.018)	186.821	(30.751)	156.070
Intangível	89	89	3	-	3
Ativos não circulantes	165.237	165.237	188.025	-	188.025
Obrigações por aquisição de terras	1.289	1.289	14.788	-	14.788
Fornecedores	1.956	1.956	357	-	357
Partes relacionadas	137	137	20.713	-	20.713
Salários, férias e encargos sociais	496	496	241	-	241
Empréstimos e financiamentos	2.514	2.514	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	227	227	250	-	250
Passivos circulantes	6.619	6.619	36.349	-	36.349
Patrimônio líquido	173.025	173.025	154.010	-	154.010

A adoção dos novos pronunciamentos contábeis não impactou as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. O único impacto da adoção dos novos pronunciamentos contábeis decorre do pronunciamento técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. Os ativos biológicos da Sociedade, representados por seus palmares, anteriormente classificados como "cultura agrícola em formação" dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico dentro do ativo não circulante, denominado "ativo biológico".

6. Constituição de Consórcio: Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 1º de maio de 2009 foi constituído o Consórcio, tendo a Sociedade como consorciada. Naquela data, como parte do contrato de constituição do Consórcio, foram vendidos itens do ativo imobilizado a outra empresa consorciada, no montante de R\$46.944. Referida venda teve seu preço equivalente ao valor contábil líquido dos respectivos ativos. Em 1º de maio de 2009, os detalhes dos ativos líquidos contribuídos ao Consórcio foram os seguintes:

Ativo contribuído:	
Caixa e equivalentes de caixa	2.315
Outros créditos	50
Imobilizado e intangível	156.924
Passivo transferido:	
Obrigações por aquisição de terras	(2.726)
Fornecedores	(3.458)
Salários, férias e encargos sociais	(575)
Total	152.530

A parcela de participação no Consórcio está refletida no balanço patrimonial da Sociedade pelos seguintes ativos e passivos, indivisíveis:

Ativo:	2010	2009
Caixa e equivalentes de caixa	7.217	350
Outros créditos	117	50
Impostos a recuperar	160	28
Ativo biológico	100.122	56.018
Imobilizado e intangível	117.536	100.005
Passivo:		
Obrigações por aquisição de terras	(6.050)	(1.289)
Fornecedores	(3.916)	(1.954)
Salários, férias e encargos sociais	(731)	(466)
Impostos e contribuições a recolher	(454)	(190)
Total	214.001	152.552

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos	309	246	1.438
Aplicações financeiras	6.933	162	840
Total	7.242	408	2.278

As aplicações financeiras da Sociedade referem-se a fundos com remuneração baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata. As taxas pactuadas remuneram esses investimentos em aproximadamente 100% da variação do CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento.

8. Contas a receber: Os saldos de contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2009 são oriundos da venda de ativos descrita na nota explicativa nº 6, como parte do contrato de constituição do Consórcio.

9. Ativos biológicos: Os saldos dos ativos biológicos da Sociedade, no fim de cada exercício, são detalhados de acordo com seu estágio de transformação, como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Formação dos ativos biológicos			
Pré-viveiro	3.680	2.616	30.751
Viveiro	27.540	25.673	-
Plantio	74.625	27.729	-
Total	105.845	56.018	30.751

Os ativos biológicos da Sociedade compreendem o cultivo e o plantio de palmares, divididos em pré-viveiro, viveiro e plantio. O pré-viveiro refere-se aos 3 primeiros meses de formação das mudas de palma, enquanto o viveiro compreende o período de 4 a 12 meses de crescimento das mudas, estando ainda nessa fase em local provisório. Após esse período, as mudas em viveiro são plantadas definitivamente no campo e então são consideradas plantio. O quadro a seguir demonstra os ativos biológicos do Consórcio, no qual a Sociedade tem participação de 59%, em hectares (ha) plantados, separados por estágio de transformação e por módulo:

	2010	2009				
Módulo	Pré-viveiro	Viveiro	Plantio	Pré-viveiro	Viveiro	Plantio
Moju	3.000	-	10.135	-	5.281	4.854
Concórdia	8.534	8.312	2.673	8.312	2.673	-
Tomé-Açu	8.784	5.091	5.259	5.091	5.259	-
Total	20.318	13.403	18.067	13.403	13.213	4.854

Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio

(Empresa em Fase Pré-operacional)

Nos hectares informados não são consideradas as áreas de preservação permanente e reserva legal, mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira. O saldo dos ativos biológicos da Sociedade está demonstrado ao custo de formação, que se aproxima do valor justo, deduzidos os custos de venda. A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros por módulo de acordo com o ciclo de produtividade projetado dos palmares, levando-se em consideração os preços do cacho de fruto fresco ("CFF") menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda e consumo e os volumes de produtividade projetados dos palmares. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capitais ("WACC") da Sociedade, cujo percentual varia de 10% a 12%. Existem riscos que envolvem o desenvolvimento dos palmares e sua produtividade ao longo de sua vida útil, tais como pragas, excesso ou falta de chuva e até a ocorrência de sinistros, como incêndio. A Administração da Sociedade implementa medidas preventivas de tratamentos culturais para mitigar a ocorrência de tais eventos ou sinistros.

10. Imobilizado e intangível:

	Taxa anual de depreciação/amortização - %	31/12/2010		31/12/2009		01/01/09	
		Depreciação/amortização acumulada	Custo residual	Depreciação/amortização acumulada	Custo residual	Custo residual	
Imobilizado:							
Terras	-	91.645	91.645	85.592	85.592	142.742	
Instalações	4	8.980	8.142	8.170	7.456	5.384	
Máquinas e equipamentos	10	4.037	2.914	2.859	2.354	2.209	
Móveis e utensílios	10	527	434	461	383	421	
Veículos	20	2.642	1.414	2.855	1.978	1.510	
Equipamentos de processamento de dados	20	652	313	249	193	112	
Imobilizado em andamento	-	2.283	2.283	1.383	1.383	3.692	
Adiantamentos a fornecedores	-	10.259	577	577	-	-	
Total		121.025	117.404	102.146	99.916	156.070	
Intangível-Software	20	159	132	105	89	3	

Em 31 de dezembro de 2010, não foram identificados indicadores que demonstrassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar uma eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação. A Sociedade revisou, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação de seus ativos imobilizados e concluiu que não houve necessidade de alterações nas taxas de depreciação. 11. Partes relacionadas: Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas são demonstrados como segue:

Empresa relacionada	Mútuos a receber (pagar)			Rendimentos (juros) incorridos	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009
MSP Participações S.A.	20.145	-	-	-	-
Mineração Santa Elina Ind. e Com. S.A.	78.835	7.949	-	-	-
Bio Participações S.A.	-	10	-	-	-
PMS Participações Ltda.	-	(137)	(20.713)	-	(1.875)
Total	98.980	7.822	(20.713)	-	(1.875)
Circulante	98.980	(137)	(20.713)	-	-
Não circulante	-	7.959	-	-	-

Os saldos a receber de 31 de dezembro de 2010 e de 2009 referem-se basicamente a operações de mútuo, sem remuneração nem prazo de vencimento. Os saldos a pagar em 1º de janeiro de 2009 referem-se basicamente a operações de mútuo, remuneradas à taxa mensal de juros de 1,62% ao mês, que foram substancialmente liquidadas durante o exercício de 2009. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os honorários e encargos dos administradores foram de R\$360 e R\$564, respectivamente, apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". As transações com partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre a Sociedade e as empresas relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros. 12. Contas a pagar a consorciada e adiantamento para compra de ações: Do montante total a pagar em 31 de dezembro de 2010, R\$58.418 referem-se a contribuições que seriam realizadas pela Sociedade ao Consórcio durante 2010. Através do Instrumento Proposta de Financiamento Ponte para a Sociedade, a Vale S.A. propôs-se a realizar as contribuições devidas pela Sociedade ao Consórcio, sendo esses recursos considerados como adiantamento para abatimento nas próximas contribuições da Vale S.A. ao Consórcio. A remuneração desse financiamento ocorre pela variação da taxa SELIC no período, e em 2010 totalizou R\$1.661. O restante, R\$90.501, refere-se a adiantamentos realizados pela Vale S.A. para a compra de parte das ações da Sociedade, conforme descrito na nota explicativa nº 23. 13. Empréstimos e financiamentos: Em 31 de dezembro de 2009, o saldo é composto por contratos de empréstimo para suprimento de fluxo de caixa, no montante de R\$2.514, com vencimento previsto para 10 de fevereiro de 2010, remunerados com base na variação de 100% do CDI acrescido de "spread" de 5,23% ao ano. Em 31 de dezembro de 2010, não há empréstimos contratados pela Sociedade. 14. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social foram calculados com base nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do imposto de renda é 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$240. A contribuição social é calculada sobre o lucro tributável à alíquota de 9%. A taxa combinada é 34%. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2010	31/12/2009
Prejuízo fiscal acumulado	8.311	5.575
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	2.826	1.896
Provisão para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	(2.826)	(1.896)

A possibilidade de compensação dos prejuízos fiscais não expira, mas está limitada a 30% do lucro tributável anual. Tendo em vista o estado pré-operacional e, consequentemente, a ausência de histórico de lucratividade, a Administração da Sociedade provisionou em sua totalidade o efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados em anos anteriores. 15. Capital social: Em 1º de outubro de 2009, houve integralização de capital em moeda corrente nacional, no montante de R\$24.590. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o capital social subscrito é de R\$196.800, sendo composto por 5.962.499 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de ações
MSP Fundo de Investimento em Participações	4.458.104
Bio Participações S.A.	1.293.999
MSP Participações S.A.	210.396
	5.962.499

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é de R\$178.600. Os lucros líquidos anualmente obtidos terão a aplicação que lhes for determinada pelos acionistas, observando que os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira. 16. Instrumentos financeiros: Considerações gerais: Os ativos e passivos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 compreendem aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar de partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outros. Na data das demonstrações financeiras, o saldo desses ativos e passivos mensurados ao seu custo amortizado é como segue:

Ativos financeiros - empréstimos e recebíveis:	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e equivalentes de caixa	7.242	408	2.278
Contas a receber	-	13.949	-
Partes relacionadas	98.980	7.959	-
Total	106.222	22.316	2.278
Outros passivos financeiros:			
Obrigações por aquisição de terras	6.050	1.289	14.788
Fornecedores	3.916	1.956	357
Contas a pagar a consorciada e outros	148.919	-	-
Partes relacionadas	-	137	3.312
Total	158.885	3.382	18.457

A Administração da Sociedade considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado, uma vez que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores - partes relacionadas e fornecedores - terceiros possuem prazos curtos de vencimento. Adicionalmente, parte do saldo de contribuições a pagar a consorciada é atualizada monetariamente com base em índices de mercado ou taxas contratuais. Durante os exercícios de 2010 e de 2009, a Sociedade não contratou nenhum instrumento financeiro derivativo nem operações de "hedge". A Sociedade não efetua operações de caráter especulativo com derivativos nem com nenhum outro instrumento financeiro de risco.

17. Gerenciamento de riscos financeiros: a) Risco de capital: O gerenciamento dos riscos com o fluxo de capital é exercido com base em orientação da Administração da Sociedade. Esses riscos envolvem a obtenção de recursos suficientes para a consecução do projeto de plantio e produção do óleo de palma, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. b) Risco de variação de taxas de câmbio: A Sociedade contrata em certa extensão a aquisição de equipamentos e materiais de consumo através de importações denominadas em moeda estrangeira, ficando exposta ao risco de variação nas taxas de câmbio até a data dos pagamentos. Entretanto, em 31 de dezembro de 2010, não havia em aberto contas a pagar ou a receber denominadas em moeda estrangeira. c) Risco de variação no preço da "commodity": A Sociedade estará sujeita às variações do preço do óleo de palma e do óleo de palmiste a partir do momento em que ela estiver operando e efetuando vendas. Na medida do alcance da maturidade dos palmares, a avaliação desses ativos biológicos ao seu valor justo exporá a Sociedade e suas consorciadas aos efeitos contábeis advindos da variação no preço da "commodity". d) Risco de variação nas taxas de juros: Os resultados da Sociedade são afetados pela volatilidade das taxas de juros, especialmente em relação ao CDI e à taxa SELIC, em virtude de suas aplicações financeiras e seus saldos de contribuições a pagar a consorciada. (i) Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras): Estes são representados por saldos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", através de suas aplicações financeiras, sendo atualizadas com base no CDI, cuja liquidação antecipada está prevista em contrato. (ii) Contribuições a pagar a consorciada: Sujeitas à variação da taxa SELIC e atualizadas até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Tais valores são apresentados considerando os juros proporcionais ao período ("pro rata temporis"). A exposição líquida ao risco de taxa de juros para os ativos e passivos é como segue:

Aplicações financeiras - CDI	2010	2009
Exposição ativa	6.933	-
Contribuições a pagar a consorciada	-	(58.418)
Exposição passiva	-	(58.418)

Análise de sensibilidade - Risco de taxa de juros: Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade está exposta à flutuação das taxas de juros do CDI e da taxa SELIC em suas aplicações financeiras e seus saldos a pagar de contribuições a pagar a consorciada, respectivamente, conforme demonstrado anteriormente, gerando exposição passiva líquida no montante de R\$51.485. No caso de um aumento ou uma redução de 25% nas respectivas taxas de juros (CDI e taxa SELIC) em 31 de dezembro de 2010, que se encontravam no patamar de 9,34% ao ano e 10,75% ao ano, respectivamente, o resultado e patrimônio líquido da Sociedade serão afetados no montante líquido aproximado de R\$1.400. 18. Despesas por natureza: A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento das despesas pré-operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	2010	2009
Despesas com pessoal	972	1.256
Despesas com consultoria e assessoria	269	2.291
Outras despesas	123	68
	1.364	3.615
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	1.364	3.534
Outras despesas, líquidas	-	81
	1.364	3.615

19. Resultado financeiro:	2010	2009
Receitas financeiras:		
Renda de aplicação financeira	581	-
Outras	132	-
	713	-

Despesas financeiras:	2010	2009
Juros sobre contribuições a pagar a consorciada	(1.661)	-
Juros sobre empréstimos bancários	(316)	(1.875)
Outras	(108)	(85)
	(2.085)	(1.960)

20. Informações suplementares à demonstração dos fluxos de caixa:	2010	2009
Juros pagos	331	1.876
Transações que não representam saída de caixa		
Adições ao imobilizado a pagar em parcelas	2.158	1.956

21. Compromissos futuros: a) Com relação aos compromissos ambientais do Consórcio, referentes às áreas de reserva legal e preservação permanente, segundo os administradores da Sociedade, esta atende aos requisitos e às condições legais ambientais existentes em 31 de dezembro de 2010, não sendo previsto nenhum gasto adicional que requeresse o seu provisionamento nessa data. b) Em 31 de dezembro de 2010, o compromisso referente às contribuições de recursos para a fase de implantação da Sociedade é como segue:

Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio

(Empresa em Fase Pré-operacional)

Ano	Valor
2011	89.181
2012	101.061
2013	83.694
2014	88.704
2015	80.032
2016	21.203
	463.875

22. Seguros: A Sociedade mantém cobertura de seguros para cobrir eventuais riscos sobre seus veículos e prédios administrativos. Quanto aos palmares, não há cobertura de seguros, devido ao fato de o risco de eventuais sinistros ser considerado pequeno, principalmente em virtude das medidas preventivas implementadas para mitigar sinistros, tais como controle de pragas e de incêndio. 23. Eventos subsequentes: Em 28 de janeiro de 2011, a Sociedade, em conjunto com a Vale S.A., celebrou um Acordo de Investimento estipulando, entre outras coisas, o aporte

na Sociedade dos direitos da Vale S.A. contidos no Consórcio, o que resultou na concentração da totalidade das participações do Consórcio em apenas uma consorciada, a Sociedade, que passou a ser controlada pela Vale S.A.. Sendo a Sociedade então a única consorciada, decidiram seus administradores pela dissolução do Consórcio. Na qualidade de única consorciada do Consórcio, a Sociedade assumiu todos e quaisquer ônus e benefícios decorrentes do projeto, sendo o acervo líquido do Consórcio incorporado para si, assim como a responsabilidade pelas atividades já im-plementadas e pelos empregados e prestadores de serviços contratados anteriormente pelo Con-sórcio. Dessa maneira, todas as informações do projeto, bem como as informações financeiras descritas nas demais notas explicativas, quando mencionadas em nome do Consórcio, a partir de 28 de janeiro de 2011 são de propriedade e responsabilidade da Sociedade. Na mesma data, os saldos com partes relacionadas, contas a pagar a consorciada e adiantamento para compra de ações foram devidamente quitados. 24. Aprovação das demonstrações financeiras: Na reu-nião dos administradores da Sociedade, realizada em 30 de março de 2011, foram aprovadas as presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos desde 31 de dezembro de 2010 até a data dessa aprovação.

Eduardo de Toledo
Presidente do Conselho de Administração

Ricardo Flores
Diretor Financeiro

Mário Luchini
Contador - CRC nº: 1 SP 125167/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio - Belém - PA - Examinamos as demonstrações financeiras da Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio (empresa em fase pré-operacional) ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as res-pectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apre-sentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabo-ração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se cau-sada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa respon-sabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demons-trações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonst-rações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresen-tação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras to-madas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada

para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a po-sição patrimonial e financeira da Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2010, o seu resultado pré-operacional, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfase: Sem modificar nossa opinião, as de-monstrações financeiras referidas anteriormente foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma empresa em continuidade normal dos negócios. A Sociedade, através de sua participação no Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma - CBOP, encontra-se em fase pré-operacional de implantação de seu projeto de cultivo, extra-ção e processamento de óleos de palma. O sucesso na consecução de seu projeto depende de eventos futuros, tais como a obtenção de financiamentos em sua fase de implantação, bem como a extração de matérias-primas agrícolas em volume suficiente para atender aos níveis de produção planejados para o projeto. As demonstrações financeiras não incluem nenhum dos ajustes que poderiam resultar da resolução desfavorável dessas incertezas. Conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Sociedade mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 23, em 28 de janeiro de 2011 ocorreu a dissolução do CBOP e a consequente transferência de seus direitos e obrigações para a Sociedade. A Sociedade, desde a mesma data, possui como acionistas a Vale S.A., a MSP Fundo de Investimento em Participações, a Bio Participações S.A. e a MSP Participações S.A.

São Paulo, 30 de março de 2011

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo Manuchakian
Contador
CRC nº 1SP 108972/O-1 S/PA

VALE DO CARIPÉ AGRO INDUSTRIAL S/A
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326320

Vale do Caripé Agro Industrial S/A CNPJ Nº 10.238.582/0001-00 NIRE 15300015511. Capital Autorizado R\$ 10.000.000,00; Capital Subscrito R\$ 3.824.597,00; Capital Integralizado 3.824.597,00. Extrato da Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04 de junho de 2001. Local, Data e Hora: Sede social da empresa, na Fazenda Caripé - Zona Rural, Tucuruí-Pa, dia 04/06/2011, às 14 horas. Convocação: Dispensada com base no artigo 133, lei 6.404/76. Presença: Totalidade do Capital Social, conforme assinaturas apostas no livro "Presença de Acionista". Mesa: Sr. José Ricardo Rezek, Presidente, Sr. Edson Herculino Cavalcante, Secretário. Ordinariamente: 1) Aprovação dos Balanços Patrimoniais e demais Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais dos anos 2008, 2009 e 2010 respectivamente 2) Não haverá distribuição de dividendos pelo fato de a sociedade não ter apresentado lucro nos exercícios já citados. Extraordinariamente: Foram reeleitos por 3 (três) anos para o Conselho de administração os senhores: José Ricardo Rezek, para Presidente, Omar Salim Rezek, para Vice-Presidente, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados em São Paulo, José Ricardo Lemos Rezek e Maria Beatriz Lemos Rezek, ambos conselheiros, solteiros, residentes e domiciliados em São Paulo. A Ata na íntegra foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes na assembléia. Arquivamento JUCEPA sob o nº 20000295418 em 23/12/2011. Getúlio Villas Moreira - Secretário Geral. Vale do Caripé Agro Industrial S/A CNPJ Nº 10.238.582/0001-00 NIRE 15300015511. Capital Autorizado R\$ 10.000.000,00; Capital Subscrito R\$ 3.824.597,00; Capital Integralizado 3.824.597,00. Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 04 de junho de 2011. Local, Data e Hora: Sede social da empresa, na Fazenda Caripé - Zona Rural, Tucuruí-Pa, dia 04/06/2011, às 15 horas. Presença: Senhores José Ricardo Rezek, Omar Salim Rezek, José Ricardo Lemos Rezek e Maria Beatriz Lemos Rezek, membros do Conselho de Administração. Mesa: Sr. José Ricardo Rezek, Sr. Edson Herculino Cavalcante. Pauta Eleição da Diretoria, para um mandato de 3 (três) anos. Deliberação: Foram reeleitos os senhores José Ricardo Rezek, para Diretor-Presidente e senhora Maria Lúcia Lemos Rezek, para Diretora Administrativa Financeira, para um mandato de 3 (três) anos .A Ata na íntegra foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes na assembléia. Arquivamento JUCEPA sob o nº 20000295419 em 23/12/2011. Getúlio Villas Moreira - Secretário Geral.

PARAENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326077

PARAENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME., sito à Av.da República, nº 1385 - Centro, Santa Izabel do Pará, Inscrita no CNPJ: 08.865.235/0001-58, IE: 152611991, vem comunicar, que sua impressora fiscal de marca Bematech modelo MP 4000 TH FI, nº de fabricação BE091010100011204999, nº de ordem 004, que o lacre de nº 174376 foi rompido e extraviado, conforme boletim de ocorrência policial de nº 00277/2011183828-7 de 29/11/2011.

ALFONSO MARCOS RIO-FAZENDA SÃO PAULO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325979

ALFONSO MARCOS RIO-FAZENDA SÃO PAULO CPF 026.594.502-00 publica que recebeu da SEMA a Licença de Operação Nº 2011/5953 para a atividade de carnicultura exótica no município de Curuçá-Abade.

FLUMINENSE TRANSPORTADOR REVENDEDOR
RETALHISTA LTDA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325977

FLUMINENSE TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA CNPJ 04.874.416/0001-90 localizado em Ananindeua/PA desenvolvendo a atividade de comércio atacadista de combustíveis publica que REQUEREU junto a SEMA a OUTORGA p/ uso de recursos hídricos. Prot. Nº 2011/28854.

F N C DE SOUZA COMERCIO E SERVIÇOS-ME
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325896

F N C DE SOUZA COMERCIO E SERVIÇOS-ME, CNPJ Nº13.246.424/0001-82, TORNA PUBLICO QUE REQUEREU JUNTO A SEMMA A LO Nº 030/2011, LOCALIZADA NA RUA PRIMEIRO DE JANEIRO Nº 02, NO MUNICIPIO DE MARITUBA NO ESTADO DO PARÁ. PROCESSO Nº 199/2011/2011 PROTOCOLO EM 16/09/2011.

TOP EXTRA COMERCIO E SERVIÇOS-ME

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325897

TOP EXTRA COMERCIO E SERVIÇOS-ME, CNPJ Nº12.846.900/0001-33, TORNA PUBLICO QUE REQUEREU JUNTO A SEMMA A LO Nº 029/2011, LOCALIZADA NA RUA SÃO FRANCISCO Nº 02, NO MUNICIPIO DE MARITUBA NO ESTADO DO PARÁ. PROCESSO Nº 198/2011/2011 PROTOCOLO EM 16/09/2011.

APARECIDO DA SILVA VITENCUR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 325871

APARECIDO DA SILVA VITENCUR, com CPF: 041.546.609-18, recebeu da SEMA/PA, através do Protocolo nº.2010/0000016476, LAR nº 1516/2011, válida até 08/11/2016 e AUTEF nº 1432/2011, válida até 09/11/2012, referentes ao PMFS, localizado na ROD. BR. 163, Km 1.140, M/D, Vicinal Diamantino, Gleba Curuá, no município de Altamira/PA.

F. MAGALHÃES COMÉRCIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326172

F. Magalhães Comércio, CNPJ 08.428.976/0001-71, Rod. PA-150, km 124, Tailândia, torna público que requereu a SEMA, outorga para uso de recursos hídricos subterrâneos, neste município.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 326273
ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS
FUNDADA EM 3 DE MAIO DE 1900

EDITAL

A Academia Paraense de Letras, por este Edital, faz saber que se encontra aberta a inscrição para o preenchimento das Cadeiras nº. 19 e nº. 06 deste Silogeu, patronímicas de Guilherme Miranda e Bezerra de Albuquerque, que tiveram como últimos ocupantes os saudosos Acadêmicos PAOLO RICCI e LEONAM CRUZ, respectivamente. O período de habilitação é de quarenta e cinco dias (45), a partir desta publicação. Por oportuno, a APL faz lembrar que o Art. 3º, § 2º, do seu Estatuto, determina que "Só poderão ser membros efetivos e perpétuos os cidadãos, sem distinção de sexo, há seis (6) anos no mínimo domiciliados no Estado do Pará, e que apresentarem trabalhos publicados e de reconhecido mérito, em qualquer dos gêneros da Literatura, ou obras inéditas se premiadas pela própria Academia, ou por entidades culturais de reconhecida idoneidade, assim como os de notório saber e projeção na comunidade paraense. O conceito de notório saber deverá ser objeto de definição de uma Comissão designada pelo Plenário nos casos específicos". As inscrições serão efetivadas na Secretaria da Academia Paraense de Letras, mediante Requerimento dirigido ao senhor Presidente da Entidade, acompanhado de três vias de Curriculum Vitae comprovado, e três volumes de obra do postulante. Belém, 28 de dezembro de 2011. EDY-LAMAR DE OLIVEIRA 1ª Secretária